

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E  
SOCIEDADE

TESE

# **Estado, sindicalismo e questão agrária: o papel da CUT no desenvolvimento capitalista 2003-2012**

**Rômulo de Souza Castro**

**Setembro, 2016**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO,  
AGRICULTURA E SOCIEDADE

**TESE**

**Estado, sindicalismo e questão agrária: o papel da CUT no desenvolvimento capitalista 2003-2012**

**Rômulo de Souza Castro**

**Sob a Orientação do Professor**

**Andrey Cordeiro Ferreira**

**Tese submetida como requisito parcial para obtenção  
do grau de Doutor em Ciências, no Curso de Pós-  
Graduação DE CIÊNCIA SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E  
SOCIEDADE**

**Seropédica, RJ**

**Setembro de 2016**

331.80981  
C355e  
T

Castro, Rômulo de Souza.

Estado, sindicalismo e questão agrária: o papel da CUT no desenvolvimento capitalista 2003-2012 / Rômulo de Souza Castro, 2016.

295 f.

Orientador: Andrey Cordeiro Ferreira

Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 275-295.

1. Central Única dos Trabalhadores (Brasil) 2. Sindicalismo 3. Questão agrária 4. Anarquismo. I. Ferreira, Andrey Cordeiro. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

# UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,  
Agricultura e Sociedade (CPDA)

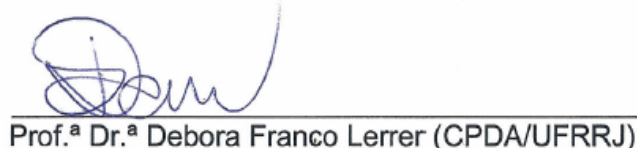
## RÔMULO DE SOUZA CASTRO

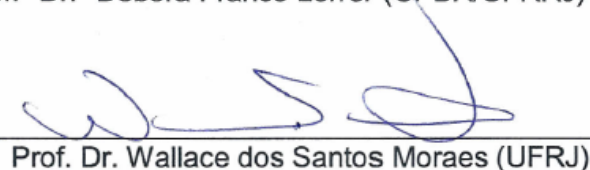
Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em  
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para  
obtenção do grau de doutor em Ciências.

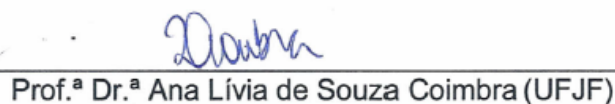
Tese aprovada em 26/09/2016.

  
Prof. Dr. Andrey Cordeiro Ferreira (CPDA/UFRRJ)  
(Orientador)

  
Prof.ª Dr.ª Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ)

  
Prof.ª Dr.ª Debora Franco Lerrer (CPDA/UFRRJ)

  
Prof. Dr. Wallace dos Santos Moraes (UFRJ)

  
Prof.ª Dr.ª Ana Livia de Souza Coimbra (UFJF)

“Já se organizaram em coletivos? Não esperem mais. Ocupem as terras! Organizem-se de forma que não haja chefes nem parasitas entre vocês. Se não o fizerem, é inútil que continuem avançando. Precisamos criar um mundo novo, diferente do que estamos destruindo.”  
Buenaventura Durruti (1896-1936)

“É verdade que, em dia de eleição, mesmo a burguesia mais orgulhosa, se tiver ambição política, deve curvar-se diante de sua Majestade, a Soberania Popular. Mas, terminada a eleição, o povo volta ao trabalho, e a burguesia, a seus lucrativos negócios e às intrigas políticas. Não se encontram e não se reconhecem mais. Como se pode esperar que o povo, oprimido pelo trabalho e ignorante da maioria dos problemas, supervisione as ações de seus representantes? Na realidade, o controle exercido pelos eleitores aos seus representantes eleitos é pura ficção, já que no sistema representativo, o controle popular é apenas uma garantia da liberdade do povo, é evidente que tal liberdade não é mais do que ficção.”

A ilusão do Sufrágio Universal  
Mikhail Bakunin

Aos meus pais, Marlene e Paulo, pelo esforço  
Ao meu irmão Paulo,  
À Izabel, camarada e amor da minha vida  
Ao nosso filho Gael

“Se te quero é porque tu és  
Meu amor, meu cúmplice e tudo  
E na rua lado a lado  
Somos muito mais que dois

Teus olhos são meu conjuro  
Contra a má jornada  
Te quero por teu olhar  
Que olha e semeia futuro

Tua boca que é tua e minha  
Tua boca não se equivoca  
Te quero porque tua boca  
Sabe gritar rebeldia

(...)

E por teu rosto sincero  
E teu passo vagabundo  
E teu pranto pelo mundo  
Porque és povo te quero

E porque o amor não é auréola  
Nem cândida moral  
E porque somos casal  
Que sabe que não está só

Te quero em meu paraíso  
E dizer que em meu país  
As pessoas vivem felizes  
Embora não tenham permissão”

(Mario Benedetti)

## AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos aqui feitos são para as pessoas que me ajudaram de alguma forma e me deram força para realizar este estudo e terminá-lo. Antes propriamente dos agradecimentos, gostaria de lembrar que esse período do doutorado foi, no mínimo, especial em todos os sentidos, tanto no coletivo como no individual. Primeiro, a greve das universidades federais de 2012, à qual os estudantes do CPDA também aderiram; depois, uma das maiores manifestações do Brasil, o Levante Popular de Junho de 2013, e as manifestações que se sucederam contra a violência policial e o racismo, contra os gastos exorbitantes em megaeventos, a greve da educação do Rio em outubro de 2013 e a greve dos garis de 2014. Foi um desafio e tanto. Do ponto de vista pessoal, coisas importantes aconteceram e a maior delas foi a chegada do “muleque”, que, provavelmente, já estará chorando e nos alegrando no dia da defesa.

Primeiramente gostaria de agradecer aos e às camaradas de luta que trabalham para que *brotem homens e mulheres em um exército negro que germina “lentamente nos sulcos da terra, crescendo para as colheitas do século futuro” (Zola, Germinal)*. Tanto a “velha guarda” como os mais novos, este trabalho só foi possível devido ao estímulo que tenho ao estar “hombro a ombro o peito a peito” com vocês para criar um mundo em que de fato possamos viver, em que possamos ter liberdade e igualdade. Sem opressões e exploração.

Espero que este trabalho sirva para trilhar um caminho de vitórias, pois luta não faltará. Agradeço aqui às e aos camaradas: Luiz Gustavo, Jonatas, Hana, Luiz, Flayane, Wagner, Lucas, Giovanna e Aline Magalhães (companheira das antigas). Espero que este trabalho nos ajude. À amiga e companheira de chimarrão e milongas, Graciela. À amiga e camarada Maria Cristina, que está no mesmo caminho e que é também muito importante.

“é perfeita tua certeza  
construída cotidianamente  
e tão correta tão justa tão bonita  
de que é preciso lutar.”

(poema de Maria Cristina Martins)

Também gostaria de agradecer às companheiras da equipe de Sociologia do CEFET-RJ Valena, Marisa e Keila. Aos amigos e colegas do CPDA, onde conseguimos ir para além dos padrões, criando discussões maravilhosas, como na Semana Acadêmica, mantendo a revista dos e das estudantes e realizando uma greve linda, valeu a pena. Turma boa, turma da fuzarca. Patricia Silva, Patricia Pinheiro, Sergio Botton, Janaína, Iby, Fabrício Telo, Aline, Gabriel, Luciana, Juliana, Josy, Cecília, Jaqueline, Michelle, Mario Ney, Pedro Campeão, Mirna Oliveira, Fernanda Nagem, Bruno Almeida, Vanessa Schottz, Elis, Ariane, Renato e Malu. Nessas andanças vamos nos esbarrando. Agradeço também por ter ganhado mais uma “tia”, Raquel, boas conversas nos cafés.

Ao professor e orientador Andrey Ferreira, sempre crítico, dando apoio fundamental para que este trabalho chegasse até aqui. Também uma referência teórica fundamental no campo dos estudos do materialismo sociológico e da abordagem coletivista-anarquista. Às professoras Leonilde Medeiros, Debora Lerrer e Regina Bruno e aos professores Renato Maluf, Nelson Delgado e Sergio Leite, com quem tive boas orientações ao longo dos cursos, debates e viagens a Seropédica.

Ao professor Wallace Moraes, pelas suas observações para o desenvolvimento da tese. Sempre compartilhando inquietudes por um mundo sem exploração e opressão. Irmão-

camarada que encontrei primeiro nas ruas do Rio de Janeiro, a cidade rebelde, como gosta de falar.

Ao amigo-camarada e às amigas-camaradas de Juiz de Fora que estão sempre incentivando. Que nossa amizade continue a ser esse sopro de solidariedade e luta. Fica aqui também o agradecimento por todo apoio dos meus sogros: Miríades Augusta e Mauro.

Por fim, agradecimentos e considerações especiais aos companheiros Evandro e Rubens Germano, Rubão, pelas conversas e conhecimento que pude ter ao estar com vocês. Foi fundamental para o desenrolar desta tese. Espero que ela contribua para o movimento camponês e dos trabalhadores rurais e de todo o povo do campo e da cidade na luta por uma vida livre e justa.



## RESUMO

A presente tese resulta de uma pesquisa sobre a ação e o saber político produzidos pela CUT durante o período do Governo Lula (2003-2010) até as manifestações conjuntas de rua com a FIESP, ABIMAQ e centrais sindicais, como Força Sindical e União Geral dos Trabalhadores, embasada no arcabouço teórico do materialismo sociológico e da abordagem coletivista a partir de autores como Pierre Joseph Proudhon, Mikhail Bakunin e Georges Gurvitch. A tese nasceu da inquietação a respeito das abordagens sobre a trajetória política da CUT, sua suposta traição, e do sepultamento da questão agrária, sobretudo no que diz respeito à reforma agrária de cunho radical. Dessa maneira, estudamos o saber político, o sistema cognitivo, social-democrata, sobre o industrialismo e a questão agrária, retomando debate clássico entre marxistas e anarquistas acerca dessa questão e do desenvolvimento histórico da social-democracia e da aplicação desse modelo. Apresentamos como o modelo social-democrata se materializou, no Brasil, numa síntese nova, chamado de sindicalismo propositivo, que articula esse saber social-democrata com a estrutura sociopolítica brasileira, que se apresenta com a forte presença do pragmatismo sindical e eleitoral brasileiro. Dessa forma mostraremos como uma burocracia sindical desenvolveu uma prática de governo e um saber que permitiram a interpenetração das classes, principalmente por meio da participação no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDS), sendo este modelo de sindicalismo e seu sistema cognitivo fundamental para a prática de governo e interpenetração entre classes sociais em torno da Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), contribuindo para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil através de um favorecimento de uma aristocracia operária, base da burocracia sindical presente na gestão do Estado, e contribuindo para integração entre indústria e agricultura, como no caso dos carros flex-fluel, secundarizando a política de distribuição de terras.

## ABSTRACT

This work aims to explore the actions and political knowledge generated through and within the main workers union in Brazil (CUT) experience. The research covered the period from Lula government (2003-2010) to the joint demonstrations along with FIESP, ABIMAQ and other unions, as *Força Sindical* and *União Geral dos Trabalhadores*, and it is grounded on sociological materialism, specifically on the collectivist approach of Pierre Joseph Proudhon, Mikhail Bakunin e Georges Gurvitch. The main interpretations about CUT history emphasizes its supposed betrayal, especially those concerned with the agrarian question and the agrarian reform. Therefore this theses analyses the political knowledge about industrialism and the agrarian question, in the light of the classic debate among marxists and anarchists about social democrat alignments and movements. We show how the social democrat project has come to be applied, in Brazil, in a new synthesis, called here propositional unionism, which articulates these social democrat knowledge with political brazilian structure, that is characterized by strong presence of unionist and electoral pragmatism. Thus we aim to show how the unionist bureaucracy has developed a government practice and knowledge that allowed the classes conciliation, through the participation in the *Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social* (CEDS). The argument developed here is that this unionism model, as well as its cognitive system, were both crucial to government practices and the conciliation between social classes in order to apply the *Agenda Nacional de Desenvolvimento* (AND) and the *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC, a development program), which had contributed to 1) the development of capitalism in Brazil through fostering the labor aristocracy, usually the group that leads the union and so the negotiation within the State, and 2) to integration between industry and agriculture, as in the case of flex-fuel cars, letting aside the land distribution policy.

### **Lista de Abreviações**

AARS - Associação do Aço do Rio Grande do Sul  
ABBI – Associação Brasileira de Bancos Internacionais  
ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial  
ABDIB – Associação Brasileira das Indústrias de Base  
ABCITRUS - Associação Brasileira Dos Exportadores De Cítricos  
ABF - Associação Brasileira de Franchising  
ABIEF - Associação Brasileira da Indústria de Embalagens Plásticas  
ABIMAQ – Associação Brasileira das Indústrias de Máquina  
ABIQUIM - Associação Brasileira da Indústria Química  
ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica  
ABINFINA - Associação Brasileira da Indústria de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades  
ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil  
ABRAD - Associação Brasileira de Radiestesia e Radiônica  
ABRALIMP - Associação Brasileira do Mercado de Limpeza Profissional  
ABRAMAT - Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção  
ABRAS - Associação Brasileira de Supermercados  
ABRASCE - Associação Brasileira de Shopping Center  
ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva  
ABRINQ - Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos  
ACE - Acordo Coletivo Especial  
ACIUB - Associação Comercial e Industrial de Uberlândia  
ACMinas - Associação Comercial de Minas  
ACPA - Associação Comercial do Pará  
ACREFI - Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento  
ACRISSUL - Associação dos criadores do Mato Grosso do Sul  
ACRGS - Associação Comercial do Rio Grande do Sul  
ACRJ - Associação Comercial do Rio de Janeiro  
ACSP - Associação Comercial de São Paulo  
ADVB - Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil  
AE – Articulação de Esquerda  
AEB - Associação de Comércio Exterior do Brasil  
AICESIS - Associação Internacional dos Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares  
AIT - Associação Internacional dos Trabalhadores  
ALADDA - Associação Latinoamericana de Distribuidores de Automotores  
ALN – Ação Libertadora Nacional  
AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros  
AMORJ – Arquivo do Movimento Operário do Rio de Janeiro  
ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil  
ANAMACO - Associação Nacional de Comerciantes de Materiais de Construção  
ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações  
ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Desenvolvimento  
ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros

e de Capitais

ANC - Agenda para um Novo Ciclo de Desenvolvimento

ANCAB - Associação Nacional das Empresas Concessionárias de Aeroportos  
Brasileiros

AND - Agenda Nacional de Desenvolvimento

ANDIB - Associação Nacional dos Bancos de Investimento

ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto

ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e  
Contabilidade

ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Oposições Sindicais

ANC - Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento

AND - Agenda Nacional de Desenvolvimento

ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento

ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

ANDIB - Associação Nacional dos Bancos de Investimento

ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

ANL - Aliança Nacional Libertadora

ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos  
Inovadores

AP – Ação Popular

Art Sind – Articulação Sindical

**ASDS - Aliança para Democracia Socialista**

ASGAV - Associação Gaúcha de Avicultura

ASS – Alternativa Sindical Socialista

ASSIMPI – Associação da Micro e Pequena Indústria

ASSOBENS - Associação Brasileira dos Concessionários Mercedes-Benz

ASSUCAL - Associação dos Produtores Independentes de Açúcar e Alcool

BACEN - Banco Central

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM&F – Bovespa Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BOC - Bloco Operário Camponês

**CAT - Central Autônoma dos Trabalhadores**

CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

CDPA - Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (CDPA)

CEF - Caixa Econômica Federal

CESIT - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho

CESP - Conselho Administrativo das Empresas Energéticas do Estado de  
São Paulo

CETEC/MG - Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais

CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de  
São Paulo

CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

CGTB - Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil  
 CLT - Consolidação das Leis do Trabalho  
 CMN - Conselho Monetário Nacional  
 CNA -Confederação Nacional da Agricultura  
 CNB – Construindo um Novo Brasil  
 CNBB - Conferência Nacional dos Bispos no Brasil  
 CNDI – Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial  
 CNI - Confederação Nacional da Indústria  
 CNM – Confederação Nacional dos Metalúrgicos  
 CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação  
 CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria  
 CODEFAT - Conselho de Desenvolvimento do Fundo de Amparo ao Trabalhador  
 CONCLAT - Conferência Nacional da Classe Trabalhadora  
 CONCLAT - Congresso da Classe Trabalhadora  
 CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas  
 CONLUTE -Coordenação Nacional de Lutas Estudantis  
 CONTAG - Confederação dos Trabalhadores da Agricultura  
 COSBAN - Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação  
 CS – Convergência Socialista  
 CSC -Corrente Sindical Classista  
 CSP-CONLUTAS – Central Sindical e Popular - Coordenação Nacional de Lutas  
 CST – Corrente Socialista dos Trabalhadores  
 CUT – Central Única dos Trabalhadores  
 CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil  
 CTCOM - Conselho Consultivo dos Trabalhadores para a Competitividade  
 DAS - Direção e Assessoria Superiores  
 DNTR – Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais  
 DS – Democracia Socialista  
 EED - Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento  
 ENOES - Encontro Nacional de Oposição a Estrutura Sindical  
 ENOS - Encontro Nacional das Oposições Sindicais  
 ENTOES - Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical  
 FAF – Federação dos Agricultores Familiares  
 FASUBRA - Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras  
 FEBRABAN - Federação Brasileira de Associações de Bancos  
 Febráfarma - Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica  
 Fecomercio - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo  
 FEM – SP – Federação dos Empregados Metalúrgicos  
 FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo  
 FETAESP – Federação dos Trabalhadores Assalariados do Estado de São Paulo  
 FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura  
 FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar  
 FIEC – Federação Da Indústria do Estado do Ceará  
 FIRJAN – Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro

CIESP – Confederação da Indústria do Estado de São Paulo  
FIEM – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais  
FIERS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul  
FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná  
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo  
FP - Frente Popular  
FS – Força Socialista  
FS – Força Sindical  
FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais  
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool  
IC – Internacional Comunista  
IIRSA - Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana  
IPI -Imposto sobre Produto Industrializado  
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Intelectual  
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados  
LBI – Liga Bolchevique Internacionalista  
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens  
MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária  
MASTER – Movimento de Agricultores Sem Terra  
MES – Movimento Esquerda Socialista  
MCR - Movimento Comunista Revolucionário  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio  
MEC – Ministério da Educação  
MME – Ministério das Minas e Energia  
MOSM- SP – Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica – Cidade de São Paulo  
MR – 8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
NEP – Nova Economia Política  
NCST - Nova Central Sindical de Trabalhadores  
NES - Natureza Especial  
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras  
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
ONGs - Organizações Não Governamentais  
ORPPLANA - Organização dos Produtores e Fornecedores de Cana-de-Açúcar  
OT – O Trabalho  
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
PACTII - Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria  
PADSRS – Plano Alternativo de Desenvolvimento Social Rural e Sustentável  
PAISS - Plano de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico  
PBM - Plano Brasil Maior

PBQP - Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
PDT – Partido Democrático dos Trabalhadores  
PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo  
PETROS – Fundação Petrobras de Seguridade Social  
PITCE - Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação  
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária  
POF - Partido Operário Francês  
PPS – Partido Popular Socialista  
PRC – Partido Revolucionário Comunista  
PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil  
PROCERA Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira  
PsdF - Partido Socialista da França  
PSF - Partido Socialista Francês  
PSI - Programa de Sustentação do Investimento  
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade  
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PV – Partido Verde  
SFIC/PCF – Seção Francesa da Internacional Comunista/Partido Comunista Francês  
SFIO – Seção Francesa da Internacional Operária  
SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Federal  
SIMPI – SP -Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo  
SINAES – SP - Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos  
SINQUI – RJ – Sindicato dos Químicos do RJ  
Sinditextil - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SINDUSFARMA - Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de SP  
SINDUSCON/MG; Sindicato da Indústria da Construção Civil - MG  
SINDAG - Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola  
SM – ABC – Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do ABC Paulista  
SM – SP - Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo  
SINDIPEÇAS - Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores  
UGT - União Geral dos Trabalhadores  
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB)  
UNE – União Nacional dos Estudantes.  
UNICA - UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA DE AÇÚCAR  
UNISOL - União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Correntes da CONTAG (1962) .....	86
TABELA 2. Tendências Críticas ao Sindicalismo de Estado .....	88
TABELA 3. Eventos Sindicais e Suas Proposições .....	90
TABELA 4. Organizações CONCLAT (1981) .....	91
TABELA 5. Características dos Blocos Sindicais em Disputa.....	92
TABELA 6 - 1º Direção da CUT – Pós CONCLAT 1983 .....	93
TABELA 7. Características CUT x CGT.....	94
TABELA 8. Mobilização no Campo Início dos Anos 1990.....	96
TABELA 9. CUT RURAL x CONTAG.....	99
TABELA 10. Comissão Pró-PT.....	103
TABELA 11. Tendências do PT.....	103
TABELA 12. Característica da Articulação.....	104
TABELA 13. Característica da Disputa do Campo Partidário.....	104
TABELA 14. Resultado Eleitorais dos Encontros Nacionais do PT.....	105
TABELA 15. Características das “Tendências” no Campo Político da CUT.....	108
TABELA 16. Disputa de Campos no Interior da CUT.....	109
TABELA 17. Eventos do PT e da CUT.....	109
TABELA 18. Campos da CUT em relação à Estrutura Sindical.....	111
TABELA 19 Disputas de Correntes Sindicais pela Direção Nacional.....	112
TABELA 20. Eixos de Luta Sindical.....	114
TABELA 21. Principais Disputas no III Congresso.....	117
TABELA 22. Principais proposições da Articulação.....	120
TABELA 23. Eventos da CUT no governo Lula.....	132
TABELA 24. IX CONCUR (2006).....	143
TABELA 25. Correntes da CUT no X CONCUR.....	147
TABELA 26. Representação Sindical no País.....	152
TABELA 27. Representação Sindical Por Área.....	152
TABELA 28. Por região, o número de trabalhadores sindicalizados, em 2009.....	153
TABELA 29. Taxa de Sindicalização da População Ocupada Ativa (POA).....	153
TABELA 30. Sindicalização Rural.....	153
TABELA 31. Número de Sindicatos Filiados.....	154
TABELA 32. Evolução Histórica dos Delegados setor ocupacional.....	156
TABELA 33. Evolução dos Delegados do Setor Rural.....	157
TABELA 34. Evolução Histórica dos Delegados por Região de Origem.....	157
TABELA 35. Evolução dos delegados por escolaridade.....	158
TABELA 36. Distribuição dos Delegados por Faixa Etária.....	158
TABELA 37. Presença de Delegado por Cargo e pela Base.....	158
TABELA 38. Direção Executiva Nacional por setor.....	159
TABELA 39. Composição Da Direção Nacional por Região.....	160
TABELA 40. Composição da DN da CUT (1984-1991).....	160
TABELA 41. Composição da DN da CUT (1994-2000).....	161
TABELA 42. Conferências Nacionais de Política Públicas.....	164
TABELA 43 Conselhos.....	166
TABELA 44. Trajetória dos Sindicatos e do PT para o Estado.....	169
TABELA 45. Reuniões por Conselho que a CUT participou Governo Lula (2003-2010).....	171



TABELA 46. Conselheiro Sindicais no CDES.....	178
TABELA 47. Conselheiros CUTISTAS no CDES.....	178
TABELA 48. Conselheiros CUTISTAS no Comitê Gestor do CDES.....	179
TABELA 49. Conflitos no Campo (2003-2015).....	236
TABELA 50. Evolução Emprego x Produtividade carros Flex-Fluel.....	250
TABELA 51. Salário setor automotivo.....	251

#### LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Principais Proposições da CUT por Congresso.....	130
QUADRO 2. Principais políticas dos CUT – GOVERNO LULA.....	132
QUADRO 3. Evolução Histórica dos Temas e Principais Ações CDES Lula 1.....	174
QUADRO 4. Conselheiros e Setor.....	197
QUADRO 5. Entidades empresariais representadas no CDES.....	199
QUADRO 6 Evolução Histórica dos Temas e Principais Ações CDES Lula 2.....	208
QUADRO 7. Sugestões para o Diálogo Social.....	218
QUADRO 8. Eventos e Publicações.....	238

#### LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. Sindicalização por Região.....	152
GRÁFICO 2. Sindicalização Rural e Urbana no Brasil.....	153
GRÁFICO 3. Sindicalização Rural por Gênero.....	153
GRÁFICO 4. Sindicalização Rural segundo assalariamento.....	155
GRÁFICO 5. Distribuição delegado (Rural x Urbana).....	157
GRÁFICO 6. Número de Conflitos por Terra (2001-2015).....	233
GRÁFICO 7. Evolução dos recursos destinados ao PRONAF.....	259
GRÁFICO 8. Evolução recursos agronegócio e agric. Familiar.....	259

#### LISTA DE ORGANOGRAMA

ORGANOGRAMA 1. Estrutura CUT.....	162
ORGANOGRAMA 2. Formação do Sindicalismo Propositivo.....	164
ORGANOGRAMA 3. Organograma da Estrutura do CDES.....	175

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>20</b>
Da tese da traição à plataforma de crescimento econômico e desenvolvimento: uma problematização teórica.....	23
Sobre o papel do sindicato em relação ao Governo do PT: a construção e sustentação da aliança agrário-industrial.....	28
Fundamentação teórica e metodológica.....	36
Justificativa e procedimentos.....	45
<b>1 - O INDUSTRIALISMO E AGRARISMO: A CRÍTICA COLETIVISTA .....</b>	<b>48</b>
1.1 - A Proposição Política da Social-democracia Internacional para o Campesinato: subordinação ao industrialismo.....	53
1.2 - O “MIR” na Rússia.....	60
1.3 - O Desenvolvimento do Industrialismo: Questões Políticas e Teóricas.....	66
1.4 - A Social Democracia e o Marxismo Ortodoxo.....	70
1.5 - O Pacto Agrário-industrial da Social-democracia.....	78
<b>2 - A CUT E O PROJETO SOCIAL-DEMOCRATA: SINDICALISMO PROPOSITIVO, INDUSTRIALISMO E QUESTÃO AGRÁRIA.....</b>	<b>82</b>
2.1 - As Raízes do Modelo: Social-democracia e Comunismo Internacional.....	83
2.2 - A Política Sindical para o Campo do PCB.....	86
2.3 - Sindicalismo Propositivo e Sindicalismo Reivindicativo no campo: CUT, CONTAG e MST.....	88
2.4 - Novo Sindicalismo ou a Velha Social-democracia com nova roupagem? O Saber Político-Sindical.....	100
2.5 - Do Conflito a Negociação Conflitiva: a Formação do Sindicalismo Propositivo.....	108
2.6 - Trabalhadores no poder: o sindicalismo propositivo.....	132
2.7 - Estrutura Social do Sindicalismo Propositivo.....	152
<b>3 - A PRÁTICA POLÍTICA DA CUT NO GOVERNO LULA 1.....</b>	<b>164</b>
3.1 - A Participação da CUT e dos Sindicalistas no Estado.....	164
3.2 - A participação no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) – Da Agenda Nacional para o Desenvolvimento (AND) ao Acordo para o Desenvolvimento Sustentável.....	174
3.3 - O Impacto da Prática Governamental sobre a Prática Sindical .....	203
<b>4 - A CUT E AS POLÍTICAS DE COMBATE À CRISE ECONÔMICA EM 2008-2009 PARA O CAMPO E PARA A INDÚSTRIA.....</b>	<b>208</b>
4.1 - A Ação da CUT durante a Crise Econômica.....	236
4.2 - A CUT e a Política de Desenvolvimento: a aliança indústria-agricultura mediada pelo Estado.....	252
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PAPEL DO SINDICALISMO NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO GOVERNO LULA.....</b>	<b>268</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>273</b>

**BIBLIOGRAFIA.....275**

## INTRODUÇÃO

A eleição de Luís Inácio Lula da Silva pela coligação liderada pelo PT e apoiada pela CUT foi comemorada como uma grande esperança de reversão das políticas neoliberais em curso no país. Passado o momento eleitoral e de festa da posse, já no primeiro ano de governo se inicia uma reforma da previdência dos servidores públicos federais de cunho neoliberal<sup>1</sup>, que provocou uma reação dos servidores públicos no plano sindical e uma cisão parlamentar no PT capitaneada pela senadora Heloísa Helena. Estas dariam origem a uma nova central sindical, a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), formada em março de 2004, em um encontro contra a reforma sindical, realizado em Luizíania (GO), e ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), formado em 2004 e oficializado em 2005.<sup>2</sup> Tais processos legaram uma leitura crítica que forneceu algumas explicações para o fenômeno PT-CUT e a adoção aparentemente contraditória de políticas neoliberais.

Os dois principais partidos políticos de esquerda críticos à atuação da CUT e do PT, o PSOL e o PSTU, sustentam que o governo Lula em seu primeiro mandato não atingiu as expectativas de reformas sociais devido a uma traição programática, do ponto de vista econômico, principalmente no que se refere à relação com “o grande capital financeiro”, e do ponto de vista político de adesão do PT e da CUT à conciliação e às reformas propostas pelo governo.

José Maria Almeida, principal liderança do PSTU<sup>3</sup>, afirmou em entrevista:

Nós começamos a nos articular em 2004 para discutirmos a organização da resistência contra a reforma sindical e trabalhista que o governo e uma parte das centrais sindicais estavam patrocinando no país. Como a CUT, da qual eu fazia parte, apoiou esse projeto, houve um conjunto de sindicatos da Central que resolveu organizar um movimento à parte para impedir a aprovação daquela reforma. Conseguimos impedir a tentativa do governo e, em 2006, foi convocado um congresso que transformou aquela mobilização informal em uma central sindical e

---

<sup>1</sup> A Emenda Constitucional nº 49/2003, chamada de Reforma da Previdência de 2003, foi uma modificação na lei de aposentadoria dos servidores públicos federais que significou o fim da aposentadoria integral e o aumento do tempo de contribuição e trabalho. As novas regras estabeleceram para os homens 60 anos de idade, 35 anos de contribuição, 20 anos de serviço público, 10 anos de carreira e 5 anos no último cargo. As mulheres precisam ter 55 anos e 30 anos de contribuição, além das outras três exigências.

<sup>2</sup> O PSOL se originou da expulsão da senadora Heloísa Helena e dos então deputados federais Luciana Genro, Babá e João Fontes do PT, por irem contra a orientação do governo e do partido e votarem contra a Reforma da Previdência de 2003. Em 06 de junho de 2004, com apoio de intelectuais como Ricardo Antunes, Francisco de Oliveira, Carlos Nelson Coutinho e Leda Paulani, o partido é criado, obtendo o registro na justiça eleitoral em setembro de 2005.

<sup>3</sup> O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) é criado em 1992 depois que a corrente Convergência Socialista (CS), fundada em 1978, é expulsa do PT, a partir da decisão da Direção Nacional por manter sede própria, imprensa dirigida ao público externo e finanças separadas. O partido é filiado à Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI) de orientação trotskysta morenista. Uma parcela minoritária da CS fundou uma nova corrente, a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST), filiada à Unidade Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (UIT-QI), também trotskysta, que permaneceu no PT até a reforma da previdência de 2003, quando o deputado Babá (PT-PA) foi expulso. A corrente atualmente faz parte do PSOL e chegou a participar da formação da CSP-Conlutas.

popular.

O PSTU foi um dos primeiros grupos que convocaram mobilizações contra a reforma da previdência de 2003, que levou à ruptura e cisão deste grupo no interior da central, vindo a formar a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), num encontro em Luiziana, em 2004, e transformando-a em central em um congresso em 2006.

Na reunião da Direção Executiva Nacional da CUT (DEN-CUT) do dia 20 de julho de 2004, José Maria de Almeida (integrante da DEN) anunciou a cisão com a CUT e o encaminhamento do processo de desfiliação dos sindicatos da CUT. Sem sair da CUT, declarava seu afastamento da DEN, fato que gerou um intenso debate na reunião, principalmente por parte de Luiz Marinho. Segundo o dirigente do PSTU: “Na nossa opinião, é necessário construir outro tipo de alternativa, para buscar aglutinar as forças para lutas contra o modelo que aí está. Pela localização política em que se optou por colocar a CUT frente ao novo governo, é muito difícil construir um processo como esse por dentro da CUT. Não é mais possível continuar avançando na luta pelas transformações que nós queremos fazer no país”. (CUT, 2004)

No dia 27 de julho de 2004, Luiz Marinho anunciava no site do PSTU o seu afastamento da Direção Nacional da CUT, a qual compunha, como decisão da Federação Democrática dos Metalúrgicos de MG. Segundo o texto: “**As razões desse nosso gesto estão nas transformações vividas pela CUT, particularmente depois da posse de Lula.** A partir dos compromissos com a base do governo (PT e PCdoB), a Central passa a apoiar o modelo econômico implantado por Lula e sua equipe, que segue o mesmo modelo econômico do FMI contra o qual lutamos desde que fundamos a CUT”.

O Jornal “Opinião Socialista”, do PSTU, na sua edição nº 203, de 08 de dezembro de 2004, na matéria intitulada “O ano em que surgiram novas alternativas de luta”, afirma:

Os primeiros dias de 2004 sinalizaram que esse ano ficaria marcado como o ano da traição e do ceticismo. O governo dava provas mais do que claras de que aprofundaria o aperto fiscal exigido pelo FMI. No movimento sindical, a CUT demonstrava todo o seu ataque. Expressão máxima dessa nova condição da central ocorreu nos dias 5 e 6 de fevereiro. A Executiva Nacional da CUT realizou uma reunião na qual definiu seu apoio às propostas de reformas sindical e trabalhista que resultassem do Fórum Nacional do Trabalho (FNT). O Fórum, órgão formado por empresários, centrais e o governo, foi o responsável pela elaboração das reformas. Essa decisão da CUT foi aprovada pela maioria de sua Executiva, que se sobrepôs à oposição encabeçada por José Maria e Vera Guasso. Diante da histórica traição da central, ganhou força o chamado ao Encontro Sindical Nacional, evento com o intuito de reunir o sindicalismo combativo do país e impulsionar a luta contra as reformas sindical, trabalhista e universitária. Diversas entidades convocaram o encontro em março, em Luiziana (GO).

A matéria conclui da seguinte maneira: “Ano da traição se transformou no ano da luta. O ato em Brasília no dia 25 de novembro reuniu 15 mil pessoas e teve a decisiva participação da Conlutas e da Conlute, fechando um ano que tinha tudo para ser marcado como o ano da traição, tanto do governo Lula como da CUT e da UNE, com a disposição de luta de milhares de ativistas.”

Por sua vez, o Partido Socialismo e Liberdade surgiu como resultado da crise interna, provocada pela oposição de parte dos parlamentares do PT por ocasião dos debates acerca da reforma da previdência. Também este partido caracteriza o governo do PT pela traição. Segundo a resolução do PSOL:

A vitória de Luís Inácio Lula da Silva foi uma rejeição ao modelo neoliberal lançado no governo Collor, mas consolidado organicamente nos dois mandatos de FHC. Seus 52 milhões de votos eram a base consistente para uma nova trajetória governamental. Seu governo, no entanto, foi a negação dessa expectativa. Depois de quatro disputas, Lula entregou-se aos antigos adversários e voltou as costas às suas combativas bases sociais históricas. Transformou-se num agente na defesa dos interesses do grande capital financeiro. Na esteira dessa guinada ideológica do governo, o Partido dos Trabalhadores foi transformado em correia de transmissão das decisões da Esplanada dos Ministérios. (PSOL, 2006)

Os principais problemas apontados pelos grupos dissidentes são o crescimento com base no endividamento; a adoção de reformas, como a da previdência em 2003; o favorecimento aos setores capitalistas da aliança política construída pelo PT e apoiada pela CUT; e a incorporação da central às estruturas estatais. No seu primeiro congresso, em 2006, a resolução sobre conjuntura nacional da Conlutas indicou:

O traço mais marcante do seu governo é a sua submissão às ordens do FMI e dos capitalistas internacionais (...). Sua política econômica – baseada em uma estabilidade alicerçada nos altos juros, em uma obediência canina aos ditames do FMI e do capital internacional –, apesar de não haver nenhuma crise mais séria, impede o desenvolvimento econômico do país, vide o baixo crescimento do PIB em 2005 (2,3%), e mantém inalterados os altos índices de pobreza e de desigualdade social.

A Conlutas, tendo como grupo hegemônico o PSTU e correntes do PSOL, que não rompem com a CUT, se mantém no mesmo quadro teórico e programático da CUT e do PT. A crítica é em relação fundamentalmente ao grupo político hegemônico que dirige a Central. Em grande parte, essa tese deriva de uma concepção marxista trotskista, uma vez que para essa corrente o sindicato deve se subordinar ao Estado quando este estiver sob controle operário ou for uma ditadura do proletariado.<sup>4</sup>

É interessante notar que o pragmatismo eleitoral é o primeiro ponto a ser destacado. A Conlutas, em seu primeiro congresso, em 2006, não aprovou nenhuma resolução de apoio a partidos eleitorais para as eleições daquele ano, tendo em vista também as discussões em torno da adesão de setores do PSOL à central. Já sobre questão agrária, indica a luta por uma “reforma agrária sob controle dos trabalhadores e por uma política agrícola que apoie os pequenos produtores” e a construção de um seminário agrário. Entretanto, no II Congresso, em 2008, é aprovada uma resolução que propõe “oferecer aos candidatos da classe o programa e a plataforma de reivindicações e luta que a Conlutas defende”, retomando assim as deliberações do II CONCUR.

O PSOL se posiciona da seguinte maneira a respeito dos primeiros anos do governo do PT:

Primeiro que o governo petista implementava medidas sociais democratas e neoliberais e que a Central Única dos Trabalhadores, controladas por correntes do Partido dos Trabalhadores (PT) apoiam. Neste sentido, a crítica se coloca à conciliação com interesses das classes dominantes.

O estopim foi a aprovação da Reforma da Previdência do setor público. Este nefasto projeto, sempre combatido pelo PT quando era oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), foi imposto pelo governo Lula como uma de

---

<sup>4</sup> Lenin e Trotsky travam um conflito sobre a participação dos sindicatos na ditadura do proletariado. Trotsky defendia a total militarização e subordinação dos sindicatos à ditadura do proletariado, tendo em vista a experiência do comunismo de guerra. Lenin se coloca contra essa posição.

suas prioridades. A então senadora Heloisa Helena e os então deputados federais Luciana Genro, Babá e João Fontes foram expulsos do PT por irem contra a orientação do governo e votarem a favor do povo brasileiro.

Seu governo, no entanto, foi a negação dessa expectativa. Depois de quatro disputas, Lula entregou-se aos antigos adversários, e voltou as costas às suas combativas bases sociais históricas. Transformou-se num agente na defesa dos interesses do grande capital financeiro.

A teoria da traição, como apropriação da ideia de Trotsky (2007) de crise de direção, surge como parte do processo político de crise na relação partido-sindicatos, com as cisões que levaram à formação de uma nova central e um novo partido. Mas apesar dessas cisões, a nova central, a Conlutas, e o novo partido, o PSOL, permaneceram dentro da herança ambígua do modelo social-democrata petista que, através de uma política estatista, avançou no desenvolvimento capitalista e na desorganização e desmobilização da classe trabalhadora. A teoria da traição expressa uma continuidade teórica, uma vez que a crítica fundamental é que o grupo dirigente do PT e da CUT, no caso a Articulação Sindical, se transformou em “agente do interesse do grande capital financeiro”. Ou seja, trata-se de uma crise de direção do partido que determinava as ações políticas do movimento operário. Portanto, temos uma crise no sindicalismo gerada pela prática governamental.

### **Da tese da traição à plataforma de crescimento econômico e desenvolvimento: uma problematização teórica**

No campo das ciências sociais, existem algumas análises que procuram explicar a relação entre trabalhadores, sindicalismo e Estado. Destacamos três interpretações que se dedicam à análise dessas relações no período do governo Lula, fundamentalmente a partir da relação entre os grupos sociais com o Estado e as coalizações governamentais. Essas interpretações defendem que o período Lula (2003-2010) teria criado mudanças sociais que significaram um neopopulismo, ou um neodesenvolvimentismo ou o lulismo como um pacto social conservador. A tese do neopopulismo é assumida ainda no período dos governos neoliberais na América Latina, principalmente com a ascensão de Fujimori no Peru, e procura, assim como o conceito original, “populismo”, identificar uma espécie de fragilidade institucional com a relação paternalista entre um líder carismático e uma massa popular, se configurando numa estratégia política de manutenção do poder político.

A tese neopopulista em seu viés econômico critica as medidas intervencionistas que não são necessariamente antineoliberais. O populismo nesses termos poder ser definido como um estilo de estratégia política que compreende: a) uma liderança política, b) uma coalizão de apoio multiclassista; c) uma forte mobilização social vertical (“de cima para baixo”); d) uma ideologia eclética e anti-establishment; e e) um uso sistemático de métodos redistributivos. Governos como de Alberto Fujimori, no Peru, Sanchez Lozada, no México, e Carlos Menem, na Argentina, foram caracterizados dessa forma. A emergência de governos de esquerda no final dos anos 1990 e início da década de 2000 também foi chamada de neopopulismo (Castañeda, 2006). A crítica no geral se dirigia a ampliação do papel do Estado, com restrições à liberdade do mercado, que seriam responsáveis por uma suposta perda de produtividade e inovação em razão dessa hipertrofia governamental, que afetaria o desenvolvimento e crescimento econômico do país, além do descuido em relação à inflação e a metas fiscais. As políticas distributivas seriam responsáveis pela sustentação social e daria

legitimidade aos governos, que teria uma massa de marginalidades leais ao Estado.<sup>5</sup>

No campo do marxismo, as teses mais desenvolvidas estão relacionadas à tese do neodesenvolvimentismo e do lulismo, representadas no campo acadêmico por Armando Boito Jr., Giovanni Alves, André Singer e Ruy Braga. No entanto, é preciso destacar que, em menor ou maior grau, os quatro autores acabam por se referenciar na perspectiva neopopulista no que se refere a sua parcela política, da relação entre líder carismático e as “massas” e a vitória eleitoral.

Para Boito Jr., o governo petista conforma um novo realinhamento do bloco no poder com a burguesia de origem nacional, principalmente agrária e industrial, que abarca uma diversidade de setores, como mineração e construção civil.

O neodesenvolvimentismo é o desenvolvimento possível nos marcos do neoliberalismo, conduzindo a economia para uma especialização produtiva e corredores de exportação. Assim, é conformada uma frente política neodesenvolvimentista que se opõe ao neoliberalismo ortodoxo do governo FHC. Essa frente, por sua vez, é dirigida pela grande burguesia interna brasileira, que inclui a baixa classe média, a classe operária, o campesinato e os trabalhadores da massa marginal. Essa massa marginal é, na verdade, uma força de apoio, sobretudo de uma perspectiva eleitoral.

Essa frente é possível devido ao impacto do desemprego no movimento sindical e popular e aos desacordos da burguesia com o neoliberalismo. A política econômica da frente consiste em: a) políticas de recuperação do salário-mínimo e de transferência de renda, que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; b) forte elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento das grandes empresas nacionais a uma taxa de juro favorecida ou subsidiada; c) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais; d) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica e e) incremento do investimento estatal em infraestrutura.

O neodesenvolvimentismo e a frente que lhe dá sustentação aceitam a divisão internacional do trabalho e, com isso, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro em novos contextos históricos. Para Boito, o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veleidade de agir como força social nacionalista e anti-imperialista.

Por sua vez, a participação do operariado é mediada pelo PT e sindicatos, sendo que estes não mais dirigem o partido, enquanto o campesinato é representado pela CONTAG e MST. Por sua vez, a massa de trabalhadores desempregados, subempregados, vivendo do trabalho precário ou “por conta própria” representam o ponto extremo da frente neodesenvolvimentista e entretêm com ela uma relação bem particular. Essa “massa marginal” reside principalmente na periferia dos grandes centros urbanos do país e no interior da região Nordeste. O autor subdivide essa massa em duas: a primeira, dos movimentos por moradias e de desemprego; a segunda, as massas marginais desorganizadas e passivas, beneficiárias do programa Bolsa Família, que atuam somente nos momentos de votação.

Na visão do autor, o limite da Frente são os próprios interesses divergentes, principalmente em relação aos direitos trabalhistas. O autor considera que o governo Lula foi

<sup>5</sup> Em contraponto a essa leitura do neopopulismo, temos a literatura que defende esse ciclo de governos de esquerda na América Latina como governos pós-neoliberais. Sader, Gentili, Anderson e Boron estão entre os autores desse campo, com uma variação do que entendem por políticas antineoliberais e até mesmo pró-capitalismo.



um novo episódio em que a intervenção política dos trabalhadores propicia um novo impulso ao capitalismo no Brasil, no entanto, ainda que em menor grau, a ideia de que existe uma sustentação fundamental pelo subproletariado é bastante evidente, relativizando o papel da CUT e do SM-ABC na construção de políticas estratégicas para o Estado, como de valorização do salário-mínimo e criação de um mercado interno de massas.

Singer, por sua vez, desenvolve a tese do lulismo, distinta desta caracterização. No caso, existe uma diferenciação e o sujeito genérico “povo, massa marginal ou pobres” das teses do neopopulismo e neodesenvolvimentismo, com exceção de Boito Jr., é substituído pela diferenciação da classe trabalhadora. Singer parte da ideia gramsciniana das contradições regionais italianas para evocar o surgimento do lulismo a partir das eleições de 2006, a partir da sua reordenação eleitoral, que garantiu a adesão do subproletariado ao PT, passando esse a adotar um reformismo restrito, fraco. É essa massa excluída, concentrada no Norte e no Nordeste, que garante a política econômica do governo, uma vez que o interesse do subproletariado é adentrar o mercado de trabalho, sair da exclusão, sem confrontar a ordem.

Neste sentido, o problema de massa marginal, periférica e rural só pode ser resolvido com a industrialização, para aumentar a produção nacional. É esse subproletariado o responsável pela guinada do PT ao reformismo fraco, com base numa política populista. Aqui, Singer segue a tese “neopopulista”, uma vez que também enxerga nessa massa o elemento de sustentação do governo Collor e como parte da cultura política brasileira, sendo que PT e Lula, diante da crise do Mensalão, durante o ano de 2005, e da impossibilidade de mudança da política econômica, encontraram nesse setor a base de sustentação de seu governo. Singer assim abstrai o papel de movimentos, como a CUT, bem como os subgrupos de trabalhadores responsáveis pelo encaminhamento do pacto neocorporativista.

Essa massa marginal teria como principal objetivo o ingresso no mercado de trabalho, se transformando em proletária. Assim, o pragmatismo eleitoral para atrair a burguesia, principalmente de setores industriais e do agronegócio, teria reforçado um reformismo fraco devido à atenção eleitoral ao subproletariado, que na visão do autor sempre foi a base eleitoral dos setores conservadores. Dessa maneira procura demonstrar a ascensão do lulismo como uma clivagem cesarista-bonarpatista do PT, principalmente após o escândalo do chamado “mensalão”<sup>6</sup>. Ou seja, o subproletariado como força responsável pela aliança com a burguesia interna.

Na nossa consideração, Alves faz uma mediação entre a tese do neodesenvolvimento e do lulismo. Assim como Boito Jr., considera o neodesenvolvimentismo como sendo um novo “*modo de desenvolvimento* capitalista no Brasil apoiado numa *frente política* composta, por um lado, pela *grande burguesia interna* constituída pelos grandes grupos industriais tais como as empreiteiras OAS, Odebrecht, Camargo Correia etc., e os grupos industriais da Friboi, Brazil Foods, Vale, Gerdau, Votorantim etc. e o agronegócio exportador – todos beneficiados pelo aumento das exportações focado numa agressiva política de financiamento através do BNDES, voltado para promover as empresas e os investimentos brasileiros no exterior; por outro lado, pelas camadas organizadas do *proletariado brasileiro* (velha classe operária) e setores populares – incluindo o *subproletariado* pobre, beneficiados pelo crescimento da

---

<sup>6</sup> Nome dado ao escândalo de corrupção política mediante compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional do Brasil, que ocorreu entre 2005 e 2006, para aprovação de medidas favoráveis ao governo Lula. O caso foi descoberto devido à delação do ex-deputado federal Roberto Jefferson, do PTB-RJ. O esquema seria organizado pelo então ministro da Casa Civil, o militante petista José Dirceu. A denúncia gerou a ação penal 470 e levou à condenação diversos integrantes do alto escalão do PT.

economia, redução do desemprego aberto e formalização do mercado de trabalho, oferta de crédito para dinamizar o mercado interno; aumento do gasto público e políticas de transferência de renda via programas sociais (Bolsa-família, Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos, etc).” (Alves, 2012)

Assim, “o neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo capitalista na era do globalismo sob a dominância do capital financeiro” (Alves, 2012), fazendo-se assim uma caracterização do lulismo também como uma parte de um reformismo fraco que evita o enfrentamento direto “não apenas com o grande capital financeiro internacional que hegemoniza o *bloco de poder* do capital no Brasil, mas também evitando o enfrentamento com a grande burguesia interna que compunha a frente política do neodesenvolvimentismo”.

Por fim, a tese de Ruy Braga procura redefinir o termo precariado<sup>7</sup> para recuperar as teses sobre populismo, neodesenvolvimento e lulismo, buscando assim relacionar a ascensão do lulismo às mudanças econômicas e de reestruturação produtiva, definindo assim a relação entre o desenvolvimento de um precariado na base do sindicalismo fordista do ABC como força de sustentação da CUT e também do governo Lula. Muito semelhante às teses de Alves, que, no entanto, procuram reforçar o caráter da alienação do novo processo de metabolismo do capital.

Em primeiro lugar, essas teses secundarizam a relação capital-trabalho, uma vez que reduzem a construção da política econômica ao espaço da economia nacional, sobrevalorizando a discussão sobre juros e câmbios e diminuindo a reflexão sobre a totalidade contraditória da economia real e, com isso, também secundarizando a relação economia nacional-economia mundial. A explicação sobre comportamento político ora tende a supervalorizar o apoio político através do voto e subdimensionar as organizações representativas das classes, confundindo classe e grupos sociais representados, conferindo grande importância à participação eleitoral dos beneficiários do Bolsa Família e diminuindo o papel de interlocutor de sindicatos e movimentos sociais, bem como abstrai a ação do empresariado e do capital, de forma a parecer que o processo de acumulação ou não ocorreu ou foi feito “acidentalmente”, ou por uma “traição” dos governos populistas a suas bases de apoio ou, ainda, por uma inevitabilidade da atual condição socio-histórica vinculada ao desenvolvimento das forças produtivas.

De acordo com tais análises, as medidas tomadas pelo “lulismo” ou pela “Frente Neodesenvolvimentista” aparecem, em menor ou maior medida, como uma resposta inevitável do PT e de suas organizações ao cenário internacional e à configuração do próprio partido. Nesse sentido, as forças políticas no interior da Frente do Neodesenvolvimento ou do lulismo estariam presas ao arranjo “neopopulista”, resultando do pacto conservador com essa massa de marginalizados. Portanto, são destacados como responsáveis por tais configurações: a) a crise estrutural do capital e b) as alianças de classe com base em resultados eleitorais sem identificação dos agentes e das organizações reais que realizaram essas alianças.

Importante destacar que o tema da questão agrária, quando mencionado pelos autores como Boito Jr., Alves e Braga, tem como relação a identificação do apoio de organizações como MST e CONTAG ao bloco no poder.

Além dessas caracterizações, os estudos sobre o sindicalismo e, particularmente, a CUT no período Lula (2003-2010) podem se dividir em dois campos. O primeiro, que

<sup>7</sup> Precariado é um conceito utilizado pela Sociologia do Trabalho brasileira importado do cientista social “Guy Standing”. Para Standing, o precariado é uma nova classe social. Para Alves (2013), o “precariado é a camada média do proletariado urbano constituída por jovens adultos altamente escolarizados com inserção precária nas relações de trabalho e vida social”, enquanto para Braga o precariado é o proletariado precarizado.

podemos identificar como marxista, procura destacar o processo de degeneração burocrática, de acomodação e substituição da ação conflitiva característica do surgimento da Central, bem como sua adesão à ideologia neoliberal, sendo a Central que capitulou ao neoliberalismo e sucumbiu à reestruturação produtiva nos principais polos do sindicalismo cutista e, posteriormente, à política do governo Lula. Além de Alves, Boito Jr. e Braga, também destacam esse processo Coda, Carvalho, Galvão, Marcelino, Matos, Perondi, Praun, Silva, Souza e Trópia.

O outro campo procura entender a prática sindical da CUT dentro de um quadro político e econômico em que traçam as possibilidades de ação e as limitações das estratégias sindicais dentro de um quadro econômico geral, valorizando assim as práticas coletivas dos trabalhadores dentro do cenário neoliberal e de reestruturação produtiva. Podemos destacar autores como Iram Jácome Rodrigues, Jose Ricardo Ramalho, José Dari Krein, Conceição, Roberto Véras de Oliveira, Vera Silverman, Marco Aurélio Santana, Antoni Negro, Elina Pessanha e Armando Nogueira.

De maneira geral, os estudos sobre sindicato procuram destacar os impasses da ação sindical como decorrente de uma visão que privilegia fatores externos, como as modificações econômicas com a mundialização do capital e as modificações no trabalho, com adoção de novas tecnologias e do toyotismo, que levariam a uma convergência das mudanças e da formação de novos atores, ou de novos contingentes de “precariados”.

O estudo de Leôncio Martins Rodrigues também converge para a tese que privilegia fatores externos de natureza socioeconômica, fenômenos de mais longo prazo e os de natureza político-institucional, que tendem a ser de mais curta duração e que podem por outro lado sofrer maior influência de governos, empresários e sindicatos. Rodrigues também considera que houve, no final dos anos 1980, uma inflexão da CUT para a institucionalização, abandonando a política da CUT movimento em direção à CUT instituição, em grande parte determinada pela vitória nos congressos da Articulação Sindical e da derrota da CUT pela Base, que congregava uma série de correntes sindicais, entre elas a oposição metalúrgica de São Paulo.

Os estudos procuram no geral identificar o momento histórico em que há uma guinada da ação sindical de uma perspectiva conflitiva para uma perspectiva de colaboração, procurando justificar essa guinada a partir do neoliberalismo e/ou da reestruturação produtiva nos setores historicamente importantes para a formação dos dirigentes sindicais cutistas, como bancários e metalúrgicos. Nesse sentido, a ação sindical é determinada por esta situação e pelo papel que o grupo dirigente hegemônico conquistou no caso da CUT e do SM-ABC, como é o caso da Articulação Sindical. As pesquisas em geral têm se aprofundado em caracterizar essa reestruturação produtiva, os impactos no ambiente de trabalho e algumas estratégias dos trabalhadores para resistência, no entanto não procuram detalhar o papel do sindicalismo como atividade e ideologia e, principalmente, desconsideraram ou consideraram de forma secundária o tema da questão agrária, tanto na política governamental quanto na do sindicalismo.

Ainda destacamos a tese de Heloísa de Souza Martins, que conclui afirmando que a estrutura sindical varguista consistiu na integração do sindicato ao sistema como instrumento do desenvolvimento capitalista do país. Em direção parecida apontam os estudos de Boito Jr. O autor traz importantes elementos para a crítica da ação sindical, ao procurar destacar a configuração do bloco no poder, a participação das frações de classe e dos agrupamentos particulares, como sindicatos, movimentos sociais e associações patronais, conjugada à crítica

ao sindicalismo de Estado (o sindicalismo corporativo), na qual identifica como um limitador da ação sindical, destacando o apego e a aceitação das correntes de esquerda à estrutura corporativa.

No entanto, é preciso destacar que o sindicalismo social-democrata também é fundamental para entendermos as práticas políticas cutistas. Nesse sentido, é preciso ressaltar que a construção de um modelo de sindicalismo social-democrata é também determinante para a criação das práticas político-sindicais cutistas, sua ideologia industrialista e a secundarização da questão agrária, bem como a construção do saber político-sindical que levou à formação do sindicalismo propositivo, problematizando assim a perspectiva das teses que privilegiam os fatores externos e a conciliação do sindicalismo à participação estatal como uma traição das práticas de contestação do “Novo Sindicalismo”. Desse modo, é preciso chamar atenção para a adoção do modelo social-democrata conjugado a um saber político sindical fruto da adaptação às condições políticas, sociais e econômicas brasileiras que privilegiam historicamente a luta legal e parlamentar.

As teses apresentadas apontam, no geral, para determinações externas, esquecendo agência de classe, organização e ideologia. Dessa maneira, reduzem os problemas do modelo político e sindical à crise do capital, uma determinação externa; da massa marginal (lulismo) ou da traição de direções, como uma determinação interna. Fazem análises sem uma abordagem dialética, com leituras parciais ou reducionistas acerca do papel da CUT. Sendo assim, nossa tese procura analisar a consolidação de um modelo e prática de sindicalismo durante o governo Lula, que se desenvolveu desde seu surgimento, no final dos anos 1970.

### **Sobre o papel do sindicato em relação ao Governo do PT: a construção e sustentação da aliança agrário-industrial**

A CUT tem um papel ativo na elaboração, sustentação e legitimação das políticas governamentais do PT. Na verdade, a integração do PT e da CUT é fruto de uma adaptação inovadora do modelo social-democrata clássico às condições políticas, sociais e econômicas brasileiras. Neste sentido, é importante lembrar que, já nos anos 1990, a Central começa a adotar um modelo mais propositivo, elaborar planos de governo e participar de comissões tripartites, como na Câmara Automotiva do governo Collor, além da participação em esferas estatais municipais e estaduais, como na prefeitura de Santo André e no governo Olívio Dutra, no estado do Rio Grande do Sul. A Central, além da indicação de apoio e engajamento nas eleições nacionais, também passa a pensar e elaborar políticas públicas e meios para aumentar a participação de organizações sindicais, populares e movimentos sociais nas esferas estatais.

Em 11 de maio de 2002, na quadra do Sindicato dos Bancários de São Paulo, a CUT realizou sua 10ª plenária, com a presença de 414 delegados, sendo 12% de delegados rurais, 11% de delegados metalúrgicos, 22% de trabalhadores da educação e 9% do setor financeiro.<sup>8</sup> Neste evento, a central avaliou o governo Fernando Henrique Cardoso, fez uma análise dos governos estaduais e municipais do PT e procurou rechaçar a alcunha de “braço sindical” deste partido, mas definindo seu apoio à candidatura de Luís Inácio Lula da Silva à presidência. A primeira parte da resolução da plenária é intitulada “Sindicatos e as Eleições”, que delibera “pelo apoio e engajamento na candidatura Lula à presidência da República, bem como na tarefa de eleger governadores(as), senadores(as) e deputados(as) comprometidos(as) com o campo democrático popular”. (CEDOC-CUT, 2002)

<sup>8</sup> Administração Pública, 8%; Alimentação, 2%; Construção Civil, 3%; Comércio e Serviços, 4%; Químico, 5%; Seguridade, 9%; Informática, 2%; Transportes, 2%; Urbanitários, 4%; e Vestuário, 3%.

A justificativa do apoio ao candidato do PT é feita com a seguinte afirmação: “O país precisa eliminar a exclusão, que é estrutural, distribuindo renda e produzindo os bens que a população precisa consumir. Isto sem abrir mão dos confortos da vida moderna e defendendo a integração soberana do país na economia global. Só Lula reúne as condições para garantir as transformações de que o Brasil precisa.”

Em relação às candidaturas que se colocavam à oposição, como de Ciro Gomes (PPS) e Garotinho (PDT), a declaração da plenária afirmou que estas candidaturas não estavam comprometidas com a maioria e que não tinham base de sustentação popular para enfrentar as pressões conservadoras.

Além dessa questão, o documento afirma a necessidade de criar amplas alianças mesmo no meio sindical:

Ainda no campo das alianças, convém considerar que as organizações de trabalhadores comprometidos em eleger Lula não estão restritas ao campo da CUT. Eleger Lula interessa principalmente à base de amplos setores do sindicalismo brasileiro. Ou seja, queremos Lula, mas o candidato não é só nosso. Mais do que isso, a tarefa é ampliar o apoio ao nosso candidato na área sindical. Para isso, o trabalho na campanha de Lula não pode se misturar com as disputas na área sindical. É um cuidado duplo. O nosso apoio a Lula ao lado de setores adversários não pode ser entendido como superação de diferenças que estão longe de serem resolvidas, do mesmo modo que essas diferenças não podem servir para afastar os outros setores sindicais da candidatura Lula. Não é uma equação fácil de montar, mas é um desafio que devemos enfrentar. (CEDOC-CUT, 2002)

O documento ainda chama a atenção para a relação partido-sindicato, defende que, ao lado da discussão eleitoral, é preciso ter uma pauta estratégica e que, “além de ajudar na construção do programa de governo, deveremos ter uma pauta específica da CUT, compatível com o programa que defenderemos, mas sem subordinação ao governo”. (CEDOC-CUT, 2002)

As ações da CUT anteriores à 10ª Plenária vinham se pautando pela “Marcha a Brasília pela Instalação da CPI da Corrupção”, articulada através do Fórum Nacional de Lutas, que se tornou um dos eixos de mobilização da CUT, conjuntamente com o eixo “Fora FHC e FMI”, definido no 7º CONCUT, em 2000. A resolução congressual afirma:

*No seio da nossa Central não existe diferença com a palavra de ordem exigindo o “Fora FHC e o FMI”. (...) A CUT tem a responsabilidade de levar para as outras entidades sindicais e populares a sua energia para formalização de um programa nacional que pode substituir a orientação econômica atual, vinculado à campanha de “Fora FHC/FMI”. (...) É preciso dar um basta. Combater o governo FHC é combater o neoliberalismo, e por isso o 7º Concuto resolve:*

- articular um amplo movimento de massas e da sociedade para fortalecer a oposição a FHC visando ao fim de seu governo;
- mover uma ação de improbidade administrativa contra Eduardo Jorge e FHC;
- apoiar a instalação de uma CPI no Congresso Nacional para investigar o envolvimento do presidente da República nos atos de corrupção denunciados.

Esta proposta exige a mobilização dos trabalhadores e o povo nas ruas. Que todos nós, delegados e delegadas a este Congresso, a CUT e seus sindicatos filiados, assumamos essa tarefa: “Fora FHC” (CONCUT, 2000)

Na Carta ao Povo Brasileiro, Luís Inácio Lula da Silva anunciou a política de crescimento e de aliança entre trabalhadores e capitalistas:

Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica

o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. **Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena. (...) O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional**, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a **um novo contrato social**, capaz de **assegurar o crescimento com estabilidade**. (...) O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo. Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. (...) O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas para ampliar as exportações. Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. (PT, 2002b)

A Carta não marca o início do processo pragmático eleitoral, mas o seu coroamento (Secco, 2011), já em disputas internas, no PT e na CUT, desde o final dos anos de 1980. Neste sentido, a CUT foi uma das principais organizações dos trabalhadores a se incorporar dentro de uma articulação com setores do empresariado nacional para desenvolver o projeto político defendido na Carta ao Povo Brasileiro pelo então candidato do PT, e que vinha sendo construído desde o final dos 1980 pelas Articulação dos 113 e Articulação Sindical. A carta expressa o coroamento desse processo e as indicações da política estratégica (Gourevitch, 1993), ou seja, quais medidas políticas econômicas e institucionais a serem tomadas em momentos de crise do PT para articular diversos setores políticos em torno de um projeto para enfrentar uma conjuntura internacional que gerou uma crise na economia nacional em 2002.

A carta defende entre outros pontos: “valorizar o agronegócio e a agricultura familiar”, ampliar as exportações com mudança dentro dos marcos institucionais e construir um novo modelo com base em uma ampla negociação nacional “que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um **novo contrato social**, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade”.

Na Carta ao Povo Brasileiro, o termo “crescimento econômico” foi citado nove vezes e o termo “reforma agrária”, uma vez. Em relação à indústria, foi citado especificamente o termo “políticas industriais”, criticando a falta delas no governo FHC.

Neste sentido, a política defendida na Carta são indicações para a construção de uma aliança de enfrentamento da crise do neoliberalismo que afetou América Latina e Ásia no final dos anos de 1990 e para retomar um ciclo ascendente de maior crescimento econômico, com mais acumulação do capital, com algum tipo de benefício social sem que impacte a concentração de renda.

O novo modelo de crescimento econômico implementado pelo PT é amparado no pressuposto de que a “crise” determina a política. Para o partido e seu grupo dirigente, sua estratégia é a realista, a única possível, e não uma escolha política. É neste sentido uma tese determinista, que busca naturalizar essa opção de aliança de classe que se concretiza, na prática, em um pacto social. Entretanto, a principal tese da oposição de esquerda é voluntarista, no sentido de que atribui ao grupo dirigente a determinação das políticas adotadas no presente momento.

Dessa maneira, o PT e a CUT constroem uma “política estratégica” (Gourevitch,

1993) que está presente na “Carta ao Povo Brasileiro” e que contém como elementos centrais dessa política o crescimento econômico combinando grande capital e pequena produção, industrialismo, secundarização da “reforma agrária” e do campesinato e absorção dos sindicatos pelo Estado.

Conforme deliberação da 10ª Plenária da CUT, as indicações da Carta não contrariam o posicionamento da central em relação ao apoio ao candidato do PT. Tanto a CUT como seus aliados, MST e PCdoB, defendem a tese de disputa de hegemonia dentro da aliança de classe, naturalizando sua estratégia, como se ela fosse a apreensão mais realista da história e a única resposta possível à crise dentro do quadro de avanço do neoliberalismo e da composição de forças políticas estatais internacionais. Defendendo com isso a necessidade de crescimento econômico e de criação de espaços tripartites de negociação e participação da “sociedade civil”.

Na reunião da direção executiva nacional de 11 e 12 de fevereiro de 2003, é realizado um balanço dos primeiros meses do governo Lula, onde se avaliou que foi aberto um novo cenário para os trabalhadores, que hoje são chamados para opinar, participar e viabilizar o programa do atual governo. A executiva nacional encaminha também a criação do Grupo de Trabalho Estado e Políticas Públicas, Reforma Sindical e Trabalhista e sobre Reforma da Previdência. Nessa reunião, é realizada uma recomposição da executiva, tendo em vista a saída de dirigentes como a vice-presidente Monica Valente, o primeiro-secretário Remigio Todeschini, o secretário de Relações Internacionais, Kjeld Jakobsen, o secretário de Organização Sindical, Rafael Neto, a secretária de Comunicação, Elisângela dos Santos Araújo, que passaram a ocupar cargos nos governos federal e municipal.

Assim, a Central se dedica a debater as proposições que serão direcionadas para o Estado e para os espaços de concertação social. Um dos principais e fundamentais espaços que materializam a política estratégica de aliança do sindicalismo com o Estado e as organizações e grupos capitalistas é o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Ou seja, o conselho demarca a absorção, já em curso, do sindicalismo pelo Estado, como agente “proponente” de políticas. O CDES foi criado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, mas já havia sido instituído por medida provisória em janeiro do mesmo ano, sendo uma das primeiras medidas do governo Lula. Sendo assim, as estratégias delineadas na “Carta ao Povo Brasileiro”, antes das eleições de 2002, se materializaram no CDES, que foi o espaço fundamental de “concertação” nacional e interpenetração entre as classes sociais na defesa de propostas comuns.

O CDES é um conselho consultivo diretamente vinculado à presidência da República, que reúne representantes sindicais, das diversas frações da classe trabalhadora, movimentos sociais, representantes de ONGs e personalidades artísticas e científicas. “Ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social compete assessorar o presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas e apreciar propostas de políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo presidente da República, com vistas à articulação das relações de governo com representantes da sociedade”. (SEDES, 2010)

O conselho foi composto por 82 conselheiros e 10 representantes do governo federal indicados pelo presidente da República. São realizadas reuniões plenárias, em média quatro por ano, com a presença do presidente da República, além de reuniões de grupos de trabalho, seminários, colóquios e missões internacionais. As decisões são tomadas por consenso entre os membros presentes.

A Carta ao Povo Brasileiro deixa clara a política de conciliação de classes e procura alicerçar essa aliança com uma política estatal que busque o crescimento econômico com algumas melhorias sociais, articulando os setores econômicos (agrário, industrial e financeiro). Com a vitória do PT, as medidas anunciadas na “Carta”, cuja CUT foi um importante agente, um conjunto de políticas e medidas passa a ser debatido e negociado no âmbito do CDES.

O primeiro conjunto de documentos acordados no interior do CDES diz justamente respeito ao objetivo principal do conselho: a concertação. Nesse sentido, no âmbito do CDES, são enunciadas as “Cartas de Concertação”. O CDES elaborou seis **Cartas de Concertação**, com os seguintes temas: 1) Ação política para a mudança e a concertação; 2) Ação pelo progresso e inclusão social; 3) Fundamentos para um novo contrato social; 4) O desafio da transição e o papel da sociedade: a retomada do crescimento; 5) Caminhos para um novo contrato social: documento de referência para o debate; e 6) Política industrial como consenso para uma agenda de desenvolvimento.

Nesse sentido, as promessas delineadas na Carta ao Povo Brasileiro se materializam, como no CDES e nas Cartas de Concertação, logo no início do governo Lula. Dentro desse quadro de construção de uma concertação social, os debates entre capitalistas, representantes sindicais e do movimento popular, além de membros do conselho, aconteceram entre 2003 e 2004. Nesses Cartas se definem, por exemplo, a criação do Fórum Nacional do Trabalho e se enuncia a construção de uma reforma da previdência. Posteriormente foram produzidos, no âmbito do CDES, todos os enunciados de articulação entre os setores da burguesia e dos trabalhadores, como a **Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND)**, os **Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento (EED)** e a **Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC)**, que foram os documentos orientadores da política industrial e que demarcam a aliança entre CUT e o empresariado. Importante destacar também que a AND será uma das bases de construção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), bem como de discussões que determinaram a estruturação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional; a instituição das Parcerias Público-Privadas, da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e da Agenda Nacional do Trabalho Decente.

As primeiras reuniões do CDES e a produção das cartas de concertação têm importância para a aliança que se estabelece no sentido da concertação de classe, como também para a mediação do Estado para integração entre os setores industriais e agrícolas da economia visando ao crescimento econômico. Essa situação pode ser exemplificada pela terceira reunião do Pleno do CDES, realizada no dia 12 de junho de 2003, no Palácio do Planalto. Compareceram como representantes da CUT: João Felício, João Vaccari Neto e Luiz Marinho. Nesta reunião, foi encaminhado o relatório da reforma sindical e trabalhista e debatida e aprovada a *Terceira Carta de Concertação*, cujo título é “FUNDAMENTOS PARA UM NOVO CONTRATO SOCIAL”, cujo principal ponto é a proposta de crescimento econômico com base na articulação entre a esfera pública e privada. O termo crescimento relacionado à economia é citado 17 vezes em quatro páginas; destacamos o ponto 15, referente à política geral de desenvolvimento e crescimento econômico:

15. Parece correto afirmar que a construção de um projeto nacional de desenvolvimento depende fundamentalmente da ação do governo no sentido de direcionar a economia para a produção, capaz de ampliar o emprego e a produtividade, o consumo interno e as exportações, bem como de promover a substituição de importações e de alavancar o crescimento na ampliação e na



modernização da base produtiva. Essa transição pressupõe a ampliação da capacidade produtiva da economia, a partir de uma forte orientação da política econômica para os setores de **infraestrutura e bens de capital, no sentido de garantir as bases do crescimento e de evitar problemas de oferta que possam afetar a estabilidade dos preços.** (SEDES, 2003)

Também destacamos o ponto 23, referente à questão agrícola:

23. Ganha destaque também como elemento fundamental para o desenvolvimento a agricultura, assim como a pecuária, pois a **ampliação da produção primária, a modernização e a difusão das técnicas produtivas**, a organização da atividade rural e a regulação da qualidade de insumos e produtos representam **mecanismos de aumento da produtividade e das exportações**, desenvolvimento social e melhoramento das condições de vida no campo. **E a articulação destas políticas com um eficiente sistema de crédito, com amparo à agricultura familiar e com uma política de reforma agrária pode provocar uma efetiva transformação no aproveitamento da base territorial e produtiva**, financiando o desenvolvimento econômico e promovendo a inclusão social. A política governamental voltada para o setor primário deve estimular o sistema produtivo por meio de instrumentos como pesquisa e assistência técnica, seguro agrícola, crédito rural e preços mínimos, de forma aliada com um princípio de solidariedade, **visando à ampliação do mercado de trabalho e do consumo interno** (SEDES, 2003)

O documento deixa bem claro que a política estratégica elaborada para o enfrentamento da crise é a mesma iniciada no segundo governo FHC (1999-2002), ou seja, a ampliação de produção primária com aumento da produtividade e das exportações. Também deixa bem claro o foco no desenvolvimento de infraestrutura e sua articulação com o sistema creditício (financeiro) para transformação da economia e da sua base territorial, com intuito também de ampliar o mercado de trabalho e o crescimento do consumo interno. Ou seja, existe uma preocupação na tentativa de atender amplos setores da burguesia interna e dos trabalhadores. A política de reforma agrária é apenas citada, mas sempre sem metas e objetivos concretos em termos de desapropriação e investimento, ganhando mais destaque políticas direcionadas ao fortalecimento da chamada “agricultura familiar”.

No dia 4 de Setembro de 2003, é realizada a quarta reunião do CDES com a presença de Volmir Santolim, João Vaccari Neto e Luiz Marinho, além do presidente Lula e dos ministros Guido Mantega (Planejamento), Antonio Palocci Filho (Fazenda) e Luiz Furlan (Indústria e Comércio). Nessa ocasião, foi apresentado o Plano Plurianual e enfatizada a importância do CDES para os debates sobre o crescimento econômico. Foi também aprovada e publicada a *Quarta Carta de Concertação, cujo título é “DESAFIO DA TRANSIÇÃO E O PAPEL DA SOCIEDADE: A RETOMADA DO CRESCIMENTO”*, em que o termo crescimento consta oito vezes em apenas três páginas. O balanço das três primeiras cartas é assim delineado:

Na Primeira Carta, apresentamos o papel do CDES, como espaço público não estatal, na construção de um novo entendimento nacional, tomando como ponto de partida a recuperação do Estado, a partir das reformas. Na Segunda Carta, discutimos a necessidade de o país optar pelo crescimento como condição para enfrentar a questão da exclusão social. Na Terceira Carta, avançamos na definição dos fundamentos econômicos para a construção de um novo contrato social, baseado no crescimento sustentado, na geração de empregos e na distribuição de renda, delineando alguns passos importantes na árdua e inédita tarefa de transição para um novo modelo de desenvolvimento. (SEDES, 2003)

No ponto 12, é mais bem delineada a articulação entre o agronegócio e a agricultura

familiar. No documento consta que:

12. Para acelerarmos o processo de modernização e desenvolvimento do país, é fundamental a democratização da propriedade da terra, com a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar. No Brasil, é absolutamente compatível a coexistência da empresa rural, moderna e produtiva, que tem enorme importância econômica e social, com a pequena propriedade familiar, fundada na cooperação e voltada ao mercado interno. Ao Governo cabe promover o diálogo e a conciliação, sem aceitar que a força se sobreponha à razão, ao Estado de direito e à convivência social. Capital e trabalho, empresários e trabalhadores, podem e devem construir juntos os alicerces do desenvolvimento. As condições políticas, sociais e econômicas para a superação da crise estão a um passo. Cabe a cada um, Governo e sociedade, fazer a sua parte. (SEDES, 2003)

Neste sentido, fica evidente a política baseada nas exportações e o direcionamento do Estado para o atendimento do chamado setor da agricultura familiar. No mesmo período em que os debates de concertação ocorrem no CDES, a CUT realiza atividades direcionadas para elaboração e gestão de políticas públicas, em setembro de 2003, em conjunto com a Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e a Força Sindical, e é lançado o documento

A Pauta do Crescimento – Sugestões das Centrais Sindicais”, que indicam como propostas principais: 1) rejeição a novos acordos com FMI, 2) menor taxa de juros, 3) **política de aumento real do salário-mínimo**, 4) redução da jornada de trabalho, 5) **concursos públicos**, 6) participação nos lucros, 7) **programas de qualificação profissional**, 8) **contratos setoriais tripartites nos fóruns de competitividade**, 9) **programa de estímulo à agroindústria**, 10) **fixação de metas de assentamentos**, 11) **desoneração de investimentos via isenção de impostos como IPI**, 12) desoneração das exportações e 13) **ampliação dos gastos em infraestrutura**.<sup>9</sup>

Importante destacar que os pontos em negrito na carta foram todos encaminhados e discutidos no CDES e com representações empresariais e governamentais. No dia 10 de dezembro de 2003, é realizada a quinta reunião do CDES com a presença de Volmir Santolim, João Vaccari Neto e João Felício como representantes da CUT. Participaram da mesa Henrique Meirelles, presidente do Banco Central; Guido Mantega; Antonio Palocci Filho e Marcio Fortes, secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O secretário-executivo expôs a articulação do CDES com outros conselhos similares internacionais, participando da Conferência Internacional “Caminhos para um Novo Contrato Social”, além da realização do Fórum de Lideranças Nacionais pela Concertação. Nessa reunião foi apresentado um primeiro esboço de política industrial, bem como um balanço da política econômica e monetária. Também foi publicada a *Quinta Carta de Concertação, intitulada “CAMINHOS PARA UM NOVO CONTRATO SOCIAL, DOCUMENTO DE REFERÊNCIA PARA O DEBATE”*. A carta contém treze pontos, cujos sete primeiros procuram fazer um balanço conjuntural das desigualdades no mundo, e faz referências a concertações sociais importantes, em que diz que “Experiências ímpares como as de Moncloa<sup>10</sup>, ou mais gerais como as das sociais-democratas europeias ou do *New Deal*

<sup>9</sup> Importante destacar que a Força Sindical é uma central sindical oriunda da CGT e com uma prática de conciliação desde seu surgimento, se consolidando como segunda maior central e maior opositora da CUT, mantendo como importante sindicato o dos metalúrgicos de São Paulo.

<sup>10</sup> O Pacto de Moncloa foi um acordo firmado em 25 de outubro 1977, na Espanha, ao final da ditadura do

estadunidense, demonstram que uma renovação da contratualidade social é possível.”

O documento procura referenciar as políticas a serem tomadas. Destacamos os pontos nove e dez:

9. Em outras palavras, a parceria entre o Estado e a iniciativa privada não mais se concretiza somente sob a forma da aplicação de tributos recolhidos para oferecer ao capital trabalhadores bem treinados, um ambiente urbano seguro e civilizado, subsídios à pesquisa científica e tecnológica, políticas fiscais e industriais voltadas para o incentivo ao investimento na produção de bens e serviços e na geração de empregos.

10. Parte do desafio de hoje consiste em formar uma nova parceria, sem que o Estado se aliene das tarefas públicas. Em tal parceria, os investimentos requeridos pela sociedade, seja no campo da produção, seja nas áreas sociais ou de infraestrutura, devem ser de **responsabilidade conjunta entre o governo e as empresas. E o advento da PPP (parceria público-privada) parece ser um bom caminho nesse sentido.** Esta possibilidade se mostra viável a partir da atuação do Estado no sentido de restringir os riscos dos investimentos de mais longo prazo e da consciência das empresas de que alguns serviços prestados à população devem manter sua natureza pública. Como suporte a este arranjo, os marcos regulatórios e institucionais, com definição em curso, assumem papel de destaque. Nesse sentido, deve ser recuperada a capacidade de investimento, bem como o papel de financiamento do Estado. Da mesma forma, deve ser promovida uma melhoria na eficiência da gestão pública. (SEDES, 2003)

Nesse sentido, desde 2003, no âmbito do CDES e divulgado através das cartas, já se enunciam as parcerias entre Estado e capitalistas no sentido de crescimento econômico, com o Estado por sua vez melhorando sua gestão e financiando essas parcerias.

Por fim, a última carta, a sexta, é intitulada POLÍTICA INDUSTRIAL COMO CONSENSO PARA UMA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO, de março de 2004, que faz apontamentos gerais para a política industrial no sentido de valorizar cadeias produtivas, investimentos tecnológicos e também exportação de commodities. É ainda interessante destacar que o termo “igualdade” é encontrado uma única vez nas seis cartas de concertação, no documento que soma 23 páginas no total. Tal documento será a base para a discussão e construção da política industrial que aparecerá com a Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND), que em parte se desdobrará no PAC, sem tocar na estrutura agrária brasileira e incorporando as perspectivas de necessidade do aumento da “competitividade” e “inovação” associado ao desenvolvimento industrial contemporâneo.

As Cartas de Concertação apontam para uma política de um “novo contrato social” e de centralidade de uma política industrial, tecnológica e de comércio exterior com vista ao crescimento econômico. Em conjunto com a Carta ao Povo Brasileiro, coroam toda a política que foi se desenvolvendo no interior da CUT e do PT desde a sua formação. Destacamos que os setores que romperam com CUT e PT defendem a tese da traição da CUT em 2003, sem, no entanto, fazerem nenhuma consideração mais crítica sobre a relação entre Estado e sindicatos e o lugar central da questão agrária construída progressivamente desde a origem da CUT. A tese da traição é tratada como uma questão superficial, explicada como uma crise de direção do grupo dirigente partidário, no caso a Articulação Sindical vinculada à atual corrente majoritária do PT – Construindo um Novo Brasil (CNB), ex Articulação dos 113.

---

general Francisco Franco, que havia morrido em 1975. O então governo de Adolfo Suarez enfrentava uma crise econômica e o ascenso das lutas pelo fim da ditadura. O Pacto Social contou com os representantes dos trabalhadores, entre eles o Partido Socialista Operário Espanhol, o Partido Comunista Espanhol e as organizações sindicais União Geral dos Trabalhadores e Comissões Obreras.

Geralmente são críticas atribuídas à conquista da hegemonia deste grupo do III para IV CONCUR e consolidada com a traição ao movimento quando a CUT decidiu apoiar o governo Lula, como ficou claro na fala do representante do PSTU, José Maria de Almeida.

É importante destacar que as formulações da CUT já entendiam como ponto principal a articulação entre crescimento econômico e intervenção estatal, que possibilitaria o desenvolvimento industrial para formação de um amplo mercado consumidor interno. Não pressupunham o rompimento com setores capitalistas, pelo contrário, procuraram no surgimento do “novo sindicalismo” romper com tutelas estatais, reafirmando a negociação direta entre trabalhadores e capitalistas, bem como o estabelecimento de melhorias nos locais de trabalho e conquista do poder estatal para melhorias relacionadas a benefícios sociais, procurando se distinguir da política do PCB e do PCdoB.

Também é importante destacar que a CUT participava desse espaço de negociação e tinha acesso direto à formulação da política econômica que seria implementada pelo governo. Portanto, a central era um importante agente na construção da política estratégica e da articulação com o Estado para debate e construção dessas políticas, como nas proposições presentes no documento: **“A Pauta do Crescimento – Sugestões das Centrais Sindicais”**. Dessa maneira, a tese do lulismo não se confirma, uma vez que “o reformismo fraco” sobre responsabilidade de uma base heterogênea e conservadora vai em contraposição à agência da principal central sindical, controlada por forças políticas próprias, com produção de um saber político e enraizada em uma estrutura social que possibilitou a formação de um tipo de sindicalismo: social-democrata.

Por sua vez, a questão agrária aparece como ponto secundário. Sequer é tocada alguma possibilidade de reforma. Os três principais pontos negociados em torno da aliança se concentram em torno das reformas da previdência, trabalhista e tributária, todas elas com contorno antipopular, sendo o agronegócio crucial para a política macroeconômica do governo eleito. Por sua vez, as políticas direcionadas ao acesso à terra se mantêm nos marcos das modificações legais do período FHC, como Banco da Terra, viabilidade técnica dos assentamentos, atualização dos índices de produtividade, revogação da Medida Provisória 2.183, que criminaliza os trabalhadores e trabalhadoras rurais que promovem ocupações e isenta de vistorias por dois anos ou mais os imóveis ocupados, revisão política de titulação e disponibilização das terras improdutivas, devolutas e das terras utilizadas para o plantio de drogas, para fins de reforma agrária.

Dessa maneira, o desenvolvimento do modelo social-democrata, seu modelo cognitivo como base, associado à estrutura social e ao sindicalismo de Estado no país, propiciou seu desenvolvimento para o chamado sindicalismo propositivo.

### **Fundamentação teórica e metodológica**

A adoção do Sindicalismo propositivo não parte de um abandono do chamado “novo sindicalismo”, identificado como um sindicalismo pautado pela estratégia do confronto, segundo Armando Boito Jr. e Giovanni Alves, ou da CUT movimento, como classifica Iram Jácome Rodrigues. Se, num primeiro momento, o “novo sindicalismo” contribuiu para a expansão de direitos e algumas modificações pontuais na legislação sindical com críticas ao sindicalismo de Estado, contraditoriamente, a luta direcionada para o Estado, por meio da construção do PT, o fez desenvolver um “sindicalismo propositivo”, em resposta ao “sindicalismo de resultado” desenvolvido pela CGT e como próprio desenvolvimento de um sindicalismo com uma orientação social-democrata que, paulatinamente e de acordo com as

alianças políticas e sindicais, foram se desenvolvendo.

Como fundamentação teórica para melhor compreender esse movimento, adotamos o materialismo sociológico, uma abordagem teórica construída a partir da teoria anarquista, desenvolvidos fundamentalmente por Proudhon e Bakunin. Essa concepção materialista permite, ao mesmo tempo, a crítica científica da história do capitalismo, do movimento sindical e da classe trabalhadora, além da geração de novas teses sobre a interpretação do desenvolvimento capitalista e do sistema mundial nos diferentes países. Neste sentido, essa teoria defende a sociedade como uma unidade criadora de ideias, instituições e religião a partir de noções como “força coletiva e razão coletiva”.

Consideramos aqui o anarquismo<sup>11</sup> como um fenômeno histórico, um fato social, ou seja, o movimento social e político desenvolvido especialmente por Proudhon, Bakunin e as organizações revolucionárias e os sindicatos, no qual as posições intelectuais desses atores ganhavam expressão. Dessa maneira, o anarquismo estaria associado a três pressupostos: “1) a crítica da propriedade privada e da desigualdade; 2) a defesa do federalismo e da divisão de poder contra o centralismo e a concentração de poder; 3) o reconhecimento do protagonismo dos trabalhadores na transformação social por meio da luta de classes, que se realizaria por meio da organização revolucionária das massas”. (Ferreira, 2015)

De acordo com o materialismo aqui adotado, a variação, dada pela possibilidade permanente de combinações novas e diferentes entre os seres já existentes, possibilita a formação de novos “seres reais”. Sendo assim, a determinação é seguida pela indeterminação relativa, pela possibilidade de combinação de fatos, de ações e reações, engendrando novos produtos. A determinação é a base da realidade material, mas ela se aplica a elementos bem específicos.

Neste sentido, na concepção materialista de Bakunin há uma negação do determinismo e de um centro difusor; “sendo assim, o materialismo bakuninista é pautado no pressuposto de que a realidade é uma totalidade material (compreendida como o conjunto das ações e reações de todos os fatores reais, físico-químicos, biológicos e sociais), portanto, a sociedade é entendida como o espaço e tempo do processo de ação e reação incessante sobre a natureza, sobre os indivíduos que a compõem e sobre si mesma. Dito de outra maneira, a sociedade é o motor da transformação do mundo material. Por isso, o pressuposto de toda análise é a experiência concreta, sendo que a ação, a consciência e a ideia são, simultaneamente, produto e produtora de novas experiências”. (SILVA, 2014)

Retomaremos, assim, a teoria anarquista clássica para análise crítica da perspectiva industrialista e anticamponesa presente no movimento sindical social-democrata e comunista, bem como a crítica do estatismo e sua relação entre trabalhadores e Estado. Tal debate remonta ao movimento real de disputa entre a vertente coletivista (anarquista), que originou o sindicalismo revolucionário, e comunista (marxista), que originou o sindicalismo social-democrata-comunista.

O determinismo econômico identificado na teoria da social-democracia levaria a consequências políticas, como o industrialismo e a defesa de uma superioridade inerente ao operariado industrial. Para Bakunin, o comunismo e a social-democracia, ao mesmo tempo em que dariam importante contribuição ao movimento operário, reforçariam o desenvolvimento do capitalismo e a supremacia dos grupos operários nacionais, uma vez que

---

<sup>11</sup> O anarquismo surge entre os anos 1840 e 1864, ano de formação da Associação Internacional dos Trabalhadores, e vai se desenvolver dentro da AIT e das lutas sociais e nacionais na Europa (em meio às revoluções de 1848, 1871, de insurreições e outras lutas) e através de uma rede de organizações revolucionárias secretas, sociedades de resistência e sindicato.

reforçariam o estatismo e o próprio Estado, portanto, a reação, tendo em vista que o industrialismo está na base do comunismo e da social-democracia, ou seja, que seriam as transformações econômicas determinantes para as modificações, cabendo ao poder central possibilitar estas transformações. Dessa perspectiva, Bakunin faz uma crítica ao centralismo da teoria e à ação política da social-democracia, por privilegiarem o Estado como ponto central da transformação social.

No manuscrito intitulado “A Alemanha e o Comunismo de Estado”, o autor aponta claramente a política social-democrata que reivindica a centralização do Estado, no caso específico, a discussão em torno do Estado suíço, que acumulava força para o fortalecimento de uma ideia nacionalista alemã, de reunificação dos povos germânicos sob um único Estado, e que fazia parte da política imperialista da Alemanha. Portanto, uma dominação étnica. Além disso, a política industrialista combinada à política estatal favorecia ao mesmo tempo a burguesia e a camada de operários da indústria.

A Internacional, como os comunistas autoritários da Alemanha a entendem, tende, evidentemente, à criação de uma nova classe dominante e, conseqüentemente, burguesa: a dos operários da indústria manufatureira e das cidades, imposta como classe governante, detentora do novo poder político, e como chefe coletivo, mas fictício, não real, do Estado, aos milhões que cultivam a terra. Digo fictício, não real, porque é evidente que, num grande Estado cuidadosamente centralizado, organizado e politicamente dirigido, não será nem mesmo a massa dos operários das cidades, mas somente seus chefes que poderão governar o Estado; isto, acima desta nova burguesia ou classe dominante, e conseqüentemente exploradora, dos operários das cidades, dará nascimento a **uma burguesia menos numerosa e mais privilegiada ainda, a dos diretores, representantes e funcionários do Estado chamado popular.** (Bakunin, 2014d)

Dessa maneira, no caso da CUT e do PT, temos a formação de uma aristocracia e burocracia operária como sujeito no governo Lula. Essa aristocracia foi forjada, justamente, no modelo social-democrata e nas suas estruturas sociais e cognitivas. Nesse ponto, não tem traição, nem lulismo, mas a agência dessa aristocracia-burocracia através do partido e sindicato como estrutura social do neodesenvolvimentismo. Assim, como elemento fundamental do modelo social-democrata, temos o monopólio da representação de classe pelo partido e que determina os rumos do sindicato, que, a nível local, controla e protege e, em escala nacional, orienta e dirige o Estado. Do ponto de vista da política econômica e do processo de desenvolvimento civilizatório, tem a crença na industrialização e qualificação do camponês como elemento do atraso.

O autor continua destacando a separação campo-cidade provocada pela burguesia, que influencia o proletariado das cidades. Ele continua:

Esta tendência dos operários das cidades de formar uma nova aristocracia, uma nova classe dominante ou política, é-lhes, infelizmente, inerente em mais ou menos todos os países do ocidente da Europa. Desenvolveu-se durante séculos, pela separação que se deu sucessivamente na história entre o desenvolvimento relativamente muito mais rápido das cidades e a estagnação relativa dos campos. Agravou-se através da influência que a burguesia exerceu sobre o proletariado das cidades e pela participação direta deste último em todas as evoluções da política burguesa até os dias de hoje. Resultou dela, entre os trabalhadores do campo e os trabalhadores da cidade, uma aparência de antagonismo de interesses. O antagonismo real jamais existiu, e só existe entre a aristocracia proprietária da terra e a burguesia detentora dos capitais - e esta aparência fortaleceu-se pela vaidade tola e burguesa dos operários das cidades; na maior parte dos países da Europa ocidental, os operários das cidades imaginam que, do alto de sua suposta instrução, têm direito de desprezar

a ignorância dos camponeses. (Bakunin, 2014d)

Posteriormente, afirma a importância da aliança campo-cidade:

Todos aqueles que fazem realmente questão do triunfo da revolução social devem deplorar esta separação nefasta que existe entre o proletariado das cidades e o proletariado dos campos. Todos os seus esforços devem tender a destruí-la, porque devemos estar, todos, bem conscientes de que enquanto os trabalhadores da terra, os camponeses, não tiverem dado as mãos aos trabalhadores das cidades para uma ação revolucionária comum, todos os esforços revolucionários das cidades serão condenados a fiascos inevitáveis. Toda a questão revolucionária está aí: é preciso resolvê-la, ou então perecer. (Bakunin, 2014d)

Na perspectiva do autor, a emancipação da classe operária pelo Estado poderia levar à dominação nacional e de classe, e da cidade sobre o campo. Ao mesmo tempo em que a social-democracia defendia o internacionalismo, sua ação política se pautava pela defesa do Estado e da centralização, portanto, da reação, contrária à revolução. Dessa maneira, há uma crítica ao centralismo que não se resume só à esfera da política. Existe uma dialética entre centralização e descentralização, que, no caso do desenvolvimento do novo sindicalismo podemos entender como um movimento que procurou em um determinado momento combater certos aspectos do sindicalismo de Estado e do regime despótico industrial, procurando, dessa maneira, se transformar em protagonistas e autônomos em relação ao Estado. No entanto, a contradição com o processo de centralização vai se desenvolvendo no processo de criação da própria central e de relação com os agrupamentos políticos e sindicais de orientação social-democrata, cristã e comunista (stalinista e trostkista).

Importante observar a permanência do estatismo como ideologia em todo o campo que veio a formar a CUT e o PT. A permanência dessa ideologia como central no modelo social-democrata foi um importante vetor para permanência dessa ideologia na classe operária, nem havendo nenhuma outra força, na construção da CUT, que fizesse um contraponto ao modelo com centralidade da transformação social via Estado.

Neste sentido, procuramos compreender como as formas contestatórias e de resistência à repressão e ao controle estatal e as péssimas condições de trabalho desenvolveram um saber político sindical associado a um modelo de movimento operário, social-democrata/comunista que privilegia o centralismo, a ação política estatal em detrimento das ações reivindicativas, propiciando o desenvolvimento do sindicalismo propositivo.

Entendemos como modelo de movimento operário “uma certa configuração deste, caracterizada ao mesmo tempo por formas organizacionais, institucionais e ideológicas determinadas, assim como seu arranjo de acordo com uma estrutura característica. Essas formas e esse arranjo correspondem sempre a uma estratégia dominante na luta de classes do proletariado, a uma concretização histórica particular de seu projeto de emancipação, em relação à luta de classes”. (Bihl, 2010)

Neste sentido, Bihl (2010) identifica como hegemonia política e ideológica o modelo social-democrata que possui características estratégicas, organizacionais e ideológicas particulares, diferente de seu rival histórico: o sindicalismo revolucionário.

Primeiro que o projeto social-democrata propõe emancipar o proletariado do capitalismo, emancipando o Estado do capitalismo. Ou seja, o Estado como via obrigatória e inevitável da emancipação do proletariado. A partir desta concepção, o modelo social-democrata se divide em duas variantes: a reformista e a revolucionária. A primeira propõe a reforma da estrutura, com política econômica de nacionalização, controle dos grandes grupos

financeiros, regulamentação das condições de trabalho e contratualização das relações entre capital e trabalho.

Assim, procura “conquistar o poder de Estado pela via legal (eleitoral), e seu exercício é efetuado em um quadro institucional burguês (parlamentar). Daí as características da prática política dessa variante reformista: legalismo, juricidade, parlamentarismo para o partido, busca de contratos coletivos para os sindicatos. Quanto ao socialismo, ele é progressivamente reduzido, nessa via, a uma simples democratização da sociedade capitalista, à concretização, na sociedade civil, dos direitos e ideais da democracia política (liberdade, igualdade e fraternidade), que as reformas de estruturas anteriormente indicadas devem realizar progressivamente”. (Bihr, 2010)

A variante revolucionária é identificada no leninismo, mais especificamente no bolchevismo. Para Bihr, nas duas variantes há um fetichismo do Estado, que explica a primazia do partido sobre o sindicato, na medida em que a organização partidária é a que conquistará o poder de Estado. Dessa maneira, o modelo social-democrata tem um tipo particular de mobilização e de organização em que há tutela pelo partido político que luta por seus interesses históricos, uma vez que é este que possui a consciência maior e mais profunda de sua situação e de seus interesses. Ou como observa Gurvitch (1966), é o partido combinado com o conhecimento científico capaz de promover a desalienação completa.

Para o autor, a ideologia do modelo social-democrata é constituída pelo “economicismo (com seus corolários: o produtivismo), estatismo (com sua sombra quase inevitável projetada, que é o nacionalismo) e, finalmente, progressismo (sendo o progresso geralmente assimilado, de um lado, ao crescimento das forças produtivas, de outro lado, à influência do Estado sobre a economia e a sociedade). (Bihr, 2010)

O modelo social-democrata foi importante para o desenvolvimento do regime fordista, uma vez que, para o autor, houve o estabelecimento de um compromisso de classe intermediado por organizações e instituições operárias e empresariais, onde o proletariado, através de uma imensa barganha, conseguiu uma garantia de seguridade social (relativa estabilidade de emprego, um crescimento do nível de vida, habitação, saúde, educação, lazer e redução do tempo de trabalho). Essa situação manteve uma tensão, na medida em que a dominação e a exploração realizadas pela classe dominante poderiam ser atenuadas mediante o direito de negociar, reconhecido ao proletariado.

Essa situação, por sua vez, era possível dentro da conjuntura histórica do sistema mundo e do regime de acumulação em particular, bem como da própria organização do trabalho taylorista-fordista, que simplificava as operações e automatizava a fábrica através da linha de montagem. Até a instauração do chamado modelo fordista no pós-guerra, a intensificação da exploração do trabalho com a expropriação do saber operário foi um aspecto determinante do taylorismo.

A adoção do taylorismo-fordismo permitiu maiores ganhos de produtividade; na escala global, a manutenção do estado soviético, bem como a vitória de Roosevelt nos EUA, da social-democracia na Europa setentrional e da Frente Popular, na França, possibilitaram profundas transformações nas relações salariais, que resultaram em melhores condições de vida para o proletariado dos países centrais. Assim se garantiu a todo operário um salário-mínimo com um nível de consumo irredutível, com crescimento dos salários reais; instituição de práticas de negociações coletivas por ramos e em nível nacional e regulação da acumulação intensiva com garantias de um conjunto de benefícios sociais.

Neste sentido, o movimento operário é integrado ao sistema interestatal capitalista,



diferente da forma liberal, onde o movimento operário é excluído, e do corporativismo, onde é tutelado. Assim, as organizações constitutivas do movimento operário (partidos, sindicatos e associações) impuseram negociação coletiva como modo de solução dos conflitos de classe, organizações sindicais como mediadoras obrigatórias com o proletariado e integração progressiva aos aparelhos de dominação do capital sobre o proletariado e a sociedade, tornando-se cogestores do processo global de reprodução do capital (Bernardo; Pereira, 2008)

Esse compromisso foi assumindo nos setores chaves da acumulação intensiva (indústria automobilística, eletromecânica, metalurgia etc.), onde, contraditoriamente, o poder de barganha dos operários era relativamente grande, sem a necessidade de uma intensa militância político-sindical (Silver, 2005), conseguindo-se assim obter vantagens salariais.

Como aponta Bihl (2010), a instauração desse compromisso, ao mesmo tempo em que gerou benefícios para um conjunto de proletários com a integração do movimento operário ao capitalismo, também transformou suas organizações em “cães de guarda” do capital. Gerou, então, um processo profundamente contraditório.

Assim, a ideia de conquista do poder de Estado era tida como um modo de, ao menos, aliviar o peso do capitalismo. Nesse sentido, o estatismo é reforçado e legitimado pelo projeto social-democrata, e o Estado seria fundamental para o estabelecimento e a garantia do compromisso.

O estatismo do movimento operário social-democrata foi continuamente reforçado com os efeitos fetichistas do Estado. Dessa maneira, a possibilidade estratégica de conquista do poder de Estado justificava a existência dos partidos políticos de massa, representando interesses salariais, suas práticas legalistas (eleitoralismo, parlamentarismo, juricidade) e, por fim, sua preeminência sobre as organizações sindicais.

Dessa maneira, Bihl (2010) chama atenção para a centralização das atividades sindicais em todos os níveis, somente com dirigentes sindicais negociando, com adoção de um saber tecnicista, e que produzia um distanciamento da direção em relação à base, gerando mais autonomia para as direções. Do mesmo modo, a prática das negociações favorecia o corporativismo, na medida em que tendia a se efetuar por ramo.

Dentro do contexto socioinstitucional em que se desenvolveu o fordismo, se alimentou o “culto ao Estado e às mediações políticas em geral, dando a impressão de que o ‘crescimento’ do Estado garantia o crescimento econômico e vice-versa”. (Bihl, 2010) O economicismo, o estatismo e o reformismo se desenvolveram no movimento operário na sua fase fordista. “E, ao mesmo tempo, a ideologia veiculada por esse último não iria mais se distinguir essencialmente da ideologia dominante, quando não se confundia pura e simplesmente com ela.” (Bihl, 2010)

As observações do autor dão continuidade às críticas anarquistas clássicas, uma vez que seu estudo demonstra que o sindicalismo e suas ideologias foram determinantes para o desenvolvimento do capitalismo no período fordista, particularmente o industrialismo e o estatismo presentes no modelo social-democrata. Dessa maneira, o sindicalismo e seu modelo social-democrata, surgidos a partir dos próprios trabalhadores, foram atores importantes para a instauração do fordismo, construindo uma sociedade que operou um processo de aliança indústria-agricultura mediada pelo Estado, gerando a quase eliminação do campesinato desses países; contraditoriamente, o campesinato, reduzido a agricultores especializados integrados à indústria, foi inserido dentro de um saber estatal de preservação política, econômica e territorial, sendo fundamental, nesse aspecto, para a manutenção de uma segurança alimentar e de acesso a alimentos por parte dos proletários.

Assim, entendemos que o PT e a CUT são expressões do modelo social-democrata, uma vez que reproduzem o industrialismo e seu produtivismo, e o estatismo, como elemento central e obrigatório para a emancipação dos trabalhadores. Além de social-democratas, poderíamos identificá-los como uma variante reformista, que procura a conquista pelo meio legal, eleitoral, dentro do parlamento e na defesa da legalidade, passando por uma perspectiva de alcançar o socialismo pela democratização do Estado. Dessa maneira, procuram uma aliança entre democratas e marxistas e subordinam os sindicatos ao projeto de conquista do Estado.

O novo sindicalismo, ao mesmo tempo em que fez a crítica ao sindicalismo de Estado, lutou pela liberdade no âmbito do ambiente industrial e conseguiu algumas conquistas sociais e modificações, tendo mais autonomia, através da retomada de greves e lutas sociais, desenvolvendo, em combinação com a ideologia industrialista do modelo social-democrata, uma nova integração no Estado e no desenvolvimento capitalista.

Nesse sentido, a ação política sindical de inspiração social-democrata defende o Estado como meio de se conseguir atingir a transformação social, e dessa maneira reforça a autoridade do Estado e a centralização política. Não por acaso, a CUT foi uma das defensoras da legalização das centrais, que significou a incorporação da central à estrutura oficial do sindicalismo de Estado através da Lei 11.648/2008<sup>12</sup>. Segundo Silva (2009),

a estrutura do sindicalismo de Estado, ao contrário do que se chegou a imaginar, não terminou juntamente com a Ditadura Militar e com a promulgação da Constituição de 1988. Na verdade, observa-se não só a manutenção de seus aspectos invariantes, mas também uma extensão da estrutura sindical no Brasil com a entrada em vigor da Lei nº 11.648 (a “Lei das Centrais Sindicais”), de 31 de março de 2008 (que substituiu o PL 1990/2007), que legaliza as centrais sindicais, ou seja, o sindicalismo de Estado passa a incorporar as entidades gerais dos trabalhadores que antes estavam fora da estrutura oficial.

A integração do desenvolvimento do capitalismo pelo governo Lula não é fruto apenas da manutenção da estrutura sindical corporativa, de manutenção do sindicalismo do Estado. A incorporação da CUT na edificação do poder de Estado durante o governo Lula tem relação direta com o desenvolvimento de um modelo social-democrata dentro de uma estrutura social e de classes numa conjuntura histórica do sistema mundo contrarrevolucionária, que legou a formação de sistema cognitivo e de saber político-sindical particular.

Ou seja, o estatismo é uma força para a evolução do capitalismo, sendo um elemento de reação e fortalecimento da autoridade central, e não de expressão da revolução social e da liberdade. Procuramos observar como a tese do industrialismo, de um ortodoxismo teórico, se conjuga com um pragmatismo eleitoral, que passa a ser uma prática sindical da CUT, na defesa das políticas estratégicas (Gourevitch, 1993) do Estado no Brasil, que subordina o campesinato à política de desenvolvimento capitalista, e não uma simples traição do setor

---

<sup>12</sup> Segundo Silva (2009): “Nos termos da Lei, as centrais sindicais são uma entidade de representação geral dos trabalhadores, constituídas em âmbito nacional, com atribuições e prerrogativas de coordenar a representação dos trabalhadores por meio das organizações sindicais a elas filiadas e participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores.

A nova legislação também estabelece os critérios de representatividade (mínimo de filiação) e abrangência nacional (presença nas regiões do país) para o reconhecimento legal da central sindical, determinando a participação das centrais sindicais na divisão do imposto sindical, cabendo a elas 10% do imposto.”

dirigente, uma aplicação das teses trostkysta sobre a crise de direção e do neopopulismo. Que, por sua vez, parte de uma crítica superficial da burocracia feita a partir de “aspectos mais exteriores do fenômeno burocrático”. (Castoriadis, 1985)

Para aprofundar a relação entre um saber político gerado pela atividade sindicalista e uma prática de governo, usaremos como método uma sociologia do conhecimento proposta por Gurvitch (1966), em que ele define as “correlações funcionais que podem ser estabelecidas entre os diferentes gêneros, as diferentes acentuações das formas no interior desses gêneros, os diferentes sistemas (hierarquias desses gêneros) dos conhecimentos de um lado, e os quadros sociais por outro, quer dizer, as sociedades globais, as classes sociais, agrupamentos particulares e manifestações diversas da sociabilidade (elementos microssociais)”.

Assim, uma das tarefas dessa sociologia é estudar as regularidades tendenciais, de diferenciação por um lado, de conjunção por outro, dos diversos gêneros de saber correspondentes aos tipos de sociedade globais, de classes e/ou de agrupamentos particulares. Gurvitch define classes sociais como “macrocosmos de agrupamentos particulares ou parciais, agrupamentos de fato e à distância, que são suprafuncionais (ou seja, não são apenas econômicos, mas são unidades culturais e políticas, e que, não sendo organizáveis de forma não linear, são estruturáveis)”. (1969) E, ainda, as “classes sociais são sobreagrupamentos de vasta envergadura, representando macrocosmos de agrupamentos particulares, macrocosmos cuja unidade está fundada sobre a sua tendência para a suprafuncionalidade, para uma estruturação avançada, para uma resistência à penetração pela sociedade global e para a incompatibilidade com as outras classes”. (1966) As classes sociais são unidades de larga escala, sua dinâmica rivaliza com a estrutura dos Estados nacionais e das próprias sociedades globais. Os grupos particulares ou parciais são, na realidade, uma unidade para demarcar toda uma série de grupos sociais concretos: grupos de parentesco, grupos étnicos, grupos territoriais, associações voluntárias, partidos políticos, sindicatos e uniões, grupos de base cultural ou religiosa. Ou seja, a pluralidade é relativa também aos grupos parciais, que são interpenetrados pelas relações de antagonismo, complementaridade e interdependência mútua com a estrutura das sociedades globais. Opor classes sociais nessa perspectiva ao estudo dos grupos parciais é o mesmo que opor o todo a suas partes, pois os grupos parciais, mesmo podendo ser abstraídos em tipos, nunca se encontram fora de estruturas sociais globais historicamente determinadas, de onde vêm sua relatividade. Por isso é fundamental entender, ao mesmo tempo, a totalidade e suas partes, o englobante e o englobado.

Para Gurvitch, cada classe, estrutura social e agrupamento particular correspondem a um sistema cognitivo, ao desenvolvimento de um saber próprio. Nesse sentido, o gênero de conhecimento predominante no sistema cognitivo da classe proletária é o conhecimento político; contraditoriamente, esse conhecimento pode induzir tanto à polarização entre classes, como a sua interpenetração. Por sua vez, os agrupamentos particulares são “grupos com uma unidade coletiva real, mas parcial, diretamente observável, fundada sobre atitudes coletivas contínuas e ativas, tendo uma obra comum a realizar, unidades de atitudes, de obras e de comportamentos, que constitui um quadro social estruturável, tendendo para coesão relativa das manifestações de sociabilidade”. (Gurvitch, 1966) Esses agrupamentos possuem em geral múltiplas formas de sociabilidade, que varia de acordo com tamanho, conteúdo, duração, tipo de formação, locais de formação, penetração nas sociedades globais e organização. (Gurvitch, 1968) Os sindicatos e centrais são apenas um dos tipos de uma variedade de agrupamentos que compõem as sociedades globais. Neste sentido, existe uma série de determinações e

possibilidades do grau de liberdade entre os vários agrupamentos particulares e dos indivíduos, e destes com a sociedade global e as classes sociais.

Os sistemas cognitivos são compostos por uma série de conhecimentos, classificados pelo autor como conhecimento técnico, científico, mundo exterior, sobre os outros, político e de bom senso. Em cada estrutura social, classe social e agrupamento, um tipo de conhecimento se sobrepõe. O conhecimento político tem um caráter partidário por excelência, que o eleva de um lado ao extremismo ou ao compromisso. Nesse sentido, a adesão ou oposição faz parte da própria dinâmica das determinações sociais dos vários agrupamentos particulares, da sociabilidade e grau de liberdade dos indivíduos e agrupamentos e da sua relação com a estrutura social global. O conhecimento político segue duas direções: “a) estratégia da ação social, que diz ou não respeito à engrenagem do Estado; b) conhecimento espontâneo e reflexivo, que orienta esta estratégia, que transborda, portanto, para os lados a ação referente à política do Estado”. (Gurvitch, 1966)

Assim, a formação de um saber também está relacionada ao local dos agrupamentos, como no caso dos sindicatos e das fábricas. Nesse sentido, no interior das fábricas, o saber técnico se sobrepõe aos outros, mas é também seguido do saber político, do bom senso em relação ao ambiente da fábrica. O conhecimento perceptivo do mundo exterior é específico a partir da própria fábrica, da oficina e da empresa. Assim, na fábrica, o primeiro saber é o técnico, seguido do político e do bom senso, que tem relação com o ambiente de trabalho, seu regime (autoritário ou de consentimento). É neste sentido que o conhecimento político da classe vinculado pode contribuir para reconciliar interesses ou cindir. Um conflito nacional ou uma atitude dos sindicatos pode significar a ação ou paralisia também. Por sua vez, o saber político se sobrepõe aos demais saberes, conformando um saber na relação com outros agrupamentos e com a sociedade global e as classes sociais. Portanto, a CUT gerou um saber político e uma prática de governo que se combinou à ideologia industrialista, formando um sistema cognitivo e um saber político que também foi sendo influenciado pela própria prática governamental, que, por sua vez, repercutiu sobre a própria classe.

Consideramos que a tese do determinismo econômico, do estatismo, da centralidade da indústria e do proletariado industrial se constitui em saber político. Esse saber está presente nos quadros sociais do sindicalismo, não sendo, então, a ação do PT nem uma traição, nem resultado inevitável da crise do capital. A prática sindical da CUT se manifesta na relação com as políticas estratégicas do Estado (política econômica, política agrícola e agrária), que relega a segundo plano a luta pela terra e a aliança operário-camponesa, campo-cidade, articulando, a partir do Estado, uma aliança intersetorial agricultura-indústria, que favorece a classe capitalista mundial, através da valorização da renda da terra, da acumulação de capital e da captura do excedente econômico destinado a atender as classes dominantes e os Estados centrais.

Assim, a aliança operário-camponesa produzida pela perspectiva marxista não se encontra no plano associativo, ou seja, na luta pela existência e na luta de classes, mas sim numa aliança assegurada pelo Estado como intermediário intersetorial, através da política econômica. Nossa tese é de que a CUT, em sua prática e saber político sindical social-democrata propositivo, colaborou para a construção da aliança indústria-agricultura, mediada pelo Estado, que propiciou a centralização estatal e o desenvolvimento do capitalismo, subordinando a questão agrária aos interesses da classe dominante e, mais especificamente, do capital industrial.

Não se trata de uma aliança operário-camponesa anticapitalista, mas de uma aliança

intersectorial agricultura-indústria, mediada pelo Estado, com apoio das organizações sindicais, como aconteceu historicamente com o desenvolvimento da agricultura familiar nos países centrais, tendendo à destruição de todos os modos de vida que não se articulem com a perspectiva do desenvolvimento capitalista.

### **Justificativa e procedimentos**

Passadas mais de três décadas do seu surgimento, a CUT continua sendo a principal central sindical brasileira, a maior central da América Latina e uma das maiores do mundo. É um agente político extremamente relevante no cenário nacional e internacional. Possui 3.797 sindicatos filiados, e o número de trabalhadores na base dessas entidades chega a quase 24 milhões, sendo, destes, 7,8 milhões sindicalizados (CUT, 2013). Em sua base há importantes sindicatos e confederações, como o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista (SM-ABC), a Confederação Nacional Bancária (CNB), a Confederação Nacional Metalúrgica (CNM), o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOSP) e a Federação Única dos Petroleiros (FUP). Além de possuir uma grande parcela de sindicatos rurais, cerca de 40% dessas instituições, o que representa cerca da metade dos trabalhadores sindicalizados na Central.

A CUT tem importante peso no conjunto da classe trabalhadora brasileira e nos destinos do sindicalismo no país. Teve um papel organizador e mobilizador de combate ao governo FHC e de apoio às sucessivas candidaturas de Lula à presidência, que culminou na sua vitória em 2002.

Durante o governo do PT, a central teve um papel organizador e diretor das relações do conjunto dos movimentos sociais com o Estado. Procuramos, assim, verificar a prática política da CUT e sua relação com o Estado, na aliança estratégica que permitiu participar de um projeto de desenvolvimento econômico centrado em uma perspectiva desenvolvimentista industrialista que, ao mesmo tempo, manteve o elevado índice de concentração de terras e renda.

Para compreender o desenvolvimento, a prática política sindical e a formação do saber político-sindical cutista, utilizamos as pesquisas elaboradas e aplicadas pela CUT sobre o perfil socioeconômico dos delegados e dirigentes sindicais dos seus congressos. A análise dessas pesquisas nos ajudou a compreender a composição social da Central. Os dados sobre a composição social variam de congresso para congresso e não têm homogeneidade de dados, modificando-se certas questões, como, por exemplo, o setor econômico de cada delegado. Procuramos, assim, organizar os dados fornecidos pela própria central e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para montagem do perfil social e das modificações ao longo dos anos da CUT, levando em conta dados sobre composição regional, setor econômico, rural-urbano, gênero e presença de trabalhadores de bases nos congressos cutistas.

Analisamos as resoluções congressuais e das plenárias nacionais de todo o período da CUT, de seu início até o Congresso da Central Única dos Trabalhadores (CONCUT) de 2009, além das resoluções e das atas das reuniões da direção executiva, disponibilizadas no Centro de Documentação da CUT (CEDOC-CUT), no período do último governo FHC (1999-2002) e de todo o governo Lula (2003-2010). Além desses documentos oficiais, analisamos as resoluções da Confederação Nacional Metalúrgica (CNM-CUT), bem como do SM-ABC, além de utilizarmos o jornal “Tribuna Metalúrgica”, editado pelo sindicato. Também analisamos os documentos oficiais dos encontros nacionais e dos congressos do PT. Nesses

documentos, procuramos focar nas políticas estratégicas propostas para participação política estatal e produção de política industrial, agrária e sobre desenvolvimento e crescimento econômico, assim como o plano de lutas, uma vez que esses documentos procuram orientar a ação política da central e as disputas das correntes políticas internas do partido.

Procuramos, através de empresas de TV, sites, jornais, revistas e centros de documentação, principalmente CEDOC-CUT e AMORJ, reconstruir as ações coletivas e as atividades da CUT ao longo do governo Lula (2003-2010) e do início do primeiro governo Dilma (2011-2014). Nesse sentido, analisamos os documentos “Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego, Acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e emprego, produzido pela FIESP, CUT, Força Sindical, SM-ABC e Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo; AGENDA POSITIVA ANTICRISE-PROTOCOLO DE ENTENDIMENTO, produzido pela CUT em Conjunto com ABIMAQ; Manifesto Anticrise; documento Brasil com Juros Baixo e o documento da mobilização GRITO DE ALERTA EM DEFESA DA PRODUÇÃO E DO EMPREGO, em conjunto com a FIEP e FIESP.

Participamos do Congresso da Federação dos Empregados Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) em 2014, que desfilou a Federação da CUT, onde podemos observar as críticas direcionadas à CUT e à hegemonia dos ramos metalúrgico e industrial na determinação das políticas de central. Segundo dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Venceslau Brás e Marabá Paulista, os trabalhadores rurais só estão presentes nos congressos da CUT para “levantar crachá”. Foi o contato com esse dirigente sindical que nos alertou para a vinculação da política industrial com a política agroenergética em torno da produção dos carros flex fuel.

Também levantamos a participação da CUT em todas as instâncias federais, como conselhos, comissões e câmaras, procurando identificar o número de reuniões de cada umas dessas instâncias. Analisamos as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, destacando a participação da CUT e o impacto dessa participação no desenvolvimento da sua prática política. Dos documentos originados a partir do CDES, analisamos os seguintes:

Enunciados Estratégicos: O Desenvolvimento como Processo de Concertação
Cartas de Concertação
Termo de Referência do Grupo de Trabalho - Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel
Governança do CDES e a Contribuição do CDES para a Governança do Processo de Desenvolvimento do Brasil
Agenda Nacional de Desenvolvimento
Agenda Para o Novo Ciclo de Desenvolvimento
Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento
Acordo para o Desenvolvimento Sustentável
Relatório Final da Reforma Sindical (Fórum Nacional do Trabalho)

Por fim, analisamos os documentos de política industrial produzidos pelo governo federal: a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), de 2004, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), de 2008, e o Plano Brasil Maior (PBM).

Assim, organizamos a tese da seguinte maneira: no capítulo 1, procuramos fazer a gênese do saber político, do sistema cognitivo, social-democrata, sobre o industrialismo e a questão agrária, retomando debate clássico entre marxistas e anarquistas acerca dessa questão e do desenvolvimento histórico da social-democracia e da aplicação desse modelo. No capítulo 2, apresentaremos como o modelo social-democrata se materializou, no Brasil, numa síntese nova, chamado de sindicalismo propositivo, que articula esse saber social-democrata com a estrutura sociopolítica brasileira, que se apresenta com a forte presença do pragmatismo sindical e eleitoral brasileiro. Ou seja, uma mistura do modelo social-democrata com o sindicalismo de Estado dentro de uma conjuntura política e econômica específica. No capítulo 3, mostraremos como uma burocracia sindical desenvolveu uma prática de governo e um saber que permitiram a integração das classes sociais. No capítulo 4, mostraremos como este modelo de sindicalismo e seu sistema cognitivo foram fundamentais para a prática de governo e interpenetração entre classes sociais em torno do PAC.

Dessa maneira, procuramos, ao longo do trabalho, realizar uma crítica da concepção estatista e industrialista de história e da sociologia através da teoria que se constrói a partir do anarquismo clássico, procurando realizar uma sociologia do sindicalismo e uma sociologia do conhecimento, analisando a ação e produção do saber político sindical da CUT, que, a partir do modelo social-democrata de sindicalismo, produziu um novo sindicalismo, o propositivo. Dessa forma, procuramos compreender a participação da central durante o governo Lula, bem como essa participação estatal da central influenciou sua própria ação e contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

## **CAPÍTULO I: INDUSTRIALISMO, AGRARISMO E A CRÍTICA ANARQUISTA-COLETIVISTA**

A questão agrária e camponesa só penetra na doutrina marxista à custa de muitas contradições e entre muitas controvérsias. O desenvolvimento teórico marxista e a prática política da social-democracia alemã são dois pontos de importante confluência para se analisar a tensão entre a perspectiva industrialista, que se desenvolve a partir do movimento operário-socialista de inspiração marxista, do agrarismo de outras proposições políticas, desenvolvida por vertentes do populismo russo, e o anti-industrialismo e anti-agrarismo das proposições do coletivismo anarquista. Fundamentalmente, a social-democracia se concentrou em analisar o processo de concentração de capital, a formação de grandes unidades de produção industrial, que, por sua vez, precipitaria o fim da propriedade privada, a agricultura se desenvolvendo como ramo da indústria e a relação entre renda fundiária e concentração de capital. Todo esse tipo de análise desenvolveu uma política que passou a defender o industrialismo, a formação de grandes unidades industriais, como centro de sua ação.

Assim, as proposições políticas para o campesinato serão continuamente explicitadas no desenvolvimento dos conflitos políticos. Inicia-se a partir da análise de Marx sobre o papel do campesinato no golpe de Estado de Napoleão III e sobre o papel regenerador do capitalismo na destruição dos sistemas arcaicos, como demonstra os textos sobre a ação do capitalismo na Índia. Posteriormente, haverá os conflitos com os bakuninistas no interior da primeira Associação Internacional dos Trabalhadores, seguido do debate sobre a comuna rural russa e a disputa política com os populistas russos na década de 80 do século XIX. No último quarto do século XIX e importante momento, no interior da social-democracia alemã, russa e do socialismo francês na virada do século XIX para o século XX, definiram a posição política da social-democracia e do marxismo. A abolição da servidão na Rússia, em 1861, cria o contexto para a discussão sobre o mir, a comuna rural russa, e o debate sobre as vias de desenvolvimento do capitalismo e do próprio socialismo.

Segundo Hegedus (1984), a questão agrária no marxismo se apresenta em grande parte como análise das relações de propriedade e de produção vigentes no modo de produção agrícola, mais ou menos diferentes da indústria, com base no pressuposto de que também o desenvolvimento da agricultura, como de toda a sociedade, ocorre sob o influxo de leis rigorosas que agem com a força das leis naturais, como a tendência à monopolização do capital e à proletarianização de grande parcela do campesinato. Por sua vez, Abramovay (2012) afirma que é

impossível encontrar uma questão agrária formulada explicitamente nos escritos de Marx. Por mais que se tenha revestido de um aparato teórico imponente, esta célebre investigação (questão agrária) sempre correspondeu, antes de tudo, à resposta de certas organizações políticas a determinadas situações circunstanciais. (2012)

A impossibilidade de encontrar uma questão agrária nos escritos de Marx está estritamente ligada a sua formulação do conceito de trabalho e alienação, que lhe concebe um estatuto central. Neste sentido, é do interior do próprio modo de produção capitalista, da mercadoria, que “emerge a forma particular de socialização cujo resultado é a necessária divisão da sociedade em classes sociais”. (Abramovay, 2012) É do interior do próprio



processo de trabalho que surge a propriedade privada, portanto, do trabalho alienado. Nas palavras de Marx:

Assim, graças ao trabalho alienado, o trabalhador cria a relação de outro homem que não trabalha e está de fora do processo do trabalho, com o seu próprio trabalho. A relação do trabalhador com o trabalho também provoca a relação do capitalista (ou como quer que se denomine o dono da mão-de-obra) com o trabalho. **A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado inevitável, do trabalho alienado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo.** A *propriedade privada*, pois, deriva-se da análise do conceito de *trabalho alienado*: isto é, homem alienado, trabalho alienado, vida alienada, e homem afastado. Está claro que extraímos o conceito de *trabalho alienado (vida alienada)* da Economia Política, partindo de uma análise do *movimento da propriedade privada*. A análise deste conceito, porém, mostra que, embora a propriedade privada pareça ser a base e causa do trabalho alienado, é antes uma consequência dele, tal e qual os deuses não são *fundamentalmente* a causa, mas o produto de confusões da razão humana. Numa etapa posterior, entretanto, há uma influência recíproca.

O desenvolvimento do capitalismo traz em si o processo de alienação do trabalho e a submissão de toda vida social à condição atomizada que é desenvolvida pelo capital através do processo de produção. (Abramovay, 2012) O trabalho alienado traz consigo a propriedade privada. É a partir desta questão que se desenvolve toda a perspectiva teórica e política marxista.

Mas – e é neste sentido que Marx não faz um trabalho sociológico – o desfecho da batalha é dado de antemão, bem como seu sentido geral: a tendência a que os homens dependam cada vez mais um dos outros na reprodução de sua vida material, sem que entretanto possam ter um controle racional sobre essa sua dependência, a generalização do trabalho assalariado, mediatizado pelo capital, a constituição de um sujeito político responsável cada vez mais pela produção social, mas preso por sua submissão a proprietários privados, esse conjunto de contradições é resolvido quando essa nova espécie criada pelo capitalismo (o trabalhador coletivo) exerce a cooperação e a propriedade comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho e instaura, portanto, uma nova sociabilidade baseada antes de tudo na cooperação consciente e voluntária entre os indivíduos, mas sobre as bases das grandes técnicas que o capitalismo desenvolveu.

Na proposição comunista/social-democrata, o socialismo é um reflexo das relações de produção, produto, reflexo, do capitalismo. A existência é dada pela produção, o centro do materialismo histórico está nas relações de produção, e a contradição entre a produção coletiva, progressivamente desenvolvida pelo desenvolvimento tecnológico capitalista, e a apropriação individual é resolvida pela organização da classe em torno do partido, com vista à tomada revolucionária do Estado para realizar a planificação, o que no campo da questão agrária significa a nacionalização das terras. Por isso a necessidade do partido e do Estado, capaz de organizar e sistematizar a demanda da classe alienada, organizada pela sua posição no processo de produção. Neste sentido, há uma exigência do desenvolvimento econômico e político do capitalismo para se chegar ao socialismo. O desenvolvimento da luta de classes e seu desfecho, neste sentido, é dado de antemão.

Ao passo que, para Bakunin, o conceito de trabalho não está vinculado estritamente à teoria da alienação, mas é parte fundamental da luta do homem pela sua liberdade. Para Proudhon e Bakunin, o trabalho pode ser a fonte de libertação do homem frente à natureza e à exploração. Assim, o fato de o camponês trabalhar a terra e ser explorado (mesmo quando detentor de algum título de propriedade ou quando explora a terra individualmente) faz dele

trabalhador, por ter no trabalho o centro da sua existência material e manter uma relação de antagonismo com os exploradores.

De que maneira as pessoas honestas podem modificar a vida material do povo? Elas não têm de forma alguma o poder, e o Estado, como tentaremos demonstrá-lo mais à frente, é incapaz de melhorar a condição material do povo; a única coisa que o Estado pode fazer em seu favor é dissolver-se, desaparecer, visto que sua existência é incompatível com a felicidade do povo, felicidade que só poderá ser criada pelo próprio povo. O que podem fazer seus amigos? Levá-lo a um movimento e a uma **ação autônomos, antes de mais nada - afinal precisamente os** defensores de boa-fé da tendência da qual acabamos de falar -, indicar-lhe as vias e os meios que o conduzirão à emancipação.

Vias e meios podem ser de dois tipos: uns, puramente revolucionários e visando direto à organização de uma insurreição geral do povo; outros, mais pacíficos, abordando sua emancipação por uma transformação de forma sistêmica e lenta, mas, ao mesmo tempo, radical, de suas condições **de existência**.

Ora, o que podem fazer as pessoas honestas para levar nosso povo ao caminho de uma lenta mas radical transformação de suas condições materiais? Criar cátedras de sociologia no campo? Em primeiro lugar, o governo vigilante e paternal não o tolerará; em segundo, os camponeses, infelizmente, não compreenderão em absoluto nada e troçarão dos professores. (...)

Esta ação não pode ser outra coisa senão a formação de associações artesanais e de sociedades cooperativas de empréstimos, consumo e produção, sobretudo estas últimas, mais diretamente do que as outras, indo no sentido do objetivo: a emancipação do Trabalho da dominação do Capital. (Bakunin, 2003)

É deste setor do movimento socialista internacional que surgirão as principais críticas à teoria e à prática da social-democracia/comunismo, e de onde emergirá o campesinato como classe potencialmente revolucionária, uma vez que as contradições de sua existência, a luta pela sobrevivência pelo trabalho em sua terra, traz uma necessidade de aliança com o operariado urbano, “o setor marginal da cidade em cada situação específica, mas nunca a aristocracia operária”. (Molina; Guzman, 2005) Segundo Fernandes (2000): “Fora do âmbito próprio do marxismo – mas nos marcos do movimento operário do século passado – cabe destacar, em primeiro lugar, as críticas anarquistas (sobretudo as de Mikhail Bakunin) ao socialismo autoritário de Marx (Fernandes, 2000, 1997).

Neste sentido, mesmo reconhecendo a teoria do valor trabalho, a teoria da alienação não ganha estatuto central na concepção de trabalho de Bakunin. Para o autor, o trabalho em conjunto com o associativismo dos homens está no interior da emancipação, portanto, em contraposição à dominação e exploração. Como desdobramento político dessa concepção teórica, é necessário ampliar as associações para que se efetive a emancipação, com a revolução, a derrubada violenta do Estado e da propriedade privada. Ao passo que o desdobramento político prático da teoria de Marx é a necessidade de organização do partido político, capaz de formular o projeto de emancipação da classe operária alienada, para que articule o projeto de emancipação via tomada do Estado e, com isso, supere a contradição entre o trabalhador coletivo e a apropriação individual. Historicamente, as proposições anarquistas deram origem às confederações de trabalhadores, como a CGT francesa e a CNT espanhola, e a defesa da realização da greve geral, ao passo que as proposições sociais-democratas caminharam para a construção de partidos políticos socialistas e operários e a defesa da participação no processo eleitoral da democracia partidária.

Esse estatuto central da relação entre a teoria valor-trabalho e da alienação na teoria marxista colocou a produção como locus central de sua análise e de sua proposição política. É

neste sentido que o industrialismo assume posição central na proposição comunista/social-democrata e a questão agrária e do campesinato está ausente na obra de Marx, pelo fato de que a estrutura lógica de sua obra e sua explicação exigem uma pequena digressão teórica. (Abramovay,2012) Isso porque é através do desenvolvimento industrial, da grande indústria, que se cria o trabalhador coletivo, que, por outro lado, se contrapõe ao atomismo das comunidades agrícolas e, por isso, tem um caráter integrador, fundamental para se chegar ao socialismo.

Para Marx, as comunidades camponesas, devido ao caráter da sua produção, não têm possibilidade de desenvolvimento e vivem isoladas, sem intercâmbio. O autor afirma, ainda em 1852, no “O 18 Brumário”:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase autossuficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles, outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. (Marx, 1984, [1852]).

Essa perspectiva sobre o campesinato significa a ideia de um “insulamento” da economia camponesa, ao mesmo tempo que sinalizava que o desenvolvimento capitalista, associado à industrialização, acabaria com o campesinato (Ferreira, 2011). Por outro lado, a produção camponesa é assemelhada em certa medida à imagem da “comunidade primitiva”, arcaica (propriedade tribal), como composta de unidades isoladas e insuladas, com base no trabalho agrícola, sendo que esta é visualizada no passado como uma unidade indivisível do trabalho no “reino da necessidade”, traçando um paralelo com a proposição política futura do comunismo, agora sim unidade indivisível geral, capaz de possibilitar a redistribuição coletiva da produção, no reino da liberdade, a partir do progresso técnico possibilitado pelo desenvolvimento das forças produtivas, na medida em que a divisão técnica do trabalho aumenta a individualização. A partir desta transformação, a evolução do campesinato é vista como “individualista”, devido ao seu isolamento dentro da divisão do trabalho, tendo em vista sua propriedade individual da terra, restando à classe em desaparecimento duas opções: a sua proletarização ou seu aburguesamento.

A questão camponesa para a social-democracia é, ao mesmo tempo, uma complementação da investigação sobre essa ideia de estrutura social e uma resposta das organizações políticas a determinados contextos políticos, como, por exemplo, o avanço eleitoral social-democrata e o debate sobre a comuna rural russa, o mir, e as disputas com os anarquistas e populistas russos. Para Hegedus (1983), na abordagem marxista: “Os camponeses constituem uma classe de transição: por um lado, no sentido histórico da transitoriedade – ou seja, os camponeses são uma formação econômico-social já desaparecida no Ocidente, o elemento criador do feudalismo, mas continuam existindo também no capitalismo –, por outro, no sentido estrutural da transitoriedade, isto é, os camponeses constituem uma classe de transição entre as duas classes fundamentais do capitalismo, a classe operária e a dos capitalistas.” Neste sentido, o campesinato tem o status social de uma

não classe, um não lugar na estrutura social capitalista. Assim, o marxismo “analisa a articulação estrutural interna da classe camponesa e define nesta base a relação da classe operária, ou do partido da classe operária, com os diferentes estratos da classe camponesa, formulando também os programas agrários dos partidos operários socialistas (ou social-democratas).” (Hegedus, 1984).

Ao passo que a política e a teoria bakuninista estão vinculadas ao caráter positivo da construção descentralizada de associações políticas e econômicas dos trabalhadores na sua luta pela existência contra o caráter dominador do Estado e explorador do capital. O campesinato, neste sentido, é entendido como agente político importante na luta contra a exploração e a dominação do Estado e do capital. Essa possibilidade de constituição de sujeito político está associado justamente ao fato de que o conceito de trabalho no coletivismo, a partir de Proudhon e Bakunin, não aponta para um papel determinante da alienação, mas para a luta pela existência e sua libertação. Essa diferença influi na gênese da substituição do operariado e do campesinato como sujeitos pelo partido/Estado, no caso da visão industrialista do marxismo.

Essa diferença se mostra mais clara no caso da discussão sobre o mir na Rússia. Os coletivistas destacavam o elemento associativo a ser desenvolvido dentro das comunas rurais, a possibilidade de ação coletiva de caráter revolucionário para superar sua miséria, sua situação e posição de explorados e dominados e a possibilidade de aliança com o operariado urbano. (Molina; Sevilla, 2005) Ao passo que, na teoria de Marx, onde é impossível encontrar o conceito de camponês (Abramovay, 2012), a consequência política são proposições vinculadas às circunstâncias do desenvolvimento histórico-político da social-democracia, presa em uma tensão entre a sua vinculação teórica ortodoxa e suas disputas políticas, seja no campo eleitoral da democracia parlamentar ou no movimento socialista revolucionário, como no caso da Rússia.

O desenvolvimento político e teórico da social-democracia no movimento operário e socialista europeu procurou responder a questão agrária a partir destes pressupostos, que incluía muito fortemente a análise sobre o desenvolvimento capitalista e o processo de modernização-industrialização.

É dentro dessa questão que se insere uma fundamental diferença entre a perspectiva bakuninista e marxista e seus desdobramentos políticos. Para o anarquismo, é o Estado que possibilita o estabelecimento da propriedade privada, sendo esta fruto não do desenvolvimento no interior do próprio processo de trabalho, mas da luta de classes, da luta pela existência, contra a centralização do poder. Por isso, o desenvolvimento e a concentração das forças produtivas, o industrialismo, e o Estado não são o caminho tendencial para se atingir o socialismo. Neste sentido, se para Marx e, mais ainda para o marxismo ortodoxo, Engels e Kautsky, o desfecho da luta de classe é dado de antemão a partir do interior do processo de produção das mercadorias, para Bakunin, a luta de classes é campo aberto de permanente disputa e desenvolvimento, dado pela rebeldia dos setores dominados e explorados diante da centralização do poder e do capital.

Em texto de 1842, sobre o desenvolvimento do capitalismo na Índia, Marx afirmava:

Todas as guerras civis, invasões, revoluções, conquistas, fomes, por mais complexa, rápida e destrutiva que pudesse parecer sua sucessiva ação sobre o Hindustão, não o haviam arranhado senão superficialmente. A Inglaterra destruiu os fundamentos do regime social da Índia, sem manifestar até o presente a menor veleidade de construir o que quer que seja. Esta perda de seu velho mundo, que não foi seguida pela obtenção de um mundo novo, confere à miséria atual dos Hindus

um caráter particularmente desesperado e separa o Hindustão, governado pelos ingleses, de todas as tradições antigas, de todo o conjunto de sua história passada.

Esta decadência das cidades indianas, célebres por seus produtos, não foi a pior consequência da dominação britânica. A ciência britânica e a utilização da máquina a vapor pelos ingleses haviam destruído, em todo o território do Hindustão, a ligação entre a agricultura e a indústria artesanal.

*Estas pequenas formas estereotipadas de organismo social foram dissolvidas na maior parte e estão em vias de desaparecer não tanto por causa da intervenção brutal dos preceptores e soldados britânicos, mas sob a influência da máquina a vapor e do livre comércio ingleses. Estas comunidades familiares baseiam-se na indústria artesanal, aliando de um modo específico a tecelagem, a fiação e a cultura do solo executados a mão, o que lhes assegurava a independência. A intervenção inglesa, estabelecida a partir da fiação em Lancashire e da tecelagem em Bengala, ou mesmo fazendo desaparecer tanto a fiação como a tecelagem indianas, destruiu essas pequenas comunidades semibárbaras, semicivilizadas, destruindo seus fundamentos econômicos e produzindo assim a maior e, na verdade, a única revolução social que jamais teve lugar na Ásia.*

É verdade que a Inglaterra, ao provocar uma revolução social no Hindustão, era guiada pelos interesses mais abjetos e agia de uma maneira estúpida para atingir seus objetivos. Mas a questão não é essa. Trata-se de saber se a humanidade pode cumprir seu destino sem uma revolução fundamental na situação social da Ásia. Senão, quaisquer que fossem os crimes da Inglaterra, ela foi um instrumento da História ao provocar esta revolução. (Marx, 1982)

È interessante notar o caráter positivo que o autor atribui às forças produtivas, “a influência da máquina a vapor e do livre comércio ingleses”, e seu caráter “revolucionário”, uma vez que a expansão do modo de produção capitalista, na visão do autor, possibilitava a destruição de formas de dominação pré-capitalistas. Tal perspectiva também não teve mudança substantiva a respeito da comuna russa, como veremos adiante.

### **1.1 - A Proposição Política da Social-democracia Internacional para o Campesinato: subordinação ao industrialismo.**

A vertente social-democrata, começando com Marx e Engels e passando por Kautsky, Lenin e Mao-Tse-Tung mantém no geral a ideia de dispersão e isolamento da população rural e procura, mesmo sob a insígnia da aliança operária-camponesa, desenvolver a ideia de modernização-industrialização como processo inevitável do desenvolvimento das forças produtivas.

Neste sentido, a produção como centro da tese marxista, ou comunista-social-democrata, se refletiu em proposições pragmáticas, econômicas e políticas para o campesinato, como forma de integração no mercado capitalista. Uma vez que havia incentivo à proletarização, a política social-democrata ortodoxa e hegemônica não tinha uma política para a luta camponesa e ganha um destaque fundamental, já que o programa político apresentado ao campesinato desta vertente política procura atender, de um lado, as demandas do campesinato, na medida em que aumentava a sua inserção eleitoral e, de outro, manter a perspectiva teórica de proletarização camponesa, e desta maneira o “não lugar” do campesinato existente no modo de produção capitalista.

A política da social-democracia internacional, dessa maneira, incorporou os camponeses de duas formas: como objetos necessários de uma política de proletarização e, nesse sentido, se celebrava e incentivava a destruição da propriedade camponesa; e tendo em

vista uma política mais pragmática derivada de vários países da Europa, que consideravam a necessidade do apoio eleitoral do campesinato e que levavam a tese da “difusão da tecnologia” para a pequena propriedade e sua capitalização.

Ainda no livro “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, Marx aborda e define uma política para o campesinato. Depois de analisar a situação e condição do camponês, afirma que estes “encontram seu aliado e dirigente natural no proletariado urbano, cuja tarefa é derrubar o regime burguês”. No mesmo texto, o autor dirige a crítica aos camponeses franceses em 1848, que não se uniram aos operários.

É preciso que fique bem claro. A dinastia de Bonaparte representa não o camponês revolucionário, mas o conservador; não o camponês que luta para escapar às condições de sua existência social, a pequena propriedade, mas antes o camponês que quer consolidar sua propriedade; não a população rural que, ligada às cidades, quer derrubar a velha ordem de coisas por meio de seus próprios esforços, mas, pelo contrário, aqueles que, presos por essa velha ordem em um isolamento embrutecedor, querem ver-se a si próprios e suas propriedades salvos e beneficiados pelo fantasma do Império. Bonaparte representa não o esclarecimento, mas a superstição do camponês; não o seu bom-senso, mas o seu preconceito; não o seu futuro, mas o seu passado; não a sua moderna Cevènnes, mas a sua moderna Vendée.

Neste trecho existe, na perspectiva de Marx, uma possibilidade de ação do campesinato, a partir do entendimento de um campesinato revolucionário, no caso de Cevènnes, contra um campesinato conservador, no caso de Vendée. Mas na mesma obra é apresentada a concepção de aliança subordinada do campesinato ao operariado. Concepção que se amadurece na medida em que o autor desenvolve sua teoria.

A proposição, então, é de subordinação do camponês não ao poder executivo, no caso de Napoleão III, mas ao proletariado, uma vez que o campesinato, devido a sua não posição econômica, em extinção, teria uma propensão ao conservadorismo político. “*Por isso os camponeses encontram seu aliado e **dirigente natural** no proletariado urbano, cuja tarefa é derrubar o regime burguês.*”

Essa percepção política do texto de 1848 é aprofundada na medida em que, ao escrever a obra da maturidade, O Capital, a categoria campesinato não encontra espaço. Mais ainda, a perspectiva marxista apresenta como tendência fundamental a ideia de concentração de capitais e de separação e divisão da sociedade em duas classes, de capitalistas e proletários, isso por estar o capitalismo fundado na propriedade privada dos meios de produção. Disso deriva a proposição social-democrata/comunista de nacionalização da terra e proletarianização do campesinato.

Essa perspectiva não se alteraria no curso das disputas políticas e teóricas no interior do movimento operário internacional e da própria social-democracia. Pelo contrário, se agudizaram, na medida em que as disputas políticas foram se acirrando. Segundo Hegedus (1984), Marx e Engels escrevem conjuntamente a proclamação de reivindicações do Partido Comunista na Alemanha, em 1848, que também adere ao recém-constituído comitê central das ligas dos comunistas. O programa está em harmonia com reivindicações democráticas burguesas e, em seu contexto, formulava-se o programa camponês. “As reivindicações mais importantes, do ponto de vista deste último tema, tem este teor:

Todos os gravames feudais, todas as imposições, as frondas, os dízimos etc., que até agora pesaram sobre a população rural, são abolidas sem nenhuma indenização. As terras dos príncipes e as outras propriedades fundiárias feudais, todas as minas, pedreiras etc. serão transformadas em propriedades do Estado. Nessas terras a agricultura se exercerá em larga escala e com a ajuda dos meios mais modernos da

ciência, no interesse da coletividade.

As hipotecas sobre as posses dos camponeses são declaradas propriedades do Estado, os juros das hipotecas serão pagos pelos camponeses ao Estado.

Nas regiões em que se difundiram o sistema de arrendamento, ou tributos agrícolas ou de renda, serão pagos pelos camponeses ao Estado.

O proprietário fundiário autêntico, que não é nem camponês nem rendatário, não tem nenhuma parte na produção. Seu consumo, portanto, é um abuso puro e simples.

Esse programa será basicamente o apresentado pelos partidos operários e social-democratas no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) nos anos 1860, nas disputas com os proudhonistas e coletivistas, vinculados à Aliança para Democracia Socialista (ASDS), que discordavam da transformação das grandes propriedades agrícolas em propriedades estatais com exercício da gestão econômica em larga escala e renúncia da divisão da terra.

Desde o início da Primeira Internacional, o programa agrário suscitou fortes polêmicas, “em 1866 pelo I Congresso da Internacional, realizado em Genebra, e pelo segundo Congresso, ocorrido em Lausanne, em 1867. Estes encontros internacionais podem ser considerados como o terreno de confronto da cristalização dos pontos de vista marxista e proudhoniano”. (Hegedus, 1984) Segundo o mesmo autor, o ponto de vista marxista mantinha a questão da eficiência e eficácia da concentração de capital, da nacionalização da terra e da formação das grandes unidades produtivas. A essa proposição, se colocavam contrários os proudhonianos, com a defesa das pequenas unidades camponesas e a formação de uma federação agrária industrial com base na associação e redistribuição solidária da produção, enfatizando o caráter moral da associação e do trabalho na terra.

Marx parte da centralidade no desenvolvimento econômico, com o industrialismo como componente fundamental deste processo, que geraria a classe revolucionária (o proletariado industrial). Entretanto, a abolição da servidão na Rússia em 1861 cria o contexto para a discussão sobre a comuna rural e o desenvolvimento do capitalismo. É neste sentido que se estabelece o debate entre Marx e Vera Zaslitch a respeito do MIR russo. O autor primeiro enfatiza que o mir está em crise econômica e, ao mesmo tempo, pode ser, hipoteticamente, a base para o desenvolvimento econômico no país, desde que tenha uma relação com o capitalismo para o desenvolvimento de uma nova base sociotécnica. Na sua perspectiva, as comunas rurais russas estavam em crise e, portanto, a única salvação seria o avanço do capitalismo para acabar com o isolamento dessas comunas rurais, destruir formas pretéritas de produção e salvar economicamente a comuna rural. Por sua vez, essa possibilidade estava associada à importância da Rússia no sistema interestatal europeu e ao grau de desenvolvimento do capitalismo no continente.

A centralidade do industrialismo e do desenvolvimento econômico é reafirmada por Engels no texto “Do Socialismo Utópico ao Científico”, também conhecido como “Anti-Dhuring”, obra fundamental na consolidação do marxismo como teoria da social-democracia alemã e de combate a outras vertentes socialistas no interior do partido. Mantém assim a mesma direção do texto de Marx “A Dominação Britânica da Índia”, de 1853.

A perspectiva de nacionalização da terra parte do “pressuposto ético de que o terreno cultivável cabe a toda humanidade” (Hegedus, 1984), e da necessidade, de acordo com a teoria marxista da concentração de capital, da nacionalização e da formação de grandes unidades produtivas, mas também da perspectiva teórica do coletivo como indivisível. Para evocar o comunismo futuro e um projeto de emancipação do proletariado, Marx e Engels fazem referências a “comunidades” primitivas, comunistas, mas no reino da necessidade, sem

desenvolvimento técnico suficiente para garantir o pleno desenvolvimento dos indivíduos.

Para Marx, a relação com a propriedade está relacionada ao trabalho e seu desenvolvimento histórico. Neste sentido, o autor procura identificar nas comunidades primitivas uma visão positiva da negação da propriedade privada, como ponto de identificação com a proposta comunista, e, ao mesmo tempo, o surgimento histórico da própria privada a partir divisão do trabalho no interior da comunidade. A existência da comunidade comunista é mediada pela existência enquanto proprietários das terras que têm como objetivo a conservação da família e da comunidade, uma vez que a comunidade está voltada para sua produção, se comportando como possuidor sem divisão do trabalho e separação dos meios de produção com força de trabalho, ao mesmo tempo aprisionando o desenvolvimento das forças produtivas e do capital.

Essa coletividade, comunidade primitiva, tem uma relação coletiva de posse, não universal e não orgânica, pela dependência da ação dos indivíduos em fazê-la existir. É do próprio desenvolvimento histórico da comunidade, da relação de propriedade, de posse do objeto, da terra, por exemplo, que deriva o sistema. Essa comunidade aprisiona as forças produtivas e as contradições entre elas e as relações de trabalho, que terão sua potencialidade liberada, primeiro com o próprio surgimento da propriedade imóvel e depois, móvel. Com a divisão do trabalho no interior da família da comunidade doméstica primitiva, através da divisão social do trabalho, primeiro entre gêneros e depois entre campo e cidade, é que a propriedade privada vai se desenvolvendo, se libertando das amarras locais e, com isso, liberalizando o capital. Mas ainda é importante perceber que a comunidade primitiva original, identificada como comunismo primitivo, é, na visão do autor, idealizada como um todo indivisível, onde o trabalho é coletivo e controlado pela comunidade primitiva. É a diferenciação do trabalho no interior da comunidade primitiva, a contradição entre o desenvolvimento das relações de produção e das forças produtivas em desenvolvimento, que destruiu esse comunismo primitivo, restrito às necessidades autossuficientes das comunidades comunistas primitivas.

Marx, nos Manuscritos Econômicos Filosóficos, afirma:

A primeira anulação positiva da propriedade privada, o comunismo vulgar, é, portanto, apenas uma *forma fenomenal* da infâmia da propriedade privada representando-se como comunidade positiva.

(V) Assim, todo o desenvolvimento histórico, tanto a gênese *real* do comunismo (o nascimento de sua existência empírica) quanto sua consciência pensante, e seu processo entendido e consciente de vir-a-ser; ao passo que o outro, o comunismo ainda não desenvolvido, procura, em certas formas históricas contrárias à propriedade privada, uma justificação baseada no que já existe e, com esse fito, arranca de seu contexto elementos isolados desse desenvolvimento ([Cabet](#) e [Villegardelle](#) destacam-se entre os que se dedicam a esse passatempo), apresentando-os como provas de seu *pedigree* histórico. Ao fazê-lo, ele deixa claro que, de longe, a maior parte desse desenvolvimento contradiz suas próprias afirmações e que, se jamais existiu, sua existência pretérita refuta sua pretensão à *entidade essencial*.

Este é um ponto importante, na medida em que Marx afirma que “a primeira anulação positiva da propriedade privada”, o comunismo primitivo, é uma forma fenomenal e não orgânica, tendo em vista que o coletivo indiviso, a propriedade privada da comunidade, neste caso, não é garantido pelo desenvolvimento das forças produtivas; por outro lado, sua existência enquanto coletividade só existe a partir da associação entre homens, e não pelo



desenvolvimento produtivo, em certa maneira independente dos homens.

Neste sentido, é do próprio trabalho dentro das comunidades primitivas que surge a propriedade privada, e é sobre esse aspecto que Marx critica Proudhon, no sentido de que o autor anarquista indica o surgimento da propriedade pela ação política e econômica, e Marx identifica e critica como extraeconômica.

A perspectiva ontológica centralista de Marx o fez entender o surgimento da sociedade tribal realizada de forma original e espontânea, sendo a finalidade de todas essas comunidades a conservação e, portanto, seu isolamento como comunidades comunistas primitivas autossuficientes, do ponto de vista da produção e do consumo. A propriedade da terra faz parte do desenvolvimento da contradição entre forças produtivas e relações de trabalho, e da separação contínua do homem dos seus meios de produção e, mais ainda, do homem com a natureza. O desenvolvimento posterior da propriedade privada é seu rompimento com a imobilidade da terra, que terá seu auge no desenvolvimento da grande indústria moderna, praticamente autômato, tendo em vista o uso energético do sistema industrial. Esse desenvolvimento das forças produtivas dissolveria as relações clientelistas e tradicionais. Sobre esse desenvolvimento, Marx (2011) afirma:

A propriedade agrária (ou imobiliária) é a primeira forma de propriedade privada, e a indústria aparece pela primeira vez na história simplesmente em oposição a ela, como uma forma particular de propriedade privada (ou melhor, como o escravo libertado da propriedade agrária); essa sequência se repete no estudo científico da essência *subjéctiva* da propriedade privada, e o trabalho aparece, a princípio, apenas como *trabalho agrícola*, mas depois estabelece-se como trabalho em geral.

*A propriedade agrária*, ao contrário do capital, é propriedade privada, capital, ainda afligido por preconceitos *locais* e políticos; é capital que ainda não emergiu de seu envolvimento com o capital mundial *não desenvolvido*. No decurso de sua *formação numa escala mundial*, ela tende a alcançar sua expressão abstrata, isto é, *pura*.

A dissolução dos modos de produção e das formas anteriores de comportamento do processo de formação do capital não está na agricultura pela sua imobilidade, que não permite o pleno desenvolvimento técnico-científico, deixando a comunidade isolada e paralisada, uma vez que não se dissociou o trabalhador dos instrumentos do trabalho e da matéria-prima.

A formação original do capital está vinculada, portanto, a esse processo histórico, que tem seu início no rompimento da comunidade doméstica, primeiro pela dominação do homem sobre a mulher e, depois, pela separação entre campo e cidade.

No caso das tribos pastoris nômades, a comunidade está de fato sempre unida; a sociedade migratória, caravana, horda, e as formas de dominação e subordinação desenvolvem-se a partir das condições desse modo de vida. Nesse caso, só o rebanho é de fato apropriado e reproduzido, não a terra; que, no entanto, é sempre temporariamente utilizada de forma comunitária em cada um dos locais de permanência. (Marx, 2011)

Marx ainda afirma sobre as supostas coletividades comunistas primitivas:

Em todos os estágios anteriores da sociedade, a produção era essencialmente coletiva e o consumo se realizava, também, sob um regime de distribuição direta dos produtos, no seio de pequenas ou grandes coletividades comunistas. Essa produção coletiva era levada a cabo dentro dos mais estreitos limites, mas, ao mesmo tempo, os produtores eram senhores de seu processo de produção e de seus produtos. Sabiam o que era feito do produto: consumiam-no, ele não saía de suas mãos. E, enquanto a produção se realizou sobre essa base, não pôde sobrepor-se aos

produtores, nem fazer surgir diante deles o espectro de poderes estranhos, como sucede, regular e inevitavelmente, na civilização. Nesse modo de produzir, porém, foi-se introduzindo lentamente a divisão do trabalho. Minou a produção e a apropriação em comum, erigiu em regra dominante a apropriação individual, criando, assim, a troca entre indivíduos (já examinamos como, anteriormente). Pouco a pouco, a produção mercantil tornou-se a forma dominante. (Marx, 2011)

Neste sentido, há um ponto de surgimento (perspectiva centralista) e uma idealização das comunidades domésticas primitivas, como exposto acima pelo autor, ao entender a produção e o consumo das comunidades comunistas primitivas como essencialmente coletivistas e indivisos, que impossibilitava qualquer alienação e possibilitava o autoconsumo de sua própria produção. Fato que se reproduzirá na versão da proposição comunista. É da diferenciação dentro das próprias coletividades originárias comunistas que surgiu também a troca mercantil, na medida em que a divisão do trabalho pouco a pouco minou a apropriação e a produção comum e, conseqüentemente, dissolveu as relações clientelistas e patriarcais.

Na perspectiva de Marx e Engels, a propriedade privada está imobilizada até o aparecimento da manufatura e, fundamentalmente, da indústria. Quando o trabalho se desvincula da terra e se tem a separação entre agricultura e manufatura, a propriedade móvel aparece na mesma medida em que o trabalho livre, libertando toda a potencialidade do desenvolvimento das forças produtivas.

Tal e qual a *propriedade privada* é a mera expressão sensorial do fato de o homem ser ao mesmo tempo um fato objetivo para si mesmo e tornar-se um objeto estranho e não-humano para si mesmo; tal e qual sua manifestação de vida é também sua alienação da vida e sua realização própria uma perda da realidade, o aparecimento de uma realidade *estranha*, assim também a revogação positiva da propriedade privada, i.e, a apropriação *sensorial* da essência humana e da vida humana do homem objetivo e das *criações* humanas, pelo e para o homem, não devem ser consideradas exclusivamente na acepção de *fruição* imediata e exclusiva, ou na de *possuir* ou *ter*. O homem apropria seu ser multiforme de maneira global, e portanto como homem integral. (Engels, 1982)

Neste sentido, o autor destaca o desenvolvimento do industrialismo como o desenvolvimento integral do homem, mesmo que os indivíduos estejam alienados. Também Engels (1982) reafirma e ainda destaca a diferenciação da comunidade doméstica primitiva que se desenvolve numa sociedade de produtores isolados, pouco a pouco vindo a introduzir o novo modo de produção.

Nessa sociedade de produtores isolados, de produtores de mercadorias, veio a introduzir-se mais tarde o novo modo de produção. Em meio àquela divisão elementar do trabalho, sem plano nem sistema, que imperava no seio de toda a sociedade, o novo modo de produção implantou a divisão planejada do trabalho dentro de cada fábrica; ao lado da produção individual surgiu a produção social. Os produtos de ambas eram vendidos no mesmo mercado e, portanto, a preços aproximadamente iguais. (Engels, 1982)

O autor continua, sobre o surgimento da família e da propriedade privada:

A forma de família que corresponde à civilização e vence definitivamente com ela é a monogamia, a supremacia do homem sobre a mulher, e a família individual como unidade econômica da sociedade. A força de coesão da sociedade civilizada é o Estado, que, em todos os períodos típicos, é exclusivamente o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada. Também são características da civilização: por um lado, a fixação da oposição entre a cidade e o campo como base de toda a divisão do

trabalho social e, por outro lado, a introdução dos testamentos, por meio dos quais o proprietário pode dispor de seus bens ainda depois de morto. Essa instituição, que era um golpe direto na velha constituição gentilícia, não foi conhecida em Atenas, mesmo no tempo de Solon; foi introduzida bastante cedo em Roma, mas ignoramos em que época. Na Alemanha, implantaram-na os padres, para que os cândidos alemães pudessem, sem dificuldade, deixar legados para a Igreja. (Engels, 1964)

O destaque são as sucessivas divisões no seio da comunidade, reverberando em divisões econômicas e no processo de trabalho. O comunismo é a fase de negação da negação e é, por conseguinte, para a próxima etapa da evolução histórica, um fator real e necessário na emancipação e reabilitação do homem. O comunismo é a forma necessária e o princípio dinâmico do futuro imediato, mas o comunismo não é em si mesmo a meta da evolução humana – a forma da sociedade humana.

Também para Engels se mantinha uma sociedade de produtores isolados, que não produzia intercâmbio e, portanto, era estável, e mesmo paralisada, do ponto de vista sociotécnico, na medida em que não havia divisão do trabalho e se mantinha uma produção e apropriação coletiva.

O comunismo, na perspectiva marxista, é a expressão positiva da propriedade privada universal, concentrada no Estado, que dissolverá todas as antigas relações de produção. A história da humanidade é, sob esta perspectiva, o desenvolvimento do trabalho alienado, da separação homem-natureza.

A agência da questão em Marx, Engels e Kautsky está no capital, nas transformações sociotécnicas, a dissolução do comunismo primitivo com a influência da produção de mercadorias do sistema mercantil. “As formas tradicionais de ganhar a vida desorganizaram-se, ocorrendo a desintegração que em todos os lugares acompanha a transação de uma economia de troca para uma economia de mercado”, e “este isolamento absoluto das comunidades – que criou no país interesses iguais, mas de nenhum modo comuns – é a base natural do despotismo oriental; da Índia à Rússia, em toda parte esta forma social predominou; ela o originava e sempre encontrou nele seu complemento.” (Engels, 1964)

Portanto, a preferência por grandes unidades de produção, portadoras da socialização às custas das pequenas, repousando sobre o individualismo, é uma ideia fixa que reaparece na literatura marxista. O industrialismo se configura como uma concepção de necessidade histórica para que se realize a revolução a partir das contradições entre forças produtivas e relações de produção. A coletivização, nesse caso o comunismo futuro, é entendida como um todo coletivo indivisível, cabendo nesse sentido ao Estado, na acepção marxista, a distribuição justa, de acordo com as necessidades de cada indivíduo, a distribuição da riqueza já produzida coletivamente, ainda que os trabalhadores estejam alienados pelo processo de produção da mercadoria, culminando, em certo aspecto, com o desenvolvimento do homem integral, enquanto ser multiforme global.

A produção, tornando-se cada vez mais social, rejeita mais e mais o envelope das relações jurídicas, isto é, a apropriação privada do produto social. É neste sentido que o desenvolvimento da grande indústria levaria à dissolução de formas pretéritas.

Marx (2011) afirma:

De tudo que dissemos, infere-se, pois, que a civilização é o estágio de desenvolvimento da sociedade em que a divisão do trabalho, a troca entre indivíduos dela resultante, e a produção mercantil — que compreende uma e outra — atingem seu pleno desenvolvimento e ocasionam uma revolução em toda a sociedade

anterior.

A grande propriedade capitalista, seja ela sob as rédeas do Estado ou de um proprietário privado, é a forma de produção mais próxima do socialismo. A grande empresa é entendida pelo seu caráter coletivo integrador e universal. Foi desse ponto elaborado por Marx e Engels que se desenvolveu a perspectiva de Kautsky a cerca do papel do proletariado e do campesinato e da ação política da social-democracia alemã.

Marx, nos manuscritos econômicos filosóficos de 1844, afirma: “O capital industrial é a forma concretizada da propriedade privada. Assim, vemos que é só nesta etapa que a propriedade privada pode consolidar seu domínio sobre o homem e tornar-se, em sua forma mais genérica, uma potência na história universal”.

Engels (1982) também afirma: “Tínhamos que salientar, face a face, os nossos opositores, o princípio mestre (o lado econômico) por eles negado, e nem sempre havia tempo, lugar e oportunidade para fazer justiça às demais considerações envolvidas e por ele afetadas”.

## 1.2 - O “Mir” Russo

Na final da década de 1860, no interior da AIT, foi realizada uma grande discussão política e teórica sobre a questão agrária. Nestes congressos da Internacional, a proposição proudhoniana foi vencida, em favor da proposta coletivista dos bakuninistas no congresso da Basileia, por “una mayoría colectivista antiautoritaria contra las minorias proudhoniana y marxista” (Garcia, 1964 ). Essa proposta declarava:

que la sociedad tiene el derecho de abolir la propiedad individual de la tierra, y hacer de modo que ésta entre en la comunidad. Declara, además, que hay necesidad de hacer que la tierra sea propiedad colectiva. (Garcia, 1964)

Por sua vez, a abolição da servidão na Rússia em 1861 abriu um forte debate sobre o desenvolvimento político e econômico do país e o papel do campesinato neste processo, particularmente a questão da comuna rural russa. Assim, o marxismo e o bakuninismo ofereceram interpretações distintas para a questão agrária, em particular sobre a Rússia. Na década de 1880, em diálogo com Vera Zaslitch, do partido Terra e Liberdade, da Rússia, Marx retoma o debate sobre a questão agrária e camponesa e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo. A tese de proletarianização do campesinato e nacionalização das terras é recebida com muitos questionamentos pelo movimento socialista russo. O tema também foi debatido por Bakunin na obra Estatismo e Anarquia, de 1873, que influencia em grande parte Marx a escrever Crítica ao Programa de Gotha.

Para Marx, no caso russo, existe a possibilidade da simultaneidade da existência do desenvolvimento capitalista com o mir, diferentemente de outros países. A comuna e o campesinato aparecem apenas como forma de produção arcaica. Entretanto, Marx teoricamente supõe a possibilidade de um caminho alternativo para a comuna russa. Essa alternativa está vinculada ao desenvolvimento das forças produtivas a partir do centro do capitalismo, ou seja, ainda assim é o desenvolvimento tecnológico e técnico e as formas de organização técnica do trabalho capitalista que possibilitariam um caminho alternativo, que não a instauração de propriedades individuais camponesas e seu posterior processo de desaparecimento.

A partir desta perspectiva, a comuna rural russa como via alternativa de desenvolvimento do capitalismo está associada à ação das forças produtivas e do Estado, para

que houvesse o processo de modernização e nacionalização da comuna arcaica. Esse processo tenderia a acabar com o isolamento, a crise econômica e a forma de trabalho agrícola do Mir. Tais questões são sucessivamente debatidas e reafirmadas por Engels nas suas correspondências com Danielson. (Fernandes, 1982)

Após Marx escrever Crítica ao Programa de Gotha, em parte em resposta ao livro Estatismo e Anarquia, de Bakunin, Engels publica a Questão Social na Rússia no jornal Der Volksstaat, em 1875, com as seguintes observações sobre a revolução na Rússia:

Existem todas as condições para uma revolução; esta revolução será iniciada pelas classes superiores da capital e, inclusive, talvez, pelo próprio governo, mas os camponeses a desenvolverão, tirando-a rapidamente do marco de sua primeira fase, da fase constitucional; esta revolução terá grande importância para toda a Europa, sobretudo porque destruiu de um só golpe a última e ainda intacta reserva da reação europeia.

De novo afirma: “Daí resulta que a iniciativa para a transformação da comuna russa não pode sair do seu interior, mas unicamente do proletariado industrial do ocidente. A vitória do proletariado da Europa Ocidental sobre a burguesia”. Dentro dessa perspectiva, insere isso dentro de um novo período de revoluções conduzidas de cima para baixo, que começaram na Alemanha, e, com elas, um período de crescimento do socialismo em todos os países europeus. A Rússia participou do movimento geral”.

Engels publica em 1894 o epílogo à Questão Social na Rússia, onde afirma: “Não seria possível tomar esta propriedade comum como ponto de partida de uma ação nacional que, saltando sobre todo o período capitalista, passasse do comunismo camponês russo diretamente para a propriedade socialista moderna, enriquecendo-a com as aquisições técnicas da era capitalista”. (1982)

Para Bakunin, a questão era distinta da proposição marxista. Neste sentido, há um deslocamento da análise econômica do Mir e do desenvolvimento capitalista para a análise do papel do camponês enquanto agente revolucionário nas condições históricas atuais, com base em experiências históricas das lutas anteriores do povo russo. A questão passa a ser o associativismo e a ação política com vista à destruição do Estado e da estrutura fundiária. Para o autor, é a própria ação sociopolítica do campesinato o vetor fundamental da revolução, efetivamente lutando contra a política estatal e patrimonialista, de centralização e dominação, que possibilitaria a luta contra o modo de produção capitalista.

Neste sentido, fica mais evidente a posição industrialista-centralista da visão social-democrata/comunista, em que aparece a indivisibilidade da terra, passando da idealização da coletivização do “comunismo primitivo” para a proposição do comunismo moderno. Essa posição significa que, a partir de um centro, se difundiria a grande indústria capaz de promover mudanças sociais. Nesta perspectiva, o problema da crise econômica do MIR, na medida em que existe um aumento da taxa do Estado sobre o campesinato e, ao mesmo tempo, não se tem um forte aumento de produção, é a falta de intervenção do capital que possibilite superar essa crise da comuna rural russa. Para Bakunin, é justamente a exploração e a dominação sobre o campesinato que possibilitam a ação coletiva revolucionária de destruição do Estado czarista. Neste contexto, a política social-democrata continua a ser de defesa da nacionalização das terras camponesas, mantendo uma continuidade das obras dos anos 1840 e do programa da Liga dos Comunistas.

Por sua vez, no “Nosso Programa”, lançado por Bakunin e Jukosvki (1982) na revista A Causa do Povo, estes afirmavam:

A terra pertence a quem nela trabalha, à comuna rural. O capital e os instrumentos de

trabalho pertencem aos operários, às associações operárias. 4. O futuro regime político deve ser uma federação livre de artéis (associações) operários, rurais e fabril-manufatureiros.

Neste pequeno trecho, pode-se constatar, em comparação aos programas da Liga dos Comunistas e do Partido Social-democrata, a diferença existente entre as duas perspectivas e o ponto central da teoria e política anarquista. Primeiro, a inexistência de uma ideia de centro difusor, tanto político como econômico; segundo, a associação descentralizada, da auto-organização dos trabalhadores, como contraponto fundamental à centralização do Estado e do capital. É a partir justamente desta perspectiva e da experiência histórica do campesinato russo que Bakunin enumera três aspectos fundamentais do ideal revolucionário do campesinato russo:

O primeiro e o principal destes aspectos é a convicção, partilhada por todo o povo, de que a terra, esta terra regada de suor e fecunda com seu trabalho, pertence-lhe de modo integral. O segundo, não menos importante, é ainda a convicção de que o direito à fruição do solo pertence não ao indivíduo, mas a toda comunidade rural, ao mir, que reparte a terra, a título temporário, entre os membros da comunidade. O terceiro destes aspectos, de importância igual à dos dois precedentes, é a autonomia quase absoluta do mir, ao mesmo tempo em que a gestão comunitária do mir e, em consequência, a hostilidade manifesta deste último para com o Estado. (Bakunin, 2003)

Estes três aspectos revolucionários presentes no ideal do camponês russo, que são o modo integral devido ao seu trabalho, o direito do solo pertencer à comunidade rural, ao mir, e a autonomia da gestão comunitária do mir em relação ao Estado, são obstaculizados por outros três aspectos,

que desnaturam seu caráter e complicam ao extremo, retardando sua realização; aspectos, que devemos, por conseguinte, combater com toda nossa energia, e que são bem possíveis de combater, visto que o próprio povo já se engajou no combate. Estes três aspectos são: 1) o Estado Patriarcal; 2) absorção do indivíduo pelo mir; 3) a confiança no czar. (Bakunin, 2003)

Diferentemente da proposta centralista/estatista e industrialista marxista, que propõe como modelo alternativo de desenvolvimento a ação das forças produtivas sobre o mir, no caso da proposta anarquista, podemos inseri-la numa espécie de *radicalismo federalista, com base na associação dos agentes, sendo o campesinato um agente importante para o processo de destruição do Estado e da propriedade privada*.

Em sua proposição, uma preocupação fundamental é a ***luta pela existência***, que significa ao mesmo tempo lutar contra a centralização do poder e pela efetiva liberdade do campesinato russo, contra a dominação do Estado sobre a comuna rural. O centro da questão, desse modo, não é a possibilidade do desenvolvimento econômico do mir a partir da sua relação com o capitalismo em desenvolvimento na Rússia, mas justamente demonstrar que esses processos estariam interligados, como causas da dominação sobre o campesinato, conjuntamente com o Estado centralizando as comunas rurais. Para o autor, não há possibilidade de que uma centralidade econômica e estatal provoque mudanças sociais que levariam à extinção do Estado patriarcal e do capitalismo na Rússia, muito menos a possibilidade de um modelo alternativo para a Rússia, ainda que hipoteticamente.

Em contraponto à centralização do poder, representado pelo Estado, à expansão do modo de produção capitalista e à concentração de capitais na agricultura, Bakunin destaca a centralidade da associação para se chegar a uma socialidade igualitária e livre, anárquica.

**Para tal, os trabalhadores têm apenas um meio: a associação.** Através da

**associação**, instruem-se, esclarecem-se mutuamente e põem fim, por si próprios, a esta fatal ignorância que é umas das principais causas da sua escravatura. Através da **associação**, aprendem a se ajudarem, a se conhecerem, a se apoiarem mutuamente, e acabarão por criar um poder muito maior do que o de todos os capitalistas burgueses e poderes políticos juntos. A **associação** tornou-se, pois, a palavra de ordem dos trabalhadores de todos os ofícios e de todos os países, sobretudo nestes últimos vinte anos, e toda a Europa está minada, como que por encanto, por uma multidão de associações operárias de todos os tipos. (...) Mas a experiência destes mesmos vinte anos provou que as associações isoladas eram quase tão impotentes como os trabalhadores isolados, e que mesmo a federação de todas as associações operárias de um país apenas não bastam para criar um poder capaz de lutar contra a coligação internacional de todos os capitais exploradores, do trabalho na Europa; a ciência demonstrou, por outro lado, que a questão da emancipação do trabalho não se trata de uma questão nacional; que nenhum país, mesmo que seja grande, poderoso, rico, pode, sem se arruinar e sem condenar todos os seus habitantes à miséria, empreender nenhuma transformação radical das relações do capital e do trabalho, se transformação não se fizer igual e simultaneamente pelo menos na maior parte dos países mais industrializados da Europa, e que, conseqüentemente, a questão da libertação dos trabalhadores do jugo do capital e dos seus representantes, os burgueses, é uma questão eminentemente internacional. Daqui resulta que a solução só é possível no quadro do internacionalismo.

Desta maneira, o autor desloca o centro da questão da esfera da produção e da continuação de um suposto comunismo primitivo, ou de uma propriedade coletiva arcaica, para uma forma superior, propiciado pelo desenvolvimento do capitalismo e do trabalhador coletivo, para a associação entre os trabalhadores nas suas diferentes formas organizativas, que contraporía tanto a centralização estatal como a centralização de capitais.

Esse é um ponto crucial de diferenças entre as perspectivas social-democrata/comunista e anarquista/bakuninista. Marx identifica o avanço do capital com um duplo objetivo; ao mesmo tempo em que ele é destruidor de modos de existência pretéritos, é também regenerador. A introdução de base tecnocientífica capitalista tem como missão criar a base material do mundo novo, entretanto, esta nova base é assentada na perspectiva industrialista da teoria e prática social-democrata/comunista. É neste sentido que a produção, o modo capitalista, ao converter mais e mais em proletários a imensa maioria dos indivíduos de cada país, cria a força que, se não quiser perecer, está obrigada a fazer essa revolução.

Outra circunstância favorável à conservação da comuna russa (como via de desenvolvimento) consiste em que ela não só é contemporânea da produção capitalista (nos países ocidentais), mas que sobreviveu à época em que o sistema social ainda se apresentava intato, que, ao contrário, ela o encontra, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, em luta com a ciência, com as massas populares e com as próprias forças produtivas por ele engendradas. Em suma, que ele se transformou em arena de antagonismos gritantes, conflitos e desastres periódicos, que ele se revela, mesmo aos mais cegos, como um sistema de produção transitório, destinado a ser eliminado pelo retorno da sociedade. (...) Então, ela o encontra numa crise que só terminará com a sua eliminação, com retorno da sociedade moderna tipo arcaico da propriedade comum, forma em que – como disse um autor americano absolutamente insuspeito de tendências revolucionárias, financiado em seu trabalho pelo governo de Washington (“o plano superior”), o novo sistema para o qual tende a sociedade moderna “será um renascimento (a revival) em uma forma superior (in a superior forma) de um tipo social arcaico. Portanto, não há porque ter medo da palavra arcaico.

A possibilidade de socialização dos meios de produção está contraditoriamente no

desenvolvimento das forças produtivas, que no caso russo significa um desenvolvimento com base nas comunas russas alternativo ao caso inglês.

Isso porque, segundo Marx

a Rússia é o único país europeu onde a comuna agrícola manteve-se em escala nacional até os nossos dias. Ela não é presa de um conquistador estrangeiro, como as Índias Orientais. Tampouco vive isolada do mundo moderno. Por um lado, a propriedade comum da terra permite-lhe transformar direta e gradualmente a agricultura parcelar e individualista em agricultura coletiva e os camponeses russos já praticam nas pradarias indivisas; a configuração física do seus solos convida à exploração mecânica em grande escala;

Essa possibilidade se ergue devido ao caráter comunista arcaico do MIR, segundo Marx, que, ao entrar em contato com o capitalismo, poderá passar do trabalho parcelar ao trabalho cooperativo. Sobre esta questão mais especificamente, Marx afirma:

Uma circunstância bastante favorável, do ponto de vista histórico, à conservação da comuna agrícola pela via de seu desenvolvimento ulterior, consiste em que ela não somente é contemporânea da produção capitalista ocidental e pode assim apropriar-se dos seus frutos sem sujeitar-se a seu modus operandi, mas também que sobreviveu à época em que o capitalismo ainda se apresentava intato, e que, ao contrário, ela o encontra, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, em luta com as massas trabalhadoras, com as ciências e com as próprias forças produtivas a que ele dá origem – enfim, em uma crise que terminará por sua eliminação, por um retorno das sociedades modernas a uma forma superior de um tipo arcaico da propriedade e da produção coletivas.

Portanto, a crise econômica da comuna rural, identificada por Marx, tem sua salvação com a instauração de um trabalho cooperativo, que será proporcionado pelo capitalismo com o incremento de uma nova base sociotécnica, que possibilitaria a salvação da comuna russa e a base de uma nova experiência de desenvolvimento.

A ideia de que a economia determinava e qualificava os sujeitos sociais é questionada no debate com Marx por ocasião da cisão da AIT em 1872. Em carta ao jornal *La Liberté*, Bakunin expõe com clareza sua diferença para com o determinismo econômico industrialista da social-democracia/comunismo alemão:

É um princípio profundamente verdadeiro logo que o consideramos sob o seu verdadeiro aspecto, isto é, sob um ponto de vista relativo, mas que, visto e posto de uma maneira absoluta, como o único fundamento e a primeira fonte de todos os outros princípios, como o faz esta escola, torna-se completamente falso. O estado político de cada país (...) é sempre o produto e a expressão fiel da sua situação econômica: para mudar o primeiro só é necessário transformar esta última. Todos os segredos das evoluções históricas, segundo o Sr. Marx, está lá. Ele não toma em consideração os outros elementos da história, tais como a reação contudo evidente das instituições políticas, jurídicas e religiosas sobre a situação econômica. Ele diz: *'A miséria produz a escravatura política, o Estado'*; mas não se atreve a revirar esta frase e a dizer: *'A escravatura política, o Estado, reproduz por sua vez e mantém a miséria, como uma condição de sua existência; de modo que para destruir a miséria, é preciso destruir o Estado.'* (Bakunin, 1989).

Portanto, Bakunin faz uma crítica à visão economicista/industrialista da teoria social-democrata comunista, demonstrando que a defesa de um programa político com base no centralismo do Estado e na elevação de uma forma sociotécnica a um plano superior levaria,



em seu pleno desenvolvimento, a uma política eurocêntrica e anticamponesa. Essa visão industrialista, combinada com a defesa do Estado, engendra uma política contra as minorias e outras formas de existências que não a capitalista.

No manuscrito intitulado “A Alemanha e o Comunismo de Estado”, o autor afirma:

“Sabem como este ódio e este desprezo sistemático pelos eslavos são propagados atualmente pelos chefes do partido da democracia socialista no próprio seio do proletariado da Alemanha? Para sabê-lo, basta abrir o "Volksstaat", órgão oficial deste partido, redigido por Liebknecht sob a inspiração diretora de Marx. Em 1869 e 1870, ele publicou uma série de artigos, nos quais se encontrou desenvolvido o seguinte pensamento: os eslavos são uma raça essencialmente agrícola, por consequência retrógrada e reacionária. Devemos excluí-los da Internacional, porque eles permanecem completamente estranhos à civilização moderna, fundada na produção por meio dos capitais. Nunca tendo sabido desenvolver uma burguesia em seu seio, ficaram de fora deste movimento econômico da concentração dos capitais produtores entre as mãos burguesas; consequentemente, sua indústria, se é que existe, não é a grande indústria comandada pelos grandes capitais burgueses, a qual produz para o mercado mundial. É uma indústria bárbara, primitiva; para sair da gleba, primeiro precisam passar pelo monopólio burguês, que é a única coisa capaz de criar o dinheiro para a revolução moderna, o proletariado dos grandes estabelecimentos industriais e das cidades. (Bakunin, 1872).

Assim, o desenvolvimento da base sociotécnica capitalista tem a centralidade presente na teoria social-democrata/comunista e na possibilidade de engendrar a concentração de capital e verdadeiras revoluções. Esse determinismo econômico levava a consequências políticas: o industrialismo e a defesa de uma superioridade político-cultural inerente ao operariado industrial, questões fundamentalmente criticadas por Bakunin.

“Em contraste, Bakunin interpretou o atraso russo, expresso em miséria e dominação social, como o fator desencadeante de uma revolução social que tinha como ideal a destruição do Estado e, junto à emancipação social, a introdução de elementos como a autonomia política das comunidades rurais e a federação como modelo da organização política” (Venturi, 1981). Por conseguinte, no esquema teórico de Bakunin, ressalta a dimensão política que conceitualiza o *mir* como núcleo social com vida própria e com capacidade para resistir às ingerências do Estado e do modelo patriarcal-familiar, de lutar contra ele e de destruí-lo. Resumindo, a valoração dada por Bakunin a respeito do *mir* dependia de suas relações com o Estado: a ambiguidade do *mir* para o autor estava relacionada à capacidade de ação e associação do campesinato de, a partir dos elementos autônomos da própria comuna rural, do seu antiestatismo, destruir os elementos estatistas, centralizadores e dominadores do Estado e da organização social patriarcal.

Enquanto a teoria e prática marxista deram ênfase ao desenvolvimento das forças produtivas como meio de destruição dos modos de produção anteriores, como a comuna rural, o *mir*, no caso da Rússia, a teoria e prática anarquista procuraram intensificar o associativismo e o ativismo político dos agentes, no caso o campesinato, como sujeito da destruição das relações de opressão e exploração que estavam presentes no *mir*. No caso comunista-social-democrata, a conversão da comuna se faria pela ação econômica e estatal exterior, de um centro de expansão do capital capaz de desenvolver e modernizar a comuna russa. Neste sentido, destruindo as relações de produção e sociais passadas e incorporando os aspectos positivos do capitalismo.

Ainda no “Epílogo à Questão Social da Rússia”, Engels reafirma estas questões e mantém o ponto de conexão com os marxistas russos, que, de certa maneira, influencia a ação

destes. Ele afirma: “Uma coisa, porém, é certa: o que resta destas comunidades somente será conservado se o despotismo tzarista for derrocado por uma revolução na Rússia. Esta revolução não só retiraria a grande massa do país, os camponeses, do isolamento de suas aldeias, do mir, que é o seu mundo, mas as colocaria no grande cenário onde poderiam aprender a conhecer o mundo exterior.” (1982)

### **1.3 - O Desenvolvimento do Industrialismo: Questões Políticas e Teóricas.**

Ao mesmo tempo em que a proposição de Marx e Engels é relativamente clara em relação aos aspectos apresentados acima, ela está inserida dentro de um contexto de grandes transformações econômicas, políticas e sociais por que passaram o capitalismo, inclusive com a superação da grande depressão de 1873-1895, que afetou em grande parte o campesinato. Nesta situação e condição, os líderes socialistas da Europa começaram a debater uma série de pressupostos, tendo em vista o avanço parlamentar da social-democracia, especialmente na Alemanha. Este debate foi realizado nas seções da AIT (vinculadas a Marx), cujos congressos haviam defendido a constituição de grandes unidades produtivas e a nacionalização da terra. Na década posterior, há um importante debate de Marx e Engels com os populistas russos e, na década de 1890, já no âmbito da II Internacional, fundada em Paris, em 1889, é que continuam debates importantes, como, por exemplo, a ideia do colapso revolucionário, a participação eleitoral, o fim dos campesinato e a determinação do processo de concentração do capital.

“In particular, socialist parties and the Socialist International became consumed by debates about such issues as cooperation with bourgeois parties and non-proletarian social groups, the role of reform work, the value of democracy, and how to deal with the rising tide of nationalism”. (Berman, 2006)

Dentro deste período, é possível perceber uma continuidade nos escritos de Marx e Engels, mantendo-se as formulações ainda desenvolvidas no programa da Liga dos Comunistas. As teses dos autores demarcam uma continuidade entre uma suposta forma arcaica de produção e apropriação coletiva, o comunismo primitivo, com o desenvolvimento de uma “forma superior” de produção e apropriação coletiva, o comunismo moderno. Essa proposição é marcada pela ideia do coletivo como unidade indivisa, que se conecta à formulação de trabalho coletivo, forma superior ao trabalho parcelar. Na nossa interpretação, a tese de Marx e Engels do comunismo primitivo é idealista, na medida em que postula uma explicação antinatural e anti-histórica para a origem da sociedade, neste sentido, rompendo com o próprio materialismo histórico, na busca pelo centro difusor do desenvolvimento econômico, que vislumbrará, no futuro, o comunismo no reino da liberdade, que seria, como afirma Marx em carta a Vera Zasulich, uma forma superior do tipo mais arcaico, uma nova forma de produção e apropriação coletiva, do arcaico comunismo, do reino da necessidade, para o comunismo moderno, do reino da liberdade. Ou seja, “o Estado favoreceu o desenvolvimento precoce dos meios técnicos e econômicos mais apropriados para facilitar a exploração do cultivador, ou seja, da maior força produtiva da Rússia, e para enriquecer os “novos pilares sociais”. (1982)

Neste sentido, para que houvesse um desenvolvimento alternativo a partir da comuna russa, era necessário que, através do Estado, fosse fortalecida a tendência de desenvolvimento dos camponeses médios e dos assalariados rurais. Essa alternativa via comuna russa do desenvolvimento do capitalismo no país, diferentemente do modelo inglês, se daria devido à escala nacional da comuna russa. Neste sentido é que podemos entender a seguinte frase de

Marx a Vera Zasulich: “Para salvar a comuna russa, é preciso uma revolução russa.”

Nos congressos da social-democracia alemã de Stuttgart (1870) e de Gotha (1875), se mantém a linha ortodoxa marxista; desta maneira, mantém-se a perspectiva, já implícita no “18 Brumário”, do proletariado como dirigente do campesinato, tendo em vista a situação de transitoriedade de classe do campesinato e a perspectiva isolacionista que Marx e Engels, e a social-democracia, mantinham a respeito do modo de vida camponês.

Essas posições seriam também desenvolvidas dentro da AIT, gerando uma polarização entre o anarquismo e a social-democracia entre 1890 e 1920. De maneira geral, as posições da social-democracia seriam defendidas por Engels e Kautski.

Nesse congresso [1894] se repetiu a tese da proletarização necessária do camponês. Ao mesmo tempo, o partido assumiu a defesa dos camponeses enquanto contribuintes. Engels (...) distingue claramente o pequeno camponês do médio e do grande, expressando a opinião de que lhe parecia quase uma traição se o partido promettesse às duas últimas categorias a manutenção estável da independência econômica: também elas devem sucumbir em consequência da formação da propriedade capitalista e da produção mais competitiva de capitais. O partido não dev, pois, apoiar-se nestes estratos, mas sim nos trabalhadores assalariados. (...) Na formação do ponto de vista marxista sobre a questão agrária, um papel não negligenciável coube ao Congresso da Segunda Internacional, realizado em 1896, que entrou na história como o congresso da ruptura total com o anarquismo (...).

O debate político teórico realizado no interior da social-democracia europeia quanto à visão anticamponesa e industrialista é bem claro. O antidualing, neste sentido, é um texto fundamental, uma vez que é produzido por Engels para expressar a posição materialista histórica de Marx em disputa com determinadas proposições socialistas que surgiam no interior da social-democracia alemã. Portanto, é um texto fundamental para a consolidação do marxismo sobre as posições social-democratas/comunistas. Seguindo no debate sobre a questão agrária e do desenvolvimento capitalista no Antidualing, o autor afirma:

A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela **a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz ou pelo modo de trocar os seus produtos.**

Em outro trecho do mesmo livro, Engels continua:

O papel histórico do modo capitalista de produção e seu portador – a burguesia – consistiu precisamente em concentrar e desenvolver esses dispersos e mesquinhos meios de produção, transformando-os nas poderosas alavancas produtoras dos tempos atuais.

A centralidade da produção na concepção materialista da história e, ao mesmo tempo, o papel do modo capitalista de produção, como forma de centralização dos capitais e de substituição do trabalho cooperativo pelo trabalho coletivo, destruindo a sociedade de produtores isolados e instaurando uma nova forma de produção, ficam bem demarcados pelo autor.

Em outro trecho, o autor diz:

Nessa sociedade de produtores isolados, de produtores de mercadorias, veio a introduzir-se mais tarde o novo modo de produção. Em meio àquela divisão elementar do trabalho, sem plano nem sistema, que imperava no seio de toda a sociedade, o novo modo de produção implantou a divisão planejada do trabalho dentro de cada fábrica; ao lado da produção individual surgiu a produção social”.

A instauração da produção social por meio do modo de produção capitalista é condição fundamental para a instauração do socialismo, que aparece como meio de superar a incapacidade do capitalismo de dirigir as forças produtivas por ele desenvolvidas.

A contradição entre a produção social e a apropriação capitalista manifesta-se agora como antagonismo entre a organização da produção dentro de cada fábrica e a anarquia da produção no seio de toda a sociedade. (...)

De um lado, o modo capitalista de produção revela, pois, sua própria incapacidade para continuar dirigindo suas forças produtivas. De outro lado, essas forças produtivas compelem com uma intensidade cada vez maior, no sentido de que resolva a contradição, de que sejam redimidas de sua condição de capital, de que seja efetivamente reconhecido o seu caráter de forças produtivas sociais. (Engels, 1877)

Existe uma tese industrialista/centralista que subordina a situação da comuna. O industrialismo é apresentado como meio fundamental de concentração dos meios de produção em substituição à sociedade de produtores isolados. Assume ponto central na teoria marxista enquanto aspecto fundamental do modo de produção capitalista e, neste sentido, como tendência monopolista de concentração de capital que tem, como contrapartida, a proletarianização. A ênfase está nas forças produtivas, principalmente na tecnologia e na organização.

Neste sentido, a concentração dos meios de produção que gera o monopólio, a centralização e a concentração de capitais – e de proletários – desenvolverá os germes do comunismo, da propriedade coletiva indivisa. Assim, o texto de Engels é fundamental para a consolidação do marxismo, uma vez que fica muito clara a ideia de que a agência da transformação está no capital, no desenvolvimento de sua base sociotécnica, que, no caso da comuna russa, pode ser a sua salvação e a base para uma alternativa de desenvolvimento capitalista. É dentro desta perspectiva que a comuna russa surge como possibilidade alternativa, na medida em que uma intervenção do capital no campo possibilitaria resolver a sua crise econômica e do próprio sistema tributário.

No Antidhuring, Engels afirma:

(...) Vemos, pois, que a divisão da sociedade em classes tem sua razão histórica de ser, mas só dentro de determinados limites de tempo, sob determinadas condições sociais. Era condicionada pela insuficiência da produção, e será varrida quando se desenvolverem plenamente as modernas forças produtivas. Com efeito, a abolição das classes sociais pressupõe um grau histórico de desenvolvimento tal que a existência, já não dessa ou daquela classe dominante concreta, mas de uma classe dominante qualquer que seja ela, e, portanto, das próprias diferenças de classe, representa um anacronismo.

Para Prezworski (1985),

the Social Revolution envisioned by social-democrats was necessary because capitalism was irrational and unjust. And the fundamental cause of this inefficiency and inequality was poverty of the means of production (...) Already in “Socialism: Utopian and Scientific”, one of the most important theoretical sources of the socialist movement, Engels emphasized that the increasing rationality of capitalist production within each firm is accompanied, and must be accompanied, by the chaos and anarchy of production at societal scale. “The contradiction between socialized production and capitalist appropriation”, Engels wrote, “now presents

itself as an antagonism between the organization of production in the individual workshop and the anarchy of production in society generally.

Mantém-se a teoria da concentração de capital e da sua contrapartida, a proletarização, como ponto principal da política social-democrática e, ao mesmo tempo, do estatismo como elemento importante no plano político para distribuição igualitária da produção coletiva. O determinismo econômico, que se expressa no industrialismo, deriva da centralidade que assume o processo de produção e a teoria da alienação na teoria marxista. Neste sentido, o texto de Engels reforça este aspecto, uma vez que desenvolve a análise a partir da teoria da alienação e da especificidade do conceito de trabalho em Marx. Esse aspecto é fundamental, uma vez que é o desenvolvimento das forças produtivas que possibilita o comunismo, e, portanto, é no próprio processo de produção, na mediação do trabalho, que o homem se aliena, sendo assim fundamental para a emancipação o partido e o Estado, uma vez que o desenvolvimento das forças produtivas tornará anacrônica a existência das classes.

No texto “Os Bakuninistas em Ação”, sobre o processo insurrecional espanhol em 1872/1873, Engels retoma as proposições marxistas acerca da dupla função do desenvolvimento das forças produtivas, tal como descrita por Marx para o caso da Índia: destrutiva e regeneradora, e, novamente, reafirma a situação de isolamento das vilas espanholas.

Ao passo que a política anarquista para a Espanha foi justamente incentivar a ação coletiva revolucionária e o associativismo entre os camponeses e o operariado urbano. Assim, Bakunin propunha duas políticas fundamentais: a distribuição das terras para quem nela trabalha; a libertação das obrigações de pagamento de tributos e trabalho aos proprietários rurais. A política para a luta dos camponeses foi sintetizada na palavra de ordem “terra e liberdade”.

O sindicalista revolucionário e anarquista suíço James Guillaume<sup>13</sup>, contemporâneo de Bakunin e Marx, formula a política anarquista para a questão agrária. Esse texto apresenta as posições bakuninistas-coletivistas sobre a terra e a questão agrária. A proposição teórica anarquista, com um programa político coletivista, se contrapunha à teoria marxista, ao programa comunista de estatização.

Guillaume afirma:

O caráter da revolução precisa ser, a princípio, destrutivo. Em vez de modificar certas instituições do passado, ou adaptá-las à nova ordem, ele vai acabar com elas totalmente. Por essa razão, o governo será extirpado, junto com a Igreja, o Exército, os tribunais, as escolas, os bancos e suas instituições subservientes. Ao mesmo tempo a revolução tem um objetivo positivo, que os trabalhadores tomem o controle de todo o capital e ferramentas da produção. *Deixe-nos começar com os camponeses e os problemas relativos à terra.* Em muitos países, particularmente na França, os padres e a burguesia tentam ameaçar os camponeses contando a eles que a Revolução tomará suas terras. Esta é uma mentira ultrajante inventada pelos inimigos do povo. A Revolução tomaria exatamente um sentido oposto. *Ela tomaria a terra da burguesia, dos nobres e padres, e daria aos camponeses sem-terra. Se um pedaço de terra pertence a um camponês que o cultiva ele próprio, a Revolução não tocaria nela. Ao contrário, ela garantiria a livre posse e liquidaria os débitos da terra. Esta terra que uma vez enriqueceu o tesouro e foi sobrecarregada com*

---

<sup>13</sup> **James Guillaume** (Londres, 16 de fevereiro de 1844 – Paris, 20 de novembro de 1916) foi uma das lideranças da Federação do Jura da Primeira Internacional. Pertencente à ala coletivista, foi um dos expulsos junto com Bakunin pelo Conselho Geral na Cisão da Primeira Internacional em 1872. Teve papel fundamental na fundação da Internacional Anti-Autoriária, sediada na cidade de St. Imier, na Suíça.

*impostos e arruinada por hipotecas, como o camponês, seria emancipada. Não mais taxas, não mais hipotecas, a terra torna-se livre, apenas como o homem. Como a terra é propriedade da burguesia, do clero, dos nobres – terra cultivada até agora pelos trabalhadores sem-terra para benefício dos seus senhores – a revolução retornará esta terra roubada a seus proprietários por direito, os trabalhadores agrícolas.*

Dessa maneira, a questão agrária e camponesa para os anarquistas é bem clara: supressão da propriedade fundiária da terra, nobiliárquica, clerical e burguesa, distribuição da terra, eliminação do peso das hipotecas e taxas (tributo e renda pagos) e da exploração do trabalho agrícola.

Nós iremos considerar como os camponeses irão derivar o maior benefício possível dos seus meios de produção, a terra. Imediatamente depois da revolução, os camponeses serão confrontados com uma situação híbrida. Aqueles que já são pequenos proprietários manterão seus lotes de terra e continuarão a cultivá-lo com suas famílias. Os outros, e eles são de longe a grande maioria, que arrenda a terra dos grandes latifundiários ou foram simplesmente assalariados agrícolas empregados pelos proprietários, tomarão a posse coletiva de vastas terras e as trabalharão em comum. Qual desses é o melhor sistema? Em uma região que tem sido ocupada antes da Revolução pelos camponeses detentores de pequenos sítios, onde a natureza do solo não é desejável para cultivos extensivos de larga escala, onde a agricultura tem sido conduzida da mesma maneira por décadas, onde a maquinaria é desconhecida ou raramente utilizada – em uma tal região, os camponeses irão naturalmente conservar a forma de propriedade a que eles estão acostumados. Cada camponês continuará a cultivar a terra como ele fazia no passado, com esta singular diferença; seus antigos trabalhadores assalariados, se ele tinha algum, se tornariam seus parceiros e compartilhariam com ele os produtos do seu trabalho comum extraídos da terra. (...) Por outro lado, em operações agrícolas de larga escala, onde um grande número de trabalhadores agrícolas cultiva vastas áreas, onde a coordenação e cooperação são absolutamente essenciais, o trabalho coletivo irá naturalmente conduzir à propriedade coletiva. Uma coletividade agrícola pode abarcar uma comuna inteira (unidade autônoma regional) e, se economicamente necessário para eficiência e maior produção, muitas comunas. (Guilhaume, 1875)

Neste trecho, é possível ainda perceber a proposição política dos coletivistas com base no associativismo e na federalização das comunas e das unidades produtivas. É neste conflito do movimento operário-socialista internacional que as proposições anarquistas/coletivistas e social-democratas/comunistas se cristalizam. Por um lado, temos a política social-democrata a favor da proletarianização e estatização (nacionalização) da terra, desenvolvendo, no máximo, uma política de capitalização da pequena agricultura, que se torna um ramo da agricultura capitalista. A política coletivista anarquista defende que os trabalhadores tenham o controle coletivo sobre a terra, mesmo que em propriedades individuais eles não possam explorar o trabalho e, logo, não possam gerar nem renda, nem lucro. Dessa forma, o coletivismo do anarquismo implica o reconhecimento do campesinato como sujeito coletivo; a ação coletiva de luta por terra e liberdade, pela coletivização da terra e contra a exploração, que implica sua distribuição aos trabalhadores, que podem explorá-la de forma coletiva ou individual.

#### **1.4 - A Social-democracia e o marxismo ortodoxo**

No final do século XIX, desenvolve-se de forma prática e teórica o que seria chamado por Lenin e Kaustky de revisionismo do marxismo ortodoxo (Berman, 2006), procurando

sobretudo responder, de um lado, ao crescimento eleitoral dos partidos sociais-democratas em grande parte da Europa e, por outro, às perspectivas teóricas legadas por Marx e Engels, e desenvolvidas e defendidas por Kautsky. Será a política a ser adotada em relação à participação eleitoral e ao campesinato, mas amplamente à questão agrária, que será debatida no interior da social-democracia nesse contexto e será essencial para a nova linha. Por outro lado, a própria vertente revolucionária do marxismo desenvolvida por Lenin é, na perspectiva de Berman (2006), uma revisão, na medida em que o líder bolchevique “developed a strategy that was based on the primacy of politics rather than economics in the transition to socialism (...) in Leni's revisionism historical materialism was replaced by the view that socialism could be imposed through the politico-military effort of a revolutionary elite”. Na Alemanha, o “revisonismo democrático” (Berman, 2006) aparece de forma teórica através de Bernstein, um dos principais líderes do Partido Social-democrata alemão. Sobretudo, ele criticaria a ideia de colapso revolucionário (ESPING-ANDERSEN, 1985), chamando atenção para a nova “dinâmica social capitalista” e as novas configurações de classes, em que passava a defender uma política para os camponeses.

Essa revisão em favor de uma política partidária que defendesse interesses do campesinato é logo rechaçada por Engels. Para o autor:

Revolução proletária, solução das contradições: o proletariado toma o poder político e, por meio dele, converte em propriedade pública os meios sociais de produção, que escapam das mãos da burguesia. Com esse ato redime os meios de produção da condição de capital, que tinham até então, e dá a seu caráter social plena liberdade para impor-se. A partir de agora já é possível uma produção social segundo um plano previamente elaborado. O desenvolvimento da produção transforma num anacronismo a sobrevivência de classes sociais diversas. À medida que desaparece a anarquia da produção social, vai diluindo-se também a autoridade política do Estado. Os homens, donos por fim de sua própria existência social, tornam-se senhores da natureza, senhores de si mesmos, homens livres.

Engels afirma em 1894: “A grande produção agrícola passará sobre a pequena exploração como uma estrada de ferro esmaga um carrinho de mão (...) É o sentido do desenvolvimento econômico inevitável”.

Para Vergopoulos (1974),

Engels pensa, ao mesmo tempo, que o que é mais capitalista encontra-se objetivamente mais próximo do socialismo. A grande empresa, pensa ele, já é uma forma de socialização objetiva do processo de produção. Eis porque apresenta a grande empresa como progressista, enquanto considera a pequena como uma forma de obstruir o progresso da história. Dá-se o mesmo propósito de sua problemática sobre a questão camponesa.

Neste sentido, o “homem do campo era sempre encarado pelos sociais-democratas como um padrão proscrito ou proletário futuro” (Vergopoulos, 1974). Assim, podemos entender que é a partir da centralização de capital e do Estado que se defende a passagem mais fácil, no caso da agricultura, para a proposição de nacionalização.

É a partir destas questões que a ortodoxia marxista se desenvolve, através de Engels e Kautsky, em resposta às discussões em torno do programa do Partido Social-democrata da Alemanha e dos partidos operários socialistas da França, o Partido Socialista da França (PSdF) e o Partido Socialista Francês (PSF). Kautsky mantém as principais formulações ortodoxas a respeito da questão agrária: a proletarização do campesinato, a instauração do trabalho coletivo por meio do capitalismo e sua vinculação ao mercado capitalista. Essas

disputas entre um ortodoxismo e um revisionismo aparecem de forma prática conforme os partidos socialistas passam a atuar no parlamento. Assim, as discussões no interior dos partidos sociais-democratas se concentravam em ajustar a prática política em curso com a linha teórica revisionista que criticava o industrialismo e a perspectiva de colapso revolucionário para se alcançar o socialismo. No congresso da Internacional Socialista em 1900, em Paris, é fortemente debatida a participação eleitoral e a coligação com partidos burgueses, passando a resolução de que, em circunstâncias excepcionais, seria aceitável a aliança com determinados partidos (Berman,2006). A complexidade das divergências e alianças entre diversos setores do movimento operário e das questões nacionais impactou o movimento socialista francês, particularmente em torno da questão agrária. Sobre isto, o Partido Operário Francês (POF), que seguia orientação marxista, foi duramente criticado pela II Internacional, e Engels se referiu à política para os camponeses adotada nos congressos de Marselha e Nantes como inconsistente, fútil e oportunista.

A proposição política para o campesinato dentro de uma perspectiva pragmática eleitoral, conjugada com a crítica à ideia de colapso revolucionário, caminham lado a lado nas discussões da Internacional Social-Democrata.

Esses são os principais pontos debatidos tanto pelos “guedistas”, marxistas, como pelos socialistas independentes, representados por Jaurés. Estes defendiam mais abertamente uma política para os pequenos produtores e camponeses, desviando da questão clássica marxista a respeito da nacionalização da terra. Enquanto na França a situação aparecia de forma “prática” nos debates dentro do congresso, na Alemanha houve também um forte debate teórico a respeito da questão. Este debate é realizado ainda no congresso de Frankfurt (1894), que mereceu resposta de Engels e, em 1899, é abordado por Kautsky na obra “A Questão Agrária”, no mesmo ano em que Lênin elaborou “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”.

Diz Kautsky (1986) acerca da questão agrária:

*Introduzir a cooperação na produção só é possível aos elementos que apenas têm a perder os seus grilhões, esses elementos que a exploração capitalista formou no trabalho em comum, em quem a luta organizada contra a exploração capitalista desenvolveu virtudes sociais: a confiança na coletividade dos camaradas, devotamente à comunidade, a subordinação voluntária à sua lei. É preciso passar por todos os estágios da evolução. A grande massa dos homens comuns não pode passar diretamente, nas condições normais, da exploração do artesão ou camponês à grande exploração cooperativa. A propriedade individual dos meios de produção se opõe a isso(...) Não é pelos que possuem, mas pelos que não possuem que se fará a passagem à produção cooperativa (...) somente o proletariado vitorioso poderá tomar a iniciativa da produção cooperativa e realizar as condições que permitirão aos artesãos e camponeses passar (...) à grande produção pela cooperativa.*

Kautsky aprofunda os elementos da definição de classe a partir exclusivamente do próprio processo de trabalho, assim, a iniciativa revolucionária vem do lugar ocupado no processo de produção. Ao mesmo tempo responde a Bernstein, ao criticar sua ideia de cooperação como uma associação jurídica tão importante como o desenvolvimento das forças produtivas. Ao passo que Kautsky procura reafirmar a ideia de colapso revolucionário desenvolvido pela contradição entre a organização da produção, com sua centralização e concentração, e a anarquia do mercado, como inevitável para se chegar ao socialismo, tal qual afirmara Engels no debate sobre a questão agrária, em 1894, e no texto Anti-dhuring. Bernstein critica a ideia de colapso e propõe a ação política de expansão da democracia social



como condição fundamental para se alcançar o socialismo, protegendo e incentivando a pequena produção camponesa.

Kautsky reafirma a ortodoxia marxista ao vincular a questão agrária à escala econômica e à industrialização da agricultura, ou seja, a tendência à concentração de capital e à função integradora do industrialismo contra o atomismo das comunidades agrícolas. Haveria uma divisão sociotécnica do trabalho, assim como na indústria. Isso levaria ao desaparecimento do campesinato, assim como aconteceu com os artesãos. Mantinha-se a perspectiva marxista ortodoxa de proletarização, que significa a instauração do trabalhador coletivo, por meio do desenvolvimento da indústria, condição necessária para o sucesso do socialismo. (ESPING-ANDERSEN, 1985)

Para esse setor da social-democracia, o campesinato era essencialmente conservador, satisfeito com seu modo de existência. Como é do interior do próprio processo de trabalho que surge a propriedade privada, portanto, do trabalho alienado, e que a possibilidade de chegar ao socialismo passa necessariamente pelo desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, e os camponeses estão isolados em suas unidades produtivas, não é possível que eles sejam agentes políticos, uma vez que estão fora do processo industrial. Neste sentido, a proposição política de Kautsky é a manutenção da proposição de Marx e Engels: ou seja, a estatização da terra, uma vez que existe um processo de proletarização em curso. O programa político para a questão agrária debatida no interior do partido social-democrata alemão é definido com proposições que acabem com direitos semifeudais e garantam de alguma maneira o avanço do capitalismo nas áreas rurais.

Em contraposição à política ortodoxa do Partido Social-democrata alemão, Edward Bernstein propôs uma política de proteção e incentivo à pequena produção camponesa e o desenvolvimento da propriedade como fundamento da “democracia”, incorporando a formulação do socialismo fabiano inglês. Primeiro, o autor faz uma pesada crítica à ideia de “colapso” revolucionário, fortemente presente na obra de Marx e, mais ainda, em Engels, quando este defende a perspectiva de “desaparecimento do Estado” e da formação de grandes unidades industriais que levariam ao comunismo. Nesse sentido, o líder social-democrata propõe o rompimento com a política de enfrentamento de classes e, portanto, defende uma cooperação interclasses dentro da disputa eleitoral, propondo: controle do mercado e política de defesa comercial para os camponeses.

Bernstein faz a crítica à própria filosofia da história marxista a partir da ideia de inevitabilidade do movimento histórico e da determinação da vontade. Nesse sentido, o “revisão democrático” (Berman, 2006) caminha para uma ideia de primazia da política dentro do Estado e fora dele, como a organização dos sindicatos e cooperativas.

O autor afirma: “O materialista resulta ser, assim, um calvinista sem Deus. Se não crê numa predestinação ordenada por uma divindade, acredita, contudo, e deve acreditar que, a partir de um determinado ponto escolhido do tempo, todos os eventos posteriores são, através do conjunto de matéria existente e das direções de força nos seus elementos, previamente determinados”.

Para o líder social-democrata alemão, a consciência e a vontade humana são bastante subalternas e dependentes das condições de produção, tanto em Marx e, mais ainda, em Engels. Faz neste sentido uma pesada crítica à influência determinante das forças econômicas. O autor afirma: “O materialismo filosófico, ou materialismo da ciência natural, é determinista, num sentido mecânico. A concepção materialista da história não o é. Atribui ao fundamento econômico da vida das nações uma influência determinante, mas condicionada, sobre as

formas que essa vida adquire.”

Por sua vez, a tese revisionista de Bernstein articula a proteção e o incentivo à pequena produção camponesa e ao desenvolvimento da propriedade como fundamento da “democracia social”, observando as mudanças recentes nos países europeus, principalmente Alemanha e Inglaterra, tanto do ponto de vista político como econômico, a partir do diálogo com os socialistas fabianos e os utilitaristas ingleses. O socialismo, para o autor, passa ser entendido como o desenvolvimento de uma economia cooperativa de base municipal. Neste sentido, o autor faz uma apropriação do conceito de associação nos seguintes termos: “A mais exata caracterização será, em todo caso, aquela que principiar pelo conceito de associação, porque ela expressa tanto uma relação econômica – no sentido mais amplo do termo – como jurídica, ao mesmo tempo”.

O autor observa a presença de pequenas e médias propriedades na agricultura e critica a ideia de centralização da produção como pré-condição para o socialismo. Demonstra a diferenciação dentro do proletariado e defende a ideia de cooperação desenvolvida tanto pelos sindicatos como pelas cooperativas. Neste sentido, reafirma a crítica à social-democracia, dizendo: “Mas a carta no anteprojeto do Programa de Gotha (1875) de novo soa muita mais cética a respeito das associações, e esse ceticismo reina desde 1875 sobre toda a literatura marxista.”

Bernstein continua a observar no materialismo histórico: “A teoria da sociedade que principia pela produção como, em última análise, fator decisivo da forma da sociedade” e a estabelece a importância dos pequenos agricultores para a democracia social e desta para a produção agrícola. “É importante que a democracia social, em vez de andar pescando nas estatísticas provas para demonstrar a teoria preconcebida da ruína da classe dos pequenos lavradores, examine, antes, com atenção, o problema do movimento cooperativo no país e a sua importância.”

A partir da ideia do poder cooperativo e do desenvolvimento da democracia pelo voto universal, o autor defende uma perspectiva de que essa primazia da política arrastaria as outras mudanças, como o fim de relações tradicionais no campo, e levaria ao caminho para o socialismo.

Assim, sob a influência do federalismo liberal que articula a ideia de democracia e dos socialistas fabianos e utilitaristas ingleses, defende a ideia de que o desenvolvimento das organizações liberais se dá rumo ao socialismo em virtude da atuação política dos sindicatos, das cooperativas e dos partidos socialistas.

Ele percebe um “enorme desenvolvimento da democracia social” e a importância da “assistência ao camponês como lavradores independentes contra o capitalismo”, articulando essa visão cooperativa também à importância eleitoral dos camponeses na Alemanha. A proposição de Bernstein destaca o avanço da democracia como essencial para o avanço do socialismo, tanto quanto as grandes transformações técnicas.

A democracia tem, nas zonas rurais, se quiser existir, de atuar no espírito do socialismo. Considero a democracia em conjugação com os resultantes das grandes transformações no sistema de comunicações de transportes, uma alavanca mais poderosa na emancipação dos trabalhadores rurais mais do que as próprias transformações técnicas nos processos da lavoura.

Como proposição política para a social-democracia reafirma sua posição favorável ao Programa de Erfurt:

*1) A luta contra todos os remanescentes e representantes atuais dos senhores feudais da terra e a luta pela democratização da comuna e do distrito.*

2) *Proteção e auxílio às classes trabalhadoras da agricultura. A cláusula abrange a proteção aos trabalhadores no mais estreito significado; abolição dos regulamentos para servos, limitação das horas de trabalho para as várias categorias de assalariados, regulamentação da política sanitária, sistema de educação, bem como medidas que liberam os pequenos camponeses como contribuintes.*

3) *Medidas contra o absolutismo da propriedade e para o progresso do cooperativismo. Exigências como “limitação dos direitos de propriedade privada no solo”, com vista a promover: a) a supressão do acrescentamento de terras a terras; b) o cultivo da terra; c) a prevenção contra a doença” (Kautsky); “a redução de rendas exorbitantes por tribunais estabelecidos para esse fim” (Kautsky); a construção pela paróquia de alojamentos saudáveis e confortáveis para os camponeses; “facilidades para uniões cooperativas, por meio de legislação apropriada” (Kautsky); o direito da paróquia à aquisição de terras., por compra ou expropriação, cedendo-as a uma renda barata aos trabalhadores e associações de trabalhadores.*

Bernstein avança no tema destacando principalmente a questão da cooperação, dos sindicatos e armazéns cooperativos, conjugada a uma plataforma política de disputa eleitoral que prioriza a utilização dos municípios como ponto de apoio do projeto socialista de reforma. O autor afirma: “Pela sua natureza global, o socialismo municipal é ponto de apoio indispensável para a formação ou realização completa do que, no último capítulo, chamei de direito democrático do trabalho”.

Por sua vez, a tese leninista faz uma heterodoxia teórica, conciliando as teses da primeira internacional sobre a aliança operário-camponesa com a visão etapista e a política de Bernstein de incentivo à pequena propriedade, que seria colocada em prática com a NEP. Em um primeiro momento, a política leninista também segue a observação de Engels, de 1894, Epílogo à Questão Social na Rússia, quando este afirma:

Não pretendo saber se foi conservado o suficiente destas comunidades a ponto de que elas, como Marx e eu esperávamos, embora em 1882, possam servir de ponto de partida de uma evolução comunista, em consonância com uma revolução na Europa Ocidental, caso esta ocorra. Uma coisa, porém, é certa: o que resta destas comunidades somente será conservado se o despotismo czarista for derrocado por uma revolução na Rússia. Esta revolução não só retiraria a grande massa do país, os camponeses, do isolamento de suas aldeias, do mir, que é o conhecer o mundo exterior, e a conhecer-se nele, conhecer sua própria condição e os meios de livrar-se de sua pobreza atual, como um novo ímpeto ao movimento da classe trabalhadora do Ocidente e a colocaria em melhores condições para a luta. Deste modo ela apressaria a vitória do proletariado industrial moderno, sem o qual a Rússia contemporânea não pode escapar da comuna nem do capitalismo para dirigir-se rumo a uma nova transformação socialista. (1982)

A publicação deste ensaio foi o último lance público da longa controvérsia travada com os Narodniki russo. Este texto foi particularmente dirigido às polêmicas travadas pelos marxistas russos. Neste ponto, Lenin, mesmo mantendo certa ortodoxia teórica e concordando com as tendências fundamentais desenvolvidas por Marx, Engels e Kautsky, “foi sempre sensível, em compensação, aos mais diversos imperativos da realidade no plano político”. (Amin, 1974) Segundo Berman: “In the Leninist revision of Marxism historical materialism and class struggle were replaced by the primacy of politics and revolutionary vanguards”. Especificamente sobre a obra “A Questão Agrária”, diz Lênin:

Este livro (que recebemos quando a maior parte de nossa obra já estava composta) constitui, depois do Livro Terceiro de O Capital, o acontecimento mais notável na literatura econômica moderna. Kautsky analisa as “tendências

fundamentais” da evolução capitalista da agricultura e examina diversos fenômenos da agricultura contemporânea como “manifestações particulares de um único processo geral. (Lenin,1982)

Em um primeiro momento, Lenin também aponta para o desenvolvimento do capitalismo no campo e a tendência da proletarianização dos produtores e da formação de uma burguesia rural – a revolução por etapa proposta pela social-democracia no plano internacional e russo.

Em 1905, Lênin mantinha as seguintes posições:

- 1 – O MPC desenvolve-se rapidamente na agricultura russa, sendo suprimidos os vestígios feudais, particularmente a propriedade senhorial e os mir – comunidades camponesas.
- 2- A relação de propriedade fundiária não constitui obstáculo ao desenvolvimento do MPC.
- 3 – O campesinato reduz-se a um mundo à parte, a concentração na agricultura engendra a proletarianização dos camponeses e o êxodo rural. A contradição fundamental do MPC reproduz-se no meio rural, instaurando aí duas classes sociais com interesses opostos. (Vergopoulos, 1974 )

Entretanto, no contexto político russo, com a experiência da revolução de 1905, a experiência de 1915 faz com que passe a defender a nacionalização também como meio para acabar com a atividade especuladora.

Ainda que sua obra abordasse a questão em concordância com vários aspectos desenvolvidos por Kaustky, como a tendência à concentração de capital e à proletarianização, Lênin também abordou o processo de dissolução do mir, mantendo assim a perspectiva de Marx e Engels sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Entre os camponeses, aborda o processo de proletarianização, com aumento do assalariamento e a permanência de um setor do campesinato que também é explorado e, neste sentido, passa a ser importante para a política bolchevique na Rússia.

No texto “Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos”, de 1915, o líder bolchevique destaca a passagem dos “latifúndios escravistas, incultos em 9/10, à pequena agricultura mercantil não agricultura fundada no trabalho familiar” (1980), onde destaca o aumento do assalariamento e as modificações técnicas advindas do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Segundo o autor:

Ora, o que significam estes investimentos? Significam modificações técnicas introduzidas na agricultura, sua intensificação, a passagem a sistemas superiores de cultura, a utilização massiva de adubos artificiais, o aperfeiçoamento dos instrumentos e máquinas, a ampliação de seu emprego, o recurso crescente ao trabalho assalariado etc. Considerando apenas a superfície, não é possível expressar todos estes processos complexos e diversos, quando é precisamente o seu somatório que caracteriza o processo geral do desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Comparando com a agricultura europeia e americana, afirma:

A agricultura europeia se desenvolve, sobretudo sob a forma intensiva, não pelo crescimento da quantidade de terra cultivada, mas pela melhoria da qualidade do trabalho e da terra, pelo aumento do capital investido. E é esta via fundamental do desenvolvimento da agricultura capitalista (que se torna, gradualmente, também a americana) que perdem de vista aqueles que se limitam a comparar as explorações unicamente de acordo com a sua superfície.

E define a questão fundamental do desenvolvimento da agricultura capitalista, que “consiste precisamente em que a pequena exploração, permanecendo pequena pela extensão de terra, transforma em grande exploração pelo volume da produção, desenvolvimento da pecuária, quantidade de adubos utilizados, desenvolvimento do emprego de máquinas etc.”. (Lenin, 1980)

Faz neste sentido outra importante observação:

Tanto na indústria quanto na agricultura ocorre uma redução percentual das empresas médias, cujo número cresce mais lentamente que o das grandes e pequenas. Tanto na indústria quanto na agricultura o número das pequenas empresas aumenta mais lentamente que o das grandes.

E conclui:

O indicador essencial do capitalismo na agricultura é o trabalho assalariado. É possível constatar o desenvolvimento do trabalho assalariado, bem como o aumento do emprego de máquinas, em todas as regiões do país e em todos os ramos da agricultura. O aumento do número de operários assalariados supera o da população rural e o da população total do país. O crescimento do número de farmers atrasa-se em relação ao crescimento da população rural. As contradições de classe aprofundam-se e exacerbam-se.

Essa perspectiva se coaduna à ideia de revolução por etapas da social-democracia russa; neste sentido, a luta ao lado do campesinato está inserida dentro das reivindicações antifeudais e antiabsolutistas como um todo dentro do quadro da revolução democrática burguesa.

Para Lenin, existia empobrecimento e desenvolvimento capitalista; assim, do ponto de vista da luta democrática, os social-democratas se colocavam ao lado dos camponeses, mas, do ponto de vista socialista, apoiavam as parcelas da população rural que se “encontravam em identidade com o proletariado urbano”. Essa parcela era o campesinato mais empobrecido, que Lênin destaca na sua obra como explorado também pelo capitalismo.

Neste sentido, enquanto a social-democracia alemã ampliava sua expressão eleitoral e sua representação nos meios sindicais operários, a social-democracia russa convivia sob uma forte repressão do Estado czarista, com a ação dos populistas russos, que olhavam de maneira positiva a resistência camponesa à penetração capitalista, e com uma tradição popular rebelde do campesinato russo.

O X congresso do PC(B)R reconheceu a repartição da terra e o fortalecimento do campesinato médio, importando teses e política do anarquismo e do populismo russo. Mesmo assim, sua política pós-revolução de 1917 retornou ao modelo social-democrata de Kautsky, para, com o fim da guerra civil, adotar uma política semelhante às teses de Bernstein, expressas na NEP, e, em 1928, o PC retornar à ortodoxia marxista e iniciar a coletivização.

Se, por um lado, o apoio ao campesinato na Alemanha e na França gerava fortes críticas de Engels e Kautsky, pois sua expressão eleitoral do partido ampliava a pressão no interior da social-democracia para angariar apoio no campo, na Rússia, a social-democracia, particularmente os bolcheviques, procuram apoio do campesinato dentro do quadro de uma aliança de classe por uma revolução democrática nacional, e sua fração mais empobrecida eram aqueles que eles procuravam mobilizar.

Na perspectiva marxista desenvolvida pela social-democracia, se ampliam dois componentes limitadores da ação coletiva: as associações limitadas pelo poder do capital e a consciência limitada devido ao processo de atomização do processo de trabalho, decorrente da

alienação. O capitalismo cria o sujeito de sua destruição, mas limita sua constituição e ação, assim, é necessário o protagonismo estatal. Na vertente reformista revisionista, de Bernstein, é necessário ampliar a cooperação entre os trabalhadores, por meio dos sindicatos e das cooperativas, principalmente de consumo, em conjunção com o fortalecimento eleitoral do Estado democrático liberal. Na vertente revolucionária, representada pelo bolchevismo, é necessária a tomada violenta do aparato estatal para que se inicie o processo de nacionalização da terra e a proletarização.

A prática política social-democrata vai anulando o sujeito político e impossibilitando sua autodeterminação em favor da constituição contraditória das forças produtivas. Neste sentido, o capital, alienante, mas produtor do trabalhador coletivo, e o Estado, regulador da redistribuição, se tornam efetivos sujeitos. Desta maneira, a agência política dos sindicatos e das associações de trabalhadores será diferente da proposição coletivista anarquista.

Mesmo a aliança operária-camponesa de Lenin mantém uma perspectiva industrialista, com o proletário industrial no centro da ação política, o único capaz de conduzir uma política verdadeiramente democrático-revolucionária e universal, através do Partido, que garantiria a explosão revolucionária nas massas. Segundo Linhart (1983),

cabe ao proletariado organizar os camponeses pobres que são seus aliados naturais no campo. As formulações de Lenin mostram, entretanto, que ele atribuiu ao movimento dos camponeses pobres um papel subordinado: o proletariado apoia-se nos camponeses pobres em sua ação nos vilarejos; mas os camponeses pobres não constituem, em si mesmos, uma força dirigente da luta das classes no campo. Isto é muito importante: a partir deste momento, a política agrária soviética não tem mais como fundamento o movimento revolucionário das massas rurais. Tenta suscitar este movimento para apoiar suas próprias ofensivas, o que é muito diferente.

Dentro de um contexto de formação do novo governo, de guerra civil e crise de abastecimento de alimentos, a política bolchevique se volta contra o camponês médio, um dos principais agentes da revolução de 1917, com a teoria do camponês trabalhador e explorador. Coloca no centro da questão a subordinação política do campesinato à política de industrialização conduzida pelo proletariado industrial. Sobre a política industrial bolchevique, Castoriadis (1985) afirma:

A filosofia deles é uma filosofia do desenvolvimento das forças produtivas; e, também quanto a isso, são os fiéis herdeiros de Marx – ou, pelo menos, de um aspecto de Marx que é o aspecto dominante nas obras da maturidade. O desenvolvimento das forças produtivas é, se não um fim último, certamente o meio absoluto, no sentido de que tudo o mais deve resultar desse desenvolvimento como consequência e de que tudo deve estar subordinado a esse desenvolvimento.

## **1.5 - O Pacto Agrário-Industrial da Social-democracia**

Na medida em que a participação eleitoral foi aumentando no conjunto dos países europeus ocidentais (Alemanha, França, Áustria, Suécia, Inglaterra), o dilema político-eleitoral foi se impondo à social-democracia. E, na medida em que as alianças partidárias com setores burgueses foram se construindo, foi necessária a incorporação de técnicas governamentais e políticas econômicas exteriores ao movimento socialista. No caso da política econômica, é perceptível a mudança da defesa da social-democracia na crise de 1873 para a crise de 1929, como observa Gourevitch (1993) e Przeworsky (1989).

A política social-democrata, sob forte influência marxista, defendia a nacionalização e

a socialização dos meios de produção como política econômica. Entretanto, esta situação mudou quando os partidos social-democratas conquistaram hegemonias políticas sem a existência de uma política econômica e técnica governamental para gerir o Estado capitalista. “The fact is that until the 1930s, social democrats did not have any kind of an economic policy of their own” (Przeworski, 1989). A alternativa que emergiu no entre-guerras, e principalmente no pós-segunda guerra, foi a adoção das ideias do revisionismo de Bernstein e da própria política de Lênin, do bolchevismo, sob a NEP, que incentivou uma economia camponesa de mercado e, de certa maneira, serviu de experiência importante para o que ficou conhecido como modelo keynesiano. (SWENSON, 1989; PRZEWORSKI, 1989)

The fact is that social democrats everywhere soon discovered in Keynes' ideas, particularly after the appearance of his General Theory, something they urgently needed: a distinct policy for administering capitalist economics. The Keynesian Revolution – and this is what it was – provided social-democrats with a goal and hence the justification of their governmental role, and simultaneously transformed the ideological significance of distributive policies the favored the working class.” (Przeworski, 1989)

Neste caso, se inicia um processo de adoção de política econômica para o campesinato. Neste sentido, o Partido Social-democrata Sueco e a Liga Camponesa, atual Partido de Centro<sup>14</sup>, fizeram uma aliança política que duraria até os anos 1970. Segundo Berman (2006):

Still, the farmers were uneasy about the idea of a socialist-agrarian alliance. So Hanson took it upon himself to intervene, trying to convince the farmers the SAP could offer them more than the other bourgeois parties (...). In May 1934, these efforts paid off and the two groups agreed to their famous Cow-Trade, with the SAP accepting protectionist measures for certain agricultural products and the farmers helping the party to true governing power.

A política adotada foi de protecionismo para certos produtos agrícolas, com preços relativamente altos em conjunto com a manutenção de salários altos com apoio dos camponeses vinculados ao atual Partido do Centro, social liberal. Essa experiência abre caminho para a contínua adoção de políticas conservadoras no plano econômico da social-democracia.

Assim,

El Partido Agrario, tradicional aliado de los partidos del centro y conservadores, estableció un acuerdo con un enemigo tradicional: los socialdemócratas. Las condiciones económicas de este “comercio de vacas”, como se llamó por entonces, fueron la aceptación por los socialdemócratas de más costos de los alimentos por obra de varios planes de apoyo a los precios, a cambio del apoyo de los agrarios al seguro contra el desempleo, los derechos de las organizaciones laborales y una política declarada (aunque una realidad más compleja) de utilizar el estímulo fiscal para promover el pleno empleo. Las asociaciones políticas del acuerdo incluyeron un gabinete de coalición dominado por los social-democratas. Las medidas y la política de Suecia fueron las más duraderas de todas las que se forjaron en este periodo; duraron 44 años, hasta que los socialdemócratas perdieran las elecciones en 1976 por estrecho margen. (GOUREVITCH, 1993)

---

<sup>14</sup> A Liga Camponesa foi fundada em 1913. Em 1957 mudou o nome para Partido de Centro. Possui uma perspectiva ideológica liberal, fazendo parte da Internacional Liberal e da Aliança dos Liberais e Democratas da Europa.

Esta foi uma das mais importantes inovações dos anos 1930: a cooperação entre agricultores e associações de classe dos trabalhadores. Na Suécia, esta política estratégica perdurou até os anos 1970 e foi vital para o progresso das políticas econômicas. (GOUREVITCH, 1989; ESPING-ANDERSEN, 1989) Foi fundamental para o sucesso dessa aliança política o fato de o setor agrícola sueco ser direcionado basicamente para o setor interno, ao contrário do que ocorre na Dinamarca e na Finlândia. Isso facilitou a convergência entre a social-democracia, as ideias keynesianas na Suécia e o pacto com a Liga Camponesa, enquanto na França, por exemplo, permanecia um campo político-partidário e sindical heterogêneo e de diversas tradições, apesar de se ter tentado constituir uma frente política parecida, a Frente Popular. Para isso, a “farmer labor collaboration was vital to the Popular Front. Political Cleavage lines in that country were sharply fragmented by many issues besides those of political economy”. (PEKKARINEN, 1989)

Nos anos 1930, os movimentos socialistas, impactados pela crise de 1929, que levou ao descontentamento dos camponeses e agricultores com a política deflacionária dos governos de direita, tentaram políticas parecidas com a sueca. Na França, por exemplo, socialistas (SFIO), comunistas (SFIC/PCF) e radicais (Partido Radical) formaram a Frente Popular (FP); em 1936, elegeu Léon Blum e procuraram fazer o mesmo tipo de política que a SAP: seguro social, direitos sindicais, aumentos salariais, estímulo à demanda e apoio aos preços agrários. Entretanto, na França, ao contrário de na Suécia, a FP não contou com a aliança da burguesia empresarial e de uma maior unidade e centralização do movimento sindical. (GOUREVITCH, 1993) De qualquer modo, essa experiência propiciou o desdobramento posterior de modernização da agricultura, seu atrelamento à indústria e sua atomização com relação a uma agricultura efetivamente de base camponesa, com forte intervenção estatal no seu desenvolvimento e organização. Essa intervenção estatal nos países centrais propiciou a “oferta de alimentos capaz de rebaixar sistematicamente o valor da força de trabalho” (Abramovay, 2012), fundamental para a estruturação do fordismo no pós-guerra. Segundo Triches e Schneider (2015),

nesse período desenvolvem-se as tecnologias patrocinadas pelo Estado, para garantir o crescimento exponencial da produção de alimentos baratos no período pós-guerra, para alimentar a força de trabalho industrial que se concentrava na zona urbana. Essa regulação social deu suporte ao que se tornou o modelo superintensivo de produção agrícola e abastecimento alimentar, desenvolvendo-se globalmente e conduzindo a uma reconfiguração desigual do cenário agrário. (Friedmann e McMichael, 1989)

É neste conflito do movimento operário-socialista internacional que as proposições anarquistas/coletivistas e social-democratas/comunistas se cristalizam. A política anarquista defende que os trabalhadores tenham o controle coletivo sobre a terra, mesmo que em propriedades individuais eles não possam explorar o trabalho e, logo, não possam gerar nem renda, nem lucro. Dessa forma, o coletivismo do anarquismo implica o reconhecimento do campesinato como sujeito coletivo; a ação coletiva de luta por terra, liberdade e contra a exploração e a coletivização da terra, que implica sua distribuição aos trabalhadores que podem explorá-la de forma coletiva ou individual. Por outro lado, temos a política social-democrata a favor da proletarização e estatização (nacionalização) da terra, desenvolvendo, no máximo, uma política de capitalização da pequena agricultura, que se torna um ramo da agricultura capitalista.

Assim, não se trata de uma aliança operário-camponesa anticapitalista, mas de uma aliança intersetorial agricultura-indústria, mediada pelo Estado com apoio das organizações



sindicais. Podemos dizer que essa política vigorou hegemonicamente até o início dos anos 1970, quando se iniciou uma série de mudanças políticas e econômicas a partir das políticas neoliberais.

## **CAPÍTULO II – A CUT E O PROJETO SOCIAL-DEMOCRATA: SINDICALISMO PROPOSITIVO, INDUSTRIALISMO E QUESTÃO AGRÁRIA**

Este capítulo apresenta como o modelo social-democrata foi, no Brasil, se materializar numa síntese nova, chamada de sindicalismo propositivo, que articula o saber social-democrata com o pragmatismo sindical e eleitoral brasileiro. Ou seja, uma mistura do modelo social-democrata com o sindicalismo de Estado.

Esse sindicalismo propositivo tem duas bases ideológicas fundamentais para sua formação: 1) o sindicalismo de Estado e 2) o legado do PCB. Do primeiro, a prática conciliatória e a absorção dos sindicatos pelo Estado e, do segundo, a subordinação do sindicato ao partido e ao industrialismo.

A ideologia industrialista é um componente determinante para entender a formação do sindicalismo propositivo. Nesse sentido, não há um rompimento entre o marxismo e o pragmatismo eleitoral, mas sim uma expressão da social-democracia na sua variante reformista. O pragmatismo eleitoral e o industrialismo estão presentes no seio desta vertente do movimento operário internacional, o que subordina a questão agrária ao desenvolvimento e ao crescimento econômico capitalista. Os desdobramentos dos embates congressuais da central se centraram, no geral, na avaliação de uma maior ou menor presença estatal na economia e da falta de desenvolvimento e crescimento econômico no período que vai do fim da ditadura empresarial-militar até o governo FHC e na necessidade de avanço ou ascensão da democracia no país.

O sindicalismo propositivo vai emergir do chamado novo sindicalismo com uma combinação entre um saber político, social-democrata, e uma prática sindical vinculada ao saber técnico e de bom senso, da experiência cotidiana. O período propriamente da reivindicação e confrontação aberta no ambiente de trabalho e contra a ditadura empresarial-militar, entre 1978-1980, é também o período que os grupos que formaram o PT e a CUT se amalgamaram contra o bloco liderado pelo PCB. Boito Jr. aponta que, na formação do Novo Sindicalismo, as direções sindicais chamadas de autênticas, que seriam aquelas sem vinculação com o Estado, empresariado e partidos políticos e, posteriormente, de combativas, quando se inicia a formação do PT e da CUT, já não colocavam como centralidade a ruptura com o sindicalismo de Estado. Nesse sentido, o autor observa que a prática sindical do setor metalúrgico do ABC não tinha total oposição à estrutura sindical. No entanto, é preciso destacar que essa prática sindical produzida pelos operários, que geraria na visão do autor o reformismo sindical via um sindicalismo propositivo, se vinculou a um saber político marxista social-democrata que privilegia a ação política estatal e centralizadora.

Neste sentido, houve uma combinação entre práticas sindicais advindas do campo dos autênticos, a princípio composto pelo próprio PCB, da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, da articulação e defesa da base e da participação popular por parte dos grupos vinculados à Igreja, como da Pastoral Operária, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base, e dos grupos marxistas-leninistas e trostkystas, que se incorporaram à criação tanto do PT como da CUT.

Desde a criação da comissão pró-CUT, em 1983, passando pelos primeiros congressos da Central, já estava demarcada a centralidade da ação política estatal, tendo a central se mobilizado para as eleições em apoio aos candidatos do PT, fato que já havia dividido os autênticos, e as demandas de modificação da estrutura sindical a partir da participação na assembleia constituinte, que gerou pequenas modificações. Desta maneira, o modelo sindical social-democrata foi se amalgamando ao sindicalismo de Estado e gestando uma nova prática sindical, o sindicalismo propositivo. De toda maneira, não existiu uma ruptura com o PCB em todos os seus aspectos, principalmente em torno da centralidade política estatal e do forte industrialismo presentes nas concepções sobre sociedade, que se afloraram na medida em que o subgrupo operário dirigente da central passou a ser afetado pelas novas políticas econômicas e de reestruturação produtiva.

Iremos agora fazer uma história da formação do sindicalismo propositivo e a contribuição da herança social-democrata e do sindicalismo de Estado para sua conformação ideológica, organizativa e social.

## **2.1 - As Raízes do Modelo: Social-democracia e Comunismo Internacional**

Como aponta Santana (2001), a prática sindical do PCB no período anterior ao golpe se notabiliza pela tentativa de criar, sobretudo, estrutura de base por dentro da estrutura sindical. Isso não significa que não tenha procurado, em determinados momentos, intervir paralelamente, principalmente no período de 1948-1952, como mostra Buonicore (1996). No entanto, o modelo social-democrata e comunista do PCB também afirma a centralidade política estatal, em detrimento do sindicalismo reivindicativo e da associação produzida pelos trabalhadores. Portanto, a prática sindical do PCB estará de acordo tanto com sua teoria a respeito da ação político-estatal no país, como com as determinações da Internacional Comunista.

No caso da América Latina e dos países da Ásia e da África, havia toda uma ação política dos partidos comunistas, a partir dos anos 1920, de seguir as teses sobre a questão colonial da Internacional Comunista (IC), a Terceira Internacional,<sup>15</sup> no sentido de promover a aliança operário-camponesa e a luta de expansão da revolução socialista. O que não seria diferente do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Desde o início dos anos 1920, a política da IC é de articular “o proletariado europeu com as massas oprimidas dos países orientais e com o movimento de libertação nacional daquelas regiões, procurando, ao mesmo tempo, garantir a ideia de vanguarda operária no comando da revolução mundial”. (Mazzeo, 1999)

Segundo Mazzeo (1999), Lenin combateu a tese do indiano Manavendra Nath Roy que, em certa medida, contrapôs-se à ideia consagrada do movimento comunista (do papel da vanguarda do operariado e do proletariado urbano dos países capitalistas desenvolvidos na revolução mundial), sem romper com essa posição no nível nacional. No entanto, como afirma Gurvitch, o senso voluntarista e empirista de Lenin o fez incorporar algumas das questões do indiano, mantendo a ortodoxia industrialista.

Como observa Mantega (1984),

mais do que uma fusão ou assimilação das teses de Lênin com as de Roy, houve uma certa justaposição, permanecendo, se não exatamente grandes divergências, pelo menos diferenças de ênfase, pois, enquanto Lênin mostrava-se mais propenso a

---

<sup>15</sup> A III Internacional foi fundada em março de 1919, com o I Congresso, e extinguiu-se em 1943, depois de realizados seis congressos (1920, 1921, 1922, 1924, 1928 e 1935).

considerar a possibilidade de acordos com a burguesia (desde que ela fosse realmente revolucionária), Roy procurava descartar essa hipótese, pensando mais em termos de combatê-la, tanto quanto à burguesia metropolitana.

A partir de então, a política da IC procura associar a luta de libertação nacional com o rompimento do isolamento da Rússia Soviética e combater tendências eurocêntricas sem atacar o núcleo do marxismo, mantendo, assim, a unidade do movimento comunista internacional. Já no início dos anos 1920, com a NEP, é definida a política de Frente Única com hegemonia comunista. Paulatinamente, no interior da URSS, os interesses estatais passam a prevalecer sobre os interesses de classes, depois de vencida a guerra civil e as revoltas operárias e camponesas de Kronstadt e da Ucrânia.<sup>16</sup>

Em 1928 é cristalizada a política de estratégia frentista dentro da política de revolução democrático-burguesa, ou seja, sem ruptura com a ortodoxia marxista. Consolidando, então, a teoria dos quatro blocos – proletariado, camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional – dentro de frentes populares.<sup>17</sup>

No caso brasileiro, em 1928 é formado o Bloco Operário Camponês (BOC), que acaba sofrendo intervenção da IC. Nesse mesmo período de intervenção da IC no PCB é que os partidos comunistas da América Latina absorvem a tese do passado feudal-medieval na I Conferência dos PCs Latino-americanos em 1929.

A orientação revolucionária da IC era da necessidade da aliança entre o proletariado industrial, o operário agrícola e os camponeses explorados pelo imperialismo e pelos proprietários de terra (Droz, 1982), mantendo, assim, a linha industrialista do bolchevismo.

Ainda é importante ressaltar que se destacava o imperialismo americano e os governos nacionais aliados dos norte-americanos, que mantinham os países como simples exportadores de matérias-primas, impedindo, na visão de intelectuais, movimentos de esquerda e do partido comunista o desenvolvimento nacional, associada em grande parte a falta de industrialização e a predominância rural, vinculando o atraso ao campo e a permanências das oligarquias rurais e do latifúndio.

O 4º Congresso do PCB chama atenção para o antagonismo entre um certo desenvolvimento industrial nacional e a manutenção de formas pré-capitalistas no campo e a ação do imperialismo que impede o desenvolvimento do mercado interno. Assim, se definem as estratégias de organização da “Revolução Democrático-Burguesa”.

A linha elaborada pela URSS no pós-segunda guerra mundial foi de colaborar com o desenvolvimento do capitalismo nacional mantendo a política nacional democrático-burguesa. A política do PCB não romperia com a ortodoxia marxista em relação a sua atuação sindical e

---

<sup>16</sup> No movimento internacional, “a questão nacional e colonial aparece vinculada ao problema agrário-camponês, elaborada pela IC sob a influência de Bukharin, que entendia serem os países coloniais e semicoloniais o campo do mundo, sendo, portanto, necessária uma aliança operário-camponesa, nos moldes das que se faziam nas repúblicas soviéticas” (Mazzeo, 1999). Esse movimento vai se desenvolver para a política de socialismo em um só país, em grande parte fruto do próprio núcleo eurocêntrico da teoria marxista, atenuada pela prática política de Lenin, com a combinação do desconhecimento das particularidades históricas dos países coloniais.

<sup>17</sup> Era necessário combinar a luta pelo desenvolvimento agrário nos países coloniais e semicoloniais com a luta antiimperialista e a luta pela independência nacional. Assim, são encaminhadas as políticas de revoluções coloniais de caráter anti-imperialista, as quais vão impulsionar, por exemplo, na China, o apoio ao Kuomintang (partido nacionalista) pelos comunistas. Na América Latina, é o Partido Socialista Peruano, sob liderança de Mariategui, que não adotará a linha de constituição das frentes populares, a partir de uma caracterização de Mariategui acerca do papel das burguesias latino-americanas e da necessidade de organização e mobilização do campesinato e suas frações étnicas.

com o campesinato.

Portanto, do ponto de vista do PCB, lutar pelo socialismo no Brasil, em 1954, significava lutar, entre outras coisas, pela industrialização e fazer todos os acordos que apontassem nessa direção. Daí a proposta de frente única anti-imperialista e antifeudal, colocando na mesma trincheira os trabalhadores ao lado dos grandes industriais e até mesmo de alguns latifundiários, desde que estes tivessem contradições com o imperialismo.(Mantega, 1984)

Assim, toda política geral do PCB se concentrava em alcançar uma autodeterminação nacional, desenvolvendo as forças produtivas e, dessa forma, a democratização do país com o fortalecimento da burguesia industrial e a possibilidade de derrubar o latifúndio. Por isso eram válidos os acordos com a burguesia de origem nacional.

Do ponto de vista sindical, criado o sindicalismo de Estado pelo governo Vargas, o PCB passa a disputar as direções sindicais e a estabelecer alianças de acordos com a política geral definida pelo partido. Um dos principais pontos realçados é o pouco empenho dos comunistas na alteração da estrutura sindical então vigente. Assim, seja nas origens do “sindicalismo populista” (1945-46), seja em seu período de amadurecimento e configuração final (1955-64), os comunistas procuravam intervir por dentro da estrutura oficial, mas criando organismos de representação dos trabalhadores em seus locais de trabalhos, dentro da estrutura sindical centralista.

Nesse sentido, a prática sindical do PCB procurava criar mobilizações e organizações de base por dentro da estrutura sindical oficial, tendo como adversário político o sindicalismo populista. A política do PCB nos anos 1940 se caracteriza pela atuação nas estruturas sindicais de acordo com a política de aliança com setores burgueses em torno de uma ideologia nacionalista. No primeiro período, Santana (2001) enfatiza a disputa por hegemonia no movimento sindical entre comunistas e os trabalhistas.

Como afirma Buonicore (1996), entre “1948 e 1950 o movimento comunista chegou mais perto de romper com a ideologia do populismo sindical”. Nesse período, a política geral de disputa político-estatal se reorientou, e a política de criação de novas estruturas sindicais foi colocada em prática para romper com a estrutura sindical. Atuaram diretamente para criação de associações paralelas. Essa política sindical se enquadra na situação política nacional e de exclusão do PCB do pacto de aliança do governo Vargas; no entanto, a repressão pela qual passou sobre o governo Dutra não modificou o objetivo central da política sindical pecebista (Buonicore, 1996). A mudança da política de disputa estatal com a eleição de Vargas é que reorientou a política sindical.

Por outro lado, a política sindical mantinha a proposta de construção de organização por local de trabalho, o que marcava uma diferença com os trabalhistas, bem como a defesa da negociação livre entre patrões e empregados, campanha contra o imposto sindical. Para Buonicore (1996), essa política contribuiu para os comunistas conquistarem as direções sindicais.

Assim, o sindicalismo do PCB já continha os três elementos do modelo social-democrata: 1) subordinação do sindicato ao partido, ou seja, da construção da luta reivindicativa à construção de alianças políticas, em especial na conjuntura das eleições presidenciais; 2) subordinação do campesinato ao operariado e a defesa da industrialização como resolução para a questão agrária e 3) ambiguidade na prática sindical, com ações dentro e contra a estrutura sindical.

## 2.2 - A Política Sindical para o Campo do PCB

O PCB foi, durante a segunda metade dos anos 1940 e toda a década de 1950, praticamente a única força política a falar pelo campo sob a ótica do trabalho e dos seus interesses. Para o partido, o atraso do campo impedia o desenvolvimento capitalista, uma vez que havia dificuldade de abastecer o mercado interno de alimentos e de matéria-prima, que elevaria os custos industriais.

Entre os anos de 1945 e 1947, o PCB atua formando Ligas Camponesas. Posto na ilegalidade, o partido passa a atuar a partir de uma perspectiva de confrontação que durou de 1948 até 1953, época também que houve importantes mobilizações no campo, como a de Porecatu.<sup>18</sup> Depois de o partido realizar uma crítica a sua atuação durante estes anos, passa a atuar de forma legalista. A nova fase procura criar e desenvolver associação de lavradores e trabalhadores agrícolas. Empenha-se na organização de duas conferências nacionais dos trabalhadores agrícolas, 1953 e 1954, que dá origem à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). A ação por meio da ULTAB e da criação de associações rurais se confronta com o Ministério do Trabalho, que não aceita as solicitações de registro sindical. Conflitos que eram resolvidos pelo poder dos patrões passaram a encontrar a mediação de concepções jurídicas, gerando toda uma mobilização com o objetivo de fazer cumprir ou ampliar os direitos. (MEDEIROS, 1989; NOVAES, 1997)

No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, o PCB passa a ter disputas e conflitos com as Ligas Camponesas, sob a liderança de Francisco Julião; com o trabalhismo, principalmente, com o MASTER – Movimento de Agricultores Sem Terra (mais localizado no sul do país, impulsionado pelo líder trabalhista Leonel Brizola) e com o catolicismo, que passou a atuar mais ativamente na organização dos trabalhadores rurais através de duas perspectivas: uma conservadora, através dos Círculos Operários e da Frente Agrária Católica, articulada às organizações das Dioceses da Igreja Católica, e outra progressista, através da Ação Popular.

O conjunto das forças políticas tinha uma visão sobre reforma agrária. As Ligas Camponesas entendiam que a reforma agrária, ao quebrar o poder dos latifundiários e introduzir os trabalhadores rurais no cenário político, seria o primeiro passo para se constituir a revolução socialista. A Igreja Católica reagiu à ameaça de penetração do que considerava ideologias estranhas no campo, em face da razão das ideias comunistas entre os trabalhadores do campo. A partir de então, a Igreja passou a denunciar as condições de vida das populações que viviam na terra, vinculando reforma agrária, propriedade privada e preservação da família.

No início dos anos 1960, com a discussão no Congresso Nacional sobre reforma agrária, a direção da ULTAB, em conjunto com as Ligas de Francisco Julião e do Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Rio Grande do Sul, sob influência do líder trabalhista Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, organizam em 1961 o Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. As ações organizativas no campo estavam vinculadas às ações de aliança política estatal, como o apoio da ala nacionalista do governo Kubitschek e o fortalecimento da burguesia nacional, posição que havia se consolidado com a declaração de março de 1958.

No campo propriamente sindical, católicos, da AP e dos Círculos Operários, passam a

---

<sup>18</sup> Para uma análise da ação do PCB em Porecatu ver o livro de Marcelo Oikawa: “Porecatu – A guerrilha que os comunistas esqueceram”.

trabalhar para a construção da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), prevista por modificações legais realizadas pelo Ministério do Trabalho, em 1962,<sup>19</sup> que acontece em dezembro de 1963. Para a formação da primeira diretoria da CONTAG, é realizada uma composição entre PCB e CONTAG, contando com 23 federações de 19 estados.

**TABELA 1. Correntes da CONTAG (1962)**

Correntes na Formação da CONTAG	
PCB	Reforma agrária, o meio de eliminar o latifúndio e alcançar uma revolução de caráter democrático burguesa.
AP – Catolicismo Progressista	Reforma agrária. Combate ao latifúndio.
Círculos Operários – Catolicismo Conservador	Campo desigual. Necessidade de formar pequenas propriedades. Defesa da Família.

Elaboração própria

A ação do PCB estava voltada para o encaminhamento de lutas mais imediatas e cotidianas, como a reivindicação por melhores salários, direitos trabalhistas, apoio à resistência na terra e outras. Paralelamente a essas reivindicações, o partido buscava estimular a luta pela reforma agrária, que, segundo Medeiros (2003), supunha um conjunto amplo de alianças políticas dentro da política de revolução democrático-burguesa e via pacífica ao socialismo.

Segundo estudos de Medeiros (2003), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) contribuiu para esse debate com suas teses sobre o desenvolvimento nacional, além de ser um importante mediador da luta pela terra no país, pois, via na reforma agrária o meio de eliminar o latifúndio e alcançar uma revolução de caráter democrático-burguesa. Além disso, mantinha na sua análise uma incorporação de teses eurocêntricas, tentando replicar modelos de desenvolvimento, como no caso da identificação do período colonial brasileiro como um período feudal, à semelhança da história europeia.

Com o golpe militar empresarial de 1964, há, por um lado, uma repressão ao movimento sindical, principalmente àqueles vinculados ao PCB, ao mesmo tempo em que há, nas fileiras do partido, um contínuo processo de ruptura, iniciado em 1962, com a formação do PCdoB, em decorrência da linha política adotada pelo partido, principalmente a partir da declaração de março de 1958. Nesse sentido, a atuação do partido passa a ser clandestina e de não enfrentamento militar com o Estado. O PCB passa a atuar no campo por dentro da estrutura sindical, participando da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), criada em 1963. O PCB tem ação importante na formação da confederação, tendo como presidente um comunista, Lyndolfo Silva. O partido ainda dirigia 21 federações rurais de 42 existentes. “A primeira diretoria da Contag teve seus cargos distribuídos entre dirigentes do PCB, da Ação Popular, esquerda da Igreja Católica, e dirigentes conservadores de federações estaduais.” (RICCI, 2009) Com golpe empresarial-militar, que teve como um dos principais objetivos impedir a reforma agrária proposta pelo movimento camponês, a CONTAG sofreu intervenção, sendo instituídos dirigentes vinculados aos militares e às

<sup>19</sup> Para uma análise detalhada da criação das associações profissionais, sindicatos e mudanças legais, ver o trabalho de Luiz Flávio Carvalho Costa: “Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção”.

lideranças católicas conservadoras.

A confederação foi retomada pelas

forças mais progressistas somente em 1968. Essa reconquista teve início numa articulação política no sul de Pernambuco, a partir de antigas lideranças rurais vinculadas ao PCB. Tendo como ponto de partida esse núcleo, uma articulação nacional foi se forjando (envolvendo lideranças do Rio Grande do Norte e a Frente Agrária Gaúcha e, posteriormente, lideranças protestantes do Rio de Janeiro, ainda que tímida), tendo como mote a crítica à corrupção que envolvia a direção da Contag naquele momento (liderada pelo seu então presidente, José Rotta) e a luta pelos direitos dos trabalhadores rurais inscritos na legislação brasileira. A partir de então, os novos dirigentes sindicais construíram a mais coesa e organizada estrutura federativa (ou confederativa) do país. Dirigentes da Contag, e principalmente assessores vinculados ao PCB e MR-8, criaram uma rede de lealdades no interior do sistema sindical, envolvendo sindicatos de trabalhadores rurais, federações e confederação, e adotaram uma linha legalista, nunca superando a margem dos direitos garantidos em lei, mesmo no período mais duro do regime militar.(RICCI, 2009)

A confederação limitou-se sempre aos estreitos marcos legais contidos no Estatuto do Trabalhador Rural, quando se tratava dos conflitos entre capital e trabalho, e no Estatuto da Terra, de 1964, quando se referia às demandas dos posseiros, parceiros e arrendatários contra os proprietários de terra. A prática legalista da Contag caminhou para a montagem de um verdadeiro sindicato nacional com base na estrutura sindical oficial.

A política encaminhada pelo PCB neste sentido foi de atuar dentro das margens legais com demanda por reforma agrária e direitos trabalhistas, com base no Estatuto da Terra e no Estatuto do Trabalhador Rural. Assim, o PCB mantinha uma prática sindical de prudência, que também continha denúncia às autoridades com base na “legalidade vigente”. Uma ação sindical com pauta direcionada para o cumprimento das leis.

Assim, durante os anos 1960 e 1970, a reforma agrária e a defesa dos direitos trabalhistas foram as principais bandeiras erguidas pelo sindicalismo da Contag. No final dos anos 1970, a política do PCB e da CONTAG se voltam para a realização das greves dos assalariados rurais: luta por salários, melhores condições de trabalho e pela aplicação da lei do sítio (TAVARES, 1992). Por outro lado, priorizou menos a luta pela terra nas suas propostas de ação política imediata.

No plano sindical geral, isso significou a manutenção de sua linha de intervenção dentro do sindicalismo de Estado subordinada à política geral de garantia da redemocratização. Em um primeiro momento, os militantes sindicais do partido fizeram parte do grupo de sindicalistas chamados autênticos, que enfrentaram a cúpula sindical das confederações. Assim, o PCB formou, junto com PCdoB e MR-8, a Unidade Sindical, participando do primeiro congresso da Classe Trabalhadora (I CONCLAT) em 1981 e rompendo com o grupo dos autênticos, que havia formado o Partido dos Trabalhadores (PT), e se aproximando das cúpulas sindicais do Sindicalismo de Estado, mantendo em grande parte sua atuação na disputa das direções sindicais, inclusive nos anos 1980, quando não participa da formação da CUT e defende a Unicidade Sindical.

### **2.3 – O sindicalismo social-democrata no campo: CUT, CONTAG e MST**



O surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) faz parte de um processo de luta contra a repressão estatal e patronal, desde a tutela estatal até o regime despótico (Burawoy, 1979) no interior das fábricas. As greves operárias que aconteceram a partir de 1978, no ABC Paulista, foram importantes para o desenvolvimento desse processo. O ciclo de greve de 1978 a 1980 faz parte de um processo de pequenas paralisações quase sempre organizadas pelas comissões de fábricas (Rodrigues, 1990 e contou com a ação de setores progressistas da Igreja, que se estendia também por outras categorias profissionais.

Dentro desse processo, estavam os grupos de diretores sindicais, com destaque para o Sindicato de Metalúrgicos do ABC (SM-ABC), que já se articulava com suas bases sindicais e privilegiou o confronto como meio de se fortalecer para as negociações com empresários e o Estado.<sup>20</sup> Assim, houve a confluência de diretores sindicais conhecidos como autênticos, como Lula, do Sindicato de Metalúrgicos do ABC(SM-ABC), João Paulo Pires de Vasconcelos (SM João Monlevade), Arnaldo Gonçalves (militante do PCB do SM Santos) e Hugo Peres (FEM SP), que passaram a fazer oposição à cúpula da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI). Os autênticos eram o grupo de sindicalistas que, mesmo dentro da estrutura sindical, passaram a atuar de forma mais “autônoma”, contrariando os dirigentes sindicais vinculados ao regime, defendendo a ação grevista para conquista de melhorias salariais e de condições de trabalho.

Também passam a fazer parte da militância o setor da Teologia de Libertação, da Igreja, através da Pastoral Operária, que passa a se articular com os sindicalistas autênticos, reivindicando a relação do movimento popular com o movimento sindical, a democracia de base, a autonomia sindical e a organização por local de trabalho.

Outro setor foi das Oposições sindicais<sup>21</sup> que, em 1979, organizavam o Encontro Nacional das Oposições Sindicais (ENOS) e, no ano seguinte, organizam o Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), que articula as oposições sindicais e os autênticos,

Nesse sentido, a CUT vai se organizar com o grupo de sindicalistas ligado às oposições sindicais e a Igreja Católica, através da Pastoral Operária e das Comunidades Eclesiais de Base. A igreja propunha a articulação entre movimentos sociais e movimento sindical, defendendo uma Central com participação dos movimentos populares.

**TABELA 2. Tendências Críticas ao Sindicalismo de Estado.**

<b>Tendências do Sindicalismo crítico ao Sindicalismo de Estado</b>	<b>Características</b>
Oposições sindicais	Militantes da base, ação por fora das estruturas sindicais, defendiam autonomia das comissões de fábrica.
Unidade sindical	Com participação do PCB, conquistar posições nas direções sindicais, especialmente confederações e federações. Apoiava a organização por local de trabalho (OLT).
Autênticos	Agia dentro da estrutura sindical, apoiava a OLT, independência sindical

<sup>20</sup> Lula ascende ao SM-ABC com parte da direção do sindicato populista dirigido por Paulo Vidal. Importante destacar que o mesmo é trazido para o sindicato pelo seu irmão, Frei Chico, militante do PCB.

<sup>21</sup> O campo organizado nas oposições sindicais agrupava um amplo espectro de militantes egressos ou não da experiência da luta armada e/ou militantes ligados à Igreja progressista. Este setor apresentava uma pauta que, variando de acordo com os grupos integrantes, tinha como centro o combate à estrutura sindical corporativa por meio do trabalho de base, via comissões de fábrica. Uma de suas grandes expressões era a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP). Ver Faria (1986).

	frente ao Estado e aos empresários. Críticas às federações e confederações.
Correntes marxistas (leninistas e trostkystas)	Criação da CUT. Crítica ao sindicalismo de Estado. Conquistar posições na direção sindical a partir das oposições.
Igreja (Frei Betto, D. Paulo Evaristo Arns, Pastoral Operária, CPT)	Impulsionava a criação de organizações de base, na indústria, no campo e nos bairros. A favor de uma “central dos trabalhadores”. Contrária à formação de um partido democrático católico.

Elaboração própria

Além dos encontros das oposições e do ENTOES até o primeiro CONCLAT, em 1981, ocorreram três encontros nacionais, dos quais o PCB participou de dois, que definiram as alianças e rupturas no movimento sindical do período.

**TABELA 3. Eventos Sindicais e Suas Proposições**

Ano	Evento	Rumos do Sindicalismo	Proposições e Desdobramentos
1978	CONGRESSO CNTI	Formação dos grupos dos autênticos (independentes como Lula, Olívio Dutra, Jacob Bitar mais o PCB) x Cúpula sindical (confederações).	Carta de princípios político-estatais: eleições diretas, Assembleia Constituinte e revogação das leis de exceção. Político-sindical: negociação coletiva, contrato coletivo de trabalho, direito de greve sem restrições.
1979	Congresso Metalúrgico de São Paulo	Predomínio dos autênticos	
1979	Encontro Nacional das Oposições Sindicais (I ENOS - SP)	Articulação das oposições.	Articulação com o grupo dos autênticos.
1979	10º Congresso Metalúrgico de Poços de Caldas (MG)	Hegemonia dos autênticos.	Proposta de criação da CUT.
	Encontro do Gragoatá	Formação da Unidade Sindical (PCB, PCdoB e MR-8).	
1980	Formação do PT	União autênticos, combativos e grupos marxistas (leninistas e trostkystas).	
1980	II ENOS (SP)	Expansão das articulações com outras oposições.	
1980	Encontro de João Monlevade (MG) (I Encontro) Fevereiro	Expansão dos grupos dos autênticos e articulação com setores da Igreja. Oposições sindicais, CEBs, movimentos populares e comunitários.	Democratização da estrutura sindical Contrato coletivo de trabalho Greve sem restrições Negociação direta com patrão Central ampla (sindical e movimentos populares)
1980	Encontro de São Bernardo (II Encontro)	Participação das oposições e sindicais, autênticos e expansão da participação da Igreja	Luta pela posse da terra no campo e na cidade Autonomia frente a partidos Unificação sindicatos e movimento sociais Criação de partido político

			Direito de greve Contrato coletivo de trabalho
1980	I Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição À Estrutura Sindical Setembro, N.I., RJ	Oposições Comandos de greve Membros das diretorias combativas Comissões de fábrica	Sindicalismo, independente, livre, autônomo e democrático Rompimento com Unidade Sindical
1981	Encontro de Vitória (III Encontro) Encontro Nacional de Articulação dos Movimento Populares Junho	Aproximação autênticos com Igreja Pastorais Operárias, CIMI, CEB, organizações católicas Criação da ANAMPOS	Reforma agrária sob controle dos trabalhadores Greve Geral Formação de uma CUT PCB não participa
1981	I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora	Bloco Combativo (autênticos, Igreja, marxistas) x Bloco Unidade Sindical (comunistas)	Comissão pró-CUT
1982	Encontro de Goiânia (IV Encontro)	Oficializa a ANAMPOS	Luta pela CUT pela base
1983	I CONCLAT	Criação da CUT	Divisão da CUT entre Articulação x CUT pela Base, Convergência Socialista, PCBR, DS, MOSM-SP

Fonte: CEDOC; AMORJ Elaboração própria

No quadro acima, relatamos os principais eventos do período, os rumos do sindicalismo no que se refere às articulações e às principais proposições e desdobramentos desses eventos, configurando o quadro de alianças e rupturas. A conformação do bloco combativo, composto pelos autênticos, oposições, Igreja e grupos marxistas (trotskistas e leninistas) e do grupo da Unidade Sindical. A criação do PT em 1980 também vai acentuar as divergências entre os dois blocos.

Dessa maneira, a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora foi realizada em Praia Grande, litoral do estado de São Paulo, em 1981, contando com a participação da Unidade Sindical (PCB, PCdoB e M-8), dos sindicalistas autênticos, mais tarde denominado “combativos”, das oposições sindicais e dos grupos marxistas-leninistas e trotskistas. A CONCLAT teve a presença de 5.247 delegados de 1.126 entidades,

**Tabela 4. Organizações CONCLAT (1981)**

Organizações	Delegados
Sindicatos urbanos	3 108 (59%)
Sindicatos rurais	969 (18%)
Associação de funcionários públicos	49 (0,93%)
Associações pré-sindicais	875 (16%)
Federações urbanas	90 (1,7%)
Federações rurais	134 (2,55%)
Confederações (Agricultura, Professores, Comunicação e Servidores Públicos)	22 (0,41%)

FONTE: CEDOC Elaboração própria.

Podemos perceber uma ampla participação dos delegados vinculados aos sindicatos urbanos, 59%, e também à estrutura sindical, 88% dos delegados. As principais reivindicações desse CONCLAT foram: estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho para 40 horas sem perdas salariais, reforma da CLT, direito de greve e de sindicalização dos servidores públicos, assembleia nacional constituinte, reforma agrária, autonomia sindical e unicidade sindical.

O maior problema da CONCLAT foi estabelecer a composição da Comissão Nacional pró-CUT, órgão que seria responsável pela organização da CONCLAT seguinte. O bloco combativo e o bloco da unidade sindical apresentaram chapas, sem apresentar maiorias decisivas. A solução encontrada para o entendimento entre os dois blocos foi a composição encabeçada pela CONTAG, liderada por José Francisco da Silva, que estabeleceu a presença de 23 sindicatos de trabalhadores rurais entre os 56 integrantes da comissão, e dois blocos compondo metade dos cargos cada um.

**TABELA 5. Características dos Blocos Sindicais em Disputa.**

	Liberdade	Autoridade
Blocos	Bloco Combativo	Bloco da Reforma
Composição	Sindicalistas autênticos-combativos Oposições sindicais Igreja PT e grupos marxistas (leninistas, trostkystas)	UNIDADE SINDICAL PCB PCdoB MR-8
Tipo de Central	Central mais Ampla. Organização imediata.	Central sindical. Medida ainda precipitada.
Greve Geral	Favorável	Contrário, não era hora. Precipitada.
Aliança	Desfavorável	Com o PMDB
Confronto	Favorável	Evitar
Convenção 87 OIT Liberdade sindical	Favorável	Contrário. Autonomia frente ao Estado.
Negociação	Mais espaço direto de negociação	Mais espaço direto de negociação
Confederações e Federações	Menos representação	Mais representação
OLT	Favorável com divergências internas no bloco	Favorável
Delegados natos	Contrário	Favorável

Elaboração própria

A situação política de 1982 com eleições estaduais diretas tencionou ainda mais a Comissão Nacional Pró-CUT, isso porque o bloco combativo se engajou nas campanhas do PT, enquanto o Bloco da Unidade Sindical se engajou nas campanhas do PMDB. Essa situação gerou a proposta, defendida por José Francisco da Silva, da CONTAG, de adiar a realização da CONCLAT para 1983, mas o bloco combativo defendia a realização ainda no

ano de 1982. (Kech, 2010)

Assim, também houve batalha pela questão organizacional: o bloco da unidade sindical defendia maior representação das federações e confederações e restrições às outras organizações, o bloco combativo defendia uma maior participação da base, bem como a organização imediata de uma central.

Toda essa tensão provocou a cisão em 1983, quando o bloco combativo convocou o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Dentro destas disputas, se evidenciaram dois grandes campos no movimento sindical, o do bloco sindical, que caminhou para a formação da CUT e se configurou como um sindicalismo combativo articulado com o PT, chamado de novo sindicalismo, e outro bloco da reforma, composto pela Unidade Sindical, hegemônico pelo PCB, que levaria à formação da CGT com a presença da CONTAG.

O congresso contou com a participação de 5.059 delegados de 912 entidades, com apenas uma confederação oficial e cinco federações. Foi formada uma direção com 83 membros, dos quais 15 formaram uma direção executiva nacional.

**TABELA 6 – 1ª Direção da CUT – Pós-CONCLAT 1983**

Jair Antonio Meneguelli (SP)	Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema
Paulo Renato Paim (RS)	Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas
João Paulo Pires de Vasconcelos (MG)	Secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade
Abdias José dos Santos (RJ)	Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói
José Gomes Novaes (BA)	Trabalhador da base do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista
Jacó Bittar (SP)	Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia
Avelino Ganzer (PA)	Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém
Lázaro Bilac de Souza (BA)	Presidente do Sindicato dos Eletricitários da Bahia
José Alves de Siqueira (PE)	Secretário Geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco
Dauri José Tamanhão (ES)	Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gabriel da Palma
Julieta Villanil Balestro (RS)	Diretora do Centro dos Professores do Rio Grande do Sul
Ary Russo (SP)	Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos
Antonio Pereira Filho (RJ)	Vice-presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro
Nelson de Assis Teles (GO)	Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista
Gilmar Carneiro Dos Santos	Vice-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo

Note a presença majoritária dos membros da diretoria de sindicatos da estrutura do sindicalismo oficial, bem como o peso dos sindicatos dos metalúrgicos. A Unidade Sindical,

em conjunto com o sindicalismo populista, criou a Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), que deu origem à Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1986. A primeira direção da CGT teve como presidente Joaquim Andrade (Joaquinzão), presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e, como vice, José Francisco da Silva, da CONTAG e vinculado ao PCB. As principais propostas aprovadas foram: 1) manutenção do imposto sindical, 2) defesa da unicidade sindical e 3) suspensão do pagamento da dívida externa.<sup>22</sup>

A ênfase na luta reivindicativa em um primeiro momento, em detrimento da luta político-estatal, aumentou o associativismo entre os trabalhadores com formação de comissões de fábrica e uma relação mais direta base-direção, que possibilitou uma maior solidariedade e melhor coordenação das greves pela CUT, fortalecendo sua posição, e se consolidando entre o seu primeiro e segundo congresso como a organização predominante do movimento sindical.

**TABELA 7. Características CUT x CGT**

CUT	CGT
Social-democrata. Luta pela autonomia sindical	Conservadora. Manutenção do sindicalismo de Estado.
Democracia e socialismo	Sindicalismo de negócios
Classista	Conciliação de classes
Organização nas bases	Sindicalismo de cúpula

Por sua vez, o contexto para o surgimento do novo sindicalismo no campo esteve vinculado aos desdobramentos da expansão da fronteira agrícola e às consequências político-sociais e econômicas dessa expansão. A política da ditadura empresarial-militar em relação ao campo nos anos 1970 foi de aprofundamento da militarização, de restrição dos processos com base no Estatuto da Terra e aprofundamento da concepção de investimento na agroindústria, aumentando os conflitos no campo. Nesse sentido, é importante destacar a observação de Moreira (2015) a respeito das lutas do campo antecedendo as lutas operárias. Ou seja, antes propriamente da luta aberta em São Bernardo do Campo, entre 1978 e 1980, as lutas que surgiram em torno do Projeto de Integração Nacional para a região amazônica e para o Nordeste.

Temos na formação da CUT a conformação do catolicismo com base na Teologia da Libertação, com o industrialismo dos grupos marxistas (trotskistas e stalinistas), que conformara a central sindical, além da incorporação na prática dos pequenos agricultores do Sul e dos trabalhadores rurais. Por outro lado, o conjunto de trabalhadores sem-terra se organizará em torno de movimentos sociais, sendo o principal deles o MST, que, na visão de Martins (2002), mantém uma veia leninista, portanto, de manutenção da ideologia industrialista. Além do MST, outros movimentos sociais no campo se formam e atuam por fora da estrutura sindical, como o Movimento de Atingidos por Barragem (MAB) e o Conselho Nacional Seringueiro (CNS). As diferenciações sociais entre os grupos de origem no campo se mostrariam cada vez mais evidentes no processo de formação da CUT e no

<sup>22</sup> Em 1987, Joaquinzão foi derrotado por Luís Antonio Medeiros, ex-militante do PCB e defensor do sindicalismo de negócios. Em 1989, Magri derrotou Joaquinzão nas eleições para presidência da CGT.

interior do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), bem como nas discussões sobre o caráter da central, se sindical ou popular.

Como afirma Picolotto (2011), o novo sindicalismo surgiu no campo através de um processo de oposição aos sindicatos, à federação e à CONTAG. Nesse sentido, a CONTAG expressou a política do PCB de defesa da unicidade sindical. Já na segunda metade dos anos 1980, enquanto a CONTAG apoiou o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), formulado pelo governo Sarney (plano que teve pouca efetividade prática), MST e CUT foram contra.<sup>23</sup> Para Medeiros (2005), “a proposta sofreu oposição do MST, que a considerava reduzida e baseada em instrumentos criados durante o regime militar. Além do MST, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) denunciou-a como a versão rural do pacto social em diversas circunstâncias proposto pelo governo Sarney”<sup>24</sup>. Desde a origem da “CUT, foi formado um setor rural em âmbito nacional e também nos estados, organizado inicialmente em uma Secretaria Rural e transformada, em 1988, no Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), com seus respectivos Departamentos Estaduais (DETRs)”. (Picolotto, 2011) Essa transformação conferiu mais autonomia para os sindicalistas, tendo em vista que ela foi realizada a partir da criação das estruturas verticais por ramo, pelo qual a central deveria se organizar a partir de então. No entanto, desde sua formação, a CUT não soube lidar com o DNTR, tendo uma postura contraditória nos rumos a serem tomados. Ao mesmo tempo em que defendia um sindicato dos trabalhadores rurais assalariados, tinha como principal grupo articulador os pequenos produtores do sul do país, criando, assim, um conflito entre “nortistas” e “sulistas” e entre assalariados e pequenos agricultores. Nesse sentido, a construção de movimentos sociais, como o MST, afastou a central da reforma agrária. Ao mesmo tempo, no interior do DNTR, a hegemonia era formada pelos pequenos agricultores da região Sul vinculados à Articulação Sindical.

A política dentro do DNTR caminhava em duas direções: por um lado, o DNTR se mantinha como uma organização sindical paralela à CONTAG e, por outro, procurava conquistar estruturas sindicais existentes. Essa política se dividia regionalmente: enquanto o Norte e o Nordeste avançavam na conquista dos sindicatos e federações do sistema contaguiano, no Sul, os cutistas, majoritariamente pequenos agricultores, não conseguiam conquistar as direções das FETAGs e já cogitavam em 1991 formar uma federação de pequenos agricultores. (PICOLOTTO, 2014). Essa ambiguidade se manteve até metade da década de 1990.

O primeiro Encontro Nacional Extraordinário, em abril de 1988, com representantes de 17 estados, foi criado o DNTR, marcando-se um primeiro congresso para 1990. Na sua criação, havia 246 sindicatos filiados à central, que passaram a ser 429 em 1990. Assim, o DNTR, ao mesmo tempo em que crescia a margem da estrutura do sindicato oficial, aceitava a

---

<sup>23</sup> Importante o destaque de Picolotto (2011) a respeito da participação do MST com a Articulação Sindical, corrente majoritária da CUT. *Articulação Sindical* foi formada a partir de 1983 por sindicalistas urbanos e rurais, agentes da Igreja progressista, intelectuais e militantes marxistas e lideranças de lutas por terra.

<sup>24</sup> Nos anos 1980, Tancredo Neves havia se comprometido em priorizar e ampliar o projeto de reforma agrária. Para isso, convidou o Dr. José Gomes da Silva para ocupar a presidência do INCRA. Além disso, criou o Ministério da Reforma Agrária (MIRAD) e, por indicação dos bispos da região Norte, convidou para ocupar o cargo de ministro o Dr. Nelson Ribeiro, paraense, conhecedor dos problemas fundiários daquela região e apoiado por grande maioria dos movimentos sociais. No dia 27 de maio de 1985, o MIRAD/INCRA encaminhou às lideranças do Congresso Nacional e aos presidentes dos partidos políticos a proposta para a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República. No dia 30 de maio, o presidente, acompanhado de seu ministro, lança a proposta do plano no IV Congresso Nacional da CONTAG, provocando reações distintas de diferentes segmentos sociais e da própria base do governo.

filiação dos sindicatos oficiais na base, nos municípios. O que não era uma contradição com a experiência político-sindical dos “autênticos”, que se opunham mais veementemente às federações e confederações. A base social se concentrava nos agricultores do Sul e da região Norte, principalmente na região Transamazônica. O departamento rural da CUT passa de 246 sindicatos filiados para 650 no período entre 1988 e 1993. (Favareto, 2001) Esse setor passa também a discutir formas de produção e comercialização, assim, defende a criação de cooperativas, vindas da experiência dos agricultores do sul do país.

A linha política para o sindicalismo rural foi resultante de uma série de combinações, como a pressão do grupo social dos pequenos agricultores por suas demandas, sua interação com o Estado e a orientação de política pública, bem como a proposta dos grupos dirigentes que defendiam a proposta de autonomia e pluralismo sindical e a vinculação com o projeto político partidário do PT. Assim, a CUT combatia a unicidade sindical e por isso deu apoio, por exemplo, “à criação da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – FERAESP, no ano de 1989, e na organização de sindicatos regionais de pequenos produtores por produto, como de avicultores e fumicultores, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, a partir do início dos anos 1990”. (Picolloto, 2011)

Em 1991, a CUT decidiu participar do congresso da CONTAG, que contava com “3.280 sindicatos oficialmente existentes, dos quais 2.000 aproximadamente participavam de alguma forma da vida sindical”. (Favareto, 2001) Posteriormente, a CUT define a política de filiação de seus sindicatos e federações à CONTAG. No congresso de 1995 da confederação, após tensos debates e negociações, optou-se por uma composição na diretoria, com Avelino Ganzer, liderança da CUT Rural, como vice-presidente. Como presidente, Francisco Urbano, liderança contaguiana. Tal posicionamento foi tomado de cima para baixo, com direcionamento das lideranças cutistas, hegemonizado pela Articulação Sindical. Segundo Ricci (2008), a “direção do DNTR chegou a aventar a possibilidade de disputar, com chapa pura, a direção da Contag, mas foi demovida da tentativa em virtude de um acordo que contou com a presença dos principais líderes dos partidos de esquerda do país”. Como contexto dessa intervenção, havia a política dentro da CUT de encaminhar a filiação da CUT à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (Ciols); nesse sentido, era importante filiar federações e confederações sindicais oficiais para revelar seu poder de representação.

A proposição cutista tinha como objetivo modificações no projeto político da CONTAG e seu desenho organizativo, bem como a discussão sobre desenvolvimento rural. Do ponto de vista organizativo, a CUT propunha a organização de um Sindicato de Produtores específico, separado dos assalariados, bem como a organização de sindicato de base regional, e não municipal.

Em 1991, as ações de mobilização e ação coletiva do movimento sindical rural se desenvolveram para a organização do I Grito do Campo, denunciando a violência no campo e reivindicando a desburocratização do Fundo Constitucional de Financiamento da Região Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-oeste (FCO). No mesmo ano, no mês de agosto, foi realizando o II grito com as mesmas pautas.

**TABELA 8. Mobilização no Campo Início dos Anos 1990.**

Ano	Atividade	Reivindicação
1991	I Grito do Campo	Contra a violência no campo e pela desburocratização do Fundo Constitucional de Financiamento da região Norte.
	II Grito Campo	Contra a violência no campo e pela desburocratização do Fundo



		Constitucional de Financiamento da região Norte.
1992	III Grito do Campo	acesso ao crédito do FNO
1993	Grito dos Povos da Amazônia	Desenvolvimento da região amazônica.
1994	I Grito da Terra	Reforma agrária, política agrícola, direitos sociais e trabalhistas, previdência social, saúde e segurança no trabalho, política energética e meio ambiente.

Desde 1993, o sindicalismo cutista no campo vinha elaborando um conjunto de propostas que chamava de projeto alternativo de desenvolvimento com base na agricultura familiar, uma vez que esta havia sido central no desenvolvimento do capitalismo na Europa e nos EUA, sobretudo na promoção da segurança alimentar no pós-guerra. Neste sentido, se conecta uma perspectiva de ligação da agricultura familiar com uma política estatal.

Também no V CONCURT (1995) foi o momento do “grande salto”, em que o debate da agricultura familiar entraria com força no sindicalismo.

Não por acaso esse foi o ano em que a CONTAG se filiou à CUT e o DNTR foi extinto, com a deliberação de tornar a CONTAG uma organização cutista não somente na sua vinculação formal, mas também no seu projeto (ou seja, com a incorporação da ideia cutista de construir um Projeto Alternativo de Desenvolvimento com base na agricultura familiar). Portanto, foi o ano em que o projeto da agricultura familiar passou a ser da CONTAG. Outro fator que provocou mudanças no interior do sindicalismo dos trabalhadores rurais na década de 1990 foi o aumento da importância política da categoria dos *pequenos produtores* (depois chamados de *agricultores familiares*). (Picolloto, 2011)<sup>25</sup>

Como observa Abramovay (2005): “Embora a Contag tenha entrado na CUT em 1995, a relação entre sindicalistas oriundos do trabalho da Igreja Católica (sobretudo no sul e norte do país e que já estavam na CUT) e os que vêm da própria Contag nunca foi de completa integração”. Conflito este que se revelava também regional, uma vez que os sindicalistas contagianos tinham sua origem no Norte e Nordeste, organizando a luta dos assalariados rurais, ao contrário dos pequenos produtores do Sul, vinculados à política das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que tinham uma postura mais integracionista e participavam dos conselhos locais de desenvolvimento, enquanto o setor de luta pela terra, numa perspectiva coletiva, se organizou em torno do MST.

Assim, o projeto CUT/CONTAG passaria a assumir oficialmente a construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS). Segundo Picolotto (2011),

<sup>25</sup> Gerava-se uma situação ambígua, pois, ao mesmo tempo em que o DNTR se propunha a ser uma organização autônoma, seus integrantes participavam da estrutura sindical capitaneada pela CONTAG. Na leitura do próprio sindicalismo da CUT, as mudanças que deveriam ocorrer para superar a crise deveriam ser quanto à forma do encaminhamento das lutas. Enquanto na década de 1980, a atuação do sindicalismo teria sido somente *reivindicativa*, “os trabalhadores eram mobilizados em cima de questões imediatas, que emergiam da conjuntura” (DETR-RS, 1993, p.2), na década de 1990 requeria-se uma postura mais *propositiva* aliada à pressão frente aos governos. Essa nova postura trouxe implicações para a sua forma de atuação e para o seu projeto político e de agricultura. No II Congresso estadual DETR-RS, realizado entre 30 de novembro e 3 de dezembro de 1993, foi tomada a decisão política de partir para uma etapa de “organização da produção” e de formulação de um “projeto para o campo” com base “no resultado das experiências concretas vivenciadas pelos trabalhadores desde a base e da reflexão política articulada do conjunto da CUT e de seu campo de alianças”. (DETR-RS, 1993, p.11) Boa parte dos resultados alcançados está sistematizada na publicação *Desenvolvimento e sindicalismo rural no Brasil* (CUT/CONTAG, 1998). (Picolotto, 2011)

o Projeto CUT/CONTAG de Pesquisa e Formação Sindical (1996-1999) teve um papel bastante importante na definição do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural no âmbito do sindicalismo. “*Desenvolvimento e sindicalismo rural no Brasil* (CUT/CONTAG, 1998). No eixo desenvolvimento rural (coordenado pelo professor José Eli da Veiga) é apresentada uma proposta de nova abordagem para o desenvolvimento com base na literatura acadêmica **que destaca a agricultura familiar como o modelo de exploração agropecuária que todos os países desenvolvidos teriam adotado para se desenvolver.**”

O autor aponta que a construção da

agricultura familiar como ator social e político na região Sul contou com uma série de iniciativas do sindicalismo – articuladas com as políticas públicas destinadas para esse público e com as contribuições dos estudos acadêmicos que valorizavam esse modelo de agricultura (como Abramovay, 1992; Veiga, 1991, Lamarche, 1993; 1998; Wanderley, 1996). No que se refere especificamente às iniciativas do sindicalismo ligado à CUT, a partir de 1996 começaram a ser construídas ações de animação de base e eventos massivos de debate e organização dos agricultores familiares.<sup>26</sup>

Esse foi processo que avançou no sindicalismo rural desde meados da década de 1990, sendo que a pauta referente à política agrícola ganha contínua relevância pelo avanço no interior da central das resoluções aprovadas no II Congresso e pelas modificações institucionais e econômicas promovidas pelos governos neoliberais, em virtude da abertura comercial brasileira, levando o sindicalismo de trabalhadores rurais a reivindicar uma política de crédito subsidiado.<sup>27</sup>

O conjunto de experiências teria criado condições para fortalecer o debate sobre a *agricultura familiar* e dado base concreta para pensar o projeto do sindicalismo para a agricultura. E, por fim, a reestruturação produtiva que impacta a ação sindical, sendo um dos vetores da mudança desta. A política sindical vai rumo a reivindicações de créditos, que culmina na organização do PRONAF e PADSS, diminuindo continuamente, no interior do sindicalismo cutista, a luta pela terra e a defesa dos trabalhadores assalariados rurais.

Paulatinamente, o centro da política agrícola da pauta foi ocupado pela discussão sobre o PRONAF, criado em 1996 como uma linha de crédito, portanto, vinculado ao capital financeiro-industrial, o que também possibilita a emergência no interior do Estado de uma

<sup>26</sup> O início desse trabalho ocorreu com a construção do Mutirão de Animação de Base realizado entre 1996 e 1997 pelo Fórum Sul dos Rurais com apoio da Escola Sindical Sul da CUT, do DESER e do CAMPO. (Picoloto, 2011)

<sup>27</sup> I Grito da Terra foi amplo, em virtude da ampla coalizão de atores que o construíram, contendo sete eixos temáticos: reforma agrária, política agrícola, direitos sociais e trabalhistas, previdência social, saúde e segurança no trabalho, política energética e meio ambiente (Grito da Terra Brasil, 1994c). Entretanto, não se pode deixar de notar que, dentre todos os pontos de pauta, o referente à política agrícola acabou assumindo uma importância central pelas conquistas alcançadas. Alguns analistas, como Schneider *et al.* (2004), Mattei (2007) e Grisa e Wesz (2010), atribuem a criação do PROVAP a duas ordens de fatores que teriam se somado: uma seria a reivindicação por parte do sindicalismo dos trabalhadores rurais (CONTAG e DNTR/CUT) por uma política de crédito subsidiado para os pequenos agricultores que seriam afetados pelo processo de abertura comercial da economia brasileira no processo de criação do MERCOSUL (nesse aspecto entrava o tema da “reconversão e reestruturação produtiva” principalmente dos produtores afetados na região Sul); e o outro teria sido a repercussão do estudo FAO/INCRA (1994), que definiu operacionalmente a agricultura familiar e estabeleceu um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas públicas adequadas às especificidades dos diferentes tipos de agricultores familiares e o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), ainda em 1986, mas com maior efetividade a partir de 1992, Projeto Alternativo de Desenvolvimento centrado na agricultura familiar. (PICOLOTO, 2011)

política com base nesses ditames. Na realização do IV Grito da Terra Brasil, de 1997, o ponto central de sua pauta eram as melhorias do PRONAF, consolidando continuamente uma prática política neocorporativa.

Dentro desse quadro, o processo de segmentação do sindicalismo rural avança com a fundação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-Sul), que ocorreu durante o I Congresso Sindical da Agricultura Familiar, realizado entre os dias 28 e 30 de março de 2001, em Chapecó-SC, até a formação da FETRAF, já no governo Lula, em 2003. Por outro lado, a luta pela reforma agrária foi sendo diretamente associada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), afastando a CUT do tema da reforma agrária, uma vez que parcela significativa do campesinato se afasta da CUT, enquanto os pequenos agricultores do sul do país buscavam a integração econômica.

A reforma agrária que passa a ser defendida pela CUT é direcionada para uma perspectiva de uma política social, com medidas de combate à pobreza, ao mesmo tempo em que as principais pautas defendidas pela central se mantêm dentro da experiência contaguiana, ou seja, de respeito ao Estatuto da Terra e atualização dos índices de produtividade. Além disso, a atuação cutista passou a enfatizar a política de financiamento através de crédito agrícola, como o PRONAF, a criação de assentamentos rurais com financiamento estatal e a participação em conselhos e órgãos estatais.

Por fim, é interessante notar que, em 2009, a CONTAG aprovou a desfiliação da CUT, num contexto de divisão do movimento sindical, onde a CSC-PCdoB, que foi essencial para a filiação da confederação à CUT, criou uma nova central, a CTB. Posteriormente a esse processo, foi também definida a política de transformar a CONTAG apenas em representante dos agricultores familiares. Como desdobramento dessa política, ocorreu também o entendimento entre FERAESP e FETAESP na disputa de bases sindicais no estado de São Paulo. O acordo foi anunciado no congresso da FERAESP realizado em 2014, que também culminou na desfiliação da organização da CUT. A FERAESP ficaria com a representação dos assalariados rurais, importantes agentes na luta pela reforma agrária, enquanto a FETAESP, da base da CONTAG, mas filiada à Força Sindical, organizaria os “agricultores familiares”. Por outro lado, a FERAESP, forjada na luta dos canavieiros dos anos 1980, tendo sua direção composta por representantes dessa base social, sofreu com as modificações da modernização agrícola no estado de São Paulo, atuando ativamente na luta por reforma agrária, principalmente na região do Pontal do Paranapanema, e pelas disputas em torno da entrada da CUT na CONTAG, uma vez que sua filiação nunca foi aceita. Por sua vez, a CUT encaminhou seu projeto original de criação de Federação de Agricultores Familiares, que também não foi aceita pela CONTAG. Dessa maneira, a FERAESP encaminhava as deliberações cutistas, como a tentativa de criação do sindicato por ramo, que permaneceu como política da federação, mesmo depois da adesão da CUT-Rural na CONTAG, bem como fazia oposição a FETAESP, organizada na CONTAG, mas associada à Força Sindical.

**TABELA 9. CUT RURAL x CONTAG**

CUT RURAL	CONTAG
Federação de Assalariados Federação Produtos Específicos	Federação Unitárias

Base Regional	Sindicato Municipal
Desenvolvimento Rural. Participação conselhos.	Reforma Agrária e defesa dos direitos trabalhistas
Norte e Sul – diferentes bases sociais	Nordeste

Emergência de uma política para agricultura familiar moderna, que significou por um lado a adaptação da questão agrária a um novo cenário, retomando um pacto intersetorial entre indústria e agricultura mediado pelo Estado, como realizado historicamente pela social-democracia, como visto no capítulo 1. Nesse sentido, o novo sindicalismo incorpora o industrialismo na sua política para o campo, com o desenvolvimento de uma agricultura familiar moderna e, dessa maneira, estabelece uma ruptura em relação à política do PCB, que colocava a centralidade da luta no campo, nas reivindicações por reforma agrária, ao mesmo tempo em que passa a se integrar completamente o Estado ao participar das instâncias de estatais dentro do ministério do governo Lula. (2003-2010)

#### 2.4 - Novo Sindicalismo ou a velha social-democracia com nova roupagem? O saber político-sindical

A contraposição com o grupo que veio a formar a unidade sindical foi, neste sentido, importante para manter a unidade e a distinção dos grupos e bases sociais que vieram a formar a CUT. Antes do próprio surgimento da CUT, os Sindicalistas Autênticos, grupos comunistas e militantes da Igreja Católica se articularam para criar o Partido dos Trabalhadores. Foi formada uma pró-comissão para elaboração de documento para formação do partido. Já nesse primeiro momento, o rompimento com a estrutura sindical era colocado. Essa política também significava as “*Negociações diretas entre trabalhadores e patrões*” (*Programa do I Encontro do PT*).

A Carta de Princípios lançada publicamente no dia 1º de maio de 1979 afirma:

Por seu lado, o apoio que os metalúrgicos conseguem dos demais trabalhadores, embora seja suficiente para impedir que a repressão se aprofunde e faça produzir um recuo parcial, carece de maior consequência, devido, é claro, **não à inexistência de um espírito de solidariedade, mas sim devido às limitações do movimento sindical e à inexistência de sua organização política.** Tanto isso é verdade que as lideranças da greve são obrigadas a se escorar no apoio, muitas vezes duvidoso, de aliados ocasionais, saídos do campo das classes médias e da própria burguesia. Não puderam os trabalhadores expressar de modo mais consequente todo o seu apoio aos grevistas do ABCD, e essa impotência tenderá a continuar enquanto eles mesmos não se organizarem politicamente em seu próprio partido. Cientes disso também é que setores das classes dominantes se apressam a sair a campo com suas propostas de PTB. Mas essas propostas demagógicas já não conseguem iludir os trabalhadores, que, nem de longe, se sensibilizaram com elas. Esse fato comprova que os trabalhadores brasileiros estão cansados das velhas fórmulas políticas elaboradas para eles.”] (PT,1979)

O PT considera

imprescindível que todos os setores sociais e correntes políticas interessados na luta pela democratização do país e na luta contra o domínio do capital monopolista

unifiquem sua ação, estabelecendo frentes interpartidárias que objetivem conquistas comuns imediatas e envolvam não somente uma ação meramente parlamentar, mas uma verdadeira atividade política que abranja todos os aspectos da vida nacional. (PT, 1979)

O PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu

“objetivo maior, que é estimular e aprofundar a organização das massas exploradas. O PT não surge para dividir o movimento sindical, muito ao contrário, surge exatamente para oferecer aos trabalhadores uma expressão política unitária e independente na sociedade. E é nessa medida que o PT se tornará, inevitavelmente, um instrumento decisivo para os trabalhadores na luta efetiva pela liberdade sindical. O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo. Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem de ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior.” (PT, 1979)

O PT define-se

como partido das massas populares, **unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada**, todos os outros trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, boias-frias, profissionais liberais, estudantes etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política. (PT, 1979)

Grifamos a parte que o PT mantém o operariado como sujeito pré-determinado e vanguarda da população explorada. Em 10 de janeiro de 1980, na sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, foi lida uma primeira versão do manifesto do partido. Um mês depois, numa reunião com cerca de mil pessoas no Colégio Sion, em São Paulo, o manifesto foi aprovado e, pelo menos, 500 dos presentes assinaram-no como membros fundadores do partido. Nesse encontro também se decidiu que os membros da comissão de organização continuariam funcionando como Comissão Nacional Provisória, até que se pudesse realizar um encontro nacional do partido.

O Manifesto PT dizia:

Por isso protestam quando, uma vez mais na história brasileira, **veem os partidos sendo formados de cima para baixo**, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados. Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. **Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade.** O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias. (PT, 1980)

Nota-se na composição da comissão a grande presença de presidentes dos sindicatos do grupo dos autênticos. Importante desatacar que, ao mesmo tempo em que ocorriam essas articulações, havia a conformação no meio sindical de dois blocos, combativos e da unidade sindical, que ainda atuavam nos mesmos espaços para a construção de um CONCLAT Unitário.

#### TABELA 10. Comissão Pró-PT

Membro	Organizações
Henos Amorina	Presidente SM OSASCO – SP
Jacó Bittar	Presidente do Petroleiros de Paulínia e Campinas – SP (autêntico)
Robson Camargo	Sindicato dos Artistas de SP
Wagner Benevides	Presidente do Sindicato dos Petroleiros de BH
Paulo Skromov Matos	Presidente do Sindicato dos Coureiros de SP
Arnóbio Vieira Silva	Presidente do Sindicato dos Bananeiros do Vale da Ribeira –SP
Lula	Presidente do SM-ABC
Olivio Dutra	Presidente dos Bancários de PoA
Ignácio Hernandes	Metalúrgico – BH
Luis Soares	Presidente da União dos Trabalhadores da Educação de BH
Francisco Auto	Jornalista
Firmino Trindade	Economiário, Porto Alegre
Carlos Borges	Gráfico, Porto Alegre
Edson Khair	Deputado Federal do MDB
Godofredo Pinto	Diretor do Centro Estadual dos Professores do RJ
Sidney Lianza	Engenheiro. Rio de Janeiro
Manoel da Conceição	Exilado. Ex-líder camponês.

Fonte: PT (1981). Elaboração própria

No encontro também foram definidos os pontos para discussão do programa do partido, que deveriam ser: método de elaboração, concepção geral, programa para a democracia, programa para a sociedade, programa para a conjuntura e plano de ação.

Sem se colocar contra a participação eleitoral, o tema volta a ser debatido no documento “As Eleições e o Poder”:

A conquista de espaços no Executivo e no Legislativo dos diferentes níveis só pode concorrer para a mudança da estrutura de poder se os próprios trabalhadores forem capazes de sustentar uma correta articulação entre as lutas travadas no interior desses organismos com as lutas fundamentais que se desenrolam fora deles. A participação do PT nas eleições não nos deve levar a confundir a conquista de executivos estaduais e municipais como sendo a conquista do poder. Mas eles devem servir como alavanca na organização e mobilização dos trabalhadores na perspectiva da construção do poder popular. (PT, 1980)

O PT procurou se afirmar partidariamente em contraposição tanto ao PMDB, que o partido considerava um partido meramente parlamentar, sem vínculos com o movimento de massa e composto por patrões, como em relação aos PCs e ao trabalhismo, representado pelo PDT, de Leonel Brizola. As análises do partido apontaram a decepção pelo desempenho eleitoral, sem aceitação em suas bases sociais. Seu fraco desempenho em número de votos levou muitos militantes a se concentrarem a tal ponto em atividades não partidárias pelos três

anos seguintes, que se chegou a colocar em questão a sobrevivência do PT.

Em 1983, é fundada a Articulação dos 113, “que, segundo seu manifesto de fundação formou-se para combater, por um lado, os setores do partido que enfatizavam principalmente o papel institucional do PT e, por outro, os que o viam como uma vanguarda que atuava em nome da classe trabalhadora”. (Kech, 2010)

**TABELA 11. Tendências do PT.**

<b>Tendências Social-Democrata/Comunista</b>	<b>Característica</b>
Convergências Socialista	Criação de Partido Socialista. Trostkysta
Movimento Emancipação Popular (divisão do PCB)	Considerava o PT com uma frente de massas
LIBELU	Movimento estudantil. Trostkysta
Democracia Socialista <sup>28</sup>	Trostkysta. Jornal Em Tempo
Ala Vermelha (Força Socialista) – Ivan Valente	Dissidência maoísta do PCdoB <sup>29</sup>
Ação Popular Marxista Leninista	Entendia o PT como uma frente de massas para derrotar a ditadura.
Partido Revolucionário Comunista (PRC), depois Nova Esquerda (1989) – José Genoíno	Rompimento do PCdoB. Atuava como partido clandestino. Adota teses gramscinianas de guerra de posição e de movimento. Lutar pela hegemonia da sociedade.
PCBR	Entendia o PT como uma frente de massas para derrotar a ditadura.
Vertente Socialista. Eduardo Jorge, Virgílio Guimarães	Dissidência da Articulação. Crítica a organicidade das tendências.

Elaboração própria

O grupo se dirigia a uma ala parlamentarista que surgia no partido e ao conjunto dos grupos marxistas que atuavam como tendência e partido clandestino no interior do PT. O discurso do grupo se baseava no basismo e numa perspectiva anti-intelectual, ainda que o próprio grupo fosse conformado por importantes membros intelectuais.

O grupo foi composto por sindicalistas autênticos, entre eles Lula, Jacob Bitar e Olívio Dutra, militante da Igreja Católica, militantes da esquerda independente, intelectuais e ex-militantes da esquerda organizada comunista, como José Dirceu (ALN, MOLIPO).

As principais lideranças que constituíram a Articulação foram: Luís Inácio Lula da Silva, José Dirceu, Francisco Weffort, Olívio Dutra, Luis Gushiken (bancário), Jair Meneghelli (SM-ABC), Aloizio Mercadante (professor de Economia), Plínio Arruda Sampaio (Igreja), Vicente Paulo da Silva (metalúrgico), Marco Aurélio Garcia (professor de História), José Álvaro Moisés (sociólogo), Hélio Bicudo (jurista, deputado federal), Wladimir Pomar, Frei Betto (Igreja), Benedita da Silva e Jorge Bittar.

**TABELA 12. Característica da Articulação**

<sup>28</sup> Criada em 1979 como Organização Revolucionária Marxista (ORM – Democracia Socialista), tendo como referência a corrente trostkysta organizada no Secretariado Unificado, e como liderança o economista belga Ernst Mandel.

<sup>29</sup> Junção do MEP, Organização Comunitária Democrático-Popular, oriunda da AP, e da Ala Vermelha.

	Discurso	Origem dos Militantes-Dirigentes	Proposição
Articulação dos 113	Basista e anti-intelectual	Sindicalistas autênticos, Igreja Católica e militantes marxistas	Partido de massas. Organização de trabalhadores. Radicalização democrática.

Elaboração própria

O III Encontro Nacional é realizado no Pampas Palace Hotel, em São Bernardo do Campo, São Paulo, entre os dias 6 e 8 de abril de 1984. É o primeiro encontro em que há disputa de chapas para composição da direção partidária. A chapa “Por um PT de Massas”, vinculada à Articulação, vence as eleições partidárias, com 65,8% dos votos, contra a chapa “O PT se Constrói na Luta”. A composição da direção nacional do PT é majoritariamente do grupo vinculado à Articulação.

As resoluções do encontro têm como ponto o tópico: “Conquistas dos Governos para Atender aos Interesses dos Trabalhadores”, e o subtópico “PODER E GOVERNO: A PROPOSTA DO PT”. Destacamos os seguintes pontos:

Na atual conjuntura, o PT luta pelo fim do Regime Militar no Brasil. Por isso quer eleições livres e diretas e luta pela chegada dos trabalhadores aos governos municipais, estaduais e nacional. No entanto, a conquista desses governos – que é necessária – não significa, por si só, a tomada do poder pelos trabalhadores.

Para transformar a sociedade, não basta tomar o poder do Estado. Para nós, o poder não apenas se toma, mas também se constrói. A democracia que interessa aos trabalhadores não se esgota nas instituições, mas se articula com formas diretas e massivas de participação popular. (PT, 1984)

Do ponto de vista da participação político-estatal, o documento afirma:

Já não basta, por exemplo, a denúncia do desemprego; devemos dizer aos trabalhadores quais as nossas propostas para resolver o problema e criar empregos. Embora também seja indispensável, não basta, apenas, a apresentação de reivindicações aos governos que aí estão estabelecidos; precisamos nos preparar para o dia em que sejamos capazes de, como governo, atender nossas reivindicações como trabalhadores. Já não basta falar dos problemas vividos pelos trabalhadores, como se a solução só devesse vir num futuro muito remoto. Precisamos nos preparar para mostrar que existem coisas que se pode fazer imediatamente em benefício do povo e que só não são feitas quando os governos não representam, de fato, os interesses dos trabalhadores. (PT, 1984)

Em 1985 o PT teve melhores resultado na sua política estatal. Nas eleições municipais daquele ano, o PT apresentou candidatos em quase todas as capitais, conquistando Fortaleza e Ceará e ficando em segundo lugar em Vitória, Aracaju e Goiânia. Pela prefeitura de São Paulo, conquistou quase 20% sobre a liderança de Eduardo Suplicy.

Cristaliza-se nesse período a oposição ente a Articulação e os grupos trotskystas, como a Convergência Socialista. A Articulação propunha a ampliação das bases eleitorais conjugada à atuação no movimento de massa, para atingir o socialismo através de uma radicalidade democrática. A Convergência Socialista defendia um partido caracterizado como socialista e revolucionário. O campo partidário passou a se polarizar da seguinte maneira:

**TABELA 13. Característica da Disputa do Campo Partidário**

Convergência Socialista (Esquerda Partidária)	Articulação (Direita Partidária)
Defesa de um partido socialista e revolucionário. Atuação eleitoral e parlamentar.	Defesa de um partido de massas. Atuação parlamentar e de massas. Negociação. Radicalização democrática.



Caracteriza a Articulação como Social-democrata.	Caracteriza a CS com vanguardista-sectária.
Crítica a alianças com outros partidos.	Defendia política de aliança.

Elaboração Própria

O quadro abaixo é a situação das disputas eleitorais no interior do partido, desde 1984, no III Encontro, até as vésperas das eleições presidenciais de 2002. De um controle muito grande em termos dos resultados eleitorais internos, a Articulação e o grupo dos sindicalistas autênticos que formaram o PT chegaram a perder eleições em 1993 e 1995, passando à necessidade de se aliar com outros campos, tendo a esquerda partidária ficada à frente do partido nesse período até 1997. Todos os grupos, no entanto, tinham acordo quanto à perspectiva de disputa estatal e do operário enquanto vanguarda, mantendo assim a política social-democrata, além de identificar o partido como elemento central para superação da política reivindicativa dos sindicatos. Nesse sentido, os documentos dos encontros e congressos expressam essa unidade interna do partido.

**TABELA 14. Resultado Eleitorais dos Encontros Nacionais do PT**

Encontros Nacionais	Oposição a Articulação		Articulação
<b>No 1º e 2º EN do PT não houve disputa entre chapas.</b>			
1984 (3º EN)	O PT Se Constrói na Luta 34,2%		Por um PT de Massa (Articulação) 65,8%
1986 (EN)	Alternativa Operária e Popular 27,8%		Articulação 72,2%
1987 (EN)	PRC, VS e Em Defesa da Democracia 40,6%		Articulação 59,4%
1990 (EN)	CS.OT, DS, FS, TM 27%	NE e VS 17%	Articulação 56%
1993 (EN)	FS, TM, OT 19,1% AE, DS 36,5%	Sem Medo de ser Socialista 3,5%	Articulação 29,3% Democracia Radical 11,6%
1995	Socialismo e Democracia 46,2%	Velhos Sonhos, Novos Desafios 5,9%	Articulação 40,3% Democracia Radical 7,6%
1997	Luta Socialista 37,8%	Socialismo e Liberdade 11,1%	Articulação 34,7% Democracia Radical 11,8% Nova Democracia
1999	O Trabalho 2,1% DS 9,9% AE, FS 20,8%	Movimento PT 12,7%	Articulação 43,6% PT de luta e de massas 2,9% Democracia Radical 8%

Nas eleições de 1986 para a Assembleia Constituinte, o PT elegeu 16 deputados federais e 33 deputados estaduais em 13 estados. Lula foi o deputado federal com maior número de votos, 651.763 votos.

O IV Encontro Nacional foi realizado nos dias 30 de maio e 1º de junho de 1986. As teses guias formam as resoluções do 1º e 2º Encontro Nacional Sindical realizado em maio de 1985 e maio de 1986. A chapa da Articulação liderada por Olívio Dutra, com 77,2% dos votos, vence a chapa “Alternativa operária e popular”, liderada por Raul Pont.

O documento vetou alianças com peemedebistas para as eleições estaduais de 1986 e

também definiu maior aproximação com a CUT no programa de ação. O documento reafirma a centralidade do operariado; depois de avaliar o processo de industrialização, afirma: “**A classe operária, como fração estratégica desse setor e de todo o conjunto das classes trabalhadoras** – pelo seu papel na produção e na reprodução para a acumulação de mais-valia, sustentáculo de todo o sistema capitalista – também vem se expandindo, no sentido de que, hoje em dia, está presente, embora em graus diferenciados, em praticamente todo o território nacional”. O documento ainda afirma: “**Em 1978, irrompe a combatividade de setores de ponta da classe operária, principalmente na região do ABC** e, a partir daí, foram se multiplicando as manifestações de conscientização, de organização e de luta do proletariado”.

Conclui afirmando:

Embora ainda não esteja colocada para o conjunto da classe trabalhadora a consciência dessa necessidade, é possível afirmar que o estágio do desenvolvimento do capitalismo, da formação das classes e do grau de luta entre as classes, no Brasil, já apresentam as condições necessárias para as lutas que permitam um acúmulo de forças, ampliem o espaço democrático, assegurem e intensifiquem os avanços e as conquistas populares e, ainda mais, criem as brechas, os caminhos e as pontes capazes de conduzir às transformações indispensáveis na direção da construção de uma sociedade socialista. (PT, 1986)

O documento é elaborado entre o primeiro e o segundo congresso da CUT. Ainda avalia:

As greves metalúrgicas de 78 e 79, vanguarda de um movimento que ganhou as mais diferentes categorias para a luta pelas reivindicações, com a utilização da greve apesar da lei antigreve, fez com que surgisse toda uma corrente de sindicalistas, que identificam no controle estatal um obstáculo a ser demolido, para o florescimento da vida sindical. Essa corrente está na base do surgimento do nosso partido, o PT, cuja atuação foi decisiva para a construção da CUT. Para que isso fosse possível – criação do PT e da CUT –, é evidente que tivemos que nos contrapor à política e à prática do PCB e de outros agrupamentos, como PCdoB e MR-8, que continuaram a privilegiar os conchavos de cúpula em nome da unidade, fazendo acordos com a pelegada, sem questionar a atual estrutura sindical. (PT, 1986)

A criação do partido e da central está intimamente ligada ao movimento de ruptura com as direções pelegas e a criação de um saber sindical oriundo de uma experiência própria que procura a representação na base. Nesse sentido, a CUT e o PT vão se distinguindo do PCB pela política estatal impulsionada pelo partido para a “transição democrática”.

Sobre o papel dos dirigentes sindicais, o documento afirma:

Os dirigentes sindicais petistas devem entender que, além de imprimir ao Partido um forte conteúdo de classe, eles são a representação do próprio movimento sindical. Ao fundarem o PT, os sindicalistas deram um passo qualitativamente novo em sua atividade. Compreenderam os limites do sindicalismo, um movimento que abarca, ou deve abarcar, a imensa maioria dos trabalhadores, independentemente de suas preferências religiosas, políticas ou partidárias, e procuraram criar um instrumento mais avançado para a luta pela conquista de uma sociedade sem exploradores e explorados. Esse instrumento é um partido de trabalhadores, o PT. Isso significa que os militantes do PT que atuam no movimento sindical devem ter **propostas políticas acertadas para esse movimento**, respeitando, ao mesmo tempo, os limites desse movimento, sua autonomia e o nível de mobilização e consciência das massas, atuando no sentido de elevar esse nível. **Seria um erro grave, que romperia com os limites e a autonomia do movimento sindical, se os militantes petistas procurassem fazer com que sindicatos e CUT assumissem como seu o programa**

### **alternativo de poder, socialista, do PT. (PT, 1986)**

Fica muito clara a perspectiva de que o PT deve apresentar o projeto alternativo de poder, enquanto cabe ao movimento sindical e aos militantes petistas proposta de acordo com o movimento sindical. O V Encontro Nacional se realiza no Senado Federal, em Brasília, entre os dias 04 e 06 de dezembro de 1987, onde são discutidos temas como participação na constituinte, regulação das tendências, centralização partidária, relação partido-sindicato, política de alianças e discussão de um projeto democrático popular.

Sobre as tendências, o documento afirma:

I — O PT é um partido democrático, de massas e socialista. Não é, portanto, uma frente de organizações políticas, nem uma frente institucional de massas, que possa ser instrumentalizado por qualquer partido político.

II — Como partido democrático, o PT defende e exercita o reconhecimento da vontade da maioria, assegurando, ao mesmo tempo, a existência das minorias e seu direito à representação e manifestação em todas as instâncias do Partido.

III — O Encontro Nacional reconhece o direito de tendências e determina ao próximo Diretório Nacional que proceda à sua regulamentação. Mas o Partido entende que este direito não deve se estender a grupos que não abraçam o programa do PT nem acatam sua democracia e disciplina. Do mesmo modo, o direito de tendências não autoriza a militância em outros partidos que não o PT e é rigorosamente incompatível com o caráter do PT a existência, velada ou ostensiva, de partidos em seu interior, concorrentes do próprio PT. Quer dizer, o PT não admite em seu interior organizações com políticas particulares em relação à política geral do PT; com direção própria; com representação pública própria; com disciplina própria, implicando inevitavelmente dupla fidelidade; com estrutura paralela e fechada; com finanças próprias, de forma orgânica.” (PT, 1987)

Neste sentido, a preocupação é com a unidade partidária e a centralização da política partidária a ser implementada pelos seus membros. Os documentos evidenciam, por um lado, o mito do industrialismo, do operário como vanguarda, mantendo assim o núcleo do sistema cognitivo social-democrata, e, por outro, já delinea o sindicalismo propositivo, na medida em que afirma que o trabalhador deve aprender a ser governo.

A política sindical do partido tem como objetivo “fortalecê-los enquanto autênticas organizações de massa, unitárias, representativas, independentes do Estado e dos patrões, voltadas para a conquista das reivindicações imediatas e comprometidas com os interesses históricos dos trabalhadores”. (PT, 1987)

Reafirma sua importância como “instrumento de luta por melhores salários e condições de trabalho” e conclui:

A luta sindical, por si só, é incapaz de resolver os grandes males – desemprego, exploração, alienação do trabalho – decorrentes do capitalismo. Isso não impede que o movimento sindical, quando consegue unir os trabalhadores enquanto classe na luta contra a burguesia, assuma um caráter anticapitalista e funcione como escola de socialismo. Mas só a organização político-partidária dos trabalhadores abre o caminho para a conquista do poder e a construção do socialismo. (PT, 1987)

O partido define a principal estratégia no período histórico:

Dizendo com todas as letras: a disputa da hegemonia na sociedade brasileira, com base num programa democrático popular, capaz de unificar politicamente os trabalhadores e conquistar a adesão dos setores médios das cidades e do campo”. Nesse encontro o partido começa a definir a política de aliança para a disputa política estatal, diferenciando a política de Frente Única Classista e de Frente

A formação do PT e da Articulação reafirmou o papel central que o grupo dos autênticos teve em conjunto com militantes de origem marxista e da Igreja para formação de um bloco dirigente no PT e na CUT, como veremos a seguir.

Assim, esse movimento procura fortalecer a posição político-estatal (social-democrata) a partir da atuação do movimento de massa e da experiência político-sindical adquirida na atuação das direções sindicais, bem como sua articulação com o catolicismo e suas bases sociais.

O saber político do PT e da CUT nasce da combinação do modelo social-democrata com a experiência sindical, tanto das oposições como do grupo dos autênticos, no entanto, definido e construído o partido e a central, se conjugam outras determinações em direção à participação política estatal e a centralidade operária.

A disputa entre PT e PCB reproduz em parte a disputa dos anos 1920 entre a II e III Internacionais. Mas, apesar da crítica ao comunismo, o projeto e a prática do PT continham: a) o industrialismo, a ideia da vanguarda operária; b) a limitação do sindicalismo com centralidade do partido; e, por fim, c) a defesa de uma postura propositiva contra uma ação de cunho reivindicativo. Esse é um ponto central, que retoma os debates da I e II Internacionais, a respeito da participação na política parlamentar burguesa, defendida pela social-democracia, contra a posição dos sindicalistas revolucionários e anarquistas, defensores da organização da confederação nacional de trabalhadores e da greve geral como meio de ação reivindicativa de transformação numa mobilização de ruptura com a ordem capitalista. Dessa maneira, as ações reivindicativas são vistas como uma consciência “sindical” que deve evoluir para uma consciência política, que significaria uma postura mais propositiva.

## 2.5 - Do Conflito à Negociação Conflitiva: a Formação do Sindicalismo Propositivo

A conformação do PT antes da própria CUT contribui para distinção e unificação dos grupos de sindicalistas autênticos, marxistas, católicos e da Oposição Sindical, principalmente da OSM-SP, e consolida assim um campo em oposição à Unicidade Sindical (PCB, PCdoB e MR-8).

**TABELA 15. Características das “Tendências” no Campo Político da CUT.**

Nome	Posição Ideológica	Política Sindical
OSM-SP	Esquerda católica, marxistas, “obreirismo”	Base. Centralidade operária.
Igreja	Esquerda católica. Teologia da Libertação. Sindicalismo rural e movimentos sociais	Oprimido. Participação popular.
Marxismo na CUT	Crítica ao centralismo e dogmatismo do PCB. Vários grupamentos trostkystas como CS e DS, grupos comunistas oriundos da luta armada, como PCBR, e cisões do PCB e PCdoB (Ala Vermelha).	Participação político-estatal. Operário como central. Hegemonia.
Sindicalismo Autêntico	Saber político-sindical do chão de fábrica. Da experiência. Relação base-direção. (Lula, Olívio Dutra, Meneguelli, Jaco Bittar)	“Negociação – Conflitiva” Autonomia do Estado Sindicato x federação e confederação

A relação entre PT e CUT, como vista acima, vai ser alvo de constantes debates no interior do PT, operando a divisão entre saber sindical, puramente “reivindicativo”, para um saber político estratégico, estatal, que conseguisse operar uma articulação nacional para efetivar a melhoria de vida dos trabalhadores.

Como vimos, “a manutenção do operário” como vanguarda desse processo é uma tônica dessa relação. Podemos identificar na conformação de dois grupos que se chocam desde seu início, mas que mantêm o núcleo do sistema cognitivo social-democrata-marxista, um acordo em relação à formação da CUT e à participação eleitoral.

**TABELA 16. Disputa de Campos no Interior da CUT**

	<b>Política Sindical</b>	<b>Comissão de Fábrica</b>	Crítica ao Campo Adversário	Sobre o Estado
<b>Autênticos Articulação</b>	Mais espaços de negociação direta com as empresas. Crítica ao controle do MTE	Ligada à direção sindical	Crítica ao MOSM: economicismo, vanguardismo	Defesa do operário como centralidade das lutas Participação eleitoral
<b>MOSM-SP</b>	Exaltação do Chão de Fábrica e da Ação Direta.	Autônoma em relação à direção sindical	Crítica à Art. Sind.: burocratismo, Negociação	Defesa do operário como centralidade das lutas Participação eleitoral

Fonte: AMORJ Elaboração própria

As disputas ocorreram mais em relação às dinâmicas de disputas oriundas do chão de fábrica, do saber relacionado ao bom senso (Gurvitch, 1969) e da relação com o sindicalismo de Estado. Os autênticos souberam canalizar os impulsos da base para direções sindicais, não rompendo com a política do sindicalismo de Estado, principalmente do SM-ABC; esse saber político-sindical entrou em disputa, principalmente quando consolidada a CUT.

O sindicalismo propositivo conjugou os elementos do modelo social-democrata, em sua variante reformista, com o saber da fábrica desenvolvido pelos operários, principalmente vinculados aos autênticos, que conformariam a Articulação Sindical e a Oposição Sindical Metalúrgica de SP. A conjugação desse saber com grupos marxistas e católicos e com outras bases sociais foram determinantes para os rumos do sindicalismo.

**TABELA 17. Eventos do PT e da CUT**

	PT	CUT	Político Estatal - Nacional
1980	Formação		I Encontro ANAMPOS. Greve ABC. Greve dos canavieiros de Pernambuco. ENTOES.
1981	I Encontro Nacional		Greve dos Servidores das universidades federais. Crise da dívida externa. Greve Nacional da UNE. Ronald Reagan assume a presidência dos EUA.
1982	II Encontro Nacional		Eleições. Encontro ANAMPOS. Guerra das Malvinas.
1983	Criação da Articulação	CONCLAT	Encontro ANAMPOS. Eleição de Alfonsín na Argentina.
1984	III Encontro	1º CONCUT	Campanha Diretas Já. Campanha Pela Reforma Agrária. Greve dos

	Nacional		Canaveiros de Guariba (um trabalhador morto e 19 feridos) Vitória eleitoral dos Sandinistas na Nicarágua. Criação do MST.
1985	IV Encontro Nacional		Eleições Tancredo Neves. Início do Governo Sarney. Legalização dos partidos. Mikhail Gorbachev eleito na URSS.
1986		2º CONCUR	Plano Cruzado. Fundação da CGT. Massacre do Leme.
1987	V Encontro Nacional	1ª Plenária	Plano Bresser. Instalação da Assembleia Constituinte. Greve Nacional dos Bancários. Greve Geral.
1988		3º CONCUR	Promulgação da Constituição. Greve da CSN (assassinaram três trabalhadores). Assassinato de Chico Mendes.
1989	VI Encontro Nacional		Eleições – Vitória Collor. Criação da CSC-PCdoB. 4ª Greve Geral. II Congresso CGT. Divisão da CGT. Fim da Guerra do Afeganistão. Menem vence eleições na Argentina. Queda do Muro de Berlim.
1990	VII Encontro Nacional		Adesão da CSC à CUT. Greve Nacional. Início do Governo Collor. Reunificação da Alemanha. Walesa eleito Presidente Polônia. Legalização CNA -África do Sul.
1991	I Congresso	4º CONCUR	Congresso de fundação da Força Sindical. 5ª Greve Geral (CUT / CGTs). Guerra do Golfo. Independência das antigas repúblicas soviéticas da URSS. Fim da URSS.
1992		V Plenária da CUT	Protestos nacionais contra o Governo Collor. Greve Nacional dos Petroleiros. Greve Nacional de Portuários. Jornada do Fórum Nacional de Luta. Massacre do Carandiru. Impeachment. Golpe de Estado na Venezuela (Hugo Chavez). Acordo de Paz Moçambique. Eleições Bill Clinton (democrata). Início da cisão da Iugoslávia. Fim da República Socialista da Iugoslávia.
1993	VII Encontro		Campanha contra a fome, a miséria e pela vida. Chacina de Vigário Geral. Acordo Israel-Palestina. Divisão da Checoslováquia.
1994	IX Encontro Nacional	5º CONCUR	Eleições. Vitória FHC. Plano Real. Levante Zapatista. Eleição Nelson Mandela.
1995	X Encontro Nacional	VI Plenária	Greve Nacional dos Petroleiros, Servidores Federais e Correios. Massacre de Corumbiara – RO (assassinato de 12 sem-terras). Começa o primeiro mandato de FHC. CONTAG se filia à CUT. Crise mexicana. Taliban controla o Afeganistão. Conflito em Ruanda.
1996		VIII Plenária	Massacre de Eldorado do Carajás (Assassinato de 19 sem-terra). Bill Clinton reeleito nos EUA. Boris Yeltsin eleito presidente da Rússia.
1997	XI Encontro Nacional	6º CONCUR	Crise Asiática. MP trabalho tempo parcial.
1998	Encontro Nacional Extraordinário		Jornada nacional de luta por emprego e direitos sociais (Fórum Nacional de Luta). Crise Russa.
1999	II Congresso Nacional	IX Plenária	Marcha dos 100 MIL. Marcha da Educação / Marcha dos Sem-Terra. Fórum Nacional de Lutas em defesa do Brasil. Blecaute no Brasil. Capturado Abdullah Öcalan (PKK) pela CIA e Serviço Secreto Turco (MIT). Boris Yeltsin renuncia à presidência. Eleição de Hugo Chavez na Venezuela.

2000		7º CONCURTO	Eleições municipais. Ampliação das prefeituras do PT. Campanha Salarial Unificada CUT-Força Sindical. Fora FHC e FMI. Vladimir Putin eleito presidente da Rússia. Protesto contra a festa dos 500 anos do descobrimento no Brasil. George W. Bush eleito presidente dos EUA. Guerra da Água na Bolívia.
2001	XII Encontro Nacional		Fórum Social Mundial. Tony Blair eleito primeiro-ministro. Ataque terrorista da Al-Qaeda (Sunita) aos EUA. Ataque dos EUA ao Afeganistão. Crise econômica na Argentina.
2002			Eleição de Lula (PT) para presidência.
2003		8º CONCURTO	Início da Guerra do Iraque. Guerra do Gás na Bolívia.

Elaboração própria

O I Congresso da CUT ocorre em 1984, portanto já havia ocorrido quatro Encontros do PT que tinham debatido tanto as questões sobre a política eleitoral do partido e a construção da CUT como parte do projeto do “novo sindicalismo”. Também já haviam se definido no interior do PT as correntes político-sindicais, sendo a majoritária delas a Articulação, refletindo em grande parte as divisões de correntes e tendências no interior do PT.

**TABELA 18. Campos da CUT em relação à Estrutura Sindical.**

Articulação Sindical	Tendência petista Articulação –_Unidade e Luta (marxistas, Igreja e autênticos)	Mudança por dentro da estrutura sindical
CUT pela base	Tendências petistas trotskystas Democracia Socialista (DS) e Convergência Socialista (CS) OSM-SP	Defendia rompimento com o sindicalismo de Estado, sem criar organizações paralelas

Fonte: AMORJ Elaboração própria

No congresso sindical, dois campos de disputa se estabeleceram: 1) um em torno da Articulação e 2) outro em torno da chapa “CUT pela Base”, que congregava a OSM-SP e as correntes como Democracia Socialista e Convergência Socialista, todas participantes do PT. A principal divergência era sobre a política sindical a ser encaminhada em relação à estrutura sindical. No entanto, as correntes no interior da CUT tinham concordância sobre o protagonismo partidário e estatal a respeito das mudanças econômicas e políticas a serem feitas. Posição que se consolida já no II CONCURTO, apesar das disputas entre as correntes sindicais no interior da central. Essa posição reafirma, como veremos nas deliberações congressuais a seguir, a defesa da participação nas eleições presidenciais e na constituinte como forma de uma ação política consciente e consequente em relação ao “economicismo” das ações reivindicativas.

Abaixo temos uma tabela com o resumo de como foram os resultados eleitorais nos congressos da CUT que descreveremos em seguida.

**TABELA 19 DISPUTAS DE CORRENTES SINDICAIS PELA DIREÇÃO NACIONAL.**

Ano	Esquerda CUT – Oposição Art Sind e CSC				Direita CUT
1986 II CONCURTO	Movimento Comunista Revolucionário (MCR) e Convergência Socialista (CS)		PRC, Reconstrução PCB, Prestistas, Comando Operário Socialista, Luta Sindical, Movimento dos Trabalhadores Socialista+A1:F7s e Causa Operária		Articulação
1988 III CONCURTO	CUT é Pra Lutar (Convergência Socialista, Causa Operária e PCBR) 16,3% (2)		Construir a CUT pela Base (SM Campinas, O Trabalho, PRC, DS) (Durval de Carvalho) 23,4% (4)		“Pela CUT Classista, de Massas, Democrática, de Luta e pela Base. Correntes: Articulação e Força Socialista (Jair Meneguelli) 60,4% (9 – 8 AS)
1991 IV CONCURTO		MTS e CUT Pela Base(CPB) 47,84 (1 PSTU e 1 CPB)			AS e CSC-PCdoB 52,16% (9AS e 1CSC)
1994 V CONCURTO	CHAPA ÚNICA				
1997 VI CONCURTO	LBI (0,77)	OT 4,14%	MTS, ASS, AE 30,28%	AS 52%	CSC 13,58%
2000 VII CONCURTO		OT 4,14%	MTS, ASS, AE 27,28%	AS 56,88 %	CSC 14,58 %

Fonte: CEDOC-CUT Elaboração Própria

O I CONCURTO avalia a política da Greve Geral deliberada pelo CONCLAT para 1983, da seguinte maneira.

A Greve Geral não saiu por causa do desemprego em massa e por causa da divisão do movimento sindical em diferentes propostas políticas;

- Se a Greve Geral não ocorreu foi pela falta de preparação nos sindicatos e não por erro da CUT;

- Foi correto desmarcar a greve do dia 25 de outubro, uma vez que não se conseguiu reunir condições. Mas Greve Geral deve ser uma das bandeiras da CUT, que deverá procurar reunir condições para realizá-la. Se não tivesse sido desmarcada, o desgaste teria sido maior;

- Foi um erro querer puxar a Greve Geral apenas em cima do decreto 2.045. Devia ser mais política, como por exemplo: pela *Diretas Já*; contra a LSN; contra o Colégio Eleitoral; contra o FMI etc. Limitou-se a greve à revogação do decreto no parlamento e isso levou à sua desmobilização

- **A CUT priorizou a campanha pelas Diretas, e não a Greve Geral; (CONCURTO, 1984)**

Importante destacar como o CONCURTO analisa a dinâmica da greve geral, chamando atenção somente para o caráter de paralisação das atividades, sem considerar as ações coletivas. Também já se percebe, nesse primeiro CONCURTO, como a perspectiva social-democrata se impõe, na medida em que o movimento de greve geral e de organização dos



trabalhadores é direcionado para a disputa institucional.

No subitem “**Perspectiva e propostas de implantação**”, das **resoluções congressuais, há a definição de** “uma política mais agressiva de atuação no campo, priorizando a criação da CUT, levar um Plano de Lutas que desmascare o legalismo e o peleguismo das Fetags e da CONTAG e apoiar a participação maciça dos trabalhadores rurais ligados à CUT no 4º Congresso dos Trabalhadores Rurais, que será realizado em Brasília, em maio de 1985;”

Sobre a questão da terra, afirma que:

CUT pouco ou nada fez na luta pela terra”. Sobre a questão das disputas sindicais, a deliberação é:

A CUT não deu apoio efetivo às chapas de oposição.

A CUT deve apoiar-se nos sindicatos com diretorias combativas, o que implica inclusive lutar para que as oposições sindicais identificadas com a CUT ganhem as eleições em seus sindicatos, derrotando os pelegos e seus aliados; (CONCUT, 1984)

Determina ainda que a Comissão Política Nacional deve acompanhar o papel das oposições. As resoluções indicam também que a “CUT deve romper com o economicismo (preocupação só com as lutas econômicas) e se posicionar melhor sobre as questões políticas, tais como a questão das *Diretas Já*, colégio eleitoral etc.,” demarcando desde o início os conflitos internos da central, marcados pela crítica da Articulação aos outros grupos como economicistas e vanguardistas, enquanto a “CUT pela Base” e a Convergência Socialista criticavam o pragmatismo e o burocratismo da Articulação.

O congresso ainda delibera que “a CUT deve se alicerçar nas comissões de fábrica clandestinas. Mesmo onde foram conquistadas as comissões legais, a estrutura das clandestinas deve ser mantida;” (CONCUT, 1984)

Do ponto de vista político estatal, delibera:

A CUT reafirma seu compromisso com as eleições *Diretas Já*, como forma de pôr fim ao regime militar e garantir o direito elementar do voto à população brasileira.

4. A CUT lutará pelo fim do regime militar e contra a candidatura de Paulo Maluf, que expressa sua continuidade e também se posiciona firmemente contra a proposta da Aliança Democrática e a candidatura de Tancredo – Sarney, porque representa a conciliação com o regime, a preservação dos acordos com o FMI e a traição política da vontade democrática e das reivindicações mais elementares do povo brasileiro. (CONCUT, 1984)

Do ponto de vista reivindicativo, a CUT atuou na preparação “da *Marcha por uma Plataforma de Reivindicações Imediatas*, associada às *Diretas Já*, permitindo a fusão da continuidade da luta pelas Diretas” com as campanhas salariais.

A plataforma exigia:

- Reajuste trimestral e reposição das perdas salariais;
- Salário-desemprego;
- Reforma agrária radical e sob controle dos trabalhadores;
- Revogação do Decreto Lei 2.100 (estatais) e 2.065;
- Semana de 40 horas;
- Limitação das prestações do BNH a 20% do salário;
- Revogação da Lei de Segurança Nacional;
- Ruptura dos acordos com o FMI;
- Punição aos assassinos de sindicalistas, torturadores e corruptos.” (CONCUT, 1984)

Sobre a questão agrária, o documento dedica cinco páginas onde defende uma “reforma agrária radical, ampla, massiva e imediata, sob o controle dos trabalhadores”.

Ainda faz uma crítica à estrutura sindical corporativa e indica cinco princípios para a elaboração de uma nova estrutura sindical: democracia, sindicalismo classista e de luta, ação sindical, liberdade e autonomia sindical, organização por local de trabalho e fim do imposto sindical. Também indica a necessidade de construção de um novo código de trabalho e de organização do sindicato por ramo de atividade produtiva.

O documento rechaça a política da CONCLAT de fazer alianças com a burguesia e com o PMDB, apontando para os aspectos da ação reivindicativa cutista.

O II CONGRESSO da CUT ocorre em 1986, portanto, depois do debate sobre Política Sindical e Tendências, realizado no interior do PT no IV Encontro Nacional em 1985. Participam deste congresso 5.664 delegados. Neste congresso, três chapas concorrem, saindo vitoriosa a Articulação, com 59,2% dos votos. O segundo congresso tem definições importantes a respeito do papel da CUT e de suas características de atuação.

São eleitos 20 membros, sendo que dez fazem parte da Direção Executiva Nacional. Desses dez, 4 eram metalúrgicos (incluindo o presidente reeleito, Jair Meneguelli); dois, rurais (incluindo o vice-presidente, Avelino Ganzer); um, bancário; um, petroleiro; um, enfermeiro e um, professor secundarista. Os cinco restantes incluíam: mais um rural, um bancário, um do setor plástico, um previdenciário e uma professora universitária. Dentre os 20 membros, oito eram presidentes de sindicatos (um dos quais, cassado), um vice-presidente de sindicato, dois tesoureiros de sindicato e associação, quatro diretores de sindicatos e associações, dois delegados sindicais de STRs e três militantes sem cargos.

O II CONCURT conclama os trabalhadores da cidade e do campo a uma ampla mobilização unitária, uma campanha nacional de lutas, com as seguintes bandeiras: *Terra, salário, emprego e liberdade, Direito irrestrito de greve, Liberdade e autonomia sindical, Não pagamento da dívida externa e Participação popular na Constituinte (PT, 1986).*

Segundo as deliberações congressuais,

“a CUT tem como preocupação política permanente a articulação das lutas em defesa de melhores condições de vida e trabalho, com as transformações de fundo da sociedade brasileira, em direção à democracia e ao socialismo.

Como proposta:

- Criar condições políticas mais favoráveis para a luta em defesa dos interesses da classe trabalhadora na Constituinte;
- Fortalecer a CUT e transformar sua capacidade de direção política e de referência de massas em luta concreta;” (CONCURT, 1986)

Os eixos de lutas definidos no congresso são:

**TABELA 20. Eixos de Luta Sindical**

<i>Salário</i>	1. Recuperação das perdas salariais e aumento real dos salários; 2. Salário-mínimo real definido pelo DIEESE.
<i>Emprego</i>	1. Estabilidade no emprego; fim da mão-de-obra temporária; 2. Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais;
<i>Liberdade</i> :	1. Liberdade e autonomia sindical 2. Aprovação da Convenção 87 da OIT

	3. Participação popular na Constituinte.
<i>Terra</i>	1. Reforma agrária sob controle dos trabalhadores; 2. Punição dos assassinos dos trabalhadores rurais

Neste congresso, a Central, de acordo com os posicionamentos definidos pela política sindical do PT, faz a seguinte deliberação:

A CUT considera que a **definição de um projeto alternativo e a própria conquista do poder político são objetivos legítimos e fundamentais para a classe trabalhadora** transformar a sociedade brasileira e eliminar as formas de exploração e opressão sobre os trabalhadores. No entanto, **o instrumento fundamental de definição do programa da classe e da estratégia política do poder são os partidos políticos** que estiverem efetivamente comprometidos com as aspirações históricas da classe trabalhadora. (CONCUT, 1986)

Essa definição vai balizar a atuação da central e sua relação com o Partido dos Trabalhadores, sendo reafirmada nos congressos posteriores. O congresso avalia que “*Uma ofensiva da classe trabalhadora no plano sindical* permitiu a conquista de novas reivindicações: reposição das perdas trimestral, redução da jornada de trabalho, além do avanço organizativo e do fortalecimento da luta dos trabalhadores do campo.”

Como política de combate ao pacote econômico do governo, o congresso encaminha:

- Criar condições políticas mais favoráveis para a luta em defesa dos interesses da classe trabalhadora na Constituinte;
- Fortalecer a CUT e transformar sua capacidade de direção política e de referência de massas em luta concreta;
- Construir a unidade de ação, de todos os sindicatos que possam ser envolvidos, desde que assegurados os princípios de classe. (CONCUT, 1986)

O congresso também encaminha a luta pela participação na Assembleia Constituinte, afirmando:

Uma vez imposto pelo governo Sarney o fato consumado do Congresso com poderes constituintes, no lugar da ansiada Assembleia Nacional Constituinte, cabe aos trabalhadores responder com forte mobilização, exigindo respeito a suas bandeiras na elaboração da nova Carta.

A CUT se empenhará em deflagrar as mais amplas mobilizações, formas de luta e pressão sobre o Congresso Constituinte, porque esta é a única possibilidade concreta de assegurar algumas conquistas e criar condições reais para intervenção dos parlamentares efetivamente comprometidos com os interesses da classe trabalhadora.

b) A CUT deve construir a participação da classe trabalhadora, a partir das lutas concretas, ou seja, nas campanhas salariais, greves, ocupações e luta pela terra, nas lutas por moradia, saúde, educação, creche, transporte etc. E articular as lutas da classe trabalhadora com as lutas gerais da sociedade. (CONCUT, 1986)

Dessa maneira, se estabelece desde o início da CUT a perspectiva de mudança por meio de um partido e do Estado, devido às limitações da ação sindical, restrita a suas demandas reivindicativas. Caberia ao partido, nesse sentido, o processo de transformação social via conquista eleitoral do Estado.

A respeito da questão agrária, são 28 páginas sobre o tema, com detalhamentos de formas de ação coletiva como as ocupações de propriedade. Encaminha nesse congresso uma política de unidade de ação.

Do ponto de vista organizativo e da participação congressual, redefiniu regras de participação, centralizando e controlando mais as delegações. Em comparação ao primeiro congresso, modifica a participação das oposições que agora devem ser “reconhecidas pela CUT estadual e que já venham sendo acompanhadas por ela”. Também é definido que os membros efetivos da Direção Nacional participam como delegados natos. Além disso, consolida a estratégia que indica necessidade de conquistar os aparelhos sindicais de base para destruição da estrutura sindical oficial. Como plano de ação, indica a preparação para greve geral.

O III CONCURTO ocorre entre os dias 03 e 07 de setembro de 1988, em Belo Horizonte, com 6.247 delegados. O congresso se realizou após os Encontros do PT, que definiram a regulamentação de tendências e a necessidade de atuação de chapas unitárias, o que atinge particularmente a OSM-SP, tendo em vista as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em 1987. Assim, houve uma diminuição do número de participação das oposições. Por outro lado, esse congresso marca a entrada da Corrente Sindical Classista (CSC), vinculada ao PCdoB. A conjuntura nacional é de crise econômica, com fracasso do Plano Cruzado.

Dentre os 11 membros da Direção Executiva, três eram metalúrgicos (incluindo o presidente, Jair Meneguelli); um, rural (incluindo o vice-presidente, Avelino Ganzer); um, bancário; dois, professores secundaristas (da rede pública); um, engenheiro; um, enfermeiro; um, eletricitário; um, previdenciário. Os nove restantes incluíam: mais um rural, três bancários, dois metalúrgicos, um do setor telefônico, um gráfico e um engenheiro. Entre os 20 membros, oito eram presidentes de sindicatos e federações; um, vice-presidente de sindicato; dez, diretores de sindicatos, federações e associações e um, membro de oposição sindical. Desses 11 membros principais, três foram reeleitos para o mesmo posto (incluindo presidente e vice-presidente) e quatro foram reeleitos, mas mudando de cargo. Apenas uma mulher estava presente entre os membros da direção.

Os debates sobre a eleição do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo ganharam contornos fundamentais no conflito interno da central, sendo objeto de discussão nas tendências, no PT e nas instâncias da CUT. Havia, além da MOSM-SP, que reivindicava a CUT, o grupo Alternativa Sindical, vinculado à Articulação Sindical. Conforme deliberação do congresso anterior, a direção nacional da CUT passou a atuar no sentido da unificação dos grupos. O MOSM-SP contava ainda com o apoio da CUT pela Base, da Convergência Socialista e da Causa Operária.

Para o pleito eleitoral, havia três chapas: a chapa 1, da situação, liderada por Luiz Antônio Medeiros<sup>30</sup>; a chapa 2, Chapa dos Metalúrgicos, liderada pelo dirigente cutista Lúcio Bellentani; e a Chapa 3, *Oposição Metalúrgicos da CUT, construída depois de muitas reuniões, assembleias e intervenções da direção nacional e estadual da CUT para unificação do MOSM-SP, da Articulação, que aglutinava o grupo Alternativa Sindical na base metalúrgica de São Paulo, e da Convergência Socialista*. O resultado final foi a vitória da

---

<sup>30</sup> Medeiros tem sua origem no PCB; através da ação do PCdoB e do PDT, havia rompido com a política de Joaquinção. Rompeu a *direita*, avançava para a efetivação de um *sindicalismo pragmático, de resultados*, com o apoio aberto do grande empresariado. Medeiros representava o alinhamento à direita juntamente com Antônio Rogério Magri, então presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, sob a influência da direita sindical norte-americana. No centro da CGT, sindicalistas do peleguismo tradicionais aliados com forças do PCB e MR-8, em sua maioria simpatizantes do MDB. À esquerda, agrupava-se a CONTAG (Confederação dos trabalhadores da Agricultura e os sindicalistas do PC do B, estes formando a Corrente Sindical Classista, que no final da década aderiu à CUT.

Chapa 1, Força Metalúrgica, que obteve no segundo turno 33.790 (56,6%) votos. <sup>31</sup>Neste congresso, houve importantes mudanças, decididas no congresso e nas plenárias anteriores. Seguindo as determinações do II CONCURT, somente as oposições sindicais reconhecidas pela direção estadual e nacional da CUT poderão participar do congresso nacional, que passou a realizar a cada três anos.

**TABELA 21. Principais Disputas no III Congresso**

	Articulação	Construir a CUT Pela Base	CUT é Pra Lutar
Mudança Estatutária Proporção da delegação Congresso de 3 em 3 anos	Favorável	Contrário	Contrário
Posição Política	Defesa de uma CUT de Massas como Central Sindical.	CUT como central dos trabalhadores e não de sindicatos.	CUT como central dos trabalhadores e não de sindicatos.

Fonte: AMORJ Elaboração Própria

O III CONCURT reafirma a posição do segundo congresso, que define os partidos políticos e sua participação político-estatal como articuladores e produtores das políticas estratégicas. Sobre o encaminhamento da sua posição política diante do governo Sarney, propõe:

Juntamente com outras entidades populares, devemos pressionar os partidos de oposição à esquerda do governo no sentido de encontrar um denominador comum, tanto em nível programático quanto no de ação prática imediata, voltando-nos para a inviabilização política do governo Sarney através de uma plataforma política democrática e popular que apresente pontos como estatização do sistema financeiro, reforma agrária ampla e sob controle dos trabalhadores, democratização dos meios de comunicação, não pagamento da dívida externa, saúde e educação pública e gratuita, habitação e transporte a baixo custo. (CONCURT, 1988)

Como no II CONCURT, reafirma a participação nas eleições:

Assim, as eleições municipais deste ano vão se constituir, de fato, num grande momento e numa grande arena de embate político de mobilização dos trabalhadores. De luta de classe, enfim. Embora as eleições, municipais ou outras, não substituam as lutas políticas e econômicas populares que se dão no cotidiano das fábricas, dos escritórios e do campo, constituem um momento privilegiado para que a classe trabalhadora dê um salto de mobilização, organização e radicalização.

O 3º Concut, portanto, conclama a classe trabalhadora a participar ativamente das eleições municipais, para mobilizar, organizar e elevar o nível de consciência da população e eleger os candidatos cujos programas mínimos e prática política estejam comprometidos com as reivindicações, resoluções e a plataforma de lutas aprovadas neste congresso. (CONCURT, 1988)

Neste congresso também ocorre o debate sobre pacto social e política de aliança. A deliberação congressual avalia da seguinte maneira o debate no interior da central:

Entretanto, a falta de uma perspectiva de centralização e unificação da pressão, que tivesse como saldo um organismo nacional enraizado nos estados e municípios com

<sup>31</sup> O primeiro turno das eleições deu vitória para a chapa 1 – Força Metalúrgica, liderada pelo presidente em exercício Luís Antônio Medeiros, que obteve 30.086 votos (46,9%), contra 19.171(29,9%) da chapa 2, e 14.879 (23,19%) para a chapa 3, num total de 68.073 votantes.

participação de delegados de base (e não apenas um órgão “suprapartidário” de cúpula), teve reflexo direto na dispersão das caravanas a Brasília, que embora numerosas foram setorizadas (professores saíam, rurais chegavam etc.) e espalhadas ao longo do calendário.

Há propostas políticas que subestimam a importância estratégica das lutas reivindicatórias, as conquistas econômicas concretas das lutas sindicais para impulsionar o projeto histórico da classe trabalhadora. O equívoco está em considerar que a CUT, ao negociar com os patrões ou o governo para obter um acordo de trabalho, pratica uma forma disfarçada de reformismo. A luta dos trabalhadores por salários e melhores condições de trabalho se desenvolve hoje no interior do sistema capitalista e faz parte da própria natureza do sindicato. Porém, se na luta reivindicatória a CUT e seus sindicatos organizarem e colocarem amplas massas em movimento contra os patrões e o Estado, estarão de forma decisiva contribuindo para formar uma consciência anticapitalista e impulsionar o projeto histórico do socialismo.(CONCUT, 1988)

Especificamente sobre a organização por local de trabalho, a concepção da central “é dar um salto de qualidade, articulando o sindicalismo de porta de empresa com a organização dos trabalhadores dentro da empresa”. Do ponto de vista organizativo, o congresso define que o número de delegados passa a ser proporcional ao número de trabalhadores sindicalizados, passando as oposições a terem delegados de acordo com os votos nas eleições de que participam. No congresso, é extinta a Secretaria Rural e criado o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR).

O IV CONCUT é realizado entre os dias 04 e 08 de setembro 1991 em São Paulo. Contou com a participação de 1.554 delegados, 4.693 delegados a menos que o congresso anterior. Foi realizado sob impacto das transformações internacionais no campo socialista, com o fim da URSS e do leste socialista. O congresso avalia que

o ascenso das lutas conduzidas pela CUT foi decisivo para a elevação do nível de organização e de consciência política dos trabalhadores. Esse ascenso teve seu momento alto nas eleições presidenciais de 1989, com a polarização, no segundo turno, entre dois projetos de classe distintos e antagônicos, em que a candidatura Lula representou o maior acúmulo de forças populares na história do país. (CONCUT, 1991)

O congresso ainda analisa as greves gerais de 1986, agosto de 1987 e março de 1989, tendo em vista as discussões internas sobre o papel das greves e o pacto social proposto pelo governo Collor a partir das negociações tripartites. O setor em torno da CUT pela Base, como da MOSM-SP, já bastante debilitado em termos políticos, da Convergência Socialista, da CSC-PCdoB e da DS são contra a participação e criticaram a Articulação por desmarcar uma greve geral articulada para aquele ano. A decisão pela participação nas negociações foi definida na direção executiva nacional, passando por uma votação com um placar de 8 x 6. (Gianotti; Neto, 1991)

A resolução congressual analisa e justifica a entrada da CUT na mesa de negociação:

“Em setembro de 1990, o governo volta a insistir numa negociação tripartite, desta vez acenando com a discussão de temas gerais e até consensuais, como a erradicação da pobreza. Cumprindo as resoluções do 3º Concuto, que definiram a nossa Central como entidade sindical que negocia representando a classe, e partindo das definições da Plenária Nacional de agosto, que compreendeu a necessidade de atacar o projeto Collor em todos os espaços, a CUT, após uma consulta democrática às suas instâncias de base, compareceu ao fórum de negociações com o governo, empresários e outros setores do movimento sindical. (CONCUT, 1991)

Dessa maneira, é importante marcar que, já no início do governo Collor, a CUT passa a construir espaços tripartites (trabalhadores, capitalistas e Estado) para negociação de temas tidos como importantes pelo governo, passando, assim, a discussão de políticas a serem encaminhadas para o Estado. Nesse sentido, foram organizadas as câmaras setoriais, por exemplo, para entendimento entre as partes e construção de acordos específicos por ramos de produção, tendo em vista a melhoria da competitividade da indústria nacional. Esse debate é realizado nesse CONCUR, vencendo a posição na Direção Nacional de participação nesses espaços.

Dos 12 membros da Executiva, quatro eram metalúrgicos (incluindo o presidente, Jair Meneguelli); um, rural (incluindo o vice-presidente, Avelino Ganzer); um, bancário; dois, professores secundaristas (da rede pública); um, engenheiro; um, enfermeiro; um, eletricitário; e um, médico. Dentre os 12 membros principais, seis foram reeleitos para o mesmo posto (incluindo presidente, vice-presidente, secretário-geral, tesoureiro, secretário de relações internacionais e secretário de formação) e três foram reeleitos, mas mudando de cargo.

Importante destacar que, pela primeira vez, o congresso deliberou pela “necessidade de construção de políticas setoriais e de políticas de desenvolvimento” (CONCUR, 1991). De acordo com as resoluções, “a persistência e o agravamento da crise nos últimos anos mostraram que só é possível superar a instabilidade econômica e social e alcançar novos padrões de distribuição de renda e uma nova qualidade de vida para os trabalhadores a partir de soluções globais que permitam o combate ao projeto neoliberal e a construção coletiva de um projeto alternativo do campo democrático e popular”. Dessa maneira, vai se construindo no interior da central a política de proposições de políticas públicas a serem apresentadas ao governo.

Nesse sentido, para enfrentar a crise e retomar o crescimento, o tema do desenvolvimento ocupará o centro das atenções nos anos 1990, a CUT deve intervir decisivamente nesse debate incorporando novos temas, atualizando seu discurso e adotando uma prática voltada para o conjunto da classe trabalhadora, de modo a contemplar os interesses dos setores organizados, dos setores desorganizados ou excluídos do mercado formal e dos novos setores que irão emergir com a generalização do processo de modernização técnico-produtiva no país e no mundo. (CONCUR, 1991)

Assim, a central propõe a combinação de “lutas por categorias com as mobilizações gerais” combatendo o corporativismo e o economicismo dos setores opositores dentro da CUT. Para isso a central deve:

**fixar parâmetros básicos para as políticas de abrangência nacional** (política econômica, industrial, agrícola, energética, educacional, habitacional, de saúde e previdência etc.), especialmente no caso daquelas que condicionam os níveis de emprego, salário e renda do trabalhador;

avançar na articulação com os setores democráticos populares para **aprofundar a democracia**, construindo coletivamente uma nova hegemonia e formulando uma alternativa de desenvolvimento com distribuição de renda. Nesse sentido, devem ser incorporados ao cotidiano da luta sindical temas como **a defesa do direito à cidadania**, o combate aos preconceitos, a busca de novos padrões de comportamento, a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida, entre outros;

**lutar pela democratização do Estado. Reafirmar o papel insubstituível do Estado na retomada do desenvolvimento econômico e na solução dos grandes problemas sociais**, negando os vícios patrimonialistas, privatistas, autoritários e as

práticas descaracterizadoras da função social do Estado. No Brasil, como em todo o mundo moderno, sem a ação do Estado não haverá combate eficaz à inflação, nem retomada do desenvolvimento, nem solução da questão social. Trata-se, portanto, de promover a **democratização do Estado**, desprivatizando-o e colocando-o a serviço dos interesses públicos. Para isso, é fundamental a criação e o fortalecimento de órgãos de controle da ação estatal. Um Estado que fortaleça e organize a vida democrática, que seja transparente, que preste contas de suas decisões e explicitamente as intenções de seus atos. (CONCUT, 1991)

O congresso também avalia que, no segundo turno eleitoral de 1989, confrontaram-se dois projetos nacionais, com diferentes propostas de enfrentamento da crise e de retomada do desenvolvimento. De um lado, o projeto neoliberal propôs a modernização com base na internacionalização da economia sob o controle do grande capital transnacional, no desmonte e na privatização do Estado e na quebra das resistências organizadas da sociedade. De outro, o projeto democrático popular unificou a esquerda e os setores progressistas propondo o desenvolvimento econômico pela via da distribuição da renda, do aprofundamento da democracia e da organização da sociedade. (CONCUT, 1991)

Dessa maneira, na nova configuração da política estatal era necessário:

Organizar ampla mobilização de massa contra a recessão, envolvendo todos os setores da classe trabalhadora. Para isso a CUT deverá ampliar o “Fórum Antirrecessão”, criado por sua própria iniciativa, visando sensibilizar entidades civis, movimentos sociais e partidos políticos e promover maior unidade de ação com as várias organizações sindicais. (CONCUT, 1991)

Seguindo a resolução sobre constituição de políticas públicas, definia que a central “deve elaborar propostas referentes às reformas nas áreas de política industrial, social e em todas aquelas que afetarem os níveis de emprego, salário, renda e vida do trabalhador”. Além disso, defende que se deve “reivindicar sua participação nos conselhos e fóruns de decisão públicos e o direito de acesso à informação” e organizar as secretarias nacionais da CUT para “sistematizar tais temas, criando grupos de trabalho e realizando encontros ou seminários que possibilitem a definição de propostas e ações específicas”. (CONCUT, 1991)

Dessa maneira, podemos falar do início de uma prática governamental já no governo Collor, com o sindicato direcionando toda sua estrutura para proposição de política pública e gestão governamental.

O IV Congresso foi marcado pelo acirramento das disputas entre as correntes sindicais, já anunciado pelas disputas nas eleições dos bancários de São Paulo e do Rio de Janeiro. CUT pela Base e MTS criticavam a postura da Articulação Sindical pró-entendimento nacional e de negociação. Por sua vez, a corrente majoritária justificava a necessidade de adoção de uma postura propositiva em meio ao cenário nacional e internacional.

**TABELA 22. Principais proposições da Articulação**

Balanço Político Organizativo	Art Sind defendia a negociação com base nas deliberações do III CONCUT pela definição da CUT como Central Sindical.
Filiação Internacional	Art Sind defendeu a filiação a CIOSL sob a justificativa da crise do bloco socialista e a insignificância da Central católica.
Distribuição de Cargo na Direção Nacional	Art Sind era contra a proporcionalidade qualificada.



A tensão do congresso chegou a resultar em brigas. As vitórias da Articulação Sindical se davam por pouca margem. Na votação sobre a composição da direção nacional, a primeira contagem dos votos deu empate. Na segunda contagem, o resultado foi de um voto a favor da proporcionalidade qualificada, havendo, entretanto, mais cinco votos em separado, que não tinham ainda sido apurados. Assim, o congresso terminou sem apuração dos votos. A situação só seria resolvida na reunião da Executiva Nacional, em setembro, onde 31 dos 32 membros efetivos estabeleceram um acordo com base no documento intitulado “Bases para um compromisso”, estabelecendo uma trégua entre as correntes sindicais.

Entre o IV e V Congresso, a ser realizado em 1994, a CUT se filia à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres, de uma corrente internacional politicamente social-democrata, conforme os próprios documentos congressuais da CUT apontavam.

O V Congresso é realizado entre os dias 19 e 22 de maio de 1994, em São Paulo, com 1.918 delegados. O CONCUR é marcado pela conjuntura internacional do fim da guerra fria e os planos econômicos ditados pelo FMI e Banco Mundial e, no plano interno, a implementação do Plano Real e a definição das candidaturas para as eleições presidenciais de outubro de 1994. Importante destacar que, neste congresso, não houve disputa de chapas para direção executiva nacional. Segundo a própria avaliação da direção nacional, havia um clima de maior tolerância entre as correntes internas que possibilitou: a) a elaboração de um único texto para apreciação do Congresso, subscrito pela Direção Nacional; b) apresentação de chapa única para Direção Executiva e c) unidade em torno do tema da sucessão presidencial. Lembramos que, nesse período, a esquerda partidária está com a maioria dos cargos do PT. Entre os 12 da Direção Executiva, dois eram metalúrgicos (incluindo o presidente, Vicentinho- SM-ABC); um, rural (incluindo o vice-presidente, Altemir Tortelli); um, bancário; um, economista (empresa estatal); um, do setor químico; um, metroviário; um, eletricitário; um, do setor calçadista; uma, psicóloga (da saúde pública); um, médico; uma, professora secundarista (rede pública). Entre os 12 membros, dois foram reeleitos para o mesmo posto e três foram reeleitos, mas mudando de cargo. Depois de 11 anos consecutivos, Jair Meneguelli (SM-ABC) e Avelino Ganzer (STR) saíram da direção.

Sobre o contexto geral, avalia a política de corte salariais, de aumento do desemprego, de desmonte dos serviços públicos, da privatização de estatais e da ampliação da economia especulativa. Avalia também que as consequências do processo de modernização econômica para a classe trabalhadora, como transformações da estrutura produtiva, substituem o trabalho humano por máquinas de comando numérico, além do aumento da terceirização, a transferência de unidades produtivas de um país para outro, a individualização das relações de trabalho, a segmentação do mercado de trabalho, a precarização dos vínculos trabalhistas e a ampliação do mercado informal. (CONCUR, 1994)

Sobre a situação nacional, avalia que “as ações do governo Collor, guiadas pelo receituário neoliberal recomendado pelos países centrais e pelos organismos do grande capital internacional (Banco Mundial e FMI), contribuíram para uma desorganização econômica ainda maior e para a ampliação das desigualdades sociais”. (CONCUR, 1994)

Assim, a

mudança política resultante do *impeachment* de Collor reforçou a luta para ampliar e consolidar a democracia brasileira. Teve reflexos no quadro político institucional em sentido contrário ao projeto neoliberal, que busca impedir o surgimento da cidadania plena, e também no quadro econômico institucional, colocando em pauta reformas democráticas, essencialmente distintas das propostas neoliberais. (CONCUR, 1994)

A CUT também se posiciona sobre as eleições de 1994, afirmando:

Mais do que uma escolha entre candidatos, acontece o embate entre diferentes projetos para o país. No campo conservador há uma disputa entre facções regionais das elites e entre alternativas conservadoras: o projeto neoliberal, que enfrenta resistência na sociedade para se afirmar, e o projeto de organização e atualização do capitalismo nacional, apoiado no modelo econômico e social vigente nas últimas décadas.

No campo progressista, tem-se afirmado o projeto democrático popular, explicitado na candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, cuja vitória abrirá amplas possibilidades de mudanças econômicas, políticas e sociais. Ressalte-se a ligação desse projeto à recente história de organização e luta dos trabalhadores, que levou à criação da CUT em 1983. (CONCUT, 1994)

O congresso avalia que “ao lado das lutas, das campanhas salariais e greves por melhores salários, condições de trabalho, mais emprego e liberdade sindical”, também surgiu “um projeto de sociedade mais justa, livre e democrática, através do qual os trabalhadores buscam uma vida melhor com dignidade e cidadania plena, rumo a uma sociedade socialista”. (CONCUT, 1994)

No Congresso também se delibera pela necessidade de “disputar as ideias de qualidade e produtividade” (CUT, 1994), de construir uma alternativa global de saída para a crise brasileira, “além da necessária política de resistência em defesa dos interesses imediatos frente às políticas conservadoras de estabilização” (CUT). Propõe que deve disputar reestruturação produtiva, pautando a dimensão social da política industrial.

Ainda no

que se refere à questão industrial, o principal objetivo deve ser o estímulo conjunto e articulado ao crescimento econômico, ao desenvolvimento social e à modernização produtiva, compatibilizando as necessidades da reestruturação em novas bases com uma significativa redução das desigualdades regionais e de renda. Com isso, buscase a incorporação dos trabalhadores e da massa de excluídos à condição plena de produtores, consumidores e cidadãos.

Para isso é preciso elevar os níveis de produtividade, mas com base nos investimentos, principalmente públicos, em educação, em conhecimento técnico, em saúde, em tecnologia e em pesquisa; modernizar e expandir a infraestrutura econômica e social (transportes, energia, telecomunicações, habitação e saneamento); e, principalmente, estabelecer formas democráticas e ampliadas de formulação e gestão de todas as políticas que atuam sobre o desenvolvimento industrial – a exemplo do que hoje está pautado **nas experiências das câmaras setoriais, do Conselho de Desenvolvimento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), do Conselho Consultivo dos Trabalhadores para a Competitividade (CTCOM), do Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI) e do Conselho Nacional de Informática (Corin).** (CONCUT, 1994)

Destacamos que esse é um período essencial para formação da política propositiva da CUT, na medida em que passa a participar dos conselhos tripartites e, dessa maneira, vê-se como a política governamental passa a influenciar os debates internos, ou seja, como a política governamental presente nos conselhos influenciam as práticas sindicais, o sistema cognitivo e o tipo de política que passa a ser defendido. Dessa maneira, é ainda importante destacar que é nesse período também que se estabelece uma trégua entre as correntes sindicais que disputavam a CUT.

Sobre a agricultura, os documentos expressaram os debates sobre seu desenvolvimento. Segundo o texto do congresso: “Para superar o atual quadro e promover outro tipo de desenvolvimento na agricultura é preciso, no plano interno, em primeiro lugar, recuperar a capacidade de financiamento e de coordenação do Estado. O novo modelo produtivo deve priorizar a agricultura de economia familiar, voltada para o mercado interno”.

Pela primeira vez aparece o termo “políticas públicas” nas resoluções congressuais:

O 4º CONCUR explicitou a necessidade de articular as lutas pelas reivindicações imediatas com aquelas de interesse histórico da classe trabalhadora. Assim, precisamos romper com a política contraditória da Central na luta pelos direitos sociais, pois, se de um lado, defendemos o papel do Estado para viabilizar as políticas públicas, de outro lado, nossos sindicatos são obrigados a encaminhar no dia-a-dia acordos para seguro-saúde, planos de assistência médica e escolas privadas. (CONCUR, 1994)

Como plano de ação, defende a política de “promoção do desenvolvimento: política industrial e agrícola”, onde

deve-se adotar uma estratégia centrada na complementaridade e na especialização comercial e produtiva, com ativa participação e coordenação dos Estados no estabelecimento de políticas comuns de promoção do desenvolvimento industrial e de reconversão da produção e sobretudo de políticas de emprego (aumento de postos de trabalho, formação e requalificação profissional e política de realocação de trabalhadores afetados pelas mudanças). Instalação de câmaras setoriais comunitárias, com a participação das entidades sindicais nas negociações dos acordos e definições de políticas setoriais. (CONCUR, 1994)

Ainda sobre a questão agrária, o congresso reconhece as mudanças em termos tecnológicos e de investimento pelo agronegócio e sua importância para uma balança de pagamentos positiva do país. Como orientação estratégica, defende a ocupação de espaços como Câmaras Setoriais e o Conselho de Desenvolvimento do Fundo de Amparo ao Trabalho.

O VI CONCUR foi realizado entre os dias 13 e 17 de agosto de 1997, em São Paulo, e contou com a participação de 2.140 delegados. Neste congresso, se adota a linha de “*resistência propositiva*”. Também é o primeiro congresso com a participação dos sindicatos da CONTAG. Analisa a “hegemonia do setor financeiro” e os acordos concluídos na Rodada Uruguaia do GATT, que levaram à criação da OMC. Destaca o processo de desnacionalização e compra de empresas metalúrgicas, bem como o quadro geral da América Latina. Do ponto de vista do contexto político, econômico e social nacional, é o primeiro congresso no período Fernando Henrique Cardoso (PSDB-PFL), com encaminhamento da política de privatização, como aconteceu com a privatização da Cia. Vale do Rio Doce no primeiro semestre, além das políticas de flexibilização dos direitos trabalhistas. Para a disputa da direção nacional, concorreram cinco chapas, vencendo a chapa da Articulação Sindical com 52% dos votos.

A posição de uma resistência propositiva, que significa a “ampliação da resistência contra os ataques aos direitos dos trabalhadores, a elaboração de propostas alternativas e a construção de uma política de alianças para resistir ao neoliberalismo” (CONCUR, 1997) é a vencedora no congresso.

Na análise do governo FHC, avalia que “o Plano Real é atualmente o principal condicionante à inserção subordinada do país na Globalização” (CONCUR, 1997) e que o “Plano Real não é um simples programa de estabilização de preços, mas um plano econômico que alia a estabilização a uma inserção subordinada da economia à globalização, com

impactos devastadores para a capacidade de investimentos públicos e acelera a desorganização da estrutura produtiva”. (CONCUT, 1997)

As resoluções destacam ainda que a “desestruturação produtiva está se manifestando tanto nos setores tradicionais quanto naqueles setores complexos (eletro, metalmeccânico e químico), que lideraram o crescimento industrial entre os anos 1950 e 1970, quando se localiza a parcela importante da base social que forjou o sindicalismo cutista”. (CONCUT, 1997)

Para combaterem o baixo crescimento econômico, as mudanças na organização da produção, as inovações tecnológicas, o desemprego elevado e a precarização do trabalho que colocam o sindicato na defensiva (CONCUT, 1997), é importante a “elaboração deste projeto alternativo que deve ser, na medida do possível, unitário e apontar para *a perspectiva de um desenvolvimento econômico nacional soberano, com distribuição de renda e trabalho para todos*”. (CONCUT, 1997)

A CUT destaca que “tem representantes em vários conselhos públicos, onde tem procurado disputar espaço na defesa de nossas propostas de políticas públicas. Cabe destacar alguns que tiveram maior repercussão na conjuntura vigente: o Conselho da Saúde, o Conselho de Defesa do FAT e o Conselho Curador do FGTS”.

Sobre o encaminhamento político-sindical para o período, a Central avalia:

Antes, a palavra de ordem era apenas a resistência, e a luta sindical era antes de tudo uma luta democrática. Agora, é preciso prosseguir na resistência, mas apresentando claramente as nossas propostas de classe, e contrapondo-as às propostas das elites brasileiras. Na atual conjuntura, a pura e simples negação das reformas propostas pelas elites equivale a uma posição conservadora, de manter o *status quo*, herdado dos militares e apenas parcialmente modificado pela Constituição de 1988.

Vivemos no plano econômico um tempo de abertura indiscriminada da economia, de descentralização da produção industrial, de retorno do investimento estrangeiro e de reestruturação das empresas – com a introdução de novas tecnologias e processos de organização da produção. No plano político, a palavra de ordem é a volta aos princípios básicos do capitalismo, flexibilizando e precarizando o trabalho, desregulando a economia, privatizando as empresas estatais e reduzindo os direitos conquistados pelas classes trabalhadoras.

É com essas preocupações que combinamos, desde a fundação da Central, a mobilização dos trabalhadores **com a ocupação de espaços institucionais (Codefat, o Conselho Curador do FGTS, o Conselho de Seguridade Social e o Conselho Nacional do Trabalho), de negociação ampla com o governo e o patronato, disputando, em contraposição às organizações e propostas patronais, influência junto à sociedade.** Inicialmente, lutando pela definição do princípio da representatividade como requisito básico de representação, ao lado da abertura para negociação na definição de todas as políticas que sejam do interesse da classe trabalhadora. (CONCUT, 1997)

Assim, para a CUT, “o princípio democrático da participação popular, aliado à representatividade real, deve estar vinculado à mobilização e ao reconhecimento efetivo dos conflitos” (CUT, 1997). As propostas de política industrial da central são:

“A elevação da produtividade industrial deve resultar em benefício social e não em demissão em massa de trabalhadores e crescente precarização e informalização do mercado de trabalho. Para tanto, são essenciais a ampliação dos investimentos em educação, pesquisa científica, tecnologia e formação profissional, e a reconstrução, modernização e expansão da infraestrutura econômica e social em transportes, energia, telecomunicações, habitação, saúde e saneamento.

Prioridades das políticas produtivas, em particular do complexo metalmeccânico, do químico e dos setores de fronteira tecnológica, como informática,

telecomunicações, biotecnologia, química fina, novos materiais etc.” (CONCUT, 1997)

Para efetivar essas propostas, era necessário “pressionar o governo, junto a todos os setores democráticos e populares, a reorientar a política econômica direcionando-a à promoção do crescimento econômico com equidade social, ambiental e regional”. (CONCUT, 1997)

Em relação à questão agrária, propunha uma reforma agrária com política de assentamentos, proposta para o desenvolvimento rural sustentável, ampliar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)<sup>32</sup> e o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA).<sup>33</sup> Importante destacar que o PRONAF foi criado em 1996, tendo os agricultores familiares, principalmente do sul do país, organizados no Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT) e na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), como um importante agente na reivindicação de um programa de crédito.<sup>34</sup>

Em relação à ação sindical frente à reestruturação produtiva, o entendimento da central é o seguinte:

A reestruturação industrial em curso no Brasil tem agravado a concentração de renda, a precarização e a informalização do mercado de trabalho. A Central não se opõe à inovação tecnológica, organizacional ou, em linhas gerais, à modernização industrial. As inovações podem ter um importante papel na valorização do trabalho e na redução das desigualdades sociais, de renda, regionais e culturais. (CONCUT, 1997)

#### O documento reconhece também a incapacidade do setor produtivo

em gerar empregos e incorporar parcela desse enorme contingente de excluídos do

---

<sup>32</sup> Em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi instituído oficialmente através do Decreto Presidencial n.º 1.946, de 28 de junho de 1996, sendo concebido com a finalidade de apoiar o desenvolvimento rural, tendo como fundamento o fortalecimento da agricultura familiar, como segmento gerador de emprego e renda, “de modo a estabelecer um novo padrão de desenvolvimento sustentável que vise ao alcance de níveis de satisfação e bem-estar de agricultores e consumidores, no que se refere às questões econômicas, sociais e ambientais, produzindo um novo modelo agrícola nacional” (BRASIL, 1996, p. 11).

<sup>33</sup> O Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985 com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado.

<sup>34</sup> O Fórum Sul dos Rurais da CUT realizou um seminário, em Chapecó, no ano de 1993, com o lema “Crédito de investimento – Uma luta que vale milhões de vidas”. O movimento sindical dos trabalhadores rurais passou a direcionar suas reivindicações e lutas para a chamada “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares, que seriam afetados pelo processo de abertura da economia. Com isso, as reivindicações dos trabalhadores rurais, que já haviam começado a ter voz na Constituição de 1988, ganharam destaque nas Jornadas Nacionais de Luta da primeira metade da década de 1990.

Em 1994, foi organizado o I Grito da Terra Brasil, que unificou diferentes organizações “dentro” de uma rede de pressão pluralista pró-reforma agrária (DNTR/CUT, CONTAG, MST, MAB, CNS, Coordenação das Articulações dos Povos Indígenas do Brasil e Movimento Nacional de Pescadores). A “Pauta Nacional de Reivindicações”, no que concerne à política agrícola, dirigiam-se à “construção de crédito rural diferenciado aos pequenos agricultores (recursos exclusivos, juros e prazos de pagamentos específicos); institucionalização de uma nova classificação de pequeno produtor; garantias de comercialização; políticas específicas para a borracha, o babaçu e os pescadores artesanais; suspensão e renegociação das dívidas; ampliação do prazo para a desregulamentação das tarifas de importação do setor primário para o Mercosul; destinação de no mínimo 30% dos Fundos Constitucionais para a “pequena agricultura familiar”; além de outras demandas específicas. Entre 1992 e 1996, apesar das pautas de reivindicações incluírem assistência técnica, infraestrutura, meio ambiente e tecnologia, durante as negociações, estes temas acabavam colocados em segundo plano. O ponto central era a demanda por crédito rural diferenciado. Picolotto (2011)

setor formal que não se deve somente à crescente difusão das inovações tecnológicas e ao reduzido crescimento econômico. Está associado, também, ao fato de que uma parcela significativa desse setor produtivo não tem sido capaz de se reestruturar e modernizar. (CONCUT, 1997)

Assim, aponta que “a atitude sindical, frente à reestruturação produtiva e à modernização tecnológica deve ultrapassar os preceitos da aceitação passiva ou da recusa a qualquer iniciativa das empresas em promover mudanças” (CUT, 1997) e afirma que as “experiências internacionais, nacionais e históricas têm revelado que a opção pela recusa à inovação não tem resultado em conquistas para os trabalhadores e muito menos em fortalecimento e maior representatividade dos sindicatos” (CUT, 1997) e, com isso, “facilitando a estratégia empresarial de estabelecer vínculos individuais ou mesmo coletivos diretamente com os trabalhadores em torno de consensos mínimos no local de trabalho com a consequente exclusão dos sindicatos”. (CUT, 1997). Por fim, defende que a “simples afirmação de que tais negociações são sempre uma forma de cooptação dos trabalhadores para o projeto da empresa não dá conta da complexidade desse processo e pode criar um distanciamento entre os trabalhadores e a orientação dos sindicatos”.

O VI congresso demarca a consolidação de uma inflexão em torno da política governamental e das discussões que passaram a fazer parte da própria central, ganhando centralidade no projeto cutista, tanto no local de trabalho como na subordinação à política eleitoral definida pelo partido; tanto a política eleitoral como a política de acordo por local de trabalho, que se construiu pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC através da proposição de Acordo Coletivo Especial (ACE).

Do ponto de vista da articulação e ação política, participa da Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania em abril de 1997. O congresso destaca a ação do MST na luta pela reforma agrária com a Marcha a Brasília.

O VII CONCUT é realizado entre os dias 15 e 19 de agosto de 2000, no Centro de Convenções de Serra Negra, em São Paulo, com a presença de 2.309 delegados. No Congresso da CUT de 2000, o último antes das eleições presidenciais de 2002, a principal crítica da CUT se coloca no processo de concentração de riqueza dentro do avanço do neoliberalismo e do poder financeiro, da mundialização.

O balanço político-econômico do congresso afirmava o seguinte:

Nos anos 1990, temendo a possibilidade concreta de ascensão de uma **política democrática e popular** de sustentação da candidatura Lula, as elites se uniram em torno de Collor e depois em torno de FHC (com propaganda e recursos maciços e com truques eleitorais nem sempre leais), garantindo a manutenção do controle fisiológico da máquina pública para promover o ajuste econômico que lhes interessava, como sócias subordinadas e servis do capital internacional. O aprofundamento do ajuste neoliberal, iniciado com o governo Collor em 1990 e interrompido com a reação popular que levou ao *impeachment* foi viabilizado com o **Plano Real**, seguindo o receituário imposto pelo FMI e impondo uma **política econômica de desmonte do Estado e desnacionalização da economia**, resultando na extinção de setores produtivos inteiros, gerando cada vez mais desemprego, **o individualismo e a cultura antiassociativa para minar a organização e a resistência dos setores populares**. A integração subordinada à economia internacional se dá a partir de uns poucos círculos produtivos e financeiros já vinculados ao grande capital internacional. A ação estatal se restringe a gerar superávits primários que assegurem o pagamento de juros elevadíssimos no financiamento das dívidas interna e externa. Os anos 1990 serão lembrados pela fome, a miséria, o desemprego, a violência, o arrocho salarial (com o caso extremo

do funcionalismo público com cinco anos sem reajuste de salários), a degradação dos serviços públicos, a concentração da riqueza e da renda, a desnacionalização da economia, a perda do que sobrava de soberania nacional, a transferência de patrimônio público para o grande capital (sobretudo internacional) etc. (CONCUT, 2000)

No que se referem ao Balanço Político e Organizativo da CUT, as resoluções apontam que a principal marca da atual gestão foi a afirmação de uma nova agenda sindical, a agenda de uma CUT cidadã. As resoluções políticas do IV e V Concuts culminaram na estratégia de resistência propositiva do VI CONCUT, reafirmadas no VII como estratégia de resistência ao neoliberalismo e da necessária vinculação dos interesses dos trabalhadores assalariados do setor “formal da economia” aos interesses dos mais amplos setores da classe trabalhadora e do povo oprimido. (CUT, 2000)

Continua indicando que:

Nossa atuação é condicionada pela combinação da luta institucional com as lutas de massa e pela atuação em novas frentes, agregando à nossa pauta sindical elementos essenciais para a conquista da plena cidadania, e principalmente construindo uma política de alianças com o movimento social”– sem-terra, sem moradia e outros setores oprimidos –, e com os partidos políticos de oposição para forjar uma alternativa ao governo neoliberal e suas políticas. (CONCUT,2000)

E destaca que, ao mesmo tempo, esteve no Grito da Terra Brasil e nas Marchas da Educação, que lutaram

por um Sistema Público de Emprego, com os sindicatos e a CUT atuando mais diretamente com os desempregados por meio da Central de Trabalho e Renda de Santo André, dos Laboratórios de Desenvolvimento Sustentados e Solidários da CNM/SNM/CUT, e atuando também nos setores mais marginalizados da sociedade brasileira por meio da Agência de Desenvolvimento Solidário. (CONCUT,2000)

A central indica a necessidade de reforçar o Núcleo de Negociação Coletiva, que enfrentou as dificuldades da pulverização sindical; mas, ao mesmo tempo, considera importante a campanha da Ford e a luta pelo contrato coletivo do setor automotivo. O congresso ainda avalia o aumento do desemprego, a privatização, a política de flexibilização da legislação trabalhista com manutenção da estrutura corporativa.

Como resposta ao desemprego e à informalidade, a CUT apresenta a “economia solidária” como alternativa de luta:

#### **Construir uma economia solidária**

Diante do aumento do desemprego e da informalidade, os sindicatos cutistas não podem se manter numa posição de omissão na qual a última relação que tem com os trabalhadores desempregados é a homologação da rescisão do contrato de trabalho.

**A “economia solidária” tem se apresentado como uma nova forma de se constituir alternativa de luta contra o desemprego e diálogo concreto com os desempregados e demais setores marginalizados pelas grandes cadeias produtivas.**

Sendo assim, uma estratégia inovadora da CUT no combate ao desemprego e à exclusão social é a construção de um projeto de economia solidária, visando, por meio da disseminação de empreendimentos econômicos solidários, como as cooperativas populares autênticas e de autogestão e as empresas de autogestão, ampliar as possibilidades de um desenvolvimento econômico com maior distribuição de renda e geração de novas oportunidades de trabalho, sob princípios da democracia e da autogestão. (CONCUT, 2000)

Para o meio rural foi aprovado o “Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável” e debatida uma reestruturação sindical com base na pesquisa realizada pelo projeto CUT/CONTAG, indicando a organização por local de trabalho e moradia, a necessidade de aprofundar o debate sobre cooperativa, aproximar o setor rural com o setor de alimentação e, em conjunto com a CONTAG, construir um debate sobre organização específica de agricultores familiares.<sup>35</sup>

O Congresso encaminha ainda a necessidade de “reestruturar o Núcleo de Negociações Coletivas da Executiva Nacional para permitir um melhor acompanhamento e participação da CUT e suas seções estaduais nas negociações dos diversos ramos de atividade” (CONCUT, 2000) e de “**avançar na construção de um sistema público de emprego**”. (CONCUT, 2000)

Como principal ação política sindical no congresso, de forma consensual segundo as deliberações, referenda a campanha “Fora FHC/FMI”, construída na 7ª Plenária da CUT e dá continuidade à política propositiva e à orientação de construção de um programa nacional de crescimento a ser apresentado a um novo governo.

A política de confrontação inicial do chamado novo sindicalismo está inserida dentro de uma resposta operária a um modelo de organização industrial, despótico, e à articulação de uma prática sindical em gestação no interior das diretorias combativas e do antigo PCB. Essas práticas foram retomadas pelas oposições sindicais de organização por local de trabalho. A política de resistência aberta contra o regime empresarial-militar e a burguesia, apostando nas mobilizações e greves, foi encaminhada pelo bloco combativo, composto na grande maioria pelos chamados sindicalistas autênticos, pela oposição sindical e por militantes católicos e de organizações marxistas (leninistas e trostkystas), que formaram primeiro o PT e, depois, a CUT.

A formação do PT conforma um projeto social-democrata que se consolida com a formação de uma central sindical. Em determinado momento, esse projeto suplantou uma certa prática combativa, mas isso não foi “traição”. Foi consenso inclusive das correntes que depois saíram da CUT (como MTS, surgida a partir da dissolução da Convergência Socialista, mais à esquerda), do subgrupo operário e de seu grupo dirigente no sentido da negociação, proposição e da instauração de espaços de concertação. Ao mesmo tempo, a dominância do subgrupo operário, metalúrgico do ABC, sobre o conjunto do movimento operário, social e sindical no país, é em grande parte fruto da mesma ideologia industrialista presente no marxismo, do que decorre em parte a confusão entre os interesses universais e solidários dos trabalhadores e suas mais variadas frações e deste subgrupo em particular.

O chamado “novo sindicalismo” da CUT foi construído sob a concepção social-democrata e católica na qual o centro de sua estratégia era a conquista do poder político por meio do partido e a conquista da liberdade sindical nos moldes europeus do Estado de Bem-Estar Social. A ideologia industrializadora herdada da tradição cepalina e pecebista produziu a necessidade de superar o atraso da formação capitalista, marcada pela falta de mercado interno.

Neste sentido, como vimos, o PT comportou uma tensa composição ideológica entre agrarismo milenarista, advindo especialmente dos setores do catolicismo da Teologia da Libertação, e uma ideologia industrializadora herdada da tradição cepalina e pecebista, de

---

<sup>35</sup> Segundo relatos de dirigentes de STR da base da FERAESP, a política de construção de um sindicato por ramo no estado de São Paulo foi iniciada, no entanto, segundo esses dirigentes, não contou com apoio da CUT e sofreu com a legislação sindical oficial.



superar o atraso pela ativação do mercado interno e da industrialização. Esse direcionamento em torno da gestão do desenvolvimento capitalista foi combinado com o surgimento de um neocorporativismo dos principais subgrupos das bases operárias e rurais e do sindicalismo propositivo, como desenvolvimento de um modelo social-democrata conjugando a negociação conflitiva (Rodrigues, 2009), o pragmatismo eleitoral e a ideologia industrialista. Essa perspectiva fortaleceu a integração com setores empresariais, no sentido de cogestão estatal e da aliança.

A CUT, por sua vez, tentou conciliar o industrialismo e o agrarismo. A central se consolidou na medida em que apostou no conflito em oposição à política encaminhada pela CONCLAT-CGT. Nesse momento, o conjunto dos grupos que formaram o “Bloco Combativo” em oposição à “Unidade Sindical” se solidificou em torno da construção do PT. A formação do PT e, depois, da CUT, passou a reforçar uma distinção em relação ao “sindicalismo pelego”. Consolidando o campo cutista, as divergências internas afloraram, sem contudo ter gerado cisões, pelo contrário. Estas disputas não colocaram em questão em nenhum momento a centralidade do operário e a consequente secundarização da questão agrária, nem a participação político-estatal. Importante destacar que mesmo os militantes do MOSM-SP se filiaram ao PT.

Temos, então, a formação de uma prática sindical que, a partir do local de trabalho e das diretorias combativas oriundas do sindicalismo de Estado, romperam com a completa interferência estatal sobre os sindicatos. Também é preciso destacar que os sindicalistas autênticos se opunham em grande medida às estruturas federativas e confederativas, e não aos sindicatos populistas em si, como fica claro na própria atuação da MOSM-SP. Esse saber político-sindical é constituinte do grupo dos autênticos. Esse modelo social-democrata não teve nenhum adversário político no interior da central, sendo a disputa direcionada para o tipo de intervenção político-estatal a ser feita. Um dos momentos importantes para a consolidação desse projeto foi a política de unidade de ação com a CGT no final dos anos 1980, através do Pacto de Unidade e Luta, que impactou diretamente a militância do MOSM-SP e contribuiu para a desarticulação tanto do MOSM-SP como do grupo CUT pela Base.

Por sua vez, a consolidação do campo cutista e a vitória das teses da articulação sindical desde o II CONCURT avançaram na adoção do modelo social-democrata-comunista reformista que se desenvolve como um sindicalismo propositivo. Até o II CONCURT, se produziu no interior da central a relação que delega ao PT e ao Estado a função de mudança, de maneira que essa relação se institucionaliza num modelo de constituinte-eleição presidencial como forma de ação política, propositiva, contrária ao economicismo, que seriam as ações tidas como reivindicativas, portanto, desprovidas de maior consciência política, meramente reativas.

Por fim, a partir da análise dos congressos da CUT, podemos tirar algumas conclusões: a) todas as correntes, e não apenas a Articulação, compartilharam o projeto de conquista do Estado, e a grande maioria, de noção de vanguarda operária; b) ao longo dos anos 1980, essa visão se materializou na luta eleitoral e na delegação ao partido de função central da política; c) essas são características centrais do modelo social-democrata que culminaram no sindicalismo propositivo, onde o sindicato deve ser um foco de elaboração de políticas públicas e prática governamental. Essa prática teve início ainda durante o governo Collor. A resistência propositiva é, assim, a linha final de evolução, representando a “consciência política máxima” dos trabalhadores em nível sindical.

Abaixo temos um quadro da evolução das principais proposições cutistas ao longo dos

seus congressos, que expressam em certa medida a evolução do saber político-sindical propositivo social-democrata, ou seja, a valorização da política de participação no Estado e de construção de políticas estratégicas para serem adotados pelo Estado, principalmente relacionadas à indústria, com secundarização da questão agrária.

#### QUADRO 1. PRINCIPAIS PROPOSIÇÕES DA CUT POR CONGRESSO.

Evento Ano	Político Estatal	Político Sindical	Indústria-emprego	Agrário
1983 CONCLAT		Ação direta de massa através de paralisações, manifestações, greves, controle coletivo de terras. Ação legal mediante os trâmites jurídicos e administrativos cabíveis. Em casos de greves, a CUT deverá destinar imediatamente uma parte ou o conjunto dos fundos das caixas reservas às atividades de resistência e auxílio aos grevistas.		
1984 CONCUT	Compromisso Diretas Já encaminhado pelo partido político.	Ação direta de massa através de paralisações, manifestações, greves, controle coletivo de terras. Ação legal mediante os trâmites jurídicos e administrativos cabíveis. Em casos de greves, a CUT deverá destinar imediatamente uma parte ou o conjunto dos fundos das caixas reservas às atividades de resistência e auxílio aos grevistas. Por liberdades sindicais, livre negociação e contrato coletivo de trabalho.	Recuperação das perdas salariais e aumento real dos salários; Salário-mínimo real definido pelo DIEESE.	<i>Reforma agrária imediata sob o controle dos trabalhadores. Por uma política agrícola de interesse dos trabalhadores</i>
1986 CONCUT	Pressionar o Congresso Constituinte juntamente com partidos populares. Combate ao governo Sarney. <i>O instrumento fundamental de definição do programa da classe e da estratégia política do poder são os partidos</i>	O sindicato desenvolverá uma ação sindical de combate sistemático a todas as formas de exploração, tanto na cidade como no campo, utilizando todas as formas de luta que achar oportunas e que busquem reais conquistas econômicas, políticas e sociais. Por liberdades sindicais, livre negociação	Estabilidade no emprego; fim da mão-de-obra temporária; Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.	Reforma agrária com a exigência de uma política agrícola voltada para a maioria da população.

	<i>políticos.</i>	e contrato coletivo de trabalho;		
CONCUT 1988	Nova Constituição Participar ativamente das eleições municipais Contra o Pacto Social <i>Instrumento fundamental de definição do programa da classe e da estratégia política do poder são os partidos políticos.</i> Apoio à candidatura do Lula (PT).	Unidade de ação com CGT por liberdades sindicais, livre negociação e contrato coletivo de trabalho.	Estabilidade no emprego; fim da mão-de-obra temporária; 2. Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais; controle dos trabalhadores sobre automação e novas tecnologias	<i>Reforma agrária imediata sob o controle dos trabalhadores.</i> <b>Por uma política agrícola de interesse dos trabalhadores.</b>
CONCUT 1991	Aprofundar a democracia, democratização do Estado. Reafirmar o papel insubstituível do Estado na retomada do desenvolvimento econômico e na solução dos grandes problemas sociais, alterar constituição, participação em fóruns tripartites. Políticas públicas.	Por liberdades sindicais, livre negociação e contrato coletivo de trabalho. Atuação por dentro da esfera sindical, unidade sindical, participação no V Congresso da CONTAG. Organizar os assalariados de todas as culturas e regiões do país. <b>Filiação a CIOSL</b>	A luta por 40 horas semanais <b>Fixar política industrial</b>	Reforma agrária com a exigência de uma política agrícola voltada para a maioria da população. <b>Definir um projeto alternativo de política agrícola que tenha como eixo o seguro e o crédito rural.</b>
V CONCUT 1994	Políticas Públicas Democratização do Estado Ampliação da democracia política Participação em conselhos Cidadania Plena	Organizações nacionais como Confederação Nacional Metalúrgica.	<b>Política industrial: produtividade e qualidade com questão social</b>	Reforma agrária <b>Modelo produtivo agricultura familiar para o mercado interno.</b>
CONCUT 1997 VI	Políticas Públicas Participa de Conselhos Conselhos tripartites Democratizar o Estado	Por liberdades sindicais, livre negociação e contrato coletivo de trabalho; Sindicato Orgânico <b>Resistência Propositiva</b>	<b>Elevação da produtividade industrial, priorizar cadeias produtivas, investimento estantes pesquisa e tecnologia.</b>	<b>Ampla e massiva reforma agrária com metas anuais de assentamento fixadas e negociadas.</b>

				<b>Ampliar PRONAF.</b>
CONCUT 2000 VII	Luta institucional Política Públicas Participa de Conselhos Conselhos tripartites	<b>Contrato coletivo do setor</b> automotivo sistema público de emprego Resistência Propositiva	Economia Solidária <b>Elevar produtividade, investimento ciência e tecnologia</b>	<b>Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável</b> Reforma Agrária

## 2.6 – Trabalhadores no poder: o sindicalismo propositivo

Abaixo temos as plenárias e congressos da CUT realizados durante o governo Lula. Esses são os dois principais espaços de organização e deliberação da Central. Foram eles:

**TABELA 23. Eventos da CUT no governo Lula**

ANOS	EVENTO
2003	VIII CONCUT
2005	XI Plenária da CUT
2006	IX CONCUT
2008	XII Plenária da CUT
2009	X CONCUT

No item abaixo, identificamos os principais pontos relacionados à política estatal, sindical, de emprego, industrial e agrária deliberada pelos CONCUTs durante o governo Lula (2003-2010).

**QUADRO 2. Principais políticas dos CUT – GOVERNO LULA**

CONCUT	Político Estatal	Político Sindical	Indústria-emprego	Agrário
<b>VIII (2003)</b>	Democratização e ampliação de conselhos estatais, “novo contrato social”	Contrato Coletivo de Trabalho Ramo Sindical	Economia Solidária revisão da política macroeconômica (redução dos juros) sistema público de emprego	PNRA Ampliação de Créditos do PRONAF
<b>IX(2006)</b>	Ampliação do CMN democratização do Estado-Nação Construção de Frentes Parlamentares reeleger Lula	Ampliar o Papel Negociador da CUT Acordo/Contrato Coletivo Nacional de Trabalho Ramo Sindical	Incentivo ao consumo. Incentivo a setores produtivos metas de empregos política industrial e de ciência, tecnologia,	Ampliar assentamentos apoio técnico ampliar PRONAF instituir o Programa de

		Defesa da Reforma Sindical do FNT	inovação e educação articulada apoio à economia solidária sistema público de emprego	Garantia Preços Mínimos atualizar índices de produtiva revogar MP
<b>X (2009)</b>	“Conferências Nacionais, Orçamento Participativo e participação nos conselhos das empresas, agências reguladoras, bancos públicos e a democratização do Conselho Monetário Nacional		Incentivo ao consumo. Incentivo a setores produtivos metas de empregos política industrial e de ciência, tecnologia, inovação e educação articulada apoio à economia solidária sistema público de emprego. Manutenção do Emprego. Diminuição do Superavit primário	Ampliar assentamentos apoio técnico ampliar PRONAF instituir o Programa de Garantia Preços Mínimos atualizar índices de produtiva revogar MP

É perceptível o direcionamento das discussões internas em torno das políticas a serem executadas pelo governo, principalmente industrial e de consumo, e a participação da CUT nos espaços estatais, bem como a redução da questão agrária à política de crédito.

Em 2003, no primeiro ano do governo Lula, é realizado o VII Congresso da CUT entre os dias 3 e 7 de junho de 2003 em São Paulo (SP), no Palácio das Convenções do Anhembi, com 2.712 delegados. O Congresso é realizado em meio ao encaminhamento da primeira reforma da previdência, discutida no CDES e um dos temas das cartas de concertação, que afetou principalmente os servidores públicos federais, além do início das discussões da reforma sindical e trabalhista. Três chapas disputaram as eleições para direção nacional da CUT: “Fortalecer a CUT para defender e ampliar direitos”, composta por Alternativa Sindical Socialista-ASS<sup>36</sup>, Articulação de Esquerda, Fórum Socialista<sup>37</sup>, O Trabalho e Movimento pela Unidade Socialista-MUS<sup>38</sup>”; a chapa do “Movimento dos Trabalhadores Socialistas”, impulsionada pelo PSTU; e a chapa vencedora, composta por Articulação Sindical, Corrente Sindical Classista (CSC-PCdoB) e Corrente Socialista e Democrática<sup>39</sup>. (SILVA, 2001)

Neste congresso, acompanhando as deliberações do congresso anterior, e depois de já implementada a secretaria de Economia Solidária, a central define esta como parte do núcleo central da política de desenvolvimento. Em relação à política macroeconômica, a central tem uma crítica ao envio de lucros e superávit primário e a defesa de uma política de estímulo à formação de mercado interno de consumo e massa, que necessita de grandes investimentos em infraestrutura logística. Além disso, é o primeiro congresso em que a Central reivindica a

<sup>36</sup> União das tendências do PT Força Socialista e Democracia Socialista (DS).

<sup>37</sup> A fusão entre a *Opção de Esquerda* e parte da *Vertente Socialista*, após o 8º EN do PT, deu origem ao Fórum Socialista. Hoje é a atual Militância Socialista (MS).

<sup>38</sup> Movimento pela Unidade Socialista-MUS é uma cisão do Movimento de Esquerda Socialista (MES), cisão da CST que foi uma cisão da Convergência Socialista. Atual tendência “Fortalecer o PSOL”. No campo sindical, constrói a Intersindical.

<sup>39</sup> Cisão da Alternativa Sindicalista Socialista em 2001.

“ampliação do Conselho Monetário Nacional”, que já vinha ocorrendo pelos representantes da central no CDES. Para a política econômica nacional, a CUT defendia implementar “mecanismos para o incremento da produção e para alavancar o consumo de massa no país, através do desenvolvimento industrial e do setor de serviços. Um potencial importante é o investimento nos setores de bens de consumo de massa e o fortalecimento de setores que utilizam intensivamente mão-de-obra”. (CONCUT, 2003)

O documento propõe que, além desta política, a central participe de sua adoção e da política de qualificação dos trabalhadores. Sobre a Reforma Agrária, as resoluções apontaram: “o fim do Banco da Terra; a antecipação do governo Lula às ocupações, fazendo um levantamento, a partir dos movimentos sociais e sindicais ligados à luta pela terra (MST, Contag, sindicatos), das terras aptas para a reforma agrária, construindo a infraestrutura antes mesmo de as famílias serem assentadas; a luta pela reforma agrária, com debate sobre o papel social da terra; a disponibilização das terras improdutivas, devolutas e das terras utilizadas para o plantio de drogas, para fins de reforma agrária”. (CONCUT, 2003)

Antes ainda de acontecer o congresso, os debates na Direção Executiva Nacional da Central focam na questão do Estado, Desenvolvimento e Política Social e passam a organizar eventos para fazer esse tipo de debate.

Em seu congresso, a CUT afirmou:

A reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar estão entre as medidas essenciais para dar um novo rumo ao país, que recoloca o Brasil no caminho do desenvolvimento sustentável com crescimento econômico e distribuição de renda. A reforma agrária e a mudança de política agrícola são necessárias para que a agricultura produza alimentos para o mercado interno, ajude a eliminar a pobreza e a desigualdade social no meio rural e seja um fator de desenvolvimento social para o meio rural e o meio urbano. (CONCUT, 2003)

A principal estratégia definida pela central foi a formulação de um Plano Nacional de Reforma Agrária e a articulação junto ao Congresso Nacional para revisão da legislação agrária, como o critério do não cumprimento das legislações ambiental e trabalhista para desapropriação de terras e a revisão do ITR. Além disso, as resoluções do congresso indicaram uma série de adequações internas da estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do próprio Estado para gestão da reforma agrária.

Em sua resolução sobre o plano de luta 2003-2006, a central declarou:

Entendemos que a CUT, a partir da posição de uma central sindical autônoma, deve intensificar o processo de debates e formulações sobre a atual agenda política, econômica e social, como condição necessária para avançar na sua unidade interna, fundamental para tornar ainda mais consistente o processo de mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como a construção de alianças sociais, visando conquistar um novo padrão de desenvolvimento econômico e social. (CONCUT, 2003)

Mantendo as deliberações de seus primeiros congressos a respeito da ação política, a congresso de 2003 delibera:

A CUT se empenhou na vitória da candidatura Lula para derrotar o continuísmo nas eleições presidenciais. A CUT deve, agora, empenhar-se para que o governo federal corresponda ao anseio da população por um novo modelo econômico que supere a herança trágica do neoliberalismo e por outra relação entre poder político e cidadania baseada na transparência e na participação popular. Um **novο contrato social** que favoreça o nascimento de uma cultura política de defesa das liberdades civis, dos direitos humanos e da construção de um país mais justo econômico e

socialmente pode possibilitar a democratização da sociedade e do Estado, combatendo o autoritarismo, os privilégios, o clientelismo e a corrupção. (CONCUT, 2003)

A central mantém sua mobilização direcionada para a campanha eleitoral e política do PT, centrada na conformação de um pacto social e de uma política de crescimento econômico no capitalismo. Também reafirma a política de concertação delineada no CDES pelas cartas de concertação logo nos primeiros meses do governo Lula. O congresso define a defesa de uma “política voltada para a retomada do **crescimento econômico e do emprego, baseada nos efeitos dinâmicos de um novo modelo e nos estímulos ao mercado interno de consumo em massa**, necessita reduzir, acelerada e drasticamente, a vulnerabilidade externa da economia e a dependência do país em relação ao capital financeiro internacional”. (CONCUT, 2003)

As deliberações congressuais determinam a construção de um projeto de crescimento econômico a ser construído conjuntamente dentro de espaços institucionais a serem fortalecidos ou criados dentro da estrutura administrativa do Estado. Nesse sentido, continua o documento:

A construção de um projeto alternativo ao neoliberalismo implica a democratização da vida social e política, com o fortalecimento e a criação de **espaços institucionais de participação da sociedade, a exemplo dos Conselhos de Políticas públicas e Fóruns**. Esses espaços possibilitam a explicitação de conflitos e da disputa com as elites dos setores da indústria, do comércio, do sistema financeiro, da agricultura, enfim, elites que historicamente resistiram à busca de um amplo espaço de negociação, sobretudo pautado pela transparência. Além disso, é essencial avançar para a criação de espaços políticos de participação popular e democracia direta, para além da representação institucional dos setores organizados, o que requer uma firme disposição de alterar os padrões atualmente vigentes para a comunicação de massas. (CONCUT, 2003)

O projeto cutista passa pela “ampliação” das esferas estatais e a constituição de um grande mercado de massa. Também é importante destacar que o documento destina a campanha Fome Zero como projeto global que significava: “A campanha Fome Zero deve se constituir em uma política de efetiva segurança alimentar, trazendo no seu bojo a denúncia de concentração de rendas e de terras, das políticas agrícolas discricionárias e reforçando a luta por um projeto de desenvolvimento sustentável e de geração de trabalho e renda”. (CONCUT, 2003)

No mesmo documento, a sua participação política é definida da seguinte maneira: “A CUT, com o objetivo de desenvolver negociações com os patrões e o governo, sem nenhuma imposição ou limitação prévia, participará de atividades com as centrais sindicais e entidades patronais promovidas pelo novo governo”. (CONCUT, 2003)

Neste tópico, a Central destaca que não aceita “o congelamento de salários” e estabelece os seguintes pontos políticos a serem encaminhados nas suas ações:

- a) Incentivar as cooperativas de produção e autogestão, abrindo possibilidades para que os trabalhadores se tornem os donos de seus meios de produção, combatendo as falsas cooperativas, que existem com o objetivo de fraudar direitos.
- b) Combater a informalidade e as péssimas condições de trabalho, com fiscalização efetiva do Ministério do Trabalho.
- c) Combater a terceirização e exigir a realização de concursos públicos, especialmente para as áreas de Saúde, Educação e Previdência Social.

d) Lutar pela reforma agrária, cumprindo-se o papel social da terra e disponibilizando terras ociosas, devolutas e aquelas utilizadas para plantio de drogas.

e) Lutar pelo fim da impunidade no campo e das perseguições a militantes e dirigentes sindicais. (CONCUT, 2003)

Novamente, o documento destaca que a “construção da sociedade socialista, democrática, justa e igualitária” se construirá da seguinte maneira:

**disputando concepções, políticas e projetos em todos os âmbitos sociais”– no Estado, na relação com o capital e o empresariado, e com outras centrais sindicais, estabelecendo um marco de alianças com a sociedade civil organizada no campo democrático e popular.** A democratização do Estado, com reflexos importantes nos sistemas de regulação das relações sociais em geral— formas coordenadas de sociabilidade e participação e ampliação do acesso a bens e serviços, e das relações entre capital e trabalho—, com a democratização das relações nos locais de trabalho e nos estamentos jurídicos estabelecidos, é uma disputa de concepção de sociedade e de papel do Estado a ser travada em várias frentes. (CONCUT, 2003)

A ação política sindical da CUT não é tratada simplesmente de modo a negociar com interlocutores, como o Estado, empresas e federações patronais; podemos dizer que o próprio documento expressa a completa integração e participação institucional da CUT nos fóruns criados pelo governo em prol da concertação, já em curso desde o IV Congresso, em 1992, mas em prática já no governo Collor (1990-1992). O avanço para outra sociedade passa por um processo de democratização a ser negociado e debatido nas esferas estatais e com agentes da sociedade civil. É o Estado que deve garantir o próprio processo, ampliando suas esferas para o conjunto da “sociedade civil”. Assim, as ações políticas da Central passam rapidamente ao campo da institucionalidade, do Estado, consolidando, assim, a política propositiva de participação política estatal. O documento afirma:

d) Organizar nossa intervenção junto ao Congresso Nacional e ao Executivo, visando garantir nossas propostas no orçamento federal: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual; assim como o acompanhamento da implementação do orçamento. Orienta-se que nos estados e municípios o mesmo procedimento seja adotado.

e) Intensificar a participação da CUT nos conselhos de gestão das políticas públicas e buscar a redefinição dos marcos de participação para uma democracia substantiva. **Incentivar as cooperativas de produção e autogestão, abrindo possibilidades para que os trabalhadores se tornem os donos de seus meios de produção, combatendo as falsas cooperativas, que existem com o objetivo de fraudar direitos. Lutar pela reforma agrária, cumprindo-se o papel social da terra e disponibilizando terras ociosas,** devolutas e aquelas utilizadas para plantio de drogas. (CONCUT, 2003)

O Sindicalismo Propositivo ganha corpo desde a fundação da central e vai se consolidando com as seguidas vitórias da Articulação Sindical, no seio da central, e da Articulação dos 113, no seio do Partido dos Trabalhadores (PT), com a defesa e ampliação da “cidadania dos trabalhadores”. Neste sentido, as principais deliberações congressuais no primeiro ano do governo do PT são as seguintes:

Envolver os diversos setores estaduais da CUT em um espaço permanente de debate, na formulação e atuação conjunta nas políticas públicas, visando à otimização de esforços; na democratização do Estado em todos os níveis; na definição e na defesa



de critérios e instrumentos de gestão e controle social; e na participação em conselhos de gestão de políticas públicas.

Organizar nossa intervenção junto ao Congresso Nacional e ao Executivo, visando garantir nossas propostas no orçamento federal: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual; assim como o acompanhamento da implementação do orçamento. Orienta-se que nos estados e municípios o mesmo procedimento seja adotado.

Formular propostas concretas para políticas de financiamento público em geral, e do uso de fundos públicos em particular, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

**Intensificar a participação da CUT nos conselhos de gestão das políticas públicas, e buscar a redefinição dos marcos de participação para uma democracia substantiva.** (CONCUT, 2003)

Todos esses pontos indicam o direcionamento da central para disputa institucional, coroando o processo de integração sistêmica já em curso mais claramente desde o II CONCUT, em 1986. A construção do sindicalismo propositivo ao longo dos anos 1980 e 1990 significou a conjugação de uma política que avança a negociação corporativa (OFFE, 1989), na pressão parlamentar e no pragmatismo eleitoral. A vitória do Partido dos Trabalhadores, principal e majoritária força política no interior da central, determina como política de intervenção nesses espaços se ater às seguintes diretrizes econômicas:

Um potencial importante é o investimento nos setores de bens de consumo de massa e o fortalecimento de setores que utilizam intensivamente mão-de-obra. Visando à superação das desigualdades regionais e à criação de empregos diretos e indiretos, e pelo potencial de desenvolvimento econômico, a CUT considera que uma das possibilidades é que a Petrobras, em sua política de investimentos, deve priorizar a construção imediata de uma refinaria do Nordeste. (CONCUT, 2003)

A CUT sustenta e apoia a política econômica de criação de um mercado de massa e de apoio e fortalecimento de políticas de criação de empregos em setores que utilizem muita mão de obra, sem, no entanto, colocar como central no documento os baixos salários para o conjunto da classe trabalhadora, a manutenção do amplo mercado informal e a questão da concentração fundiária – todos os problemas crônicos da persistência da desigualdade social brasileira.

A grande maioria das proposições acerca da reforma agrária e da questão da terra se coloca no plano da disputa eleitoral e dentro dos órgãos do Estado. Entretanto, aproximadamente 15 páginas de resoluções do congresso foram destinadas ao tema da reforma agrária e da luta no campo. Além de mencionada no título das resoluções cinco vezes, o tema “reforma agrária” foi mencionado no documento final 67 vezes. Sempre destacado como mecanismo de compensação social e de uma dívida histórica.

O termo é utilizado no tópico inicial “O papel da CUT em relação ao governo Lula e a luta pela superação do modelo econômico neoliberal”, na página 12, da seguinte maneira:

Se a CUT, no seu último congresso, levantou *o Fora FHC e o FMI*, a continuidade desta luta, agora que o povo brasileiro derrotou o candidato de FHC, afirmando seu repúdio à política que levou o país à crise atual, é o combate à continuidade da tutela do FMI sobre a política econômica e contra a aplicação de suas *receitas*. O país não pode sair da crise continuando com a mesma política que o levou à situação atual. Por isso a CUT defenderá medidas que sinalizem um novo rumo para a economia, para garantir o crescimento econômico e a distribuição de renda com a geração de empregos, o aumento do investimento público nas áreas sociais como educação,

saúde, habitação, saneamento básico, a realização de ampla reforma agrária, a erradicação do analfabetismo, da fome e da miséria que atingem milhões de famílias brasileiras. (CONCUT, 2003)

Novamente a resolução, como nos congressos anteriores, destaca a “construção de uma outra política econômica e social” a ser encaminhada e disputada, neste caso, no interior do Estado. Depois, no tópico intitulado “Desenvolvimento, emprego e renda”, na página 29 das resoluções congressuais, o principal destaque é o desenvolvimento de uma economia solidária para articular a agricultura com a indústria via a Agência de Desenvolvimento Solidário, criada em 1999. Para que a agência se desenvolva, indica a necessidade a acesso a políticas públicas adequadas.

Em seguida, no mesmo tópico o documento aponta na página 33 as reivindicações históricas e as discussões em torno do tema que se desenvolviam no interior da central:

**A reforma agrária é um direito e uma reivindicação histórica dos trabalhadores.** Junto a esta luta, para consolidar uma proposta de desenvolvimento baseada nos princípios acima apresentados, uma série de políticas deverá ser executada, tanto no âmbito agrário como no agrícola: políticas de assistência técnica, pesquisa e ensino; políticas de crédito e fomento; desenvolvimento da produção agroecológica e orgânica; políticas de incentivo à agroindústria familiar; políticas de apoio à comercialização; programa de habitação e políticas de educação para o meio rural; seguro agrícola, programa que substitua o uso de combustíveis à base de petróleo por combustíveis vegetais (a partir do óleo de mamona, dendê ou girassol) ou o álcool de cana-de-açúcar; fundo de aval, certificação dos produtos, eletrificação rural, garantia de preço mínimo da produção, armazenamento, aproveitamento da mão-de-obra técnica disponível, investimento em qualificação profissional; entre outras. Além dessas, implementar uma política de aquicultura nos estados litorâneos, aproveitando as experiências de Santa Catarina com a maricultura e do Nordeste com a criação de lagosta.(CONCUT. 2003)

Como política para encaminhar todas essas questões, o documento de resolução do congresso apostava na criação de conselhos municipais, estaduais e federal de controle das políticas implementadas para anteriormente em escala regional

Devemos, portanto:

- a) Propor, incentivar e reivindicar políticas públicas de crédito, capacitação, assistência técnica, desenvolvimento tecnológico, promoção de mercados e políticas de desenvolvimento local, essenciais para criar condições mais adequadas para uma inserção equitativa dos empreendimentos solidários no mercado.
- b) Incentivar as formas autônomas de organização dos trabalhadores, reivindicando a definição conjunta com o Ministério do Trabalho e o Ministério Público de critérios claros e objetivos para a fiscalização das cooperativas.
- c) Reivindicar mecanismos eficazes de controle, fiscalização e coibição às cooperativas e *fundações* criadas por empresas cuja única finalidade é reduzir os custos do trabalho, reduzindo os direitos dos trabalhadores e precarizando as relações de trabalho.
- d) Propor e reivindicar alterações na Lei de Falências e na legislação e regulamentação do sistema financeiro, visando ao fortalecimento e à livre organização dos trabalhadores em empreendimentos coletivos.
- e) Aprofundar a formulação do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, propiciando um processo da transformação alicerçado e focado principalmente na economia familiar. (CONCUT, 2003)

Neste sentido, avança a política de proposição para as esferas estatais. Neste caso

específico da agenda da agricultura familiar, isso acontece com a justificativa de ser um modelo econômico alternativo ao neoliberalismo.

Dessa maneira, a ação política propositiva da central tem importância determinante para a consolidação da concertação; por outro lado, as demandas no interior dos espaços estatais também determinaram as mudanças no interior da Central, como, por exemplo, as discussões a serem feitas, os espaços de discussão, os encaminhamentos e alianças a serem realizadas para pressionar por suas políticas.

Depois, o tema é retomado no tópico, na relação com outros setores da sociedade, da seguinte maneira:

Com a vitória de Lula e o fortalecimento da base social que o apoiou, abre-se no Brasil uma grande possibilidade para avanços nos direitos sociais, econômicos e democráticos. Para conquistar esses direitos (emprego, reforma agrária, saúde, educação, segurança, entre outros) e mudar o rumo da economia nacional, o movimento popular deverá assumir uma grande responsabilidade histórica, que consiste na capacidade de lutar e mobilizar os trabalhadores e o povo em geral para realizar as mudanças necessárias. Portanto, o avanço do **projeto de desenvolvimento nacional com distribuição de renda** somente será possível com intensa mobilização popular. (CONCUT, 2003)

Portanto, o CONCUT de 2003 marca o coroamento da ação política propositiva da central, sem contudo definir claramente o marco desse “projeto nacional”. Na página 77, é iniciado o tópico “Reforma agrária agrícola”, onde primeiro se faz uma análise da violência no campo e da necessidade de que,

desta maneira, a luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e demais setores comprometidos por uma reforma agrária ampla não deve abdicar de suas principais bandeiras: revogação de uma legislação anacrônica, solução para os acampamentos, fim da prisão indiscriminada. Por outro lado, é necessário que os movimentos **se instrumentalizem para discussões acerca da qualidade dos assentamentos e seu papel no desenvolvimento econômico e social das famílias beneficiadas e das regiões onde estão instalados.** (CONCUT, 2003)

Da mesma forma, a indicação da central é de construção de um novo aparato conceitual para reforçar novos discursos e práticas a serem encaminhados em espaços sociais e políticas que necessitam de uma nova convenção social.

Por outro lado, indicava a necessidade de continuar as lutas jurídicas, que, na avaliação do congresso, favorecia os “latifundiários”, mas que era necessária realizar revisões constitucionais para fins da reforma agrária. As principais proposições relativas à questão agrária a serem encaminhadas pela CUT foram:

- O **fim do Banco da Terra**; que o governo Lula se antecipe às ocupações, fazendo um levantamento, a partir das entidades ligadas à luta pela terra (MST, Contag, sindicatos), das terras aptas para a reforma agrária, construindo a infraestrutura antes mesmo de as famílias serem assentadas.
- Lutar pela reforma agrária, com debate sobre o papel social da terra; **disponibilização das terras improdutivas, devolutas e das terras utilizadas para o plantio de drogas, para fins de reforma agrária.** (CONCUT, 2003)

O documento retoma algumas das reivindicações em curso nos congressos anteriores e conclui indicando as seguintes medidas dentro do âmbito institucional para se alcançar a “cidadania”:

É urgente a revisão deste entendimento jurídico, pois os recursos despendidos com

juros compensatórios encarecem a reforma agrária, que, afinal, é paga pelo trabalhador rural sem terra e por todos os trabalhadores. **Da mesma forma, é urgente a revogação dos parágrafos 6º, 7º, 8º e 9º do art. 2º da Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993,** que veda a vistoria de imóveis ocupados, premiando com a exclusão sumária do Programa de Reforma Agrária áreas improdutivas e punindo os trabalhadores rurais, também, com a exclusão. Esta medida não encontra fundamentação jurídica na Constituição Federal e afronta princípios fundamentais da pessoa humana.

Questões relativas ao conceito de pequena e média propriedade, notificação prévia do desapropriado também precisam ser enfrentadas, pois retardam os procedimentos para desapropriação de imóveis improdutivos, sacrificando ainda mais os trabalhadores que dependem da reforma agrária para alcançar cidadania. (CONCUT, 2003)

As resoluções do congresso apontam no sentido do aumento da ação sindical em direção ao Estado. O tema “reforma agrária” volta no tópico “Populações tradicionais e reforma agrária”, na página 77, em que, depois de se avaliar a política de regularização fundiária e acesso a créditos e outros programas para pequenos agricultores, indica-se que as ações direcionadas para garantir a posse e o uso de suas terras, bem como políticas públicas destinadas à sustentabilidade das comunidades, podem e devem ser desenvolvidas pelo MDA/Incrá. Novamente, a recomendação congressional da CUT se direciona a políticas institucionais no sentido de modificações das agências estatais.

O tema volta a ser indicado no tópico sobre Fome Zero, com um ponto do enfoque não assistencialista do programa e, ao mesmo tempo, a orientação de participação da central no programa governamental. Destaca o programa como um “grande movimento de inclusão social e resgate da cidadania através do combate ao analfabetismo, da formação profissional, da facilitação do acesso ao microcrédito, entre outras medidas” (CONCUT, 2003) e, por fim, propõe para a central: 1. Manifestar “seu apoio ao mutirão nacional de combate à fome anunciado por Lula.” 2. Orientar “suas entidades filiadas a participarem desta iniciativa em suas regiões e municípios”. (CONCUT, 2003)

No tópico intitulado “Diretrizes para uma nova política de reforma agrária”, o documento mantém diretriz para o desenvolvimento sustentável com crescimento econômico e distribuição de renda, e aponta, genericamente, a reforma agrária e o fortalecimento da “agricultura familiar” como medidas essenciais. Para isso indica que é “preciso reafirmar o papel fiscalizador e interventor do Estado para a correção das distorções fundiárias e agrárias decorrentes de altos índices de concentração da terra e, fundamentalmente, do não cumprimento de sua função social”. (CONCUT, 2003)

Para isso propõe que há “que se garantir um forte e amplamente negociado processo de planejamento da reforma agrária, revendo-se conceitos, objetivos e estratégias, de forma a ampliar e compatibilizar a reforma agrária a uma nova realidade brasileira, com a participação da CUT e a elaboração de propostas na formulação do Plano Nacional de Reforma Agrária”.

Além de se ater a questões legislativas e mudanças técnicas, como assistência técnica, extensão rural, crédito rural subsidiado e a questão do tamanho da propriedade, o documento propõe

alçar a reforma agrária aos níveis de prioridade política de governo **mediante a formulação e envio ao Congresso Nacional de projeto de lei elaborado a partir da revisão e consolidação da legislação agrária, fruto de um amplo debate entre as instâncias de governo federal, estadual e municipal, nos âmbitos dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, bem como da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais.**

Desenvolver de forma integrada o planejamento, a execução e o monitoramento da reforma agrária ao conjunto de políticas fundiária, agrícola, social, ambiental, propiciando patamares adequados para a qualidade de vida do público-alvo, mediante o desenvolvimento sustentável de todo o contexto territorial em que vivem e não apenas nos projetos de assentamento. Neste sentido, a educação ambiental é fundamental para valorizar a agricultura orgânica, pôr fim ao uso abusivo de venenos e proibir a entrada desses produtos no Brasil. (CONCUT, 2003)

Neste sentido, a principal proposta encaminhada tem como objetivo construir uma proposta no âmbito governamental e da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais para discussão e aprovação nas esferas do poderes estatais.

Por fim, na parte intitulada “*Políticas para a efetivação da reforma agrária*”, a resolução consolida suas proposições institucionais dividindo da seguinte maneira: políticas de acesso à terra, políticas de obtenção e disponibilização de terras, políticas de desenvolvimento territorial e social, políticas para a sustentabilidade dos assentamentos, ações afirmativas e gestão da reforma agrária.

Sobre a política de acesso à terra, as reivindicações de base legal se destinam a:

revisão do ITR
revisão de legislação agrária
revogar a Medida Provisória 2.183
extinguir o Banco da Terra
revisar a legislação que trata imóveis onde exista trabalho escravo, infantil ou de cultivos ilegais, visando ao confisco integral para fins de reforma agrária

Posteriormente, são propostas dez políticas de obtenção e disponibilização de terra, que basicamente são propostas de caráter administrativo, político e jurídico, como uniformização de vistoria e para avaliar imóveis; depois, um ponto sobre políticas de desenvolvimento territorial e social, que estabelece basicamente a proposta de melhoria e capacitação do INCRA, como definir políticas de apoio e fortalecimento da agricultura familiar, implementar medidas mitigadoras para a realidade de agricultores afetados por obras e empreendimentos e “políticas para a sustentabilidade dos assentamentos”.

Sobre “gestão da reforma agrária”, as resoluções indicam a elaboração de bases para implementar um modelo de reforma agrária descentralizado, novamente indicações de arranjos institucionais, criação de comitês envolvendo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e beneficiários.

No final das resoluções, no ponto intitulado “Plano de Lutas”, estabelece a seguinte avaliação:

A recuperação da capacidade do Estado de investir em políticas de desenvolvimento e de geração de trabalho, emprego e renda; e a defesa da economia nacional no novo contexto do mercado mundial. Intensificar o processo de formulações e a luta por um novo padrão de desenvolvimento econômico e social sustentável – baseados na valorização do trabalho; ampliação dos direitos sociais e trabalhistas; uma política de distribuição de renda sustentada nas premissas de justiça social e na solidariedade; recuperação da capacidade do Estado de investir em políticas de

desenvolvimento e de geração de trabalho, emprego e renda; e defesa da economia nacional no novo contexto do mercado mundial. A partir da estratégia aprovada sobre desenvolvimento, emprego e renda e políticas de emprego e renda e sistema público, a *Executiva Nacional da CUT deve formular uma agenda que possibilite um processo de debates e intervenções articulados entre todas as instâncias da central.* (CONCUT, 2003)

Este ponto é interessante, pois, no Plano de Luta, há a indicação de construção pela executiva nacional de uma agenda a ser proposta ao Estado para o desenvolvimento e geração de trabalho, emprego e renda e a defesa da economia nacional no novo contexto do mercado mundial. Novamente retoma aqui uma política de pacto social e de desenvolvimento nacional, que é entendido como industrialização e atendimentos a parcelas da Central. Concentra-se na gestação de um plano de governo a ser destinado ao grupo dirigente que está no Estado.

O documento segue afirmando que a implementação do Plano de Lutas é fundamental para

um novo marco de desenvolvimento econômico e social, que tenha por base: a **valorização do trabalho**; a ampliação dos direitos sociais e trabalhistas; uma política de distribuição de renda sustentada nas premissas de justiça social e na solidariedade; a recuperação da capacidade do Estado de investir em políticas de desenvolvimento e de geração de trabalho, emprego e a defesa da economia nacional no novo contexto do mercado mundial. (CONCUT, 2003)

Neste sentido, o Plano de Lutas da CUT indica primeiramente estes pontos genéricos:

- a) Desmistificar a lógica e a eficiência das bases e das políticas neoliberais para a superação das dificuldades econômicas e sociais dos países em desenvolvimento.
- b) Possibilitar a construção de propostas alternativas de desenvolvimento econômico e social, visando à consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática e com justiça social.
- c) **Construir as condições necessárias para as mudanças de que o Brasil necessita, sob a ótica dos trabalhadores e trabalhadoras, a partir de uma aliança política e cultural com os setores que se identificam no campo democrático e popular.** (CONCUT, 2003)

Destaca-se a proposta de uma vinculação de projeto alternativo dentro do capitalismo com vistas a uma articulação que avance na democratização do Estado e na efetivação dos direitos do trabalhador-cidadão. Para isso estabelece como ações prioritárias:

1. O processo de formulações e a luta por um novo padrão de desenvolvimento econômico e social sustentável (...)
2. Envolver os diversos setores e estaduais da CUT em um espaço permanente de debate, formulação e atuação conjunta nas políticas públicas, visando otimizar esforços na luta pela democratização do Estado em todos os níveis, na definição e defesa de critérios e instrumentos de gestão e controle social e para a participação nos conselhos de Gestão de Políticas públicas. (...)
3. Organizar a intervenção da CUT junto ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo (...)
4. Dar continuidade ao processo de disputa sobre o conteúdo das reformas – previdenciária, tributária e fiscal, agrária e agrícola, sindical e trabalhista —, explorando as contradições presentes nas propostas em debate na sociedade e garantindo a estratégia aprovada no 8º Concuto, cuja essência reside na compreensão. (CONCUT, 2003)

Podemos perceber que a construção da prática política e do saber sindical se direcionam com posições para a “democratização” do Estado, a formulação de políticas

públicas junto aos órgãos estatais e de pressão junto ao Congresso Nacional. O ponto dois é sintomático para entender todo esforço que a central passa a fazer para participar dos espaços estatais. É neste documento que a CUT indica a participação tanto no CDES como no Fórum Nacional do Trabalho.

O IX CONCUT (2006) ocorreu entre os dias 5 e 9 de junho no Anhembi, em São Paulo, com 2.491 delegados. É o primeiro congresso sem sindicatos nacionais da educação federal, ANDES e SINASEFE, que participaram da construção de outra central sindical, a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), impulsionada pelo PSTU. No contexto interno, o governo passava pela crise do chamado “Mensalão”, em 2005. Neste sentido, a Central reafirmou sua defesa e apoio ao governo Lula. Para disputa da direção sindical, se inscreveram três chapas: a Chapa 1 (Intersindical<sup>40</sup>), que obteve 6,4% dos votos; a Chapa 2 (CSC-PCdoB, O Trabalho, Articulação de Esquerda e Tendência Marxista), que obteve 24,2% dos votos; e a Chapa 3, vencedora, composta pela Articulação Sindical e pela CSD (tendência do PT “Democracia Socialista”), que recebeu 69,04 % dos votos, elegendo Arthur Henrique (APEOSP) como presidente da CUT.

**TABELA 24. IX CONCUT (2006)**

Correntes	Votação
Intersindical	6,4%
CSC-PCdoB, O Trabalho, AE e TM	24,2%
Articulação e CSD (DS)	69,04%

Neste congresso, o termo “reforma agrária” contava apenas no subtítulo do EIXO 3: “Democratização do Estado, Políticas Públicas e Universalização de Direitos, na parte intitulada Frentes Parlamentares: habitação rural, agricultura familiar e reforma agrária.” No total o termo constava 11 vezes no documento final. Mais do que no congresso anterior, o termo “reforma agrária” vem associado a uma política social praticamente compensatória a ser encaminhada pelas mudanças legais.

Não existe por parte da Central um balanço crítico do encaminhamento das suas próprias reivindicações e muito menos da situação de inserção internacional do Brasil na divisão internacional do trabalho. As resoluções reafirmam algumas reivindicações para o avanço do desenvolvimento, como a combinação de meta inflacionárias com metas de crescimento e de emprego e correção na tabela do Imposto de Renda, que atinge diretamente

<sup>40</sup> A Intersindical foi formada em março de 2006 a partir do PCB, de correntes ligadas ao PSOL e ASS. Em abril de 2008, durante o 2º Encontro Nacional, ocorreu uma cisão devido ao posicionamento de fusão com a Conlutas para formação de uma nova central sindical. O setor contrário organizou a Intersindical – Instrumento de Luta da Classe Trabalhadora, e o setor favorável criou a Intersindical, Instrumento de Luta e Construção de uma nova Central. Este setor, majoritariamente composto por integrantes do PSOL, participou do Congresso de fundação da CSP-Conlutas em 2010, realizado em Santos. No entanto, a fusão não se confirmou, apesar da dissolução da Conlutas, em um congresso também em Santos, um dia anterior ao congresso de unificação. As discussões sobre a participação estudantil na nova central também foram tensas, conformadas em três blocos: a esquerda, União Popular Anarquista (UNIPA) e Liga Bolchevique Internacionalista (LBI), defendendo a ampla participação estudantil, a direita Intersindical e CST contrários a participação e, no centro, o PSTU, defendendo uma quota de 10%. Depois dos debates, venceu uma proposição de uma quota de 5%. Posteriormente se iniciaram as discussões sobre o nome da nova central. Sob acusações mútuas de personalismo e burocratas entre o setor majoritário da Conlutas, PSTU e a Intersindical, a unificação não se realizou, tendo a Intersindical e CST se retirado do congresso. Assim, foi fundada a Central Sindical e Popular – Conlutas. (CSP-Conlutas), com participação do MTL-PSOL, Pastoral Operária e MTST.

os metalúrgicos, particularmente do ABC paulista, subsetor do operariado que é uma das suas principais bases sociais. Também defendeu a ampliação do Conselho Monetário Nacional (CMN), incluindo a participação da central na gestão da política monetária do Estado, a defesa da redução da jornada de trabalho sem redução de salário, o incentivo às políticas de PLRs e Imposto Solidariedade sobre Grandes Fortunas. Neste sentido, mantém as reivindicações sindicais que vinha realizando ao longo dos anos 1990, como PLR.

O título inicial do documento é “Eleições 2006 – o papel da CUT frente aos projetos políticos em disputa, *para impedir o retrocesso e avançar nas mudanças, reeleger Lula presidente*”. Neste documento, a principal crítica é relativa a aspectos da política macroeconômica, que representariam uma limitação importante às mudanças, como o esforço para alcançar os superávits primários e as altas taxas de juros.

A primeira menção ao tema aparece dentro do tópico *Plataforma Democrática da Classe Trabalhadora, no subitem “Pelo Desenvolvimento com Distribuição de Renda”*. Destacamos aqui os pontos econômicos e a respeito da questão agrária:

- implementação de uma política de redução do superávit fiscal e das taxas de juros para ampliar o crescimento econômico e garantir distribuição de renda;
- ampliação e democratização do Conselho Monetário Nacional, incluindo representantes dos trabalhadores (as) e de outros setores produtivos;
- (...)
- estabelecimento de meta anual de crescimento e emprego (com a mesma importância e centralidade das metas de inflação para as políticas governamentais);
- atualização anual da tabela de imposto de renda, com a recuperação dos reajustes do período em que a tabela ficou “congelada”;
- defesa de uma ativa política industrial e de ciência, tecnologia e inovação, que preparem o país para atuar em segmentos dinâmicos e de ponta e que agreguem valor e intensidade tecnológica à produção industrial. Valorização dos centros de produção de conhecimento científico e tecnológico;
- (...)
- aceleração da reforma agrária. Realização, com a ampliação de assentamentos, distribuição de terras com apoio técnico e financiamento subsidiado à agroindústria cooperativada para a pequena propriedade e incremento da política de apoio à agricultura familiar;
- apoio à economia solidária através da criação de linhas de financiamento mais adequadas às cooperativas autênticas e nova regulamentação para esses tipos de empreendimentos; (CONCUT, 2006)

Este ponto destaca fundamentalmente as políticas macroeconômicas que o governo deveria tomar e a ampliação de espaços estatais para participação dos movimentos sociais, mantendo e desenvolvendo a política de “democratização” do Estado e avanço da cidadania. A ampliação da CMN tem, a nosso ver, um peso nas proposições e intervenções no CDES, como veremos no capítulo 4, devido à política de “democratização” e ao peso do setor bancário no interior da central em termos de importância política, que foi se profissionalizando e se incorporando nas convenções sociais do próprio mercado financeiro, onde passou inclusive a prover de gestores de fundo de pensão. (Martins, 2007)

Na página 15, dentro do tópico **“Valorização do trabalho e desenvolvimento”, no sexto ponto referente à** valorização do trabalho e de ampliação dos direitos coletivos, tem-se o tema da reforma agrária em conjunto com o tema da reforma urbana. O texto do documento afirma: “A CUT defende a execução de uma ampla reforma agrária, valorizando o trabalhador rural e aumentando o emprego no campo”.

Depois o tema volta a aparecer com destaque na página 34, em *Frentes*



*Parlamentares: habitação rural, agricultura familiar e reforma agrária, com uma página e meia dedicada a estes temas. Para Garantia de Acesso ao Crédito, o 9º CONCURTO decide que a central deve propor uma Frente Parlamentar em Defesa da Habitação Rural, para*

criar mecanismos de fortalecimento, consolidação e ampliação dos programas do FGTS – Fundo de Garantia Tempo de Serviço; do FDS – Fundo de Desenvolvimento Social; do PSH – Programa de Subsídio de Habitação de Interesse Social, destinados à habitação rural; criar mecanismos para destinar recursos do PROESQ para a formação e qualificação dos agricultores familiares que participam de programas habitacionais; criar mecanismos de garantia do acesso, desburocratização e aceleração aos mecanismos de crédito, destinados aos programas habitacionais rurais. Isso poderia ser feito através da criação de um software, para que as organizações sociais da agricultura familiar pudessem operar e tabular os dados; estabelecer negociações com o MDA para a COOPERHAF; acompanhar a elaboração e implementação de projetos em infraestrutura (galpões, chiqueiros, agroindústrias) do PRONAF Investimento; criar mecanismos para que o subsídio ao programa habitacional rural do FGTS fosse equivalente ao praticado para as regiões metropolitanas; criar mecanismos de substituição do seguro de crédito do FGTS por um Fundo Garantidor. (CONCURTO, 2006)

Continua a defesa da agricultura familiar no 9º CONCURTO, que também resolve que a CUT deve propor uma frente parlamentar em defesa da agricultura familiar a partir dos seguintes pontos:

- projeto de lei para reconhecer a agricultura familiar como política de Estado; ampliação das políticas de crédito; não adotar política de contingenciamento; instituir mecanismos de controle da expansão do agronegócio; instituir instrumentos legais para controlar expansão dos projetos de barragens; realização de mais concursos para aumentar o quadro de pessoal do MDA; instituir que a PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos, para os produtos da agricultura familiar, seja diferenciada e permanente; instituir programas de pesquisa na área da agroecologia para agricultura familiar; criar mecanismos para aumentar recursos para a política de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural; criar mecanismos para aumentar recursos para a política de comercialização aos produtos da agricultura familiar de forma gradual, aumentando, a cada ano, 2 bilhões para aquisição de alimentos; criar mecanismos de maior inserção no mercado interno aos produtos da agricultura familiar; criar mecanismos na política do Biodiesel, onde os agricultores(as) familiares possam atuar na cadeia produtiva com crédito subsidiado do Governo Federal. (CONCURTO, 2006)

A central avança com sua política propositiva ao propor a intermediação do Estado para manutenção e ampliação de uma “agricultura familiar” subalternizada dentro da política estratégica, e que atende aos interesses de um grupo específico, avançando na política corporativa. Além disso, a proposição de intervenção no parlamento ganha ares mais contraditórios, na medida em que o agronegócio tem forte peso no parlamento e que o próprio setor é parte constituinte do bloco no poder.

Sobre a reforma agrária, além da sua defesa pró-forma, a CUT propôs como principal ação política “uma frente parlamentar em defesa da reforma agrária a partir dos seguintes pontos: projeto de lei para adequar legislação sobre desapropriação; atualização dos índices de produtividade; reduzir superávit primário; não adotar política de contingenciamento; instituir mecanismos de controle da expansão do agronegócio; instituir instrumentos legais para controlar expansão dos projetos de barragens; realização de mais concursos para aumentar o quadro de pessoal no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/INCRA”. (CONCURTO,

2006)

Ou seja, não existe nenhuma indicação do congresso e das suas resoluções no sentido de construção de associação entre o setor operário e camponês. Mais do que isso, na página 46 das resoluções, há uma parte intitulada “**Ampliar o papel negociador da CUT**”, onde o principal elemento da estratégia para o próximo período reside na ampliação do papel negociador da Central.

Esta parte está dentro do Eixo 4, “Fortalecimento da Estrutura e Organização da CUT”, em que “a justa combinação das lutas específicas com as questões gerais é o que mantém o sindicato sintonizado com sua base social e, ao mesmo tempo, leva o trabalhador a exercer seu papel político”. (CUT, 2006) Neste sentido, para conquistar um novo patamar organizativo dentro das “características que a classe trabalhadora adquiriu após as transformações operadas nos anos 1990 sob o modelo neoliberal”, (CONCUT, 2006) é necessário: ampliar organização por local de trabalho, estruturar as CUT estaduais, democratizar as entidades de base, implementar uma política nacional para o setor informal, lutar pela liberdade sindical, estabelecer política para oposição e concluir o processo de construção da organização por ramos.

Encaminha a construção de um “Sistema Democrático de Relações de Trabalho”, que significa reformar a estrutura sindical para ampliar o poder de negociação dos sindicatos, através de sindicatos por ramo, conforme defendida pela central no Fórum Nacional do Trabalho.

“Um dos principais elementos da estratégia para o próximo período reside na ampliação do papel negociador da Central” (CONCUT, 2006), que significa a ampliação e aprofundamento das negociações coletivas bipartites (com os patrões do setor privado ou com os gestores do setor público) e tripartites (empresariado privado, governo e representações sindicais) para conquistar direitos e melhorias para os trabalhadores”. (CONCUT, 2006) O destaque dessa estratégia está diretamente ligado às discussões no CDES em torno, por exemplo, do reajuste do salário-mínimo. Esse papel negociador está aliado à principal ação coletiva da CUT nos anos do governo Lula: a Marcha à Brasília pelo emprego e salário-mínimo. As metas estabelecidas pela CUT são:

“Constituir e consolidar espaços efetivos de negociação das relações de trabalho no setor público, nas três esferas de governo, é outra meta importante da Central.”
“Atualizar o debate sobre Acordo/Contrato Coletivo Nacional de Trabalho, para concretizá-lo como eixo de organização e mobilização das categorias.”
“Por fim, a direção da CUT deverá elaborar uma estratégia dentro de seus princípios para orientação dos sindicatos filiados no que concerne à negociação de Participação nos Lucros e Resultados – PLR”

Neste congresso, pela primeira, aparece o termo “Acordo/Contrato Coletivo Nacional de Trabalho”, destacando que desde o primeiro congresso a CUT defende o contrato coletivo de trabalho e a negociação coletiva (CUT, 1984) como política de construção de um “novo código mínimo de trabalho” (CUT, 1984). Também é fundamental destacar que a proposta de Acordo Coletivo Nacional de Trabalho é um dos desdobramento do Fórum Nacional de

Trabalho, encerrado em 2005, também desdobramento do CDES.

A adaptação à estratégia de concertação é claramente defendida e adotada pela central, com os militantes adotando novos saberes, códigos e práticas para atuação nestes espaços, no sentido de que entendem esses mecanismos como espaços de democratização e de negociações onde discursos e práticas são naturalizadas e suas posições respeitadas, na medida em que, por ser líder sindical e compor um conselho de Estado, está em pé de igualdade com os representantes das frações burgueses. Assim, há um descolamento da força coletiva e associativa para a prática burguesa individualista. Por outro lado, as ações coletivas são importantes para demonstrar o poderio coletivo da central.

Por fim, o Plano de Ação e Lutas da CUT continha como eixo principal: a luta pela consolidação de um projeto nacional de desenvolvimento sustentado, com justiça e inclusão social; a luta pela manutenção da lei 8.213, que garante aposentadoria aos trabalhadores rurais; a luta pela redução da idade para aposentadoria do trabalhador e trabalhadora rural e o fortalecimento da luta pelo limite máximo da propriedade rural.

É interessante notar que não há por parte da central, depois de três anos, ao menos uma proposição clara do projeto alternativo que ela vislumbrava desde os congressos dos anos 1990 e, particularmente, a partir do CONCUR de 2000. Ainda nas resoluções finais do congresso, defendeu a execução de uma ampla reforma agrária, mas sem maiores detalhes, repetindo demandas anteriores. Já em 2006, não havia encaminhamento por parte do governo federal de demandas relativas à reforma agrária, como revisão dos índices de produtividade, revogação de leis e mesmo do número de assentamentos.

Em dezembro de 2006, a CUT, conjuntamente com a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) e o MST, participou de audiência com o presidente Luís Inácio Lula da Silva, quando entregaram uma carta reivindicando: mudanças na política de juros com metas de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. Não se mencionou, neste documento, uma única vez o termo “reforma agrária”.

Entre o 9º e 10º Congresso, a CSC-PCdoB rompeu com a CUT para formar a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), e houve a desfiliação da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) e da Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras).

O X CONCUR é realizado entre os dias 3 a 7 de agosto de 2009, em São Paulo, com 2.400 delegados, com o lema “DESENVOLVIMENTO COM TRABALHO, RENDA E DIREITOS”. Este foi o último durante o governo Lula (2003-2010), durante a crise econômica iniciada em 2008 e mediante as articulações em curso com setores da burguesia, principalmente a ABIMAQ. Também neste congresso, a corrente do Movimento PT deixou de atuar dentro da Articulação Sindical para criar o Movimento de Construção Sindical Socialista (MCSS), a corrente “O Trabalho” sofreu uma cisão originando a corrente Esquerda Marxista. Neste congresso, a Articulação Sindical propôs uma composição de todas as correntes, formando uma chapa única, reelegendo para presidente da Central Artur Henrique. (Página 13, 2009)

**TABELA 25. CORRENTES DA CUT NO X CONCUR**

Correntes na Direção da CUT
Articulação Sindical, CUT Socialista e de Base (CSD), O Trabalho e Tendência Marxista

O documento começa com destaque de combate pelo governo federal da crise e um

balanço da central naquela conjuntura. Sobre enfrentamento da crise e a conjuntura de 2010,

“a ação da CUT no período será orientada pelos seguintes eixos estratégicos: a) enfrentamento da crise, organizando a transição para um modelo de desenvolvimento, com dois focos centrais: o primeiro, o combate mais imediato da crise; e o segundo, a construção de um modelo de desenvolvimento que tenha como elemento decisivo a participação popular nas decisões políticas; com sustentabilidade econômica, social e ambiental, distribuição de renda e a valorização do trabalho;” “A CUT reitera que o **fim do superávit primário, da lei de responsabilidade fiscal, a diminuição dos juros; o fortalecimento do serviço público**, contrapondo-se às fundações estatais de direito privado e à emenda constitucional que quebra o regime jurídico único, bem como o fim da desvinculação de recursos da União – DRU; são medidas essenciais para enfrentar a crise.” (CONCUT, 2009)

O congresso indica a “construção de um modelo de desenvolvimento com base na sustentabilidade econômica, social e ambiental, distribuição de renda e a valorização do trabalho” e avalia como positivas as políticas econômicas do PAC e de Infraestrutura, afirmando que estas têm aumentado o valor da renda da terra, no plano interno, e contribuído para a manutenção da mesma política econômica criticada no tópico anterior.

As duas principais críticas se concentraram na desorganização das contas externas e no aumento da dívida pública. No tópico seguinte, “**A CUT e a crise**”, o documento afirma sobre a posição tomada durante a crise. “De um lado, pressionamos o governo federal e os governos estaduais por ampliação de crédito, redução de juros e dos *spreads* bancários e desonerações tributárias momentânea e específicas para os setores mais atingidos pela crise, condicionadas a contrapartidas de emprego e manutenção da renda dos trabalhadores.” (CONCUT, 2009)

No tópico seguinte, “**O enfrentamento da crise e a conjuntura de 2010**”, o destaque no documento é o seguinte: “Necessário que sejam construídas iniciativas que resultem em criação de um modelo de desenvolvimento alternativo ao hegemônico. Cobrar uma agenda de superação da crise, mas também do atual modelo, é o desafio central da CUT na disputa atual, que influenciará a disputa de 2010.” (CUT, 2009)

As resoluções indicam a construção de um modelo alternativo ao hegemônico através de formulação de políticas públicas, como afirma nas resoluções, destacando que

a influência que a CUT deve exercer nessa disputa de projetos é no **sentido da formulação de políticas públicas dentro de um modelo de desenvolvimento defendido por nós**. A política de valorização do salário-mínimo e a abrangência tomada pela proposta de contrapartidas de manutenção de emprego são exemplos de alguns dos casos mais emblemáticos. (CONCUT, 2009)

Neste mesmo tópico, o tema questão agrária é mencionado da seguinte maneira: “A construção de agendas comuns para garantir respostas contundentes do povo brasileiro em defesa da redução dos juros e da jornada de trabalho sem redução de salário, de investimentos na reforma agrária, na geração de empregos, valorização dos salários e garantia de direitos torna-se imperioso”. (CONCUT, 2009)

Mantém a linha política propositiva dos congressos anteriores, além da mesma política de solicitação à revisão de questões legais e ampliação do crédito agrícola. O termo reforma agrária aparece oito vezes, sendo a primeira no sumário, na parte Estratégia, dentro do tópico “Enfrentamento da crise, organizando a transição para um modelo de desenvolvimento com a defesa imediata dos empregos, da renda e dos direitos e a consolidação de um Estado

democrático”, com meia página dedicada exclusivamente ao tema.

No tópico “Consolidação de um Estado democrático – disputar um modelo de desenvolvimento que tenha como elemento decisivo a participação popular nas decisões políticas; com sustentabilidade econômica, social e ambiental, distribuição de renda e a valorização do trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. Reforma Política e controle social sobre o Estado”, o destaque é o aprofundamento da

proposta do projeto intitulada *Jornada Pelo Desenvolvimento com Distribuição de Renda e Valorização do Trabalho*, resultando, dentre outros elementos, em debates e diagnósticos das necessidades econômicas e sociais das diversas regiões do país como base para a elaboração de planos para a superação das desigualdades a partir da ação sindical. Tem sido embasada numa concepção de desenvolvimento no qual o Estado tem um papel central na organização da economia e na construção de políticas de distribuição de renda e valorização do trabalho e, sobretudo, no compromisso intransigente da Central de defender os interesses da classe trabalhadora, que a intervenção da CUT frente à crise da economia capitalista que se estabeleceu em 2008 tem sido pautada: **a proteção dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.**(CONCUT, 2009)

Na medida em que a heterogeneidade dos grupos e correntes foram diminuindo na CUT, também foi se fortalecendo a política propositiva do grupo majoritário e de seus aliados. Dentro do tópico “Ampliação dos Direitos: Principais Lutas e Conquistas”, a central fez um balanço da sua participação em atividades durante o período de 2006 a 2009, sobretudo em pressões para ratificações de convenções OIT e pressões no Congresso Nacional para retirada de leis, além de marchas contra a crise e movimentos “pela reforma agrária e incentivos à agricultura familiar”. No entanto, não cita as articulações com os setores burgueses que geraram agendas comuns.

No tema relativo à luta pela terra, o balanço destaca a participação na Marcha das Margaridas, com o lema *Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista*; no ano de 2007, cerca de 50 mil mulheres realizaram a 3ª Marcha ocupando a Esplanada dos Ministérios. Em 2008, ano em que completou 25 anos do assassinato da guerreira sindicalista Margarida Maria Alves, a homenageada, foi realizada a Jornada das Margaridas.

Na resolução, a central faz um Balanço Político Organizativo do período, onde, de maneira geral, avalia que agiu na construção de uma “plataforma de promoção da justiça e da soberania nacional; pelo desenvolvimento com distribuição de renda; por mais democracia e organização do Estado brasileiro e mais direitos para o povo; orienta a construção do conjunto de propostas apresentadas, **bem como em grande medida balizou a intervenção de representantes da Central em fóruns e instâncias governamentais em defesa dos interesses da classe trabalhadora.**” (CONCUT, 2009)

Ainda avaliando as suas ações no período, destacam a organização da III Jornada Nacional da Agricultura Familiar, “que colocou na ordem do dia a pauta de reivindicações dos agricultores, por mudanças no PRONAF; políticas de comercialização; segurança e soberania alimentar e outros temas relevantes foi um dos marcos nas lutas dos trabalhadores rurais”. (CUT, 2009) Além dessas campanhas, a resolução do congresso de 2009 destacou o Grito da Terra e a demarcação da reserva da Raposa Serra do Sol.

Em 2009 a central defende um “**modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável, socialmente equitativo e geopoliticamente equilibrado**” (CUT, 2009), além de lutar por um Estado de novo tipo, onde a “CUT atuará para a criação do Orçamento Participativo Nacional para disputa dos rumos do governo Lula sem abrir mão de sua

autonomia e liberdade sindical democrática participativa”. (CONCUT, 2009)

É importante ressaltar que o documento destaca o crescimento e o desenvolvimento do papel do Estado na organização da economia e na construção de políticas de valorização do trabalho e distribuição de renda, mas sem realizar uma crítica à inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho, e mesmo ao tipo de desenvolvimento, tecendo crítica à política macroeconômica, *superávit* fiscal e juros, e falta de democracia do Copom e Conselho Monetário Nacional, do qual ganhou apoio dos capitalistas oriundos do setor industrial.

Como proposta de radicalização democrática, a central propõe o fortalecimento do Estado através da organização das “Conferências Nacionais, Orçamento Participativo e participação nos conselhos das empresas, agências reguladoras, bancos públicos e a democratização do Conselho Monetário Nacional”. (CONCUT, 2009)

A proposição política econômica defendida pela CUT é de adoção de um novo modelo para o setor energético em relação à energia renovável, capaz de redirecionar a economia para o crescimento com aumento da produtividade e incorporação crescente da população ativa, redistribuindo melhor o tempo de trabalho. Dentro desta perspectiva, também encontram-se ***as políticas para a ampliação da reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar***, bem como uma política salarial que contemple minimamente os trabalhadores da iniciativa privada nas convenções coletivas. Além disso, defende a adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável, articulando a luta pela defesa da Petrobras com a luta pelo saneamento e meio ambiente. (CONCUT, 2009)

Em relação específica a “reforma agrária”, há apenas uma página onde são reafirmadas as críticas anteriores sobre a permanência do latifúndio, da violência, do poder das transnacionais sobre a agricultura, as condições de trabalho e baixos salários e a articulação entre as diferentes frações da burguesia, na defesa da atual permanência fundiária e de investimento do Estado e a articulação do PAC com o setor. Depois desse balanço, a proposição feita é de que é preciso “a ação da CUT para orientar os sindicatos urbanos e rurais a apoiarem a luta dos sem-terra, organizando acampamentos e assentamentos cutistas”. (CUT, 2009)

O documento congressual segue defendendo as políticas liberais de combater a miséria extrema, como o Programa Bolsa Família, e indica o fortalecimento de programas como PRONAF e PRONERA, sem nenhuma consideração mais crítica sobre eles e mesmo sobre a reforma agrária.

No tópico sobre lutas gerais, a central defendeu genericamente: lutar por um desenvolvimento sustentável, no âmbito da Jornada pelo desenvolvimento, incluindo o ecossocialismo no debate das políticas da Central; lutar pela manutenção do atual Código Florestal e defender o controle de qualidade dos alimentos, impedindo o uso de agrotóxicos pelo agronegócio e pelas empresas transnacionais, com a aplicação da lei que determina a identificação de alimentos como transgênicos.

Assim, é importante destacar que, dentre os 10 tópicos relacionados a lutas imediatas, não há nada referente à luta pela terra. O destaque é a campanha “o petróleo tem que ser nosso” e a disputa pelo marco regulatório do Pré-sal.

No tópico das “Lutas Gerais”, se destaca entre 17 pontos:

1. Lutar pelo desenvolvimento sustentável, no âmbito da Jornada pelo desenvolvimento, incluindo o ecossocialismo no debate das políticas da Central; lutar pela manutenção do atual Código Florestal; defender o controle de qualidade dos alimentos impedindo uso de agrotóxicos pelo agronegócio e empresas

transnacionais, com a aplicação da lei que determina a identificação de alimentos como transgênicos.

a) Controle da remessa de lucros das multinacionais e da fuga de capitais;

(...)

4. Por uma ampla reforma agrária, através de assentamentos e de programa de crédito fundiário, garantindo terra, assistência técnica, garantia de preço mínimo, medidas de apoio à agricultura familiar e camponesa, habitação e crédito aos trabalhadores com atualização do índice de produtividade e limite de propriedade de terras. **Pela expropriação do latifúndio sem indenizações; contra a Medida Provisória 458.** (CONCUT, 2009)

De maneira geral, as resoluções ampliaram a perspectiva propositiva da central, propondo ao Estado a construção de mais ambientes corporativos, como a participação no Conselho Monetário Nacional e a constituição de frente de pressão parlamentar, como na frente pela Habitação Rural. Assim, procurou manter uma ação política legalista, respeitando a institucionalidade, em detrimento de uma política associativa-reivindicativa de organização e mobilização da classe trabalhadora. Ao contrário, a política foi encaminhar acordos corporativos em cada agência do Estado, dentro da perspectiva “realista” de governabilidade defendida pelos setores pró-governo, como o PT e PCdoB, além da articulação com setores empresariais.

A partir do momento em que há uma constatação da crise da indústria com impacto do neoliberalismo implementado pelo bloco PSDB-PFL, toda a centralidade da discussão da central caminha para a discussão de um projeto alternativo global, política industrial e um projeto de desenvolvimento rural, regredindo da pauta da “reforma agrária sob controle dos trabalhadores”. As experiências de participação política estatal foram determinantes para as ações sindicais. Assim, temos a combinação de uma prática operária que valorizava o chão da fábrica e foi impactada pela reestruturação produtiva, com o saber político social-democrata, que tem como valores a centralidade político-estatal e o industrialismo. A partir do momento em que este setor passa a ser fortemente atingido pela nova divisão internacional do trabalho e as modificações no sistema mundo, a perspectiva social-democrata reformista se consolida no interior da CUT. Dessa maneira, é importante destacar a hegemonia de organizações concentradas em São Paulo na direção executiva nacional, como APEOESP, Bancários e SM-ABC e sub-representação rural e do Nordeste. Neste sentido, enquanto dentro da CUT em termos de filiação os rurais representam 44%, na direção executiva nacional representam apenas 8%.

A prática política da CUT no governo Lula foi uma continuação das linhas definidas nos congressos, plenárias e direções da executiva. As transformações nos grupos dirigentes e nas bases sociais que estavam vinculadas foram importantes para as decisões tomadas nos congressos da CUT. A formação de uma “elite sindical” defensora da cogestão do capitalismo e da participação no Estado, através de comissões e órgãos tripartites, passou a fazer parte da central desde 1990, com a discussão em torno da proposta de “Pacto Social” feita pelo governo Collor e defendida primeiramente pela Articulação Sindical (Gianotti, 1990). A central passou não só a participar de conselhos tripartites, mas também a propor outros espaços institucionais similares, além de vários de seus membros e militantes passarem a fazer parte dos cargos comissionados do governo federal.

Algumas iniciativas incluíram sindicatos e trabalhadores em fóruns de discussão e decisão. A mais conhecida talvez tenha sido a experiência tripartite das Câmaras Setoriais, em especial a da Indústria Automotiva, no início dos anos 1990, na qual o

movimento sindical teve um papel expressivo no debate sobre alternativas no enfrentamento da crise econômica e preservação dos postos de trabalho. (Ramalho, 2014)

Não por acaso, dirigentes da direção executiva nacional da CUT que foram conselheiros no CDES passaram a fazer parte do governo federal, como foi o caso do Luiz Marinho, que se tornou ministro do Trabalho; Jacy Afonso, secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Previdência Social, e José Lopez Feijóo, virando assessor direto do ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República.

## 2.7 - A Estrutura Social do Sindicalismo Propositivo

Do total de 11.173 entidades sindicais, 8.687 são filiadas a alguma central. A CUT tem 2.314 sindicatos filiados desse total. O que representa 36,12% dos sindicatos no Brasil. O quadro abaixo indica a representação sindical do país conforme as normas no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

**TABELA 26. Representação Sindical no País**

CUT	2314 (36,12%)
Força Sindical	1610 (13,7%)
UGT	1284 (11,3%)
NCST	1136 (8,1%)
CTB	746 (9,2%)
CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros)	613
CGTB	746
CSP-Conlutas	105
CBDT	94
Pública – Central do Servidor	28
União Sindical dos Trabalhadores - UST	6
Central Unificada dos Profissionais Servidores Públicos do Brasil	3
Intersindical – Central da classe trabalhadora	2

Fonte: MTE. Elaboração própria.

Desse total de sindicatos, 74,5% encontram-se em área urbana.

**TABELA 27. Representação Sindical Por Área**



Área	Número	Total
Urbana	8.324	74,5
Rural	2.849	25,5
Total	11.173	100,0

Fonte: MTE. Elaboração própria

Olhando a taxa de sindicalização por região, o Sul e o Nordeste são as regiões com maiores taxas de sindicalização, 20,7% e 19,3%. Sendo que a taxa de sindicalização geral no Brasil tem se mantido em torno de 17%. Deve-se considerar o fato de que a unicidade e o imposto sindical são elementos importantes de averiguação dessa taxa, pois as organizações sindicais quando legalizadas passam a receber imposto sindical de trabalhadores com contratos de trabalho via CLT.

**TABELA 28. Por região, o número de trabalhadores sindicalizados, em 2009**

Região	Quantidade	Porcentagem
Norte	973.113	14,1
Nordeste	4 692 661	19,3
Sudeste	6 717 191	17,0
Sul	3 068 034	20,7
Centro-Oeste	999 357	14,2
Brasil	16 450 356	17,7

Fonte: MTE Elaboração própria

O quadro acima apresenta a taxa de sindicalização por região, se destacando as regiões Sul e Nordeste com maiores taxas de sindicalização.

**TABELA 29. Taxa de Sindicalização da População Ocupada Ativa (POA)**

	1992	1996	1999	2002	2004	2008	2012
Poa Sindicalizada	10.785.116 19%	11.163.556 18%	11.427.423 17%	13.259.022 18%	15.107.498 19%	16.726.679 19%	15.669.339 17%
POA Não sindicalizada	46.803.447 81%	50.242.767 82%	54.121.148 83%	60.526.596 82%	64.526.563 81%	71.356.795 81%	75.607.328 83%

Fonte: Rodrigues e Ramalho (2014) Elaboração própria

O quadro acima detalha a evolução da sindicalização na população ativa, mantendo um nível de sindicalização muito parecido nos últimos 20 anos, portanto, sem grandes alterações.

A taxa de sindicalização rural por gênero, comparando 1992 e 2013, mostra um crescimento da presença feminina na sindicalização rural.

**TABELA 30. Sindicalização Rural**

	Feminino	Masculino

1992	460 mil (20%)	1 875 mil (80%)
2013	1 403 mil (41%)	2,026 mil (59%)

Fonte: MTE. Elaboração própria

A tabela abaixo indica o número de sindicatos urbanos e rurais, os trabalhadores na base e o número de associados. Podemos constatar um grande número de sindicatos e trabalhadores rurais.

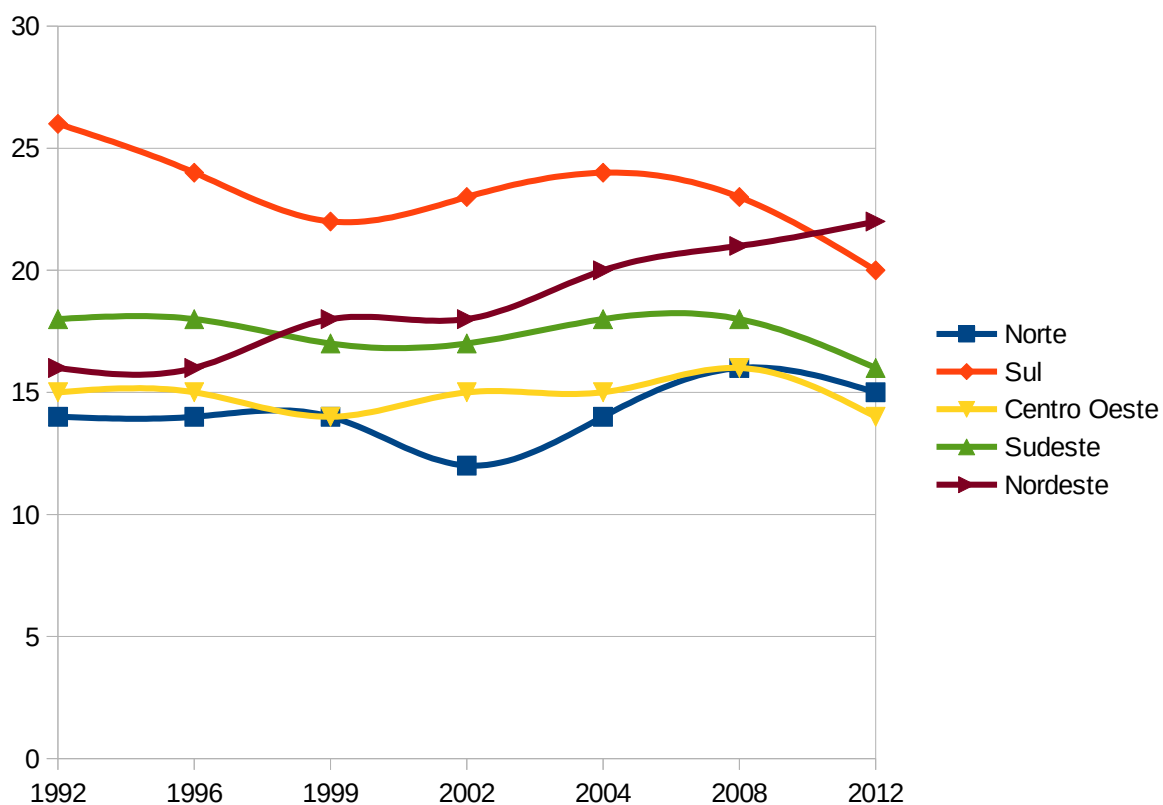
**TABELA 31. Número de Sindicatos Filiados**

	Rural	Urbano
Sindicatos	1.458 (38%)	2.239 (62%)
Trabalhadores na Base	10.454.889 (44%)	13 325 061 (56%)
Associados	3 369 210 (46%)	4 207 594 (54%)

Fonte: MTE. Elaboração própria

No gráfico abaixo, temos a taxa de sindicalização da POA por região. Demonstrando uma evolução da sindicalização em relação à região Nordeste, diminuição em relação à região Sul, que cai de 26% para 19%, enquanto a região Nordeste sai de 16% para 20%, se mantendo um pouco acima da média nacional de 17% em 2012.

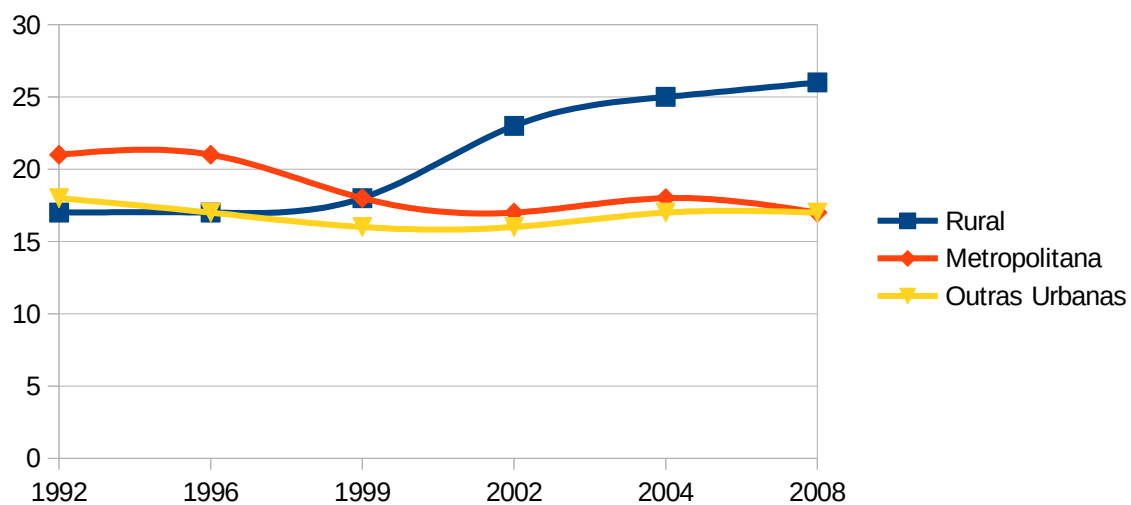
**GRÁFICO 1 Sindicalização por Região**



Elaborado a partir de Rodrigues e Ramalho (2014)

No gráfico abaixo também podemos notar uma inversão, com aumento da taxa de sindicalização rural, passado de 17% para 24%, enquanto as taxas urbanas caem de 23% para 15%.

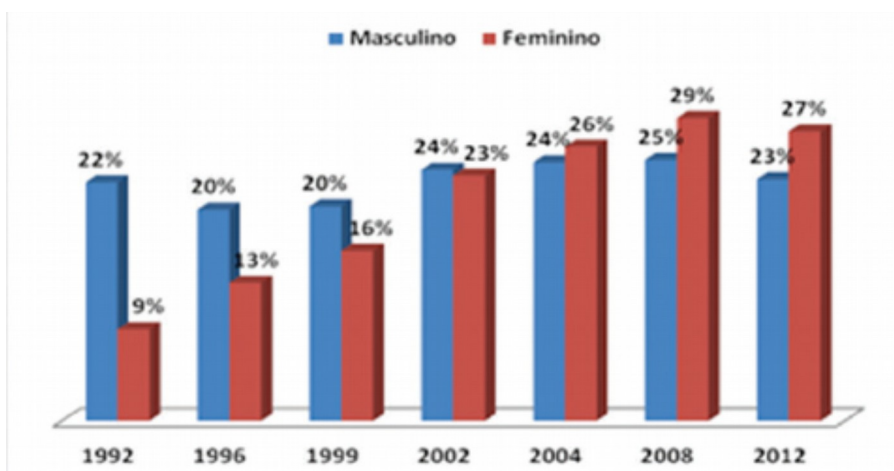
**GRÁFICO 2 Sindicalização Rural e Urbana no Brasil**



Elaborada a partir de Rodrigues e Ramalho (2014)

O gráfico abaixo, por sua vez, demonstra a tendência de sindicalização das trabalhadoras rurais.

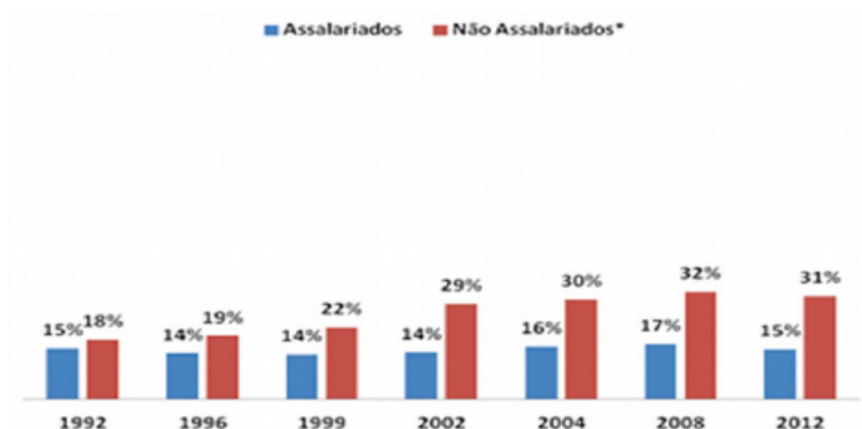
**GRÁFICO 3. Sindicalização Rural por Gênero**



Fonte: Rodrigues e Ramalho (2014)

Já o gráfico abaixo mostra a sindicalização de acordo com a População Ocupada Rural, conforme a condição de assalariamento e não assalariamento (conta própria, empregador, trabalhador não remunerado, na produção e no consumo próprio). Os números em relação ao assalariamento permanecem estáveis, enquanto o percentual dos não assalariados quase dobra, subindo de 18% para 32%.

**GRÁFICO 4. Sindicalização Rural segundo assalariamento**



Fonte: Rodrigues e Ramalho (2014)

A evolução dos sindicatos de agricultores familiares e das verbas do PRONAF podem ser uma explicação para essa evolução, coincidindo o aumento mais significativo com o governo Lula (2003-2010) e a criação da FETRAF.

Em relação à presença dos trabalhadores rurais nas centrais, a maioria, 54%, encontra-se sem filiação a centrais, sendo a CUT e a CTB as que têm a maior presença, 18% e 25% respectivamente, em relação ao ano de 2013. No caso da CUT, essa participação alta, perdendo apenas para as trabalhadoras e trabalhadores da educação, não se reflete em termos de composição da direção e executiva nacional.

Agora vejamos os dados relativos à composição do Congresso da CUT e da sua direção executiva nacional. O quadro abaixo é a evolução do setor, conforme divulgado pela Central. A decomposição por ramos começou a ser divulgada a partir do VI Congresso. Optamos por manter a divisão anterior e atual. Importante observar a evolução do setor rural, que tem um peso grande nos primeiros CONCUTs, mas é fortemente impactada pela modificação sobre a participação das bases, que diminuem a partir do IV CONCUT. Chama atenção, apesar disso, que os rurais se mantêm com alto número de delegados nos CONCUTs de 2006 e 2009, provavelmente devido ao crescimento dos sindicatos da agricultura familiar. O alto número de delegados do setor da educação também chama atenção, compondo desde 1997 o maior setor ocupacional da central em termos de delegados.

**TABELA 32 Evolução Histórica dos Delegados setor ocupacional**

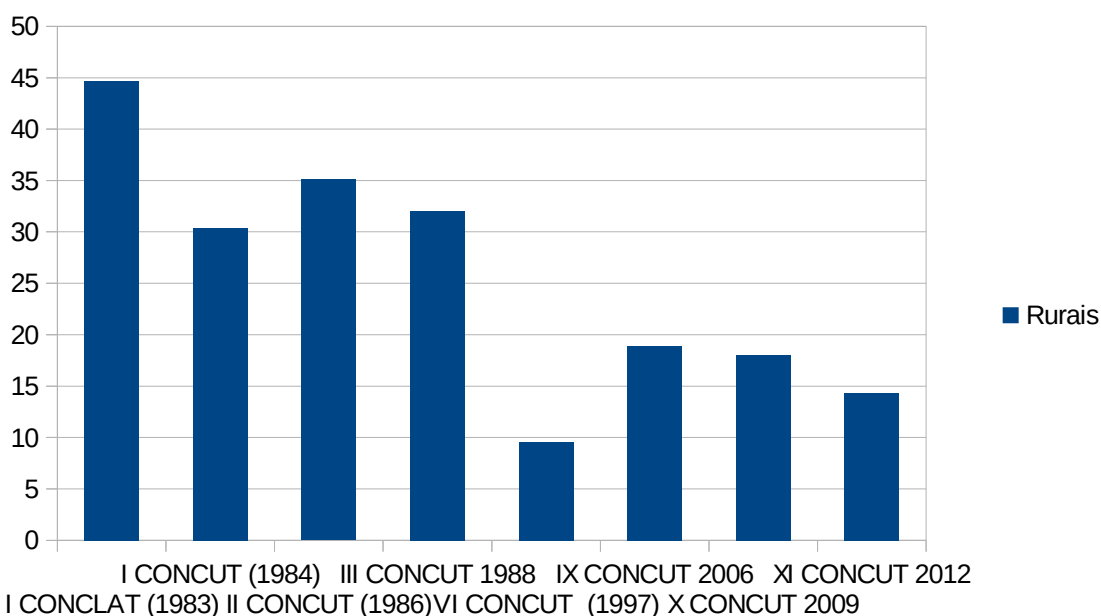
	I	II	III (1988)	VI (1997)	IX (2006)	X (2009)	XI (2012)
<b>Educação</b>				25,75	23,2	25,2	26,5

<b>Financeiro</b>			4	8,55	7,1	7,5	7,2
<b>Metalúrgicos</b>				9,77	7,1	6,6	6,9
<b>Rurais</b>	25	35,1	32	9,53	18,9	18	14,3
<b>Adm.Pública</b>	8	11,7	15,7	9,63	8,8	8,1	7,2
<b>Transporte</b>				3,46			
<b>Indústria</b>	27	26,3	21,6	23,8			
<b>Serviços</b>			21				

FONTE: CEDOC-CUT Elaboração própria

Abaixo temos a evolução dos delegados do setor rural nos CONCURT's.

**TABELA 33. EVOLUÇÃO DOS DELEGADOS DO SETOR RURAL.**



Fonte: CEDOC-CUT Elaboração própria

Importante observar que é neste período, dos menores números de delegados rurais, entre o III CONCURT e o IX, que tem um aumento, que são aprovadas no interior da CUT as políticas de negociação e de construção de política industrial e de emprego, como a economia solidária. Também as modificações no III CONCURT, em termos de número de delegados pela base e composição do congresso, afetam o setor rural.

Abaixo temos os delegados do congresso da CUT por região, se destacando a presença do Nordeste e do Sudeste.

**TABELA 34. Evolução Histórica dos Delegados por Região de Origem**

Delegados Por Região									
Região	1984	1986	1988	1991	1994	1997	2000	2003	2006
Norte	10,11	12	10,9	7,3	5,9	6,6	5,56	6,56	7,1
Centro-Oeste	8,3	7,9	9,1	7,2	7,8	7,7	6	5,9	6,18
Nordeste	25,6	29,9	25,2	25	27,3	24,4	28,17	29,75	27,89
Sudeste	41	37,1	35,7	42,9	45,3	44,6	43,18	44,4	45
Sul	14,7	13,1	19,1	17,4	11,6	15	17,1	14,35	12,84

Abaixo temos a composição dos CONCURSOS realizados durante o governo Lula em termos de escolaridade e gênero, destacando-se a presença dos trabalhadores com ensino médio e superior e o aumento das delegadas femininas com ensino universitário.

**TABELA 35. Evolução dos delegados por escolaridade**

Escolaridade	8º CONCURSO (2003)		9º CONCURSO (2006)		10º CONCURSO (2009)	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Ensino Fundamental incompleto	13	05	15	08	8,8	6,2
Ensino Fundamental Completo	14	10	12	09	10,6	7,3
Ensino Médio	41	35	41	35	41,6	36,5
Ensino Superior	32	49	32	37	38,2	50,0

Fonte CEDOC-CUT Elaboração própria.

Abaixo a tabela com a evolução da faixa etária nos dois últimos congressos da central, demonstrando um envelhecimento dos delegados do 9º para o 10º congresso, o que pode ser explicado pela possível presença dos mesmos delegados.

**TABELA 36. Distribuição dos Delegados por Faixa Etária**

Idade	9º CONCURSO	10º CONCURSO
Menos de 25 anos	2,7	1,6
De 25 a 35 anos	16,5	15,6
De 36 a 44 anos	41,3	29,5
De 45 a 54 anos	31,1	38,1
De 55 a 64 anos	8,4	15,0

Fonte CEDOC-CUT Elaboração própria.

Abaixo temos a composição dos delegados divididos entre aqueles com cargos sindicais e aqueles da base, sem nenhum tipo de cargo, inclusive CIPA. Podemos notar uma contínua inversão a partir do III CONCURSO, como aponta Rodrigues (2009). No entanto, é preciso destacar que as substituições foram feitas com votação dos próprios delegados oriundos da base.

**TABELA 37. Presença de Delegado por Cargo e pela Base**

	Delegados com Cargo Sindical	Delegados de Base-Oposição
I CONCURSO (1984)	34	66
II CONCURSO (1986)	30	70

III CONCURTO (1988)	49,2	50,2
IV CONCURTO (1991)	83	17
VII CONCURTO (2003)	90,8	9,2
X CONCURTO (2009)	80,2	14
XI CONCURTO (2012)	79,2	17,4

Fonte CEDOC-CUT Elaboração própria.

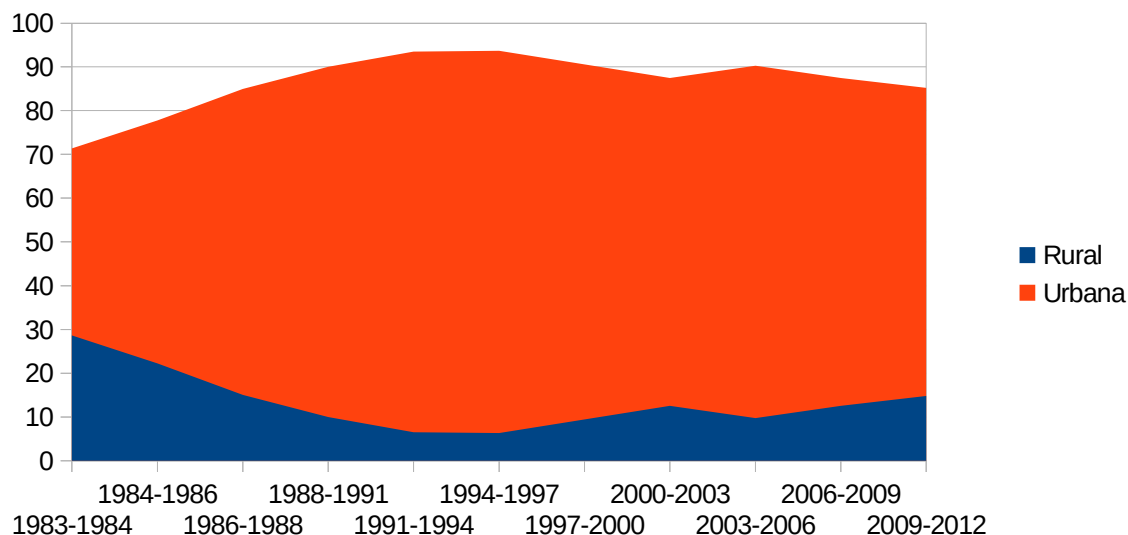
Abaixo um quadro com a composição por setor ocupacional da Direção Executiva Nacional por CONCURTO. Apesar da alta participação dos rurais, podemos notar uma predominância do setor industrial, bancário e da educação. No gráfico, dividido em setor urbano e rural, há uma grande diminuição do I CONCURTO para o XI CONCURTO.

**TABELA 38. Direção Executiva Nacional por setor.**

CONCURTO	Metal	Petroquímico	Outras Indústrias	Rural	Educação	Bancário	Saúde	Logística	Procedido
I	4	1	1	4	2	2	0		
II	3	2		3	3	3	0	0	
III	3		2	1	3	1	1		
IV									
V	2	1	3	1	1	1	2	1	
VI	2	1	2	2	2	2	1	0	1
VII	3	1	2	1	3	3	1	0	
VIII	1		3	0	3	3	1	1	
IX	1	1	2	2	4	4	2	1	

Fonte CEDOC-CUT Elaboração Própria.

**Gráfico 5. Distribuição delegado (Rural x Urbana)**



Neste sentido, é importante destacar que as principais decisões de participação nas câmaras setoriais e de participação estatal foram tomadas em momento de diminuição do setor rural e de diminuição dos postos de trabalho na indústria. Importante destacar também que em 2006 foi a primeira vez que o SM-ABC esteve fora da direção executiva nacional. Neste sentido, podemos perceber que o saber político social-democrata (estrutura cognitiva) se combina com a pressão de grupos operários, com forte peso político e com perda de postos de trabalho, além do crescimento dos setores vinculados à chamada agricultura familiar e a modificação no setor de assalariados rurais, como, por exemplo, o processo de mecanização da colheita da cana-de-açúcar no estado de São Paulo.

**TABELA 39. COMPOSIÇÃO POR PORCETAGEM DA DIREÇÃO NACIONAL POR REGIÃO**

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
Norte	7,1	6,6	9,1	8,33	0	8,33	0	0	7,15
Nordeste	14,3	6,6	9,1	8,33	0	8,33	8,4	7,65	14,3
Sudeste	50	53,5	54,5	66,6	75	66,6	75	69,25	50
Centro-oeste	14,3	20	18,2	8,33	16,6	8,33	8,3	7,70	7,15
Sul	14,3	13,3	9,1	8,33	8,3	8,33	8,3	15,40	21,4

Fonte CEDOC-CUT Elaboração própria.

Destaca-se o peso da região Sudeste, principalmente do estado de São Paulo e das organizações como o Sindicato dos Bancários, Metalúrgicos do ABC e APEOSP. Abaixo temos a composição, de acordo com delegados oriundos da base e com cargos sindicais. Observa-se o aumento da participação de delegados com cargos sindicais, atingindo seu pico no CONCURTO de 2003, o primeiro do governo Lula. Na composição política da Direção Executiva Nacional, a região Sudeste continua a deter os cargos de maior poder na hierarquia da *instituição*, prevalecendo a força política e econômica de São Paulo sobre as demais regiões do país. “Assim, em situações de *disputa* por *cargos* que envolveram os principais dirigentes sindicais da Articulação Sindical, o peso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, da Apeoesp e do Sindicato dos Bancários de São Paulo foi decisivo; portanto, o *poder* continua bastante concentrado em São Paulo e em *instituições* que, desde a fundação da CUT, têm um papel preponderante. Esta realidade aponta para um quadro de *estabilização institucional* no período 2003-2012 (CARVALHO, 2013).

Abaixo temos a composição da Direção Executiva Nacional do I CONCURTO, em 1984, até o IV CONCURTO, em 1991, quando não teve disputa de chapas pela direção e, na eminência de uma cisão, fez-se um acordo pós-congresso.

**TABELA 40. COMPOSIÇÃO DA DEN DA CUT (1984-1991)**

CONCURTO	I CONCURTO 1984	II CONCURTO 1986	III CONCURTO 1988	IV CONCURTO 1991
CARGOS				
Presidente	Jair Meneguelli SM-ABC	Jair Meneguelli SM-ABC	Jair Meneguelli SM-ABC	Jair Meneguelli SM-ABC
Vice- Presidente	Avelino Ganzer STR - Pa	Avelino Ganzer STR - Pa	Avelino Ganzer STR - Pa	Avelino Ganzer STR - Pa



Sec. Geral	Paulo Paim SM -RS	Paulo Paim SM-RS	Gilmar dos Santos Bancários - SP	Gilmar dos Santos Bancários - SP
1º Sec			Delman Ferreira Eletricitário/SC	Kjeld Jakobsen Eletricitários Campinas SP
Tesoureiro	Abdias Santos SM- RJ	Abdias Santos SM- RJ	Delúbio Soares Professor Go	Delúbio Soares Professor Go
1º Tesoureiro	Antonio Pereira Filho Bancário RJ	Antonio Pereira Filho Bancário-RJ	Durval de Carvalho SM-Campinas	Zê Maria Fed. Metal MG
Rel.Int.	Jacó Bittar Petroleiros SP	Jacó Bittar Petroleiros SP	Osvaldo Bargas SM-ABC	Osvaldo Bargas SM-ABC
Sec. Rural	José Gomes Novaes STR-BA	Paulo Roberto Farina	Criação do DNTR. Extinção da Secretaria Rural.	
Imprensa	Gilmar dos Santos Bancário/SP	Gilmar dos Santos Bancário/SP	Rosiver Pavan APEOESP	Sergio Barroso Fed. Nac. Médicos
Pol. Sindical	João Pires Vasconcelos SM - MG	Delúbio Soares Prof. Go	José Olivio Oliveira SENGE-Ba	Durval de Carvalho SM-Campinas
Formação	Ana Lúcia Silva ADUFG	Jorge Lorenzetti Enfermagem SC	Jorge Lorenzetti Enfermagem SC	Jorge Lorenzetti Enfermagem SC
Política Social			Antonio Carlos Andrade (FENASPS)	Rosiver Pavan APEOESP/SP
Organização				José Olivio Oliveira SENGE-Ba

Fonte CEDOC-CUT Elaboração própria.

Abaixo colocamos a composição da Direção Executiva Nacional nos CONCURT realizados durante o período FHC e dois organogramas, sobre a organização da CUT e sua constituição.

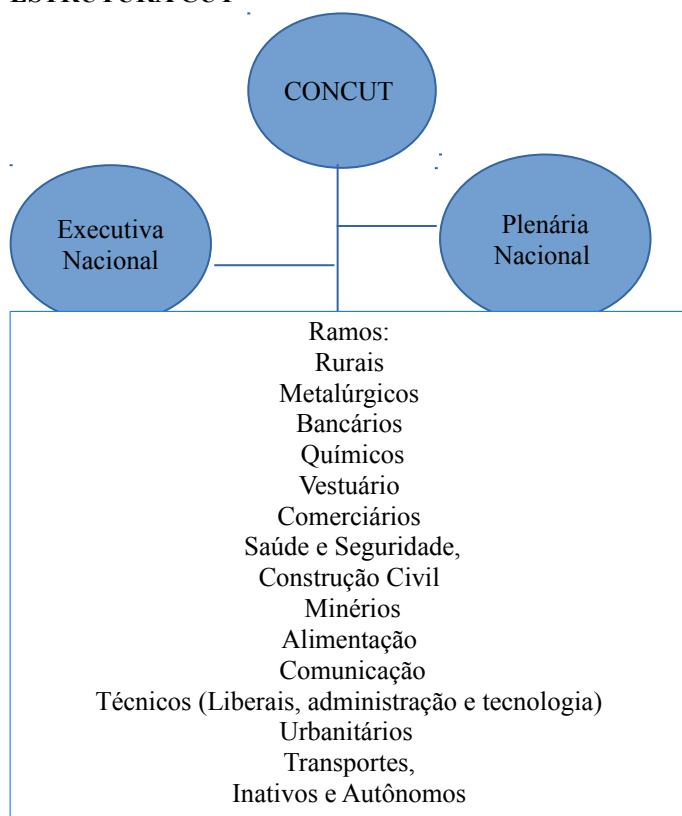
**TABELA 41. COMPOSIÇÃO DA DEN DA CUT (1994-2000)**

CONCURT	V CONCURT 1994	VI CONCURT 1997	VII CONCURT 2000
CARGOS			
Presidente	Vicentinho SM-ABC	Vicentinho SM-ABC	João Felício APEOSP
Vice. Presidente	Altermir Tortelli STR-RS	João Vaccari Bancário-SP	Monica Valente S Saude SP
Sec. Geral	João Vaccari Bancário-SP	João Felício APEOSP	Carlos Alberto Grana SM-ABC
1º Sec	Marcelo Sereno STI-RJ	Remigio Todeschini QuimicosSP	Remigio Todeschini QuimicosSP
Tesoureiro	Remigio Todeschini QuimicosSP	Altermir Tortelli STR-RS	João Vaccari Bancário-SP
1º Tesoureiro	Wagner Gomes Metro-SP	Monica Valente S Saude SP	Zê Maria Metal - MG

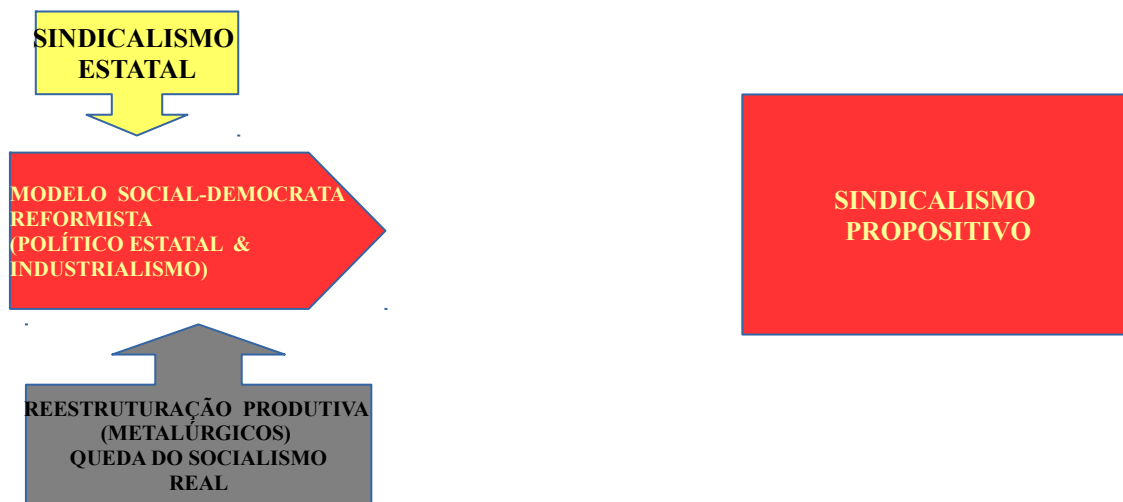
Rel.Int.	Kjeld Jakobsen Eletricitários Campinas SP	Kjeld Jakobsen Eletricitários Campinas SP	Kjeld Jakobsen Eletricitários Campinas SP
Política Sindical	Jorge Luiz Martins Calçado- SP	José Jairo Ferreira Cabral SPD-PE	Gilda Almeida Sind. Farmacêutico SP
Formação	Monica Valente S Saude SP	Sandra Rodrigues Prof. Go	Altemir Tortelli STR-RS
Comunicação	Aloisio Barroso Fed Nac Médicos	Sandra Rodrigues Prof. Go	Sandra Rodrigues Prof. Go
Política Social	Sandra Rodrigues Prof. Go	Rita de Cásisa Evaristo Metal BH	Pascoal Carneiro STI – Metal Salvador - Ba
Organização	Zé Maria Metal - MG	Luzia de Oliveira Fati STR PA	Rafael Neto APEOESP

Fonte CEDOC-CUT Elaboração própria.

#### ORGANOGRAMA 1 – ESTRUTURA CUT



**ORGONOGRAMA 2 – Formação do Sindicalismo Propositivo**



## CAPÍTULO III - A PRÁTICA POLÍTICA DA CUT NO GOVERNO LULA

O PT e a CUT conceberam o sindicalismo propositivo como uma forma superior da consciência operária, capaz de superar as demandas reivindicativas “sindicalistas” e, com isso, capaz de construir políticas públicas. A conquista do Estado por meio parlamentar fez com que o sindicalismo atuasse sobre a estrutura de governo por meio da criação de mecanismos de “representação e participação”, especialmente as conferências e os conselhos, mantidos, recriados ou criados durante o governo Lula.

O sindicalismo, nesse caso a CUT, foi um fator organizativo e ideológico determinante para o desenvolvimento capitalista no Brasil, na medida em que a participação dos sindicalistas nos espaços estatais e de concertação, como o CDES, promoveram a conciliação com setores empresariais, permitindo com isso pautas comuns que integraram as classes sociais, como, por exemplo, o Acordo Coletivo Especial, a Economia Solidária e a Política Industrial. Ou seja, ao se propor e se tornar governo, se possibilitou a formação de uma burocracia sindical e de um saber/conhecimento que permitiu a interpenetração das classes. Nesse sentido, tanto a economia solidária como o ACE, a política industrial e a política de aumento do salário-mínimo, foram políticas estratégicas levadas pela burocracia-aristocracia sindical para o governo.

Nesse sentido, a CUT manteve o projeto social-democrata, uma vez que subordinou os interesses econômico-reivindicativos de toda a classe, principalmente do campo, ao político-institucional, para o desenvolvimento do capitalismo com articulação com setores do empresariado de origem industrial. Assim, é dentro do CDES que se ensaia e se viabiliza uma aliança com o empresariado da indústria, com a construção de pautas comuns em torno dos interesses da indústria e do crescimento econômico, secundarizando totalmente a questão agrária, que foi perdendo espaço para as políticas de desenvolvimento e se focalizando no atendimento via crédito agrícola a alguns setores da agricultura familiar.

Passaremos agora a descrever e analisar como se deu esse processo de inserção dos sindicalistas no Estado e como o sindicalismo propositivo permitiu uma interpenetração das classes sociais, com os sindicalistas assumindo a defesa dos interesses da indústria e do crescimento econômico e secundarizando a questão agrária.

### 3.1 - A Participação da CUT e dos Sindicalistas no Estado

Do ponto de vista da participação política estatal, a CUT participou das conferências e de órgãos como conselhos e comissões. Abaixo relacionamos todas as conferências realizadas no período com participação da CUT:

TABELA 42. Conferências Nacionais de Política Públicas

N	Conferência	
1	Agricultura e Pesca	2003, 2006 e 2009

2	Assistência Social	2003, 2005, 2007 e 2009
3	Cidades	2003, 2005 e 2007
4	Ciência e Tecnologia	2004
5	Comunicação	2009
6	Comunidades Brasileiras no Exterior	2008 e 2009
7	Cultura	2005
8	Desenvolvimento Rural	2008
9	Direitos da Criança e do Adolescente	2003, 2005, 2007 e 2009
10	Direitos das Pessoa Com Deficiência	2006 e 2008
11	Direitos da Pessoa Idosa	2006 e 2009
12	Direitos Humanos	2003, 2004, 2006 e 2008
13	Economia Solidária	2006
14	Educação Básica	2008
15	Educação Escolar Indígena	2009
16	Educação Profissional e Tecnológica	2006
17	Esporte	2004 e 2006
18	LGBT	2008
19	Gestão do Trabalho	2006
20	Juventude	2008
21	Medicamentos e Assistência Farmacêutica	2003
22	Meio Ambiente	2003, 2005 e 2008
23	Mulheres	2004 e 2007
24	Povos Indígenas	2006
25	Promoção Igualdade Racial	2005 e 2009
26	Saúde	2003 e 2008
27	Saúde Ambiental	2009
28	Saúde Bucal	2004
29	Saúde do Trabalhador	2005
30	Saúde Indígena	2005
31	Saúde Mental	1992 e 2001
32	Segurança Alimentar	2004 e 2007
33	Segurança Pública	2009

Do total de 80 conferências, 63 foram realizadas durante o governo Lula (2003-2010). Além disso, as conferências nacionais são precedidas de conferências estaduais e, em muitos casos, de conferências municipais.

Abaixo relacionamos o conjunto de conselhos de que, segundo a própria CUT, ela

participa. Para um melhor preparação e participação de seus conselheiros, a central preparou um portal na internet específico sobre participação em conselhos e uma cartilha específica a partir de um seminário realizado em 2011, no início do governo Dilma Roussef (PT).

**TABELA 43 CONSELHOS**

1	Câmara de Saúde Suplementar – Agência Nacional de Saúde Suplementar	22	Conselho Consultivo da FINEP
2	Comissão Nacional da DST e AIDS (CNAIDS)	23	Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social (CCFDS)
3	Comissão Nacional de Segurança Química (CONASQ)	24	Conselho de Administração do BNDES
4	Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental – MMA e MEC	25	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)
5	Comitê do Fundo do Clima	26	Conselho Deliberativo da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)
6	Comitês Gestor Nacional da Rede CERTIFIC	27	Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI)
7	Comitê Gestor Nacional de Produção e Consumo Sustentável	28	Comissão Nacional Permanente do Benzeno (CNPBZ)
8	Comitê Nacional de Prevenção e Combate a Tortura	29	Comissão Permanente Nacional de Segurança em Energia Elétrica
9	Comitê Técnico-Institucional do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça	30	Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho (CT-SST)
10	Conselho das Cidades	31	Comissão Tripartite Paritária Permanente(CTPP)
11	Conselho Gestor do Fundo Nacional Habitação de Interesse Social (CGFNHIS)	32	Comissão Nacional Tripartite N16 - Anexo III Atividades de Vigilância
12	Conselho Nacional Combate À Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT	33	Comissão Nacional Tripartite N16 - Anexo Periculosidade Relativa as atividades Elétricas
13	Conselho Nacional de Assistência Social	34	Comissão Nacional Tripartite NR 06-EPI
14	Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE	35	Comissão Nacional Tripartite NR 12- máquinas e equipamentos
15	Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial (CNPir)	36	Comissão Nacional Tripartite NR 13 - vasos e caldeiras
16	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)	37	Comissão Nacional Tripartite NR 15 - Atividades e Operações Insalubres
17	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	38	Comissão Nacional Tripartite NR 20 - Infláveis e Combustíveis
18	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	39	Comissão Nacional Tripartite NR 24 - Condições sanitárias/conforto locais de trabalho
19	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência	40	Comissão Nacional Tripartite NR 32 - Seg e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde
20	Conselho Superior do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do RJ	41	Comissão Nacional Tripartite NR 34 – Condições Trabalho Ind Construção e Naval

21	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CDPS)	42	Comissão Nacional Tripartite NR 35 - Trabalho em Altura
43	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)	65	Comissão Nacional Tripartite NR 37 - Frigorífico
44	GET CAT	66	Comissão Tripartite de Relações Internacionais
45	Grupo Técnico sobre Capacitação da Norma Regulamentadora à distancia	67	Comissão Tripartite do Programa Alimentação do Trabalhador (CTPAT)
46	Grupo Técnico sobre Divulgação de NR	68	Conselho Curador do Fundo Garantia por Tempo de Serviço (CCFGTS)
47	Comitê Permanente Nacional sobre Meio Ambiente de Trabalho na Indústria de Construção	69	Grupo de Apoio Permanente ao Conselho Curador do FGTS (GAP/FGTS)
48	Conselho Curador da FUNDACENTRO	70	NÚCLEO DE SISTEMATIZAÇÃO DO FGTS
49	Conselho Nacional de Saúde (CNS)	71	Conselho de Relações do Trabalho (CRT)
50	Comissão Intersetorial de Atenção Inteira à Saúde da Criança e do Adolescente e do Jovem (CIASAJ)	72	Câmara Bipartite Servidores Públicos – Governo
51	Comissão Intersetorial de Educação Permanente para o Controle Social no SUS (CIEPCSS)	73	GT Financiamento Sindical do Setor Público no âmbito do CRT
52	Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento (COFIN)	74	GT Organização Sindical do Setor Público no âmbito do CRT
53	Comissão Intersetorial de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (CIPICSUS)	75	Câmara Bipartite Trabalhadores - Governo
54	Comissão Intersetorial de Recursos Humanos (CIRH)	76	GT Representação Sindical Rural no âmbito do CRT
55	Comissão Intersetorial de Saúde da População Negra (CISPN)	77	Grupo de Trabalho sobre Tabela de categorias
56	Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST)	78	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT)
57	Comissão Intersetorial de Saúde Suplementar (CISS)	79	Grupo de Apoio Técnico ao CODEFAT (GTFAT)
58	Comissão Intersetorial para Acompanhamento das Políticas em DST/AIDS (CIADAIDS)	80	Conselho Nacional de Imigração (CNig)
59	Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	81	Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS)
60	Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS	82	Grupo de Trabalho Tripartite da Agenda Nacional de Trabalho Decente (GTT - ANTD)
61	Mesa Nacional de Negociação do SUAS	83	Grupo de Trabalho Tripartite para Exame da Recomendação sobre Piso de Proteção Social
62	Comissão de Política de Relações Trabalhistas da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CPRT - CBIC)	84	Mesa Nacional permanente para o aperfeiçoamento das condições de trabalho na indústria da construção
63	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI)	85	Subcomitê Interministerial de Trabalho Decente para Juventude

64	Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidade e de Tratamento de Gênero e Raça		
----	---	--	--

FONTE: CUT, MTE, MDA,

Além da participação direta da CUT nesses espaços, tivemos um conjunto de ex-dirigentes sindicais passando efetivamente para a gestão do Estado, desde quando Lula chegou à presidência. No governo federal do Brasil, em 2008, havia cerca de 80 mil cargos de confiança, sendo que 47.500 podem ser nomeados pelo Poder Executivo. (D'Araújo, 2009). De todos esses cargos, os que pertencem à Direção e Assessoria Superiores (DAS) níveis 5 e 6 e os de Natureza Especial (NES) são definidos como “cargos de direção comandados por dirigentes políticos”, já que se localizam em posições estratégicas inferiores apenas aos ministros.

Segundo D'Araújo (2009), os cargos de confiança que integravam o DAS 5 eram de 984 e incluíam: chefes de gabinete, consultores jurídicos, diretores de departamento, secretários de controle interno e subsecretários de planejamento, orçamento e administração. Para DAS 6, havia 212 cargos, que são de assessores especiais, subsecretários e secretários de órgãos da presidência, e cargos NES foram 62 e incluíam comando das Forças Armadas, direção do Banco Central e outros cargos jurídicos e secretarias especiais.

Segundo o estudo de D'Araújo (2009), “verificamos também que os ocupantes dos cargos de DAS 5 e 6 e NES partilham o mesmo padrão de vínculo, isto é, são em sua maioria servidores públicos federais, seguidos pelos não-servidores, pelos servidores requisitados e, por fim, pelos aposentados”.

Destes, 45% eram filiados a sindicatos e a movimento social e 30% participavam dos conselhos profissionais. Esses dados são importantes, na medida em que, se comparado à média de filiação nacional, que é de 18%, ele é bem maior. Além disso, entre os sindicalizados, 39% eram filiados a algum partido e a maioria, 82%, ao PT. Segundo Zibechi (2012), dos 1.200 cargos de maior confiança no governo federal, quase a metade provém do mundo sindical.

Quando olhamos a filiação sindical dos dirigentes que vieram da iniciativa privada, o quadro se mantém estável, com bancários e professores encabeçando a lista, seguidos pelos engenheiros:

Embora não haja por lei obrigação de contratar funcionários públicos para os cargos de DAS 5 e 6 e NES, na prática o que se observa em nossa amostra é que cerca da metade desses cargos de confiança é preenchida por servidores de carreira no serviço público federal. Outros 15% são servidores públicos dos estados e dos municípios, e a maioria apresenta fortes vínculos com sindicatos, partidos e sociedade civil” (...) Com exceção do pertencimento a entidades patronais, em todas as outras quatro situações o grupo de dirigentes sindicalizados apresenta percentuais mais altos de engajamento do que o conjunto da amostra. Essa diferença é maior quando se observa a experiência em gestão local e nos movimentos sociais. Neste último caso, 61,7% dos dirigentes sindicalizados tiveram alguma participação nesse sentido. Confirmando o que vem sendo verificado até agora, os sindicalizados, que em sua maioria são funcionários de carreira, são os mais embrenhados em experiências associativas (...) Examinando a experiência profissional desses dirigentes antes de ocuparem o atual cargo de DAS ou NES (Quadro 6), vemos que, no conjunto, os dirigentes sindicalizados têm experiência profissional bem mais diversificada do que aquela dos membros da amostra total. É significativa a presença de pessoas que passaram pelo magistério superior (54,4%) e por funções técnicas e de consultoria (51,5% e 27,2%). (D'ARAÚJO, 2009)

Na avaliação da autora, “a indicação de pessoas sindicalizadas para funções de direção



pública pode fortalecer, mais do que a participação dos trabalhadores em geral junto ao governo e à administração pública, o sindicalismo da CUT e do PT”.

No primeiro governo, os sindicalistas somaram 27% do Ministério, fato inédito no Brasil. Esse número elevado, se comparado aos outros governos, e a visibilidade política que esses ministros sindicalistas acabaram tendo, contribuíram para alimentar discussões sobre as tendências sindicalistas dos governos Lula. De fato, seria de esperar que um governo do PT tivesse beneficiado com cargos sua principal base de prestígio social. Essa constatação revela coerência política. Necessariamente não é condição para um governo mais eficiente, mas é um indicador de maior incorporação dos trabalhadores ao sistema político, não apenas através do voto, mas também através de posições de mando. ( D'Araujo, 2009)

Celina avalia que “a participação de dirigentes de centrais sindicais nos ministérios, pode-se dizer, é uma inovação do governo Lula, com presença mais acentuada em seu primeiro mandato”.

E ainda afirma:

Tomando em conjunto as informações sobre a participação de ministros e ocupantes de cargos de DAS/NES de nossa amostra em sindicatos e centrais de trabalhadores, em conselhos de estatais e em movimentos sociais, mesmo com as mudanças significativas do governo Lula quanto à incorporação ao ministério de sindicalistas e representantes dos movimentos sociais, essa participação é bem maior entre os DAS/NES.” ( D'Araujo, 2009)

Ainda segundo D'Araújo (2010), 50% das direções do PREVI e da PETROS, assim como 40% da FUNCEF, os maiores fundos de pensão do país, contavam com participação dos sindicatos. Assim, é importante destacar:

Nos dois governos Lula, houve vários ministros e altos cargos que vinham ao mesmo tempo do sindicalismo e dos fundos de pensão. Ricardo Berzoini foi ministro da Previdência Social e depois do Trabalho, e também presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Luiz Gushiken ocupou a Secretaria de Comunicação da Presidência e também do Sindicato dos Bancários de São Paulo, além de ter uma consultoria de fundos de pensão. José Sasseron foi presidente da ANAPAR e dirigente dos Sindicatos dos Bancários de São Paulo. Wagner Pinheiro dirigiu a Petros e o Sindicato Bancário. Sérgio Rosa ocupou a presidência do PREVI e da Confederação Nacional dos Bancários. Guilherme Lacerda presidiu a FUNCEF e participou da fundação da CUT. (D'ARAUJO, 2009)

**TABELA 44. TRAJETÓRIA DOS SINDICALISTAS DO PT PARA O ESTADO.**

Nome	Cargo	Corrente Sindical	Sindicato
Olivio Dutra	Min das Cidades	Articulação Sindical	Sind Bancários do RS
Jacques Wagner,	Presidente do CDES	Articulação Sindical	SINDQUIMICA-Ba
Miguel Rosseto	Min Desenv. Agrário	Democracia Socialista	Sind Polo Petroquímico do Rio Grande do Sul
Humberto Costa	Ministro da Saúde	Articulação Sindical	Sindicato dos Médicos de Pernambuco
Luiz Dulci	Secretário-Geral da Previdência	Articulação Sindical	Sind. dos Trabalhadores de Ensino de Minas Gerais

Oswaldo Bargas	Secretário Nac do Trabalho	Articulação Sindical	SM-ABC
Luiz Marinho	Min do Trabalho	Articulação Sindical	SM-ABC
Antônio Palocci	Min da Fazenda	Articulação Sindical	Sindicatos Médicos de SP

O quadro acima tem alguns dos exemplos de ex-sindicalistas que foram nomeados para altos cargos. Nesse contexto, temos a participação de sindicalistas e ex-sindicalistas no Estado, passando a sua gestão, ao mesmo tempo em que temos ampliação da participação da CUT em diversas instâncias estatais. A partir da eleição de Luís Inácio Lula da Silva, tivemos a ampliação de novas esferas de participação, como o CDES e o CNDI, e a incorporação no Estado de antigos militantes e dirigentes sindicais.

No conjunto, 17% dos ministros tiveram experiências políticas clandestinas e, como era de se esperar, a maior parte deles concentra-se nos governos Lula – 27 de um total de 55. O governo Lula também se destaca por absorver o maior número de ministros oriundos do sindicalismo de trabalhadores, percentual que chega a 27% no primeiro governo. No caso de representantes de centrais, é também nesse governo que o fenômeno se desencadeia, chegando a 21,9% no primeiro mandato. (D'Araujo, 2009)

Os principais ministérios em que a CUT teve participação foram o Ministério do Trabalho e Emprego e da Indústria, Desenvolvimento e Comércio. Além disso, participa de uma boa parte das instâncias vinculadas a secretarias da Presidência e ao Ministério do Desenvolvimento Social.

Analisaremos com maiores detalhes a participação da CUT no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) criado pelo primeiro governo do PT, na primeira gestão de Lula – Alencar (PT-PR), a partir das cartas de concertação. Entre 2003 e 2013, foram criados 19 conselhos e outros 16 foram reformulados pela gestão do PT. No CONDRAF, vinculado ao MDA, a CUT não participa diretamente do conselho, mas sim organizações que são ou foram filiadas, como FETRAF e CONTAG. Ainda participam do conselho: o Conselho Nacional das Populações Extrativistas, Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombolas), MONAPE (Movimento Nacional dos Pescadores) e MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores).

Segundo Ramalho (2015), “embora o movimento sindical tenha assento em vários conselhos, sua participação mais frequente ocorre no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), no Conselho de Relações do Trabalho (CRT), no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e no Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)”.

A CUT foi um importante agente na construção e defesa destes espaços: “Acho importante a criação e a participação da sociedade em geral, e do movimento sindical. Porque a gente discute várias questões inerentes à classe trabalhadora. São temas específicos, são temas gerais que atingem toda coletividade. Por isso é importante o envolvimento das centrais. (Dirigente da CUT, representante em conselho). (Ramalho, 2015)

Outro sindicalista da CUT e conselheiro afirma a importância do exercício do debate interno ao movimento sindical: “Necessariamente tem que ir para o debate. Se vai ter reunião da câmara bipartite à tarde, de manhã a gente faz a reunião da bancada dos trabalhadores. Só

com os trabalhadores, discutindo a pauta. Ali a gente tira uma posição das centrais sindicais [...] Tem tema que tem divergência entre a gente. Claro que tem. As centrais são plurais, tem pensamentos diferentes, mas a gente acaba tirando uma posição única”.

**TABELA 45. Reuniões por Conselho que a CUT participou Governo Lula (2003-2010)**

CONSELHOS	MINISTÉRIO	REUNIÕES ORDINÁRIAS
CDES	Presidência da República	43
Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES	MTE	10
Conselho Nacional de Imigração	MTE	60
CNPS	MTE	78
CNS	MS	106
CODEFAT	MTE	54
CONADE	<b>Secretaria de Direitos Humanos</b>	95
CONANDA	Secretaria Direitos Humanos	83
CONCIDADE	Ministério das Cidades	43
CONJUVE		41
CONSEA	Presidência da República	48
CONSELHO GESTOR FNHIS	MINISTÉRIO DAS CIDADES	28
CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO	Ministério das Cidades	28
Conselho Nacional Combate À Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT	Secretaria Direitos Humanos	28
Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI)	MDIC	14
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Secretaria de Política para as Mulheres	26
Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial (CNPiR)	SEPPiR	27
Conselho Nacional de Previdência Social	MPS	100
Conselho Nacional de Assistência Social	MDS	87
Comissão Nacional de Segurança Química	MMA	30
Comitê do Fundo do Clima	MMA	5
Comissão Nacional de DST e AIDS (CNAIDS) MS	MS	16
Câmara de Saúde Suplementar - Agência Nacional de Saúde Suplementar (CAMSS)	ANS	37
Com. Igualdade de Oport. de Gênero, Raça e Etnia, de Pessoas com Defic. e de Comb. á Discriminação	MTE	4

Comissão Nacional Permanente do Benzeno (CNPBZ) - MTE	MTE	27
Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho (CT-SST)	MTE	12
Comissão Permanente Nacional de Segurança em Energia Elétrica (CPNSEE)	MTE	18
Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI)	MTE	54
Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidade e de Tratamento de Gênero e Raça (MTE)	MTE	8
Comissão Tripartite de Relações Internacionais (MTE)	MTE	7
Comissão Tripartite do Programa Alimentação do Trabalhador (CTPAT) - MTE	MTE	14

Fonte: MDA, MTE, Secretaria da Presidência, MDIC, CDES Elaboração própria

A CUT participou de 1.183 reuniões ordinárias e extraordinárias dos conselhos acima relacionados no período do governo Lula, entre 2003 e 2010. Entre 2003 e 2004, foram criados o Conselho das Cidades, o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca, o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e o Conselho do Agronegócio, além de se ter recriado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e reativado o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, sem falar em todos os demais 41 conselhos que vêm sendo estimulados e fortalecidos. Está para ser criado, atualmente em discussão no Congresso Nacional, o Conselho Nacional da Juventude. Foram criados, também, quatro fóruns de participação: o Fórum de Economia Solidária; o Fórum Nacional do Turismo; o Fórum Nacional do Trabalho e o Fórum de Participação Social. Dezenas de ouvidorias foram instaladas nos órgãos públicos federais entre 2003 e 2004, fazendo com que hoje totalizem 109, além da realização das conferências nacionais, como já demonstradas no capítulo anterior.

Importante destacar que a CUT havia definido em seu congresso de 2000 a economia solidária como política principal de combate ao desemprego. Em 2003, o governo Lula cria a Secretaria da Economia Solidária, no âmbito do Ministério do Trabalho, bem como é criada no âmbito da secretaria o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Os ministros do Trabalho e Emprego, no primeiro mandato do governo Lula, eram todos importantes lideranças políticas e sindicais de trajetória cutista e petista, como Jaques Wagner (janeiro de 2003 a janeiro de 2004), Ricardo Berzoini (julho de 2004 a junho de 2005) e Luiz Marinho (julho de 2005 a março de 2007).<sup>41</sup> A partir do SM-ABC, começou a ser encaminhado pela central a proposta de Acordo Coletivo Especial (ACE), como política de negociação coletiva entre os sindicatos e empresas.

O relato de uma liderança da CUT vai no mesmo sentido: “Muitas vezes o governo

<sup>41</sup> Entre a saída de Jacques Wagner até assumir Ricardo Berzoini houve dois ministros interinos: Sandra Starling, professora da UFMG filiada ao PT. Fundadora da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte (APUBH-MG), foi deputada estadual entre 1987 e 1991 e deputada federal durante duas legislaturas, entre 1991 e 1999, e Fernando Roth Schmidt que foi vereador de Salvador e Secretário do Governo da Bahia.

leva temas que não são importantes no entender dos trabalhadores. Um exemplo é [...] quando eles quiseram apresentar a proposta do contrato de curta duração. Foi uma reunião em que a gente teve que colocar o pé na porta. Eles queriam empurrar goela abaixo um projeto ruim para os trabalhadores”.

São as tensões entre as propostas cutistas e aquelas efetivamente encaminhadas pelo governo do PT. Neste sentido, a simples afirmação de uma relação assimétrica do governo para a central não parece ser verdadeira, na medida em que o próprio governo atende algumas demandas cutistas. Essa tensão pode ser percebida, por exemplo, na crítica à manutenção de políticas econômicas do governo FHC e na reivindicação de participação no Conselho Monetário Nacional (CNM), que não foram atendidas pelo próprio governo.

Segundo Heredia e Lopes (2015),

A CUT, por exemplo, é chamada e efetivamente ocupa vários conselhos e fóruns participativos (mais de uma centena). No entanto, existe uma percepção da própria entidade de que alguns espaços “servem” de maneira mais eficaz para as disputas de poder efetivas, enquanto outros “servem” para articulações políticas e produção de alianças. Preocupada com a eficácia da participação em tantos conselhos, a CUT nacional promoveu, em setembro de 2013, uma reunião dos seus mais de cem conselheiros para discutir a construção de um mecanismo de comunicação e consulta entre eles, através do seu próprio portal na internet (com senhas individuais para os conselheiros), em virtude da necessidade de uma discussão mais aprofundada e de uma coordenação da atuação nos conselhos (reunião na qual pudemos estar presentes, como convidados). Ali apareceram os problemas decorrentes dos efeitos do domínio, por parte dos membros do governo ou do poder econômico, do capital técnico, informacional e político em tais conselhos; restaria aos conselheiros trabalhadores se contrapor a partir da acumulação, a ser sistematizada, de seu próprio conhecimento advindo da prática.

A ocupação dos conselhos, em grande parte de forma minoritária, implica dificuldades para o encaminhamento das reivindicações cutistas. Para Heredia e Leite Lopes (2015), a participação em conselhos é vista de uma maneira positiva, uma vez que os militantes na ida a Brasília procuram realizar outras atividades, ainda que mantenham um repertório de ações coletivas em prol de suas bandeiras, mas, em geral, direcionadas para mudanças pontuais das políticas públicas.

Ao mesmo tempo, a criação e participação em conselho faz parte das políticas deliberadas em congresso a respeito “da democratização do Estado”, defendida pela central desde final dos anos 1980. A CUT não só participa do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) como é um importante agente da construção e institucionalização desse novo conselho, com alta presença nas reuniões do conselho, além de participação ativa na construção de GTs, do conselho gestor dos CDs e na construção dos documentos norteadores da concertação social.

Além das cartas de concertação, documentos centrais para a política de conciliação, foram produzidos quatro importantes documentos que serviram para a conciliação e a orientação política e econômica do governo: a Agenda Nacional para o Desenvolvimento (AND), os Enunciados Estratégicos, a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC) e o Acordo para o Desenvolvimento Sustentável. Todos esses documentos têm como preocupação central o processo de industrialização nacional dentro da atual conjuntura internacional.

Segundo Cardoso Jr, Santos e Alencar (2011), “o CDES elegeu primeiramente a questão das desigualdades sociais e econômicas como prioridade a partir da qual estruturou

diversas de suas iniciativas concretas. Como fruto desses esforços, e em paralelo a inúmeras outras atividades, o CDES produziu duas Agendas Nacionais de Desenvolvimento. A primeira delas foi finalizada em agosto de 2005 e a segunda foi concluída em setembro de 2010”.

Segundo os conselheiros e a coordenação do CDES, esses documentos foram a base para as principais políticas setoriais e econômicas elaboradas pelo governo Lula, como, por exemplo, o PAC, as Políticas Industriais, como a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), e a construção do CNDI. “Ademais, e sem buscar a exaustão, o CDES elaborou e aprovou um conjunto de medidas de apoio e incentivo à micro e pequena empresa, com vistas à redução da informalidade e promoção da economia solidária; produziu três moções sobre assuntos sensíveis (aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional; ampliação da composição do Conselho Monetário Nacional para incorporar as perspectivas dos trabalhadores, dos empresários do setor produtivo e da academia; reforma política)”. (Garcia, 2011)

### 3.2 - A participação no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) – Da Agenda Nacional para o Desenvolvimento (AND) ao Acordo para o Desenvolvimento Sustentável.

O quadro abaixo apresenta o levantamento da quantidade de reuniões, eventos e os principais documentos elaborados no âmbito do CDES.

**QUADRO 3. Evolução Histórica dos Temas e Principais Ações CDES Lula 1**

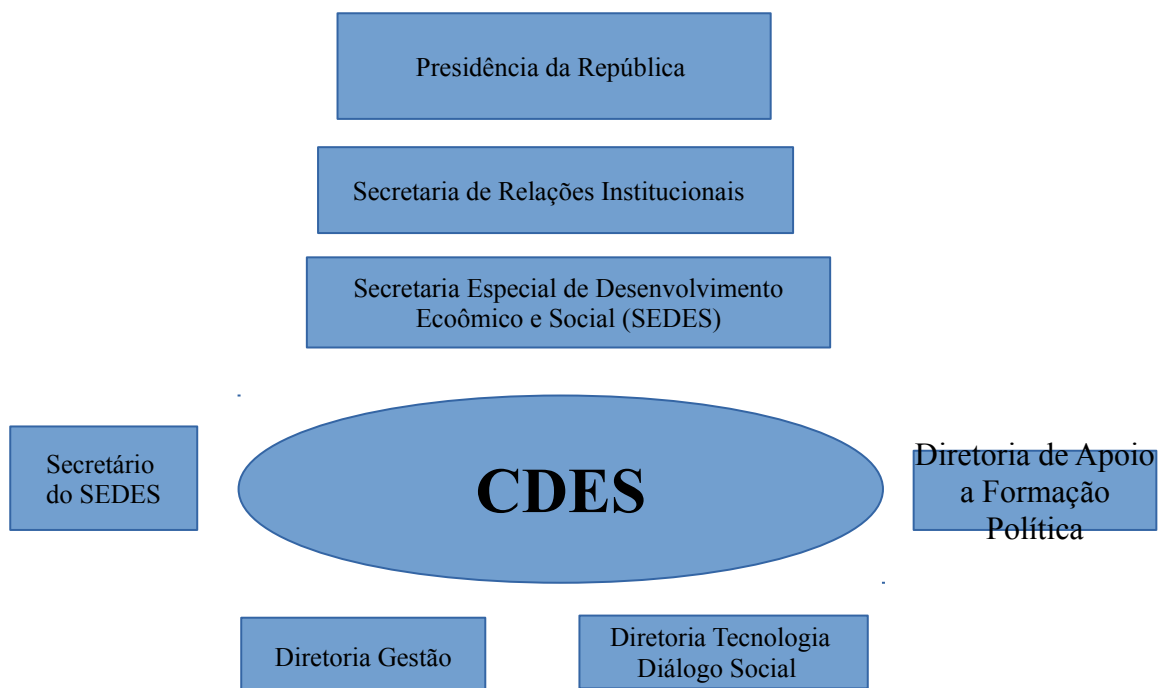
	CDES Lula 1			
	2003	2004	2005	2006
Reuniões e GT's	35	30	13	35
Eventos	10	9		28
Documentos Publicados	Cartas de Concertação	Política industrial, tecnológica e de comércio exterior (PITCE). Produzidas a partir do MIDC e discutidas antes de se tornarem públicas no CDES.	Moção de ampliação do CMN. Agenda Nacional de Desenvolvimento. Relatório de Recomendações do GT Micro e Pequenas Empresas e Informalidade. Relatório do GT Desindexação da Economia.	Enunciados estratégicos. Criação do Observatório de Equidade – Documento sobre Educação. (DIEESE, IPEA e IBGE).
Temas discutidos com propostas encaminhadas pelo CDES	Fórum Nacional do Trabalho; Reforma da Previdência; Reforma Universitária; Política industrial (reforma do INPI); Primeiro emprego; Super Simples; Desenvolvimento.	Política Industrial (criar CNDI, reforma INPI, PITCE). Discussão da Agenda Nacional de Desenvolvimento. Política de Salário-Mínimo. Indicação de construção de um	Micro e Pequenas Empresas, Desenvolvimento e Política Industrial.	Educação, Política Industrial e Desenvolvimento. CDES como espaço de proposição. GT “Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento” (GTAID).

		pacto do setor agroenergético.		
--	--	--------------------------------	--	--

FONTE: SEDES Elaboração própria.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) foi criado por meio da Medida Provisória nº 103, em 1º de janeiro de 2003, por ocasião da posse de Luís Inácio Lula da Silva, posteriormente regulamentado como Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Ele tem como objetivo “assessorar o presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas a um novo contrato social”, tomando como parâmetro a construção da “concertação social” e não da “conciliação das elites” (Tarso Genro, 2003). Tem uma função consultiva voltada para a tentativa de criação de uma concertação social nos moldes da social-democracia europeia. É composto por 93 membros nomeados pelo presidente da República, com a presença de capitalistas, sindicalistas, intelectuais e religiosos.

### ORGANOGRAMA 3 - Organograma da Estrutura do CDES



A dinâmica de reunião do CDES é assim descrita por Ramalho, Cordeiro e Silva (2015):

No CDES a reunião conta com 60 representantes, e a possibilidade de uso da palavra por parte dos representantes dos setores sociais não pode ultrapassar cinco minutos. Deste modo, o debate propriamente dito ocorre no âmbito dos Grupos de Trabalho organizados para discutir os temas em foco. As conclusões e os apontamentos quanto à formulação de políticas públicas são posteriormente apresentados ao presidente da República.

O conselho se reúne de cinco a quatro vezes ao ano, geralmente com a presença do presidente da República, sempre com longas intervenções. As reuniões se estruturam da seguinte maneira: temas apresentados pelo governo e proposições do conselho, fruto dos

grupos de trabalho, e prevê debates e aferição das posições. Os documentos finais são sempre encaminhados por consenso e posteriormente publicados com aval da presidência. Abaixo temos a descrição do método decisório dentro do conselho:

O método de tomada de decisões utilizado pelo CDES é adotado tanto nas reuniões plenárias quanto nos grupos temáticos e de acompanhamento e contempla a aferição de três níveis de convergência de opiniões: o acordo, quando ocorre unanimidade ou consenso, a recomendação, quando atinge maioria absoluta, e a sugestão, quando alcança adesão apenas da minoria podendo, inclusive, expressar posicionamento de um único conselheiro.(Garcia, 2011)

O conselho também produz informes, estudos especiais e pareceres sobre temas definidos como importantes. Na medida em que as discussões foram crescendo, novos órgãos foram criados, como o Observatório Social. Além disso, são criados grupos de trabalho por tema para aprofundar determinados assuntos, como no caso das reformas trabalhistas, tributária e da questão da bioenergia. Esses grupos podem se subdividir para temas mais específicos.

Segundo Guiot (2015),

o CDES foi resultado da incorporação de estratégias presentes no *Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social*, associação da sociedade civil empresarial coligada ao Partido dos Trabalhadores. Seu estudo mostra que o Instituto foi protagonista da criação e difusão da proposta intitulada “Fórum Empresarial de Apoio ao Município”. Na cidade de São Paulo, esta experiência foi realizada no governo Marta Suplicy (2001-2004) intitulado “Fórum Empresarial de Apoio à Cidade de São Paulo”, ainda em atuação.

O autor ainda destaca que

o presidente do Instituto Ethos, Oded Grajew, faz parte de um restrito grupo de empresários ligados há anos ao PT, tendo exercido, inclusive, o cargo de assessor especial da presidência da República nos primeiros 11 meses do governo Lula da Silva. É conhecida sua participação e influência em vários fóruns, movimentos e associações como intelectual orgânico fortemente engajado na organização da classe empresarial (FIESP, CIESP, PNBE, Cives, ABRINQ, Global Compact), além de atuar como conselheiro do CDES, ininterruptamente, *desde 2004*. (Guiot,2015)

É importante ressaltar que a significativa presença do empresariado no interior do Conselho não é só numérica (dos 92 conselheiros, no Pleno de 2003, identificamos 47 *diretamente* ligados ao empresariado – o que representa 51% do total de conselheiros), como também e, principalmente, dá conta da dimensão do capital em que são portadores e/ou gerentes. (GUIOT, 2015) Segundo Garcia (2011), o sindicalismo representa 16% dos conselheiros.

O CDES é composto por uma parcela relativamente grande das frações do grande capital, ao menos 25 grandes grupos econômicos, e de representantes de todas as centrais sindicais reconhecidas pelo Estado.

Como destaca Guiot (2015), o “Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é um órgão diretamente vinculado à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Portanto, trata-se de um órgão do aparelho de Estado”.

Neste sentido, o CDES funciona como um grande espaço de criação de consensos dentro de um projeto de desenvolvimento do capitalismo no país, com incorporação de novos



atores dentro do bloco no poder, que estavam alijados durante o governo FHC. Articulam-se em torno de um projeto burguês de desenvolvimento, “associações de natureza mercantil-filantrópica, ou seja, em conselhos, fundações, institutos, ongs, onde prevalecem a defesa e a pregação do cosmopolitismo burguês (por um ‘mundo melhor’, em ‘defesa da natureza’, pela valorização da ‘vida’, da ‘paz’ para todos, pela ‘inclusão digital’, ‘inovação’, ‘competividade’ etc.).”

Para Garcia (2011), a criação do CDES teve início ainda durante o processo eleitoral de 2002:

Em 18/8/02, um dia antes de atender ao convite que o presidente Fernando Henrique dirigiu aos candidatos para conversar sobre o acordo com o FMI, Lula consulta reservadamente cerca de 30 pessoas – trabalhadores, empresários, dirigentes de ongs, economistas, entre outros – num primeiro ensaio formal do estilo de governo que pretende implementar. Outra reunião é feita em 28/9/02, às vésperas do primeiro turno, e em 19/10/02, desta vez com um público mais amplo, o presidente Lula anuncia – se eleito for – a perspectiva de construir um CDES, como foro de celebração do contrato social anunciado no Programa de Governo. Em 07/11/02, já após o segundo turno, importantes representantes das forças vivas da nação que o presidente Lula pretende agregar no futuro CDES já participam de nova reunião, trazendo propostas para a construção e funcionamento do referido conselho.

Toni (2013) destaca o texto de Garcia (2010), que foi conselheiro do CDES, onde reafirma a instância como legitimação do governo e de contribuição à democracia, pelo incentivo às práticas consensuais, que aparece como método decisório do capitalismo

Empresários, lideranças sindicais, ativistas da cidadania e de grupos étnicos, organizações da sociedade civil, personalidades dos mundos acadêmico, jurídico, artístico e esportivo são **chamados a se manifestar, em iguais condições**, sobre políticas e ações de governo, em curso ou a serem adotadas. No debate livre e no confronto de opiniões, de avaliações e de interesses, busca-se construir entendimentos e, **sempre que possível, gerar consensos** a serem encaminhados à consideração do presidente da República. Inicia-se, assim, o rompimento da tradicional postura de confronto e de busca de eliminação do outro social e político estabelecendo-se, gradualmente, **uma posição de colaboração com vistas ao ganho mútuo e ao interesse coletivo**. (Toni, 2013, grifo do autor)

Ronaldo Coutinho Garcia é técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) desde 1978. Bacharel em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pós-graduado em Sociologia e em Economia do Setor Público pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ocupou desde 2003 o cargo de assessor especial da Casa Civil da Presidência da República e de subsecretário de Políticas de Desenvolvimento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República. Em 2008, assumiu a Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), atualmente denominada Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva (Saip).

Dentro desse espaço, são negociados e pactuados através do diálogo uma série de propostas a serem apresentadas ao Congresso Nacional. Neste sentido, o consenso é produzido tendo em vista a “democratização ou radicalização democrática” (Guiot, 2015), para formação de uma concertação expressa num novo contrato social, produzindo assim a completa estatização das ações sindicais.

Para Artur Henrique, presidente da CUT 2006-2009,

na área do trabalho e na área sindical aconteceu, ao longo dos últimos anos, uma mudança muito grande; primeiro, do ponto de vista dos diálogos sociais e da participação social, que não existia no governo anterior. Tínhamos muita dificuldade em ter espaço de negociação em relação a temas importantes, nunca houve chance de colocarmos isso de forma tão presente. Além disso, pudemos vislumbrar a possibilidade real de que essa participação se transformasse em políticas públicas de interesse do conjunto da classe trabalhadora no Brasil. (IPEA, 2010)

Neste sentido, a CUT se concentra dentro do CDES em qualificar tecnicamente sua atuação e lutar pela ampliação da bancada dos trabalhadores. Como diz o sindicalista cutista: “É preciso registrar que a bancada dos trabalhadores não corresponde a um terço do que deveria ser, há uma distorção da composição do conselho. Deveria ter um terço de trabalhadores, um terço de empresários e um terço da sociedade civil, dos outros setores”. (liderança da CUT).

A CUT participa do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) desde a sua criação em 2003. Desde 2008, quando foi criado o comitê gestor do conselho, a CUT tem um representante. Foram 43 reuniões ordinárias do CDES desde sua instalação.

**TABELA. 46 Conselheiros Sindicais no CDES**

Centrais Sindicais	Conselheiros Sindicalistas
CUT	Alberto Broch, Altemir Tortelli, Artur Henrique, Avelino Ganzer, Carmen Helena Ferreira Foro, Denise Motta Dau, Jacy Afonso de Melo, João Felício, João Vaccari Neto, José Lopez Feijóo, José Zunga Alves de Lima, Juçara Dutra Vieira (CNTE), Luiz Marinho, Manoel José Dos Santos (De Serra-Contag), Roberto Franklin de Leão, Sérgio Rosa.
Força Sindical	Danilo Pereira da Silva, João Batista Inocentini, João Carlos Gonçalves, Jorge Nazareno Rodrigues, Nair Goular, Paulo Pereira da Silva.
UGT	Antônio Carlos dos Reis (Salim), Enilson Simões de Moura (Alemão), Laerte Teixeira da Costa, Ricardo Patah.
Nova Central Sindical de Trabalhadores	José Calixto Ramos (CNTI), Moacyr Auer Osvaldo
Central Geral dos Trabalhadores do Brasil	Antônio Neto.

Abaixo, os conselheiros cutistas desde 2003.

**TABELA 47. Conselheiros CUTISTAS no CDES**

Nome	Cargo - CUT	Tempo
João Felício	APEOESP / CUT	2003-2009
João Vaccari Neto	Bancários SP - CUT	2003
Manoel de Serra	CONTAG	2003
Altemar Tortelli	FETRAF	2003-2007/2009-2011
Avelino Ganzer	Sindicalismo Rural (Cut Rural) – Atual assessor da presidência da república	2005-2007

Juçara Dutra	CNTE	2003-2010
Denise Mota Dau	Sind. Saúde SP – Sec. Org. CUT	2007-2009
Jacy Afonso	Secretário de Organização e Política Sindical da CUT BB, DIAP, GDF, Assessor Parlamentar Gushiken	2009 - 2015
Roberto Leão	Presidente CNTE/Direção Nacional da CUT	Desde 2010
Artur Henrique	SINERGIA -CUT	2006-2012 / 2013-2014
Vagner Freitas	CONTRAF-CUT	2012-2015

Fonte SEDES, CUT Elaboração Própria

A central também compõe o Comitê Gestor do CDES desde que ele foi criado em 2008. Abaixo, os membros da central que participaram do comitê:

**TABELA 48. Conselheiros CUTISTAS no Comitê Gestor do CDES.**

Nome	Cargo CUT	Tempo
José Lopez Feijóo	Presidente do SM-ABC/SP e Vice-presidente da CUT (2009/2012)	2008-2009
Artur Henrique	SINERGIA -CUT	2010-2012
Jacy Afonso	Secretário de Organização e Política Sindical da CUT BB, DIAP, GDF, Assessor Parlamentar Gushiken	2012-2014

Fonte: CDES Elaboração própria

Segundo os relatórios de gestão e 39 atas de 43 reuniões do Pleno do CDES, a CUT participou de 90% das reuniões. Ainda segundo o relatório:

Em 2003 foram realizadas seis reuniões, sendo cinco ordinárias e uma extraordinária. As reuniões ordinárias do pleno do CDES aconteceram nos dias 13 de fevereiro, 10 de abril, 12 de junho, 4 de setembro e 10 de dezembro. A reunião extraordinária foi no dia 31 de março.” Segundo o mesmo relatório, foram criados os seguintes Grupos Temáticos (GTs) para o desenvolvimento dos trabalhos:

- GT Reforma Previdenciária (quatro subgrupos com quatro encontros)
- GT Reforma Tributária (quatro subgrupos com um encontro)
- GT Reforma Sindical e Trabalhista (três subgrupos com quatro encontros)
- GT PPA (dois subgrupos com dois encontros)
- GT Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento (dois subgrupos com quatro encontros)
- GT Primeiro Emprego (um subgrupo com um encontro)
- GT Micro e Pequena Empresa, Informalidade e Autogestão (dois subgrupos com três encontros)

Neste ano, foram realizados 29 encontros de grupos temáticos, reunindo 660 lideranças nacionais, em 18 subgrupos, totalizando 22.320 minutos de discussão. Em 2003 ainda foram realizados 10 protótipos, experiências distribuídas da seguinte forma no território nacional: quatro na região Nordeste, três na região Sul, dois na região Sudeste e um na região

Norte. Foram realizados os chamados “Diálogos e Conferências”, que mobilizaram cerca de 8.500 lideranças em todo o país.

Nas reuniões do Pleno do Conselho, foram discutidos os seguintes temas: reforma previdenciária, reforma tributária, reforma sindical e trabalhista, plano plurianual 2004-2007, retomada do crescimento e política macroeconômica, parceria público-privada e política industrial.

Logo na primeira reunião, realizada em 13 de fevereiro de 2003, foram expostos, pelos ministros de Estado Jaques Wagner, Ricardo Berzoini e Antonio Palocci Filho, “os princípios e diretrizes que orientarão as reformas trabalhista, previdenciária e tributária” (CDES, 2003). Nesta reunião, também foi aprovada a primeira carta de concertação. Na segunda reunião foi submetida à apreciação do conselho a “formação de três grupos temáticos com objeto de trabalho definidos: um que acompanhará as discussões do plano plurianual do governo, 2004-2007; outro que tratará dos fundamentos estratégicos para um novo modelo econômico e, por fim, o terceiro, que debaterá sobre questões relativas a micro e pequenas empresas”. Nesta reunião também foi discutida a reforma da previdência, que tinha como ponto importante a desoneração da folha de pagamento; neste sentido, é importante destacar que as propostas de aumento da idade mínima de aposentadoria e a instituição de regime complementar para os servidores públicos se materializaram na formação do FUNPRESP. Na reunião do dia 12 de junho de 2003, foi apresentada a proposta do primeiro emprego e, “após a exposição, foi encaminhada à mesa e acolhida pelo plenário proposta de constituição de um grupo de trabalho para discutir o Programa Primeiro Emprego, subscrita pelos conselheiros Jussara Dutra, João Felício, Felipe Maia e Luiz Cláudio Marcolino, suplente de João Vaccari Neto”. Também foi apresentada a terceira carta de concertação e o relatório da reforma trabalhista e sindical.

Na reunião de 4 de setembro, o “secretário-executivo do conselho, ministro Tarso Genro, saudou as presenças dos conselheiros, suplentes, convidados e observadores, submeteu a pauta da reunião ao plenário e, de imediato, encaminhou a assinatura de convênio com a CEPAL e também a celebração de convênio com a OIT, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Concertação”. Nessa mesma reunião, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, esclareceu os pontos da política econômica afirmando que “o ajustamento ocorre pela austeridade e não pela oneração da produção”. Em seguida à exposição do ministro da Fazenda, o presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, adverte os sindicalistas presentes sobre as cobranças em documento dirigido para ele:

Eu estava vendo aqui, companheiros sindicalistas, uma frase, na primeira página de vocês, que eu lembro de uma história. Aqui está dizendo assim: “Redução, é necessária uma redução drástica dos juros”. E eu fico me perguntando por que a palavra drástica. Se não bastaria falar: redução da taxa de juros.

Eu nunca esperei unanimidade em nenhuma das votações – e não espero. Eu espero o debate, eu espero o confronto de ideias. E a democracia vence na hora em que a maioria decide o que é melhor para este país. E, embora eu não seja deputado, eu, muitas vezes, fico até duas horas da manhã vendo os debates, para ver se aprendo um pouco com os debates que se dão no Congresso Nacional.

E continua falando da necessidade dos acordos, negociações e alianças políticas:

Alguns, certamente, desejariam que o meu partido, com apenas 90 e poucos deputados, não fizesse acordo com ninguém e aprovasse tudo. Na verdade, os que criticam os acordos que nós fazemos são aqueles que nos chamariam de inábeis se nós não fizéssemos acordos. Então, o que nós mostramos é que, primeiro, eu disse desde o começo: nós vamos ensinar este país a negociar. Nós vamos ensinar este

país a atingir a maturidade que ele precisa para dar o salto de qualidade interno e externo que ele precisa ter. Nós precisamos ter a grandeza de entender que as negociações se fazem extremamente necessárias. E eu estou feliz. Estou feliz porque acreditamos nisso, porque fizemos o que tínhamos que fazer e, o que é importante, é que nós começamos. O governo dizendo: nós vamos fazer primeiro o necessário, depois o possível e quando menos se esperar, nós estaremos fazendo o impossível.

Para, em seguida, defender a política econômica:

O que nós queremos, na verdade, é dizer para vocês: o que vai estabilizar a nossa moeda é a estabilização da economia e da política neste país. Não vai ser o tacão do presidente do Banco Central, do ministro da Fazenda ou do presidente da República, vai ser a lógica da confiabilidade que nós conquistamos no mundo. **E vamos conquistar mais. Sem brincar, sem mentir, sem ficar vendendo facilidades. Eu fui criado aprendendo a dizer que a verdade muitas vezes é muito dura, mas ela tem que ser dita. A mentira é mais fácil, porque a mentira você protela.** E aí, se você conta a primeira, tem que passar a vida inteira mentindo para poder justificar a primeira. **Então eu prefiro dizer a verdade, mesmo quando doa. A nossa política econômica talvez não seja a política econômica do sonho do Palocci, do meu sonho, do sonho do Tarso ou do Guido e de vocês. Mas é a política econômica que nós temos consciência de que é possível fazer nesse momento. Alguns apressados que cobram mais rapidez, oito meses atrás imaginavam o desastre no país.**

Por fim, defende a política de parceria público-privada:

Nós, agora, por exemplo, vamos fazer uma inovação. **Está pronto o PPA, foi entregue ao Congresso Nacional. Nós definimos quais são as obras que são prioritárias, definimos quais são as obras para que nós vamos procurar parceiros nacionais, vamos fazer um convite a muitos parceiros internacionais que queiram investir aqui. Aquilo que o governo puder fazer com seu dinheiro vai fazer, sobretudo na área em que a iniciativa privada não possa entrar, mas naquilo que a gente puder fazer parceria, não tenho dúvida de que nós vamos fazer.** Não vamos conversar com empresários oferecendo discursos, vamos conversar oferecendo projeto. Está aqui o projeto, está aqui o marco regulatório, é o desafio de querer ou não querer, porque se não for assim as coisas não andam, se depender do Orçamento, vocês todos acompanham o Orçamento neste país e sabem que, no frigar dos ovos, o dinheiro que fica para os investimentos é sempre muito pouco, porque grande parte do Orçamento está comprometido.

Nesta mesma reunião, o representante do grupo Itaú, Roberto Setúbal, avalia como positiva a política econômica do governo Lula. Na quinta reunião, em 10 de dezembro de 2003, logo na abertura, “o ministro Tarso Genro referiu-se à presença das delegações estrangeiras de conselhos similares internacionais presentes, que participam da Conferência Internacional Caminhos para um Novo Contrato Social”. Em seguida, ocorreu a apresentação do secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Marcio Fortes de Almeida, sobre Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior. A apresentação se baseou no documento de mesmo título produzido e divulgado pelo governo, que teve também um resumo, produzido pela SEDES, enviado aos membros do CDES. Posteriormente, foi apresentado um balanço da política monetária e econômica.

A delegada cutista Juçara Dutra encaminhou sua preocupação em produzir propostas específicas:

(...) temos responsabilidade de tentar dar conta do descompasso da distribuição de renda. Manifesta preocupação com a educação básica e com a universidade,

sobretudo pública. Temos que pensar no financiamento da educação, com elevação do PIB, e apostar no desenvolvimento partilhado entre as esferas da federação. O grupo de acompanhamento de políticas sociais é um passo importante, mas temos que produzir propostas específicas para a educação no âmbito do CDES

O delegado João Felício afirmou que

o ano de 2004 deve marcar a retomada do emprego e do salário. O contrato coletivo de trabalho seria importante para uma política industrial. Este conselheiro deixa material para a mesa. A retomada do crescimento não será suficiente para reativar o emprego e melhorar as relações de trabalho. Por fim, não há garantia de que o movimento sindical vai participar da discussão da política industrial com o governo e o capital, e isto seria importante.

E Volmir Santolin, outro delegado da CUT, “afirma que suas angústias no meio rural são grandes. A questão social no campo é importante, assim como o êxodo rural. Devemos construir diretrizes de desenvolvimento do meio rural de forma articulada com a política macroeconômica e a política industrial”. (SEDES, 2004)

À medida em que as reuniões do Pleno do CDES vão ocorrendo, o governo procura profissionalizar o espaço e aprofundar debates que foram surgindo no âmbito do conselho. Além disso, os próprios conselheiros cutistas procuram enfatizar a necessidade de políticas concretas e específicas por meio do conselho.

Para isso, a secretaria do CDES criou os Diálogos ou Conferências de Concertação. Todos esses eventos foram dedicados à construção de políticas públicas para o Estado. Em 2003, foram realizados dez protótipos, experiências distribuídas da seguinte forma no território nacional: quatro na região Nordeste, três na região Sul, dois na região Sudeste e um na região Norte. Os Diálogos e Conferências mobilizaram cerca de 8.500 lideranças em todo o país, segundo a própria secretaria do CDES.

Além dos GTs, dos eventos regionais e das reuniões do pleno, foram organizados mais sete eventos nacionais. Foram eles: 1) o encontro *O Processo de Concertação como Elemento Fundamental para o Desenvolvimento*, com a presença do presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o vice-Presidente para a América Latina do Banco Mundial, autoridades internacionais e nacionais. Neste encontro, foram assinados convênios de cooperação com o BID e o Banco Mundial; 2) o colóquio *Democracia e Ampliação do Diálogo: uma Avaliação do CDES*, com a participação dos professores e intelectuais Marilena Chauí, Lúcio Kovarick, Sergio Abranches e Luiz Otávio Cavalcanti; 3) o seminário *Público e Privado: Parceiros do Novo Modelo de Desenvolvimento*, em iniciativa conjunta da SEDES com o jornal Valor Econômico. O evento contou com a participação do Prêmio Nobel de Economia em 2001, Joseph Stiglitz; 4) O *Fórum de Lideranças Nacionais pela Concertação*, realizado em Nova Lima/MG, em parceria com a Fundação Dom Cabral, nos dias 18 e 19 de setembro, com o tema *Brasil Rumo ao Futuro: Construindo o Desenvolvimento Sustentável*; 5) encontro *Saber Global*, em parceria com os Ministérios das Relações Exteriores e das Comunicações; 6) um colóquio sobre a temática dos transgênicos e sua regulação, com a participação do relator da Medida Provisória 131, deputado federal Paulo Pimenta, e do Secretário de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco e 7) a conferência *Caminhos para um Novo Contrato Social*, com participação de representantes de conselhos similares da França, Portugal, Espanha, Itália e Comunidade Europeia, de diversos países latino-americanos e de palestrantes internacionais com experiência no tema da construção de processos de diálogo em torno da contratualidade social

pelo desenvolvimento.

O segundo o relatório de gestão apontou: “Durante o ano de 2004, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) realizou cinco reuniões plenárias, várias reuniões de grupos temáticos e de acompanhamento, colóquios e mesa-redonda, além de concertações locais em Santo Ângelo e Quarta Colônia, no Rio Grande do Sul, Valente (BA), Recife (PE), Alfenas (MG)”. Importante destacar que a reforma da previdência já havia sido aprovada, gerando descontentamento e cisões no meio sindical, principalmente nos sindicatos dos servidores da educação federal, ANDES e SINASEFE em especial. Além disso, o ano de 2003 foi marcado pela elaboração das Cartas de Concertação e manutenção de toda a política macroeconômica do governo anterior, o que gerou muitos descontentamentos no âmbito do CDES.

Para a SEDES/CDES, foi deslocado o então ministro do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner. Uma das primeiras discussões era sobre a falta de eficácia do novo espaço. O ministro Jaques Wagner “destacou a importância do CDES como ponto de unidade entre a sociedade civil e o governo do presidente Lula” e, ainda,

ênfaticamente que nesta nova fase o papel do CDES deverá estar focado na construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, pactuado com a sociedade civil. Portanto, este é o momento propício para discutir e compartilhar a responsabilidade em relação à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, apresentada pelo ministro Luiz Fernando Furlan. (...) ressaltou a importância dessa política que constitui um pilar do projeto de desenvolvimento.

O novo coordenador do CDES anunciou ainda o GT sobre Reforma Universitária. Também na reunião, o ministro do MDIC, Luiz Fernando Furlan, “apresentou a proposta de Política Industrial do Governo e justificou a escolha dos quatro setores – *software*, semicondutores, fármacos e medicamentos e bens de capital como opções estratégicas, pelas possibilidades que os mesmos oferecem para o desenvolvimento de novos produtos”.

Sobre a política industrial do governo, afirmou ainda que os “objetivos são diferenciação, inovação, inserção externa e criação de empregos”, e justificou a presença da indústria de semicondutores como uma “vontade política de adensamento da cadeia produtiva, que tem na eletroeletrônica um componente essencial. Os *softwares* possuem no Brasil um mercado maior que o da Índia, é o sexto ou sétimo mercado mundial, possui melhor infraestrutura de fibras óticas, por exemplo, mas exporta muito menos que aquele país”.

O ministro anunciou o programa MODERMAQ, que vai financiar a aquisição de máquinas e equipamentos com prestações fixas, com vistas à modernização da indústria. Outro programa apresentado foi o de Extensão Industrial Exportadora, programa de consultoria pública que visa capacitar para a inovação e incrementar a competitividade das empresas. Outra proposta apresentada foi a criação de uma agência ou empresa ligada ao MDIC, para fomentar e implementar a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior<sup>42</sup>.

Outras ações com o objetivo de construir o arcabouço institucional de apoio à política industrial estavam em curso nesse período, tais como a modernização do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), a construção do Laboratório Nacional de Micro e Nanotecnologia e a modernização de outros centros e

<sup>42</sup>Essa proposta se concretizará no Governo Dilma Rousseff (2011-2014) com a formação da EMBRAPII.

institutos de pesquisa científica. Até o dia 31 de março de 2004, o governo deveria apresentar medidas nas áreas de modernização industrial, inovação e desenvolvimento tecnológico, fármacos e biotecnologia, *software*, bens de capital e semicondutores.

O representante Luiz Marinho, da CUT, afirmou:

Achou positivo que a discussão fosse feita sobre política industrial, pois passamos os anos 1990 sem essa preocupação. Acredita que o governo precisa pensar a intervenção no Conselho, pois deve haver mais espaço para os conselheiros falarem. O presidente fez uma defesa da política econômica, o que está certo, porém, pensar na hipótese de manter a taxa de juros é inaceitável. Quanto à alegação de que alguns setores aumentam seus preços e por isso não se reduzem os juros, é preciso observar que, se alguns setores estão exagerando, o governo tem outros instrumentos para controlar os preços além dos juros. Também considera que é preciso dar atenção ao emprego da mesma forma que é dada à inflação. Não é suficiente o crescimento da economia para retomar os empregos. Não serão gerados empregos com o crescimento deste ano. Deve haver uma decisão política neste campo. Diz que a Central vai apresentar plano para frentes de trabalho urbanas e para o salário-mínimo para os próximos vinte anos.”

O representante do CNI, Armando Monteiro, e importantes capitalistas pressionaram pela necessidade de mais espaços de decisão da política setorial e macro e também pelo acompanhamento e pela gestão das políticas. O conselheiro Jorge Gerdau afirmou que

Considerou a proposta de política industrial boa e importante, mas lembra que o processo decisório sobre a política industrial deve ser aprimorado e que, realmente, o mais importante passa pelas macropolíticas. Um fenômeno observado nos últimos anos é que as políticas macroeconômicas obedecem a critérios e interesses financeiros, e raramente beneficiam o setor industrial. **A carga tributária e o sistema tributário exigem ajustes. A política aduaneira deve ser um instrumento de política industrial. Temos várias cadeias produtivas com 300% de diferença na tributação. Não há consistência. Outro aspecto fundamental é a infraestrutura. No mercado de capitais, não está havendo captação.** Acredita que devemos desburocratizar e ter política cambial adequada, uma política de longo prazo que permita investimentos voltados à exportação, devemos ter mecanismo para aumentar produtividade. As macropolíticas não podem ficar subordinadas exclusivamente aos interesses financeiros e tributários. É preciso haver confiança nos mecanismos da política industrial com balanceamento de medidas e objetivos claros dos instrumentos fiscais, financeiros e orçamentários.”

Na medida em que as reuniões do Pleno do CDES e dos espaços de apoio às discussões foram sendo criados, houve grande sinergia entre os capitalistas e representantes de associações e sindicatos patronais e representantes das centrais sindicais, principalmente no que se refere ao estabelecimento de uma política setorial para a indústria.

Ainda nesta reunião, foram assumidos dois importantes pontos pelos representantes do governo federal: a melhoria da infraestrutura para o agronegócio e o compromisso de estudar a possibilidade de criação de um conselho específico para a Política Industrial em conjunto com a SEDES. “Ainda foi criado um grupo de trabalho em meados daquele ano e denominado Fundamentos Estratégicos do Desenvolvimento, congregando entre 50 e 60 conselheiros, que vinha produzindo subsídios dispersos sobre o tema, não apropriados pelo governo, mas ainda longe de serem uma proposta mais articulada e orgânica.” (Garcia, 2011)

Em 13 de maio, na segunda reunião do ano, o coordenador ministro Jaques Wagner afirma: “Esta reunião tem o intuito de fazer um debate com o Ministro Palocci sobre a questão do desenvolvimento econômico. Espero que possamos construir convergências e caminhos



para o objetivo maior de todos nós, governo, sociedade e conselho, que é o crescimento com inclusão social, com geração de emprego, trabalho e renda”.

A falta de crescimento econômico e a manutenção das medidas macroeconômicas do governo FHC eram criticadas pelos conselheiros, uma vez que a taxa de crescimento econômico tinha sido de 0,5% e políticas monetária e fiscal de austeridade aumentaram o desemprego e diminuíram o investimento produtivo.

Para defender o CDES e a sua política, o ministro Jaques Wagner procura mostrar a efetividade das sugestões dos , como a absorção na política industrial das sugestões dos conselheiros e a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Para em seguida continuar: “Nesta reunião temos opiniões, temos divergências, mas todos estão aqui com esse objetivo. Este espaço foi criado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o **objetivo de buscarmos pontos de convergência que possam amalgamar sociedade e governo**”.

Depois de destacar essa necessidade de convergência entre os conselheiros, o coordenador passa a palavra para o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, fazer uma exposição do quadro econômico. Este afirmou: “Nosso governo consolidou a estabilidade macroeconômica através de uma política fiscal responsável, baseada em contenção de despesas; de uma política monetária forte, para combater o surto inflacionário do final de 2002; de uma melhora significativa das contas externas e da composição da dívida pública”.

Continuou defendendo a política econômica, alvo de críticas das associações dos capitalistas industriais e dos representantes de trabalhadores:

Para garantirmos um crescimento econômico consistente é necessário um sólido alicerce de estabilidade macroeconômica e produtividade; empreendedorismo; promoção do comércio exterior; e proteção social efetiva. Há uma série de iniciativas do governo sobre esses quatro temas principais. Projetos que estão no Congresso e promoverão importantes ajustes no marco institucional, como: a nova Lei de Falências; mudanças de regras para estimular o mercado imobiliário e a Parceria Pública Privada (PPP); a ampliação dos programas de transferência de renda e de recursos para estimular a agricultura familiar; e a consolidação de uma legislação para permitir e facilitar a legalização de pequenos empreendimentos que estão na informalidade. (CDES, 2003)

Em seguida, destacou as medidas apresentadas pelo governo e finalizou afirmando:

Ideia básica é que, além dos dados positivos da política econômica, como o ajuste das contas externas, o equilíbrio das contas públicas e a política de crescimento, possamos avançar na agenda de mudanças institucionais, compartilhadas com o país. A coesão do país em torno dos objetivos é fundamental para esses avanços. Devemos eliminar os desequilíbrios que marcaram o período anterior. O Brasil cansou de ir e vir. Vamos arrumar o país de maneira definitiva, na defesa de um cauteloso processo de retomada do crescimento.

O representante da CUT interveio afirmando:

“Sou extremamente otimista com o futuro do país no longo prazo, no curto prazo tenho muitas preocupações. A fala do ministro Palocci indica que, aparentemente, está tudo resolvido. Certamente, os empresários vão apresentar outros dados, outros indicadores, outros elementos, certamente vão reclamar de crédito, da falta de capital de giro, da carga tributária excessiva, do crescimento da carga tributária a partir da mudança Pis/Cofins. Qualquer dirigente sindical vai colocar outros indicadores e reclamar do salário-mínimo. **O ministro falou de ousadia, ousadia de preservar o superávit para o equilíbrio das contas e a sustentação dos indicadores macroeconômicos, com os quais nós também concordamos. Mas é**

**preciso, também, ousadia no aspecto da distribuição de renda.** Os indicadores apresentados são verdadeiros. É verdade que há um crescimento do emprego particularmente em alguns setores do país e algumas regiões. Mas é verdade, também, que existe nos grandes centros brasileiros problema e drama social, com desemprego assustador.

Neste sentido, propõe uma política de ajuste para o salário-mínimo, como política de distribuição de renda.

Portanto, a discussão do valor do salário-mínimo é uma discussão essencial para fazermos. Eu defendo a ideia de planejarmos a retomada do crescimento do salário-mínimo. Existe hipocrisia no debate em torno deste tema na sociedade brasileira, inclusive, nas centrais sindicais. É preciso começar, ainda este ano, a discutir o salário-mínimo do próximo ano. O conselho deve discutir esse assunto. O salário-mínimo não é um indicador insignificante, ele corresponde a 42 milhões de pessoas que ganham até dois salários mínimos no país. É um indicador importante de distribuição de renda e um indicador de desenvolvimento. O indicador de renda das pessoas é fundamental para fortalecermos o mercado interno.

Depois, continua a afirmar que é necessário uma

revolução na educação, **avanços na reforma agrária** para fixar as famílias no campo, para não irem todos para os grandes centros em busca de empregos inexistentes. O ministro Palocci apresenta o seu olhar, através dos indicadores selecionados, com muita competência. Há distância entre o olhar do empresariado e o olhar dos trabalhadores. **Mas é preciso que nos debruçemos sobre os três olhares para sabermos qual é o olhar do Brasil, como convergir esses olhares num processo de negociação apontando para o longo prazo.** Quero convidar, também, o sistema financeiro para participar desse processo.

Aqui é importante destacar o alinhamento tanto de sindicalistas como de empresários na crítica ao governo do PT, e como a defesa da “indústria nacional” como um valor moral, estratégico para superar a crise econômica no mundo globalizado, permitiu a interpenetração entre os interesses das classes ali representadas. Outro ponto fundamental da política cutista foi a proposição de aumento do salário-mínimo como meio de aumentar o mercado interno; e finaliza afirmando sua preocupação com a lei de falências. Dessa maneira, reafirma a política de valorização do salário-mínimo como forma de aumentar o mercado interno. Assim, ao mesmo tempo em que, por pressões das centrais, principalmente da CUT, houve uma regulação do salário-mínimo com aumento paulatino, por outro lado, abdicaram de uma política histórica e de confrontação (reforma agrária, redução da desigualdade etc.) em troca de uma política mais pragmática de aliança com setores empresariais, como a política industrial e de redução de juros.

Em começos de julho de 2004, teve início a discussão da Agenda Nacional de Desenvolvimento, no âmbito do GT Fundamentos Estratégicos do Desenvolvimento (GTFED). O GT, instituído em julho de 2003, continuou realizando atividades durante o ano de 2004, procurando definir um projeto político econômico para ser consentido no interior do conselho. Para isso foram realizados estudos, debates, seminários e consultas a especialistas.

No dia 4 de agosto, é realizada a terceira reunião do CDES em 2004. Jacques Wagner inicia apontando a principal item da pauta: “A reunião de hoje se destina ao debate da questão do setor elétrico com a ministra Dilma, cuja pasta tem uma amplitude muito maior, pois

abrange além do setor elétrico, os setores do petróleo, do gás e da mineralogia”. É a primeira reunião com a participação da ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff<sup>43</sup>. Importante salientar que a ministra havia sido secretária de Minas e Energia do governo Olívio Dutra no Rio Grande do Sul (1999-2002) e fez parte da elaboração do programa de energia do candidato Lula para as eleições de 2002. Em sua exposição, a ministra se concentrou em analisar o setor de energia elétrica do país.

Sobre a característica do setor elétrico brasileiro, disse:

É o aproveitamento dos recursos hídricos do país, com uma quantidade de térmicas já bastante significativas, em torno de 10.131 megawatts e uma pequena parte de energia nuclear responsável por 2.007 megawatts. Essas linhas de transmissão que interconectam essas diferentes bacias hoje montam a 75.672 km em linhas de alta tensão. Consideram-se linhas de alta tensão no Brasil, ou rede básica, toda aquela linha de tensão maior ou igual a 230 kilovolts. Esse sistema opera através de um processo de otimização pelo qual entra primeiro a energia mais barata e aumenta o custo na sequência. Obviamente, a partir do despacho desta energia mais barata, numa curva de custo crescente, se despacham as outras e, ao mesmo tempo, ele opera considerando nível de segurança, ou seja, quando os reservatórios atingem um certo nível para o processo de despacho por esse sistema de menor custo para o maior custo, chamado sistema de mérito, e passa a despachar considerando a segurança do sistema. O que significa isso? Se o nível do reservatório caiu e isto varia no período úmido e no período seco e numa visão de dois anos, o sistema passa a despachar energia térmica mesmo que esta seja mais cara. Então, são dois critérios: um de mérito e outro de segurança. Pois muito bem, esse sistema é sem a menor sombra de dúvida, um dos mais flexíveis, pois permite o aproveitamento adequado desses recursos, é altamente competitivo para um país que quer possuir uma geração hidrelétrica renovável com uma característica de pirâmide, ou seja, com a capacidade de durar não se sabe quanto tempo, e permite que o país explore adequadamente os seus recursos naturais.

Em seguida, aponta algumas diretrizes do novo governo:

Nós resolvemos trabalhar no sentido de constituir um novo modelo para o setor elétrico e propor duas legislações ao país, porque achávamos que o Brasil tinha caído numa armadilha onde a regra básica do mercado de preço x oferta não funcionou. Ou melhor, os custos crescentes da energia não serviram para viabilizar uma maior oferta, ou seja, em um determinado momento, houve aumento do custo da energia sem ampliação da oferta e ainda tivemos um dos maiores racionamentos da história de todos os países.

Essas mudanças se direcionavam para a formação dos preços do setor e para a defesa das concessões por leilão, no sentido de aumentar o aproveitamento dos recursos hídricos brasileiros em termos de geração de energia, segundo apresentação da ministra, somente em torno de 24%.

A ministra aponta dois problemas para avançar nas propostas do setor: “O primeiro é o financiamento de longo prazo para infraestrutura, e o segundo, é o problema ambiental”.

Diante do estoque de energia existente que o país possui, temos de providenciar a

---

<sup>43</sup> Dilma Rousseff viria a ser ministra da Casa Civil depois da saída de José Dirceu e, no final do segundo mandato de Lula, escolhida como candidata para a sucessão presidencial. Na inauguração de Belo Monte, em 5 de maio de 2016, a presidenta afirmou: “*Eu quero e eu falo esses números porque eu acho importante destacar que, com o Belo Monte, nós não levamos só energia para o resto do Brasil, nós criamos aqui uma riqueza única, que é tornar disponível, colocar à disposição das empresas que quiserem vir aqui colocar o seu negócio, participar desse Estado que tem grandes reservas minerais, grande potencial agrícola; podem vir aqui porque não vai faltar energia*”. (Retirado de <https://soundcloud.com/palacio-do-planalto>)

energia que será necessária, que será gerada por essas 45 usinas já concedidas. Destas 45, já solucionamos o problema de financiamento e de licença ambiental de 21 usinas. Falta resolver o problema fundamental relacionado ao meio ambiente do restante das 24 usinas. Diante deste quadro, eu diria que a nossa situação é tranquila, com várias ressalvas. Ninguém pode parar, temos de solucionar o problema ambiental e o problema do financiamento de longo prazo. Em relação ao financiamento de longo prazo, já resolvemos o problema de 20 deste total de 24 usinas pendentes, ao mudar as condições de financiamento das mesmas. Precisamos de financiamento compatível com o longo prazo de maturação, pois no setor elétrico mundial, a relação entre capital próprio/capital financiado é 30/70. No meio ambiente, temos problemas de transição, ou melhor, um estoque herdado de problemas. As 45 usinas estavam sem licenciamento e sem financiamento e funcionando

Após sua exposição, conselheiros como Jurema Werneck, pesquisadora da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV); Paulo Godoy (presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base - ABDIB); José Mendo, consultor do setor de Mineração; Glaci Zanca, professora da UFPR; Antoninho Trevisan, Consultoria Trevisan e José Antonio Moroni, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), elogiaram a construção de novos marcos legais e da constituição da Empresa de Planejamento Energético (EPE). O conselheiro Rinaldo Soares, da CEMIG, e o professor Belluzo a questionam sobre os custos dos projetos e sobre o financiamento do setor. A ministra responde da seguinte maneira:

Acho, então, que a consideração feita pelo professor Belluzo sobre a questão do financiamento é certa. Estamos analisando essa possibilidade de articular BNDES, fundos de pensão, e acho que o mercado de capitais no caso específico do setor elétrico é fundamental, porque o setor elétrico estável transforma o investimento nas empresas geradoras em investimento típico da chamada velinha japonesa, porque ele tem fluxo de caixa constante e um nível de previsibilidade muito grande. Por isso, acho que essa discussão é muito bem-vinda e acredito que você, Belluzo, pode dar uma grande contribuição.

O conselheiro Manoel de Serra, da CONTAG, depois de ouvir a apresentação da ministra Dilma Roussef e as considerações de outros conselheiros<sup>44</sup> sobre a política para o setor elétrico, faz o seguinte questionamento:

A minha inscrição, ministra, foi mais no sentido de levantar uma preocupação como representante dos trabalhadores rurais neste conselho. Eu observei que a senhora coloca a necessidade de investimentos e dois problemas principais para a geração de energia: a questão dos recursos para fazer investimento e as questões ambientais. Eu

---

<sup>44</sup> Reproduzo a fala do **general Luiz Gonzaga Lessa, conselheiro do CDES, presente na reunião**: “Senhora ministra, os meus cumprimentos pela excelente apresentação e pelo tom bastante enfático em um tema tão importante para o nosso país. Senhora ministra, tudo parece indicar que a crise do petróleo a nível mundial, que afeta de forma significativa o Brasil, não é uma crise especulativa por melhores preços. Tudo indica que a crise é fundamentalmente estrutural e que não deverá retroceder. Neste quadro, vale considerar que o Brasil, apesar de ser detentor de pequenas reservas, se o compararmos com outros países a nível global, ele demanda muito pouco no mercado mundial do petróleo, e as reservas que possuímos são muito importantes para assegurar transição pacífica e ordeira para novas formas de energia. Causa-nos estranheza, senhora ministra, que o Brasil, voluntariamente, abra mão das suas limitadas reservas, possibilitando a exportação do petróleo que venha a ser descoberto por meio de licitação internacional, tendo como foco as nossas mais promissoras áreas petrolíferas, parte delas já dimensionadas pelo esforço e competência técnica da Petrobras. Por isso, como a senhora vê a sexta rodada de licitações de bacias sedimentares, em especial no tocante à vulnerabilidade a que ficam expostas as nossas reservas e com a probabilidade de exportação? Face a um futuro previsível, não seria um risco para o país? Obrigado”.

queria colocar um terceiro problema, que me parece crucial, que não foi colocado no planejamento desse processo de geração de energia. Como tratar os problemas sociais gerados pelos investimentos das grandes hidrelétricas? Nós sabemos que, milhares de famílias foram desagregadas, mudaram os seus hábitos, seus costumes e suas vidas. Eu acompanho algumas barragens, como é o caso de Itaparica, que, por duas décadas, por mais de duas décadas, houve uma desagregação de cinco mil famílias de trabalhadores rurais, e, apesar de tardiamente e com muita briga e pressão dos movimentos, o governo fez um plano de reassentamentos negociado para ser concluído em dois anos, e, depois de mais de 20 anos, ainda não foi concluído. Crianças que lá nasceram se tornaram adultas, sem trabalho, sem um futuro na vida, não? O processo de penetração das drogas e dos assassinatos é um problema extremamente crônico e, nos parece, que no planejar das obras já precisa também estar planejado o custo e a condição de como vai ser feito o processo do reassentamento dessas famílias. Eu gostaria que a ministra falasse sobre isso.

O conselheiro da UNICA, Mauro Biaggi Filho, elogia a política elétrica e solicita ainda mais investimento, através do programa PROINFA, nas usinas termoeletricas, a partir do bagaço de cana. Além disso, ele lembra a ministra da visita que fez na inauguração da Usina Santa Elisa, modernizada para produzir a partir da biomassa. Primeiro, a ministra Dilma Rousseff responde sobre as demandas em torno dos investimentos no setor:

Agora, no curto prazo, nós damos prioridade por contratar sobras de energia existente, retomar o caminho hidrelétrico de forma sustentável, recuperar o PROINFA, que nós conseguimos implantar. Acredito que há duas fontes chamadas alternativas que são competitivas: uma, é a geração de biomassa que, além de ser competitiva, é estratégica para o Brasil por ser uma fonte renovável e porque dá conta da grande vantagem comparativa por termos, de um lado, hidroeletricidade e, de outro, combustíveis verdes. **A nossa grande e dupla vantagem competitiva no mundo hoje é a hidroeletricidade e os combustíveis verdes.** É aí que está a nossa grande diferença em relação a eles. Nós temos etanol e, portanto, temos a possibilidade de gerar biomassa de forma mais competitiva e, na questão da PCH, eu não estou dizendo que PCH não é menos impactante. Esta é uma ideia falsa a respeito do impacto ambiental da pequena e da grande. Se eu pegar dez usinas PCHs, eu posso também ter um impacto ambiental muito complicado no rio, pois tenho de observar sempre a geração, ou melhor, a relação do impacto ambiental por geração de MW, que eu chamo de competitividade ambiental. É isso que eu tenho que olhar, eu não posso olhar um impacto ambiental. Por que acho Balbina um escândalo? Porque Balbina tem um baita impacto ambiental para uma baixa geração de energia. (SEDES, 2004)

Depois de avaliar positivamente a produção do etanol e da biomassa e a relação de impacto ambiental de acordo com a produtividade da usina, a ministra responde ao representante da CONTAG:

**No que se refere aos agricultores, nós temos uma mesa de negociação com o MAB, por concordar que esta questão das indenizações é estratégica, por estar bastante claro para o país que é uma questão de justiça social a gente dar importância a esses pleitos.** Inclusive, no programa Luz para todos, a prioridade é levar energia elétrica para os agricultores reassentados por usinas hidrelétricas que foram tirados das suas terras, colocados em outro lugar e não tiveram direito à energia elétrica. Eles são prioritários, junto, obviamente, com todos os demais reassentamentos. É uma quantidade de coisa para atender e para fazer. Nesse item da questão social, eu vou falar somente sobre o programa Luz para Todos. Nós já contratamos toda a energia, temos obrigação de fazer a ligação, e antecipamos para 2008 as metas previstas para 2016. Todos os contratos foram assinados, o dinheiro já

começou a ser repassado e a situação é a seguinte: só o governo federal liberará R\$1.700.000,00 que, complementados pelos estados e pelas distribuidoras, chegará a R\$2.046.000,00. Até meados de 2005, estaremos fazendo 550 mil ligações, considerando uma ligação, uma família. Se multiplicarmos 550.000 ligações por 4,5 a 5, este é o número de pessoas que estão sendo atingidas pelo programa Luz para Todos. Esse programa é considerado a prioridade do Ministério, por ser um programa de inclusão social sim. E como é operacionalizado? Nós temos alguns convênios: com o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) com o **movimento negro** – para a questão de ligação prioritária em quilombos –, com o Ministério da Assistência Social, ministro Patrus Ananias, no que se refere a todas as bolsas família incluindo a questão da educação e da saúde, em fase de conclusão. Isso será feito via Ministério da Assistência Social. É um programa que mudará a face do país e nós montamos uma máquina para controlá-lo, que funciona da seguinte maneira: **é uma máquina política. Por que política? Porque participam ongs e sindicatos, no nível regional. Cada região tem um comitê gestor, onde têm assento representantes indicados por todos os governadores, todas as associações de prefeitos. Estamos buscando a participação da Contag, das concessionárias, dos sindicatos etc.** Porque quem vai fazer a ligação é quem sabe fazer, que é a distribuidora, mas quem vai controlar é a sociedade. Além disso, a sociedade vai controlar juntamente com a gestora do fundo, que é a Eletrobrás. No Nordeste, a sociedade, via controle gestor, controla via Chesf se o dinheiro foi enviado e como será gasto. (SEDES, 2004)

Neste sentido, a ministra é clara em destacar as negociações com diversas parcelas do movimento social em torno do programa “Luz Para Todos” e da criação de mais espaços para participação estatal dos movimentos sociais e sindicatos.

Na reunião do Pleno, ainda foi destacada a sanção da Lei das Parcerias Público-Privadas em dezembro de 2004, elaborada em parte pelos conselheiros que debateram diretamente com o então ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, as linhas gerais do anteprojeto de lei das PPPs em outubro de 2003.

Nas reuniões do CDES, foram divulgadas as diretrizes da política industrial e as medidas acolhidas pelo MDIC. Em relação à política, cabe destacar que o MDIC enfatizou que a política industrial continha

diferenciação, inovação, inserção externa e criação de empregos. Os quatro setores eleitos como opção estratégica da política industrial são software, semicondutores, fármacos e medicamentos e bens de capital.

Em relação às medidas adotadas pelo ministério, temos:

- 1) Criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) em abril. O CNDI já realizou quatro reuniões este ano;
- 2) Criação da Sala Especial de Atração de Investimentos, que foi aprovada com o objetivo de reunir representantes das principais áreas do governo federal para apoiar o investidor estrangeiro que busca informações sobre o Brasil;
- 3) Criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, cuja proposta de criação foi aprovada na Câmara dos Deputados e encaminhada ao Senado;
- 4) Revisão do impacto da Cofins, através da desoneração dos bens de capital estimulada com a redução do prazo para o aproveitamento de crédito do PIS e da COFINS;
- 5) Apoio à pesquisa e inovação, através da Lei de Inovação, sancionada pelo Presidente. (SEDES, 2004)

Também foi sugerida no documento a mudança na composição do Copom e do

Conselho Monetário Nacional. Além disso, toda a política macroeconômica foi divulgada na reunião dos conselhos, com a presença do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. O conselheiro da CUT, João Vaccari Neto, se dedicou a defender a redução do spread bancário, assim como o representante da FIESP. Segundo o relatório e as atas das reuniões, as mudanças sugeridas foram pontuais, como redução dos juros, aumento do spread bancário, diminuição da taxa de lucro dos bancos, maior investimento público em determinados setores.

Segundo o relatório, “por outro lado, ressalte-se que o governo nunca deixou de enfatizar e procurar soluções para os problemas sociais, o que pode ser exemplificado pelo destaque dado ao Programa Fome Zero, as modificações tributárias que beneficiaram as classes menos favorecidas e a ampliação dos recursos destinados à agricultura familiar”.

No segundo semestre de 2004, ainda foi realizada a “Mesa-Redonda Diálogo Social, Alavanca para o Desenvolvimento”, como parte do GT Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento. O evento contou com a participação dos presidentes dos conselhos econômico e social da União Europeia e da Espanha, respectivamente, Roger Briesch e Julian Ariza; da assessora principal da Comissão Europeia para a Estratégia de Lisboa, Maria João Rodrigues; Carlos Lessa (então presidente do BNDES); Luciano Coutinho; Ricardo Bielschowsky; Luiz Gonzaga Belluzzo (UNICAMP); Sonia Fleury (EBAPE – FGV); Rodrigo Loures (FIEP-CNI), Eugenio Staub (presidente da Gradiente), Clemente Ganz Lúcio (DIEESE) e o representante da CUT (Luiz Marinho). O conselheiro João Felício, da CUT, ficou responsável pela coordenação da Conferência Nacional de Desenvolvimento, como um evento para subsidiar os debates realizados no âmbito do GT Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento.

A exposição do membro da CUT foi sobre “extrema desigualdade social, inclusive de gênero e de raça, com crescente concentração da renda e da riqueza, parcela significativa da população vivendo na pobreza e na miséria, diminuição da mobilidade social”.

Destacou a perda de participação da massa salarial na renda nacional e a desigualdade no país, defendeu uma necessidade premente no “Brasil de trabalharmos com metas, não somente de crescimento, mas de distribuição de renda”. Falou também que era necessário estabelecer meta para renda, para o salário, para o emprego, metas para a carga tributária, metas para os juros, metas para a educação, além de reafirmar a política de negociação e concertação:

Parece-me que é preciso um processo de negociação, um amplo entendimento na sociedade brasileira. O empresariado brasileiro do mundo produtivo deseja redução dos juros, deseja redução da carga tributária, deseja aumento do crédito para financiar os investimentos. Por outro lado, o governo tem necessidade de arrecadação, tem necessidade de investimento, de ter recursos para investimento em infraestrutura, entre outros. É preciso negociar e fazer um processo de entendimento em torno das metas, de forma que o conjunto da sociedade possa lutar por elas. (SEDES, 2004)

Destaca a necessidade de diminuir a carga tributária e de aumentar o salário-mínimo e o controle sobre a sonegação fiscal das previdências e a informalidade das empresas. Em seguida, aborda o tema da reforma sindical:

Existe a necessidade de fazer a reforma sindical para estabelecer um novo patamar de relacionamento capital e trabalho no Brasil, em busca das contratações coletivas

de âmbito nacional para diminuir as desigualdades tão dramáticas no país. Temos que gerar mais postos de trabalho: a economia está crescendo, mas ainda há muito desemprego no país e isso representa uma grande camada totalmente excluída do mercado de trabalho. (SEDES, 2004)

Neste sentido, a CUT encaminha a política de negociação coletiva e sua tentativa de acordo nacionais. Por sua vez, as discussões em torno da reforma sindical, logo no início do CDES, haviam sido direcionadas para o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), criado pelo Decreto n. 4796, de 30 de julho de 2003, onde foi construída a proposta de reforma sindical a partir do debate entre governo, empresários e sindicalistas, dando origem à emenda constitucional PEC 369/05, dando nova redação aos artigos 8, 11, 37 e 114 da Constituição Federal, e de um anteprojeto de lei, enviado ao Congresso em março de 2005. (Almeida, 2007) Dentre os ex-sindicalistas que participaram como membros do governo no FNT estavam: Ricardo Berzoini, ministro do Trabalho e Emprego; Jair Meneguelli, presidente do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (SESI) e Vicente Paulo da Silva (Vicentinho), deputado federal (PT/SP). Dos representantes das centrais, a CUT, em conjunto com a Força Sindical, tinham as maiores representações. Ao todo, 32 sindicalistas cutistas participaram das estruturas do FNT, entre GTs, plenárias e comissões de sistematização. (Almeida, 2007) Sobre a questão agrária e agrícola, o representante cutista afirma

Outra questão de impacto no futuro é o agronegócio. O agronegócio, é preciso lembrar, foi um dos setores que ajudou a retomada do crescimento da economia, particularmente no processo de crescimento da exportação. Mas, segundo a Mackenzie, noventa por cento (90%) da mão-de-obra do agronegócio são informais. Não têm registro em carteira. É preciso que a gente olhe para isso. Portanto, aponto a necessidade de um fórum na área do agronegócio para buscar resolver essa questão. Porque não basta ajudar no crescimento da economia e, na outra ponta, ajudar no aumento da desigualdade social. É preciso que o setor dê a sua contribuição.

Reforma Agrária e Agricultura Familiar são outros pontos relevantes. É possível observar nos gráficos, não vou detalhar, um grande investimento no processo de ampliação e fortalecimento da agricultura familiar. Isso é muito importante. Setenta e sete por cento (77%) do feijão produzido no país vêm da agricultura familiar. Cinquenta e dois por cento (52%) do arroz e noventa por cento (90%) dos hortifrutigranjeiros vêm da agricultura familiar. Então, o aumento do financiamento para esse setor é muito importante. (SEDES, 2004)

Sobre a agricultura familiar, se destaca a política de aumento do financiamento; já no que se refere à questão agrária geral, é destacada a informalidade do setor e a necessidade de um pacto, que ocorrerá no segundo governo Lula com o Compromisso Nacional da Cana-de-Açúcar. Em relação à Reforma Agrária, se restringe a identificar o papel da chamada agricultura familiar, defendendo o aumento de financiamento para o setor.

Ainda no “que diz respeito à menção do setor sucroalcooleiro nacional, o Relatório de Atividades do CDES de 2004 já chama atenção para a internacionalização do etanol como estratégia a ser perseguida pelo governo federal: “A ampliação do uso do etanol e a inserção do biodiesel na matriz energética brasileira são uma alternativa estratégica do ponto de vista econômico, além de dotar o país de novas tecnologias sustentáveis [...]”. (SEDES, 2004).

Durante o ano 2005, foram realizadas cinco reuniões plenárias com os seguintes temas: 1) Perspectivas 2005: Oportunidades de Desenvolvimento; 2) Micro e Pequenas



Empresas, Autogestão e Informalidade, Moção sobre o Conselho Monetário Nacional, Agenda Nacional de Desenvolvimento; 3) Agenda Nacional de Desenvolvimento; 4) Segurança Pública Cidadã e Relatório do Grupo de Trabalho “Desindexação da Economia” e 5) Política Externa. O Pleno do CDES aprovou as seguintes proposições: Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND); Moção sobre Ampliação do Conselho Monetário Nacional; Relatório de Recomendações do GT Micro e Pequenas Empresas e Informalidade e Relatório do GT Desindexação da Economia.

No âmbito da discussão sobre as perspectivas para 2005, o conselheiro Antônio Trevisan destacou:

O primeiro deles é a extrema desigualdade social, de gênero, de raça, com crescente concentração de renda e riqueza, onde parcela significativa da população vive na pobreza ou na miséria e com uma baixa mobilidade social. O segundo âmbito problemático diz respeito à economia. A dinâmica da economia é insuficiente para inclusão da demanda interna potencial, há uma demanda interna potencial insuficiente para suportar a concorrência internacional, compatível com a oferta de novos produtos e mercado, o célebre problema brasileiro. A infraestrutura e a logística degradada. Ela está degradada, é não competitiva, é promotora de desigualdades inter-regionais, intersetoriais e sociais. O quarto âmbito problemático que eu vou falar talvez com mais rapidez, porque vocês já conhecem, diz respeito à insuficiência do sistema nacional público e privado de financiamento do desenvolvimento. Uma estrutura tributária irracional, conhecida por todos nós e criticada por todos nós, que é regressiva, especialmente porque penaliza a produção e o trabalho. A questão da insegurança, que é o âmbito problemático número cinco. (SEDES, 2005)

A proposta concreta para atacar o primeiro ponto foi: “Construir prioridade social para o combate à desigualdade e a pobreza como fator chave para o desenvolvimento sustentável e promover maior visibilidade me parecem um ponto absolutamente vital para a nossa existência, promover maior visibilidade no processo que envolve decisões de política monetária e tributária, e que resulte claramente na redução das desigualdades sociais”. (SEDES, 2005)

Por sua vez, a conselheira Sônia Fleury apresentou proposta de moção recomendando a ampliação do Conselho Monetário Nacional. Tal como a CUT defendia em seus congressos e vinha defendendo nas reuniões do Pleno do CDES. Para aprofundar os debates junto aos membros do CDES na busca de uma posição convergente sobre a proposta, foi constituído um grupo de trabalho integrado pelos seguintes conselheiros: Gabriel Jorge Ferreira (Febraban), João Carlos Gonçalves (Força Sindical), Luiz Marinho (CUT), Márcio Artur Cypriano (Bradesco), Paulo Skaf (FIESP), Rodrigo Costa da Rocha Loures (FIESP-CNI) e Sônia Fleury (EBAPE-FGV). A aprovação da ampliação do CMN sofreu resistência por parte do grupo Itaú, representado por Roberto Egidio Setúbal. Neste sentido, ficam mais claras as disputas entre as frações de classe ocorridas dentro do próprio conselho.

O conselheiro Clemente Ganz Lúcio (DIEESE) destacou a necessidade de criação de uma política industrial para geração de renda e “pleno emprego”. Outros pontos foram: a inclusão da economia solidária no simples, defesa da OMC pelo Ministério do Exterior e atendimento aos assentados como política de diminuição da informalidade.

Em abril de 2005, os conselheiros do GTFED se reuniram para debater sobre o conjunto das diretrizes elaboradas pelos subgrupos e o estabelecimento de uma política de desenvolvimento com base num novo processo de industrialização. A partir dessas diretrizes se chegou à proposta da Agenda Nacional para o Desenvolvimento (AND), com foco na

política industrial a ser adotada. O conselheiro Clemente Ganz Lúcio, do Dieese, participou da comissão de elaboração do pré-projeto da Agenda Nacional de Desenvolvimento, que foi proposto em reunião do 12º Pleno do CDES, em Brasília, em 19 de maio de 2005.

Antes de ser apresentada e aprovada por consenso,

foram organizados oito grupos, segundo o grau de afinidade e a convergência de interesses, envolvendo a totalidade dos conselheiros(as). Cada grupo de discussão contou com um relator/sistematizador. Ao término das discussões em grupo, os oito relatores/sistematizadores, durante o mês de julho, negociaram a versão aqui apresentada. (SEDES,2005)

A CUT participou como debatedora dos chamados “âmbitos problemáticos” números 1 e 2. O grupo que contava com a participação da CUT e dos dirigentes sindicais e de movimentos sociais era representado por: Clemente Ganz Lúcio (Dieese), Altemir Tortelli (FETRAF), Avelino Ganzer, João Felício (CUT), João Vaccari Neto (CUT), Juçara Maria Dutra Vieira (CNTE-CUT), Luiz Marinho (CUT) e Manoel José dos Santos (CONTAG-CUT).

Os chamados “âmbitos problemáticos” definidos para discussão foram:

- I. Extrema desigualdade social, inclusive de gênero e raça, com crescente concentração de renda e riqueza, parcela significativa da população vivendo na pobreza ou miséria, diminuição da mobilidade social;
- II. Dinâmica da economia insuficiente para promover a incorporação do mercado interno potencial, suportar concorrência internacional e desenvolver novos produtos e mercados;
- III. **Infraestrutura logística degradada, não competitiva, promotora de desigualdades inter-regionais, intersetoriais e sociais;**
- IV. Inexistência de eficaz sistema nacional público/privado de financiamento do investimento, estrutura tributária irracional, regressiva e penalizadora da produção e do trabalho;
- V. Insegurança pública e cidadã, justiça pouco democrática, aparato estatal com baixa capacidade regulatória/fiscalizadora;
- VI. Baixa capacidade operativa do Estado, dificuldade para gerir contenciosos federativos, desequilíbrios regionais profundos, insustentabilidade da gestão de recursos naturais. (SEDES, 2005)

Destacamos aqui a ênfase na questão da infraestrutura, que será apontada como problema entre todos os participantes dos grupos, e se tornará uma política fundamental de parceria pública-privada com as concessões. Na apresentação do documento, o representante do Dieese e membro da comissão de elaboração indica o objetivo do documento: “Um país democrático e coeso, no qual a iniquidade foi superada, todas as brasileiras e todos os brasileiros têm plena capacidade de exercer sua cidadania, a paz social e a segurança pública foram alcançadas, o desenvolvimento sustentado e sustentável encontrou o seu curso, a diversidade, em particular e cultural, é valorizada. Uma nação respeitada e que se insere soberanamente no cenário internacional, comprometida com a paz mundial e a união entre os povos”.

O documento é um apanhado de proposições de todos os grupos e frações de classe que compõem o CDES. Procura construir a coesão de propostas do bloco no poder que apoia o governo do PT-PR. Garcia (2011), que participou do processo de construção do documento, afirma:

Não tenho o receio de afirmar que foi praticada uma negociação do mais alto nível, orientada por visões estratégicas, por um empenho em fazer um Brasil maior e

melhor para o povo brasileiro. No processo, em momento algum houve apequenamento. Em algumas situações, duras negociações eram travadas. Os mínimos detalhes, palavras, vírgulas, ênfases e conteúdos, tiveram que ser objeto de acordos. Mas ninguém se bateu por interesses menores, particularistas, de curto prazo, e ainda que todos tivessem aguçado senso de urgência, obviamente cada um o tinha a partir de seu posto de observação. Era entendimento comum de que se vivia um momento decisivo. (SEDES, 2005)

Assim, procura-se responder aos “âmbitos problemáticos” com seis objetivos, que são eles:

- I. Fazer a sociedade brasileira mais igualitária, sem disparidades de gênero e raça, com a renda e a riqueza bem distribuídas e vigorosa mobilidade social ascendente;
- II. Tornar a economia brasileira apta a incorporar todo o mercado interno potencial, com forte dinamismo e capacidade inovadora, desenvolvendo novos produtos e mercados e com participação relevante na economia internacional;
- III. Ter uma infraestrutura logística eficiente e competitiva, integradora do território, da economia e da sociedade nacionais;
- IV. Construir um sistema de financiamento do investimento eficiente e eficaz, uma estrutura tributária simplificada e racional, com tributos de qualidade, progressiva e estimuladora da produção e do emprego;
- V. Instaurar a segurança pública e a paz social, um sistema judicial transparente, ágil e democrático, e um Estado que regule e fiscalize a contento;
- VI. Desenvolver um aparato estatal que opere eficiente e eficazmente um pacto federativo competente para lidar com conflitos, com equilíbrio entre regiões e capacidades de manejar recursos naturais de forma sustentável. (SEDES, 2005)

No ponto 1, destacamos a proposta de “pleno emprego”, vinculada à taxa de crescimento econômico, e de “reforma Agrária”, no ponto 2, como política social. O governo e representantes de todos os setores empresariais elaborarão proposta de **acordo para o investimento e a inovação sistêmicos**, base para o aumento global da produção, do emprego, da produtividade, da qualidade e da competitividade do conjunto da economia brasileira, com objetivo de articular empresas, centros de pesquisa e universidades públicas. Os representantes cutistas incorporaram os mesmos signos constituintes da burguesia e defendiam no geral as mesmas posições em torno da necessidade da “inovação”, “produtividade”, “infraestrutura logística”, “investimento” e “educação” para dotar o país de “competitividade” na economia globalizada.

A Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND) foi aprovada por unanimidade durante a 13ª Reunião Ordinária do CDES no dia 25 de agosto de 2005. Podemos dizer que a AND foi um grande espaço/produto da “concertação social”, uma interpenetração de interesses de classe que produziu um pacto entre capital e trabalho, que sacrificou a reforma agrária em torno da política de financiamento e modernização da agricultura familiar. Depois dos documentos iniciais que estabeleceram a concertação e o próprio CDES e as tentativas de reformas trabalhista e sindical, o AND se configurou como uma política de entendimento entre empresários e trabalhadores. Importante destacar que este documento foi produzido em meio à crise do Mensalão, período também em que a ministra de Minas e Energia, Dilma Roussef, deixa a pasta para ocupar a Casa Civil, e só participa de mais uma reunião do CDES até o final do primeiro governo Lula.

O presidente Lula (PT) afirmou no ato de recebimento da AND:

A Agenda é também, pela primeira vez, um documento democraticamente pactuado para apontar o caminho que devemos percorrer em nossa transformação nacional. Seu resultado não poderia ser outro, senão o esforço proposto em sua primeira

diretriz estratégica. Ela aponta que qualquer decisão dos poderes públicos, qualquer ação governamental deve ter como norte e critério a equidade.

(...)

**Este documento marca a evolução da concertação em curso** e dos esforços realizadas pelos agentes para um entendimento comum, como destacam diversos conselheiros. Certamente, a proposta apresentada não atende a 100% do desejo de cada um dos conselheiros. Mas, certamente, todos e todas também aprenderam que no jogo democrático a supremacia de um sobre outros nem sempre produz o melhor resultado. O consenso e a maturidade política que fizeram vocês produzirem este documento prova que a sociedade civil brasileira está altamente preparada para construir as saídas para os impasses que o Brasil, historicamente, vive. Então, eu queria, nesta primeira fase, dar os parabéns a vocês. (SEDES, 2005)

Posteriormente aos elogios à concertação, o discurso prosseguiu defendendo o governo e as políticas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro e de viabilizar a reforma política. No entanto, não houve nada mais efetivo sobre a AND e a implementação das medidas propostas. Menos ainda em relação a medidas como uma efetiva reforma agrária.

Segundo Garcia (2011), ex-conselheiro do CDES:

“Não é injusto afirmar que a 13ª Reunião do CDES se tratou de um não-evento, no referente ao que deveria ser o lançamento da Agenda Nacional de Desenvolvimento. Era praxe permitir cobertura de imprensa nos momentos iniciais das reuniões (exceto o debate livre e as respostas dos ministros), acontecer uma coletiva após o término de cada uma delas, com a participação do secretário especial do CDES/SEDES, do(s) ministro(s) convidado(s) e dos três conselheiros que o haviam inquirido em profundidade. Naquele dia, a imprensa não cobriu a apresentação da Agenda. Assistiu, no entanto, à fala presidencial e não houve coletiva no encerramento.

Não houve nesse sentido nenhum desdobramento efetivo das propostas ali delineadas; por outro lado, avançou a concertação social. Nas reuniões posteriores, o conselheiro Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira (FIRJAN) afirmou:

É com muita satisfação e honra que me pronuncio aqui sobre liberdade. Este conselho tem oferecido uma oportunidade rara, a cada um de nós: a oportunidade de redescobrir o Brasil. Hoje, eu acho que todos nós o conhecemos um pouco mais. É uma espécie de redescoberta de nossas próprias raízes, do sentido de nossa formação nacional. O CDES nos ajuda a discutir o papel que temos a desempenhar pelos próximos anos, para reposicionar a elite, da qual fazemos parte, em prol da construção de um novo projeto de desenvolvimento. Há 100 anos, um intelectual do porte de Manoel Bomfim dizia que nosso atraso tinha de ser creditado a uma cultura que via no trabalho algo menor, e que devia ser desempenhado por gente igualmente menor. Um Estado opressor e espoliativo garantia o status quo, e a ideologia colonizadora atribuía as desigualdades ao clima, às raças e à religião. É claro que nossas elites mudaram radicalmente. O empresariado brasileiro conta hoje com homens conscientes da necessidade de empreender, num ambiente de prosperidade para todos. Esses empreendedores respeitam os trabalhadores, estimulam sua formação profissional e a de seus filhos. (SEDES, 2005)

O conselheiro João Felício (CUT), por sua vez, declara: “Eu considero que debater um assunto tão importante como esse nos satisfaz, engrandece o conselho e nos dá a certeza absoluta de que esse debate, ocorrendo nesse conselho, possa ter uma influência positiva na decisão do governo”. Continua, depois, pedindo a reforma do Conselho Monetário Nacional e do Copom.

Já o conselheiro Maurílio Biagi Filho (grupo Maubisa, setor sucroalcooleiro) defende a importância estratégica do agronegócio e sua vinculação com a indústria:

Nossa força industrial, traduzida no agronegócio, exibe uma agropecuária moderna que produz quase 35% da economia brasileira. Na Europa, essa presença é de 2,1%. Daí resulta, naturalmente, a agressividade brasileira na luta pela abertura do mercado agrícola das nações desenvolvidas. É natural a resistência e a preocupação deles, e é justa a nossa insistência, porque produzimos com qualidade e a preços menores. Os nossos produtos agrícolas farão a agricultura mundial se expandir além dos 9% que ela ocupa hoje na economia internacional. Como se vê, precisamos exportar, e o agronegócio é a via mais rápida para avançarmos nessa área. Como o senhor sabe, o agronegócio abriga 35% da força de trabalho do Brasil e representa 40% de nossas exportações. Já somos a terceira potência agrícola, só atrás dos EUA e da Europa, e essa diferença diminui a uma velocidade cada vez maior. Atenção, senhor presidente, senhores ministros, senhores conselheiros, no agronegócio brasileiro está o menor investimento por emprego gerado e a maior gama de produtos de que o mundo precisa. Pensemos nisso. (CDES, 2005)

A ação do PT e da CUT nos espaços de concertação foi fundamental, no sentido do esvaziamento dos conflitos de classe e na construção de uma ideologia nacionalista industrialista de desenvolvimento, dentro de um sistema interestatal neoliberal. Dessa forma, o fortalecimento das políticas de concertação tendeu a fortalecer os interesses da burguesia presentes no CDES, e mesmo a ajudá-la em um processo de centralização e organização de pautas. Abaixo temos os conselheiros da burguesia:

#### QUADRO 4. Conselheiros e Setor

Conselheiro	Setor - Empresa
Roger Agnelli	Presidente da Vale. Foi diretor executivo do Bradesco e diretor-presidente do Bradespar
Fernando Xavier Ferreira	Presidente do Grupo Telefônica do Brasil. Foi presidente da Telebrás e secretário executivo do Ministério das Comunicações no governo FHC
Roberto Setubal	Presidente do banco Itaú
Mulú Villela	Vice-presidente do Cons. Adm. da Itaúsa
Marcio Artur Cypriano	Presidente do Bradesco
Pedro Jereissati	Grupo Jereissati. Participa da OI através do La Fonte Telecom
Fernando Roberto Moreira Salles	Sócio-proprietário do Unibanco
Gabriel Ferreira	Cons. de Adm do Unibanco
Fábio Coletti Barbosa	Presidente do Banco ABN AMRO no Brasil
Jorge Gerdau	Grupo Gerdau
Rinaldo Campos Soares	Presidente Usiminas
Abilio Diniz	Dono da Cia. Brasileira de Distribuição
Daniel Fefer	Vice-presidente Suzano Holding
Gustavo Carlos Marin Garat	Executivo do Citbank Brasil
Horácio Lafer Piva	Sócio-proprietário e membro do Cons. Adm. da Klabin S/A
Alain Juan Pablo	Presidente do conselho e executivo principal (CEO) da Alcoa

Belda	Inc. – New York.
Benjamin Steinbruch	Presidente da CSN. Grupo Vicunha e Banco Fibra
Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira	Membro do Conselho Superior Petróleo Ipiranga. Presidente do Cons. Adm. da Cia Petroquímica do Sul (Copesul)
Waldemar Verdi Jr.	Vice-presidente do Conselho de Acionistas do Grupo Verdi - GV Holding S/A. Cons. Adm. do Banco Dibens S/A
Sérgio Habermeld	Presidente do Grupo Dixie Toga S.A.
Amarílio Proença de Macêdo	Diretor-presidente da J. Macêdo S/A, maior grupo nacional de moagem de trigo.
Mauro Knijnik	Vice-presidente do Grupo Iochpe-Maxion S/A
Paulo Vellinho	Presidente da Springer S/A.
Eugênio Emílio Staub	Presidente da Gradiente.
Antoninho Trevisan	Presidente da Trevisan Escola de Negócios e do Cons. Adm. da BDO-Trevisan
Cosette Alves	Ex-proprietária do Mappin.
José Augusto Marques	Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB).
José Carlos Bumlai	Pecuarista. Membro do conselho-diretor do Grupo Itamarati.
José Carlos Carvalho	Foi Diretor do Grupo Corujão (rede de revendedoras de automóveis)
José Luis Cutrale	Presidente do Sucocítrico Cutrale.
Joseph Couri	Empresário, Presidente da ASSIMPI
Luftala Bitar	Presidente da Empresa Estacon Engenharia S.A.
Luiz Carlos Delben Leite	Presidente da Manig S/A - Fort Knox - Sistemas de Segurança S/C Ltda; Fort Knox Tecnologia de Segurança Ltda; Fort Invest - Fomento Mercantil Ltd
Luiz Otávio Gomes	LOG - Negócios e Consultoria Ltda.
Raymundo Magliano	Diretor-Presidente da Magliano S.A. Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários
Ricardo Luiz Carvalho	Diretor de Assuntos Jurídicos da Volkswagen do Brasil. Presidente da ANFAVEA
Ricardo Young Silva	Fundador da Assoc. Bras. de Franchising (ABF). Diretor-geral do Yágizi Internexus
Robson Braga de Andrade	Diretor-Presidente da ORTENG Equipamentos e Sistemas LTDA
Rodrigo Loures Luiz Otávio Gomes	Fundou a Nutrimental, indústria do segmento alimentício Diretor financeiro-comercial e membro do Cons. Adm. do Grupo João Lyra (AL).
Márcio Lopes de Freitas	Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).
Maurílio Biagi Filho	Presidente do Grupo Maubisa. Empresário do setor sucroalcooleiro no Brasil.
Omiton Visconde Jr.	Presidente da Biosintética Farmacêutica

Paulo Skaf	Membro do Cons. Adm. da Springs Global Participações e Vice-Presidente do Cons. Adm da Paramount Lansul S/A.
Paulo Simão	Diretor-presidente da Wady Simão-Construções e Incorporações LTDA.
Pedro Luiz Teruel	Empresário do ramo da aviação agrícola em Mato Grosso do Sul.
Ivo Rosset	Presidente do Grupo Rosset – Têxtil

Temos presentes, entre os conselheiros, importantes representantes do setor bancário-financeiro, do agronegócio, como a Cutrale, da indústria, entre eles o setor automotivo (ANFAVEA) e de máquinas (ABDIB), do setor de serviços e de telefonia (OI e Telefônica).

Abaixo, as associações com conselheiro do setor empresarial com representação no CDES:

#### **QUADRO 5. Entidades empresariais representadas no CDES**

<b>Tipo de Entidade</b>	<b>Associações com Conselheiros do Setor Empresarial no CDES</b>
Associação Comercial, Industrial, Bancária e Agropecuária	ABIQUIM, ABINFINA, APLA; ABBI; ABDIB, ABINEE; ABRAVE, ALADDA; ABIMAQ; ABDIB; ABRAS; ELETROS; BRACELPA; ABIT; AARS, ASGAV; ANFAVEA; ABF; ANPROTEC AEB; ANDIB; ABIEF; ASSOSENS; ABRAD; ANAPECC e da ACRISUL; ASSIMPI; J ABECITRUS; ASSUCAL
Federações Industriais	FIEC, CIC, ACSP, FIESP, FIRJAN, ACRJ, FIEPR, CIESP, ACPA, ACRS; FIEMG; FIEERS, CNI
Sindicatos Patronais	Sindtrigo; Sinquirj; Simpi/SP; Sindusfarma; Sinditextil; Sinduscon/MG; Sinaes/SP: Sindag.
Bancário	FEBRABAN
Outras Organizações	Instituto Ethos, IEDI, Conselho Empr. Brasileiros p/ o Des. Sustentável Soc. Bras. Próinovação tecnológica, Fórum de CEOs Brasil-EUA, Cons. Empresários América Latina, Movimento Brasil Competitivo, Ação Empresarial, Instituto Millenium, Movimento Todos pela Educação e Assoc. Parceria Contra as Drogas

Fonte: SEDES Elaboração própria

O ano de 2006 é marcado pelo balanço das políticas adotadas a partir das discussões no conselho. Segundo o relatório sobre o CDES, ao longo de 2006, a SEDES realizou 35 atividades para o CDES, uma média de 2,92 por mês, que resultaram em 132 horas de debate, com uma média de presença dos conselheiros de 59% nas reuniões plenárias. As reuniões no geral fazem um balanço dos encaminhamentos realizados pelo CDES, sendo o conselheiro da CONTAG aquele mais incisivo na pauta da desigualdade social e da reforma agrária. Na primeira reunião do CDES do ano, o ponto principal da discussão foi a educação e a necessidade de ajustá-la para beneficiar a indústria, no que diz respeito à “produtividade”, à “inovação” e à melhoria da formação.

A segunda reunião do ano, realizada no dia 10 de maio de 2006, teve como pauta: “Princípios Econômicos e Políticas Indutoras do Desenvolvimento – o acúmulo do CDES até

o presente”.

Essa 17ª Reunião do Pleno vai tratar de três assuntos: apresentação da temática do primeiro ciclo de observação do Observatório da Equidade; apresentação da proposta do Plano Nacional de Logística e Transportes – o ministro dos Transportes Paulo Sérgio está aqui me acompanhando com esta finalidade, que são duas agendas pontuais que devem ser tratadas de uma maneira mais concentrada, e, depois, um terceiro ponto, que é a nossa pauta principal, que é um diálogo em busca dos princípios econômicos e das políticas indutoras do crescimento, do desenvolvimento, de produtos de renda, da distribuição de renda, que foram produzidos ao longo da história do Conselho e que poderão ser concentrados num documento, visando ser oferecido à sociedade como o acúmulo que faça uma transição do modelo atual, de baixas taxas de crescimento e de distribuição de renda contida para um modelo de altas taxas de crescimento com distribuição de renda acelerada. (Tarso Genro, 2006)

O conselheiro Manoel José dos Santos (CONTAG) intervém afirmando:

Meu caro presidente, ministro Tarso Genro, demais conselheiros e conselheiras. Quero colocar primeiro a nossa preocupação em relação ao plano de equidade aqui apresentado, e quando se coloca a questão da educação como o foco prioritário para a promoção do desenvolvimento. Não quero me manifestar no sentido de discordar de que a educação não é fundamental e não é indispensável, agora nós não podemos achar que a educação, colocada como uma questão central, resolve. **Ela precisa estar estreitamente relacionada com um processo de geração de oportunidades, de ocupação produtiva e de distribuição de renda. (SEDES, 2006)**

Depois de falar sobre aumento do salário-mínimo e do bolsa família, continua destacando a política em relação ao PRONAF e à assistência técnica:

Nós estamos vivendo um momento importante para os trabalhadores de baixa renda com um salário um pouco melhor de R\$ 350,00. Estas pessoas estão comprando um pouco mais. Para nós, da agricultura familiar, estamos vivendo um problema extremamente difícil que é o preço da cesta básica mais do que nós produzimos, que está de fato extremamente baixo e nós não podemos manter um trabalhador que está produzindo pagando para produzir, para poder sustentar o outro que está comprando mais barato. Nós estamos colocando para o presidente Lula uma questão central neste momento para a agricultura familiar, que é investimento, sobretudo assistência técnica para melhorar as qualidades dos projetos e uma política de valorização dos preços. Porque senão a agricultura não conseguirá segurar, mesmo com crédito que nos fez avançar com o Pronaf. O compromisso do governo é de R\$ 9 bilhões. Vamos negociar para o ano que vem com certeza mais, mas o crédito sem assistência técnica e sem um preço compensador, que o agricultor possa garantir que com seu trabalho possa continuar vivendo bem, fica desinteressante. Então, eu estou colocando isso para os conselheiros porque é o centro da nossa discussão, da nossa negociação com o governo, que já começa a partir da semana que vem e espero que até dia 18 possamos fechar uma negociação. Muito obrigado. (SEDES, 2006)

A reivindicação do conselheiro da CONTAG não teve retorno na reunião. Na reunião de junho de 2006, são retomadas discussões em torno do fomento do desenvolvimento pelo BNDES e a intervenção da FGV através de **Carlos Ivan Simonsen Leal (presidente da FGV)**: “Então, nós propusemos fazer uma análise do CDES. Agora é imprescindível a construção de uma agenda nacional concertada com a sociedade civil e legitimada com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário”. (SEDES, 2006)

Na reunião do dia 24 de agosto de 2006, o ministro Tarso Genro fez um balanço da



política do CDES. Dividindo a história do conselho em três momentos importantes, primeiro destacou as “Cartas de Concertação”:

Gostaria, em primeiro lugar, de fazer uma observação a respeito do estado em que nós nos encontramos a partir da estruturação do Conselho e a nossa pretensão de atividades para o próximo período. Nós tivemos, na verdade, três momentos bem distintos da vida desse conselho. O primeiro momento foi o de produção das chamadas Cartas de Concertação, uma sucessão de documentos experimentais que faziam uma espécie de prospecção na sociedade civil através dos conselheiros e das conselheiras, **onde nós buscávamos pontos de identidades possíveis a partir da composição policlassista que está representada aqui nessa esfera da sociedade civil**. As seis cartas de concertação tiveram um impacto bastante positivo do ponto de vista político, porque mostraram algumas demandas da sociedade, algumas tensões existentes na sociedade que, na visão daquelas cartas, **aprovadas ou por convergência nitidamente majoritária ou por unanimidade**, mostravam algumas preocupações da sociedade, particularmente em relação à questão do juro, à questão do superávit primário, à questão das taxas de desenvolvimento, que tiveram uma importante capacidade de alertar o governo e de, ao mesmo tempo, permitir que o governo tivesse sustentação política para realizar algumas reformas. (SEDES, 2006)

Dentro deste tópico, ainda procurou reafirmar a efetividade da contribuição dos conselheiros nas medidas encaminhadas pelo governo, na medida em que era necessário, em ambiente de crise política e pré-campanha eleitoral, mostrar viável o projeto do próprio governo do PT e do CDES. Nesse sentido afirmou:

Muitas das microrreformas que foram aprovadas no Congresso Nacional nasceram aqui, no diálogo com os conselheiros, com as propostas de empresários, trabalhadores. **O ministro Marinho, por exemplo, era conselheiro naquela oportunidade, e ele foi o autor da proposta do crédito consignado, apenas para dar um exemplo**. Proposta que se reproduziu internamente no governo como posição e acabou sendo uma importante movimentação microeconômica do governo. Então, este primeiro período das Cartas de Concertação conectou-se com algumas reformas microeconômicas feitas e que o conselho deu sustentação. (SEDES, 2006)

O momento posterior destacou a criação da AND:

O segundo período do conselho foi um período menos tenso, porque, na verdade, as discussões se deram de maneira mais horizontal e, propositalmente, segmentada, a partir de determinados temas que depois convergiram para a chamada Agenda Nacional de Desenvolvimento, um trabalho de altíssimo nível do meu antecessor, mas já numa temperatura política de muita instabilidade no país, com todos os problemas que o governo atravessou. E as consequências daqueles problemas políticos, evidentemente, passaram também aqui por dentro desse conselho, que por não ser um conselho partidário reflete as tensões políticas da sociedade. Mas cumpriu efetivamente um papel extremamente importante neste segundo período de vida do conselho. (SEDES, 2006)

Sem ter efetivamente encaminhado a políticas defendidas na AND, destacou o último período no CDES:

O terceiro período é o período de produção dos enunciados. Em que se constitui esse período e quais são os objetivos desses enunciados? Na verdade, se forem observar cada um dos enunciados que estão sendo colocados, tem algum tipo de vínculo com

as Cartas de Concertação e com a Agenda Nacional de Desenvolvimento. Eles, na verdade, não apresentam, do ponto de vista do seu conteúdo, nada de novo. E nem têm a pretensão de esgotar-se nesta reunião. Este processo não será esgotado nessa reunião. (SEDES, 2006)

Em seguida, continua afirmando qual o principal objetivo do conselho:

A experiência vital do conselho até hoje demonstra que o conselho não só não pendeu ao senso crítico como também teve momentos de choque, de antagonismo, com visões predominantes dentro do governo e, aliás, era exatamente essa sua finalidade. Se o conselho, que tem um **caráter consultivo de elaboração** de uma agenda, não estabelecer uma contradição com o Estado, com o governo, enquanto representação do Estado, ele perde a sua função! Porque daí ele passa a ser não uma **esfera pública não estatal, de indução, de controle, de caráter propositivo**, mas ele passa a ser simplesmente um novo braço do Estado, daí ele perde a sua finalidade, sua vitalidade, e perde, portanto, a sua riqueza. Então, eu queria agradecer a todos vocês o enorme empenho que vocês tiveram nesse processo, e dizer que agora nós estamos num funil, nós estamos chegando ao fim do ano e, no fim do ano, nós vamos ter que ter um documento e oferecer à sociedade brasileira e ao governo e ao Estado brasileiro e dizer, olha, nós achamos que isso aqui é a base de uma concertação, qual é a posição de vocês? Isso tem coerência interna, não tem? Então, seria o momento do próprio governo sentar, discutir, elaborar e dar, portanto, funcionalidade às propostas que têm que ser coerentes umas com as outras e, portanto, darem lastro para esse processo de desenvolvimento. (SEDES, 2006)

Na apresentação dos enunciados estratégicos, o ministro Tarso Genro afirma:

A elaboração desses enunciados é uma oferta do conselho para o Estado e para a sociedade civil de diretrizes estratégicas de planejamento. Estas diretrizes poderão ser apropriadas por qualquer governo, por qualquer partido, por qualquer presidente. É uma produção do CDES para o Estado e que, portanto, só pode ser apresentada em um nível em que os consensos sejam efetivamente majoritários, tratando de temas que possam criar condições políticas para uma **concertação estratégica** para o país. (SEDES, 2006)

E continua:

Nesse conselho, nós temos uma enorme pluralidade de classes sociais, de orientações políticas, de visões programáticas e de opções de natureza partidária. **Mas não há dúvida de que, neste conselho, está a elite sociopolítica do país.** Aqui está representada grande parte das pessoas com capacidade de elaboração, de gestão, de representação, de gerenciamento público e privado, que, em última análise, constitui uma gama enorme de cidadãos e cidadãs da sociedade brasileira de todos os grupos e classes sociais.

Hoje, não há nenhuma dúvida mais de que a sociedade brasileira quer dialogar. A experiência do CDES nesse período demonstra que há uma grande capacidade de diálogo em toda a sociedade brasileira que, sim, tem convicções que podem ser antagônicas, mas é possível elaborar um projeto de concertação estratégica para o nosso desenvolvimento.

Esperamos que esta produção do conselho seja apropriada pela sociedade e pelo Estado brasileiro. **A experiência de quatro anos do CDES é uma experiência revolucionária na democracia brasileira. Ela cria uma estrutura de poder, de opinião, de convencimento e de caráter consultivo fora do controle do Estado e traz para dentro do Estado, de maneira regulada, todos os conflitos que estão**

**na sociedade. Esta é a importância fundamental do conselho. (SEDES, 2006)**

Além disso, receberam orientações da Fundação Getúlio Vargas (FGV), contratada para fazer um diagnóstico das reuniões realizadas pelo CDES. Os enunciados em termos de modelo de desenvolvimento ainda são genéricos.

Contribuem para o alcance desta meta as previsões de crescimento da economia (em torno de 6% ao ano); de aumento do nível de emprego; de priorização absoluta da educação; do aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS); de valorização do salário-mínimo; de reforma do sistema tributário; de priorização de investimentos em infraestrutura com alta taxa de retorno social; de políticas ativas para redução da desigualdade regional e intra-regional; e do reforço dos programas de transferência direta de renda.

O documento de avaliação do CDES feito pela FGV defende ainda um aumento real do salário-mínimo em torno de 150% até 2022 em relação ao patamar real de 2006, bem como metas de crescimento do PIB e aumento do financiamento do BNDES a projetos industriais e de infraestrutura. Além disso, avalia que a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) deve alterar o patamar competitivo da indústria rumo à inovação e diferenciação de produtos e serviços, com inserção e reconhecimento nos principais mercados do mundo.

São ainda destaque do documento o ponto relativo a **Infraestrutura Econômica - Logística e Transportes**, que diz:

Diversificar a matriz de transportes priorizando o uso do transporte ferroviário, hidroviário e marítimo. Readequar as instituições de transportes no âmbito do governo federal, visando ao aumento da eficiência e da eficácia. Regularizar as relações entre ministério e agências e redefinir os papéis das Companhias Docas. Desenvolver novos mecanismos de financiamento dos investimentos em infraestrutura de transportes. Garantir o patamar em torno de R\$ 8,2 bilhões/ano para o investimento público no setor e incentivar a utilização de contratos de concessão e de parceiras público-privadas. Incentivar a instalação e operação de plataformas logísticas integradas. (SEDES, 2006)

Sobre a questão energética, afirma:

Diversificar e ampliar a matriz energética brasileira mediante vigoroso esforço para o desenvolvimento de novas fontes renováveis, limpas e econômicas de energia, destacando-se os biocombustíveis, como etanol, biodiesel e H-bio. A expansão da oferta de energia elétrica deve seguir com predominância da hidroeletricidade. O aproveitamento do potencial hidráulico deve ser feito de forma social e ambientalmente sustentável. Para revitalizar o setor, são necessários investimento sem torno de R\$ 36 bilhões/ano. (SEDES, 2006)

Em relação à reforma agrária, o documento afirma:

**A reforma agrária é condição para a democracia. A distinção entre terra de trabalho e terra de negócio deve ser o principal critério para a desapropriação e redistribuição de terras**, respeitando os diferentes modos de produção dos povos originários e quilombolas. **Um primeiro passo é a assinatura da portaria ministerial que atualiza os índices de produtividade para fins de desapropriação de terras**. Assim, deve-se garantir acesso à terra, suficiente em quantidade e assentados(as) da reforma agrária e das populações tradicionais, contribuindo para a universalização do acesso à educação básica e ampliação da formação profissional pública e de qualidade, enfatizando também o acesso ao ensino superior. (SEDES, 2006)

Dentro das políticas enunciadas, podemos destacar o aumento do crédito para a chamada agricultura familiar via Pronaf e a política de extensão rural. Voltou-se atrás em outras medidas, como foi o caso das desapropriações, a PEC 215 e o fechamento de escolas rurais. Além disso, não se revisaram os índices de produtividade para fins de desapropriação de terras.

Nesse sentido, importante destacar que a ação da CUT no CDES foi de defesa do desenvolvimento de uma grande indústria, entendendo a política agrária como subordinada deste desenvolvimento, secundarizando a reforma agrária como parte da própria formação do seu saber sindical, o sindicalismo propositivo de base social-democrata (industrialista), organizado em torno dos grandes sindicatos operários da indústria, principalmente metalúrgica, e da finança. A CUT tratou da formulação e defesa de uma indústria nacional, bem como se empenhou nela, se interpenetrando com a classe burguesa. No entanto, quase não tratou da reforma agrária, que foi defendida na maioria das intervenções solitariamente pela CONTAG.

O conselho ainda implantou no mesmo ano o Observatório da Equidade, que “aportou capacidade e instrumentos para medir e acompanhar o enfrentamento das desigualdades na sociedade brasileira e para apoiar a proposição de políticas públicas e de ações sociais que possam promover maior equidade”. (CDES, 2010) Neste sentido, serviu para estabelecer uma relação institucional entre o Dieese e o Estado, que passou a participar desse observatório.

No âmbito do projeto do Observatório da Equidade, foram realizados três encontros do conselho diretor, para a aprovação do plano de trabalho do 1º Ciclo de Observação, para mapeamento dos pactos e outras iniciativas existentes e para elaboração do parecer do 1º Ciclo de Observação. Já o comitê técnico realizou sete reuniões, a fim de elaborar o plano de trabalho do 1º Ciclo de Observação, revisar qualitativamente o âmbito problemático, definir indicadores, mapear os marcos jurídicos institucionais, elaborar relatórios das atividades e elaborar o parecer de observação. Foram realizadas cinco reuniões regionais, sete reuniões e duas oficinas do observatório e quatro reuniões do grupo de trabalho: 20/06/2007 – Plano Nacional de Logística de Transportes; 20/09/2006 – Reforma Política; 14/11/2006 – Reforma Política e 28/11/2006 – Agenda da Infraestrutura (preparatória). Do ponto de vista das medidas econômicas a serem debatidas, o ano de 2006 termina com uma agenda de discussão sobre logística e infraestrutura.

O saber político-sindical desenvolvido pela CUT permitiu a interpenetração das classes, uma vez que tanto empresários como sindicalistas passaram a defender as mesmas propostas, como, por exemplo, a política industrial, com base nas ideias de competitividade, inovação, tecnologia e criatividade; a melhoria da infraestrutura logística para o desenvolvimento industrial e a política de qualificação profissional como base para melhoria da indústria. Tanto os trabalhadores como o grande capital estavam presentes no CDES. Pelo quadro apresentado nas páginas anteriores, podemos perceber a presença de Vale, CEMIG, USIMINAS, CUTRALE, VICUNHA, SUZANO e GERDAU. Além das principais associações, federações e sindicatos empresariais, veem-se também ANFAVEA, FIESP, FIEP, FIRJAN, ABDIB, ABINEE, ABRAVE, ALADDA, ABIMAQ, ABDIB e FEBRABAN. Como podemos perceber nas discussões no CDES e na construção da concertação, o tema da reforma agrária é secundarizado em favor da política de apoio ao agronegócio e de exportações, para o equilíbrio macroeconômico, ou seja, da dependência das exportações de commodities agrícolas como medida para equilibrar as contas públicas. O principal documento produzido pelo CDES nesse primeiro período foi a AND, que teve como pilar a

reconstrução de uma política industrial nacional e de desenvolvimento da infraestrutura para o desenvolvimento nacional, que teve forte e decisivo apoio dos sindicalistas. Ainda que grande parte das propostas não tenha se materializado, o conselho foi um eficaz e determinante espaço de interpenetração das classes sociais, uma vez também que o saber político-sindical do sindicalismo propositivo propiciou a conciliação e não a confrontação, em virtude da defesa do industrialismo e da participação nos espaços estatais.

### **3.3 - O Impacto da Prática Governamental sobre a Prática Sindical**

O CDES se consolida como um espaço de proposição de todos os representantes envolvidos, para a construção de uma concertação em torno de entendimento de pautas comuns, visando ao projeto político-econômico de retomada de crescimento econômico ao longo do primeiro governo Lula. As propostas se pautaram em torno de uma retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento capitalista no país. Dessa maneira, a CUT participa desses espaços propondo e articulando políticas de crescimento e desenvolvimento. Além disso, como observado, diversos sindicalistas oriundos da CUT e dos sindicatos filiados passaram a fazer parte do governo.

Como destacado acima, as discussões em torno da reforma sindical e trabalhista no âmbito do CDES e anunciadas nas Cartas de Concertação são direcionadas para o Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Um dos principais pontos propostos pela reforma sindical era a negociação coletiva em todos os níveis, bem como a contribuição vinculada à negociação coletiva. (Almeida, 2007)

A ideia e proposição de negociação coletiva já vinham sendo gestadas pela CUT, que a formulara em 1988, mas já fazia parte das demandas da central. Na 7ª Plenária Nacional, em 1995, a central elaborou a proposta intitulada “Sistema Democrático de Relações de Trabalho”. A reforma sindical não passou no congresso, tendo alguns de seus pontos aprovados, como o reconhecimento oficial das centrais com direcionamento do imposto sindical, a criação do Conselho de Relações de Trabalho e as discussões relativas à questão da negociação coletiva. A política de contratação coletiva ganhou força principalmente no SM-ABC, que havia participado das câmaras setoriais do governo Collor. Essa posição relativa aos acordos coletivos, às derrotas sofridas para aprovação da proposta integral e às políticas direcionadas para o setor automotivo pode ter influenciado o SM-ABC a construir e propor o Acordo Coletivo Especial (ACE) no interior da CUT e SM-ABC. Essa tendência se ampliou na medida em que o SM-ABC, a CUT e setores patronais se articularam em torno de pautas comuns no âmbito do CDES, que propiciaram proposições comuns, como a democratização do CMN, pauta da CUT e, posteriormente, mobilizações comuns em torno da política industrial, da redução da taxa de juros e de impostos para o setor produtivo. Em relação à negociação coletiva, o ACE retoma os princípios da negociação coletiva do FNT, estabelecido a partir da autonomia privada coletiva e de estímulo à resolução dos conflitos de trabalho, e que já vinha sendo estimulado pelo SM-ABC.

Como desdobramento das aprovações congressuais, a CUT realizou já no primeiro ano do governo Lula o seminário para debater “Estado, Desenvolvimento e Políticas Públicas”. Esses seminários foram realizados tanto em 2003 como em 2004. Em setembro de 2003, a central, em conjunto com CAT, CGT, CGTB, CUT e Força Sindical, apresentou ao governo o documento “A Pauta do Crescimento. Sugestão das Centrais Sindicais”, onde reivindicavam: meta de redução de juros, metas para ampliação de vagas de trabalho, concursos, redução da jornada de trabalho, aumento do salário-mínimo, programa de qualificação profissional, PLR,

crédito agroindustrial, criação de metas para assentamentos, desoneração via IPI para as indústrias, principalmente para máquinas e equipamentos, e desoneração das exportações.

As principais mobilizações de rua foram realizadas através da Marcha Pelo Salário-mínimo e Redução da Jornada de Trabalho, que passou a ser realizada anualmente, sempre em Brasília, sem organização de greves nacionais ou gerais e/ou bloqueios nacionais de rodovias e ferrovias. O calendário oficial da central contava ainda como importante atividade o apoio ao Grito da Terra e dos Excluídos. No entanto, passaram a privilegiar o encaminhamento das questões através de discussões com ministros e secretários, antigos sindicalistas, como, por exemplo, a proposta da executiva nacional da central em 2003 de “realizar um encontro (um jantar, por exemplo) com o ministro Palocci, envolvendo lideranças sindicais, para apresentar propostas e preocupações do movimento sindical cutista” (DEN, 2003) a ser encaminhado pelo sindicalista Luiz Marinho.

Além desse tipo de atividades, passou a fazer parte do cotidiano uma séria de reuniões e seminários debatendo questões setoriais e gerais, como, por exemplo, a reunião sobre o programa Biodiesel, em 29 de junho de 2004, que contou com a presença da Secretaria da Casa Civil, do Ministério de Minas e Energia, da Petrobras, do BNDES, da Federação dos Agricultores do Estado de SP, da Soyminas Biodiesel, da ANP, da Biobras, da CUT e da Coope-UFRJ.

O Plano de Lutas de 2005, por exemplo, aprovado pela direção executiva, indicava como principais propostas: redução da taxa de juros, participação do CMN e construção do **Acordo Nacional do Setor Produtivo**, que constitui um amplo leque de alianças para a redução dos juros, a oferta de crédito ao setor produtivo e o desenvolvimento do mercado interno, que será construído e consolidado no decorrer da crise econômica de 2008. Dessa forma, é importante destacar que a proposição sobre o CMN foi encaminhada via CDES com a aprovação de uma moção a ser destinada ao governo, e a proposta de “Acordo Nacional do Setor Produtivo” foi discutida no âmbito do CDES a partir da PITCE, que gerou os dois documentos: Agenda Nacional para o Desenvolvimento e Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento. Sobre reforma agrária, o plano indicava a organização de um seminário com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, e de uma organização junto ao Fórum Nacional em Defesa da Reforma Agrária, além de uma campanha pela reforma agrária.

A política da CUT passa a ser, no seu cotidiano de construção de proposições, encaminhada aos espaços estatais criados com essa finalidade, como o CDES, e como apoio ao governo do PT. Isso não significou que a central deixou de fazer mobilização, pressão e greves; no entanto, as ações coletivas estavam subordinadas à dinâmica da relação entre o Estado e a CUT. Assim, é importante destacar a orientação definida pelo escritório de Brasília da CUT que, em seu plano de trabalho de 2003, determinava: “Apoiar e articular a participação da central nos espaços institucionais, desempenhando, quando necessário, o papel de representação junto ao governo central e seus ministérios, ao parlamento e suas diversas comissões, aos partidos políticos, ao judiciário e suas várias instâncias”.

Ao mesmo tempo em que temos uma ampliação na participação estatal via novos espaços de participação, temos também a ocupação de diversos cargos estatais por ex-sindicalistas e militantes da CUT e do PT, o que possibilita uma certa articulação informal e a construção e manutenção de redes de articulação, além do contato direto entre agências governamentais e associações de trabalhadores propiciadas por essas articulações.

No entanto, como vimos, a composição política da Direção Executiva Nacional,

considerando a representação por região e ramos de atividade econômica, mostrou que, no período analisado, a região Sudeste continua a deter os cargos de maior poder na hierarquia da instituição, prevalecendo a força política e econômica de São Paulo sobre as demais regiões do país. Assim, em situações de disputa por cargos que envolveram os principais dirigentes sindicais da Articulação Sindical, o peso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, da Apeoesp e do Sindicato dos Bancários de São Paulo foi decisivo; portanto, o poder continua bastante concentrado em São Paulo e em instituições que, desde a fundação da CUT, têm um papel preponderante.

Temos, então, no interior da central a conjugação da base social neocorporativa e da adaptação do grupo dirigente para a gestão do capitalismo e do Estado, defendendo a cogestão e a participação dos sindicatos no desenvolvimento do capitalismo, destacando que esse processo é realizado ainda antes das eleições durante o governo Lula. Durante esse período, temos o modus operandi do sindicalismo propositivo na defesa da política industrial, em aliança com empresários e associações empresariais do setor. Tais políticas de interpenetração dos interesses de classes foram, em grande parte, construídas via CDES, o que, na prática, significou a subordinação e a secundarização da reforma agrária pela burocracia-aristocracia sindical operária e financeira. Tal junção de interesses se consolidou nas proposições políticas de combate à crise econômica em 2008-2009, como veremos adiante.

## CAPÍTULO IV - A CUT E AS POLÍTICAS DE COMBATE À CRISE ECONÔMICA EM 2008-2009 PARA O CAMPO E PARA A INDÚSTRIA

O objetivo deste capítulo é analisar como a CUT formulou políticas estratégicas para enfrentar a crise econômica que aprofundaram a interpenetração das classes sociais, por meio de uma série de ações conjuntas dentro do CDES e fora dele – campanhas públicas e ações de colaboração com o empresariado. Esse processo resultou em um processo de desagregação interna das relações com o setor rural, e em novas cisões sindicais. Dessa maneira, é importante destacar que a criação da AND com forte intervenção da CUT foi uma espécie de base para o lançamento do PAC em curto período de espaço. Assim, o próprio PAC pode ser entendido como uma consequência da “concertação” e interpenetração das classes sociais, abrindo espaços para a política de desenvolvimento com base na construção de grandes obras de infraestrutura energética e logística, com apoio dos sindicatos e centrais, e se transformando, por outro lado, num dos maiores vetores de desterritorialização e conflitos agrários no Brasil, na medida também em que retomaram uma série de grandes obras planejadas pelo Estado brasileiro.

O quadro abaixo apresenta uma cronologia das atividades do CDES no governo Lula 2 (2007-2010).

**QUADRO 6. Evolução Histórica dos Temas e Principais Ações CDES Lula 2**

	CDES Lula 2			
	2007	2008	2009	2010
Reuniões e GT's	4	4	7	
Eventos	54	74	68	
Documentos Publicados	Parecer “Plano de Desenvolvimento da Educação” - Observatório de Equidade	Moção pela Reforma Tributária Parecer Sobre Bioenergia e o Desenvolvimento Moção Sobre Desenvolvimento e a Crise Internacional	“Rede de Proteção Social Brasileira: Promovendo Equidade e Desenvolvimento” Moção em Defesa do Pré-Sal	“Agenda para um Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC)” Moção sobre o Fundo Social do Pré-Sal “Um Acordo para o Desenvolvimento Sustentável”,
Temas discutidos com propostas encaminhadas pelo CDES	Criação de um GT específico da “Bioenergia e dos Biocombustíveis” Criação de GT	Comitê Gestor do CDES Crise Econômica Crescimento da Economia Criação da Reunião de Monitoramento da Crise	Crise Econômica Desenvolvimento Geopolítica Salário-mínimo PRONAF Crédito ao Setor Produtivo e ao consumo retomar as	



			discussões do AND	
--	--	--	----------------------	--

O início do segundo governo Lula é logo marcado pela divulgação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anteriormente apresentado aos conselheiros do CDES e inspirado em alguns dos debates que ocorreram no interior do próprio conselho, principalmente a partir da AND e de um nova política industrial. Logo depois, com o início da crise econômica internacional, os debates no interior do conselho passam a se concentrar na crise e na perspectiva de crescimento. Neste segundo momento, o CDES também se estrutura com a criação de comitê gestor, que será presidido pela CUT.

Ainda no final de 2006, antes do lançamento do PAC, foi aprovada a criação do GT “Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento” (GTAID) na 20ª reunião do Pleno do CDES, em 5 de dezembro de 2006. A CUT foi uma participante do GT, que teve como objetivo “*aprofundar a proposta do CDES de viabilização dos investimentos públicos e privados para a infraestrutura econômica e social necessários para a retomada do desenvolvimento com equidade*”. (Site do CDES)

O GT foi distribuído em três temas: Infraestrutura Econômica (energia, transportes e telecomunicações), Infraestrutura Social (desenvolvimento urbano, transporte urbano e saneamento) e Infraestrutura Hídrica. O núcleo inicial do GTAID foi composto pelos seguintes conselheiros: Antoninho Marmo Trevisan (BDO Trevisan Auditores), Joseph Couri (Associação Nacional dos Sindicatos das Micro e Pequenas Indústrias – ASSIMPI) e Paulo Roberto de Godoy Pereira (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB)

Com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o GTAID realizou seis reuniões durante o ano 2007 e passou a discutir as medidas de implementação do programa. O GT se orientou pela política definida na AND. No que condiz ao objetivo “*ter uma infraestrutura logística eficiente e competitiva, integradora do território, da economia e da sociedade brasileira*”, umas das diretrizes assumidas foi:

Definir uma política nacional integrada de transportes assente na multimodalidade, na integração regional/nacional/sul-americana, na exploração de vantagens/dotações regionais, objetivando a melhoria das condições de vida da população, a redução das desigualdades sociais e regionais e o aumento da competitividade sistêmica da economia brasileira.

Em termos de infraestrutura econômica e logística de transportes, o GTAID definiu a necessidade de “investimento público no setor e incentivar a utilização de contratos de concessão e de parceiras público-privadas. Incentivar a instalação e operação de plataformas logísticas integradas”. Sobre energia, foi proposto:

Diversificar e ampliar a matriz energética brasileira mediante vigoroso esforço para o desenvolvimento de novas fontes renováveis, limpas e econômicas de energia, destacando-se os biocombustíveis, como etanol, biodiesel e H-bio. A expansão da oferta de energia elétrica deve seguir com predominância da hidroeletricidade. O aproveitamento do potencial hidráulico deve ser feito de forma social e ambientalmente sustentável.

Na reunião do GTAID em 13 de fevereiro de 2007, os ministros Guido Mantega, Paulo Bernardo e Dilma Roussef fizeram uma apresentação detalhada do novo programa defendido pelo governo, o Programa de Aceleração do Crescimento, para os membros do GT.

Por sua vez, na reunião do Pleno do CDES em março de 2007, o GTAID fez um relatório parcial da situação de infraestrutura, onde foram apresentadas as propostas elencadas acima. Além disso, o conselheiro Artur Henrique da Silva Santos, da CUT, propôs a criação de um GT específico da “bioenergia e dos biocombustíveis”.

A reunião do Pleno do CDES, em 17 de maio de 2007, pós-reeleição do candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, se iniciou com o tema “Diálogo para o Desenvolvimento”. O ministro coordenador, Walfrido Mares Guia, destacou novamente os principais documentos produzidos pelo conselho: as “Cartas de Concertação”, “Agenda Nacional de Desenvolvimento” e os “Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento”.

Procurou reafirmar a efetividade do conselho:

O diálogo ocorrido neste conselho produziu medidas concretas implementadas pelo governo. Vamos ver: o crédito consignado; as contribuições para as reformas tributárias, previdenciária e trabalhista, sobre as quais nós vamos ouvir hoje aqui alguns conselheiros comentando; contribuições para Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que começa a vigorar agora em 1º de junho; criação do **Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial**; e a recomendação para que o país assumisse uma meta de crescimento no patamar de 5% do PIB, perseguida por todos da sociedade que se envolveram.

Nessa direção, a iniciativa de maior importância, o Observatório da Equidade, criado aqui no conselho, formado em 2006, dirigido por doze conselheiros, conta com o apoio técnico do IPEA, do IBGE e do DIEESE. O primeiro tema trabalhado pelo Observatório da Equidade foi a educação, e o relatório com as observações foi entregue ao presidente Luís Inácio da Silva, em dezembro de 2006. Algumas ideias foram incorporadas ao Plano de Desenvolvimento da Educação, o PDE, que já está neste momento com seus projetos de lei e sua implementação no Congresso Nacional e pelo governo para virar uma realidade agora, não é? Muitas das ideias nasceram aqui, recentemente lançadas neste plano, o PDE, pelo governo federal. (SEDES, 2007)

Em seguida, procurou destacar as medidas tomadas pelo governo para “destravar”, afirmando que o foco é o “esforço no PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, para criar as condições necessárias para que o país possa decolar, tanto na infraestrutura quanto na energia, sob todas as formas, no saneamento básico, na habitação, e o PAC hoje é uma realidade”, e prosseguiu destacando a efetividade do governo no Congresso Nacional:

Ontem e anteontem o Senado Federal aprovou seis medidas provisórias do PAC. As nove medidas provisórias do PAC já haviam sido aprovadas pela Câmara em 35 dias, e está faltando uma última para o Senado aprovar. Portanto, o PAC foi lançado no final de janeiro, o Congresso Nacional tomou posse no dia 1º de fevereiro, nós estamos falando de cem dias, não é? Dentro do Congresso o PAC é uma realidade com Projetos de Lei e Medidas Provisórias altamente relevantes para manutenção do equilíbrio fiscal e a garantia da sustentabilidade do nosso crescimento. Portanto, esse Conselho, através dos Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento, aportou propostas para destravar a economia e melhorar a distribuição de renda; tais políticas deveriam levar ao aumento do emprego, à **valorização do salário-mínimo**. (SEDES, 2007)

Em seguida, a conselheira Juçara Dutra (CNTE-CUT) pede a palavra e, primeiro, procura demonstrar a importância de construção da concertação:

Gostaria de cumprimentar todos os presentes, em especial o ministro Walfrido dos Mares Guia e meus colegas de Conselho. Eu acho que essa reunião é muito importante, na medida em que renova nosso Conselho. Eu me inscrevi exatamente

para dizer aquilo que nós achamos que acumulamos na primeira gestão do presidente Lula, com um debate que nós fizemos em uma estrutura, ministro Patrus, que eu acho que é sofisticada de organização da sociedade, mas que tem uma simplicidade muito grande, **que é o fato de que aqui nós nos obrigamos a ter que nos ouvir, nós temos que ouvir todas as expressões da sociedade brasileira, todas as sensibilidades, com todas as nossas diferenças e tentar produzir com isso.** Eu acho que esse é o grande papel do Conselho, que é um instrumento que pode ser utilizado ou não pelo governo. (SEDES, 2007)

Depois procurou, assim como os ministros, mostrar a efetividade do conselho:

Com a profundidade que o Conselho propõe, e que nessa primeira gestão do presidente Lula se provou, **o Governo utilizou muito daquilo que foi produzido no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social,** nós fizemos grandes debates sobre a **reforma da previdência,** sobre a reforma política, a reforma tributária, sobre a **infraestrutura nacional,** sobre meio ambiente. E eu queria destacar aqui aos conselheiros, dentro dessa visão de que esse também tem que ser um trabalho cumulativo. Sobre o trabalho que foi realizado pelo Observatório da Equidade, saíram seis enunciados que chamaram atenção da sociedade brasileira e do governo para a necessidade de nós termos uma outra proposta de educação e uma proposta de educação que vai na contramão da tendência hoje no mundo, que é a tendência da mercantilização.

Em seguida, reafirma a necessidade de o conselho manter o debate sobre educação e o trabalho com qualidade. E finaliza: “Também quero aproveitar para dar as boas-vindas aos conselheiros e conselheiras que assumem e desejar que essa gestão seja tão proveitosa como foi a anterior. Obrigada”.

Em seguida, o presidente Luís Inácio Lula da Silva inicia sua intervenção falando sobre a evolução, na sua visão, dos dirigentes sindicais:

Hoje, um companheiro dirigente sindical tem que conhecer muito mais coisas do que eu precisava conhecer. Eu só precisava xingar o governo. **Como vocês não podem me xingar agora, pelo menos por companheirismo, vocês se resguardem. Nós temos que ser produtivos e criativos, nós temos que tentar fazer o que é possível mudar para melhorar.** Nós estamos aí com um exército de milhões de jovens, que é um estoque que este país, de forma irresponsável, deixou acumular nesses anos todos, temos milhões de jovens entre 15 e 24 anos querendo trabalhar. Como é que nós vamos dar emprego para eles? (SEDES, 2007)

Em seguida, defende a política de contrato especial para os jovens trabalhadores, criticando as posições mais críticas no interior do PT. Depois, continua falando do crescimento da Bolsa de Valores de São Paulo, da importância dos dirigentes sindicais nesses espaços de gestão e conciliação e da sua adaptação a esses espaços:

Estou feliz porque tem uma maior representação, também, dos trabalhadores, estava um pouco desbalanceado. No Conselho, **o Feijó vai aprender a vir de gravata, algumas vezes que forem necessárias.** Vocês também. O Artur já está equilibrado. Então, eu estou feliz, gente. Eu tenho tentado passar para a sociedade brasileira o momento que o Brasil vive. Eu tenho tentado passar esse otimismo 24 horas por dia. Estou vendo aqui a Bolsa de Valores. Vejam como as coisas mudaram. Para eu passar na frente da Bolsa de Valores, na campanha de 2002, era preciso conversar com o Sérgio Roger, com o Berzoini, com os bancários, para juntar um pouco de gente, porque o medo que eles tinham de mim era um negócio maluco. Até que, um dia, me levaram lá. Depois de muita labuta, eu consegui entrar na Bolsa de Valores.

Hoje, a Bolsa de Valores deve, publicamente, sempre que puder, agradecer tudo o que foi feito neste governo para chegar à situação extraordinária em que está hoje. **Hoje, ela está parecendo uma bolsa mesmo, porque tem volume. Não é aquela bolsa pequenininha, que parecia um enfeite. Hoje você pode falar “Bolsa de Valores”, porque ela tem grandeza para isso.** E, também, venceu os preconceitos que tinha. Eu não sei se as parcerias com os trabalhadores foram feitas. (SEDES, 2007)

A intervenção do conselheiro da CUT, Artur Henrique, não toca em nenhum ponto destacado pelo presidente Lula, a não ser para reafirmar os pactos. O discurso do conselheiro cutista se pauta por dois principais pontos: redução da taxa de juros e ampliação do Conselho Monetário Nacional. Ele justifica dessa maneira:

A redução do superávit primário, em nossa opinião, para ter mais investimento em políticas públicas sociais, é outro dogma que precisa ser debatido nesse Conselho. Portanto, nossa opinião é que nós devemos, sim, estar abertos a debater qualquer assunto. Ter como objetivo principal na nossa visão: o respeito aos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, a inclusão social, o desenvolvimento com distribuição de renda. É para isso que nós imaginamos ser possível que um Conselho que construa políticas públicas possa atingir esse objetivo.

Continua a explicação com proposições para acordos nacionais por setor, como o do agronegócio e o da construção civil, depois de participar do GTAID, onde propõe a criação do GT da “bioenergia e dos biocombustíveis”. O conselheiro cutista afirma:

E dentro dessa participação e desse objetivo, eu queria fazer uma proposta: participei ativamente do grupo de trabalho da Agenda da Infraestrutura e, além de vários temas importantes, um deles, ministro, dizia respeito à questão das várias ações e políticas relacionadas com o biodiesel, biocombustíveis, agronegócio na área de plantação de cana. Ou seja, toda essa discussão, em nossa opinião, é um momento bastante propício para que a gente possa propor a criação de um grupo de trabalho que envolvesse os atores sociais num debate a respeito, não só da importância dos investimentos nessa área, mas também a importância de se discutir as condições de trabalho dos canavieiros, cortadores de cana, dos trabalhadores que trabalham em condições, em muitas regiões do país, subumanas. Trabalhadores sofrendo acidentes de trabalho, morrendo por conta da produtividade, da obrigatoriedade de cada vez produzir maiores toneladas de cana para um recebimento de um salário, que, na nossa opinião, nós devemos aproveitar o momento importante do debate do biodiesel, para instituir um grupo de trabalho com os atores sociais para discutir, principalmente, condições de trabalho, reconhecimento da necessidade da organização do trabalho nesse setor e, principalmente, a diminuição dos acidentes de trabalho. Temos tido uma manifestação muito importante nesse sentido, acho que o Conselho tem ajudado nisso, estamos discutindo com a CBIC, da construção civil, um grupo de trabalho. Estamos para assinar um **acordo nacional com os companheiros e companheiras que trabalham na construção civil**. Acho que poderíamos usar este exemplo também na área do biodiesel, trazendo uma proposta concreta para a continuidade dos trabalhos. Muito Obrigado. (SEDES, 2007)

A proposta de criação de um GT destinado a debater a bioenergia é acolhida por todos os conselheiros, não havendo destaques. No mesmo momento, também se iniciam as discussões acerca da estruturação da Mesa Nacional de Diálogo do setor agroenergético (LAMBERTUCCI, 2010 op cit Pereira, 2013). Ainda em maio de 2007, é criado um novo GT sobre reforma tributária, que também conta com a participação da CUT. Esse GT retomou as

discussões e análises apresentadas pelo CDES num relatório produzido em abril de 2003. O núcleo inicial do GT contou com os seguintes conselheiros, além do representante cutista: Amarílio Macedo, Antoninho Marmo Trevisan, Antônio Fernandes dos Santos Neto, José Antônio Moroni, Luiz Carlos Delben Leite, Paulo Safady Simão, Raul Wagner dos Reis Velloso e Germano Rigotto. Durante o ano de 2007, foram realizadas sete reuniões do GTRT.

Na reunião de 17 de julho de 2007, a pauta se concentra nos seguintes temas: Ação Internacional do CDES, Reforma Tributária e Reforma Política. O relatório final da Reforma Tributária é aprovado nesta reunião. O ministro Walfrido Mares Guia destaca:

Contamos hoje, também, com a presença do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que vem nos falar sobre o Plano Plurianual (PPA) do governo para o período 2008/2011. É com imensa satisfação que vemos a Visão de Futuro proposta pela Agenda **Nacional de Desenvolvimento** elaborada pelo nosso Conselho, e grande parte de suas diretrizes incorporadas na orientação estratégica do planejamento de governo para os próximos quatro anos. (SEDES, 2007)

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, comenta:

Em primeiro lugar, nós fizemos todo o levantamento das prioridades estabelecidas pelo presidente durante esses quatro anos. Analisamos e procuramos fazer uma síntese dos seguintes documentos: o nosso programa de governo, apresentado durante o período eleitoral; os projetos do **PAC** e a nossa agenda social, que tem sido desdobrada durante esse primeiro semestre; a **Agência Nacional de Desenvolvimento (AND)**, que foi **construída** por esse **Conselho**, que é um documento importante e isso vai ficar expresso no PPA 2008/2011. A orientação estratégica do PPA 2004/2007, que era o plano anterior, foi também considerada. (SEDES, 2007)

Importante enfatizar o histórico de discussões e ações realizadas no âmbito do CDES, principalmente a AND, para o governo chegar ao PAC. O conselheiro Artur Henrique (CUT) volta a destacar a criação do GT de bioenergia: “Na última reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, aprovamos por unanimidade a necessidade de constituir um grupo de trabalho para debater e elaborar propostas sobre bioenergia, relacionando etanol, bioeletricidade e biodiesel”, e continua apresentando a proposta:

Um grupo de conselheiros se reuniu preliminarmente – Bruno Ribeiro, Nelson Silveira e vários outros – e estamos trazendo para aprovação, neste pleno do CDES, um termo de referência para orientar o grupo temático. Essa proposta de termo de referência que eu gostaria de apresentar rapidamente, ela está colocada nas pastas de todos os conselheiros. A proposta é que o grupo de trabalho deverá trabalhar o tema em suas múltiplas dimensões, ou seja, na dimensão econômica, social, ambiental, tecnológica e institucional. Além das relações de trabalho no campo e do impacto ambiental da produção do etanol, o grupo deve avaliar também todas as cadeias de produção de biocombustíveis. Ou seja, há a necessidade de termos um debate profundo, com a participação do maior número possível de conselheiros, para que possamos alcançar o objetivo de avaliar todas essas dimensões: analisar e propor recomendações para viabilização de **investimentos públicos e privados nas cadeias de produção dos biocombustíveis e da bioenergia**; levantar e analisar problemas e distorções em todas as etapas de produção e impacto em relação ao meio ambiente, relações de trabalho e áreas de plantio, ou seja, a produção de biocombustíveis e a produção de alimentos; avaliar a necessidade de regulamentação governamental do setor levando em conta, principalmente, a produção e comercialização de energia resultante da queima do bagaço de cana; o incentivo à pesquisa e tecnologia, o zoneamento agrícola e a definição de normas para certificação dos biocombustíveis; e analisar e propor medidas para o fortalecimento

do papel das cooperativas, do cooperativismo e da agricultura familiar na produção de bioenergia, bem como propostas que garantam acesso ao crédito do produtor familiar. (SEDES, 2007)

Ainda destaca como pontos a serem desenvolvidos, através de diagnósticos e análises propostas:

Medidas que redundem em melhoria das condições de trabalho; avaliar o papel da produção de biodiesel como fator de incentivo ao desenvolvimento sustentável regional; analisar o papel do setor público na regulação do setor, com regras claras e estáveis, especialmente em algumas áreas: primeiro, na sustentabilidade ambiental; segundo, na preservação da segurança alimentar; terceiro, na questão da compra de terra por estrangeiros e na definição de normas para a **certificação** dos biocombustíveis. (SEDES, 2007)

E finaliza afirmando:

*Isso para que nós tenhamos, no Brasil, uma produção de energia limpa, renovável, com respeito ao meio ambiente e com respeito aos direitos trabalhistas e à necessária democratização das relações de trabalho. Então, convido a todos que tenham interesse no tema, a entrarem no grupo de trabalho. Com certeza, teremos muito trabalho pela frente. Muito obrigado, senhor presidente.* (SEDES, 2007)

Em seguida, Lula afirmou:

Hoje nós poderíamos discutir que os produtores de cana-de-açúcar vão ter que sentar com o governo e com os trabalhadores para discutir com muito carinho a humanização do trabalho no campo. Sabem por quê? Porque para os empresários fica mais fácil mandar os trabalhadores embora e comprar máquinas. E cada uma dessas máquinas vai dispensar 90 trabalhadores, não é, Manoel? E eles estarão atendendo a um apelo daqueles que são contra o trabalho não humanizado e estarão deixando os trabalhadores na rua da amargura. É aí que entra o papel do movimento sindical, do governo e dos empresários. Como é que a gente vai encontrar um denominador comum aproveitando este momento de ouro do etanol e do biocombustível no mundo, para aperfeiçoar aquilo que nasceu quase que no sufoco, em 1975? Esse é um desafio que está colocado para nós. Esse debate sobre biocombustíveis é uma coisa extremamente séria, e eu estou pensando até em torná-la ainda mais séria, para que a gente possa dar o status de soberania nacional à questão do biocombustível. Não podemos brincar com isso e não podemos permitir que aconteça conosco o que aconteceu com a borracha. (...) (SEDES, 2007)

Em seguida, retoma a política propositiva da CUT e do SM-ABC, onde fica explícito o papel do sindicato na transformação da base produtiva do capitalismo e na sua salvação diante da crise, mostrando como foi acordada a introdução do carro flex. Vejamos:

O sindicato, diga-se de passagem, os trabalhadores metalúrgicos deste país, começaram a fazer **propostas de reestruturação da frota de automóveis, da renovação da frota, da introdução do carro verde na frota**. Quem é da indústria automobilística, o Miguel Jorge estava lá, sabe que foi assim. Pois bem, nós fizemos uma revolução, o flex-fuel. Hoje virou coisa bonita falar de flex-fuel, todo mundo quer um carro flex-fuel, a indústria automobilística está satisfeita, o consumidor está satisfeito, e nós agora temos um parâmetro para controlar, que é o preço do álcool em relação ao da gasolina. (SEDES, 2007)

Ao encerramento da fala do presidente Lula, destacando o pacto entre os diversos

setores, o conselheiro da CONTAG, Manoel José dos Santos, afirma:

Eu me inscrevi para fortalecer uma questão já colocada aqui, que é a importância da criação desse grupo de trabalho que vai tratar da questão dos biocombustíveis, energias renováveis, e colocar a necessidade de construir uma relação entre os trabalhadores e os empresários do setor que, infelizmente, na história de centenas de anos, sobretudo na produção de cana-de-açúcar, não foi construída. Nossa preocupação primeira é que os biocombustíveis têm que ter um acrescentamento. Além de ser ambientalmente limpo, precisa ser também socialmente justo. Esse elemento é possível desde quando, nos objetivos desse conselho e no tratado entre os trabalhadores e os empresários, a gente possa corrigir profundos equívocos do ponto de vista social que continuam acontecendo no setor. (SEDES, 2007)

Depois de descrever o processo de instalação e exploração da cana-de-açúcar no Nordeste e do desemprego, defende a “política do diálogo” para atender às reivindicações dos trabalhadores.

O processo hoje tende a avançar. Nós temos olhado as perspectivas do setor e a proposta de que até 2011 seja duplicada a área de cana plantada no Brasil e também dobrada a produção de álcool. A nossa grande preocupação é que esse avanço em nome da limpeza do combustível não traga mais o desequilíbrio social do ponto de vista das relações do trabalho. Hoje nós acompanhamos, por exemplo, São Paulo, que é um estado que avançou significativamente na produção de álcool. É lá que vai se dar a maior parte da implantação das usinas. Mas nós acompanhamos também um outro tipo de escravidão, que eu não sei se ela é menos cruel do que no tempo em que os homens eram comprados, vendidos e ferrados. E quero dizer por quê. Nos anos 80, a média de toneladas por homem/dia era seis toneladas, hoje a média por homem /dia é dez, 12 toneladas, e pelo incentivo de que quanto mais você cortar você ganha, nós temos cortador indo para 30 toneladas, e isso diminui a capacidade de vida útil desse trabalhador para no máximo 15 anos. Então não precisa, não basta apenas ser ambientalmente limpo, é preciso ser também socialmente justo. Não faz muito tempo nós ouvimos pela imprensa, e vocês todos acompanharam no Pará, o Ministério Público do Trabalho encontrar mais de mil trabalhadores numa usina em condição de semiescravidão, e, na verdade, a única forma que nós temos para enfrentar esse problema e diminuir essas desigualdades é, sem dúvida, o diálogo, mas o diálogo onde exista a possibilidade de avançar o ponto de vista social de ambos os lados. Então essa é a nossa colocação, é a nossa disposição de estarmos nesse conselho, mas com esse foco da limpeza ambiental e da justiça social. Muito obrigado! (SEDES, 2007)

A fala do conselheiro da CONTAG explicita também os termos da concertação em termos do aumento da produtividade e da exploração do trabalhador. Nesta reunião, o ministro Walfrido Mares Guia destaca a presença do presidente da ANFAVEA, Jackson Schenider, e os entendimentos do setor com MDIC, na área na definição das especificações técnicas do álcool, diretamente vinculada a produção ao interesse da indústria em relação à produção de automóveis flex-fuel.

A terceira reunião do ano teve como pauta principal a apresentação do PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), do GT Reforma Tributária e do GT Bioenergia: etanol, bioeletricidade e biodiesel. Em relação à reforma tributária, foram realizadas reuniões com o ministro Guido Mantega, acompanhado pelo secretário de Política Econômica, Bernardo Appy, e pelo secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, onde se destacaram os pontos convergentes das propostas do ministério e do CDES.

O conselheiro da CUT José Lopez Feijóo destacou a necessidade de realizar uma reforma tributária. Depois, observa as iniquidades da política tributária, como as isenções financeiras. Em seguida, faz as seguintes proposições com base nas proposições do GT Reforma Tributária: isentar os salários da CPMF; garantir que a arrecadação tenha destino total para a saúde, para o combate à pobreza e à fome e para a Previdência; pensar uma compensação sobre os tributos de quem paga, seja como redução da folha de pagamento, seja como redução em outros impostos, tipo imposto de renda; e, por último, desonerar a folha de pagamentos.

Na última reunião de 2007 do Pleno do CDES, é aprovado o parecer do Observatório da Equidade e realizado um balanço das atividades do CDES. O conselheiro Clemente Ganz apresentou os pareceres do Observatório da Equidade, que teve como proposta o Plano de Desenvolvimento da Educação, que se refletiu no FUNDEB.

Segundo o relatório de gestão deste ano, “a SEDES realizou 54 atividades para o Conselho, uma média de 4,5 atividades por mês, que resultaram em 221 horas de debates, com uma média de presença dos conselheiros de 70% nas reuniões plenárias”. O GT Bioenergia: etanol, bioeletricidade e biodiesel foi constituído sob a coordenação do conselheiro Artur Henrique da Silva Santos, da CUT, contando com a participação de 30 conselheiros, entre eles: Arildo Mota Lope (UNISOL), Clemente Ganz Lúcio (DIEESE), Humberto Mota (Associação Nacional das Empresas Concessionárias de Aeroportos Brasileiros – ANCAB), Jackson Schneider (EMBRAER), José Carlos Bumlai (Agropecuária JB e Associado da Acrissul), José Lopez Feijóo (ex-dirigente da CUT, atual assessor da Secretaria Geral – SG/PR), Lincoln Fernandes (FIEMG), Manoel José dos Santos (de Serra) (CONTAG), Marcos Jank (UNICA), Paulo Godoy (Alupar Investimento S/A) e Paulo Skaf (FIESP). A dinâmica estabelecida foi de reuniões mensais. Segundo o termo de referência, os objetivos do GT eram:

Analisar e propor recomendações para viabilização dos investimentos públicos e privados na cadeia de produção dos biocombustíveis e da bioenergia, como fator de promoção do desenvolvimento com equidade.

Levantar e analisar problemas e distorções em todas as etapas da produção e impactos em relação ao meio ambiente, relações de trabalho, áreas de plantio (produção para biocombustíveis e produção de alimentos).

Avaliar a necessidade de regulação governamental no setor, principalmente levando em conta a produção e comercialização de energia resultante da queima do bagaço e da palha da cana; o incentivo à pesquisa em ciência, tecnologia e inovação; o zoneamento agrícola e a definição de normas para certificação de biocombustíveis.

Analisar e propor medidas para o fortalecimento do papel das cooperativas, do cooperativismo e da agricultura familiar na produção de bioenergia, bem como propostas que garantam o acesso ao crédito pelo produtor familiar. (SEDES, 2007)

Segundo o relatório, a motivação foi a “importância estratégica da bioenergia e dos biocombustíveis para o desenvolvimento com equidade e a consolidação do Brasil como líder mundial na produção de energia e combustíveis renováveis”.<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> Além disso, teve reunião do conselho do CDES e do CESE (Comitê Econômico e Social Europeu), reunião-almoço com os ministros José Múcio e Tarso Genro, reunião do comitê gestor do CDES com o ministro Franklin Martins e Tereza Cruvinel, presidente da EBC. (CDES, 2010)



Em 2008 foi criado o comitê gestor do CDES. A formação do comitê, segundo o termo de referência, é organizada desta maneira:

**Dinâmica de governança proposta para o CDES:**

Indicação de um **comitê gestor**, formado por conselheiros e conselheiras, refletindo a heterogeneidade do CDES, prevendo:

um núcleo estável de seis conselheiros, com destacada participação nas atividades do Conselho, dois de cada setor presente no CDES.

O secretário executivo do CDES e o secretário da Secretaria do Conselho são membros permanentes do comitê gestor.

O comitê gestor deverá ter mandato definido – a proposta é iniciar com um mandato de seis meses ou duas reuniões plenárias. (SEDES, 2008)

Desde então, a CUT tem assento entre os seis conselheiros do chamado núcleo estável. “O **comitê gestor** será responsável pela coordenação do acompanhamento dos resultados do Conselho, de entender e ampliar os seus impactos no âmbito das políticas públicas e da ação dos atores sociais.” (CDES, 2008) O primeiro conselheiro cutista foi José Lopez Feijóo (presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas do ABC/SP e diretor executivo da Central Única dos Trabalhadores – CUT Nacional e vice-presidente da CUT no período de 2009/2012).

O primeiro pleno do CDES teve como tema a “Reforma Tributária e Perspectivas de Crescimento da Economia Brasileira e a Crise Norte-Americana”. Neste sentido, o CDES fez uma moção ao presidente da República para conferir prioridade à aprovação do Projeto de Emenda Constitucional da Reforma Tributária ainda no ano de 2008.

O GT de Bionergia apresentou, em 29 de outubro de 2008, o parecer sobre “Bionergia e o Desenvolvimento”. Os aspectos priorizados pelo GT, segundo o parecer, foram: 1. Zoneamento agroecológico; 2. Relações de trabalho; 3. Diagnóstico dos mercados interno e externo; 4. Defesa do etanol economicamente viável e ambientalmente e socialmente sustentável; 5. Medidas para fortalecimento do Programa Nacional de Biodiesel; 6. Certificação e 7. Papel do Estado

O termo de referência define como objetivos do GT:

1) analisar e propor recomendações para viabilização dos investimentos públicos e privados na cadeia de produção dos biocombustíveis e da bioenergia, com o fator de promoção do desenvolvimento com equidade [sic]; 2) levantar e analisar problemas e distorções em todas as etapas da produção e impactos em relação ao meio ambiente, relações de trabalho, áreas de plantio (produção para biocombustíveis e produção de alimentos); 3) avaliar a necessidade de regulação governamental no setor, principalmente levando em conta a produção e comercialização de energia resultante da queima do bagaço e da palha da cana, o incentivo à pesquisa em ciência, tecnologia e inovação, o zoneamento agrícola e a definição de normas para certificação de biocombustíveis; e 4) analisar e propor medidas para o fortalecimento do papel das cooperativas, do cooperativismo e da agricultura familiar na produção de bioenergia, bem como propostas que garantam o acesso ao crédito pelo produtor familiar. (SEDES,2008).

Antes da apresentação do parecer, em “reunião realizada no dia 15/10/2008, em São Paulo, os conselheiros membros do GT Bioenergia: etanol, bioeletricidade e biodiesel aprovaram, por unanimidade, a proposta de ampliação do escopo para abranger o tema da matriz energética, iniciando com os impactos e reflexos das recentes descobertas de petróleo na camada pré-sal”. (SEDES, 2008)

Dentro do ponto “Relações de trabalho”, como orientação estratégica, o documento

destaca:

1 - A construção da padronização de boas práticas e do trabalho decente nas relações de trabalho, na produção de biocombustíveis no Brasil, por meio do diálogo social entre os atores envolvidos.

2 - Promoção de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de tecnologias alternativas que melhorem os níveis de eficiência sem causar desemprego massivo e danos ambientais. (SEDES, 2008)

E recomendam os pontos relativos à Remuneração, jornada e contrato de trabalho; Saúde e segurança; Migrações; Inclusão de Pessoas com deficiência; Qualificação, requalificação e recolocação de mão-de-obra e Fiscalização.

### QUADRO 7 Sugestões para o Diálogo Social

QUESTÕES A SERE M OBSE RVAD AS NO DIÁLO GO SOCIA L	PRINCIPAIS SUGESTÕES
Remuneração, jornada e contrato de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratar de forma direta todos os trabalhadores para o corte manual da cana-de-açúcar, eliminando a utilização de empresas prestadoras de serviços (terceiros) até a safra de 2010/2011;</li> <li>• Assegurar, mediante prévio comunicado, o acesso de diretor de sindicato da categoria, devidamente credenciado, aos locais de trabalho para verificar eventuais problemas e buscar soluções junto aos representantes da empresa, visando aperfeiçoar o relacionamento existente;</li> <li>• Realizar estudo tripartite sobre a capacidade física do trabalhador visando analisar o trabalho por produção e os seus efeitos;</li> <li>• Repudiar, com veemência, qualquer transgressão à legislação e convenções internacionais que coíbem o trabalho infantil e o trabalho escravo;</li> <li>• Assegurar seguro desemprego para o trabalhador safrista;</li> <li>• Implantação de procedimento escrito e preciso de aferição da cana colhida, previamente divulgado aos trabalhadores, de forma a dar-lhe ciência de sua produção diária e do correto cálculo da remuneração devida.</li> </ul>
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de Estudo Técnico pelo governo, com a participação de empresários e trabalhadores, que traga sugestões concretas e precisas, visando a adequação e melhoria dos Equipamentos de Proteção Individual para os trabalhadores rurais;</li> <li>• Garantia de segurança</li> </ul>
Migrações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A contratação de trabalhadores migrantes em outros estados deverá ser realizada por meio de intermediação do Sistema Nacional de Emprego (SINE). O governo deve ampliar a abrangência de ação do SINE, principalmente nos polos de contratação de mão-de-obra. Na impossibilidade de atendimento da demanda pelo SINE, a contratação será direta;</li> <li>• Proporcionar acesso aos trabalhadores migrantes contratados em outros estados a meios de comunicação nos alojamentos, para contato com seus familiares;</li> <li>• Incentivar a integração social (atividades culturais, esportivas etc.) do trabalhador migrante contratado em outros estados nos períodos de folga;</li> <li>• Garantir, no âmbito das políticas públicas, iniciativas com vistas à permanência dos trabalhadores e trabalhadoras no setor da cana em seus estados de origem;</li> <li>• Estimular a formação de APL's (Arranjos Produtivos Locais) como parte de uma política de desenvolvimento regional;</li> <li>• Implantar política pública de habitação para os migrantes de forma a atender: i) o trabalhador e sua família no estado de origem; ii) o trabalhador já socialmente integrado no lugar onde trabalha.</li> </ul>

Inclusão de Pessoas com Deficiência	• A inclusão de pessoas com deficiência visa cumprir Lei Federal que estabelece cotas para a contratação de pessoas com deficiência. Deve-se desenvolver projetos para que as empresas possam cumprir suas cotas; • Definir projetos públicos para capacitar os portadores de necessidades especiais para os cargos e funções nas empresas (em muitas regiões não existem instituições para que estas pessoas sejam capacitadas).
Qualificação, Requalificação e Recolocação de Mão-de-Obra	• Definição de política pública específica para o setor visando eliminar o analfabetismo, elevar o nível de escolaridade e aumentar o número de salas de aula para atender trabalhadores e trabalhadoras, com vistas à recolocação dos mesmos no mercado formal de trabalho; • Definição de políticas públicas específicas para qualificação e requalificação profissional dos trabalhadores e trabalhadoras, particularmente, aqueles afetados pela mecanização da colheita; • Desenvolvimento de projetos profissionalizantes e de novos talentos dirigidos aos trabalhadores que perderem seus postos de trabalho em virtude da mecanização; • Utilizar o período de recebimento do seguro-desemprego para qualificação e requalificação de mão-de-obra; • Criação de Fundo Social, pelo governo, com gestão tripartite, para o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas para a reinserção dos trabalhadores e trabalhadoras rurais atingidos pela mecanização do setor sucroalcooleiro; • Ampliação do Programa de Crédito Fundiário como uma das alternativas para a reinserção produtiva dos trabalhadores e trabalhadoras atingidos pela mecanização.
Fiscalização	• Aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização e proteção do Ministério do Trabalho, dotando as suas representações estaduais de infraestrutura e orçamento compatíveis com as suas atribuições; • Incentivar a realização de auditorias externas independentes na cadeia produtiva do etanol.

Elaborado por Teixeira (2013)

No final deste tópico, a proposta é clara:

Finalmente, o CDES recomenda que governo, empresários e trabalhadores **constituam um grupo tripartite com o objetivo de estimular um entendimento de abrangência nacional, com vistas à realização da contratação coletiva nacional ou de um protocolo nacional de adesão voluntária, que busque estabelecer pontos possíveis de um disciplinamento nacional.** Exemplos de pontos sobre os quais é necessário esse entendimento nacional: piso salarial, jornada de trabalho, produção diária, caracterização do trabalho degradante etc. Por outro lado, é fundamental definir **políticas públicas que beneficiem projetos que estiverem em conformidade com o entendimento nacional acordado entre governo, empresários e trabalhadores. (SEDES, 2008)**

Sobre o mercado externo, o parecer identifica:

Neste âmbito, o debate buscou focar as perspectivas e desafios para consolidação do etanol brasileiro. O entendimento é que, no mercado internacional, o maior desafio é a transformação do etanol em uma *commodity* global. Para isso, é necessária a difusão da produção e do consumo em um maior número de países, permitindo maior utilização do etanol no mundo e reduzindo a insegurança em relação ao seu abastecimento. A partir desse entendimento, os conselheiros e conselheiras recomendam:

Estabelecer uma harmonização nas especificações mundiais do produto;  
 reduzir ou eliminar as barreiras à importação, tarifárias e não tarifárias, permitindo que o comércio mundial possa evoluir na mesma velocidade que a produção (hoje o comércio mundial de etanol representa cerca de 10% da produção);  
 criar instrumentos que permitam a formação de preços a longo prazo para os negócios internacionais, possibilitando um maior planejamento por parte dos produtores e consumidores;  
 intensificar o trabalho de caráter informativo, visando a refutar mitos e preconceitos que ainda cercam os biocombustíveis. (SEDES, 2008)

### Sobre o mercado interno:

No mercado interno, ainda persistem gargalos que prejudicam o progresso na defesa do etanol economicamente viável e ambientalmente e socialmente sustentável. Para eliminá-los, o CDES recomenda:

Investimentos em infraestrutura para o escoamento e transporte do etanol para os mercados interno e externo;

aperfeiçoamento do processo de comercialização do etanol no mercado interno e a criação de mecanismos de proteção de preços e incentivos para o carregamento dos estoques pelos produtores, permitindo a redução da sazonalidade de preços, fator de instabilidade para produtores e consumidores;

investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias;

consolidação da bioeletricidade como o novo produto do setor;

finalmente, a estruturação de uma política de longo prazo, com regulação mínima e compatível com uma economia de mercado, que estabeleça uma diretriz clara para a matriz energética brasileira, evitando a instabilidade na matriz de combustíveis por decisões emergenciais e conjunturais. (SEDES, 2008)

O GT, coordenado pela CUT, defende um “etanol economicamente viável e ambientalmente e socialmente sustentável” e a manutenção de uma “orientação estratégica da política externa brasileira com relação aos países desenvolvidos e em desenvolvimento, de defesa dos biocombustíveis como oportunidade para o desenvolvimento”, além de uma política para desfazer os mitos, segundo o parecer, de destruição do bioma amazônico pela produção de cana-de-açúcar.

Por fim, o parecer defende uma política de certificação nas atividades de produção agrícola por meio de verificação independente e confiável que contemple menor impacto ambiental, maiores benefícios sociais diretos, maior eficiência e maior agregação de valor.

Segundo a pesquisa de Teixeira (2013),

o GT passa a ser um ponto central para onde convergem, institucionalmente, os principais debates a respeito da atividade sucroalcooleira no contexto de sua expansão. Tanto pela presença dos representantes sindicais, especialmente a CUT, quanto pela própria atuação de grupos e organizações da sociedade civil que fizeram da temática do trabalho escravo uma questão a ser resolvida, como visto anteriormente. A expectativa de desenvolvimento do setor, bem como o pressuposto da equidade proveniente deste desenvolvimento “sustentável”, aparece em relato do coordenador do GT.

As proposições no GT e no CDES estão direcionadas para diminuição de tributos, propostas de aumento das linhas de crédito aos setores, ampliação de programas de financiamento, criação de novas carteiras junto ao BNDES etc.

Para Teixeira (2013),

a necessidade de estruturar uma mesa tripartite de celebração de um pacto trabalhista é criada em função, como vimos anteriormente, de uma pressão internacional dos países importadores, interessados em garantir que seu consumo de agrocombustíveis esteja coerente com a manutenção das áreas biodiversas, com o respeito aos trabalhadores e à legislação trabalhista e com a manutenção de índices aceitáveis de segurança alimentar, mas também por conta da pressão de diversos atores sociais que fizeram dessas temáticas pontos relevantes.

Além da pressão internacional dos países importadores temos, pelo lado dos trabalhadores, a combinação com a experiência política de construção de acordos tripartites que, combinada a esta pressão, será determinante para a construção do compromisso da cana-de-açúcar.

Ainda em 2008, se inicia um novo debate no interior do CDES sobre desenvolvimento, o cenário de crise internacional e a descoberta da camada pré-sal. Em moção encaminhada ao presidente da República, os conselheiros afirmam:

O CDES alerta para a importância de manter um ambiente de expectativas realistas no Brasil, de gerar uma agenda positiva, orientada para o futuro e ancorada nas potencialidades reais do país. (...)

Para o CDES, o momento é de entendimento nacional, envolvendo todos os níveis e esferas do poder público, empresários, trabalhadores e organizações sociais para assegurar a continuidade de um círculo virtuoso de investimentos e crescimento, com equidade, responsabilidade ambiental, geração de emprego e distribuição de renda, baseado nas atividades produtivas, no trabalho e na solidariedade. (SEDES, 2008)

Depois de destacar a necessidade de um entendimento nacional, na linha dos encaminhamentos e da defesa do espaço do CDES, o documento propõe:

1. Intensificar a ação do Banco Central visando à estabilização do câmbio, num nível de equilíbrio variável fundamental para restaurar o comércio internacional e a previsibilidade para os investimentos privados de médio e longo prazo.
2. Restabelecimento do crédito para as atividades produtivas e o comércio, o que exige uma intervenção mais ativa da autoridade monetária com relação aos bancos públicos e privados.
3. Suspensão do processo de aumento da taxa de juros (Selic) a partir da próxima reunião do Copom.
4. Manutenção da taxa de crescimento dos investimentos públicos, do compromisso com o Programa de Aceleração de Crescimento, com a Política de Desenvolvimento Produtivo e com os Programas Sociais. (SEDES, 2008)

Essas discussões iniciadas na 27ª reunião do Pleno do CDES deu origem em 2010 ao documento “Agenda para um Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC)”. O CDES realizou em 2008 um total de 78 atividades, entre reuniões plenárias, reuniões de grupos de trabalho, colóquios, participação em seminários, atividades internacionais, reuniões da AICESIS (Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares) e trabalhos do Observatório da Equidade, em uma média de seis atividades por mês. Ainda no final de 2008, foi criada a reunião de monitoramento da crise econômica internacional, da qual a CUT fazia parte, assim como a CNTE-CUT, por meio da conselheira Juçara Dutra, além da CONTAG e do DIEESE.

Em 2009, a média de presença foi de 70%, inclusive a CUT, enquanto as outras centrais não tiveram essa assiduidade. O CDES realizou 75 atividades ao longo do ano de 2009, entre reuniões plenárias (ordinárias e extraordinárias), reuniões de grupos de trabalho, colóquios, mesas-redondas e atividades do Observatório da Equidade.

Segundo o relatório de gestão, “foram realizadas sete reuniões plenárias, sendo quatro ordinárias e três extraordinárias. A primeira reunião, que ocorreu juntamente com o Seminário Internacional sobre Desenvolvimento, debateu a crise econômica que se alastrou a partir dos Estados Unidos e a dinâmica brasileira de crescimento econômico com distribuição de renda, ressaltando o papel do Estado como regulador e promotor do desenvolvimento e a construção de uma nova geopolítica mundial, incorporando um conjunto de países no debate e no processo decisório. O consenso sobre a importância da rede de proteção social brasileira, geradora de seguridade para os indivíduos e famílias, ao mesmo tempo em que ao esforço de manter a produção, o consumo e, portanto, o fluxo econômico moldou a segunda reunião

plenária. Foram debatidos programas como o Bolsa Família, a política de valorização do salário-mínimo, o Pronasci, o Pronaf, entre outros”. (SEDES,2009)

Em janeiro foi realizada uma reunião de monitoramento da crise econômica internacional, que teve como palestrantes: Miriam Belchior (subchefe de Avaliação e Monitoramento da Casa Civil), Júlio Alexandre da Silva (secretário adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda), Otacílio Cartaxo (secretário adjunto da Receita Federal) e Ivan Ramalho (secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, indústria e Comércio Exterior).

No dia 16 de fevereiro, foi realizado em São Paulo o “4º Encontro de Monitoramento da Crise Econômica internacional”, que “tratou, principalmente, do crédito ao setor produtivo e aos consumidores, focando aspectos relacionados ao acesso e aos custos”. (SEDES,2011). O evento contou com a presença de: Henrique Meirelles (presidente do Banco Central), Luciano Coutinho (presidente do BNDES), Maria Fernanda Coelho (presidente da Caixa Econômica Federal) e Antônio Francisco de Lima Neto (presidente do Banco do Brasil).

Neste evento, teve destaque as reivindicações em torno da redução da taxa de juros. O conselheiro da CUT, Artur Henrique da Silva Santos, propôs uma aliança entre os diversos setores que compõem o CDES contra os altos juros dos bancos.

O Seminário Internacional sobre Desenvolvimento foi realizado em março de 2009, em conjunto com a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base (ABDI), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Petrobras. A abertura do evento foi realizada pelo presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, pelo ministro José Múcio Monteiro (ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República) e pelo conselheiro do CDES, Paulo Godoy (ABDIB).

A fala do presidente Lula foi de destacar o PAC e a política de intervenção estatal no combate à crise internacional. Depois, falou o ministro José Múcio Monteiro, que destacou o papel do CDES na construção de uma agenda comum de desenvolvimento. Por fim, Paulo Godoy falou em nome dos conselheiros do CDES e destacou a “necessidade de retomar o debate sobre a Agenda Nacional de Desenvolvimento, promovido pelo conselho em 2004, de reformar o Sistema Tributário Nacional, de baixar as taxas de juros, de reduzir as desigualdades regionais, de diminuir o custo do capital, aumentar o crédito para investimentos, ampliar o Conselho Monetário Nacional e fortalecer os bancos públicos”.

Destacamos aqui a importância que o membro do setor empresarial confere à AND e seus posteriores desdobramentos. O seminário teve ainda como palestrantes: a professora Maria da Conceição Tavares, a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), o ministro Guido Mantega (Fazenda), Henrique Meirelles (presidente do Banco Central), Ignacy Sachs (Centro de Estudos sobre Brasil Contemporâneo na França), James Galbraith (*The Lyndon B. Johnson School of Public Affairs, University of Texas*), Jan Kregel (*Levy Economics Institute of Bard College*), Márcio Pochmann (IPEA), Luciano Coutinho (BNDES), Jorge Beinstein (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires), Gerardo Caetano (Udelar e CEFIR – Uruguai), Marco Aurélio Garcia (assessor chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, Brasil), Oriovista Guimarães (Grupo Positivo), Luiz Fernando Rodrigues de Paula (Uerj), Octávio de Barros (Bradesco), Robert Guttman (Universidade de John Hopkins, Washington, D.C.).

A CUT, além de participar da organização do evento, coordenou uma das mesas de debate com o conselheiro Artur Henrique, intitulada “Novo Papel das Instituições Financeiras Multilaterais”, com a presença de Otaviano Canuto (ex-vice-presidente do BID e futuro vice-

presidente do BIRD), Paulo Nogueira Baptista Jr. (diretor executivo do Fundo Monetário Internacional – FMI, representando Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Haiti, Panamá, República Dominicana, Suriname e Trinidad & Tobago) e Rogério Studart (diretor executivo do Banco Mundial – BIRD) para o Brasil, Colômbia, República Dominicana, Equador, Haiti, Panamá, Filipinas, Suriname, e Trinidad & Tobago.

Artur Henrique da Silva Santos, coordenador da mesa e presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), defendeu a necessidade de democratizar as instituições financeiras multilaterais e os órgãos brasileiros como o Conselho Monetário Nacional (CMN). Além disso, propôs a inclusão de outras metas nos critérios de avaliação dessas instituições, como metas de crescimento, de emprego, de respeito aos direitos sociais e trabalhistas. Depois continuou sobre as indagações a respeito dos chamados países em desenvolvimento e sua participação nos organismos multilaterais e finalizou solicitando a atualização da **Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND)**.

A organização do seminário, bem como o encaminhamento das discussões sobre a conjuntura econômica e desenvolvimento, foi uma proposta dos conselheiros do CDES iniciada no ano anterior, tentando retomar as discussões sobre a Agenda Nacional do Desenvolvimento. Como parte dos desdobramentos do seminário, o professor Ladislau Dowbor apresenta um documento intitulado “**CRISE FINANCEIRA: RISCOS E OPORTUNIDADES**”, dividido em dez tópicos: repensar o paradigma energético-produtivo, enfrentar o desafio da desigualdade, resgatar o papel central do Estado, reorientar o papel do crédito, assegurar a plena utilização da mão-de-obra, dinamizar a economia pela inclusão produtiva, democratizar o governo, capitalizar o potencial do desenvolvimento local, organizar os instrumentos de regulação financeira e gerar políticas convergentes em termos econômicos, sociais e ambientais, que tenham como principal objetivo aprofundar uma série de reflexões para resgatar o papel do Estado e a responsabilidade dos políticos no enfrentamento da crise financeira mundial.

No mês de março, ainda foi realizada uma reunião com a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade, do Senado, que contou com a participação do conselheiro da CUT, José Lopez Feijóo. Em junho foi realizada a 30ª reunião do Pleno do CDES, que teve como pauta “A rede de proteção social no Brasil”. O observatório de Equidade produziu um documento intitulado “Rede de Proteção Social Brasileira: Promovendo Equidade e Desenvolvimento”, como subsídio para o debate da reunião. No âmbito do GTBEBB, foi realizado o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar – 06.2009, que analisaremos no capítulo 5.

Nos dias 7 e 8 de julho de 2009, foi realizada a “Mesa-Redonda da Sociedade Civil - Brasil/União Europeia” na Sede do Comitê Econômico e Social Europeu (CESE), em Bruxelas, Bélgica, onde se debateram os “impactos sociais da crise econômica internacional e os desafios do desenvolvimento: o papel do Estado e da sociedade civil”. Entre os conselheiros do CDES, participaram, pela CUT, Artur Henrique da Silva Santos e José Lopez Feijóo, além de Clemente Ganz Lúcio (DIEESE), Germano Rigotto, Paulo Safady Simão, Ricardo Patah e Zilda Arns.

No âmbito do Pleno do CDES, foi aprovada uma moção ao presidente da República em 20 de outubro de 2009, em relação ao “modelo regulatório de exploração e produção das reservas de petróleo e gás descobertas na chamada camada pré-sal e áreas estratégicas e seus possíveis desdobramentos”. O CDES recomendou:

1. Aumentar a capacidade de financiamento da Petrobras para realização dos investimentos de médio e longo prazos necessários, em especial no pré-sal, por meio

da capitalização da empresa.

2. Desonerar os investimentos, abrindo novas perspectivas para o crescimento das empresas brasileiras e consequentemente gerando novos empregos.

3. Otimizar a taxa de crescimento de produção das reservas e adotar medidas preventivas com intervenção mais ativa da autoridade monetária visando estabilizar a volatilidade do câmbio, variável fundamental para garantir a competitividade de nossas exportações e evitar qualquer risco de que o país venha a sofrer perigo de contaminação por fenômenos tais como a propalada “doença holandesa”.

4. **Adequar o marco regulatório do setor à abundância das reservas descobertas, visando aumentar a participação da União no lucro-óleo.**

5. Assegurar a apropriação da riqueza, por parte do Estado, em nome da sociedade, de forma a minimizar as disparidades de renda entre cidadãos e de desenvolvimento e bem-estar entre regiões, estados e municípios.

6. Garantir que a matriz energética brasileira mantenha a predominância de fontes renováveis e os **segmentos de biocombustíveis não sejam preteridos com a exploração do pré-sal**. Neste sentido, os recursos do pré-sal também devem ser destinados para pesquisa e inovação em eficiência energética e novas fontes de energias limpas e renováveis.

7. Recomendar que o pré-sal seja desenvolvido da maneira mais sustentável possível, liderando a produção global de hidrocarbonetos sustentáveis.

8. Defender a geração de empregos decentes e incentivar a qualificação dos trabalhadores para que a inserção do Brasil na economia mundial que se descortina respeite as convenções internacionais praticadas no Brasil e os direitos dos trabalhadores.

9. Garantir que o crescimento da indústria de petróleo no Brasil gere o desenvolvimento de uma cadeia de fornecedores de bens e serviços, capaz de aumentar o conteúdo nacional, de atender à demanda interna e sendo também importante centro de suprimento em nível global.

10. Gerar incentivos para que as empresas internacionais de exploração de petróleo comprem de empresas instaladas no Brasil, com ênfase, sempre que possível, na micro, pequena e média empresa.

11. De posse dos recursos oriundos da riqueza do petróleo, universalizar as políticas sociais priorizando os investimentos em desenvolvimento social, educação, ciência, tecnologia & inovação e infraestrutura. (SEDES, 2009)

Importante destacar que, na 32ª reunião do CDES, fica clara a interpenetração entre as classes sociais. O conselheiro Jorge Gerdau abordava a questão da competitividade da indústria siderúrgica e da necessidade de mais negociação: “Na lei trabalhista, acho que temos que ter menos leis e mais negociação”. Artur Henrique rebate:

Mas eu quero dizer uma coisa para o conselheiro Gerdau e para todos os empresários aqui presentes. Nós, das centrais sindicais, achamos que não precisa ter tanta lei, desde que tenhamos mais negociação e mais sindicatos representativos organizados, a partir do local de trabalho. Quanto mais sindicatos fortes, organizados a partir do local de trabalho, menos necessidade de legislação.

Enquanto não mudarmos a estrutura sindical brasileira, tanto a nossa, dos trabalhadores, quanto a de vocês, empresários, nós não vamos conseguir superar esse dilema e esse é um grande desafio para o próximo período. (SEDES, 09)

Neste sentido, fica mais claro que a retomada das discussões sobre negociações diretas entre trabalhadores e empresários, com estas se sobrepondo ao legislado, é em parte feita via debates no próprio conselho. Tal política se materializa na proposta de Acordo Coletivo Especial (ACE), defendida pela CUT a partir do SM; anos depois, tal política retoma proposta do governo FHC, bem como do Fórum Nacional do Trabalho.



Em 2010, a média de presença dos conselheiros era de quase 60%. A CUT, por sua vez, esteve presente em todas as plenárias, enquanto as outras centrais não chegaram a 30%. No entanto, os representantes de CUT estiveram presentes em todos os plenos. Sendo que a média dos representantes ligados aos sindicatos de trabalhadores foi de 30%. Ou seja, a participação da CUT no CDES é destacada, está acima da média de presença de todos os conselheiros e muito acima dos outros representantes sindicais. A central vem apostando também na política de institucionalização desse conselho, na sua articulação com outros conselhos.

Em janeiro, foi realizada a segunda “Mesa Redonda da Sociedade Civil UE-Brasil”, que se transformou num órgão permanente de cooperação entre CDES e o Comitê Econômico e Social Europeu (CESE). O evento foi realizado em Belém e teve como discussão principal a aplicação das convenções internacionais em matéria de ambiente e da matriz energética mundial.

Em 2010, depois das discussões iniciadas em 2008 em decorrência da crise econômica e com base nos eventos realizados especificamente para debater crise e desenvolvimento, foi anunciado o novo documento chamado “Agenda para um Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC)”. Na visão do ministro Alexandre Padilha: “Esta Agenda culmina o esforço de observação e análise de mudanças nos indicadores sociais e econômicos brasileiros e no contexto internacional. Em um movimento semelhante, o CDES sistematizou em 2004 a Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND), na qual propôs um futuro a ser construído a partir de ações acordadas entre governos e diferentes segmentos sociais, e os principais desafios a serem superados”.

O documento é construído a partir das discussões iniciadas na 27ª reunião plenária do CDES, em agosto de 2008, nas discussões iniciais sobre a crise econômica do EUA e a descoberta da camada pré-sal no Brasil. A partir de então, é realizado um seminário sobre desenvolvimento com a participação de professores universitários, como Luiz Gonzaga Belluzzo (Unicamp), Ricardo Bielshowski (Cepal), João Carlos Ferraz (BNDES) e Marcio Pochmann (Unicamp), então presidente do IPEA.

Na sua 33ª reunião do pleno, em abril de 2010, o Conselho concentrou-se na apreciação coletiva de uma primeira versão da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, sistematizada pelo comitê gestor do CDES, com apoio da Secretaria do Conselho (SEDES) e assessoria do professor Ladislau Dawbor. A interação permitiu estabelecer consensos e identificar que as diferentes visões e perspectivas ainda presentes entre conselheiros e a necessidade de agregar informações e outras análises indicavam o aprofundamento do debate sobre o Estado no novo ciclo de desenvolvimento. (SEDES, 2010)

Ainda contou com as discussões apresentadas pelo então secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, e do presidente do BNDES, Luciano Coutinho. O texto final do documento foi apresentado na 34ª reunião do pleno do CDES. As reuniões que precederem a divulgação do documento foram realizadas em vários estados e geralmente nas sedes das Federações da Indústria, como em São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Acre, Santa Catarina e Minas Gerais e/ou de associações comerciais, como no Rio de Janeiro e Bahia. A CUT, por meio do conselheiro José Lopez Feijó, participou diretamente das reuniões regionais do Paraná e São Paulo.

O documento foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros. Nesta reunião, o conselheiro da CUT, Artur Henrique, membro do comitê gestor do CDES, foi um dos que

apresentou o documento, em companhia de Paulo Simão, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), e Marcelo Neri, economista chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/IBRE/FGV).

O conselheiro da CUT, depois de agradecer ao presidente Lula; ao vice-presidente, José de Alencar; ao ministro Padilha e ao ministro Guido Mantega, inicia seu discurso da seguinte maneira:

Estamos absolutamente convencidos de que essa é uma primeira constatação importante, estamos vivendo um novo patamar, um novo momento, e esse novo momento se traduz, não só nos números, não só nas exposições, não só nos resultados, mas principalmente nessa possibilidade real de estar construindo, de fato, um novo modelo de desenvolvimento, uma nova realidade econômica e social no Brasil. E esse novo modelo, essa nova realidade econômica e social no Brasil é fruto, inclusive, das escolhas, das decisões políticas, das ações do governo, mas também das ações dos atores sociais. E, nesse sentido, esse Conselho tem tido um papel fundamental. (SEDES, 2010)

Depois continua destacando os debates em torno da crise econômica de 2008 e afirma:

Esse primeiro documento foi depois debatido, discutido, amplamente consensuado, negociado, porque não basta apenas escrever um texto e dizer: essas são as minhas posições, posição da CUT, posição do ator social, posição de determinado setor econômico. É preciso construir um processo de concertação e de diálogo social que no Brasil é muito novo. Essa democracia nova brasileira não está acostumada com o diálogo social e acho que o Conselho está dando demonstrações de que é possível construir uma agenda consensuada a partir das oficinas que realizamos. (SEDES, 2010)

Depois relatou o processo de criação do documento por meio dos colóquios e seminários. O conselheiro destaca que a

agenda para o Novo Ciclo, senhor presidente, aponta a continuidade da luta pela diminuição e eliminação das desigualdades sociais, das desigualdades regionais, das desigualdades sociais em termos de raça, de gênero. Essa continua sendo a nossa perspectiva principal, a partir de duas estratégias principais, definidas por consenso pelos conselheiros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil. A primeira delas: a consolidação de um processo de expansão do emprego e da renda, com fortalecimento do mercado interno, ancorado em um modo de produção de consumo e de distribuição sustentáveis, construindo, portanto, uma primeira estratégia importante.

A segunda: fortalecer o protagonismo do Brasil na governança global, influenciando as negociações econômicas na reforma financeira internacional e nas negociações políticas em torno de um importante tema, que é o tema da paz mundial. Isso está retratado no nosso documento como a segunda estratégia importante do Conselho. (SEDES, 2010)

Depois destaca três eixos prioritários, na sua visão, para um desenvolvimento social, político e econômico:

**1 - educação como tema central e tema fundamental do próximo período. Fundo do pré-sal;**

## 2 - prioridade da reforma política e da reforma tributária;

## 3 - agenda do trabalho decente e inclusão produtiva.

Conclui falando dos principais dissensos da CUT no CDES:

Porém, nem tudo são flores, nem tudo é consenso. Continuamos tendo desafios importantes no Conselho de Desenvolvimento para aprofundar o debate entre os vários atores sobre temas nos quais ainda não temos consenso, como, por exemplo, o tema da redução da jornada de trabalho, da desoneração da folha de salários, o tema dos impostos sobre grandes fortunas. Estes são temas que precisamos continuar a debater. (SEDES, 2010)

O documento Agenda para um Novo Crescimento e Desenvolvimento (ANCD) elenca nove pontos para o desenvolvimento econômico: “1) Os novos horizontes da educação; 2) Desafios do Estado democrático e indutor do desenvolvimento; 3) A transição para a economia do conhecimento; 4) Trabalho decente e inclusão produtiva; 5) Padrão de produção para o novo ciclo de desenvolvimento; 6) O potencial da agricultura; 7) O papel das infraestruturas: transportes, energia, comunicação, água e saneamento; 8) A sustentabilidade e; 9) Consolidação e ampliação das políticas sociais.

Destaca os seguintes elementos como importantes para o crescimento e desenvolvimento: o aumento do crédito para consumo, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e PAC II), a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), a expansão dos investimentos da Petrobras e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Destaca ainda:

No plano comercial, uma população mundial que aumenta em 70 milhões de habitantes por ano, com ampliação do consumo, deve manter a tendência para uma demanda forte por *commodities*. O Brasil, com a maior disponibilidade mundial de solo agricultável e 12% da reserva mundial de água doce, tem trunfos importantes. Mas deve ficar atento para a dependência dos preços das *commodities* aos movimentos dos capitais especulativos. É preciso evitar a formação de bolhas recorrentes, fruto de especulações com ativos. O Brasil tem papel relevante a desempenhar no debate sobre a regulação dos mercados. (ANCD, 2010)

E continua:

Em termos geoeconômicos, a tendência é para um deslocamento da bacia do Atlântico para a bacia do Pacífico, com os avanços da China e da Índia, que representam 40% da população mundial, e de outros países muito dinâmicos, como a Coreia do Sul e o Vietnã, ou fortes como o Japão. O deslocamento favorecerá tanto uma orientação mais integradora de infraestruturas na América Latina, como o melhor equilíbrio de ocupação e uso do território no Brasil, fundamentalmente atlântico na demografia e na economia. (ANCD, 2010)

Em relação à crise econômica, o documento destaca a intervenção estatal e a manutenção do pacto social. Vejamos: “Expandiu-se o acesso ao crédito; os empregos e a renda da população foram protegidos, inúmeros setores foram desonerados de impostos. **Criou-se uma sinergia entre os domínios econômico e social que nos permitiu minorar os efeitos do contágio da crise internacional** sobre o desempenho da economia brasileira e retomar a trajetória de crescimento”. (ANCD, 2010)

Depois o documento destaca a participação global do Brasil e dos chamados BRICS e conclui a apresentação afirmando: “No conjunto, o Brasil destaca-se no cenário internacional como parceiro solidário, portador não só de força econômica e riqueza cultural, mas também de propostas práticas para o enfrentamento dos principais desafios sociais, ambientais e

políticos. **A confiabilidade e o respeito angariados se refletem na aprovação do país para sediar a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016**". (ANCD, 2010)

Em relação à política econômica, o documento afirma: "É consenso entre os conselheiros e conselheiras que houve avanços na gestão macroeconômica e que a manutenção do equilíbrio desta política vai requerer um esforço contínuo de redução da carga tributária e a busca de alinhamentos dos juros e do câmbio". (ANCD, 2010) Sobre a macroeconomia, as propostas que destacamos são de diminuição de juros, ampliação do mercado bancário de financiamento, investimento dos bancos públicos, reforma tributária desonerando a produção e aprimoramento da governança do Conselho Monetário Nacional, discussão defendida pela CUT ao longo do governo Lula.

O documento, no tópico sobre "Transição para a Economia do Conhecimento", traz uma série de análises para "o avanço da competitividade de empresa brasileira", que "dependerá cada vez mais da sua capacidade de inovar, isto é, de gerar novos produtos e novos processos com maior densidade tecnológica" (ANCD, 2010), incorporando assim a ideologia industrialista contemporânea em torno da questão da inovação, da competitividade e da tecnologia.

Em relação ao tópico "Trabalho decente e inclusão produtiva", os principais pontos definidos são: política permanente de valorização do salário-mínimo como instrumento de construção do equilíbrio social e de melhoria da distribuição de renda, constituição do sistema público de emprego, trabalho e renda, incentivo às políticas de emprego, novas formas relacionadas com a cultura, entretenimento e esporte, fomento a novos empreendedores, cooperativas e micro e pequenas empresas, como vetores de inclusão produtiva, e criação de mecanismo de apoio e fomento à economia solidária. (ANCD, 2010)

Em relação ao "padrão de produção para o novo ciclo de desenvolvimento", foi destacada a política industrial.

Desde 2003, atenção especial tem sido dispensada à construção da competitividade de longo prazo do setor produtivo brasileiro. Nesse sentido, foram lançadas a Política Industrial e Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), a Lei da Inovação e a Lei do Bem. Visando ao fortalecimento da estrutura institucional de apoio à política industrial, foram criados o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), instância de articulação público-privada, e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), que junto com a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), todos no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), vêm construindo capacidade para a implementação da política industrial e de inovação que o país requer, para uma inserção mais ativa no mercado internacional nesse novo ciclo de desenvolvimento. Com o lançamento do Plano de Ação, Ciência e Tecnologia (PACTI), em 2007, e da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), em 2008, reafirmou-se essa estratégia, com foco na ampliação da taxa de investimento da economia; ampliação das exportações; e fortalecimento de micro, pequenas e médias empresas inovadoras.

O documento aponta 14 proposições direcionadas para a política industrial:

1. Consolidar a política industrial de longo prazo, sob liderança do setor privado, comprometida com a estruturação e expansão de um sistema produtivo competitivo, que saiba aproveitar as oportunidades abertas pelo mercado interno para investir e criar empregos e que tenha como referência os padrões de produtividade do mercado internacional.

2. Integrar e fortalecer as cadeias produtivas, com ênfase nos setores competitivos e nos setores estratégicos para o novo ciclo de desenvolvimento. Um exemplo é a construção civil que envolve um amplo conjunto de indústrias fornecedoras de materiais, estimula a indústria de mobiliário e movimenta uma extensa rede de serviços, sendo um importante vetor de criação de empregos, de geração de renda e de desenvolvimento regional.
3. Formular e implementar uma política industrial específica que assegure amplo conteúdo nacional na exploração do pré-sal e no desenvolvimento da sua cadeia produtiva, dada sua importância e dimensão. O CDES deve continuar contribuindo para este objetivo.
4. Apoiar a institucionalidade das instâncias criadas no âmbito da PDP, fortalecendo e ampliando a capacidade de coordenação de políticas e integração de instrumentos, otimizando o uso de recursos públicos.
5. Incentivar as inovações estimulando as parcerias entre universidades e empresas, os programas de criação de incubadoras, de parques tecnológicos, de empresas nascentes de base tecnológica e de pequenas empresas inovadoras como forma de assegurar a adoção de novas tecnologias, condição necessária para o aumento da produtividade das empresas brasileiras e a inserção mais ativa do Brasil no novo cenário que desponta para as economias nacional e global.
6. Valorizar a indústria de transformação como propulsora de efeitos dinâmicos na economia brasileira e papel chave para a expansão do emprego, da renda e da inovação.
7. Fortalecer a internacionalização das empresas brasileiras com presença, de maneira especial na Ásia, América Latina, Caribe e África, mercados em expansão e nos quais o Brasil tem maiores vantagens competitivas.
8. Fortalecer a integração produtiva com os países da América Latina e Caribe, estimulando as economias e o comércio na região, vetor fundamental da política externa brasileira.
9. Promover ambiente adequado para os investimentos privados, de forma a fortalecer a competitividade, a eficiência e o acesso aos mercados internacionais, impedir a degradação do meio ambiente e combater a precarização do trabalho.
10. Criar sinergia entre o investimento público, comandado pelas estatais, e o privado, com o objetivo de criar grupos nacionais dotados de poder financeiro, com capacidade de competição nos mercados mundiais, comprometidos com as metas de desenvolvimento do país.
11. Criar mecanismos que induzam o investimento produtivo e zelar para que parte substancial da produção seja canalizada para o mercado interno de consumo popular, com geração de emprego e renda.
12. Favorecer a alocação da poupança pública e privada em instrumentos que alavancem o crescimento e o desenvolvimento.
13. Fortalecer e aperfeiçoar a institucionalidade dos marcos regulatórios, das instituições e das políticas, reduzindo a incerteza e evitando que os órgãos de controle, em sua legítima e importante atuação, definam padrões onde deficiências regulatórias se materializam, e evitando também que os gestores abandonem a postura empreendedora.
14. Tornar obrigatória nas indicações de medidas extremas, como paralisação de investimentos e obras, a avaliação de impactos, prejuízos e consequências de várias ordens para a sociedade, como insumo para decisão e responsabilização, no caso de erros nas indicações do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas. (ANCD, 2010)

Em relação ao ponto “O Potencial da Agricultura”, o documento afirma: “O Brasil

tem mais de 150 milhões de hectares de terra agricultável a serem incorporadas no processo produtivo, mais que o dobro do que é utilizado hoje para as lavouras temporária e permanente somadas, constituindo a maior reserva de solo do planeta. Os recursos hídricos estão entre os mais abundantes, tanto em águas de superfície, como nos aquíferos Guarani e Alter do Chão”. Depois destaca a agricultura familiar, o potencial do mercado de alimentos e o aumento de verbas via PRONAF.

Como grande iniquidade no campo, o documento identifica a falta de acesso à escola. Então, afirma o objetivo das proposições: “Constituem norte para este eixo estratégico para o país a evolução para mais qualidade e eficiência nos processos produtivos, maior respeito nas relações de trabalho, incorporação efetiva das dimensões ambientais no conjunto das atividades, incremento tecnológico e maior equilíbrio de nível técnico entre os diversos tipos de agricultura”. O documento aponta oito proposições direcionadas para a agricultura.

1. Promover desenvolvimento e acesso à tecnologia e inovação aos diversos tipos de agricultura – grandes, médios e pequenos agricultores –, pecuária, pesca e extrativismo sustentável. Aperfeiçoar os processos produtivos, de forma a agregar valor aos produtos agrícolas.
2. Tornar a cadeia agrícola de excelência produtiva, social e ambiental, com incorporação do conceito do trabalho decente e verde, contribuindo para a economia do país. Combater o desmatamento ilegal na Amazônia, no Cerrado e outros biomas sensíveis, a destruição de matas ciliares, o uso de mão-de-obra escrava, o uso de produtos químicos sem proteção adequada para os trabalhadores, não só no local de produção, mas em toda a cadeia, desde a venda de insumos até o acesso ao crédito e ao circuito comercial.
3. Racionalizar o uso dos recursos hídricos, evitando desperdícios e contaminação por agrotóxicos. Incentivar o uso das tecnologias sustentáveis na produção agropecuária em geral.
4. Garantir o acesso à população do campo aos bens públicos (educação, saúde, habitação e infraestrutura), incluindo-a efetivamente no projeto de desenvolvimento do país.
5. **Buscar o entendimento integrado e sistêmico da agricultura familiar, do extrativismo sustentável e da grande produção, aproveitando o potencial e vocação dos diversos sistemas produtivos e as sinergias possíveis.**
6. Promover um sistema integrado de serviços de apoio à agricultura familiar - assistência técnica, comercialização, acesso a informações de mercado e a sistemas de crédito. Remunerar os agricultores familiares pela utilização de tecnologias sustentáveis, na medida em que cumprem uma função relevante na preservação dos recursos naturais, prestando um serviço que beneficia toda a sociedade.
7. Desenvolver e fortalecer os mecanismos de apoio ao extrativismo sustentável, que é vetor de desenvolvimento local e de preservação ambiental.
8. **Democratizar o acesso à terra em escala e qualidade suficientes para um processo virtuoso de melhoria da produção, inclusão social e geração de renda. (ANCD, 2010)**

Importante destacar que a única menção à questão da concentração fundiária no país é colocada no oitavo ponto. Além disso, o documento propõe uma aliança “agrária” entre os pequenos e médios agricultores, da chamada agricultura familiar e do agronegócio, se conectando assim à proposta de adensamento das cadeias produtivas oriunda das discussões sobre política industrial.

Ainda no âmbito do CDES, em 2010, foi aprovada uma moção sobre o fundo social do pré-sal, que defendia:

- 1) Garantir prioridade para a educação na aplicação da receita auferida pelo Fundo Social, em todos os seus níveis e modalidades, assegurando-se uma sólida educação infantil, básica e superior.
- 2) Assegurar a criação de mecanismos como o Fundo Social que garantam, nos estados e municípios, o direcionamento dos recursos dos royalties e outras receitas advindas da exploração do pré-sal para a educação, a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável, de modo que não funcionem apenas como recursos fiscais adicionais nos orçamentos dos entes federados.
- 3) Dar especial atenção, quando da distribuição dos recursos do fundo social, ao ensino técnico e profissionalizante, pois a empregabilidade do jovem e a necessidade do setor produtivo são gargalos dramáticos ao desenvolvimento do país e, portanto, tais recursos também devem ser aportados na educação técnica e profissionalizante.
- 4) Assegurar a criação do Conselho Deliberativo do Fundo Social (CDFS), com a atribuição de propor ao Poder Executivo, ouvidos os Ministérios afins, a prioridade e a destinação dos recursos resgatados do FS, observados o PPA, a LDO e a LOA.

Por fim, um quarto documento, “Um Acordo para o Desenvolvimento Sustentável” (ACDS), foi elaborado em meio aos preparativos para a RIO +20 e foi assinado por 76 organizações, entre elas, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, a Central Única dos Trabalhadores – CUT, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Força Sindical, União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social – UNISOL e União Geral dos Trabalhadores – UGT. Entre as representações da classe dominantes, assinaram o documento a UNICA, FIESP, FIEP, CNI, Associação Comercial do Rio de Janeiro – ACRJ, Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM e Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB, além do Grupo Gerdau, Construtora Norberto Odebrecht S.A., Empresas Trevisan e de institutos ligados a empresas, como a Natura.

A coordenação do documento foi realizada pelos conselheiros do CDES Clemente Ganz Lúcio (DIEESE), Bruno Ribeiro (Instituto Dom Helder Camara), Rodrigo Loures (presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEPR), Aron Belinky (Instituto Vitae Civilis<sup>46</sup>), Clóvis Scherer (DIEESE) e Sérgio Haddad (Ação Educativa<sup>47</sup>).

<sup>46</sup> Uma ong fundada em 1989.

<sup>47</sup> A **Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação** é uma associação civil sem fins lucrativos fundada em 1994 em São Paulo. Recebe financiamento de 1) agências internacionais de cooperação, como Action Aid Brasil, Ajuda da Igreja da Noruega, Centro Cultural de Espanha/Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, Fundação Avina, Fundação Ford, Kindernothilfe (Alemanha), Oxfam – Reino Unido, Save The Children, Serviços das Igrejas da Alemanha para o Desenvolvimento – EED e União Europeia; 2) agências multilaterais: UNESCO e UNICEF; 3) órgãos públicos nacionais: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Fundação Casa (governo do estado de São Paulo), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes – Fumcad, Instituto Nacional de Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira – INEP, Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Prefeitura Municipal de São Paulo/Secretaria de Cultura, Secretaria de Educação de Bebedouro, Secretaria de Educação de Ipatinga/MG e Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo; 4) institutos e fundações empresariais, empresas e Sistema S: Caixa Econômica Federal, Fundação Itaú Social Fundação Orsa, Fundação Roberto Marinho, Fundação Telefônica, Global Editora, Instituto C&A, Instituto Embraer, Instituto Empreender, Instituto IBI, Instituto Paulo Montenegro – Ação Social do Grupo Ibope, Instituto Santander Banespa, Instituto Unibanco, Itaipu Binacional, Petrobrás S.A., Revista Carta Capital SESC / São Paulo, Sesc /DN, SESI / Bahia, SESI /DN e 5) organizações da sociedade civil e articulações intersectoriais: Comissão de Cidadania e Reprodução – CCR, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap, Programa de Apoio a Projetos em Sexualidade e Saúde Reprodutiva – Prosare, Fórum Nacional de Erradicação

Segundo descrito no documento, “transcorridos 20 anos da realização da Rio 92, um amplo leque de organizações e fóruns da sociedade civil brasileira, articulado ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), construiu de forma coletiva esse documento, que ousou intitular “Acordo para o Desenvolvimento Sustentável”, e apresenta como contribuição à posição que o governo da presidenta Dilma Rousseff levará à Conferência Rio+20”.

O documento faz um relato do cenário político, econômico e socioambiental desde a Rio 92, para depois elencar uma série de desafios no meio de uma crise econômica, sendo alguns deles: a regulação do sistema financeiro, a promoção de transformações no padrão de produção e consumo, defendido como a chamada economia verde, a redistribuição da riqueza, o combate ao desemprego, a promoção da equidade e a garantia de políticas sociais de caráter universal e integral, a promoção da segurança alimentar e nutricional, o crescimento econômico distribuindo renda, promovendo a inclusão social, reduzindo as desigualdades sem comprometer os recursos ambientais e a biodiversidade e combate ao desemprego, frente ao mundo em crise e às mudanças tecnológicas.

O documento define sete estratégias para o chamado desenvolvimento sustentável: agendas nacionais para o desenvolvimento sustentável, novo padrão de produção e consumo, cidades e campos sustentáveis, o papel da educação, da ciência, da tecnologia e da inovação, a participação e o controle social, as parcerias para o desenvolvimento sustentável e os novos indicadores de desenvolvimento.

Todos estes pontos têm subitens que desenvolvem diretrizes que os países devem tomar. Destacamos, dentre estas sete estratégias, algumas medidas indicadas pelo documento: fortalecer o papel do Estado como indutor do desenvolvimento; promover a geração de oportunidades de trabalho decente; garantir educação profissional; fazer a transição para a economia verde; incentivar a ampliação de mercados e cadeias produtivas locais, do empreendedorismo, do associativismo, do cooperativismo, da economia solidária e do extrativismo sustentável; promover o desenvolvimento regional e local; implementar ações para preservação, recuperação e conservação dos recursos naturais; Justiça fiscal; implementar políticas de promoção da redução das desigualdades raciais, étnicas e de gênero; incentivar práticas e tecnologias agrícolas voltadas à conservação dos recursos naturais, a agroecologia, priorizando a adoção de políticas de segurança alimentar e nutricional e erradicação da fome e da pobreza; e, por fim, “fomentar a articulação entre governos e sociedade civil para garantir **coesão social** e governança das agendas de desenvolvimento sustentável, bem como o compartilhamento de responsabilidades e controle social da implementação das políticas, programas e projetos”. (ACDS, 2012)

É importante destacar que todos esses documentos apresentados e formulados no âmbito do CDES foram aprovados por consenso. Além de participar ativamente do CDES, como veremos abaixo, a CUT é umas das principais organizações defensoras e articuladoras desses espaços e desse tipo de formulação. Este último documento contou não só com a participação, mas com a própria assinatura da central como organização que subscreve o documento. A central não apenas é participante do CDES e dos espaços institucionais, ela organiza, articula e defende esses espaços, incorporando “habitus” e se “estatizando”, no sentido de desenvolver novos saberes técnicos, políticos, sociais e culturais da participação estatal e dos entendimentos entre as diferentes classes e grupos sociais representados nesses espaços. Ainda que sua participação dentro dos conselhos, bem como dos dirigentes das



centrais sindicais, seja bem minoritária.

Ainda é preciso destacar que o termo “reforma agrária” só esteve presente em 12 atas e documentos do CDES. Tem maior destaque na trigésima ata na fala do ministro do MDA, que afirma:

(...) superação deste olhar equivocado e a compreensão de que a agricultura familiar brasileira e os assentamentos de reforma agrária são setores de grande vitalidade econômica, penso que foi o caminho que a gente abriu para desenvolver um conjunto de políticas públicas que tem dado bons resultados. No primeiro ano da primeira gestão do presidente Lula, o nosso desafio foi, a partir do reconhecimento da importância econômica deste setor, criar uma rede de políticas públicas que fosse capaz de dar sustentação, estabilidade, tranquilidade para este setor produzir. Este setor que, historicamente, tinha sido relegado a um segundo plano estava sem política agrária e sem política agrícola adequada. (SEDES, 2010)

E continua:

Eu penso que nós temos muito que andar e construir no que diz respeito a isso. No Brasil, poder político e propriedade de terra estiveram sempre de mãos dadas. Ao olharmos a Constituição de 1988, veremos que tocamos em todos os temas. Só não tocamos no tema relativo à propriedade da terra. E isto hoje é o grande problema que emperra a reforma agrária. Eu tenho dito, e penso que digo isso com alguma responsabilidade, que durante o governo Lula nós estamos realizando tudo que é possível com recursos, com dinheiro. Agora temos que avançar muito na política. Temos que mudar a legislação, enfrentar de uma vez por todas o tema do limite da propriedade, temos que enfrentar o fato de que hoje premiamos a improdutividade, pagando a terra desapropriada por valores de mercado, e assim por diante. Um conjunto de temas que permanecem escondidos e que penso que a sociedade brasileira deve enfrentar para que possamos ter um rural mais dinâmico, mais igual, que auxilie um processo de desenvolvimento para o conjunto do nosso país. (SEDES, 2010)

O ministro destacou os recursos para o PRONAF e a chamada Reforma Agrária de Mercado, defendida pelo Banco Mundial. Destaca ainda a criação de modalidades para o PRONAF, bem como a criação do “seguro agrícola de preço e clima, programas de comercialização, como o Mais Alimentos”, que beneficia o setor automotivo e de máquinas também, programa que merece atenção especial da ABIMAQ. Entre os programas destacados pelo ministro, estão ainda os de “desenvolvimento territorial” e o programa “Terra Legal”, de regularização de terras, que foi aprovado no Senado Federal.

Outro ponto de destaque nas atas foi a fala de outro ministro, Tarso Genro, no 19º pleno. Primeiro, ele destacou a herança colonial escravista e a continuação da grande propriedade fundiária e concluiu:

Quando o Brasil realizar a reforma agrária, terá concluído a primeira etapa do seu processo de desenvolvimento, estabelecendo as bases de uma sociedade democrática, respeitosa de seus povos e ecologicamente equilibrada, uma meta viável. **Um primeiro passo pode ser dado hoje mesmo: basta que seja assinada a portaria ministerial que atualiza os índices de produtividade para fim de desapropriação de terras, pois os atuais índices ainda se referem a dados de 1975.** Atualizar esse índice é ajudar a quebrar o caráter arcaico da estrutura fundiária brasileira e facilitar o andamento da reforma agrária com sua meta de assentar, pelo menos, 1,5 milhão de famílias nos próximos dez anos. Muito obrigado. (SEDES, 2010)

Interessante também notar a fala do Lula:

Na campanha de 2002, eu falava “reforma agrária ampla e radical sob o controle dos trabalhadores”. **Depois que nós fizemos duas pesquisas, eu compreendi que o povo queria reforma agrária tranquila e pacífica.** Para eu conseguir gravar isso na televisão eu levei mais de 20 dias, porque não saíam as palavras “tranquila e pacífica”. Tinha que ser “radical e sob o controle dos trabalhadores”. (SEDES, 2010)

Destacamos ainda a fala do conselheiro Antônio Trevisan:

A segunda questão é fazer uma sugestão ao senhor de que, da mesma forma que houve esse mapeamento mostrando um novo Brasil, com regiões que a gente nem imaginava que tivessem o nível de pobreza apresentado, existem casos de sucesso. Especificamente, vou citar um caso de reforma agrária em que, se nós também fizéssemos um mapeamento, tenho impressão de que rapidamente conseguiríamos pulverizar e transferir para outras regiões, como é o caso que presenciei no Mato Grosso do Sul. Quer dizer, são modelos de muito sucesso que a gente pode, certamente, mapear e levar para outras regiões do Brasil. (SEDES, 2010)

Uma análise mais qualitativa do documento nos permite observar que o termo “reforma agrária” é secundarizado, se não esquecido, em termos de distribuição radical da propriedade fundiária. As falas dos ministros vinculados ao PT e às alas à esquerda do principal grupo dirigente reafirmam as políticas públicas. Impressiona também que os delegados cutistas não fizeram nenhuma fala representativa em termos de proposta de reforma agrária, sendo o dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco SP, filiado à Força Sindical, o responsável em um evento do CDES por declarar seu apoio ao MST e à necessidade de se fazer a reforma agrária.

Neste sentido, é preciso destacar que entre o primeiro documento, Agenda para Desenvolvimento Nacional (AND), e o documento de 2010, Agenda para um Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC), a supressão do próprio termo “reforma agrária” merece destaque.

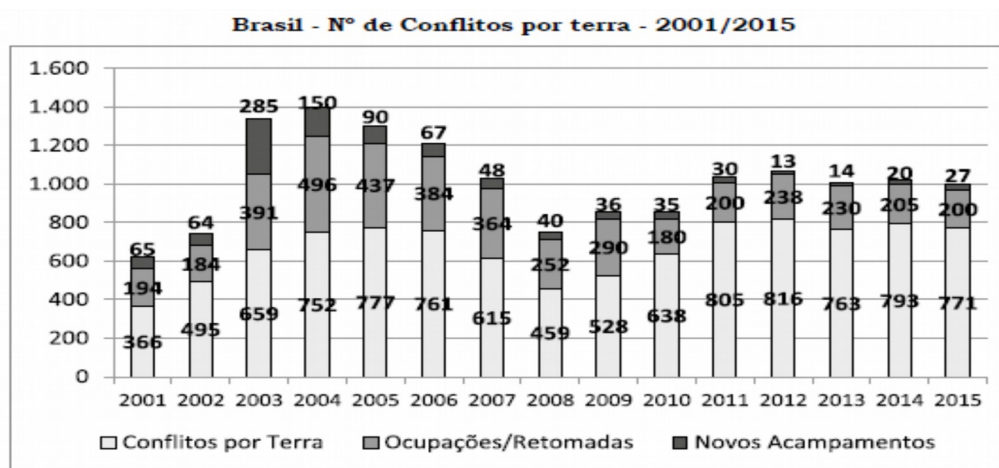
Na análise das atas ordinárias do CDES, é identificada a referência principal aos termos “desenvolvimento” e “crescimento”. Mesmo o termo “indústria”, apesar de estar à frente do termo “agrária” é muito pouco dimensionado no documento. De maneira geral, outros termos aparecem mais, como “mercado”, “estabilidade” e “investimento”.

Neste sentido, é importante destacar que o CDES, muito mais do que um espaço de elaboração de política para o governo, foi um espaço de interpenetração entre as classes e de laboratório de políticas a serem encaminhadas pelo Estado, como foi no caso da AND com o PAC. O CDES serviu como um espaço de pressão para determinados interesses, um espaço neocorporativo de sugestões de políticas diretamente para o presidente da república, destituído no sentido dos trabalhadores, do componente classista, se transformando também em um espaço de articulação de determinadas demandas que serão levadas, no caso da CUT, para dentro do movimento sindical, e realizando ações e atividades conjuntas com frações da burguesia em torno de pautas comuns, já defendidas no âmbito das esferas estatais, como foi o caso de toda a política destinada ao setor industrial e dos acordos bipartites e tripartites, como, por exemplo, o compromisso da cana-de-açúcar. A crise econômica de 2008 será importante na definição dessas alianças, uma vez que a decisão da central será de estreitar mais ainda os laços com frações da burguesia que procuram pressionar o Estado em torno de políticas destinadas ao crescimento econômico e à indústria, e da modificação de aspecto da política macroeconômica, como a redução dos juros.

Como observa Offe (1989), esses espaços de concertação servem muito mais aos interesses das classes dominantes, que não precisam utilizar um repertório de ação coletiva para encaminhar suas demandas, do que aos trabalhadores e trabalhadoras. Dentro desse espaço de concertação, as demandas e pressões para interesses setoriais foram sendo criadas e, na tentativa de “amalgamar” as posições em torno de um projeto nacional de desenvolvimento sem romper com as políticas do atual sistema interestatal capitalista, a ação da CUT não só construiu o espaço, como o destituiu da ação sindical para fora de qualquer interesse de classe, se pautando pelas discussões em torno da ampliação e qualificação da participação nesses espaços estatais.

Dessa maneira, é importante destacar que o CDES teve papel importante na interpenetração das classes e na construção de política comuns para atender as demandas de certos setores. Apesar disso, no início do governo Dilma (2011-2014), o próprio conselho passa a ter um certo declínio em termos da importância conferida pelo próprio setor.

**GRÁFICO 6. Número de Conflitos por Terra (2001-2015)**



Fonte: CPT. Org.: OLIVEIRA, A.U.

Neste sentido, a política adotada a partir da AND que se desenvolve para o PAC favoreceu a aliança indústria-agricultura por meio do desenvolvimento do motor flex e dos agrocombustíveis, deixando em segundo plano a questão central da propriedade da terra. Assim, de um lado, houve aumento da concentração fundiária e, de outro, aumento de conflitos por terra. Segundo Oliveira (2015): “Justamente, no governo do Partido dos Trabalhadores, a área dos latifundiários cresceu nos dois mandatos de Lula, o absurdo de 62,8%, quase o dobro do seu crescimento durante a ditadura militar, e cinco vezes mais do que no governo FHC”. (2015)<sup>48</sup>

<sup>48</sup> Segundo Oliveira (2015): “No final do primeiro mandato de Dilma Rousseff, o crescimento das grandes propriedades de particulares entre 2010/2014 foi de 5,8 milhões de hectares, quando alcançou a área de 244,7 milhões, segundo as Estatísticas Cadastrais de 2014. Dessa forma, nos dois mandatos de Lula, aos latifúndios privados, que já haviam aumentado 62,8%, somaram-se mais 2,5%, totalizando 66,7%, ou mais 97,9 milhões de hectares para as grandes propriedades. O outro fato importante da concentração de terra no país ocorreu com a desagregação dos dados das Estatísticas Cadastrais das terras públicas. Neste novo cadastro, uma nova e surpreendente mágica concentração, o aumento substantivo do estoque das terras públicas nas Estatísticas Cadastrais de 2014. Elas somavam 68 milhões de hectares em 2003 e, em 2010, chegaram a 80 milhões de hectares. Porém, em 2014, totalizaram 159,2 milhões de hectares, ou seja, praticamente o dobro de 2010”.

O gráfico mostra a permanência dos conflitos de terra, ocupações e novos acampamentos. A tabela abaixo mostra o total dos conflitos no campo no período de 2003 até 2012, bem como o número de assassinatos e de pessoas envolvidas.

**TABELA 49. CONFLITOS NO CAMPO (2003-2015)**

Anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total	1690	1801	1881	1657	1538	1170	1184	1186	1363	1364
Assassinato	73	39	38	39	28	28	26	34	29	36
Pessoas envolvidas	1.190.578	975.987	1.021.355	783.801	795.341	502.390	628.009	559.401	600.925	648.515
Hectares	3.831.405	5.069.399	11.487.072	5.051.348	6.588.755	6.566.009	15.116.590	13.312.345	14.410.626	13.181.570

Fonte: CPT (2008; 2015) Elaboração própria

Dessa maneira, o abandono da política de reforma agrária radical, como sugeriu Lula, não se deu pela “opinião” da população que seria contrária à radicalização, ou pela massa marginal, periférica e rural, o subproletariado, o responsável pela guinada do PT ao reformismo fraco, com base numa política populista, como defende a tese de André Singer, mas foi uma política encaminhada pelos dirigentes dos principais sindicatos operários, sustentados pelo subgrupo operário, como SM-AB, e das finanças, a Confederação Nacional dos Bancários (CNB) e pela CUT, para favorecer uma aliança entre indústria e agricultura por meio do motor flex e dos agrocombustíveis, que foi colocando em segundo plano a questão da propriedade da terra. Dessa maneira, o recuo por parte do PT em relação às políticas de reformas estruturais deve ser analisado a partir da intervenção da CUT, uma de suas principais apoiadoras e articuladoras, e não culpabilizando camponeses e o eleitorado em geral, como faz entender a tese de Singer. Foi a partir do SM-ABC, por exemplo, que se construiu a política de Acordo Coletivo Especial (ACE). A central, como vimos no capítulo anterior, produziu e encaminhou proposições de políticas públicas a serem adotadas pelo Estado, dialogando e construindo política e ação comuns com setores empresariais em torno da defesa da indústria nacional. Dessa maneira, a AND e o PAC são políticas construídas com ativa participação da central, que passa a defendê-las acima das demandas reivindicativas dos trabalhadores, principalmente dos camponeses.

#### **4.1 - A Ação da CUT durante a Crise Econômica**

Durante o período entre 2008 e 2010, como visto acima, as discussões no CDES se concentram em boa parte na análise da crise econômica e das possibilidades que podem surgir para mudança ou aprofundamento de determinada política. A crise econômica iniciada em 2008-2009, em um primeiro momento, atingiu mais fortemente os Estados do centro do sistema interestatal capitalista<sup>49</sup>.

É justamente neste período que a CUT estabelece uma agenda comum com

<sup>49</sup> A crise se inicia no ano de 2007. O primeiro país afetado é a Islândia, no entanto, o epicentro da crise são os EUA, a partir da crise Subprime e da quebra do banco Leman Brothers.

associações e federações empresariais, inclusive a FIESP. Inclusive é interessante destacar que essa política teve adesão dos trabalhadores, participando em conjunto com empresários de várias atividades, como marchas e protestos em frente às sedes das federações industriais. Nesse sentido, também os trabalhadores aderiram a um determinado pacto e ideologia sindicalista e nacionalista construídas a partir do modelo social-democrata que desenvolveu o sindicalismo propositivo. Dessa maneira, não existe uma traição aos preceitos cutistas e de outras centrais, mas o encaminhamento da aliança da indústria com a agricultura mediada pelo Estado.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a ABIMAQ estabeleceram uma agenda política comum de combate à crise e uma aliança entre a central e a associação empresarial. É importante destacar que, durante o governo Lula, o processo de criação de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento industrial é fortemente apoiado por ambos os setores. A CUT, já no seu Plano de Lutas de 2005, defendia como ponto prioritário o **Acordo Nacional do Setor Produtivo**. As principais políticas setoriais para a indústria durante os governos do PT são: a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), de 2004, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), de 2008, e o Plano Brasil Maior (PBM), de 2011, já no governo Dilma Roussef-Michel Temer (PT-PMDB).

Essa situação da crise provocou uma maior consolidação da aliança entre os grupos operários qualificados e formais e seus sindicatos e a burguesia industrial e agrária dentro do projeto do modelo de desenvolvimento capitalista.

CUT, CNM e Federação dos Metalúrgicos de São Paulo têm papel central na construção desse modelo e na articulação com as associações burguesas do setor industrial, principalmente das indústrias de bens de capital e metalúrgica. As ações político-sindicais de articulação com estes setores vão se intensificar e consolidar justamente nas proposições de combate à crise direcionada ao governo federal.

A CUT apresentou ao governo federal, ao Congresso Nacional e ao Judiciário a pauta de reivindicações dos(as) trabalhadores(as) centrada na defesa do emprego, promoção do desenvolvimento com distribuição de renda e valorização do trabalho, na manutenção dos investimentos públicos conforme previstos no PAC, no fim do superávit primário e na redução das taxas de juros (**resolução da Executiva Nacional de 5 e 6 de novembro de 2008**). Também apresentamos esta pauta no debate realizado na primeira parte de nossa reunião, com a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

O documento da própria executiva nacional de dezembro de 2008 afirma:

Conforme deliberação de nossa Executiva Nacional, a CUT realizou, imediatamente após o encerramento da 5ª Marcha, um grande ato político com participação maciça da militância cutista, em frente ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, para cobrar do ministro Carlos Lupi o atendimento de nossas reivindicações. Exigimos o cumprimento do compromisso de enviar o PL de contribuição negocial para a Casa Civil, o que aconteceu, acabando com o nefasto imposto sindical, cobramos a implantação do conselho nacional de relações do trabalho e repudiamos a iniciativa do ministério em instituir o imposto sindical para todos os servidores, através da instrução normativa 01.

A CUT consolida seu total apoio ao PAC, ao mesmo tempo em que tenta instituir pequenas modificações na estrutura oficial que favorecem o setor metalúrgico, no sentido que amplia as negociações entre montadoras e sindicatos para manutenção de emprego, mesmo que se perca com isso direitos trabalhistas. Como observa Alves (2000), essa política dos sindicatos passa pela sua prática “defensivista de cariz neocorporativo”, favorecendo

justamente os grupos operários que implementam essa política e que controlam a direção política da central. Por outro lado, a central é obrigada a dar uma resposta à base sindical que foi afetada pelas primeiras reformas no governo Lula, os servidores federais, onde houve a ruptura de sindicatos da educação, como ANDES e SINAFOSE.

Portanto, uma das principais tarefas da CUT, de suas entidades e militância, conforme deliberado pelas instâncias da central, foi dar consequência ao debate desenvolvido desde 2006, **Jornada pelo Desenvolvimento**, conformando a plataforma da CUT para as eleições 2010. Ou seja, apoiando o governo na implementação do PAC e nas suas medidas de desenvolvimento capitalista dentro de um modelo industrialista-financeirizador. Toda a política defendida pela CUT nesse período se pautou na articulação e aliança com grupos empresariais e suas associações de classe, particularmente a Associação Brasileira das Indústrias de Máquina (ABIMAQ). Já durante a crise de 2008, a ABIMAQ elabora o projeto “ABIMAQ 2022”, que reivindica como principais pontos:

1. Desoneração da carga tributária.
2. Alongamento dos prazos para recolhimento dos impostos das indústrias de bens de capital.
3. Redução das taxas de juros cobradas para financiamento da produção.
4. Isonomia em relação às indústrias estrangeiras que fornecem máquinas e equipamentos para o mercado nacional e ações antidumping como forma de combater a concorrência predatória, principalmente a proveniente dos países asiáticos.
5. Oferecimento de condições de crédito que estimulem o aumento da demanda de bens de capital para modernização dos parques fabris, uma vez que a idade média das máquinas está em torno de 17 anos, enquanto que nos países industrializados gira em torno de cinco anos.
6. Modificação das relações do BNDES com seus agentes financeiros de forma a reduzir os custos de financiamento para a compra de bens de capital fabricados no país e assim privilegiar o atendimento à demanda interna.
7. Maior agressividade por parte do BNDES em relação às condições de financiamento oferecidas a projetos realizados em outros países. (2008)

No período, são realizadas plenária nacional e reunião da direção e executiva nacional, que mantêm as mesmas linhas de ação sindical delineadas nos congressos e nas plenárias e executivas anteriores. No início de 2009, a central inicia uma articulação com setores da burguesia, principalmente com ABIMAQ, e realiza atividades conjuntas como pressões junto aos órgãos estatais federais e estaduais para medidas para o setor, como é possível ver pelo quadro abaixo.

#### **QUADRO 8. Eventos e Publicações**

	Evento	Documento – Reivindicação
28/05/2008	Dia Nacional de Luta e mobilização	Redução da Jornada de Trabalho sem redução do salario
03/12/2008	5º Marcha da Classe Trabalhadora (CUT, Força Sindical, CGTB, NCST, UGT e CTB)	Desenvolvimento, Crescimento Econômico

30/01/2009	Reunião entre CUT, CNM e ABIMAQ	AGENDA POSITIVA ANTICRISE- PROTOCOLO DE ENTENDIMENTO
11/02/2009	Dia Nacional de Luta pelo Emprego e Salário – CUT e Movimento Sociais	A Classe Trabalhadora Não vai pagar pela crise
Março de 2009	Reunião da ABIMAQ, CUT e CNM com secretaria de desenvolvimento de MG	Redução do ICMS
20/03/2009	Ato Unificado contra a crise (CUT, ABIMAQ, CNM)	Contra a desindustrialização. Acordo Anticrise. Manifesto Anticrise e Comitê Anticrise
30/03/2009	Ato Unificado contra a Crise CUT, Força Sindical, CGTB, NCST, UGT e CTB	Não às demissões! Pela ratificação da Convenção 158 da OIT! Redução dos juros! Redução da jornada sem redução de salários e direitos! Reforma Agrária já! Por saúde, educação e moradia! Em defesa dos serviços e servidores públicos!
Abril 2009	ABIMAQ, CNM e CUT se reúnem com LULA	Redução de tributos para máquinas e equipamentos
14/08/2009	Jornada Nacional de Luta CUT, Força Sindical, CGTB, NCST, UGT e CTB)	Não às demissões! Pela ratificação da Convenção 158 da OIT! Redução dos juros! Redução da jornada sem redução de salários e direitos! Reforma Agrária já! Por saúde, educação e moradia! Em defesa dos serviços e servidores públicos!
11/12/2009	6ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora (CUT, Força Sindical, CGTB, NCST, UGT e CTB)	Redução da jornada de trabalho, política de valorização do salário mínimo
26/05/2011	Seminário Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego (CUT, FIESP, Força Sindical, SM-ABC, SM-SP)	Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego Acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e emprego
18/05/2010	Dia Nacional de Mobilização CUT	reduz a jornada de 44 para 40 horas semanais sem redução de salários e aumenta o adicional de hora extra de 50% para 75%,
01/06/2010	Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora (CUT, Força Sindical, CGTB, NCST, UGT e CTB)	Lançamento de Plataforma para as Eleições
06/07/2011	Dia Nacional de Mobilização – CUT e Movimentos Sociais	Aprovação do PNE, Redução da Taxa de Juros, Redução da Jornada de Trabalho sem redução de salário
Agosto de 2011	Passeata organizada por CUT, CNM, SM-ABC, ABIMAQ, FIESP	Brasil com Juros Baixos
Março de 2012	Jornada Nacional de Luta	Redução de juros, mudança na política econômica, defesa do protagonismo estatal
28/03/2012	CUT, CNM e ABIMAQ articulam plataforma	“GRITO DE ALERTA EM DEFESA DA

	comum em defesa da produção e do emprego.	PRODUÇÃO E DO EMPREGO”
03/04/2012	Atos em Defesa do Emprego FIEP, ABIMAQ, CUT, CNM	“GRITO DE ALERTA EM DEFESA DA PRODUÇÃO E DO EMPREGO”
04/04/2012	Atos em Defesa do Emprego FIEP, FIESP, ABIMAQ, CUT, CNM	“GRITO DE ALERTA EM DEFESA DA PRODUÇÃO E DO EMPREGO”

Desde 2008, o debate da crise passa a ser intenso, inclusive no interior do CDES, que criou um grupo temático para acompanhar tal situação. CUT e ABIMAQ, desde fins de 2008, estão em conversações sobre as medidas e políticas a serem adotadas. Uma das linhas de ação da CUT foi justamente realizar atividades conjuntas com os setores empresariais em torno de algumas bandeiras em defesa da indústria nacional, além de ação de lobby em conjunto com as associações e federações em reuniões com o governo. Dessa maneira, a CUT manteve uma agenda comum com as outras centrais e com o setor empresarial, defendendo principalmente a indústria nacional, a redução da taxa de juros e a manutenção dos empregos.

É preciso destacar que o “emprego no setor metalúrgico apresentou saldo negativo de novembro de 2008 até julho de 2009, totalizando um saldo negativo de 211.764 postos de trabalho. Somente no mês de agosto, o saldo voltou a ficar positivo, em 14.177 postos de trabalho” (CNM-CUT,2015). Essa conjuntura, aliada à experiência político-sindical do grupo operário e do grupo dirigente, ajuda a compreender as decisões político-sindicais que foram sendo delineadas ao longo da crise econômica internacional iniciada em 2008.

Em 30 de janeiro de 2009, a CNM, a CUT e a ABIMAQ se reuniram na sede da ABIMAQ e anunciaram, em uma coletiva de imprensa, o documento **AGENDA POSITIVA ANTICRISE-PROTOCOLO DE ENTENDIMENTO**, para a manutenção da renda e emprego dos trabalhadores no setor, que tinha como principais pontos:

**1 - A CRIAÇÃO DE UM REGIME ESPECIAL DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA PARA O SETOR PRODUTOR DE BENS DE CAPITAL, COM COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGOS. (...)**

Consistirá em isenção de impostos federais e estaduais (PIS, Cofins, IPI e ICMS) na saída de máquinas e equipamentos destinados ao ativo fixo das empresas adquirentes. Terão também a suspensão da incidência dos mesmos tributos na aquisição de insumos de produção (matérias-primas e componentes nacionais) por parte dos fabricantes (esta medida visa não agravar ainda mais o problema dos créditos tributários acumulados); (...)

**2 - A CRIAÇÃO DE UM GRUPO TRIPARTITE (TRABALHADORES, EMPRESÁRIOS E GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAIS) PARA O ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DESSA MEDIDA. ESSE GRUPO DEVERÁ REUNIR-SE QUINZENALMENTE E, AO FINAL DO TRIMESTRE, AVALIAR OS RESULTADOS E A NECESSIDADE DE PRORROGAÇÃO DO REGIME ESPECIAL E A NECESSIDADE DE OUTRAS MEDIDAS FRENTE À CONJUNTURA.**

**3 - ESTABELEECER COM O BNDES UMA NEGOCIAÇÃO PARA:**

- Aumentar o limite de crédito do cartão BNDES;
- Autorizar temporariamente o uso do cartão BNDES para pagamento dos impostos não contemplados neste acordo;
- Permitir a utilização dos 30% referente a capital de giro das empresas que não



utilizaram quando da obtenção da linha FINAME;

- Alongar o prazo de pagamento dos financiamentos contratados por empresas do setor em 12 a 24 meses, e/ou diferir as parcelas com vencimento nos próximos seis meses para o final do contrato;
- Conceder crédito equivalente ao valor já pago do financiamento, nas linhas destinadas a capital de giro;
- Aumentar para 100% a cobertura da FINAME para todas as compras de BKs que forem efetuadas nos próximos seis meses;
- Permitir o uso do REVITALIZA BK no programa BNDES EXIM Pré-embarque;
- **Ampliar e desburocratizar o acesso das micro, pequenas e médias empresas às linhas de capital de giro do BNDES. (2009)**

As ações encaminhadas pela central entre fevereiro e maio de 2009 são: o dia Nacional de Luta pelo Emprego e Salário, dia 11 de fevereiro, e o ato unificado contra a crise e as demissões, no dia 30 de março. Em fevereiro de 2009 e 20 de março de 2009, a CUT participa de atos conjuntos com os grupos burgueses com ato unificado contra a crise e as demissões.

A própria ABIMAQ analisa as mobilizações:

Naquele momento, considerou-se que eram necessárias alianças, onde a meta não era só buscar parceiros entre sindicatos e associações de empresários, mas também de trabalhadores. Luiz Aubert justifica: “Na verdade, precisamos nos unir para fazer do Brasil o país do presente e não mais do futuro, e com isso garantirmos o nosso próprio futuro, o futuro de uma nação mais forte e justa. **Empresários e trabalhadores são vítimas de um mesmo processo de taxaço que não permite margem adequada de lucro e remuneração.** Se a desindustrialização acontecer, perdemos todos: trabalhadores que ficam sem emprego, empresários que ficam sem empresas e o governo que fica sem arrecadação. **O momento não é de disputas entre trabalhadores e empresários,** mas sim de alianças entre toda a sociedade e governo, para juntos aumentarmos a produção, combater a inflação, gerar mais empregos, proporcionar melhores remunerações e, de fato, fazer do Brasil um país sem desigualdades sociais. Um país gigante pela própria natureza, com melhor distribuição de riqueza, saúde e educação. Enfim, um Brasil melhor para todos”. E, nesse momento, a ABIMAQ e os trabalhadores firmavam acordo anticrise. (Disponível em <http://www.abimaq.org.br/site.aspx/Abimaq-Informativo-Mensal-Infomaq?SumarioClipping=20>)

Nesse sentido, é lançado o manifesto “Pela Indústria e pelo Emprego” e CUT e ABIMAQ passam a integrar um comitê anticrise. A política de desoneração passa a ser a principal bandeira do setor e ganha apoio da CUT e da CNM. A associação participa também do comitê Anticrise criado pelo governo federal. Em defesa do emprego, CNM/CUT e ABIMAQ reúnem-se com Lula em abril de 2009 para fazer lobby pela aprovação de medidas encaminhadas pela Protocolo de Entendimento assinado entre as associações de classe em janeiro.

Segundo matéria no próprio site da CNM:

Encontro com o presidente da República, em Brasília, deve concretizar acordo com o governo federal sobre redução de tributos para máquinas e equipamentos, gerando

um barateamento de 20% nos produtos e a manutenção dos empregos no setor, conforme protocolo de intenções assinado em janeiro pelas entidades. CNM, CUT e Abimaq se reuniram com o presidente Lula para entregar o protocolo de medidas como redução de tributos para máquinas e equipamentos, gerando um barateamento de 20% nos produtos e a manutenção dos empregos no setor.

Por sua vez, a ABIMAQ analisa que:

Como decorrência e em linha com as solicitações e pleitos apresentados pela ABIMAQ, o BNDES anunciou a implementação de medidas para minimizar as dificuldades de acesso ao crédito. As medidas anunciadas melhoravam as condições de crédito para o setor de bens de capital nas linhas FINAME, Capital de Giro e Exportação. E, mais uma vez, a ABIMAQ agradecia ao presidente e à diretoria do BNDES, que contribuíam para a retomada do nível da atividade produtiva do país.

A principal atividade cutista em termos de mobilização foi a organização da Marcha Nacional da Classe Trabalhadora, realizada em Brasília, no dia 11 de dezembro de 2009, que consistiu em pressionar o congresso para aprovação de medidas como a redução da jornada para 40 horas semanais sem redução de salário, ratificação das Convenções 151 e 158 da OIT, atualização dos índices de produtividade da terra, aprovação da PEC que destina para reforma agrária toda terra onde for flagrado trabalho escravo, aprovação da lei que sacramenta a política de valorização do salário-mínimo, marco regulatório para o petróleo e o gás do pré-sal, destinando à maior parte dos seus recursos para o combate às desigualdades sociais, aprovação do PL sobre a regulamentação da terceirização e combate à precarização nas relações de trabalho.

Especificamente para a agricultura, o Conselho Monetário Nacional (CMN) liberou mais R\$ 12,6 bilhões em crédito para as empresas do agronegócio. A maior parte do dinheiro, R\$ 10 bilhões, será para uma linha que deve atender principalmente frigoríficos e empresas do setor de aves, suínos e carnes bovinas. O CMN também anunciou e criou uma linha de crédito de R\$ 2,3 bilhões para estocagem da produção de álcool durante a safra deste ano. O objetivo do governo é evitar as variações de preços que ocorrem entre o período de produção e a entressafra.

Também foi elevado o volume de recursos do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) do Moderfrota e criada a Linha Especial de Crédito destinada à avicultura de corte e suinocultura em regime de parceria, linha de crédito ao amparo de recursos do BNDES para financiamento de capital de giro a agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e a cooperativas agropecuárias. Também foram alterados os prazos para renegociação das operações de crédito rural, no âmbito da Lei nº 11.775, de setembro de 2008.

Plenária da CNM-CUT analisa o cenário da crise e as medidas tomadas pelo setor metalúrgico:

O movimento sindical cutista e os metalúrgicos atuaram em duas frentes: (1ª) propondo medidas de política econômica e setoriais, sempre com contrapartidas, com destaque para a manutenção dos empregos; e (2ª) em negociações locais, avaliando caso a caso para evitar situações oportunistas, os sindicatos metalúrgicos procuraram garantir os empregos por meio de negociações de férias coletivas, suspensão temporária de contrato e, em último caso, redução temporária de jornada e de salários ou ainda programas de demissão voluntária. (CNM-CUT, 2015)

A aceitação de programas como PDVs é complementada pela proposição de que a principal tarefa é intervir na conjuntura eleitoral para defender o fortalecimento do papel do Estado e dos governos de esquerda. O documento continua:

Neste momento de crise, de fortalecimento do papel do Estado e dos governos de esquerda na América Latina, a CNM e todo o movimento sindical cutista têm a oportunidade de propor um grande debate sobre qual é o modelo de desenvolvimento que interessa aos trabalhadores e sobre a construção do socialismo democrático no Brasil e no mundo. Isso nos leva ao segundo ponto de destaque da conjuntura atual: o processo eleitoral de 2010. Todos os processos eleitorais que vivenciamos desde a retomada da democracia em nosso país foram importantes, mas esse momento agora é crucial, pois estamos acumulando força e ganhando o debate na sociedade em vários projetos, portanto, não se trata apenas de dar continuidade às mudanças, mas com um terceiro mandato, consolidaremos e aprofundaremos projetos fundamentais de interesse da classe trabalhadora. (CNM-CUT, 2015)

Posteriormente, analisa a ação em aliança com o setor da burguesia industrial:

Nossa confederação esteve presente nos principais momentos dessa conjuntura nacional: contrapomo-nos às medidas adotadas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e pela Força Sindical, quando propuseram ao país todo a redução da jornada de trabalho com redução de salários. Estabelecemos ações de luta e resistência para evitar os efeitos prejudiciais surgidos devido à crise da economia mundial; passeatas, greves e protestos marcaram o período em boa parte de nossa base. Indo além, procuramos setores estratégicos e construímos propostas que objetivavam preservar os empregos, como foi o Acordo com a Associação Brasileira de fabricantes de Máquinas (ABIMAQ). (CNM-CUT, 2015)

Para finalmente defender a aliança com a ABIMAQ, o documento continua:

Procuramos também os governos federal e estaduais para construir mecanismos que evitassem as demissões, também participamos do Dia Nacional em Defesa do Emprego no mês de fevereiro de 2009 e da Mobilização em Defesa dos Direitos da Classe Trabalhadora em março do mesmo ano. Participamos do 10º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), no qual elegemos dois representantes do nosso ramo para compor a direção nacional da CUT, além de elegermos três companheiros para a executiva da central. Também durante a gestão participamos da Jornada Nacional Unificada de Lutas realizada em agosto de 2009. A CNM/CUT defende que os espaços tripartites constituídos para o debate sobre Política Industrial tenham efetividade e que as propostas elaboradas nesses espaços sejam privilegiadas no momento da definição das políticas, nos moldes dos Fóruns de Competitividade, como do setor eletroeletrônico, único ainda em andamento. (CNM-CUT, 2015)

A CNM reafirma as políticas de entendimento e ação junto ao Estado, como na defesa dos fóruns tripartites, marca do sindicalismo neocorporativo, que passa a ser a marca do sindicalismo propositivo defendido pela CUT. Importante destacar também a importância dada na composição da executiva e direção nacional da CUT.

A Executiva Nacional de 17 de dezembro de 2009 da CUT aponta:

Contra o processo de diminuição dos investimentos da iniciativa privada, o aumento das demissões e as propostas patronais, com a Fiesp à frente, de reduzir direitos e salários, a CUT atuou no sentido de pressionar os governos federal, estaduais e municipais, para ampliar o orçamento das políticas públicas, os investimentos em infraestrutura, a exemplo do PAC, como também exigir que os empréstimos públicos

à iniciativa privada fossem obrigatoriamente acompanhados de contrapartidas sociais com manutenção de empregos e direitos, além do cumprimento dos acordos firmados com as entidades dos servidores públicos.

(...)

#### **Mobilizações do próximo período**

O primeiro semestre de 2010 deve **representar um momento de intensa pressão sobre o Congresso Nacional**. Somente assim será possível que a redução da jornada de trabalho sem redução de salários e o conjunto das reivindicações das entidades Cutistas sejam atendidas, como também para que possamos impedir as votações que visem retirar direitos da classe trabalhadora (...)

b) Nas Estaduais da CUT e Ramos, realizar plenárias de mobilização, entre janeiro e fevereiro, para organizar as mobilizações do primeiro semestre, como também a participação no acampamento de Brasília;

c) Incorporar os movimentos sociais nos debates e nas mobilizações;

**d) Organizar visitas aos/às deputados(as) federais e senadores, na sua cidade de origem, para levar a posição da CUT sobre os benefícios da redução da jornada, cobrar dos(as) parlamentares sua posição quanto à PEC 231 e sobre projetos de interesse da classe trabalhadora. Lembrar que esta posição será amplamente divulgada pela CUT;**

**e) Instalar placar nas capitais e outras cidades, em praça pública, divulgando a posição dos(as) parlamentares.**

f) Realizar no início de abril um Dia Nacional de Lutas, com mobilizações, caminhadas, panfletagens e paralisações.

Nesse sentido, as ações cutistas mantêm a política de pressão sobre o congresso nacional através de lobbys e tentativas de articulação política informal com os deputados e senadores.

A reunião da direção nacional de 12 e 13 de maio de 2010 produz o documento intitulado “*Aprofundar as mudanças para ampliar direitos e viver com dignidade. A tarefa da CUT é disputar os rumos do desenvolvimento, com a plataforma da CUT para as eleições 2010, fortalecendo a luta por liberdade e autonomia sindical, valorização do trabalho e democracia, de homens e mulheres, do campo e da cidade*”.

O documento primeiro faz uma análise da situação econômico-social do país. Segundo a DEN:

A opção do Brasil por um processo de crescimento econômico incluyente, aliando controle da inflação e das finanças públicas, diminuindo a exposição externa, privilegiando a geração de emprego e uma maior distribuição de renda, constituíram os pilares de fortalecimento do mercado interno. A implantação de uma política industrial consistente, retomando os investimentos em setores estratégicos como o setor naval e de produção de maquinários agrícolas; a ampliação do investimento das empresas estatais; a ampliação do crédito; as políticas públicas de transferências de renda, com programas sociais como o Bolsa Família, Luz para Todos e o Territórios da Cidadania; os investimentos em infraestrutura através do PAC I e II, e a recuperação e valorização do salário-mínimo, foram iniciativas fundamentais no processo de enfrentamento da crise e na melhora dos indicadores de qualidade de vida da população. (2010)

Posteriormente, ao analisar positivamente as medidas tomadas pelo governo Lula, indica as ações que devem ser mantidas e intensificadas pelo movimento sindical e social:

Portanto, devemos intensificar nosso processo de mobilizações através das lutas dos sindicatos e das demais organizações dos movimentos sociais que constituem o campo democrático e popular, combinando as reivindicações econômicas com uma

ativa participação no processo político-eleitoral, defendendo avanços rumo a um projeto de desenvolvimento soberano, democrático, construído e sustentado em uma ampla participação popular. (2010)

Para sustentar essa análise e defender a política de defesa da intervenção cutista no cenário eleitoral, o documento mantém a polarização entre dois projetos antagônicos representados por PT e PSDB. O documento continua:

A disputa que travamos em 2010 está polarizada em torno de dois projetos antagônicos. Por um lado, a candidatura do PSDB/DEM representa os interesses da grande mídia, do agronegócio, do capital financeiro especulativo, da defesa do Estado mínimo e autorregulação do mercado com redução do investimento social, a criminalização dos movimentos sociais e, principalmente, a subordinação do Brasil aos interesses do capital internacional com seu fundamentalismo neoliberal. De outro, a que representa a continuidade da ruptura com o modelo de desenvolvimento econômico neoliberal instaurado no Brasil, que tem maior identidade com as diretrizes expressas na plataforma da CUT para as eleições 2010, como imperativo ao aprofundamento das mudanças. (2010)

E, por fim, consolida a proposição de voto na então candidata pelo PT, Dilma Rousseff, com a seguinte proposição:

Ao apresentarmos a nossa *Plataforma para as Eleições 2010* como orientadora da ação sindical na disputa eleitoral, aos partidos de esquerda, aos movimentos sociais populares e ao conjunto do povo brasileiro, reafirmamos nossa autonomia. Temos convicção de que a única pré-candidatura capaz de assumi-la é a da companheira Dilma Rousseff! Pois está comprometida com as mudanças que interessam à classe trabalhadora, é capaz de conduzir o Brasil à condição de uma das maiores e mais consistentes economias mundiais, com a consolidação de uma nação que valoriza a diversidade e fortalece as identidades política e social presentes em cada uma das regiões do país. (2010)

Por sua vez, a ABIMAQ, em conjunto com a AARS (Associação do Aço do Rio Grande do Sul), a ABIFA (Associação Brasileira de Fundição, Sistema ABIMAQ), a ABIFINA (Associação Brasileira de Química Fina e Biotecnologia), a ABINEE (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), a ABIPLAST (Associação Brasileira da Indústria do Plástico), a ABIQUIM (Associação Brasileira da Indústria Química), a ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção), a FABUS (Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus), o SIMEFRE (Sindicato Interestadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários), o SINDIPEÇAS (Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores) e o SINDRATAR (Sindicato das Indústrias de Refrigeração, Aquecimento e Tratamento do Ar do Estado de São Paulo) publicam, em julho de 2010, o manifesto EM DEFESA DO INVESTIMENTO nos jornais de grande circulação, defendendo as ações de financiamento do BNDES. O documento conclui assim:

Ao finalizar, as entidades signatárias deste manifesto desejam registrar que o objetivo do mesmo é, acima de tudo, a defesa do investimento produtivo. É claro que desejamos que o mercado de capitais e o setor financeiro privado possam financiar, em maior escala, o investimento e a produção. Mas, enquanto isso não acontecer a custos próximos aos dos nossos competidores internacionais, os recursos do BNDES continuarão imprescindíveis. Sem eles, o baixo nível de investimentos nos condenará ao PIB potencial apontado por esses críticos, o que, se de um lado, justifica os argumentos deles, de outro, nos condena a continuar como país em desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a ABIMAQ lança o documento intitulado “Impacto do Custo Brasil na Compensatividade da Indústria Brasileira de Bens de Capital”, com base em estudo de todo o setor industrial realizado pela FIESP. Segundo a ABIMAQ, o objetivo do trabalho é mensurar o chamado “custo Brasil”, ou seja, o diferencial de custos da produção industrial entre Brasil e EUA e Alemanha.

Os principais itens apontados pelas associações capitalistas que aumentam o chamado “custo Brasil” são: custos de logística, problema de infraestrutura energética e de transporte, custos com insumos e matéria-prima, que representa a maior parte dos gastos no segmento automotivo, e os custos relacionados a tomadas de empréstimos e a burocracia estatal. Do ponto de vista dos gastos com força de trabalho, o principal ponto apontado é especificamente quanto aos gastos com INSS e à baixa qualificação profissional.

Nesse momento de crise, se estabelece um entendimento entre as organizações de trabalhadores e empresariado para definição de uma política estratégica comum. Assim, se constrói uma verdadeira aliança entre o grupo metalúrgico, principalmente do ABC, da CNM e da CUT, e a burguesia industrial. Essa aliança se constitui pela pressão que vem de baixo, dos grupos de trabalhadores metalúrgicos, preocupados com as perdas de sua condição material, uma vez que o setor teve perdas salariais durante os governos Collor, Itamar e FHC, e que tiveram uma ampliação em postos de trabalho e aumento real de salário durante o governo Lula (2003-2010); e por pressões vindas de cima, pelas estratégias de ampliação da margem de lucro do capital oligopolista interno e externo.

A Executiva da CUT em 2010 avalia que:

A implantação de uma política industrial consistente, retomando os investimentos em setores estratégicos como o setor naval e de produção de maquinários agrícolas; a ampliação do investimento das empresas estatais; a ampliação do crédito; as políticas públicas de transferências de renda, com programas sociais como o Bolsa Família, Luz para Todos e os Territórios da Cidadania; os investimentos em infraestrutura através do PAC I e II e a recuperação e valorização do salário-mínimo, foram iniciativas fundamentais no processo de enfrentamento da crise e na melhora dos indicadores de qualidade de vida da população. (2010)

Nesse sentido, é interessante o lobby da ABIMAQ em torno do programa “Mais Alimentos” do MDA, lançado em 2009. Esse programa, acordado entre o ministério e a associação, permite financiar maquinário ao agricultor familiar no valor de R\$ 180 mil, favorecendo assim os setores definidos como estratégicos tanto por CUT e CNM como pela ABIMAQ.

Durante o ano de 2011, tanto a ABIMAQ como CNM e CUT encaminham medidas complementares para a nova política setorial industrial lançadas pelo governo, o Plano Brasil Maior. Em agosto de 2011, as associações empresariais, em conjunto com CUT, CNM e SM-ABC, realizam uma passeata na Avenida Paulista reivindicando um “Brasil com Juros Baixos”. Entre as medidas solicitadas ao governo, está a desoneração da folha de pagamentos para 11 setores da indústria de máquinas e equipamentos. Além disso, a ABIMAQ solicita ao MDA a renovação do programa “Mais Alimentos”.

Como podemos perceber, no desenrolar da crise, as estratégias defendidas pela CNM, SM-ABC e a CUT se pautam na articulação com o chamado “setor produtivo”, principalmente a indústria do ramo metalúrgico (máquina e equipamentos, eletroeletrônico, automotivo, aeroespacial, naval) e, fundamentalmente com a ABIMAQ, que representa o setor

de bens de capital, que é fortemente atingida pela especialização da indústria brasileira em competição com novos mercados, como o asiático, principalmente a China.

O SM-ABC, em conjunto com CUT e CNM, fez uma série de sugestões para o governo federal em reunião da direção nacional das organizações com os técnicos do MDIC, para serem inseridas na política setorial industrial para estimular o conteúdo nacional no setor automotivo e de autopeças.

“A qualidade, desenvolvimento de tecnologia e de novos produtos, fortalecimento das cadeias produtivas, preocupação com o meio ambiente e, principalmente, valorização das relações de trabalho são o centro de nossa proposta”, anunciou Sérgio Nobre (foto), presidente do sindicato. A apresentação do documento aconteceu durante reunião mantida na manhã de ontem entre dirigentes do sindicato e técnicos do MDIC, em Brasília, com a participação de representantes da CUT e de outras centrais sindicais. (Tribuna Metalúrgica, 18/08/2011, nº 3056)

As ações cutistas se concentram no pedido da redução da taxa de juros estabelecida pelo Banco Central. Novas manifestações foram realizadas nas vésperas da reunião do Banco central. Segundo o Tribuna Metalúrgica (21/10/2011 – Nº 3094):

*Na terça, sindicato, CUT, Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Força Sindical, Fiesp e Abimaq (sindicato dos fabricantes de máquinas) realizaram manifestação em defesa da redução das taxas de juros. No dia foi lançado o Movimento por um Brasil com juros mais baixos: Mais Produção e Emprego e um manifesto que já tem a adesão de economistas, acadêmicos e ex-ministros, como Marcio Pochmann, Amir Khair, Luiz Carlos Bresser Pereira.*

O manifesto conclui:

O COPOM, em sua última reunião em 31 de agosto, iniciou processo de redução da taxa de juros SELIC. Acreditamos que reduções adicionais dos juros darão ao país a oportunidade de iniciar um movimento de combate à crise, apoiado na maior competitividade de nossas exportações e no dinamismo de nosso mercado interno. Assim, a redução da taxa básica de juros, aliada a uma política industrial ativa e realista, são fundamentais para preservarmos postos de trabalho e continuarmos a crescer com mais emprego e renda.

E é na defesa da redução dos juros que lançamos este Movimento por um Brasil com juros baixos, que, articulando trabalhadores, empresários e intelectuais, tem o firme propósito de contribuir com o governo e com outros setores da sociedade na defesa de um Brasil com maior crescimento e oportunidades para a sua população.

Nesse sentido, existe uma verdadeira simbiose entre as bases de apoio de trabalhadores e capitalistas do ramo metalúrgico, que pressionam o governo na mesma direção da política econômica. Assim, o industrialismo cutista é um componente determinante para o estabelecimento dessas alianças com os setores patronais. O estreitamento dessa aliança se torna ainda mais forte no ano seguinte.

Em 2012 as articulações entre CNM, CUT e ABIMAQ culminam no documento “GRITO DE ALERTA EM DEFESA DA PRODUÇÃO E DO EMPREGO”, divulgado em ato no dia 28 de março de 2012 e assinado pelas seguintes organizações: FIESP/CIESP, Força Sindical, UGT, CTB, CGTB, CNM/CUT, Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, SINAFER, SIMEFRE, SINDITEXTIL/ABIT, ABINEE, ABIMAQ, ABIQUIM, ABIPEÇAS, SICETEL, FIEP e FIEMG.

No dia 3 de abril, em Curitiba; 4 de abril, em São Paulo e 13 de abril em Manaus, foram realizados os atos que divulgavam o “Grito de Alerta em Defesa da Produção e do

Emprego”<sup>50</sup>. Antes das mobilizações de 3 e 4 de abril, o então presidente do SM-ABC, Sergio Nobre, membro da direção nacional da CUT, e o empresário Carlos Manoel de Carvalho, responsável pelo setor de ferramentaria e modelação da Abimaq, participaram, no dia 1º de abril, do programa Canal Livre da TV Bandeirantes. Depois de concordarem com a avaliação sobre a necessidade de os empréstimos pelo BNDES terem como contrapartida a geração de emprego e desenvolvimento tecnológico, são questionados pelo apresentador:

Apresentador: “Agora, por que as centrais sindicais, os sindicatos não vão para rua protestar contra uma infâmia dessa?”

Sergio Nobre-CUT: “Nós vamos fazer. No dia 4 da próxima semana nós vamos ter uma grande manifestação não só das centrais sindicais, mas também do empresariado que quer produzir no Brasil chamando atenção pra isso. Na verdade, nós temos n frentes que precisamos atacar...”

Apresentador: “Aliás, já que vocês entraram no assunto, vocês poderiam fazer um merchandising da mobilização”.

Carlos Manoel de Carvalho: “Nós vamos fazer nosso momento do merchandising [mostra camisa com dizeres “Em defesa da Indústria e do Emprego”]. Dia 4...”

Sergio Nobre: “Nós queremos juntar mais de 100 mil pessoas na Assembleia Legislativa de São Paulo e com esse movimento em defesa da indústria e do emprego de qualidade. É isso que nós queremos”.

Apresentador: “Capital e trabalhos unidos?”

Sergio Nobre: “**Exatamente**. Por que a gente entende a importância que a indústria tem no nosso país, como eu disse: se a gente quiser ser uma grande nação do mundo com justiça social, nós precisamos ter uma **indústria forte e inovadora**, toda grande nação do mundo tem essa característica”.

Sergio Nobre: “O emergencial nós reconhecemos que ela tem feito, reduz IPI, aumenta empréstimos, mas isso é passageiro. Nós precisamos resolver o problema estrutural da indústria. Eu até acho que nós deveríamos ter um parque industrial que articule iniciativas várias, seja na qualificação profissional, se nós quisermos ter mais controle da indústria, precisamos ter uma mão-de-obra preparada, não é? Financiar fusão de empresas. Que eu acho que quem mais sofre nesse momento são as pequenas empresas e eu acho que o que está se desenhando no futuro... não tem como essas pequenas empresas sobreviverem. Tem que fundir empresas. Criar polos, como o que estamos fazendo com o polo de ferramentaria na região do ABC”.

Fernando Mitre: “Mas, se não tiver preço e capital, todas as outras medidas são inúteis”.

Sergio Nobre [apontando para o representante da ABIMAQ]: “Tem que ter escala...”

Carlos Manoel de Carvalho: “Tem que ter escala”.

Sergio Nobre [apontando para o representante da ABIMAQ]: “É o que estamos fazendo com o polo de ferramentaria da região do ABC”

Como podemos perceber, temos o desenvolvimento e a adoção de um saber técnico, agregado a uma ideologia industrialista, combinada às modificações sofridas no grupo operário do segmento automotivo e a ação política do grupo dirigente, articulação sindical-CNB-PT, que viabilizam os entendimentos entre os trabalhadores metalúrgicos e os

---

<sup>50</sup> Tribuna Metalúrgica, 29 de março de 2012, edição 3.157.



capitalistas do mesmo segmento. É preciso destacar que, na mesma entrevista, sindicalista e empresário concordam que o problema principal no setor não é o custo da força de trabalho, e portanto, tem ampla concordância na agenda definida pelas organizações e nas atividades promovidas em conjunto pela organização.

Durante a crise de 2008, a CUT amplia ainda mais a ação política de coalização com setores da burguesia industrial e consolida ainda mais sua política de ocupação de instâncias estatais. A ação defendida por esse setor consistia em uma política corporativista, de apoio aos setores considerados estratégicos e sua proteção em face da crise; uma política keynesiana de estímulo à demanda, não pela ampliação do papel produtivo de Estado, mas por meio da expansão do seu papel financeiro (nas políticas sociais e nas políticas de apoio à produção principalmente); política neoclássica de contenção de despesas setoriais.

Dessa maneira, a situação político-econômica mundial na crise de 2008 é um momento fundamental para o aumento da importância do BNDES na política macroeconômica e na coordenação das diferentes atividades, bem como impulsiona as cadeias logística-energia-automobilística e, em razão do lugar do rural na produção de insumos, a cadeia agroindustrial.

Nesse sentido, as mudanças mais significativas do governo Lula não foram exatamente inaugurar o intervencionismo, nem mesmo direcionar o apoio à cadeia mercantil da logística; na realidade ele prolonga e aprofunda uma tendência de um intervencionismo concentrador, fortalecendo o papel das cadeias da indústria logística-automobilística, mas deslocando dentro das mesmas o apoio setorial. Foi a crise mundial que alavancou os investimentos e o crédito e, nesse sentido, não se pode desconsiderar a importância do papel do sistema mundial e do deslocamento de capitais dos países do centro para os chamados Brics, de forma que tais países fizeram parte de uma estratégia de amortização dos efeitos da crise mundial. (Ferreira, 2015)

Esse movimento consolida ainda mais a aliança “motor-soja-biomassa”. Essa situação fortaleceu o regime de acumulação industrialista-financeirizador, em grande parte devido às mudanças tecnológicas e pela política econômica adotada pelo governo Lula. No entanto, as medidas anticíclicas, de estímulo à demanda interna (keynesianas), se fizeram dentro de um quadro de financeirização e manutenção da apropriação do valor do trabalho produzido no país.

O encaminhamento dado pela central diante da crise foi a tentativa de aprofundar políticas de tipo keynesianas, beneficiando setores da cadeia logística automobilística, no sentido de que as principais medidas tomadas pelo governo foram de estímulo à demanda, que consistiu em corte de impostos, no âmbito federal, o IPI, como a desoneração da folha de pagamento. Essa situação aprofundou a aliança entre a CUT e os setores da burguesia industrial e destes com o Estado, mantendo assim a política de favorecimento de uma pequena fração da classe trabalhadora, vinculada ao setor automobilístico e de energia. Outra medida que a central tentou implementar foi em relação à composição do Conselho Monetário Nacional e a redução da taxa de juros do Banco Central, contando com apoio de representantes do setor industrial.

Nesse sentido, a CUT não rompeu ou traiu sua ideologia; na verdade, procurou adequar a sua ideologia industrialista-desenvolvimentista à manutenção da fração dirigente da central, dos operários qualificados e formais e seus sindicatos, nesse caso os metalúrgicos, principalmente do ABC e das montadoras, e do setor de energia, principalmente vinculado à Petrobras, que aderiram ao pacto de crescimento de um novo regime industrial, em

transformação desde o governo Collor.<sup>51</sup> Como afirmamos, as mudanças nos setores da indústria e da agricultura, bem como as políticas econômicas defendidas pelos grupos profissionais, foram determinantes para a construção e o apoio da política econômica geral que levou a esse modelo de acumulação/desenvolvimento industrialista-financeirizador.

Dessa maneira, o saber técnico do operário metalúrgico é só saber da produção toyotista, que exige comprometimento do operário em relação à própria empresa, ou seja, a eliminação de postos de gerência para que a própria gestão do trabalho seja realizada pelo operário. Dessa maneira, o toyotismo estimulou o sindicalismo de empresa. A produção desse saber técnico de chão de fábrica que incorporou as novas máximas da gestão capitalista do trabalho foi usado para fortalecer o saber sindical do sindicalismo propositivo, na medida em que a elite dirigente passou a defender as mesmas proposições dos empresários em termos da necessidade de aumento da competitividade por meio da “inovação”, “criatividade”, “qualificação da mão-de-obra” e ganho de produtividade, com adoção de novas tecnologias, como demonstra a fala do dirigente metalúrgico e cutista Sergio Nobre em defesa de uma indústria “forte e inovadora”.

**Tabela 50. Evolução Emprego x Produtividade carros Flex-Fuel**

Ano	Produção	Emprego	Produtividade	Etanol	Flex Fuel		
					Auto	Com. Leves	Total
1989	1013756			345663			
1990	914466	117396		71523			
1991	960219	109428		128857			
1992	1073861	105664		163127			
1993	1391435	106738		227684			
1994	1581389	107134		120177			
1995	1629008	104614		32628			
1996	1804328	101857		6373			
1997	2069703	104941		1075			
1998	1586291	87311	16,4	1188			
1999	1356714	82799	15,6	10197			
2000	1691240	83510	19,2	9428			
2001	1817116	83299	20,1	15406			
2002	1791116	78439	20,8	48022			
2003	1827038	77654	21,7	31728	39853	9411	49264
2004	2317227	87466	24,3	49796	282710	49797	332507
2005	2530840	90235	26,1	27871	820791	60150	880941
2006	2612329	92792	25,9	339	1291913	100142	1392055
2007	2980108	103706	27,2		1764494	172437	1936931
2008	3215976	109999	27,7		2026768	216880	2243648
2009	3182617	105425	29,2		2298942	242211	2541153
2010	3640000	118023	28,7		2311721	315390	2627111
2011	3446329	125299	27,2		2215548	335234	2550782
2012	3432249	126492	27,1		2418397	313663	2732060

Fonte: CNM-CUT (2015) – Anuário ANFAVEA (2014)

Elaboração Própria.

<sup>51</sup> Governo Collor acelera o processo de abertura comercial, que transforma, por exemplo, toda cadeia têxtil brasileira. No nosso trabalho “Resistência e Colaboração na Reestruturação Produtiva de Nova Friburgo” tem um retrato local desse processo.

A tabela acima demonstra a diminuição do número de emprego de 1990 até 2003, quando esse número volta a crescer. Importante destacar o aumento de produtividade e de produção de carros flex-fuel. Tal situação está vinculada à produção do próprio saber e experiência dentro da fábrica. Como aponta Gurvitch (1969), como o saber da fábrica é em primeiro lugar técnico, a junção desse conhecimento, da produção do consentimento no interior da indústria, com o conhecimento político da classe direcionada para conciliação de interesses de classes e não de cisão, levou amplos setores das bases operárias a defender estes tipos de acordo, favorecendo assim o subsector industrial ao qual estavam vinculados. Abaixo podemos observar a média salarial do setor automotivo.

TABELA 51. Salário setor automotivo.

	Função	Salário
Montadora	Produção	R\$ 4.241,23
	Administrativo	R\$ 7.017,92
	Cargos de liderança	R\$ 12.357,46
	Pesquisa e desenvolvimento	R\$ 7.800,58
	Logística	R\$ 3.470,57;
	Serviços diversos	R\$ 4.116,72
Autopeças	Autopeças produção	R\$ 2.415,35;
	Administrativo	R\$ 3.879,46
	Cargos de liderança	R\$ 8.769,9
	Pesquisa e desenvolvimento	R\$ 4.624,09
	Logística	R\$ 1.805,08
	Serviços diversos	R\$ 1.673,10

FONTE: CNM-CUT (2015). Elaboração própria.

Ainda segundo o DIEESE, o ramo tem uma baixa rotatividade, sendo que o setor automotivo tem uma taxa ainda mais baixa de rotatividade da força de trabalho. Segundo a própria CNM-CUT (2015):

As baixas taxas de rotatividade nas montadoras estão relacionadas a três importantes aspectos: a consolidação da organização no local de trabalho; a utilização de instrumentos diversificados de manutenção do emprego em períodos de crise ou oscilações da produção; e a especialização necessária para o cumprimento de determinadas tarefas e/ou ocupações, o que implica maior dificuldade para a empresa encontrar, com certa rapidez, substitutos/as no mercado de trabalho.

A mudança internacional, a crise econômica interna com aumento do exército industrial de reserva, a adoção de uma política negocial por parte de SM-ABC e da CUT, vão

enfraquecer o grupo operário e possibilitar com isso a implementação completa do toyotismo e de medidas inovadoras, que são também incorporadas pelo subgrupo operário (Gorz, 2001, Castoriadis, 1985) Ao mesmo tempo, o grupo dirigente, influenciado pela ideologia industrialista e tecnicista combinada à estratégia sindical social-democrata, passa a negociar com os capitalistas em termos do próprio desenvolvimento capitalista.

Assim, a pauta da defesa da indústria nacional foi fundamental para a unificação das centrais, mesmo as cisões da CUT, e de grupos operários do setor metalúrgico como vinculados, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José do Campos – SP e da Conlutas.<sup>52</sup> Ou seja, o industrialismo unificou capital e trabalho.

#### **4.2 - A CUT e a política de desenvolvimento: a aliança indústria-agricultura mediada pelo Estado**

Durante o período da crise, o BNDES aumentou o desembolso no setor industrial de R\$ 3,9 bilhões de reais em 2007 para R\$ 4,6 bilhões em 2013. Como observa OFFE (1989), as associações empresariais e de investidores não necessitam de grandes mobilizações e discussões para conseguirem pressionar governos, ao contrário, a simples manifestação de suas posições e interesses já basta, devido ao poder social dos capitalistas. Nesse processo de aliança entre CUT, CNM, SM-ABC e associações empresariais, como ABIMAQ, o fortalecimento das posições capitalistas avança rapidamente, ao contrário do discurso sindicalista e partidário, e da base de apoio social do governo, de que estão em meio a uma disputa dentro do Estado.

As políticas macroeconômicas do governo Lula se mantiveram dentro do quadro da hegemonia neoliberal. As escolhas políticas e as alianças estabelecidas caminham para a construção de um regime de acumulação financeiro-industrializador com base nas alianças mediadas pelo Estado. As políticas setoriais dentro desse quadro tenderam a ampliar esse modelo, sem reverter as políticas de desenvolvimento do capitalismo dentro dos marcos hegemônicos atuais. A ação da CUT, por sua vez, ajudou a solidificar uma pactuação entre diversos interesses, que retirou a perspectiva de luta de classe, favorecendo assim as políticas de cariz neocorporativo. (Alves, 2001)

Nesse sentido, as políticas setoriais e as medidas destinadas à indústria, por exemplo, são fruto das pressões da classe dominante, por meio de suas organizações, personalidades, intelectuais e centros de pesquisa, e das pressões dos trabalhadores por meio das centrais sindicais, como, no caso, a CUT. Destituído do elemento classista, a participação nas esferas estatais, como no CDES, possibilitou o entendimento da central com os setores burgueses e o contínuo entendimento de uma agenda comum, que se efetivou de fato durante a crise econômica de 2008. Como visto acima, os entendimentos e as demandas comuns entre os órgãos patronais e a CUT se desenvolvem e se consolidam em ações e reivindicações comuns. No âmbito do CDES foi possível perceber as proposições comuns. A construção e o apoio à política setorial da indústria são parte também desse entendimento.

A adaptação aos novos espaços e a constituição aos novos saberes é continuamente defendida pelos dirigentes sindicais. Nas falas dos conselheiros no CDES, isso era bem demarcado, sendo também fruto de observação do próprio presidente Lula. Essa prática era

---

<sup>52</sup> Desde o Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT) em 2006, a Conlutas passou a defender a política de unidade “unidade de ação” com a CUT. Tal política se acentuou com o advento da crise econômica de 2008 e se materializou na política definida no congresso de 2008.

ainda reforçada quando o setor capitalista criticava o comportamento dos dirigentes sindicais nestes fóruns. A manifestação do dirigente sindical cutista é taxativa:

Hoje a CUT está com seus trinta anos, **nós não ficamos só na reivindicação**. A CUT é uma central que continua avançando no sentido de formular políticas. **Formular as políticas públicas, formular proposta em várias áreas, portanto, então, não é uma central que ficou só reivindicando**, e nós poderíamos, enquanto central sindical, ter contribuído muito para esse debate de política industrial. Hoje, as experiências que a gente tem no setor da indústria, especialmente na indústria de transformação [...], a CUT acumulou muito ao longo desses anos. (TONI, 2013)

O sistema cognitivo e as formas organizativas do sindicalismo propositivo de origem social-democrata permitem o entendimento entre as classes e não sua cisão, procurando assim pontos comuns entre as classes mediados pelo Estado. Interessante notar o balanço negativo que o DIEESE, em 2008, fez dos resultados das políticas industriais, como PITCE, e das relações entre trabalhadores, empresário e Estado:

[a] PITCE não obteve o resultado esperado quando de seu lançamento. **Não conseguiu articular as diversas instâncias públicas que concorreriam com seu êxito e, também, por sua timidez e pouca abrangência, não empolgou a iniciativa privada**. Seu legado foi a instituição de alguns marcos legais que favoreceram restritos setores da economia e a criação de linhas de créditos do BNDES para esses mesmos setores. Portanto, medidas pontuais que, dadas suas limitadas abrangências, não devem ser caracterizadas como política industrial, conforme a pretensão do governo àquela época [...]. (NOTA TÉCNICA, 2008)

Continua:

Nessas tentativas de se organizar uma política industrial, a despeito dos esforços do MDIC e/ou do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), as iniciativas esbarravam, invariavelmente, na lógica da política econômica comandada pelo Ministério da Fazenda e pelo BACEN [...] os pressupostos que garantem o equilíbrio macroeconômico do país não serão sacrificados. Nos últimos anos, desde a implantação do Plano Real, em 1995, a estabilização da economia sempre foi preservada, muito embora houvesse vozes dentro do governo que discordassem da rigidez da política monetária para obtê-la. Nada garante que desta vez será diferente [...] há disputas políticas dentro do governo e pontos de vista conflitantes. Mesmo que os coordenadores da PDP e parcela do empresariado, da sociedade e mesmo do Movimento Sindical enxerguem na presente proposta de política industrial uma oportunidade real de desenvolvimento sustentado, [...] a estabilidade é prioridade zero. (Nota Técnica, 2008)

É enfatizado o descontentamento também das frações do empresariado interessadas no plano. No entanto, o próprio documento do DIEESE reconhece explicitamente a PDP como um avanço institucional em relação à PITCE, ainda que registre abertamente a dificuldade de harmonização entre a política industrial e a política macroeconômica, fruto em parte das alianças promovidas pelo PT para constituir o Bloco no Poder. No entanto, a principal reclamação do órgão é sobre a necessidade de ampliação dos espaços tripartites e da qualidade que ocorre no CDES. Vejamos:

Há que se registrar, também, a ausência dos trabalhadores nas várias etapas do plano. Eles sequer aparecem como simples destinatários de alguma das metas

estabelecidas. A parceria do setor privado com o setor público, fundamental para a concretização da PDP, segundo seus formuladores, restringe-se ao capital. Temas como metas de emprego, renda, saúde e segurança, ganhos de produtividade, formas de contratação e outros aspectos caros aos trabalhadores não fazem parte explícita da formulação da PDP. Não há previsão da participação direta dos trabalhadores e de suas entidades representativas **fortalecendo o diálogo social** como instrumento de implementação do plano. Essa postura causa certa estranheza, uma vez que as discussões tripartites sobre assuntos dessa natureza têm sido mais do que uma rotina, mas uma orientação política importante do atual governo. (Nota Técnica, 2008)

O PDP previa a participação de trabalhadores, mas não de forma paritária, assim como no conjunto dos outros conselhos. No CNDI a representação de trabalhadores não chegava à 10% do colegiado. A CUT manteve o teor das críticas às políticas industriais e passou a se articular, como vimos acima, com os setores burgueses, para implementação de medidas que favorecerem a indústria e, principal e indiretamente, o subgrupo operário dos metalúrgicos do ABC e vinculados à CNM-CUT.

A principal crítica da central era à necessidade de melhorar a participação nos conselhos setoriais, como se deu na crítica da elaboração do “Plano Brasil Maior”, que foi lançado no governo Dilma Rousseff, em 2011. Ao mesmo tempo, a CUT se dedicou à articulação com a burguesia industrial no sentido de pressionar o governo para ampliação e remodelação de determinadas políticas.

Neste sentido, a política dos grupos dirigentes cutistas/petistas em prol da coalizão comandada pelo PT na gestão do Estado é retroalimentada pela demanda dos subgrupos, como os operários metalúrgicos, setores do servidorismo público federal e dos agricultores familiares com acesso ao PRONAF. Dessa forma, o governo tem procurado atender algumas demandas da central, bem como negar outras, com a central mantendo sua prática sindical de negociação do sindicalismo propositivo.

<b>Proposições da CUT adotado pelo Governo</b>	<b>Proposições da CUT não adotadas pelo Governo</b>
Política de Valorização do Salário-mínimo	Ampliação do CMN
Criação de Conselhos Tripartites e Bipartites	Redução da Jornada de Trabalho sem redução do salário
Adoção de Políticas Para Economia Solidária	Fim da Terceirização
Aumento de recursos para o PRONAF	Revisão do ITR
Política Industrial (redução de impostos, vinculação pesquisa e educação e indústria)	Revogar a Medida Provisória 2.183
PNE	Extinguir o Banco da Terra
Legalização das Centrais	Revisar a legislação que trata imóveis onde exista trabalho escravo, infantil ou de cultivos ilegais, visando o confisco integral para fins de reforma agrária
Criação da Conselho de Relações de Trabalho (2011)	Liberdade Sindical (Convenção 158 da OIT)
	Fim do superávit primário e da LRF

A ideologia industrialista se manifesta nos esforços da central para aprovação de determinadas políticas, como de valorização do salário-mínimo, ACE e política industrial; e aumento de recursos somente para o PRONAF, no caso da agricultura familiar, dentro dos limites das políticas creditícias.

Das três medidas destinadas à questão rural, uma é adotada pelo governo, que é o aumento de crédito para os agricultores familiares via PRONAF. Do ponto de vista de melhoria estrutural das condições de trabalho, como fim da terceirização e redução da jornada sem redução do salário, também nada é adotado.

Dessa forma, a CUT, assim como demonstram as análises do DIEESE, é um importante agente na construção e legitimação dos espaços tripartites, dentro da política traçada em suas instâncias de “democratização do Estado” e de construção de uma política industrial nacional. Assim, foi também quando concordou e passou a participar do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Este órgão colegiado foi criado pela Lei Nº 11.080, de 30 de dezembro de 2004, e regulamentado pelo Decreto Nº 5.353, de 24 de janeiro de 2005, e tem como atribuição propor ao presidente da República políticas nacionais e medidas específicas destinadas a promover o desenvolvimento industrial do país.

O Conselho é composto por quatorze membros da sociedade civil, indicados pelo presidente da República, treze ministros de Estado e o presidente do BNDES. É presidido pelo ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O CNDI delibera mediante resoluções, por maioria simples, obedecendo ao quórum mínimo de 13 de seus membros, cabendo ao presidente o voto de qualidade. Quando deliberar *ad referendum* do Conselho, o presidente submeterá a decisão ao colegiado na primeira reunião que se seguirá aquela deliberação. No período entre 2005 e 2007, foram realizadas 14 reuniões (12 ordinárias e duas extraordinárias). Em 2011, o Conselho retoma suas atividades na qualidade de órgão de aconselhamento superior do Plano Brasil Maior. Cabe ao CNDI estabelecer as orientações estratégicas gerais do Plano, que subsidiarão as atividades do Sistema de Gestão, no âmbito de suas atribuições e conforme sua legislação.

O CNDI funcionou como uma instância de coordenação intragovernamental, de acomodação de interesses e cooperação público-privada. Segundo Toni (2013), o “surgimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI)<sup>53</sup> em 2004 representou uma alteração no equilíbrio estável das relações institucionais da política industrial brasileira. Desde os anos 1970, não se tinha notícia de um colegiado com características semelhantes”.

Segundo Toni (2013), “a dinâmica destas intervenções sugere que o CNDI, além de estimular a coordenação interna dentro do governo, possuía um papel proativo na construção de outras estruturas de governança pública e privada relacionadas à gestão da política industrial”.

Importante destacar que, desde 2002, o IEDI e a FIESP, assim como a CNI, através de

---

<sup>53</sup> Atuais conselheiros: Décio da Silva (presidente do Conselho de Administração da Weg), Frederico Fleury Curado (presidente da Embraer), Hélio Bruck Rotenberg (presidente da Positivo Informática), Jorge Gerdau Johannpeter (presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau), Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues (presidente da Magazine Luiza), Paulo Gilberto Fernandes Tigre (vice-presidente da CNI), Robson Braga de Andrade (presidente da CNI), Cledorvino Belini (presidente do Grupo Fiat Chrysler), Danilo Pereira da Silva (presidente da Força Sindical), José Calixto Ramos (presidente da CNTI), Laércio Cosentino (presidente da TOTVS), Murilo Ferreira (presidente da Vale), Nivaldo Santana Silva (vice-presidente Nacional da CTB), Pedro Luiz Barreiros Passos (copresidente do Conselho de Administração da Natura), Reginaldo Braga Arcuri (presidente Executivo do Grupo Farma Brasil), Ricardo Patah (presidente da UGT), Rubens Ometto Silveira Mello (presidente da Cosan) e **Vagner Freitas de Moraes (presidente da CUT)**.

suas assessorias econômicas, sugeriram uma série de temas típicos ao debate da estabilização econômica com crescimento: retomada das exportações, os juros altos inibindo o crédito, o problema da inovação nas empresas, a desindustrialização pelo câmbio supervalorizado etc. Neste sentido, a construção da aliança política com as frações burguesas avançou na medida em que políticas setoriais foram sendo adotadas, gerando com isso uma agenda comum com CUT, SM-ABC e CNM-CUT em torno da questão da “desindustrialização” da economia nacional.<sup>54</sup> É sintomático que, apesar das críticas a PDP, lançada em 2008, contou com a presença e apoio das organizações burguesas e das organizações de trabalhadores.

Por sua vez, através do CNDI, o Estado organiza as agendas, convoca as organizações e legitima as instâncias, procurando com isso aumentar a coesão em torno das propostas. Assim, o CNDI teve esse papel na revisão da engenharia institucional de suporte à formulação, execução e acompanhamento da política industrial (à época, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE); na edição da MP 255 (“MP do Bem”, cujo grande foco foi a desoneração da atividade produtiva); na publicação do Decreto 5.563 de 11/10/2005, que regulamenta a Lei de Incentivos Fiscais à Inovação; na elaboração e aprovação de propostas preliminares de desoneração da cesta básica e da construção civil; na formulação de estratégia integrada em Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs para o Brasil; na construção de propostas para o melhor aproveitamento de fundos governamentais para o desenvolvimento da indústria; no debate sobre infraestrutura e na estruturação da

---

<sup>54</sup> Segundo Toni (2013): Parte significativa dos empresários industriais imprimiram uma nova dinâmica de organização, por fora da estrutura corporativa, em associações de natureza setorial, para reivindicar reformas do governo ou simplesmente “grupos de opinião”, nos últimos vinte anos. No centro dos debates sempre esteve o tema da desindustrialização, ora articulado como uma demanda pública contra o chamado “custo Brasil”, ora denunciando a política econômica responsável pela desnacionalização e extinção de elos industriais vitimados pela concorrência externa. A relação entre o Estado e os empresários industriais no Brasil tem sido marcada por altos e baixos. Há relações de sinergia, mas também momentos de crise e conflito em conjunturas específicas, quando as políticas públicas sinalizam algum constrangimento para a atividade industrial. Tomando como referência estudos recentes (PEREIRA e DINIZ, 2009; DINIZ e BOSCHI, 2009), podemos definir no mínimo três grandes ciclos: o período dos anos 1990 caracterizado pela perda de poder político dos empresários e predomínio de políticas neoliberais, um segundo ciclo marcado pela ruptura do consenso liberal e retomada do protagonismo do empresariado e um terceiro ciclo iniciado com o governo Lula de retomada das políticas industriais ativas e uma nova repactuação entre Estado e empresários industriais.

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, o IEDI, por exemplo, produziu documentos propondo que o Estado retomasse um papel ativo no desenvolvimento, constituindo-se em exemplo de empreendedorismo coletivo empresarial. A FIESP, por outro lado, publicou um documento intitulado “Livre para crescer, proposta para um Brasil Moderno”, em 1990, onde defendia a estratégia geral do governo. Os empresários chegaram a formar uma coalizão de clara natureza lobista e de *advocacy* chamada “Ação Empresarial”, liderada por Jorge Gerdau, líder corporativo e empresário monopolista na cadeia siderúrgica.

Nesta época, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), dirigida por Fernando Bezerra, também fazia coro às políticas do governo Cardoso (1995-2002), o que era um incentivo para manifestações fora dos quadros do sindicalismo patronal.

Em 1998, acontece a primeira grande crise após a implantação do Plano Real, de 1994. Naquele ano houve uma desvalorização cambial profunda com fortes impactos sobre a política de exportações industriais. Paralelamente, o IEDI retoma o viés de defesa de uma política industrial ativa. Pesou nesta retomada de posições, a liderança de Julio Almeida, professor de Economia da Unicamp, que recolocou nos debates da indústria, os temas macroeconômicos. Outra mudança significativa neste período foi a eleição para a direção da FIESP, Federação das Indústrias de São Paulo e poderoso centro de pressão e defesa de interesses do empresariado industrial, de Horácio Lafer Piva e na Confederação Nacional da Indústria, de Armando Monteiro, ambos empresários com forte viés nacionalista e sensibilidade para temas de maior universalidade, de interesse social mais geral.



Iniciativa Nacional de Inovação.<sup>55</sup>

Também foi dentro dessas instâncias que determinados arranjos e políticas foram construídas, como pode ser observado na fala do ministro Guido Mantega:

Existem várias dificuldades para estimular esse tipo de inovação, e certamente uma parte delas provém do fato de que nós **perdemos o hábito aqui no Brasil de fazer política industrial**, quer dizer, nós ficamos sem política industrial durante um bom tempo. Então, reativar a política industrial não é fácil, **a gente vai descobrindo o caminho das pedras**. Eu acho que está havendo uma reativação, nós ainda não conseguimos na velocidade desejável, mas certamente existem problemas distintos que devem ser resolvidos, um é a questão tributária, para você estimular um setor que exige uma nova tecnologia e existe uma ousadia do investidor, é claro que você precisa baixar a tributação. Outra coisa é você fazer investimento de risco, então nós precisamos certamente de venture capital [...] (Guido Mantega, Transcrição da 6ª reunião ordinária do CNDI em 07 dez. 2005, p. 62). Toni, 2013 Grifo do autor.

Mais do que determinar a política pública, que é fruto de uma série de combinações, desde a mediação dos partidos, sindicatos dentro de um campo de regras e normas estabelecidas, até a presença dos lobbies e relações informais em relação com o contexto político-econômico nacional e internacional e das institucionalidades criadas e consolidadas, a participação cutista legitima o espaço e faz parte da manutenção e legitimação da sua participação e, em certa medida, do PT no Bloco no Poder. No caso do setor automotivo, sua participação e pressão foi importante para a adoção das políticas adotadas pelo governo federal e apoiadas pela burguesia do setor.

No caso do setor sucro-alcooleiro, como observa Teixeira (2013), a década de 1990 foi de reestruturação produtiva do setor, se adequando aos novos modelos de organização e gestão industrial, na medida em que no governo Collor, até o início do segundo governo FHC, havia uma desestruturação das políticas setoriais da agricultura. Assim, durante toda a década de 90 e início dos anos 2000, temos um setor que passa a vivenciar suas primeiras experiências com gestão focada em diminuição de custos, em inovações e na adoção de estratégias empresariais inspiradas em grandes firmas estrangeiras.

Novos personagens até então minoritários no setor, como as grandes traders e empresas multi e transnacionais, passam a ampliar significativamente sua participação na matriz sucroalcooleira nacional. ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus e Tereos compõem algumas das grandes traders transnacionais, seguidas de empresas até então forâneas à atividade, como a Odebrecht e a Petrobras, que cria neste contexto a empresa Petrobras Biocombustíveis (Pbio) (Teixeira, 2013).

O Complexo sucroalcooleiro foi o segundo que mais cresceu na participação de exportação no período até 2008. Segundo Delgado (2012), o que fica evidente nos anos 2000 é o relançamento de alguns complexos agroindustriais, da grande propriedade fundiária e de determinadas políticas de Estado, tornando-se viável um peculiar projeto de acumulação de capital, para o qual o essencial é a captura da renda da terra, conjuntamente com a lucratividade dos capitais consorciados do agronegócio. Neste sentido, é importante notar que o “açúcar é uma das *commodities* internacionais com maior ascendência da cotação internacional, ficando atrás apenas do óleo de girassol, do petróleo e do óleo de soja”.

<sup>55</sup> Segundo Toni (2013), a proposta de desoneração fiscal do setor da construção civil foi apresentada pelo empresário Jorge Gerdau e pelo presidente da ong Movimento Brasil Competitivo, Fernando Matos. Também foi a ABDI que elaborou a proposta do Sistema Nacional de Inovação baseado na National Innovation Initiative desenvolvida pela Council of Competitiveness, uma organização civil estadunidense.

(IOS,2014)

Do ponto de vista do trabalho, o setor sucroalcooleiro é um dos que mais registram incidência de trabalho escravo no Brasil, além de ter uma jornada de trabalho diária estafante e com baixos salários, principalmente se comparados ao ramo metalúrgico e ao segmento automotivo.

Outro ponto destacado por Teixeira (2013) é a participação do setor financeiro através de fundos de investimentos, fundos de pensão, petroleiras e *holdings* na nova configuração do setor sucroalcooleiro como Gávea Investimentos, Tarpon Investimentos, Adeco Agro (George Soros), Brenco, Infinty BioEnergy (Marrill Lynch, Stark e Och-ZIFF Management, Kidd & Company), AgroErg (Roberto Rodrigues), Clean Energy Brazil, Fundo Terra Viva (DGF Investimentos, BNDESPar, FINEP, PREVI, PETROS, BANESPREV, Fundo de Previdência Santander, Fundação Itaipú. Bradi Kazan). O BNDESPar investiu nas empresas São Martinho, LDC-Sev e Brenco.

Nesse sentido, o setor sucroalcooleiro se desenvolve sendo determinado pelo novo regime industrialista financeirizador. Para que isso ocorresse, foram importantes duas mudanças significativas para o cenário sucroalcooleiro nacional: a produção de carros com sistema flex-fluel, fruto de inovação tecnológica e da indústria de semicondutores controlada pelos países centrais, e a consolidação gradual de um mercado externo de etanol, incentivado pelo governo, em consonância tanto com grupos operários e seus sindicatos quanto pelos representantes do setor.

Ao mesmo tempo em que há todo um esforço estatal com apoio da UNICA e de grande parte do agronegócio para o desenvolvimento e consolidação do segmento, a CUT e UNICA no final do segundo governo Lula comandam um fórum tripartite, a Mesa Nacional de Diálogo, para estabelecer um acordo coletivo entre as empresas do setor e os trabalhadores da cana. Neste sentido, a proposta fundamental é viabilizar cada vez mais a integração as cadeias globais de valor.<sup>56</sup>

O estabelecimento do compromisso nacional da cana-de-açúcar, como observa Teixeira (2013), tem um direcionamento muito mais de cima, da própria CUT, do que da organização de trabalhadores da cana de São Paulo, no caso a FERAESP. Nesse sentido, essa questão também é percebida por alguns dirigentes dos sindicatos locais, que são dirigentes da FERAESP, que percebem a orientação da CUT e de seu grupo dirigente, política e socialmente, no caso, os metalúrgicos, particularmente do segmento automotivo. O próprio dirigente do STR de Wenceslau Braz indicou que o abandono da luta pela terra tem em grande parte a ver com a aliança entre o setor automotivo e o setor sucroenergético. Esta situação é percebida na medida em que a assinatura do compromisso da cana é uma política de institucionalização de grupos de interesses (OFFE, 1988) dentro de um processo tanto de estatização (Bakunin, 2003) como de incorporação da ideologia industrialista.

Dessa maneira, a atuação da CUT foi de propor e criar ambientes institucionais que favoreceram o crescimento econômico e o desenvolvimento do capitalismo com base nessas determinações, como no caso da política industrial para o setor automotivo e da política de acordo nacional da cana-de-açúcar, favorecendo o setor sucroalcooleiro. No caso do setor automotivo, essa política atendeu às bases sociais, aumentando os postos de trabalho, dando origem também ao ACE. No caso do setor sucroalcooleiro, permitiu o início de uma inserção de uma cadeia global de valor com base no setor, que também permitiu, após a reestruturação

---

<sup>56</sup> Para um acompanhamento mais detalhado sobre o Compromisso Nacional da Cana-de-Açúcar, ver a dissertação de mestrado de Teixeira (2013).

do setor sucroalcooleiro, como observou Teixeira (2013), uma centralização de capital e uma completa articulação entre o setor energético e logístico, os principais beneficiários das políticas estatais. É ainda importante destacar que um dos principais personagens envolvidos nessa “difusão positiva” da matriz energética nacional foi a UNICA, que se projetava mundialmente, às vezes em viagens sob a companhia do presidente Lula e de um corpo de diplomatas brasileiros. (Teixeira, 2013) Neste sentido, podemos perceber uma permanência da aliança entre Estado e grupos de origem nacional e internacional como uma marca do desenvolvimento capitalista.

No caso do compromisso da cana-de-açúcar, tanto a CUT como a UNICA tiveram relações e interlocuções técnicas e políticas com o governo. A CUT também contou com diversos de seus quadros dentro da Secretaria-Geral da Presidência (SGPR), articulando diretamente o Compromisso Nacional. (Teixeira, 2013)

Dessa maneira, a política da CUT e de seus ex-dirigentes é apostar nos caminhos trilhados por outros grupos operários e sindicatos, assumindo um processo de proposição e de negociação das relações de trabalho via Estado que, em geral, desfavorece os trabalhadores. Esse processo realizado por meio dos acordos tripartites faz parte do sindicalismo de negociação atualmente defendido pela central.

Assim, a CUT propõe resolver os conflitos trabalhistas por meio de acordo tripartites, que, na prática, como visto acima, mudam muito pouco a realidade dos trabalhadores da cana-de-açúcar; na verdade, servem mais para garantir selo de produto com responsabilidade empresarial e de boa governança, permitindo maiores aportes financeiros e de captação de recursos com selo de responsabilidade socioambiental.

Cabe ainda destacar que a própria chamada “agricultura familiar” foi historicamente um componente fundamental do desenvolvimento capitalista, capaz de garantir segurança de abastecimento alimentar, garantia de estabilidade de poder político e diminuição relativa dos custos de mão-de-obra nos países centrais. (VEIGA, 2007; ABRAMOVAY, 2007) Tendo sido um meio importante para o Estado garantir a segurança alimentar, integrar a indústria-agricultura e transformar, em geral, os camponeses em agricultores especializados. Portanto, não existe em si uma contraposição entre modernização agrícola e a chamada agricultura familiar, que fez parte historicamente do modelo social-democrata. Destacamos que a “política agrícola contemporânea compõe-se de um compromisso entre a manutenção de um piso mínimo para a renda agrícola e, ao mesmo tempo, de controle sobre os preços alimentares”. (Abramovay, 2007) A ação do Estado na agricultura familiar tem sido, como na União Europeia e nos Estados Unidos, de produzir alimentos baratos, diminuindo os gastos da reprodução da força de trabalho e realizando a articulação entre setores da agricultura e da indústria. Segundo Delgado (2001),

a intervenção do Estado na agricultura tem uma longa tradição – tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento – e seu objetivo fundamental tem sido regular os mercados agrícolas, garantindo preços e rendas para os agricultores, e estimular a produção doméstica, de modo que o abastecimento alimentar, especialmente urbano, não seja comprometido pela escassez de produtos e por preços internos muito elevados.

Do ponto de vista da intervenção do Estado, podemos destacar dois tipos de política econômica fundamental: a política macroeconômica e a política setorial. A política macro é composta da combinação da política fiscal, monetária, comercial e cambial e a política setorial refere-se à política econômica formada com objetivo de influenciar diretamente o

comportamento econômico-social de um setor específico. Em relação à agricultura, podem-se mencionar três tipos principais de política econômica setorial: a agrícola, a agrária e a política diferenciada de desenvolvimento rural. A política agrícola engloba tanto as políticas de mercado (preço, comercialização e crédito) como estruturais (fiscal, de pesquisa tecnológica e de extensão rural, de infraestrutura e de recursos naturais e ambientais).

Assim, em uma economia mercantilizada e integrada no processo de agroindustrialização, a política agrícola condiciona e regulariza as relações de preços de produtos e fatores (terra/recursos naturais, mão-de-obra, meios técnicos e financeiros de produção), as condições de comercialização e de financiamento, os incentivos e subsídios fiscais concedidos, o padrão tecnológico adotado e influencia decisivamente o grau de integração intersetorial e de internacionalização da agricultura. A política agrícola é setorial, calcada em instrumentos específicos, e que se distingue claramente da política macroeconômica geral, a qual ela está subordinada. Nesse sentido, a ação política sindical prioritária passa a ser a demanda por créditos públicos e a conquista de assentos em esferas estatais, sendo a política de reforma agrária secundarizada e mesmo deixada de lado, tendo em vista a ação de movimentos sociais como o MST. A vitória do PT em 2002 aprofundou as políticas neocorporativas que se desenvolviam no interior da central e do sindicalismo operário e rural e se consolidam nas proposições do CONCUR de 2003. Apesar do apoio dos movimentos sociais e sindical,

o governo que tomou posse foi um governo de coalizão com alguns setores conservadores, tanto na composição ministerial como na bancada de apoio no Congresso, e que, além dos compromissos de campanha assumidos na Carta ao Povo Brasileiro, manteve uma política macroeconômica não muito distante, com exceções importantes (como o reforço do papel do Estado na economia, um maior controle da abertura externa, a revalorização das empresas estatais e a recusa em dar continuidade às privatizações) ao receituário neoliberal dominante. (CONCUR, 2009)

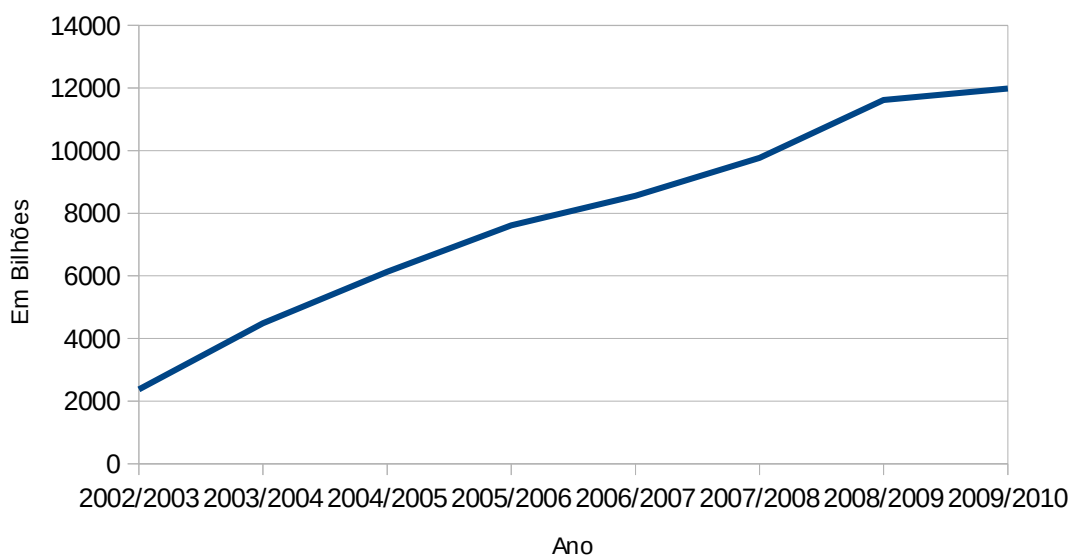
Como vimos, as ações da CUT passaram a se concentrar em pressões parlamentares e sugestões de medidas para adequação do Estado e das políticas públicas, além da criação de esferas estatais de participação de movimentos sociais, sindicatos, ongs e outros tipos de associação, entendidos como “democratização” do Estado burguês. Seu quadro de aliança na conjuntura da crise se estendeu para os setores burgueses de origem industrial, como a ABIMAQ.

Em relação à política agrária, o MDA criou o Programa Nacional de Crédito Fundiário, responsável pela gestão dos recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. (PEREIRA, 2004) Dentro deste contexto, e do histórico institucional da divisão dos ministérios que tratam especificamente da agricultura, o MDA passou a ser a principal agência de interlocução e pressão dentro do governo federal. Neste sentido, para o público do MDA, aprimoraram-se e multiplicaram-se os instrumentos de políticas públicas. Aumentaram as categorias beneficiadas pelo PRONAF, incluindo faixas específicas para quilombolas, ribeirinhos, jovens e mulheres. Também foram criados programas específicos por sistema produtivo (agroecologia, extrativismo, agrofloresta), para estímulo a novas atividades, tais como turismo, integração de cota-parte em cooperativas, pesca e plantas medicinais, ou programas de recorte geográfico, como as ações por territórios. Além disso, foram criados outros programas como: Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PAA e PNAE), Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de

Territórios Rurais (PRONAT) e Programa Território da Cidadania (PTC).

Dentro desse contexto, houve um significativo aumento das verbas do PRONAF durante todo o período do governo Lula, subindo de R\$ 2.375,5 bilhões, no ano de 2002/2003 para R\$ 11.982,1 bilhões no ano de 2009/2010.

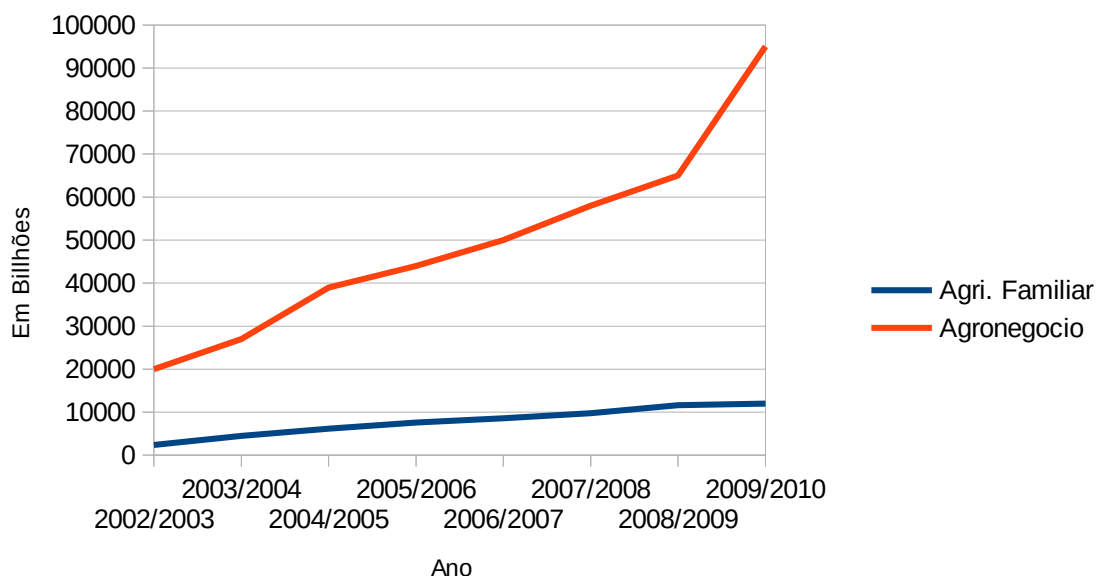
**GRÁFICO 7. Evolução dos recursos destinados ao PRONAF.**



FONTE: DIEESE/NEAD/MDA (2011) – Estatísticas do Meio Rural  
Elaboração própria

Também é importante destacar que o volume de recursos comparado ao setor do agronegócio é bem menor, mas da mesma maneira ocorreu uma grande evolução no período do governo Lula, saltando de R\$ 20 bilhões em 2003 para R\$ 95 bilhões em 2010, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

**GRÁFICO 8 Evolução recursos agronegócio e agric. Familiar.**



Fonte: MAPA/SPA/DEAGRI  
Elaboração própria

Dessa maneira, foi ampliada a política creditícia para os dois setores, bem como a criação de outros programas e formas de assistência, como Programa de Garantia de Preço Mínimo (PGPM), Assistência Técnica e Extensão Rural, Seguro da Agricultura Familiar, Programa Garantia-Safra e Programa de Garantia de Preços à Agricultura Familiar. Além disso, a manutenção da economia política do governo anterior foi combinada com políticas públicas focais às camadas mais empobrecidas dos trabalhadores e trabalhadoras, que passou a ser um alvo prioritário das políticas petistas, bem como a extensão e criação de políticas setoriais para o agronegócio e a indústria, entre elas a automotiva, que ganharam grande proporção, principalmente com a crise econômica de 2008. A CUT manteve uma ação em defesa de uma política industrialista de benefício a um restrito grupo operário, subordinando a política de reforma agrária amplamente defendida por setores da própria central, mas historicamente vinculados ao MST e à Pastoral da Terra, que foram “constituídas na perspectiva de uma mística edênica e alimentadas pelo complemento de uma ideologia milenarista da luta de classe, que libertaria o povo para o retorno ao paraíso, agora um paraíso político” (Martins, 2011)

Em relação à reforma agrária, no início do governo Lula havia uma disputa entre duas concepções diferentes de reforma agrária: i) uma da Secretaria Agrária do partido, que entende a reforma agrária como política social compensatória auxiliar do Programa Fome Zero. Trata-se pois, da concepção de reforma agrária como política social, idêntica àquela praticada no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). ii) uma outra concepção de reforma agrária é aquela dos movimentos socioterritoriais, que a vêem como política de desenvolvimento econômico, social e político, visando à soberania alimentar no país.<sup>57</sup>

De maneira geral, se seguiu a Reforma Agrária de Mercado iniciada na metade do primeiro governo FHC, devido, em grande parte, a conflitos fundiários, que foi continuada

<sup>57</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo U. Tragédia e Farsa, a compra de terras por estrangeiros. Le Monde Diplomatique, São Paulo, p. 16 - 17, 01 set. 2011.

pelo governo Lula através do II Plano Nacional de Reforma Agrária (2003-2007), uma demanda da CUT e do sindicalismo rural. A meta para novos assentamentos era implantar 550 mil, o governo assentou 163 mil famílias referentes a esta meta. Entretanto, não houve avanços significativos. Outra meta não cumprida foi em relação à regularização fundiária de 500 mil posses. Foi regularizada a situação de 113 mil famílias. (CARVALHO, 2010). O moderado PNRA não conseguiu atingir sequer as metas definidas pelo próprio ministério. No início do ano de 2008, a política oficial de reforma agrária garantida pelo II PNRA foi substituída pela regularização fundiária para os três últimos anos do segundo mandato. Importante destacar que foi o mesmo período de início da implementação do PAC com apoio da CUT.

Os programas de acesso à terra por meio de compra e venda da terra foram concebidos como mecanismos para diminuir os conflitos e combater a pobreza rural, pois as ações agrárias não eram vistas como parte do programa econômico, muito menos como uma questão política. (Sauer, 2010) O governo Lula criou o Programa Nacional de Crédito Fundiário, que manteve a linha de reforma agrária de mercado do governo anterior. Além disso, segundo Sauer (2010), esse programa levou ao endividamento crescente das famílias envolvidas.

Nos termos em que foi reestruturado, o Fundo de Terras deverá operar como um instrumento de longo prazo, sendo que as projeções estimam 30 anos de ação ininterrupta. Até 2010, o Fundo deverá receber anualmente cerca de R\$ 330 milhões do Tesouro Nacional e, a partir de 2012, já capitalizado pela aplicação no mercado financeiro e pelo pagamento das prestações dos mutuários, poderá devolver ao Tesouro parte dos recursos aportados (MDA, 2003). A reestruturação fortaleceu o Fundo de Terras, ao contrário das demandas congressuais da própria CUT. O resultado dos programas de “reforma agrária de mercado” é, além de uma disputa político-ideológica com os movimentos sociais agrários, um processo de endividamento crescente das famílias envolvidas.

Dessa maneira mesmo a perspectiva de uma reforma agrária de mercado se manteve no governo Lula. “Apesar dessas constatações, a investigação acabou resultando apenas em mudanças pontuais como, por exemplo, da denominação de Banco da Terra para Consolidação da Agricultura Familiar, voltando a ser implementado por meio de convênios com os estados (SAUER, 2006).”

Por outro lado, desde o início do mandato, em 2003, a política agrícola do governo Lula valorizou amplamente o agronegócio. É importante destacar que a combinação de mudança no âmbito regulatório, com a Lei Kandir, com o domínio da biotecnologia por grandes empresas transnacionais e políticas públicas de financiamento, que apoiaram o crescimento de grandes grupos estrangeiros, favoreceram a concentração, a reprimarização da pauta exportadora brasileira e a industrialização e financeirização da agricultura. Além disso, a formação das grandes cadeias de lojas de comercialização, como WallMart e Carrefour.

Segundo Wesz (2011),

no âmbito regulatório, a implementação da Lei Kandir provocou uma modificação no perfil das exportações brasileiras por meio de uma reprimarização da sua pauta, além de aproximar o processamento dos produtos agrícolas das áreas de cultivo pela cobrança de impostos no momento em que a safra de um Estado é beneficiada em outro. Na esfera tecnológica, o domínio da biotecnologia pelas grandes empresas transnacionais provocou uma alteração abrupta no padrão concorrencial do setor, pois permitiu às firmas uma maior integração entre diferentes setores (químico e agroalimentar, por exemplo), a redução dos custos produtivos e a ampliação dos níveis de ingresso financeiro.

Neste sentido, o sucesso da economia política do governo Lula está profundamente ligado a este setor. O aumento dos preços das commodities no cenário internacional, como a alta liquidez internacional e o crescimento chinês (Carcanholo, 2010), favoreceram o setor, majoritariamente exportador, e ajudaram o governo a equilibrar a conta corrente e o superávit primário.

É importante destacar ainda que o governo Lula continuou e ampliou a tendência de financiamento aos grandes grupos estrangeiros. Wesz (2011) afirma que

mais recentemente, em 2004, foi lançada a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que está sob a gestão do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e que conta com o BNDES como principal agente financiador. Um dos eixos deste instrumento é o sistema agroindustrial, voltado à modernização dos empreendimentos, ampliação das exportações, apoio às pequenas e médias empresas e melhoria logística e de infraestrutura (BNDES, 2010). Embora haja um movimento para apoiar as cooperativas médias nas vinculadas ao processamento da soja (especialmente aquelas ligadas ao biodiesel), também existe, de modo paralelo, um incentivo às grandes empresas nacionais e transnacionais. No ano de 2008, por exemplo, a Amaggi financiou R\$ 111,6 milhões pelo BNDES para a implementação da planta de esmagamento do grão em Lucas do Rio Verde (MT) e a Cargill, em 2009, adquiriu um empréstimo do mesmo banco, no valor de R\$ 164,9 milhões, para a construção da fábrica de processamento de soja em Primavera do Leste (MT)

Assim, o governo do PT criou uma aliança de apoio a sua política com a CUT e o setor do agronegócio. Esta aliança mantém a alta concentração fundiária, uma forte agricultura de exportação, a valorização da renda da terra e uma importante participação na produção de alimentos por parte da agricultura familiar, sem alterar sua posição subordinada nem aumentar sua área de produção. Por sua vez, o governo petista colocou em pauta ações políticas de crescimento e desenvolvimento econômico do capitalismo com base em exploração energética e vinculação às cadeias globais de valor, fortalecendo a aliança entre capital, neoliberal, e propriedade da terra.

Como afirma Moreno (2015),

o agronegócio brasileiro não se vê como um setor do “extrativismo”, mas como um complexo de cadeias de produção (os grãos, por exemplo, são resultado de valor agregado onde vários segmentos se envolvem na produção, do desenvolvimento de sementes e agroquímicos à tecnologia empregada no cultivo, colheita, distribuição etc.), que “fabrica comida” ou “proteína”, linguagem que vem sendo incorporada também nos discursos oficiais do governo. Como “proteína”, incluem-se ovos, carnes de produção industrial como gado, frango, porco, peixes e crustáceos e também a proteína de soja (lembrando que a soja, por sua vez, isolada ou combinada com o milho, é o componente básico das rações que alimentam as diversas cadeias de produção de carne).

Assim, a política de integração da agricultura familiar às cadeias produtivas é uma política de subordinação do campesinato ao capitalismo flexível e, por outro lado, é uma expressão da política social-democrata do pós-guerra, continuada pela CUT.

Por outro lado, o chamado “neodesenvolvimentismo” procurou desenvolver uma política de “*internacionalização de algumas empresas nacionais* em suas condições de competir como transnacionais no cenário global (e até integrar cadeias globais de valor)”. (Moreno, 2015) *Assim, favoreceram com linhas de crédito e financiamento para investimentos no exterior via BNDES, tal posição fortalecida pela política externa sul-sul de*



*aliança com a China*, enfatizando o relacionamento com seus vizinhos por meio de cooperação bilateral e da integração sul-americana. Em conjunto, essas ações integram uma visão para o Brasil e um projeto estratégico nacional que, nos processos regionais na América Latina, materializa o papel de liderança dos interesses do Brasil (ou o subimperialismo brasileiro, sob novas determinações) na orientação das grandes linhas de integração infraestrutural no continente, cuja carteira de projetos planejada originalmente sob a IIRSA se desenvolve hoje sob a COSIPLAN. (MORENO, 2015, ZIBECCHI, 2014)

Nesse contexto, como indica Moraes (2011), “*o governo Lula optou por frear o curso da política neoliberal, sem desconstruir o caminho inaugurado pelo modelo orientado pelas reformas pró-mercado*”, ao contrário, por exemplo, do governo Chavez, na Venezuela. O governo Lula orientou a adequação do país para a nova divisão internacional do trabalho, sem reverter o quadro do governo anterior. Durante o governo Lula, foi criada, na visão de Moraes (2011), o “Capitalismo Sindicalista de Conciliação”, uma vez que trabalhadores e burgueses apontaram sua ação política para a concertação mediada pelo Estado. Para Moraes (2014),

1. As medidas de flexibilização das leis trabalhistas realizadas sob o governo Cardoso foram renovadas pelo governo Lula, mostrando concordância com as mesmas. Isto é, este não as reverteu e, portanto, não retomou nem estabeleceu um novo projeto desenvolvimentista, tampouco combateu as políticas neoliberais.
2. As normas previdenciárias, que pioram a situação para o trabalhador, alteradas no governo de Cardoso, foram aprofundadas pelo governo Lula.
3. O governo petista criou formas de flexibilização das leis em detrimento dos interesses dos trabalhadores.
4. A redução da jornada de trabalho, a atualização salarial de acordo com o real custo de vida e a estabilidade no emprego não foram postas em prática pelo governo. Este não implementou a proteção contra a dispensa arbitrária, mantendo o desrespeito à Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tal como os governos anteriores.
5. Das medidas pró-trabalho do governo, nenhuma foi universal. Favoreceram-se os pescadores, as gestantes, os setores do funcionalismo público e principalmente as centrais sindicais, já existentes, que foram reconhecidas, enquanto diversos outros setores sociais permaneceram esquecidos. Cabe ressaltar que todas as medidas não contaram com nenhuma participação contributiva dos empresários. Em outras palavras, o governo se resguardou para que todas as medidas favoráveis ao trabalhador não gerassem nenhum ônus sobre os lucros dos capitalistas.

Para o autor, não existe no geral grande diferenciação do governo FHC para o governo Lula, na verdade renovaram-se leis e projetos criados pelo governo anterior, bem como aprofundou-se a flexibilização de direitos. Não houve ganhos em direitos trabalhistas para o conjunto de trabalhadoras e trabalhadores. Moraes (2014) destaca três diferenças entre os governos do PSDB e do PT:

- 1) ampliação dos programas assistencialistas focalizados de renda mínima; 2) reconhecimento das centrais sindicais e outras pequenas medidas pró-sindicalistas; 3) abertura de concursos públicos aumentando o quadro do funcionalismo. Essas medidas, inclusive, nem se constituem como direitos trabalhistas, mas podem ser vistas no quadro de melhora para o trabalhador. Da perspectiva da normatividade jurídica propriamente, podemos dizer, sem medo de errar, que esses governos assumem uma postura tal que parecem pertencer ao mesmo grupo político ou mesmo partido, dada a similitude e complementaridade das suas políticas públicas, formando um todo bem coerente. Assim, podem ser vistas as sucessivas mudanças nas leis previdenciárias, seguindo estritamente a mesma tendência, o Bolsa Escola de Cardoso transformado em Bolsa Família de Lula, a licença-maternidade ampliada

por aquele e continuada pelo último e, por fim, todas as flexibilizações legais de Cardoso renovadas pelos petistas. Essas medidas garantiram a governabilidade tão almejada pelo Brasil conciliador, que, contudo, subordina os interesses dos trabalhadores.

Tanto as deliberações como as políticas encaminhadas pela CUT, no que diz respeito a sua posição sobre desenvolvimento, têm sido focadas em aspecto da política econômica, como a alta dos juros, por exemplo, e a defesa de investimentos em políticas de inovação industrial, se adequando ao quadro cognitivo burguês.

Do ponto de vista da questão agrária, durante o governo Lula, a pauta dos próprios movimentos sociais do campo, como o MST, e do sindicalismo rural sofreram três importantes derrotas: a liberação do plantio de transgênico, que salvou financeiramente a Monsanto; a manutenção dos índices de produtividade para fins de desapropriação da terra e a Medida Provisória com legalização de terras griladas na Amazônia.

A política cutista tem justamente apostado não na solidariedade, no associativismo e na força coletiva dos trabalhadores, mas na conciliação entre capital e trabalho através de negociações e adaptações em espaços que privilegiam as práticas individualistas, fortalecendo o regime de acumulação e a gestão toyotista da força de trabalho.

Nesse sentido, a central tem caminhado cada vez mais para sua ação dentro do quadro institucional burguês (parlamentar), através de legalismo, juridicidade e parlamentarismo sindical. Isso tem aprofundado o processo de burocratização, na medida em que subsectores das frações de classe têm encaminhado suas demandas e, com isso, alimentado a perspectiva pragmática eleitoral e corporativa de manutenção de seus benefícios, o que tem favorecido, em contrapartida, o setor dirigente que construiu e propõe a política estratégica realista.

A crítica cutista aos problemas de crescimento e desenvolvimento no governo Collor e FHC está vinculada à perspectiva de que o neoliberalismo em si, do ponto de vista econômico, como afirmamos acima, impede o crescimento econômico que, por sua vez, impede a produção, a competitividade e a incorporação de novas tecnologias; e à perspectiva de defesa da necessidade de ampliação das esferas estatais para ampliação da democracia através da coparticipação. A prática e o saber do sindicalismo propositivo social-democrata foram determinantes para a formação da aliança CUT-ABIMAQ, do Sindicalismo com Empresariado, que fortaleceu o combate da crise pela política de fortalecimento da indústria aliada com setores empresariais, determinante para o fim de qualquer luta por terra no país. Do ponto de vista da luta pela terra, esta foi abandonada, apostando o PT no acordo coletivo do setor sucroalcooleiro, e no aumento de verbas para o PRONAF.

Ao mesmo tempo, essa prática tem provocado uma reorganização das forças sociais, desde sua completa desmobilização até reorganização do campo sindical, com a criação de novas centrais, como no caso da Conlutas, e depois CTB, vinculado à Corrente Classista Sindical, do PCdoB, e com as cisões internas na CUT, como no caso da saída da CONTAG e da FERAESP.

O sindicalismo propositivo teve como principal realização, em termos de “democratização” e participação no Estado, a criação do CDES e seu engajamento nele, que seria o espaço dos “trabalhadores no poder”. Essa política do sindicalismo propositivo possibilitou, por outro lado, a interpenetração das classes sociais, uma vez que o governo assimilou políticas advindas da CUT, como de valorização do salário-mínimo e a ideia do ACE. Além disso, o engajamento da CUT no CDES e na construção de uma política industrial o levou a assumir a proposta do PAC como grande instrumento de desenvolvimento nacional,

em torno da defesa das empresas, do agronegócio, da infraestrutura, da logística e dos megaeventos, como Olimpíadas e Copa do Mundo. De tal maneira que as rebeliões operárias ocorridas na construção de hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia,<sup>58</sup> no ano de 2011, foram criticadas pela CUT. O representante da CUT nacional, Vagner Freitas, defendeu a posição do governo federal e das construtoras em reunião realizada em Rondônia conjuntamente com então ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, na volta dos operários ao trabalho: "Tem de voltar a trabalhar. Eu sou brasileiro, quero ver essa usina funcionando". Em seguida, afirmou: "O Brasil precisa de energia limpa. A obra da usina precisa voltar a funcionar, porque a sociedade está sendo prejudicada". Além disso, é interessante notar que dois sindicatos disputam a representação sindical oficial: o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Rondônia (Sticcerio), criado em 1986 e filiado à Central Única dos Trabalhadores – CUT, e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada de Porto Velho (Sintrapav-RO), criado em 2008 e ligado à Força Sindical. Cada um dos sindicatos se acusam mutuamente de terem provocados a rebelião.<sup>59</sup>

Ou seja, o PAC foi, em escala maior, aquilo que se propôs a AND, base do próprio programa: um programa de articulações de valores e objetivos do grande capital assumido pelo sindicalismo. Dessa maneira, a CUT passa, na sua prática, a defender o capital através, inclusive, de mobilizações conjuntas com o grande capital, e ajuda a sepultar a reforma agrária.

Dessa maneira, o industrialismo, como sistema cognitivo e como prática política, significou a CUT assumindo a defesa do PAC e da indústria, produzida pela ação dos dirigentes sindicais, amparada numa prática política e técnica que envolveu os interesses corporativos do subgrupo operário, os metalúrgicos do ABC, em aliança com os empresários vinculados às associações e federações industriais. Portanto, não existe traição política. Ou seja, a formação de uma burocracia sindical, presente nos conselhos, câmaras e comissões, teve como base para sua sustentação a aristocracia operária, principalmente do setor metalúrgico e de energia, fundamentalmente da Petrobras, que encontrou na ideologia industrialista da social-democracia o sistema de conhecimento de legitimação de sua prática em termos de um projeto socialista e democrático. Ao mesmo tempo, e a partir desse sistema de conhecimento, foi natural aceitar a industrialização da agricultura e a secundarização da questão agrária em favor da defesa da indústria nacional no momento de crise. Assim, a luta contra Belo Monte, a retomada das terras indígenas, as lutas dos quilombolas e ribeirinhos, da

---

<sup>58</sup> O proprietário da UHE de Jirau é o consórcio “Energia Sustentável do Brasil (ESBR)”, formado majoritariamente pelas empresas transnacionais, a francesa GDF SUEZ (40%) e a japonesa Mitsui (20%), mais as brasileiras Eletrosul (20%) e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf (20%). A construção está a cargo das empresas Construções e Comércio Camargo Correa S/A, Enesa Engenharia S/A, J. Maclucelli e várias subcontratadas. O proprietário da UHE de Santo Antônio é o consórcio “Santo Antônio Energia”, formado pelas empresas Furnas Centrais Elétricas (39%), Caixa FIP Amazônia Energia (20%), Odebrecht Energia do Brasil (18,6%), SAAG Investimentos (12,4%) e Cemig Geração e Transmissão (10%). A construção está a cargo das construtoras Odebrecht e Andrade Gutierrez.

<sup>59</sup> Informações retiradas de <http://www.ihu.unisinos.br/cepat/cepat-conjuntura/500010-conjuntura-da-semana-a-rebeliao-de-jirau>, <http://www.cartacapital.com.br/politica/rebeliao-na-usina-de-jirau-trabalhadores-reagem-aos-abusos>, <http://www.ligaoperaria.org.br/1/?p=8560> e [www.mab.com.br](http://www.mab.com.br).

reforma agrária e dos demais povos do campo foi posta de lado em favor de uma política de aliança com o empresariado, que optou pela industrialização da agricultura e pelo extrativismo através da defesa do PAC.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PAPEL DO SINDICALISMO NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO GOVERNO LULA**

As interpretações sobre a trajetória da CUT oriundas do campo político partem da premissa da traição da central. Essa traição geralmente é atribuída às modificações que foram ocorrendo no interior do PT e, principalmente, ao domínio da Articulação Sindical no interior da CUT. Por outro lado, as interpretações oriundas das ciências sociais justificativa as mudanças na CUT a partir do quadro da mundialização do capital e da hegemonia neoliberal, sendo o PT e a CUT limitados pela situação externa: fim da URSS, globalização e reestruturação produtiva.

De maneira geral, os estudos sobre sindicato procuram destacar os impasses da ação sindical como decorrentes de uma visão que privilegia fatores externos, como as modificações econômicas, com a mundialização do capital, e as modificações no trabalho, com adoção de novas tecnologias e do toyotismo, que levaria a uma convergência das mudanças e à formação de novos atores, ou de novos contingentes de “precariados”. Dessa maneira, também procuram valorizar a ação sindical dentro deste contexto de “ataque aos direitos”.

Por outro lado, teses como as de Singer procuram estabelecer a vinculação entre o “reformismo fraco” do PT e a existência de uma massa excluída, concentrada no Norte e no Nordeste, que tem interesse em ingressar no mercado de trabalho. Seria essa massa marginal, periférica e rural responsável pela guinada do PT para uma “política populista”. Essa mesma massa teria sustentado o governo Collor e teria interesse na manutenção da ordem, uma vez que almejava ingressar no mercado de trabalho. Assim, a política de desenvolvimento capitalista adotada pelo PT seria resultado da existência de uma campesinato e subproletariado excluído, que dotado de um conservadorismo, levou a uma redução

programática do governo do PT.

No entanto, estas teses, como vimos, dão pouco ou nenhuma ênfase à ação das organizações de trabalhadores e à produção do saber político-sindical dentro de um determinado quadro social e de conhecimento. Dessa maneira, demonstramos que a formação de uma burocracia-aristocracia portadora de uma ideologia industrialista e seu sistema cognitivo assentado no marxismo e no sindicalismo social-democrata possibilitou não a cisão entre classes, mas a interpenetração entre elas e a defesa de um projeto comum com base numa política industrial de desenvolvimento do capitalismo, que sacrificou a luta pela terra e a diminuição da concentração fundiária, possibilitando, com isso, a revalorização da renda da terra.

Tal política estava presente desde a formação do PT e da CUT, sendo que nenhum grupo se opôs a essa perspectiva, ou seja, de que caberia ao partido político a luta no plano político, nesse caso eleitoral, e de que seria o operário, subordinando o campesinato, a vanguarda das modificações sociais. Tal debate já estava presente na Primeira Internacional no debate entre os coletivistas (anarquistas) e os sociais-democratas comunistas. Como alertava Bakunin (2013), a política industrialista e estatista da social-democracia alemã se tornaria a política de subordinação do campo à cidade e, inclusive, de dominação de base étnica.

Essa ideologia industrialista e esse modelo organizativo estiveram presentes na tradição comunista no Brasil e se amalgamaram com o sindicalismo de Estado. Assim, demonstramos que essa experiência histórica foi importante para a constituição do modelo social-democrata da CUT. Essa prática e saber sindical deram origem ao sindicalismo propositivo, que passou a propor políticas estratégicas de desenvolvimento capitalista, como uma forma superior de consciência dos trabalhadores diante das demandas reivindicativas, e políticas associativas. Essa situação não demarca uma traição, nem um rompimento com a teoria marxista, pelo contrário, a tese industrialista/centralista é apresentada como meio fundamental de concentração dos meios de produção em substituição à sociedade de produtores isolados. Assume, dessa maneira, estatuto central na teoria marxista, uma vez que o aspecto central do modo de produção capitalista, enquanto sua tendência monopolista, é a concentração de capital, que tem como contrapartida a proletarização. A ênfase do seu sistema cognitivo e das formas organizativas está centrada na política de desenvolvimento das forças produtivas, principalmente na tecnologia e na organização. Dessa maneira, o industrialismo produz um tipo de saber e também uma prática organizativa.

A CUT e seu sindicalismo propositivo social-democrata direcionaram justamente a luta de classe para dentro de um campo de regras e normas estabelecidas pelo Estado, com a finalidade de manter uma forte estabilidade institucional, com a intenção de gestão estatal por meio de participação dos trabalhadores, como sinaliza o documento “Cartas de Conciliação”. Dessa maneira, a “estatização” da CUT é fruto do seu próprio saber e prática organizativa, direcionada para a construção de políticas e para o apoio aos governos do PT e suas políticas de crescimento econômico.

Assim, a central teve um papel crucial na política de concertação de classes, na efetivação do CDES como um espaço de interpenetração de classes e na produção de políticas estratégicas que deram origem à AND, base da política do PAC. Além disso, sua política estratégica teve como ponto crucial a valorização do salário-mínimo, adotado pelo Estado, e culminou numa aliança intersetorial agricultura-indústria, que favoreceu a classe capitalista mundial, através da valorização da renda da terra, da acumulação de capital e captura do

excedente econômico destinado a atender as classes dominantes e os Estados centrais.

O CDES foi um espaço de construção de entendimentos entre a burocracia-aristocracia de trabalhadores e empresários, como foi o caso do ACE e do compromisso da cana-de-açúcar, sepultando qualquer política de mudança da propriedade fundiária no Brasil, se concentrando na defesa do PAC e do seu modelo extrativista.

Dessa maneira, a atuação no CDES e no momento da crise econômica de 2008 serviram para a CUT, comandada pela sua aristocracia-burocracia, se aliar ainda mais aos setores da burguesia industrial. Ou seja, foi na crise de 2001 e 2002 que a CUT e o PT consolidaram sua política de aliança com o setor empresarial do campo e da cidade e, na crise de 2008, a CUT reforçou uma interpenetração entre as classes sociais a partir da sua própria ação no Estado, principalmente através das comissões e conselhos, como o CDES, onde participou ativamente.

Dessa maneira, a prática política da CUT durante o governo Lula procurou fortalecer as políticas industriais em prol do desenvolvimento nacional, criando, com isso, aliança com os empresários industriais e do agronegócio, uma vez que a própria política beneficiou o setor metalúrgico ao defender os carros com sistema flex fuel, favorecendo uma aristocracia operária, base da burocracia sindical presente nos conselhos e atividades. Entre 2003 e 2008, a produção brasileira de etanol passou de 15 bilhões de litros para 25 bilhões de litros por ano, favorecendo principalmente as grandes empresas do setor, a política macroeconômica e os grupos operários vinculados à produção automotiva, principalmente do ABC paulista. Assim, a política propositiva da CUT procurou atender às demandas da aristocracia operária, vinculada ao saber técnico produzido no interior da fábrica ao incorporar as demandas empresariais pelo aumento da produtividade.

Por outro lado, o sucesso da economia política do governo Lula, que possibilitou a adoção da política de valorização do salário-mínimo, estava profundamente ligado ao agronegócio, tendo em vista o aumento dos preços das commodities no cenário internacional, como alta liquidez internacional e o crescimento chinês que favoreceram o setor, majoritariamente exportador, e ajudaram o governo a equilibrar a conta corrente e o superávit primário.

Como observamos, a constituição de políticas setoriais e de agenda de entendimento entre as diversas frações de classe se deu, em parte, dentro de espaços tripartites. Não foi diferente com a Política Setorial Industrial, por via da AND, e mesmo para o PAC e a política energética que atacou fundamentalmente os trabalhadores e populações do campo.

Neste sentido, para o desenvolvimento do modelo industrialista-financeirizador, foi determinante o sindicalismo propositivo social-democrata que, a partir de sua ideologia estatista e industrialista, costurou alianças que permitiram que certas políticas construídas e defendidas pela central fossem aprovadas, assim como legitimou e apoiou as medidas tomadas pelo governo, como o PAC. Assim, o regime de acumulação foi produzido pela combinação dessa ideologia que tem o fetiche do operário revolucionário e por um conjunto de práticas e alianças de forças sociais. Neste contexto, todos os camponeses e povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas que sejam obstáculos à integração da exploração agromineral e às cadeias globais de valor, são criticados e reprimidos pelas forças estatais.

No entanto, a aristocracia-burocracia, com sua ideologia industrialista, atuava de acordo com o sistema de conhecimento social-democrata, ou seja, sua prática era justificada dentro do quadro de um projeto que teria como horizonte o projeto socialista e democrático. Dessa maneira, foi “normal” aceitar o PAC e sua política de industrialização e extrativismo.

Por sua vez, nas teses que falam em traição da CUT, ao manter a ortodoxia marxista e o modelo sindical social-democrata, se mantém o mesmo sistema cognitivo e organizativo, baseado na centralidade da produção na concepção materialista da história e, ao mesmo tempo, no papel do modo capitalista de produção como forma de centralização dos capitais e de substituição do trabalho cooperativo pelo trabalho coletivo, base para uma nova sociedade.

Dessa maneira, as centrais e partidos opositores encontram, na tese da traição, primeiro de um grupo em particular, a Articulação, depois do PT e, por fim, da CUT, um meio de explicar a conciliação de classes. No geral, as análises se concentram justamente nos indivíduos e grupos – que traem a classe – através de políticas adotadas pelos partidos que controlam o Estado, e não no questionamento da formação de uma burocracia a partir de uma aristocracia, e de um saber político específico a partir de um modelo de movimento operário.

A abordagem coletivista procura entender a formação da aristocracia e da burocracia a partir de um sistema cognitivo e modelo organizativo que levam à participação no Estado e a interpenetração entre as classes, produzindo um saber político conciliador e, no caso brasileiro, desenvolvendo o sindicalismo propositivo, determinante para entender a ação da CUT e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

A política industrialista combinada à política estatal favoreceu ao mesmo tempo a burguesia e um subgrupo operário, impedindo aliança com o campesinato, como alertado por Bakunin (2014) no debate da AIT. Dessa maneira, a abordagem coletivista chama atenção justamente para o fortalecimento do Estado como elemento da reação e não da revolução, e do industrialismo como componente de favorecimento a determinadas categorias operárias e em detrimento de outros grupos proletários e da classe trabalhadora no geral, principalmente camponesa.

Esta burocracia e aristocracia são fundamentais para entender o processo no qual a CUT tem um importante papel no desenvolvimento do capitalismo e no sepultamento da questão agrária, uma vez que a questão agrária, no sistema cognitivo marxista-social-democrata, está subordinada ao desenvolvimento da grande indústria e ao fortalecimento do Estado. Justamente porque este sistema cognitivo identifica o avanço do capital com um duplo objetivo, ao mesmo tempo em que ele é destruidor de modos de existência pretéritos é também regenerador e modifica relações sociais pretéritas, como no caso do MIR, na Rússia. É a introdução de base tecnocientífica capitalista que tem a missão de criar a base material do mundo novo. E o modo capitalista, ao converter mais e mais em proletários a imensa maioria dos indivíduos de cada país.

A manutenção dessa ortodoxia faz com que se recorra a interpretação da tese da traição a partir da identificação de algum grupo dirigente. Ao contrário, a abordagem coletivista e o materialismo sociológico procuram analisar o associativismo e a ação política vinculada à estrutura social como *locus* central da análise da ***luta pela existência e pela liberdade***, que significa ao mesmo tempo observar a centralização do poder, a manutenção da autoridade e sua vinculação com a exploração do trabalho.

A teoria e prática marxista deram ênfase ao desenvolvimento das forças produtivas como meio de destruição dos modos de produção anteriores, com a existência dada pela produção, sendo que a contradição entre produção coletiva, desenvolvida pelo desenvolvimento tecnológico capitalista, e a apropriação individual deve ser resolvida pela organização da classe em torno do partido, com vista à tomada do Estado para realizar a planificação e o desenvolvimento industrial, inclusive da agricultura. Por isso a necessidade do partido e do Estado, sob liderança operária, capaz de organizar e sistematizar a demanda da

classe alienada, organizada pela sua posição no processo de produção. Neste sentido, há uma exigência do desenvolvimento econômico e político do capitalismo para se chegar ao socialismo.

Dessa forma, Singer retoma esses pressupostos para atribuir ao reformismo fraco do governo Lula o predomínio do campesinato do Norte e do Nordeste. Assim, retoma o mito do camponês conservador como base de sustentação de um governo conservador, que seria a massa do Nordeste a interessada em não confrontar a ordem, e sim adentrar ao mercado de trabalho. Portanto, seria fundamental para a sustentação do governo e determinante pela virada da política de conciliação do governo do PT.

Ao retomar o mito camponês como massa conservadora e de um governo que realiza seus anseios, isenta-se de responsabilidade o PT e a CUT por não fazerem um reformismo forte, ou seja, por não realizarem uma reforma integral e progressiva, porque isso não teria sido possível devido a essa massa camponesa conservadora concentrada no Nordeste, base do lulismo. Ao passo que, na realidade, foi a aristocracia-burocracia operária a grande promotora da migração do “reformismo forte” para o “reformismo fraco”.

Para a abordagem coletivista e o materialismo sociológico, o central é a análise da luta contra a centralização do poder e a exploração. Assim, o fato de o camponês trabalhar a terra e ser explorado (mesmo quando detentores de algum título de propriedade ou de explorarem a terra individualmente) o torna trabalhador, por ter no trabalho o centro da sua existência material e manter uma relação de antagonismo com os exploradores. Ao passo que, na abordagem marxista, o campesinato tem o status social de uma não classe, um não lugar na estrutura social capitalista.

Para esta concepção, o trabalho, em conjunto com o associativismo dos homens, está no interior da emancipação, portanto, em contraposição à dominação e à exploração. Como desdobramento político dessa concepção teórica, é necessário ampliar as associações para que se efetive a emancipação, com a revolução, derrubada violenta do Estado e da propriedade privada. Ao passo que o desdobramento político prático da teoria de Marx é a necessidade de organização do partido político, capaz de formular o projeto de emancipação da classe operária alienada, para que articule o projeto de emancipação via tomada do Estado e, com isso, supere a contradição entre produção coletiva/apropriação individual. Tal perspectiva foi adotada pelo grupos políticos na formação da CUT.

Historicamente, a política social-democrata se colocou a favor da proletarianização e da estatização (nacionalização) da terra, desenvolvendo no máximo uma política de capitalização da pequena agricultura, que se tornou um ramo da agricultura capitalista. Por sua vez, o coletivismo do anarquismo implica o reconhecimento do campesinato como sujeito coletivo, a ação coletiva de luta por terra e liberdade, pela coletivização da terra e contra a exploração, que implica sua distribuição aos trabalhadores, que podem explorá-la de forma coletiva ou individual.

Assim, a ação da CUT produziu uma aliança intersetorial agricultura-indústria, mediada pelo Estado, como aconteceu historicamente com o desenvolvimento da agricultura familiar nos países centrais, tendendo à destruição de todos os modos de vida que não se articulem com a perspectiva do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, subordinando a questão agrária aos interesses da classe dominante.

Por fim, podemos afirmar que o sindicalismo social-democrata propositivo da CUT foi um dos fatores determinantes para o desenvolvimento do capitalismo no período de 2003-2012, ampliando a superexploração do trabalho na agricultura nas áreas já consolidadas,



aumentando a produtividade agropecuária nas zonas de nova incorporação fundiária e também aumentando a superexploração dos recursos naturais. Dessa forma, sepultou qualquer perspectiva de diminuição da concentração fundiária no Brasil em prol de uma política de industrialização extrativista centralizada através do PAC, que produziu uma interpenetração entre as classes sociais, favorecendo ao mesmo tempo os setores da aristocracia operária, principalmente vinculados aos metalúrgicos do ABC, e o setor sucroalcooleiro do agronegócio.

#### ANEXOS – FOTOS



**Fevereiro de 2009. ABIMAQ, CUT e CNM-CUT firma acordo anti-crise.**



**Maio de 2009. ABIMAQ forma aliança NM, CUT, Força Sindical, CTB e UGT para desoneração de imposto do setor industrial**



**de 2011: Lançamento do Movimento por um Brasil com Juros Baixos**

Agosto



## **Ato na Avenida Paulista por mais Empregos e Maior Produção. CUT, FIESP, Força Sindical**

### **Bibliografia**

- ABRAMOVAY, Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: EDUSP, 2007
- AMARAL, Oswaldo. As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009. São Paulo, Alameda, 2013
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. O governo Lula, o Fórum Nacional do Trabalho e a reforma sindical Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 54-64 jan./jun. 2007
- \_\_\_\_\_. História de uma década de perda. PT, CUT, Crise e Democracia no Brasil 1979-1989. Rio de Janeiro, Garamond, 2011.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Crise econômica e interesses organizados: o sindicalismo no Brasil dos anos 80. São Paulo: Edusp, 1996
- AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. Questão Agrária e Capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1977
- ARAÚJO, Angela (Org). Do Corporativismo ao Neoliberalismo: Estado e Trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo, Boitempo, 2002
- ARBIA, Alexandre A. Contornos de uma Práxis Sindical: Curvatura Teórica e Ideológica Nas Concepções e Práticas da Central Única dos Trabalhadores. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Escola de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2010.
- ARBIX, Glauco A. T. Uma aposta no futuro: os primeiros anos da câmara setorial da indústria automobilística. São Paulo: Scritta, 1996.
- BAHIA, Luiz Dias; DOMINGUES, Edson Paulo. Estruturas de Inovações na Indústria Automobilística Brasileira. Brasília. IPEA. Textos para Discussão, nº 1472, Fevereiro, 2010.

- BAKUNIN, Mikhail. *Estatismo e Anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Federalismo, socialismo y antiteologismo*. 2ª Edición cibernética, 2003b. Disponível em: <http://www.antorcha.net/> Acesso em: set. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Oeuvres Complètes*. International Institute of Social History, Netherlands Institute for Scientific Information Services, Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences, 2000. (CD-ROM)
- \_\_\_\_\_. *A dupla greve de Genebra*. In: Leval, Gaston. *Bakunin, fundador do sindicalismo revolucionário*. São Paulo, Editora Imaginário, 2008
- \_\_\_\_\_. "O Império Knuto-Germânico e a revolução social. In: Ferreira, A; Toniatti, T. (ORGs) *De Baixo para Cima e da Periferia para o Centro: Textos Políticos Filosóficos e de Teoria Sociológica de Mikhail Bakunin*. Niterói, Editora Alternativa,, 2014a.
- \_\_\_\_\_. *Sofismas históricos da escola doutrinária dos comunistas alemães*. In: Ferreira, A; Toniatti, T. (ORGs) *De Baixo para Cima e da Periferia para o Centro: Textos Políticos Filosóficos e de Teoria Sociológica de Mikhail Bakunin*. Niterói, Editora Alternativa,, 2014b
- \_\_\_\_\_. "Considerações Filosóficas sobre o Fantasma Divino, sobre a Natureza e sobre o Homem". In: Ferreira, A; Toniatti, T. (ORGs) *De Baixo para Cima e da Periferia para o Centro: Textos Políticos Filosóficos e de Teoria Sociológica de Mikhail Bakunin*. Niterói, Editora Alternativa,, 2014.c
- \_\_\_\_\_. "A Alemanha e o Comunismo de Estado". In: Ferreira, A; Toniatti, T. (ORGs) *De Baixo para Cima e da Periferia para o Centro: Textos Políticos Filosóficos e de Teoria Sociológica de Mikhail Bakunin*. Niterói, Editora Alternativa,, 2014d
- \_\_\_\_\_. *A Política da Internacional*. IN: *Socialismo Libertário*. Global Editora. 1979
- BAKUNIN, Mikhail.; Jukovski, N.I. *O Nosso Programa*. In: Fernandes, Rubens César Fernandes (ORG) *Dilemas do Socialismo. A Controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982
- \_\_\_\_\_. *Terra e Liberdade*. In: Fernandes, Rubens César Fernandes (ORG) *Dilemas do Socialismo. A Controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982
- BERMAN, Sheri. *The Primacy of Politics: Social Democracy and the Making of Europe's Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007
- BERNARDO, João; PEREIRA, Luciano. *Capitalismo Sindical*. São Paulo, Xamã, 2008.
- BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo Evolucionário*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997
- BETTELHEIM, Charles. *A Luta de Classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (2000), "Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – Uma Resenha". In: Bielschowsky, R. (org.) *Cinquenta anos de pensamentos da CEPAL*. R. Janeiro, Ed. Record, Vol,1, 13-68.
- Bihl, Alan. "A Herança"; "O modelo social-democrata do movimento operário". In: *Da Grande Noite a Alternativa- movimento operário europeu em crise*. São Paulo Boitempo Editorial, 1998.
- BOITO JR., A. "Reforma e persistência na estrutura sindical", in A. Boito Jr. (org.), *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1991
- \_\_\_\_\_. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. São Paulo, Hucitec/Unicamp, 1991a
- \_\_\_\_\_. "De volta para o novo corporativismo: a trajetória política recente do novo

- sindicalismo brasileiro". São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação SEADE, 8(3): 23-28, 1994
- \_\_\_\_\_. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Editora Xamã, 2001
- \_\_\_\_\_. A Crise do Sindicalismo. In: Santana, Marco Aurélio; Ramalho, José Ricardo (Org) Além da Fábrica. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003
- \_\_\_\_\_. Lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. *Critica\_Marxista*, São Paulo, V. 37, 2013
- BOITO Jr., Armando e GALVÃO, Andréia (orgs.). Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000. São Paulo: Alameda Editorial, 2012.
- BOITO Jr., Armando e MARCELINO, Paula. O Sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. *Cadernos do CRH*, vol 23 n° 59, 2010,
- BRAGA, Ruy. A Política do Precariado. Do populismo à hegemonia lulista. São Paulo, Boitempo Editorial, 2012
- BUONICORE, A. Cesar. Os comunistas e a estrutura sindical corporativa (1948-1952): entre a reforma e a ruptura. Campinas, Dissertação de mestrado, UNICAMP, 1996
- BURAWOY, Michael. Manufacturing consent. Chicago, The University of Chicago Press, 1979
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: SADER, Emir & SANTOS, Theotonio dos. (coord.); MARTINS, Carlos Eduardo & VALENCIA, Adrian Sotelo. América Latina e os desafios da globalização. Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- CARCANHOLO, M. D.; AMARAL, Marisa Silva. Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. *Revista de Economia*. Curitiba, v. 34, p. 163-181, 2008.
- CARCANHOLO, Marcelo. (2010) Inserção Externa e Vulnerabilidade da Economia Brasileira no Governo Lula. In: Os anos Lula: Contribuição para uma Balanço Crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Editora Garamond.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. "O pragmatismo impossível: origens da Força Sindical". *Novos Estudos*. São Paulo, mar., 1992
- CARNEIRO, Gabriela de Oliveira Piquet. A Nova Maioria: Determinantes do Apoio Político ao Neopopulismo na América Latina. São Paulo: USP/PPCP, 2009 (Tese de Doutorado).
- CARVALHO, Livia Hernandez. (2010) A concentração fundiária e as políticas agrárias governamentais recentes. *Revista IDEAS*, v. 4, n. 2, p. 395-428..
- CASTILHO, Alceu Luís. Partido da Terra. São Paulo, Contexto, 2012.
- CASTORIADIS, C. A Experiência do Movimento Operário. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.
- CASTRO, C. N. de; RESENDE, G. M.; PIRES, M. J. de S. Avaliação dos impactos regionais do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf). Rio de Janeiro/Brasília: Ipea (Texto para Discussão). 2014
- CAZELLA, Ademir et al. Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Maud X, 2009.
- CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo, Xamã, 1996.
- \_\_\_\_\_. A mundialização do capital, natureza e papel da finança e mecanismos de balcanização dos países com recursos ambicionados. In: Lima, Marco Costa (Org).

Dinâmica do capitalismo pós-guerra fria: cultura tecnológica, espaço e desenvolvimento. São Paulo, EDUNESP, 2008.

CHESNAIS, François. DUMÈNIL, Gérard; LÈVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel. Uma Nova Fase do Capitalismo? São Paulo; Xamã, 2003

CNM. As faces da indústria metalúrgica no Brasil: uma contribuição à luta sindical. São Paulo: DIEESE, 2015

CODAS, Gustavo. “O ‘rapto’ da vanguarda”. São Paulo em Perspectiva (Movimento Operário e Sindical), vol. 12, nº 1, 1998.

COLETTI, Claudinei; MORAES, Reginaldo Carmello Correa de. MST, o radicalismo agrário em busca de um outro mundo... possível? IN: MORAES, Reginaldo Carmello Correa de (Org). Globalização e radicalismo agrário: globalização e políticas públicas. São Paulo, EDUNESP, 2006.

COIMBRA, Ana Lúvia. Sindicalismo e Cidadania: análise da concepção e prática sindical da CUT na década de 1990. Tese de Doutorado em Serviço Social. Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA [CPT]. Caderno conflitos no campo: Brasil. Goiânia: CPT; São Paulo: Loyola, 1986-2008.

\_\_\_\_\_. Caderno conflitos no campo – Brasil 2015 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade - Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2015.

COSTA, L. F. C. . Sindicalismo rural brasileiro em construção. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária e Edur, 1996. v. 1. 172p .

COSTA, L. F. C. ; MARINHO, R. J. A. . A formação do moderno sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil. In: Luiz Flávio de Carvalho Costa; Georges Flexor; Raimundo Santos. (Org.). Mundo rural brasileiro - ensaios interdisciplinares. 1ed.Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007, v. 1, p. 119-147.

COSTA, L. F. C. . Trabalhadores rurais no processo político brasileiro. In: Costa, Luiz Flávio de Carvalho. (Org.). O Congresso Nacional Camponês - Trabalhadores rurais no processo político brasileiro. 2ed.Rio de Janeiro: Mauad, 2010, v. 1, p. 21-29.

COSTA, L. F. C. ; MARINHO, R. J. A. . A constitucionalização do sindicalismo rural brasileiro. In: Moreira, José Roberto; Bruno, Regina. (Org.). Dimensões rurais de políticas brasileiras. 1ed.Rio de Janeiro: Mauad, 2010, v. 1, p. 161-182.

D'ARAUJO, Maria Celina. A elite dirigente do governo Lula. São Paulo, Editora FGV, 2010

DELGADO, Guilherme Costa. Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio. Mudanças Cíclicas em Meio Século (1965-2012). Porto Alegre: UFRSGS Editora, 2012

DELGADO, Nelson. As relações entre a macroeconomia e a política agrícola: provocações para um debate interrompido. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 14, abr. 2000.

\_\_\_\_\_. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: Leite, S. (org.) Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2001. (Parte I do capítulo).

\_\_\_\_\_. Papel e lugar do Rural no Desenvolvimento Nacional. Rio de Janeiro: IICA/MDA, 2009

\_\_\_\_\_. Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural. Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 15, n. 1, 2012

DINIZ, E. e BOSCHI, R. A difícil rota do desenvolvimento: empresários e a agenda posneoliberal, *Humanitas*, Minas Gerais: UFMG, IUPERJ/UCAM, 2007.

DINIZ, E. e BOSCHI, R. Empresariado e Estratégias de Desenvolvimento, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 18 n. 52, 2003.

DINIZ, E. e BOSCHI, R. *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

DINIZ, E. O Contexto Internacional e a Retomada do Debate sobre Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo (2000/2010), *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 54, n. 4, 2011, pp. 493 a 531.

Droz, Jacques. “A Associação Internacional dos Trabalhadores”. In *Historia Geral do Socialismo Vol III*. (p. 819-861) . Horizonte Universitário, Lisboa 1977

\_\_\_\_\_. “As Origens da Social-democracia Alemã” . In *Historia Geral do Socialismo Vol III*. (p. 623-683) . Horizonte Universitário, Lisboa 1977

\_\_\_\_\_. Droz, Jacques. A social-democracia alemã (1875-1914) In *Historia Geral do Socialismo Vol IV*. Horizonte Universitário, Lisboa 1979

DUMENIL, Gérard; LÈVY, Dominique. *A Crise do Neoliberalismo*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2014

ENGELS, F. A Anti-Dühring. Edição Virtual. Disponível em: <http://www.marxists.org/> Acesso em: setembro 2013

\_\_\_\_\_. Os Bakuninistas em Ação. Edição Virtual. Disponível em: <http://www.marxists.org/> Acesso em: setembro 2013

\_\_\_\_\_. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico. Edição Virtual. Disponível em: <http://www.marxists.org/> Acesso em: setembro 2013

\_\_\_\_\_. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. Edição Virtual. Disponível em: <http://www.marxists.org/> Acesso em: setembro 2013

\_\_\_\_\_. Para a Crítica do Projecto de Programa Social-democrata de 1891. Edição Virtual. Disponível em: <http://www.marxists.org/> Acesso em: setembro 2013

\_\_\_\_\_. A Questão Camponesa em França e na Alemanha. Edição Virtual. Disponível em: <http://www.marxists.org/> Acesso em: setembro 2013

\_\_\_\_\_. Carta a Nikolai Frantsevitch Danielson. In: Fernandes, Rubens César Fernandes (ORG) *Dilemas do Socialismo. A Controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

\_\_\_\_\_. Questão Social na Rússia. In: Fernandes, Rubens César Fernandes (ORG) *Dilemas do Socialismo. A Controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

\_\_\_\_\_. Epilogo à Questão Social na Rússia. In: Fernandes, Rubens César Fernandes (ORG) *Dilemas do Socialismo. A Controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

ESPING-ANDERSEN, Gösta. (1985), *Politics against Markets: The Social Democratic Road to Power*. Princeton: Princeton University Press.

\_\_\_\_\_. (1990), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton: Princeton University Press.

FAVARETO, Arilson da Silva. *Agricultores, trabalhadores : estudo sobre a representação sindical dos agricultores familiares brasileiros organizados na CUT Tese de Doutorado*. Campinas, IFCH/Unicamp, 2001

\_\_\_\_\_. “Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil”. RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21, n. 62, 2014

FERNANDES, B. M.. “A Reforma Agrária que o governo Lula fez e a que podia ser feita”. In: SADER, E. (org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2013

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Cap. Ordem e anarquia na Sociologia: percepções da mudança social e luta política. Tutela e resistência indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ/MN-PPGAS, 2007 (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_. Trabalho e Ação: o debate entre Bakunin e Marx e sua contribuição para uma sociologia crítica contemporânea. Em Debate: Revista Digital, ISSN 1980-3532, Florianópolis, n. 4, p. 1-23, 2010. 23.

\_\_\_\_\_. Teoria do poder, da reciprocidade e a abordagem coletivista: Proudhon e os fundamentos da ciência social no anarquismo. Edição Virtual. Acessado no site:

\_\_\_\_\_. Anarquismo, pensamento e prática insurgentes: fenômeno da “Primeira Internacional”? In: Ferreira, A; Toniatti, T. (ORGs) De Baixo para Cima e da Periferia para o Centro: Textos Políticos Filosóficos e de Teoria Sociológica de Mikhail Bakunin. Niterói, Editora Alternativa,, 2014.

FRANCA, Gilberto Cunha. O Trabalho no espaço da fábrica. Um estudo da General Motors em São José dos Campos (SP). São Paulo, Editora Expressão Popular, 2007.

FRANK, André Gunder. Do subdesenvolvimento capitalista. Tradução José Antônio Mendonça e Manuela Couto. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

\_\_\_\_\_. Acumulação dependente e subdesenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FURTADO, André Tosi. Impactos da atual fase do capitalismo sobre os países em desenvolvimento. In: Lima, Marco Costa (Org). Dinâmica do capitalismo pós-guerra fria: cultura tecnológica, espaço e desenvolvimento. São Paulo, EDUNESP, 2008.

GALVÃO, Andréia. Participação e fragmentação: a prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Campinas: IFCH/Unicamp, 1996

\_\_\_\_\_. “Do coletivo ao setor, do setor à empresa: a trajetória do ‘novo sindicalismo’ metalúrgico nos anos 90”. In: JÁCOME RODRIGUES (org.). O novo sindicalismo vinte anos depois. Petrópolis: Vozes/Educ/Unitrabalho, 1999

\_\_\_\_\_. Neoliberalismo e Reforma Trabalhista no Brasil. Rio de Janeiro, Revan, 2007

\_\_\_\_\_. Reconfiguração do Movimento Sindical no governo Lula. Outubro, nº 18, 2009

\_\_\_\_\_. De laboratório das relações de trabalho a formulador da política nacional: o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista. In: TRÓPIA, Patrícia Vieira ; SOUZA, Davisson Cangussu (Orgs) Sindicatos metalúrgicos no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte, Fino Traço, 2012

GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paulo; TRÓPIA, Patrícia Vieira. As Bases sociais das novas centrais sindicais brasileira. Curitiba, Editora Appris, 2015

GIANNOTTI, Vito. Força Sindical - a Central Neoliberal de Medeiros a Paulinho. Rio de Janeiro, MAUAD EDITORA, 2002

GIANNOTTI, Vito & NETO, Sebastião Lopes. A CUT ontem e hoje: o que mudou das



origens ao IV Concut. São Paulo: Vozes, 1991

\_\_\_\_\_. A CUT por dentro e por fora. São Paulo: Vozes, 1990

RODRIGUES, Iram J. O Novo sindicalismo. Vinte anos depois. Petrópolis:Vozes/Educ/Unitrabalho, 1999

GORZ, Andre. L'Immateriel: connaissance, valeur et capital. Paris, Galilée, 2003

GOUREVITCH, Peter. (1989) Keynesian Politics: The Political Sources of Economic Policy Choices. In: HALL, Peter.(Org) . The Political Power of Economic Ideas: Keynesianism across Nations. Princeton: Princeton University Press.

\_\_\_\_\_. (1993) Políticas Estratégicas em tiempos difíciles. Respuestas comparativas a las crisis económicas internacionales. México, D.F: Fondo de Cultura Económica.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. O CDES E A CONSTRUÇÃO DA AGENDA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO: UM RELATO PARTICULAR. IN: Cardoso Jr, José Celso.; Santos, José Carlos; Alencar, Joana (Orgs) Diálogos para o Desenvolvimento: a experiência do CDES sob o governo Lula. Brasília: Ipea: CDES, 2011.

GARCIA, Victor. La Internacional Obrera. Caracas, Venezuela, Ediciones F.I.J.L, 1964

GRAMSCI, Antonio. A Questão Meridional. Riode Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GRISA, C. As ideias na produção de políticas públicas : contribuições da abordagem cognitiva. In: Bonnal, P.; Leite, S.P. (orgs.). Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

GUILLAUME, James. A Internacional. Documento e Recordações 1. São Paulo: Editora Imaginário, 2009

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Á procura de trabalho. Instituições do mercado e redes. Belo Horizonte, Argumentum, 2009.

GUIOT, Andre Pereira. Dominação burguesa no Brasil: Estado e Sociedade Civil no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entre 2003 e 2010. Tese (Doutor em História). Niterói: ICHF/UFF, 2015

GURVITCH, Georges. As Classes Sociais. Lisboa, Inicativas Editorais, 1966

\_\_\_\_\_.Determinismos Sociais e Liberdade Humana. Rio de Janeiro, Forense, 1968

\_\_\_\_\_.Quadros Sociais do Conhecimento. Rio de Janeiro, Moraes Editora, 1969

\_\_\_\_\_. Proudhon e Marx. Lisboa: Editorial Presença, 1980

\_\_\_\_\_.Proudhon. Lisboa: Edições 70, 1983

\_\_\_\_\_. Vocação Atual da Sociologia. Vol I. Lisboa, Editora Cosmos. 1979

\_\_\_\_\_. Vocação Atual da Sociologia. Vol II. Libosa, Editora Cosmos, 1986.

\_\_\_\_\_.Dialética e Sociologia. São Paulo, Vértice – Editora Revista dos Tribunais, 1987

Haupt, G. “Marx e Marxismo”. Historia do Marxismo Volume I. In: Hobsbawm, Eric. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

HEGEDUS, Andras. “A questão agrária”. In: História do Marxismo IV: o marxismo na época da Segunda. Internacional. In: Hobsbawm, Eric. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.

HENRIQUE, Artur. Um Olhar dos trabalhadores: um balanço positivo, uma disputa cotidiana e muitos desafios pela frente. In:Sader (ORG) Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-

neoliberais no Brasil. São Paulo; Boitempo Editorial: Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

HIBBS, Douglas. (1977), “Political Parties and Macroeconomics Politics”. *The American Political Science Review*, vol. 71, no 4, pp. 1467-1487.

HIRSCHMAN, Albert. Grandeza e Decadência da Economia do Desenvolvimento. In: A.O. Hirschman. *A Economia como Ciência Moral e Política*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986

\_\_\_\_\_. *Auto-subversão – teoria consagradas em Xequê*. S. Paulo: Cia. Letras, 1996. Caps 3,12 19 e 20.

KAUTSKY, Karl. *The Class Struggle*. New York: W. W. Norton, 1971

\_\_\_\_\_. *A Questão Agrária*. Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural. 1986

KECK, M. PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

KITSCHOLT, Herbert. *The Transformation of European Social Democracy*. New York: Cambridge University Press, 1994

IOS. *O comportamento sociotrabalhista da Raízen na colheita da cana-de-açúcar nas Fazendas: Da Serra, Unidade Ibaté/SP, Usina da Serra e Santa Rosa, Unidade Ipaussu/SP, Usina Ipaussu*. São Paulo, 2014

IVERSEN, Torben. Decentralization, Monetarism, and the Social Democratic Welfare State. In: IVERSEN, Torben, PONTUSSON, Jonas e SOSKICE, David. (coord), *Union, Employers and Central Banks: Macroeconomic Coordination and Institutional Change in Social Market Economies*. Cambridge: Cambridge University Press. 1999

JACOME RODRIGUES, Iram. “A questão da organização por local de trabalho: dilemas e perspectivas do sindicalismo – CUT”. In: MARTINS; RAMALHO (orgs.). *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*; \_\_\_\_\_ . *Comissão de Fábrica e Trabalhadores na Indústria*. São Paulo, Cortez, 1990.

\_\_\_\_\_. “Perspectiva do sindicalismo brasileiro nos anos 90: a experiência da Central Única dos Trabalhadores”. In: DINIZ; LOPES; PRANDI (orgs.). *O Brasil no rastro da crise*;

\_\_\_\_\_. *As comissões de empresa e o movimento sindical*. In: BOITO JR. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*;

\_\_\_\_\_. “Liberdade sindical e representação no local de trabalho: o dilema do sindicalismo no Brasil”. In: FERNANDES, Reynaldo (org.). *O Trabalho no Brasil no limiar do século XXI*. São Paulo: LTR, 1995

\_\_\_\_\_. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta; FAPESP, 1997;

\_\_\_\_\_. “Sindicalismo, emprego e relações de trabalho na indústria automobilística”. In: ANTUNES (org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*;

\_\_\_\_\_. “A trajetória do novo sindicalismo”. In: JÁCOME RODRIGUES (org.). *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes/Educ/Unitrabalho, 1999

\_\_\_\_\_. “Relações de trabalho no ABC paulista na década de 1990”. In: SANTANA, Marco Aurélio, RAMALHO, José Ricardo (orgs.). *Além da fábrica*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999

JÁCOME RODRIGUES, Iram; RAMALHO, José Ricardo; CONCEIÇÃO, Jefferson José da. “Relações de trabalho e sindicato no primeiro governo Lula (2003-2006)”. *Ciência e Cultura (SBPC)*, vol. 60, 2008;

LACERDA, Antonio Correa. *A Crise Internacional e a estrutura produtiva brasileira*. 2013

LADOSKY, Mario Henrique. A CUT no Governo Lula: da defesa da “liberdade e autonomia” à reforma sindical inconclusa. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2009

LADOSKY, Mario Henrique; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. O Novo Sindicalismo pela ótica dos estudos do trabalho. *Revista Mundos Do Trabalho*, Vol. 6, N. 11, Janeiro-Junho de 2014.

LADOSKY, M. H. G; RAMALHO, José Ricardo; JÁCOME RODRIGUES, Iram. A questão trabalhista e os desafios da ação sindical nos anos 2000. In: OLIVEIRA, R. V. de; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M. (orgs.). *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014

LEITE, Márcia de Paula. “Reestruturação produtiva e sindicatos: o paradoxo da modernidade”. In: LEITE, Márcia (org.). *O trabalho em movimento*. Campinas: Papius, 1997

\_\_\_\_\_. (2005), *Capitalism, Democracy and Welfare*. Cambridge: Cambridge University Press.

LENIN, Vladimir. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural.1982

\_\_\_\_\_. *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América*. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Debates, 1980

\_\_\_\_\_. *O Estado e a Revolução*.  
<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estadoerevolucao/index.htm>

MCLAUGHIN, Paul. *Mikhail Bakunin: The Philosophical Basis of His Anarchism*. New York, Algora Publishing, 2002.

MALUF, Renato S. “Atribuindo Sentido(s) ao Desenvolvimento Econômico.” *Estudos de Sociedade e Agricultura*, 2000. 15, 53-86.

MANGABEIRA, Wilma. *Os dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993

MANTEGA, Guido. *A Economia política brasileira*. Petropolis, Vozes, 1984

MARINI, Ruy Mauro. Cap. *La superexploración del trabajo*. *Subdesarrollo y revolucion*. México: Siglo Veintiuno Editores S.A, 1972, 4ª Edição.

\_\_\_\_\_. *Dialética de la dependencia*. México: Editora Era, 1991.

\_\_\_\_\_. *O ciclo do capital na economia dependente*. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias. *Padrão de Reprodução do Capital*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2012

MARTINS, Carlos Eduardo. *A superexploração do trabalho e a economia política da dependência*. In: SADER, Emir & SANTOS, Theotonio dos. (coord.); MARTINS, Carlos Eduardo & VALENCIA, Adrian Sotelo. *América Latina e os desafios da globalização*. *Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MARTINS, Heloísa H. T. de Souza. *O Estado e a burocratização dos sindicatos no Brasil*. São Paulo, Editora Hucitec, 1979

\_\_\_\_\_. “Os dilemas do movimento sindical em face da terceirização”. In: MARTINS, Heloísa; RAMALHO, José Ricardo (orgs.). *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Ed. Hucitec/ Cedi-Nets, 1994

MARTINS, Heloisa de Souza; JACOME RODRIGUES, Iram. *O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90*. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, Vol 11, nº 2, Fevereiro, 2000.

MARX, Karl. 1º Rascunho de Carta a V. Zaslitch. In: Fernandes, Rubens César Fernandes (ORG) Dilemas do Socialismo. A Controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

\_\_\_\_\_. Carta a V. Zaslitch. In: Fernandes, Rubens César Fernandes (ORG) Dilemas do Socialismo. A Controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

\_\_\_\_\_. O Capital. O processo da produção do capital - volumes 1 e 2. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Nova Cultural. 1988

\_\_\_\_\_. Grundrisse. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011

\_\_\_\_\_. Crítica ao Programa de Gotha. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012

Manuáticos Econômicos e Filosóficos. Edição Vitruval. Edição Virtual. Disponível em: <http://www.marxists.org/> Acesso em: setembro 2013

MAZZEO, Antonio Carlos. Sinfonia Inacabada. A política dos comunistas no Brasil. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999

MEDEIROS, Carlos de Aguiar. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. In: Lima, Marco Costa (Org). Dinâmica do capitalismo pós-guerra fria: cultura tecnológica, espaço e desenvolvimento. São Paulo, EDUNESP, 2008.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de Reforma agrária de mercado e movimentos sociais: aspectos da experiência brasileira. ComCiência, Campinas, v. 44, 2003.

\_\_\_\_\_. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 11, n.2, p. 65-72, 1997.

\_\_\_\_\_. . Questão agrária e sindicalismo: novos e velhos temas. Debates regionais, João Pessoa, v. 3, n.1, p. 20-36, 1996.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Universidade Rural e Unrisd, 2002. v. 1. 128p . \_\_\_\_\_ . “O sindicalismo rural nas últimas décadas: mudanças e permanências”. In. OLIVEIRA, R. V. de; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M. (orgs.). O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014

MORAES, Wallace. Brasil e Venezuela. Histórico das Relações Trabalhistas de 1889 até Lula e Chavez. Rio de Janeiro, Achiamé, 2011

MOREIRA, Ruy. O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil. Classes Urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira. Rio de Janeiro, Consequência, 2013

MORENO, Camila. O Brasil made-in-china. O Brasil made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo / Camila Moreno – São Paulo, Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

NEGRO, Antonio Luigi. “Nas origens do “Novo Sindicalismo”: o maio de 1959, 68 e 78 na indústria automobilística”. In: JÁCOME RODRIGUES (org.). O novo sindicalismo vinte anos depois. Petrópolis: Vozes/Educ/Unitrabalho, 1999

NORONHA, Eduardo. “A explosão das greves na década de 80”. In: BOITO Jr., Armando (org.). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH, 2007*

\_\_\_\_\_. A Questão da Aquisição de Terras por Estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiê. AGRÁRIA, São Paulo, No. 12, pp. 3-113, 2010

- \_\_\_\_\_. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta; In: Canuto, Canuto; Luz, Cássia Regina da Silva; Andrade, Thiago Valentim Pinto. (Coord.) Conflitos no Campo – Brasil 2015 Goiânia: CPT Nacional –Brasil, 2015.
- OSÓRIO, Jaime. Padrão de Reprodução do Capital: uma proposta Teórica. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias. Padrão de Reprodução do Capital. São Paulo, Boitempo Editorial, 2012
- \_\_\_\_\_. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias. Padrão de Reprodução do Capital. São Paulo, Boitempo Editorial, 2012
- PASSETTI, Edson; Resende, Paulo Edgar. Proudhon. In: Fernandes, Florestan. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Editora Ática, 1986.
- PEREIRA, Vera Maria Candido. O Coração da Fábrica: estudo de caso entre operários textéis, São Paulo, Campus, 1979
- PESSANHA, Elina; MOREL, Regina. “Mudanças recentes no modelo de relações de trabalho no Brasil e novo sindicalismo”. In: JÁCOME RODRIGUES (org.). O novo sindicalismo vinte anos depois. Petrópolis: Vozes/Educ/Unitrabalho, 1999
- PEKKARINEN, Jukka. (1989) Keynesianism and the Scandinavian Models of Economy Policy. In: HALL, Peter.(Org) . The Political Power of Economic Ideas: Keynesianism across Nations. Princeton: Princeton University Press.
- PICOLOTTO, Everton. As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2011
- \_\_\_\_\_. “A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil”. Sociologias, ano 16, n. 35, 2014
- PRAUN, Luci, Reestruturação Negociada na Volkswagen: São Bernardo do Campo. In: Ricardos Antunes (Org.) Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2004
- \_\_\_\_\_. Sindicalismo metalúrgico do ABC Paulista: da contestação à parceria. In: TRÓPIA, Patrícia Vieira ; SOUZA, Davisson Cangussu (Orgs) Sindicatos metalúrgicos no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte, Fino Traço, 2012
- PROUDHON, Pierre Joseph. La capacidad política de las clases obreras Primera edición cibernética, octubre del 2003 (1865) : <http://www.antorcha.net/> . Acessado em janeiro de 2014.
- \_\_\_\_\_. “O que é a Propriedade” Editorial Estampa, Lisboa, 1975. 2ª Edição
- \_\_\_\_\_. De la création de l'ordre dans l'humanité ou principes d'organisation politique. Besançon, 1843
- \_\_\_\_\_. “Do Princípio Federativo”, Editora Imaginário, São Paulo, 2001
- \_\_\_\_\_. Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria. Tomo i., Icone Editora, São Paulo, 2000
- PRZEWORSKI, Adam. (1985), Capitalism and Social Democracy. New York: Cambridge University Press.
- RAMALHO, José Ricardo. Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.). Neoliberalismo, trabalho e sindicatos
- \_\_\_\_\_. “Organização sindical e a instalação de novas fábricas do setor automobilístico – o caso do sul Fluminense”. In: JÁCOME RODRIGUES (org.). O novo sindicalismo vinte anos depois. Petrópolis: Vozes/Educ/Unitrabalho, 1999
- Ramallo, José Ricardo (Org) Trabalho e Sindicato em Antigos e novos territórios produtivos:

comparação entre o ABC paulista e o sul fluminense. São Paulo, Annablume, 2007.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco. “Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social”. In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). Além da fábrica

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.) Trabalho e Desenvolvimento Regional: efeitos sociais na indústria automobilística no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Maud, 2006

RICCI, Rudá. Escolas sindicais da CUT: uma obra inacabada. Revista Espaço Acadêmico, nº 88, setembro de 2008.

\_\_\_\_\_. A maior estrutura sindical do Brasil: papel de sindicalismo de trabalhadores rurais no pós-64. In: Mançano, Bernardo; Medeiros, Leonilde; Paulilo, Maria Inez (Org.) Luas Camponesas Contemporâneas: condições, conquista e dilemas. São Paulo, EDUNESP; Brasília, NEAD, 2009

RICUPERO, Rodrigo. O Governo Lula e a falência da CUT. Revista Espaço Acadêmico. Nº 52 Setembro, 2005.

RODRIGUES, José Albertino, Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968

RODRIGUES, Leoncio Martins. "Declínio das taxas de sindicalização: a década de 80". Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, Anpocs, 13, 1998

\_\_\_\_\_. CUT: os militantes e a ideologia [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009a.

\_\_\_\_\_. Trabalhadores, sindicatos e industrialização [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009b

\_\_\_\_\_. Destino do sindicalismo. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP. 2009c

\_\_\_\_\_. Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009d

SAHA, Suranjit Kumar. A política econômica regional da América Latina In: Lima, Marco Costa (Org). Dinâmica do capitalismo pós-guerra fria: cultura tecnológica, espaço e desenvolvimento. São Paulo, EDUNESP, 2008.

SAMUELS, David (2004). As Bases do Petismo. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. X, nº 2, Outubro, 2004, p. 221-241

Sanches, Mateus Alvarenga. A CUT e a reforma sindical do Fórum Nacional do Trabalho : posições e divergências. Marília-SP, PPGCS, 2008. (Dissertação de Mestrado)

SANTANA, Marco Aurélio. Homens Partidos: Comunistas e Sindicatos no Brasil, São Paulo, Boitempo, 2001

\_\_\_\_\_. Entre a Ruptura e a Continuidade: visões da história do movimento sindical Brasileiro,. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 14, n. 41, out. 1999.

SANTANA, Marco Aurélio. “Política e História em disputa: o ‘Novo Sindicalismo’ e a idéia da ruptura com o passado”. In: JÁCOME RODRIGUES (org.). O novo sindicalismo vinte anos depois.

\_\_\_\_\_. “Trabalho, trabalhadores e sindicatos em meio ao vendaval contemporâneo”. Dados. Rio de Janeiro: IUPERJ, vol. 43, no 2, 2000;

\_\_\_\_\_. “O sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000: do ressurgimento à reorientação”. Cadernos Adenauer. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

- SANTOS, Manoel José dos. Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável. Estudos Avançados. São Paulo: 15 (43) 2001
- SARTI, F. Cadeia: Automobilística. Nota técnica final. Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio. Campinas: NEIT-Unicamp; Brasília: MDIC e MCT; Rio de Janeiro: FINEP, 2002
- SARTI, F; BORGHI, Roberto A. EVOLUÇÃO E DESAFIOS DA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA NO BRASIL: contribuição ao debate Análise. Nº8. Fundação Ebert Stiftung, 2015
- SCHARPF, Fritz. Crisis and Choice in European Social Democracy. Ithaca: Cornell University Press, 1991
- SECCO, Lincoln. A História do PT. São Paulo, Atêlie Editorial, 2011
- SILVA, Antonio Ozaí. O PT e os marxismos da tradição trotskista: Introdução . Revista Espaço Acadêmico. Ano O. Nº 00. Maio, 2001
- \_\_\_\_\_. O Trabalho (OT) - Corrente Interna do Partido dos Trabalhadores. Revista Espaço Acadêmico. Ano I. Nº 01. Junho de 2001
- \_\_\_\_\_. A Democracia Socialista (DS. Revista Espaço Acadêmico. Ano 1. Nº 2. Julho, 2001
- \_\_\_\_\_. As origens e ideologia do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) Revista Espaço Acadêmico. Ano 1. Nº 03. Agosto, 2001
- \_\_\_\_\_. A Causa Operária. Revista Espaço Acadêmico. Ano 1. Nº 4. Setembro, 2001
- \_\_\_\_\_. A Tendência Pelo Partido Operário Revolucionário. Ano 1. Nº 5. Outubro, 2001
- \_\_\_\_\_. A esquerda marxista e o PT (I). Revista Espaço Acadêmico. Nº 87 Agosto, 2008
- \_\_\_\_\_. A esquerda marxista e o PT (II). A Nova Esquerda (NE) e o Movimento por uma Tendência Marxista do PT (MTM-PT) Revista Espaço Acadêmico. Nº 89. Outubro, 2008
- \_\_\_\_\_. A esquerda marxista e o PT (III). Força Socialista (FS) e Brasil Socialista (BS) Revista Espaço Acadêmico. Nº 94 Março de 2009
- SILVA, Selmo N. A luta de classes no Brasil no final do século XX. In: Anais do VII Seminário do Trabalho. Rede de Estudos do Trabalho (RET) Marília, SP: 2010
- \_\_\_\_\_. A anarquia social: resistência, insurgência e revolução social na teoria de Bakunin. Em Debate (UFSC. Online) , v. 1, p. 26-46, 2015.
- \_\_\_\_\_. bakuninismo: ideologia, teoria, estratégia e programa revolucionário anarquista. In: JORDAN, Camila; MORAES, Wallace dos Santos.. (Org.). Teoria Política e Libertária. 1ed. Rio de Janeiro: Via Verita, 2016, v. , p. 71-105.
- SILVER, Beverly J. Forças do trabalho movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo:Boitempo Editorial, 2005.
- SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo, Paz e Terra, 1983
- SINGER, André. “Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo”. Novos Estudos, no 85, pp. 83-102, 2009
- \_\_\_\_\_. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, P. Dominação e desigualdade: estrutura de classe e repartição da renda no Brasil.

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SWENSON, Peter. Fair Shares: Unions, Pays and Politics in Sweden and West Germany. New York: Cornell University Press, 1992

SWENSON, Peter and PONTUSSON, Jonas. The Swedish Employer Offensive Against Centralized Wage Bargaining. IN: IVERSEN, Torben, PONTUSSON, Jonas e SOSKICE, David. (Coord.), Union, Employers and Central Banks: Macroeconomic Coordination and Institutional Change in Social Market Economies. Cambridge: Cambridge University Press, 1999

TEIXEIRA, Gabriel Pereira da Silva. Trabalho, tripartismo e processos sociais: contribuições sobre o Compromisso Nacional da Cana-de-Açúcar. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, CPDA-UFRRJ, 2013

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. Politique(s) du conflit. De la grève à la révolution. Paris: Presses de Sciences Po, 2008

TONI, Jackson. Novos Arranjos Institucionais na Política Industrial do Governo Lula: a força das novas ideias e dos empreendedores políticos. Tese de Doutorado, Brasília, Universidade de Brasília, Pós Graduação em Ciência Política, 2013

TROPIA, Patricia Vieira. “O sindicalismo brasileiro em disputa nos anos de 1990: origem, raízes e adesão ativa da Força Sindical ao neoliberalismo. Revista Estudos de Sociologia, Araraquara, vol. 14, nº 26, 2009

TRÓPIA, Patricia Vieira; SOUZA, Davisson Cangussu. “O protagonismo metalúrgico no sindicalismo brasileiro”. In: TRÓPIA, Patricia Vieira ; SOUZA, Davisson Cangussu (Orgs) Sindicatos metalúrgicos no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte, Fino Traço, 2012

TROTSKY, Leon. História Da Revolução Russa. São Paulo, Sundermann, 2007. 2 vols.

VEIGA, José Eli. O Desenvolvimento Agrícola: Uma Visão Histórica. São Paulo:EDUSP, 2007.

VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo Autoritário e Campesinato. Rio de Janeiro, DIFEL, 1976

VENCESLAU, Paulo de Tarso. Sindicalismo Rural - Limpar o Terreno. Revista Teoria e Debate. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, Nº 6. 01/04/1989. Acessado em: <http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/mundo-do-trabalho/sindicalismo-rural-limpar-o-terreno>

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Sindicalismo e Democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão. São Paulo, Annablume, 2011.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; ARAUJO, Angela Maria Carneiro. O Sindicalismo na Era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas. In. OLIVEIRA, R. V. de; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M. (orgs.). O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014

WALICKI, Andrej. The Controversy Over Capitalism. Studies in the social philosophy of the russian populists. Oxford: Claredon Press, 1969

WALLERSTEIN, Immanuel, Social Change: the colonial situation. John Wiley & Sons, New York, 1966

WALT, Lucien van der. Negro e Vermelho. Anarquismo, Sindicalismo Revolucionário e pessoas de cor na África meridional nas décadas de 1880 a 1920. São Paulo, Faísca, 2014

WEFFORT, Francisco. O Populismo na Política Brasileira. São Paulo, Paz e Terra, 1978

\_\_\_\_\_. Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do após-guerra. Estudos Cebrap, São Paulo, nº 4, 1973



WESZ JUNIOR, Valdemar João. Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil. Rio de Janeiro : E-papers, 2011  
ZIBECHI, Raul. Brasil Potência. Entre a integração regional e um novo imperialismo. Rio de Janeiro, Consequência. 2012

### **Documentos Consultados**

ABDI. Estudo Prospectivo Setorial Automotivo. Relatório Final. Brasília, MDIC, 2009  
\_\_\_\_\_. Relatório de Acompanhamento das Agendas Estratégicas Setoriais. Brasília, MDIC;FINEP;BNDES 2014  
ABIMAQ. ABIMAQ e a PDP. São Paulo, 2008  
ABIMAQ 2022. Disponível em <http://www.abimaq.org.br/site.aspx/2008-Acoes-e-Conquistas>  
\_\_\_\_\_. A Competitividade da Indústria de Transformação e de Bens de Capital. São Paulo, 2012  
ANFAVEA. Anuário da Indústria Automobilística Brasileira – 2015. São Paulo, 2015  
Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego. Acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e emprego. Assessorias da FIESP, CUT, Força Sindical, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes e DIEESE, 2011  
CEDOC-CUT.CUT. **Resolução “Eleições – Os Sindicatos e a eleição Presindencial”. 2002**  
\_\_\_\_\_. **CUT.Secretaria Geral. Escritório Brasília. Plano de Trabalho. Triênio 2003 – 2006. Brasília, 2003a**  
\_\_\_\_\_. **CUT. Secretaria Nacional de Formação. Projeto Especial de Qualificação Social e Profissional, 2003b**  
\_\_\_\_\_. **CUT. Pauta do Crescimento. Sugestões das Centrais (CAT – CGT – CGTB – CUT – Força Sindical) São Paulo, 2003c**  
\_\_\_\_\_. **CUT. GT Estado e Políticas Públicas. 2003d**  
\_\_\_\_\_. **CUT. Relatório Reunião Programa de Biodiesel. 2004**  
\_\_\_\_\_. Direção Executiva Nacional da CUT (DEN-CUT). Relatório de reunião 18 e19 de setembro de 2001  
\_\_\_\_\_. Direção Executiva Nacional da CUT (DEN-CUT). Relatório de Reunião 11 e 12 de junho de 2002.  
\_\_\_\_\_. Direção Executiva Nacional da CUT (DEN-CUT). Relatório de Reunião 11 e 12 de fevereiro de 2003  
Direção Executiva Nacional da CUT (DEN-CUT). Relatório de Reunião 02 de junho de 2004  
\_\_\_\_\_. Direção Executiva Nacional da CUT (DEN-CUT). Relatório de Reunião 20 de julho de 2004.  
\_\_\_\_\_. Direção Executiva Nacional da CUT (DEN-CUT). Relatório de Reunião 16 e 17 de fevereiro de 2005  
Direção Executiva Nacional da CUT (DEN-CUT). Relatório de Reunião 16 de julho de 2005  
\_\_\_\_\_. Direção Executiva Nacional da CUT (DEN-CUT). Relatório de Reunião **04 e 05 de maio de 2008**  
\_\_\_\_\_. Direção Executiva Nacional da CUT (DEN-CUT). Relatório de Reunião **14 e 15 de julho de 2009**  
\_\_\_\_\_. Direção Executiva Nacional da CUT (DEN-CUT). Relatório de Reunião **17 de**

**dezembro de 2009**

\_\_\_\_\_. Direção Executiva Nacional da CUT (DEN-CUT). Relatório de Reunião **12 e 13 de maio de 2010**

\_\_\_\_\_. Direção Executiva Nacional da CUT (DEN-CUT). **Resoluções. 07,08 e 09 de agosto de 2001**

\_\_\_\_\_. Direção Executiva Nacional da CUT (DEN-CUT). **Resoluções 19 de abril de 2002**

\_\_\_\_\_. Direção Executiva Nacional da CUT (DEN-CUT). **Resoluções 20 de julho de 2004**

\_\_\_\_\_. Direção Executiva Nacional da CUT (DEN-CUT). **Resoluções 06 de dezembro de 2004**

\_\_\_\_\_. Direção Executiva Nacional da CUT (DEN-CUT). **Resoluções 13 e 14 de fevereiro de 2007**

\_\_\_\_\_. Direção Executiva Nacional da CUT (DEN-CUT). **Resoluções 19 e 20 de março de 2007**

\_\_\_\_\_. Direção Executiva Nacional da CUT (DEN-CUT). **Resoluções 3 e 5 de julho de 2007.**

\_\_\_\_\_. Direção Executiva Nacional da CUT (DEN-CUT). **Balço do Primeiro Ano da Gestão 2006-2009. Brasília, 3 e 5 de julho de 2007.**

\_\_\_\_\_. Direção Executiva Nacional da CUT (DEN-CUT). **Documento Núcleo Operacional. Retomada do Trabalho de Construção do Planejamento da CUT Nacional. 09 de abril de 2001**

CONCUT. **Resoluções do 1º Congresso Nacional da CUT (1984)**. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso em: nov. de 2014.

\_\_\_\_\_. **Resoluções do 2º Congresso Nacional da CUT (1986)**. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso em: nov. de 2014.

\_\_\_\_\_. **Resoluções do 3º Congresso Nacional da CUT (1988)**. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso em: nov. de 2014.

\_\_\_\_\_. **Resoluções do 4º Congresso Nacional da CUT (1991)**. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso em: nov. de 2014.

\_\_\_\_\_. **Resoluções do 5º Congresso Nacional da CUT (1994)**. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso em: nov. de 2014.

\_\_\_\_\_. **Resoluções do 6º Congresso Nacional da CUT (1997)**. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso em: nov. de 2014.

\_\_\_\_\_. **Resoluções do 7º Congresso Nacional da CUT (2000)**. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso em: nov. de 2014.

168

\_\_\_\_\_. **Resoluções do 8º Congresso Nacional da CUT (2003)**. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso em: nov. de 2014.

169

\_\_\_\_\_. **Resoluções do 9º Congresso Nacional da CUT (2006)**. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso em: nov. de 2014.

\_\_\_\_\_. **Resoluções do 10º Congresso Nacional da CUT (2009)**. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso em: nov. de 2014.

CUT.. Estatuto da CUT. Disponível em <<http://www.cut.org.br>>. Acesso em: nov. de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLENÁRIA NACIONAL DA CUT – 18/05/1983**. Disponível em

<http://www.cut.org.br>. Acesso em: nov. 2014

\_\_\_\_\_. 1ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT - 13 a 15/12/1985. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso em: nov. 2014

\_\_\_\_\_. 2ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT - 05 a 07/06/1987. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso em: nov. 2014

\_\_\_\_\_. 3ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT - 04 a 06/08/1989. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso em: nov. 2014

\_\_\_\_\_. 4ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT - 17 a 19/08/1990. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso em: nov. 2014

\_\_\_\_\_. 5ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT - 15 a 18/07/1992. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso em: nov. 2014

\_\_\_\_\_. 6ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT - 24 a 28/08/1993. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso em: nov. 2014

\_\_\_\_\_. 7ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT - 30/08 a 02/09/1995. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso em: nov. 2014

\_\_\_\_\_. 8ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT - 28 a 30/08/1996. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso em: nov. 2014

\_\_\_\_\_. 9ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT - 17 a 20/08/1999. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso em: nov. 2014

\_\_\_\_\_. 10ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT - 08 a 11/05/2002. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso em: nov. 2014

\_\_\_\_\_. 11ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT - 10 a 13/05/2005. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso em: nov. 2014

\_\_\_\_\_. 12ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT - 05 a 08/08/2008. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso em: nov. 2014

\_\_\_\_\_. 13ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT - 04 A 07/10/2011. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso em: nov. 2014

\_\_\_\_\_. 14ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT - 28/07 A 01/08/2014. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso em: nov. 2014

PT. Documentos de Fundação. Manifesto de Lançamento do PT. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_\_. Documentos de Fundação. Programa. 1979 Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_\_. Documentos de Fundação. Estatuto. 1979A Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_\_. Documentos de Fundação. Comissão Diretora Nacional Provisória. 1979b Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_\_. Documento Pré- PT. A tese de Santo André-Lins. 1979d Disponível

em:<http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. Documento Pré- PT. Carta de Princípios. 1979e Disponível em:  
<http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. Documento Pré- PT. Comissão Nacional Provisório. 1979f Disponível em:  
<http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. Documento Pré- PT. Declaração Política. 1979g Disponível em:  
<http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. Documento Pré- PT. Plataforma Política. 1979h Disponível em:  
<http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. I Encontro Nacional (1981). Carta de Brasília. 1981 Disponível em:  
<http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. I Encontro Nacional (1981). 1º Diretório Nacional. 1981a Disponível em:  
<http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. I Encontro Nacional (1981). Discursos de Luis Inácio Lula da Silva. 1982b Disponível em:  
<http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. II Encontro Nacional (1982). Carta Eleitoral do Partido dos Trabalhadores. 1982c Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. II Encontro Nacional (1982). Plataforma Eleitoral Nacional. 1982d Disponível em:  
<http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. III Encontro Nacional (1984). 2º Diretório Nacional. 1984a Disponível em:  
<http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. III Encontro Nacional (1984) Regimento Interno. 1982b Disponível em:  
<http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. III Encontro Nacional (1984) Teses para a atuação do PT 1984c. Disponível em:  
<http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. Encontro Nacional Extraordinário (1985). Contra o continuísmo e o pacto social. 1985 Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. IV Encontro Nacional (1986). Constituinte. 1986 Disponível em:  
<http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. IV Encontro Nacional (1986). Documento eleitoral básico. 1986b Disponível em:  
<http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. IV Encontro Nacional (1986). Linha sindical do PT. 1986c Disponível em:  
<http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. IV Encontro Nacional (1986). Plano de ação política e organizativa. 1986d Disponível em:  
<http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. V Encontro Nacional (1987). Anexo- Regulação das tendências internas. 1987a Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. V Encontro Nacional (1987). Carta aberta ao povo brasileiro. 1987b Disponível em:  
<http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. V Encontro Nacional (1987). Resoluções sobre tendências. 1987c Disponível em:  
<http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. V Encontro Nacional (1987). Resoluções Políticas. 1987d Disponível em:  
<http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

- \_\_\_\_\_. V Encontro Nacional (1987). 4º Diretório Nacional. 1987e Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014
- \_\_\_\_\_. VI Encontro Nacional (1989). As diretrizes para a elaboração do plano de governo. 1989a Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014
- \_\_\_\_\_. VI Encontro Nacional (1989). As bases do Plano de Ação de Governo (PAG). 1989b Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014
- \_\_\_\_\_. VI Encontro Nacional (1989). As Eleições Presidenciais e a Candidatura LULA. 1989C Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014
- \_\_\_\_\_. VI Encontro Nacional (1989). O momento atual e nossas tarefas. 1989d Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014
- \_\_\_\_\_. VII Encontro Nacional (1990). Conjuntura e tática. 1990 Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014
- \_\_\_\_\_. VII Encontro Nacional (1990). Construção partidária. 1990a Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014
- \_\_\_\_\_. VII Encontro Nacional (1990). 5º Diretório Nacional. 1990b Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014
- \_\_\_\_\_. VII Encontro Nacional (1990). O socialismo petista. 1990c . Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014
- \_\_\_\_\_. VIII Encontro Nacional (1993). Carta de Brasília. 1993a Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014
- \_\_\_\_\_. VIII Encontro Nacional (1993)6º Diretório Nacional. 1993B Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014
- \_\_\_\_\_. VIII Encontro Nacional (1993)O momento político. 1993C Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014
- \_\_\_\_\_. VIII Encontro Nacional (1993)Por um Governo Democrático Popular. 1993d Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014
- \_\_\_\_\_. IX Encontro Nacional. A conjuntura e a Campanha. 1994A Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014
- \_\_\_\_\_. IX Encontro Nacional. Carta Eleitoral. 1994B Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014
- \_\_\_\_\_. IX Encontro Nacional. Resolução sobre Fidelidade Partidária. 1994c Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014
- \_\_\_\_\_. X Encontro Nacional (1995). Conjuntura Nacional. 1995a Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014
- \_\_\_\_\_. X Encontro Nacional (1995). Construção Partidária. 1995b Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014
- \_\_\_\_\_. X Encontro Nacional (1995). 7º Diretório Nacional. 1996c Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014
- \_\_\_\_\_. X Encontro Nacional (1995). O PT e os Movimentos Sociais. 1995d Disponível em:

<http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. X Encontro Nacional (1995) . Os Petistas e o Comunidade Solidaria. 1995e Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. XI Encontro Nacional (1997). Carta do Rio de Janeiro. 1997 Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. XI Encontro Nacional (1997).8º Diretório Nacional. 1997 Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. XI Encontro Nacional (1997). Resoluções Políticas. 1997 Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. Encontro Nacional Extraordinário (1998). O Fim de um Ciclo. 1998 Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. XII Encontro Nacional (2001). Resoluções. 2001 Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. **Programa de Governo de 2002. Carta ao povo brasileiro. 2002a** Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

\_\_\_\_. **Programa de Governo de 2002. Concepções e diretrizes do programa de governo. 2002B** Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> acessado em outubro de 2014

DIEESE; CNM/CUT; FEM-CUT; SMABC; SMS; SMT. INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO BRASIL - Diagnóstico do setor e análise do Novo Regime Automotivo. São Paulo, 2012  
FIESP. Panorama da Indústria de Transformação Brasileira. São Paulo, 2015.

Fórum Nacional do Trabalho. Reforma Sindical: Relatório Final. Brasília: MTE, 2004  
SECRETARIA ESPECIAL DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (SEDES). Presidência da República. Atas das Reuniões Plenárias do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República – CDES/PR

\_\_\_\_. Regimento Interno. Decreto de Regulamentação do art. 1º, § 1º, II da MP 103/2003. Brasília: s/d.

\_\_\_\_. Termo de Referência para a Formação da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES) e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Brasília: 2003a. Acesso em 20 de jan. de 2015.

\_\_\_\_. Relatório Consolidado da Reforma Sindical e Trabalhista. Brasília, 2003b. Acesso em 20 de jan. de 2015.

\_\_\_\_. Carta de concertação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Brasília, 2004. Disponível em [www.cdes.gov.br/conteudo/1428/cartas-de-concertacao.html](http://www.cdes.gov.br/conteudo/1428/cartas-de-concertacao.html). Acesso em 20 de jan. de 2015.

\_\_\_\_. Relatório de Atividades do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social em 2004. Brasília, 2004. Relatório. Disponível em <[www.cdes.gov.br/conteudo/888/relatorios-anuais-de-atividades-.html](http://www.cdes.gov.br/conteudo/888/relatorios-anuais-de-atividades-.html)>. Acesso em 20 de jan. de 2015.

\_\_\_\_. Relatório de Atividades do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social em 2005. Brasília, 2005. Relatório. Disponível em <[www.cdes.gov.br/conteudo/888/relatorios-anuais-de-atividades-.html](http://www.cdes.gov.br/conteudo/888/relatorios-anuais-de-atividades-.html)>. Acesso em 20 de jan. de 2015.

\_\_\_\_. Relatório de Atividades do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social em 2007. Brasília, 2007. Relatório. Disponível em <[www.cdes.gov.br/conteudo/888/relatorios-anuais-de-atividades-.html](http://www.cdes.gov.br/conteudo/888/relatorios-anuais-de-atividades-.html)>. Acesso em 20 de jan. de 2015.

\_\_\_\_. Relatório de Atividades do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social em 2008.

Brasília, 2008. Relatório. Disponível em <[www.cdes.gov.br/conteudo/888/relatorios-anuais-de-atividades-.html](http://www.cdes.gov.br/conteudo/888/relatorios-anuais-de-atividades-.html)>. Acesso em 20 de jan. de 2015.

\_\_\_\_\_. Termo de Referência . Reuniões de Monitoramento da Crise Econômica Internacional. Brasília: s/d

\_\_\_\_\_. Mesa Redonda: Diálogo Social – Alavanca para o Desenvolvimento. Brasília: Publicação Assessoria de Comunicação Social – SEDES/PR, 2004a.

\_\_\_\_\_. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – Brasil: Versão Preliminar. Brasília: 2004b

\_\_\_\_\_. Proposta de Criação do Observatório da Equidade. Brasília, 2005. Disponível em <<http://www.cdes.gov.br/grupo/189/ga-politicas-sociais.html>>

\_\_\_\_\_. Moção ao Presidente da República sobre a composição do Conselho Monetário Nacional. Brasília: 2005b.

\_\_\_\_\_. Enunciados estratégicos para o desenvolvimento. Brasília: Presidência da República, CDES, 2006.

\_\_\_\_\_. Relatório do Grupo de Trabalho Reforma Tributária. Brasília, Presidência da República, CDES, 2007.

\_\_\_\_\_. A Governança do CDES e a contribuição do CDES para a Governança do processo de desenvolvimento do Brasil

\_\_\_\_\_. Termo de Referência Aprovado na 25ª Reunião do Pleno do CDES, realizada em Brasília, dia 01 de abril de 2008

\_\_\_\_\_. CDES e a crise financeira internacional – novembro de 2008, (2008b)

\_\_\_\_\_. Parecer sobre Bioenergia e Desenvolvimento. 2008. Indicadores de Equidade do Sistema Tributário Nacional. Brasília: 2009

\_\_\_\_\_. Agenda Nacional de Desenvolvimento – AND. 3. ed. Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, 2010a

\_\_\_\_\_. GT Matriz Energética para o Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Socioambiental. Subgrupo Requalificação de Trabalhadores da Cana-de-açúcar. Memória da reunião II. CDES, 2010b

\_\_\_\_\_. Trajetória do debate no CDES sobre a crise econômica internacional. 2ª Ed. Brasília: CDES, 2013

### **Jornais, Sites, Revista e Boletins**

[www.abimaq.com.br](http://www.abimaq.com.br)

[www.brasilcomjurosbaixos.com.br](http://www.brasilcomjurosbaixos.com.br)

[www.cnmeut.org.br](http://www.cnmeut.org.br)

[www.conselhos.cut.org.br/publicacoes/](http://www.conselhos.cut.org.br/publicacoes/)

[www.construindounovobrasil.com.br/](http://www.construindounovobrasil.com.br/)

[www.cut.org.br](http://www.cut.org.br)

[www.fem.org.br](http://www.fem.org.br)

[www.fiep.org.br](http://www.fiep.org.br)

[www.fiesp.org.br](http://www.fiesp.org.br)

[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)

[www.gritodealerta.com.br](http://www.gritodealerta.com.br)

[www.pagina13.org.br](http://www.pagina13.org.br)

[www.pt.org.br](http://www.pt.org.br)

